

**LEI Nº 10.637, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**SÚMULA:** Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE  
LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ,  
APROVOU E EU, PREFEITO DO  
MUNICÍPIO, SANCIONO A  
SEGUINTE**

**LEI:**

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Capítulo I  
DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO**

**Art. 1º.** Esta Lei aprova a revisão da Lei nº. 7.482, de 20 de julho de 1998, que estabeleceu o Plano Diretor do Município de Londrina, que passa a ser denominado Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina - PDPML, e incorpora as diretrizes estabelecidas pelo artigo 182 da Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade – Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, e pela Lei Orgânica Municipal.

**Art. 2º.** O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina passa a ser o instrumento orientador e normativo da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, prevendo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do Município, tendo em vista as aspirações da população.

**Art. 3º.** O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina, ressalvadas as competências da União e do Estado, é o instrumento básico global da política de desenvolvimento municipal, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município.

**Parágrafo único.** O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina abrange a totalidade do território do Município e é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

**Art. 4º.** Integram o Plano Diretor, instituído por esta Lei, as seguintes leis:

- I - do Perímetro Urbano;
- II - do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- III - do Parcelamento do Solo Urbano;
- IV –de Preservação do Patrimônio Cultural;
- V - do Sistema Viário;
- VI – o Código de Obras e Edificações;
- VII – o Código de Posturas; e
- VIII – o Código Ambiental.

**§1º.** A implementação a que se refere o *caput* deste artigo será realizada pelo Plano de Ação e Investimento, elaborado pela Prefeitura Municipal a partir das diretrizes aqui estabelecidas.

**§2º.** Outras leis e decretos poderão vir a integrar o Plano, desde que cumulativamente:

- a) tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;
- b) mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano; e
- c) definam as ligações existentes e a compatibilidade entre dispositivos seus e os das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

**§3º.** A atualização da planta de valores municipal será tratada em legislação própria.

## **Capítulo II**

### **DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL E OBJETIVOS GERAIS**

**Art. 5º.** O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina tem como princípio fundamental a busca do desenvolvimento sustentável do Município, considerando os contextos físico-biológico, socioeconômico e cultural.

**Art. 6º.** São objetivos gerais do PDPML:

- I. a promoção humana e a qualidade de vida da população, por meio do combate às causas da pobreza e da redução das desigualdades sociais, assegurando-se a todos o acesso aos recursos e serviços públicos que lhes proporcionem meios físicos e psicossociais indispensáveis à conquista de sua própria autonomia;
- II. o desenvolvimento econômico, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território, como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;

- III. a gestão democrática do Município, de forma a incentivar a participação popular como instrumento de construção da cidadania e meio legítimo de manifestação das aspirações coletivas.
- IV. o ordenamento do território como garantia do pleno cumprimento das funções sociais da propriedade e do direito à cidade para todos, compreendendo os direitos:
  - a) à terra urbana;
  - b) à moradia digna;
  - c) ao saneamento ambiental com a preservação e recuperação do ambiente natural;
  - d) à infra-estrutura urbana;
  - e) à mobilidade, priorizando o transporte público coletivo;
  - f) à acessibilidade;
  - g) aos serviços públicos;
  - h) ao trabalho; e
  - i) ao lazer.

**Art. 7º.** O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina adota, de forma transversal e integrada a esses objetivos, a sustentabilidade ambiental do Município, visando:

- I. à valorização de seu patrimônio ambiental; e
- II. à preservação e conservação do potencial ambiental do Município, sempre buscando a superação de conflitos relacionados à poluição e degradação ambiental.

**Parágrafo único.** O patrimônio ambiental compreende os bens que compõem o patrimônio natural, o patrimônio artificial e o patrimônio cultural.

**Art. 8º.** A bacia hidrográfica passa a ser a unidade de planejamento e gestão territorial do Município.

**Parágrafo único.** São consideradas as macrobacias hidrográficas municipais e seus afluentes, as abaixo relacionadas:

- a) Rio Apucarana;
- b) Ribeirão Couro de Boi;
- c) Ribeirão das Abóboras;
- d) Ribeirão dos Cágados;
- e) Ribeirão Barra Funda;
- f) Rio Apucarantina;
- g) Ribeirão Taquara;
- h) Ribeirão das Marrecas;
- i) Ribeirão dos Apertados;
- j) Ribeirão Três Bocas;
- k) Ribeirão do Limoeiro;
- l) Ribeirão Jacutinga;
- m) Ribeirão Três B. Mirim;

- n) Ribeirão Figueira;
- o) Rio Volta Grande;
- p) Córrego do Gavião;
- q) Ribeirão Remansinho;
- r) Ribeirão Cambé;
- s) Ribeirão Quati;
- t) Ribeirão Lindóia; e
- u) Ribeirão Cafezal.

### **Capítulo III**

#### **DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

**Art. 9º.** São objetivos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Município de Londrina:

- I. no que se refere à promoção humana e qualidade de vida da população:
  - a. universalizar o acesso ao ensino fundamental, erradicar o analfabetismo e elevar o nível de escolaridade da população;
  - b. combater as causas da pobreza e reduzir as desigualdades sociais;
  - c. garantir à população assistência integral à saúde;
  - d. garantir a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais, e proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico; e
  - e. garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana.
- II. no que se refere ao desenvolvimento econômico:
  - a. aumentar a eficiência econômica do Município, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais, para os setores público e privado, inclusive por meio do aperfeiçoamento administrativo do setor público; e
  - b. consolidar o Município de Londrina como pólo competitivo de inovação tecnológica e centro regional integrado do desenvolvimento sustentável da Mesorregião Norte Central.
- III. no que se refere ao ordenamento do território:
  - a. racionalizar o uso da infra-estrutura instalada, em particular, a referente ao sistema viário e transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
  - b. implantar regulação urbanística baseada nos elementos norteadores deste plano; e
  - c. prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

IV. no que se refere à gestão democrática do Município:

- a. aumentar a eficácia da ação governamental, promovendo a integração e a cooperação com os governos federal, estadual e com os municípios da Região Metropolitana de Londrina, no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum;
- b. permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade;
- c. dotar o poder público de capacidade gerencial, técnica e financeira, para que possa exercer plenamente suas funções;
- d. potencializar a cooperação entre a Administração Municipal e os agentes privados; e
- e. apoiar e estimular a organização e atuação dos conselhos municipais, zelando pela representação democrática dos vários segmentos da sociedade civil e da Administração Pública, bem como estimular a sua ação integrada.

**TÍTULO II**  
**DA PROMOÇÃO HUMANA E QUALIDADE DE VIDA**  
**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10.** As Políticas Públicas de Promoção Humana e de Qualidade de Vida são de interesse da coletividade e têm caráter universal, compreendidas como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de formulação, decisão, execução e fiscalização dos resultados.

**Art. 11.** É objetivo da promoção humana e qualidade de vida combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação.

**Art. 12.** As ações do Poder Público devem garantir acesso aos serviços das políticas sociais setoriais, observando os pressupostos de transversalidade, universalidade, descentralização, democratização e equidade.

**Art. 13.** Os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas previstas neste Plano estão voltados ao conjunto da população do município, destacando-se a população de baixa renda e a garantia de sobrevivência material, ambiental, social, cultural e política, sob o enfoque da recuperação das capacidades de desenvolvimento integral das famílias e de sua capacidade protetiva.

**Art. 14.** A política de promoção humana e qualidade de vida objetiva integrar e coordenar ações de saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, cultura, esportes e lazer, universalizando o acesso e assegurando maior eficácia aos serviços sociais indispensáveis ao combate das causas da pobreza e à melhoria das condições de vida da população, bem como elaborar e implantar mecanismos para adaptar a cidade às mudanças climáticas.

**Art. 15.** As políticas sociais e qualidade de vida têm como diretriz o desenvolvimento de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, com a integração de programas e projetos específicos, vinculados às políticas da área social, como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social, à cidadania e à diminuição das desigualdades.

**Parágrafo único.** A articulação entre as políticas setoriais deve ocorrer no planejamento e na gestão, primando pelo desenvolvimento descentralizado das ações propostas, de acordo com suas regulamentações específicas.

**Art. 16.** As diversas secretarias envolvidas na implementação das políticas sociais têm como atribuições a gestão da política e a execução dos seus serviços realizados de acordo com:

- I. os preceitos da administração pública;
- II. as orientações legais para cada área;
- III. as diretrizes adotadas na Constituição Federal em vigor referentes à universalização de acesso, descentralização e participação social;
- IV. a possibilidade de integração dos diversos atores sociais, organizações governamentais e não governamentais e instituições de ensino e pesquisa, em torno de propostas abrangentes que visem à universalização das políticas e à contínua melhoria da qualidade de sua prestação, combinadas com a garantia da equidade;
- V. a articulação e integração de ações e recursos tanto na relação intra como interinstitucional e com os órgãos de controle social, como Organizações não-Governamentais e o Ministério Público, na constituição de uma rede de proteção social local.

**Parágrafo único.** A atuação das Secretarias Municipais na implementação das Políticas sociais deve ser integrada, visando a uma atuação que englobe todos os aspectos envolvidos, bem como a obediência a todas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

## Capítulo II

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Art. 17.** A Política Municipal de Saúde objetiva promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando à redução do risco de agravos e ao acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, diminuindo as desigualdades e promovendo serviços de qualidade, observados os seguintes princípios:

- I. integralidade e intersetorialidade nas ações e nos serviços de saúde;
- II. ênfase em programas de ação preventiva;
- III. humanização do atendimento; e
- IV. gestão participativa do Sistema Municipal de Saúde.

**Art. 18.** São diretrizes da Política Municipal de Saúde:

- I. reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde;
- II. aprimorar o modelo assistencial;
- III. ampliar o acesso aos serviços de saúde, com a qualificação e humanização da atenção, conforme critérios de contingente populacional, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde;
- IV. promover programas de educação em saúde, incluindo os de prevenção contra o consumo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros;
- V. executar ações de vigilância em saúde, compreendendo a epidemiológica, sanitária e ambiental, visando à redução de riscos e agravos;
- VI. promover a integralidade das ações de saúde de forma interdisciplinar, por meio de abordagem integral e contínua do indivíduo, no seu contexto familiar, social e laboral;
- VII. aprimorar os mecanismos de controle social, garantindo a realização da Conferência Municipal de Saúde no mínimo a cada 4 anos bem como a gestão participativa no sistema municipal de saúde e o funcionamento em caráter permanente e deliberativo do Conselho Municipal de Saúde; e
- VIII. assegurar o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal que definem o arcabouço político-institucional do Sistema Único de Saúde, bem como a implementação das diretrizes operacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

**Art. 19.** São ações estratégicas da Política Municipal de Saúde:

- I. ampliar a oferta de serviços na atenção básica à saúde, na lógica da Estratégia da Saúde da Família, na sede urbana e em todos os Distritos, bem como o número de equipes do Programa Saúde da Família;
- II. implementar equipe multiprofissional na atenção básica à saúde, em todos os postos de saúde;

- III. ampliar o programa de saúde bucal, segundo critério de risco, e implementação do Programa Saúde da Família bucal adulto onde não exista;
- IV. oferecer serviços especializados de média complexidade (ambulatorial e hospitalar) e garantir o acesso aos serviços de alta complexidade conforme as necessidades em parceria com o Estado e com a União;
- V. implementar serviços de saúde mental;
- VI. implementar os sistemas de informações para gestão da saúde;
- VII. aprimorar os mecanismos de regulação de assistência à saúde nos diversos níveis, com implantação de um complexo regulador em saúde, com a participação do controle social; e
- VIII. implementar política de educação permanente em saúde e em saúde do trabalhador.

### **Capítulo III** **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 20.** A Política Municipal de Educação objetiva garantir a toda população acesso à educação, observados os seguintes princípios:

- I. acesso universal e igualitário a uma política educacional unitária, construída democraticamente;
- II. articulação da política educacional com o conjunto de políticas públicas, em especial a política cultural, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural; e
- III. autonomia de instituições educacionais, quanto aos projetos pedagógicos e aos recursos financeiros necessários à sua manutenção, conforme artigo 12 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**Art. 21.** São diretrizes da Política Municipal de Educação:

- I. democratizar o acesso e garantir a permanência do aluno na escola, inclusive em relação àqueles que não o tiveram em idade apropriada;
- II. permitir autonomia de gestão na educação;
- III. democratizar o conhecimento e articular valores locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas;
- IV. incentivar a auto-organização dos estudantes, por meio da participação na gestão escolar, em associações coletivas, grêmios e outras formas de organização;
- V. realizar a Conferência Municipal de Educação;
- VI. incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo;
- VII. trabalhar com a comunidade escolar para o respeito e valorização das diferenças;



- VIII. promover ampla mobilização para a superação do analfabetismo, reconstruindo experiências positivas já realizadas e reivindicando a colaboração de outras instâncias de governo;
- IX. promover a articulação das escolas de ensino fundamental com outros equipamentos sociais e culturais do Município e com organizações da sociedade civil, voltados ao segmento de seis a quatorze anos, de modo a proporcionar atenção integral a essa faixa etária;
- X. apoiar novos programas comunitários de educação de jovens e adultos e fomentar a qualificação dos já existentes; e
- XI. promover a articulação dos agentes de cursos profissionalizantes no Município, com vistas a potencializar a oferta de educação dessa natureza.

**Art. 22.** São ações estratégicas da Política Municipal de Educação:

- I. criar escola técnica voltada para a agroindústria;
- II. acompanhar o programa de transporte escolar;
- III. disponibilizar as escolas municipais aos finais de semana, feriados e períodos de recesso para a realização de atividades comunitárias, de lazer, cultura e esporte, em conjunto com outras Secretarias;
- IV. elaborar, conjuntamente com o Conselho Municipal de Educação de Londrina e a Sociedade Civil, o Plano Municipal de Educação de Londrina, em atendimento ao artigo 2º da Lei Federal nº. 10.172/01;
- V. viabilizar a realização de convênios com universidades e outras instituições, para a formação de educadores;
- VI. viabilizar cursos de formação continuada para professores da rede municipal de ensino;
- VII. implementar o atendimento universal às crianças da faixa etária de seis a quatorze anos de idade, garantindo o ensino fundamental de nove anos e aumentando o número de vagas de acordo com a demanda;
- VIII. promover reformas nas escolas regulares, dotando-as com recursos físicos, materiais, pedagógicos e humanos, para o ensino aos portadores de necessidades educacionais especiais;
- IX. promover reformas nas escolas regulares, ou construí-las onde não existam prédios próprios, inclusive nos distritos rurais, dotando-os de recursos humanos físicos, materiais e pedagógicos, para o ensino das pessoas com necessidades educacionais especiais.
- X. capacitar os profissionais da educação, na perspectiva de incluir os portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, resgatando experiências bem sucedidas de processos de inclusão social;
- XI. promover a flexibilização dos cursos profissionalizantes, permitindo sua adequação a novas demandas do mercado de trabalho e sua articulação com outros projetos voltados à inclusão social;
- XII. criar centros de formação e orientação profissional nas regiões com maiores índices de exclusão social;
- XIII. implementar ,na rede pública de ensino, uma campanha de conscientização ambiental com atividades práticas;

- XIV. incentivar a implementação do ensino superior no município;
- XV. alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;
- XVI. garantir aprendizagem e combater a repetência, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial, em todas as escolas, inclusive nos distritos;
- XVII. combater a evasão, pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;
- XVIII. matricular o aluno na escola mais próxima de sua residência;
- XIX. valorizar a formação ética, artística e a educação física; e
- XX. viabilizar centros de educação infantil em núcleos rurais.

#### **Capítulo IV**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 23.** A Política Municipal de Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, como política de proteção social não contributiva destinada a cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, desenvolvida na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem como objetivos:

- I. promover um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada, para garantir ampliação do sistema de proteção social e o acesso aos direitos previstos na Legislação Social Brasileira;
- II. prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial, prioritariamente para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- III. contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
- IV. assegurar que as ações, no âmbito da assistência social, tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.

**Art. 24.** A assistência social se desenvolve por meio de três funções principais, articuladas entre si:

- I. a proteção social, hierarquizada em proteção social básica e proteção social especial, com provisão de benefícios, serviços, programas e projetos;
- II. a vigilância social, visando conhecer a presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos da vida; e
- III. a defesa social e institucional, que implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção básica e especial, para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo e no acesso a oportunidades, capacitação, serviços, condições de convívio e socialização.

**Art. 25.** A proteção social deve garantir:

- I. segurança de sobrevivência, de rendimento e de autonomia, que implicam na garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego;
- II. segurança de acolhida, que implica na provisão às necessidades humanas, como o direito à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade; e
- III. segurança de vivência familiar ou convívio, que implica no fortalecimento e/ou recuperação dos vínculos pessoais, familiares, de vizinhança e de segmento social.

**Art. 26.** A política pública de assistência social no município segue os princípios estabelecidos pelo art. 4º da Lei Federal nº. 8.742/93, quais sejam:

- I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; e
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

**Art. 27.** São diretrizes da Política Municipal de Assistência Social:

- I. concepção da Política de Assistência Social como direito e respeito à condição do usuário enquanto cidadão;
- II. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- III. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- IV. descentralização da Política de Assistência Social;
- V. ampliação da participação do usuário nos serviços e nos espaços deliberativos;
- VI. democratização e transparência na aplicação da Política de Assistência Social;
- VII. garantia da qualidade na prestação dos serviços de Assistência Social;
- VIII. ampliação quantitativa e qualitativa do acesso do usuário, buscando a efetivação da universalização da Política de Assistência Social; e
- IX. articulação da Política de Assistência Social com as demais Políticas Públicas.

**Art. 28.** São ações estratégicas da Política Municipal de Assistência Social:

- I. implantar, estruturar e implementar ações, no campo da assistência social, de forma descentralizada;
- II. definir as ações com base nos níveis de vulnerabilidade, e no processo de vigilância social;
- III. promover a articulação e a integração entre o Poder Público, os segmentos sociais organizados e rede de serviços não governamentais que atuam na área de assistência social;
- IV. desenvolver ações voltadas à inclusão produtiva, sob uma ótica solidária, como forma de proporcionar oportunidades de renda à população que não tem acesso ao mercado de trabalho, promovendo o acesso às seguranças de sobrevivência, rendimento, autonomia e convívio;
- V. fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, como referência territorial na condução da política de assistência social em âmbito local, garantindo sua implantação, estruturação e manutenção nos territórios, de acordo com a leitura das vulnerabilidades do município;
- VI. criar e incrementar Centros de Referência Especializado de Assistência Social, entendidos como equipamentos voltados à prestação de serviços de média complexidade, para atender as pessoas e famílias que se encontram em situação de fragilidade social e pessoal, mas que não tiveram os vínculos familiares rompidos;
- VII. estruturar os serviços considerados prioritários, no âmbito da proteção social básica e especial, pautados na matricialidade familiar e na territorialização;
- VIII. ampliar e implementar o trabalho e a metodologia de atendimento a famílias na Proteção Social Básica e Especial;
- IX. definir uma metodologia de trabalho sócio-educativo voltado aos ciclos de vida, com base na centralidade familiar e na lógica territorial descentralizada, viabilizando meios para ampliar sua oferta, de acordo com a necessidade;
- X. desenvolver a gestão dos benefícios assistenciais advindos das três esferas de governo;
- XI. estabelecer uma relação de referência e contra-referência entre os serviços de proteção social básica e especial;
- XII. celebrar parcerias com a rede não governamental no desenvolvimento de ações sócio-assistenciais, em caráter suplementar nos territórios;
- XIII. articular o trabalho em rede intersetorial com as políticas públicas, com enfoque territorial;
- XIV. implantar sistema informatizado de gestão, de registro de usuários, serviços e dados de realidade, integrando também de maneira informatizada a rede sócio-assistencial;
- XV. criar espaços de expressão e participação da população no exercício do controle social;
- XVI. dar cumprimento às deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social e dos Conselhos Municipais de Defesa de Direitos, no que concerne à política de assistência social;
- XVII. fomentar a prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios, pela rede governamental e não governamental, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, com controle do Conselho Municipal de Assistência Social e co-financiamento pelas três esferas de governo;

- XVIII. incentivar as ações e iniciativas da sociedade civil voltadas à melhoria da qualidade de vida do público-alvo da política de assistência social;
- XIX. estimular o exercício da vigilância social, para nortear a gestão da política de assistência social, especialmente no que se refere à ampliação de cobertura de atendimento;
- XX. implantar sistema de monitoramento e avaliação da política de assistência social, com base em indicadores; e
- XXI. desenvolver ações intersetoriais voltadas ao campo da economia solidária, propiciando, às iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, assessoria, formação continuada, fomento, apoio à comercialização e estímulo à organização de redes de economia solidária.

## **Capítulo V**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 29.** A Política Municipal de Cultura objetiva incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura cuja política tem como princípios:

- I. a liberdade de expressão, criação e produção no campo cultural;
- II. o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição;
- III. o incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais nos vários campos da cultura e das artes;
- IV. a cultura como política pública, enriquecendo a subjetividade e a perspectiva de vida dos cidadãos;
- V. a superação da distância entre produtores e receptores de informação e cultura, oferecendo à população o acesso à produção cultural, renovando a auto-estima, fortalecendo os vínculos com a cidade, estimulando atitudes críticas e cidadãs e proporcionando prazer e conhecimento; e
- VI. a valorização, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural londrinense.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, o patrimônio cultural é integrado pelos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e memória coletiva londrinense, como edificações isoladas e/ou conjuntos, ruas, bairros, traçados urbanos, praças, paisagens, sítios arqueológicos, monumentos naturais, além de saberes e manifestações que, por sua importância para consolidar a identidade cultural, merecem a proteção do Município.

**Art. 30.** São diretrizes da Política Municipal de Cultura:

- I. promover a descentralização das ações culturais do Município, estendendo o circuito e os aparelhos culturais a toda a municipalidade;
- II. fortalecer o meio cultural londrinense, formando um público exigente e participativo, desenvolvendo condições para artistas, técnicos e produtores aperfeiçoarem seu trabalho na cidade;
- III. garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;
- IV. proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais;
- V. mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio de ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades pelo desenvolvimento e pela sustentação das manifestações e projetos culturais;
- VI. desenvolver a política municipal de cultura, em consonância com outras políticas públicas, a fim de atender amplamente ao cidadão; e
- VII. levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e a memória material e imaterial da comunidade.

**Art. 31.** São ações estratégicas da Política Municipal de Cultura:

- I. elaborar o Plano Municipal de Cultura, em conjunto com representantes da sociedade civil e outros setores do governo;
- II. instituir e implementar a lei de preservação do patrimônio histórico cultural de Londrina;
- III. trabalhar, em conjunto com a comunidade escolar, visando desenvolver programas de artes, de cultura e de solidariedade;
- IV. criar televisão pública com gestão democrática, composta pelo Poder Público e sociedade civil em canal aberto;
- V. criar mecanismos, instrumentos e incentivos voltados à preservação do patrimônio cultural do Município;
- VI. manter incentivos financeiros para programas culturais; e
- VII. implementar equipamentos culturais, em todas as regiões da cidade que possuam ambientes para a conservação da memória regional e local, bibliotecas “infantil, adulto e outras”, auditórios e salas para alfabetização, leitura e inclusão digital dos cidadãos.

**Capítulo VI**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

**Art. 32.** A Política Municipal de Esportes e Lazer tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de desenvolvimento físico, mental e social, através do incentivo à prática de atividades esportivas e recreativas, no âmbito escolar, universitário, comunitário, de competição e de alto rendimento, programas sociais e da promoção de eventos.

**Art. 33.** A Política Municipal de Esportes e Lazer deverá orientar-se pelos seguintes princípios:

- I. desenvolvimento e fortalecimento dos laços sociais e comunitários entre os indivíduos e grupos sociais; e
- II. universalização da prática esportiva e recreativa, independentemente das diferenças de idade, raça, cor, ideologia, sexo e situação social.

**Art. 34.** São diretrizes da Política Municipal de Esportes e Lazer:

- I. envolver as entidades representativas na mobilização da população, na formulação e na execução das ações esportivas e recreativas;
- II. estimular a prática de atividades de esporte e lazer junto à comunidade;
- III. Garantir, a toda população, condições de acesso e de uso dos recursos, serviços e infra-estrutura para a prática de esportes e lazer;
- IV. incentivar a prática de esportes, na rede escolar municipal, por meio de programas integrados à disciplina de Educação Física;
- V. promover e incentivar o desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos, voltados exclusivamente à consecução de programas e projetos para a melhoria do nível técnico das modalidades esportivas;
- VI. elaborar e propor programas dirigidos ao esporte da rede escolar municipal, estadual e particular, promovendo eventos que englobem todas as áreas do ensino primário, fundamental e médio.
- VII. viabilizar, junto com as entidades de ensino superior de Londrina, os projetos e programas constantes da Política de Desenvolvimento do Esporte Universitário;
- VIII. promover e incentivar o desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos, voltados exclusivamente à consecução de programas e projetos, para a melhoria do nível técnico, nos esportes de alto rendimento, e incentivar a participação em campeonatos e ligas nacionais;
- IX. incentivar e apoiar as entidades que promovem o esporte competitivo da juventude;
- X. viabilizar, junto às entidades especializadas, o desenvolvimento do esporte, recreação e lazer para portadores de necessidades especiais;
- XI. promover a formação e treinamento especializado de recursos humanos, destinados à execução de programas esportivos, de recreação e lazer, e elaborar e propor programas para a comunidade, por meio do esporte comunitário.
- XII. incentivar e apoiar as entidades que promovem e atuam nas áreas de esportes e atividades com características alternativas;
- XIII. incentivar a prática do ciclismo e caminhadas nos distritos; e
- XIV. otimizar o uso de espaços públicos para ações de integração da comunidade em geral.

**Art. 35.** São ações estratégicas da Política Municipal de Esporte e Lazer:

- I. promover a capacitação profissional dos professores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

- II. adequar a infra-estrutura física e administrativa de esporte e lazer do Município;
- III. melhorar a infra-estrutura dos campos de futebol existentes;
- IV. equipar adequadamente as praças e áreas verdes;
- V. administrar e manter os equipamentos esportivos próprios, ou sob sua responsabilidade, zelando pela sua manutenção, por seu bom uso e pelo acesso da comunidade;
- VI. criar, implantar, otimizar, disponibilizar e manter equipamentos e espaços públicos urbanos e rurais para lazer, atividades físicas e esportivas, por meio de academias para idosos com atividades interdisciplinares;
- VII. manter quadras, praças esportivas, campos de futebol, ginásios cobertos e outros similares pertencentes ao Município de Londrina, em perfeitas condições de uso, respondendo por suas estruturas;
- VIII. valorizar, dar suporte e apoio às ligas esportivas, aos clubes amadores e outras entidades dirigentes de modalidades esportivas do Município de Londrina; e
- IX. incentivar e apoiar entidades que promovem e executam programas esportivos, de recreação, de lazer e comunitários.

## **Capítulo VII**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DA MULHER**

**Art. 36.** A Política Municipal da Mulher tem como objetivo contribuir para a construção de uma sociedade em que as condições de liberdade e de igualdade entre homens e mulheres sejam asseguradas, cujos princípios básicos são:

- I. a transformação das relações de gênero, propiciando à mulher condição de igualdade no mercado de trabalho e no meio sócio-familiar no Município de Londrina;
- II. a efetivação dos direitos da mulher, no âmbito social e familiar, prevenir e enfrentar a violência doméstica e social, a discriminação social e o preconceito de diferentes dimensões; e
- III. o respeito à diversidade étnica/racial, religiosa, política e de orientação sexual, pautando-se na igualdade de direitos.

**Art. 37.** A Política Municipal da Mulher adota, como suas diretrizes, aquelas do Plano Nacional de Política para Mulheres, quais sejam:

- I. promover a autonomia, igualdade no trabalho e cidadania;
- II. garantir uma educação inclusiva e não sexista;
- III. promover a saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e
- IV. garantir o enfrentamento à violência contra as mulheres.

**Art. 38.** São diretrizes da Política Municipal da Mulher:



- I. contemplar a educação de gênero nos objetivos e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher;
- II. melhorar o atendimento prestado pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher, equipando-o adequadamente e mantendo número compatível de funcionários;
- III. descentralizar o serviço prestado pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher, visando ao atendimento de todas as regiões do Município; e
- IV. oferecer cursos para capacitação dos funcionários que atuam nos programas referentes à Política Municipal da Mulher.

**Art. 39.** São ações estratégicas da Política Municipal da Mulher:

- I. dar continuidade às ações do Programa Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher e aos projetos que o compõem;
- II. dar continuidade às ações do Programa Municipal de Inclusão e Estudo de Gênero nas Políticas Públicas e aos projetos que o compõem; e
- III. dar continuidade às ações do Programa Municipal de Formação Profissional Feminina e aos projetos que o compõem.

**Parágrafo único.** Para os fins desta Lei, entende-se por educação de gênero o processo de desenvolvimento de comportamentos de homens e mulheres, para conviverem em sociedade, de maneira mais equitativa.

## **Capítulo VIII**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**Art. 40.** A Política Municipal de Habitação objetiva assegurar a todos o direito à moradia, devendo orientar-se pelos seguintes princípios:

- I. a garantia de condições adequadas de higiene, conforto e segurança para moradias;
- II. a consideração das identidades e vínculos sociais e comunitários das populações beneficiárias;
- III. o atendimento prioritário aos segmentos populacionais socialmente mais vulneráveis;
- IV. o tratamento da questão habitacional como política de Estado;
- V. a universalização do direito à moradia e à cidade;
- VI. a democratização da gestão urbana;
- VII. a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda;
- VIII. a integração da política habitacional às demais políticas urbanas;
- IX. a incorporação dos fundamentos da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental;
- X. a adoção do viés sócio-econômico pautado no enfoque da população de baixa renda;
- XI. a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda; e

XII. integração das políticas habitacionais a outras políticas públicas em geral.

**Art. 41.** São diretrizes da PMH:

- I. assegurar a compatibilização entre a distribuição populacional, a disponibilidade e a intensidade de utilização da infra-estrutura urbana;
- II. garantir participação da população nas fases de projeto, desenvolvimento e implantação de programas habitacionais;
- III. diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização, adequando o atendimento às características sócio-econômicas das famílias beneficiadas;
- IV. estabelecer normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificações para assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda, respeitadas a situação sócio-econômica da população e as normas ambientais;
- V. instituir zonas especiais de interesse social (ZEIS);
- VI. estabelecer critérios para a regularização de ocupações consolidadas e promover a titulação de propriedade aos seus ocupantes;
- VII. assegurar, sempre que possível, a permanência das pessoas em seus locais de residência, limitando as ações de remoção aos casos de residentes em áreas de risco ou insalubres;
- VIII. priorizar ações no sentido de resolver a situação dos residentes em áreas de risco e insalubres;
- IX. desenvolver programas preventivos e de esclarecimento quanto à ocupação e permanência de grupos populacionais em áreas de risco ou insalubres;
- X. permitir o parcelamento e ocupação do solo de interesse social com parâmetros diferenciados, como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda, desde que em parceria com o gestor municipal do Fundo Municipal de Habitação;
- XI. priorizar, quando da construção de moradias de interesse social, as áreas já devidamente integradas à rede de infra-estrutura urbana, em especial as com menor intensidade de utilização;
- XII. promover a progressiva eliminação do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, em especial para os segmentos populacionais socialmente vulneráveis, residentes no Município;
- XIII. redefinir as formas legais de acesso ao solo urbanizado e à moradia para atender as especificidades da demanda;
- XIV. estabelecer parâmetros para a implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- XV. estabelecer parâmetros para a regularização fundiária dos assentamentos precários;
- XVI. garantir a alocação de recursos públicos para a execução da política habitacional do Município;

- XVII. indicar ações para a reestruturação da COHAB-LD e demais órgãos públicos, que atuam na questão habitacional e para a capacitação de seus recursos humanos;
- XVIII. estabelecer os critérios para a criação do Conselho Municipal de Habitação e instituição do Fundo Municipal de Habitação; e
- XIX. definir os critérios para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na questão habitacional.

**Art. 42.** São ações estratégicas da PMH:

- I. realizar o diagnóstico das condições de moradia no município, identificando seus diferentes aspectos, de forma a quantificar e qualificar os problemas relativos às moradias em situação de risco, aos loteamentos irregulares e às áreas de interesse para preservação ambiental ocupadas por moradia em bairros com carência de infra-estrutura, serviços e equipamentos;
- II. atuar em conjunto com o Estado, a União, a Caixa Econômica Federal ou com órgãos por eles designados, para a criação de um banco de dados de uso compartilhado, com informações sobre a demanda e oferta de moradias, programas de financiamento, custos de produção e projetos;
- III. agilizar a aprovação dos empreendimentos de interesse social, estabelecendo acordos de cooperação técnica entre os órgãos envolvidos;
- IV. investir no sistema de fiscalização integrado nas áreas de preservação e proteção ambiental constantes deste plano, de forma a impedir o surgimento de ocupações irregulares;
- V. promover assistência técnica e jurídica à comunidade de baixa renda, quanto a ocupações irregulares, visando à regularização da ocupação;
- VI. promover a melhoria da capacidade de gestão dos planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;
- VII. buscar a auto-suficiência interna dos programas habitacionais, propiciando o retorno dos recursos aplicados, respeitadas as condições sócio-econômicas das famílias beneficiadas;
- VIII. manter um estoque de áreas de lotes para atendimento a programa de habitação social;
- IX. destinar áreas do parcelamento do solo para programas de habitação social.;
- X. capacitar os agentes públicos para a implementação e gerenciamento da PMH;
- XI. reordenar institucionalmente a COHAB-LD para atender às exigências da PMH;
- XII. estimular a participação da população na gestão e no planejamento da política habitacional municipal;
- XIII. regulamentar os instrumentos do Estatuto da Cidade na legislação urbana municipal;
- XIV. articular a PMH com as políticas de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental;
- XV. formular e executar os programas municipais de regularização fundiária;

- XVI. destinar recursos públicos ao atendimento das necessidades habitacionais da população com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos;
- XVII. incorporar as zonas especiais de interesse social (ZEIS) como estratégia política e urbanística para o enfrentamento da problemática habitacional da população de baixa renda;
- XVIII. flexibilizar nas modalidades de enfrentamento da inadimplência;
- XIX. estabelecer critérios técnicos e sócio-econômicos públicos para a destinação eficaz e socialmente responsável dos recursos destinados à área habitacional; e
- XX. promover a intervenção pública nos assentamentos precários, com vistas a garantir sua integração à cidade formal e ao conjunto de benefícios urbanos disponíveis.

### **TÍTULO III**

#### **DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

##### **Capítulo I**

#### **DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**Art. 43.** A Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de acessar o mercado de trabalho assim como gerar renda, priorizando as famílias de alta vulnerabilidade social.

**Art. 44.** São princípios no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

- I. a contribuição para o aumento da oferta de postos de trabalho;
- II. a defesa do trabalho digno, combatendo todas as formas de trabalho degradante;
- III. o incentivo e o apoio às diversas formas de produção e distribuição, por intermédio dos empreendimentos privados, associações de produtores, cooperativas e entidades; e
- IV. o estímulo a parcerias para a formulação de projeto de microcrédito para o pequeno e médio agricultor e empreendimentos econômicos solidários das zonas urbana e rural.

**Art. 45.** São diretrizes no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

- I. criar estruturas e mecanismos favoráveis à ampliação do trabalho, emprego e renda, permitindo a consolidação da cidadania bem como a sua divulgação, preferencialmente, em diversas regiões;

Lei nº 10.637/2008

- II. fomentar o surgimento de novas centralidades econômicas e incrementar as existentes, visando à distribuição espacial adequada dos serviços e oportunidades de trabalho e emprego;
- III. incentivar o cooperativismo e associativismo urbano e rural, facilitando a aquisição de insumos e equipamentos, bem como a comercialização da produção; e
- IV. dar suporte técnico à agricultura familiar e grupos de pequenos agricultores.

**Art. 46.** São ações estratégicas no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

- I. incentivar a criação de pólos de excelência em tecnologia;
- II. promover cursos de qualificação e capacitação da mão-de-obra na área urbana, incluindo os distritos e a zona rural;
- III. estimular a celebração de convênios entre o Poder Público e as empresas, para aumentar a geração de empregos à população local;
- IV. fomentar a realização de atividades turísticas e de lazer, visando implantar o programa de turismo em sua plenitude; e
- V. aproveitar o potencial turístico, definindo padrões e regras para convivência harmônica entre lazer e meio ambiente.

## **Capítulo II**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Art. 47.** A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico deve propiciar a consolidação do município como metrópole competitiva, empreendedora e solidária, tendo como princípios norteadores:

- I. a geração e o compartilhamento de riquezas materiais e imateriais, em especial, os bens e serviços, o conhecimento e a cultura;
- II. o incremento do potencial produtivo do município;
- III. o estímulo à eficiência econômica da cidade, à ampliação dos benefícios sócio-econômicos e à redução dos custos para os setores público e privado;
- IV. o fortalecimento e consolidação de suas vocações nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia, indústria, serviços, educação e cultura;
- V. a educação em todos os níveis, como instrumento de qualificação profissional e de desenvolvimento econômico, competitividade e empregabilidade, integração social e cidadania;
- VI. seu fortalecimento como pólo de logística;
- VII. sua consolidação como pólo regional de comércio atacadista e varejista, educação, serviços de saúde, entretenimento e cultura;
- VIII. o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades produtivas, possibilitando a transferência de tecnologia entre os diversos setores, a fim de agregar maior valor à produção local;

- IX. o desenvolvimento do potencial turístico, especialmente o turismo de negócios, de eventos e rural;
- X. o desenvolvimento da produção rural orgânica sustentável, com aplicação de tecnologias que permitam a manutenção do meio ambiente saudável;
- XI. permitir o desenvolvimento do entorno dos locais turísticos urbanos; e
- XII. programas de turismo rural, ecoturismo, turismo cultural e de eventos.

**Art. 48.** A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como diretrizes:

- I. fomentar a inovação tecnológica, adequando o conhecimento às atividades econômicas do Município e promovendo sua disponibilização;
- II. incentivar a produtividade e a competitividade como fatores de melhoria da participação do setor produtivo no mercado nacional e internacional;
- III. incentivar o empreendedorismo, as atividades de economia solidária e de incubação;
- IV. acolher empresas e manter as já instaladas, divulgando o município e suas potencialidades;
- V. facilitar a conexão entre as atividades urbanas e rurais do município;
- VI. apoiar a produção agrícola local e a difusão do conhecimento específico;
- VII. estimular a responsabilidade sócio-ambiental;
- VIII. incentivar as atividades das entidades do terceiro setor;
- IX. incentivar a aplicação de tecnologias sociais;
- X. mitigar a informalidade dos segmentos produtivos; e
- XI. estimular as atividades econômicas, no município, com ênfase nos distritos.

**Art. 49.** São ações estratégicas, no âmbito da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico:

- I. incentivar o desenvolvimento dos micro, pequenos e médios agentes econômicos, pela capacitação técnica e gerencial;
- II. estimular as instituições públicas e privadas a oferecerem qualificação e requalificação profissional compatíveis com as demandas do mercado;
- III. estabelecer parcerias entre agentes públicos e privados;
- IV. criar um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades produtivas; e
- V. promover atrativos turísticos e econômicos na área urbana, inclusive nos distritos e na zona rural.

## **TÍTULO IV DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

### **Capítulo I PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Art. 50.** A Gestão Democrática tem por objetivo garantir a participação da população, das associações e das entidades representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, implementação, controle e revisão de planos, leis, programas e projetos da política de desenvolvimento municipal.

**Art. 51.** São diretrizes da Gestão Democrática:

- I. reestruturar e implantar o sistema municipal de gestão e planejamento;
- II. descentralizar os processos decisórios;
- III. dotar as unidades operacionais do governo de competência técnica e capacidade financeira para o exercício de suas funções;
- IV. aperfeiçoar os sistemas de arrecadação, cobrança e fiscalização tributárias, através do geoprocessamento;
- V. promover condições efetivas para garantir a participação popular nos processos de decisão;
- VI. atuar de forma articulada com outros agentes sociais, parceiros ou órgãos governamentais, sobretudo nas ações de maior impacto social e econômico; e
- VII. assegurar transparência nas ações administrativas e financeiras, inclusive, mediante divulgação regular de indicadores de desempenho.

**Art. 52.** São ações estratégicas da Gestão Democrática:

- I. promover cursos de capacitação de líderes comunitários;
- II. valorizar, motivar e promover a qualificação profissional dos servidores públicos; e
- III. criar mecanismos de comunicação permanente entre a população e o Poder Público.

## **Capítulo II** **DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**Art. 53.** A Participação Popular objetiva valorizar e garantir o envolvimento dos munícipes, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas e sócio-culturais da comunidade.

**Art. 54.** A garantia da participação dos cidadãos e da responsabilidade do governo municipal tem por objetivos:

- I. a socialização da pessoa e a promoção do seu desenvolvimento integral, como indivíduo e membro da coletividade;
- II. o pleno atendimento das aspirações coletivas, no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública; e
- III. a permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

**Art. 55.** São diretrizes para incentivar e garantir a participação popular:

- I. valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;
- II. fortalecer os Conselhos Municipais e distritais como principais instâncias de assessoramento, consulta, fiscalização e deliberação da população sobre decisões e ações do governo municipal;
- III. apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;
- IV. consultar a população sobre as prioridades quanto à destinação dos recursos públicos;
- V. elaborar e apresentar os orçamentos públicos de forma a facilitar o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;
- VI. assegurar acessibilidade ao Sistema Municipal de Informações;
- VII. apoiar e participar de iniciativas que promovam a integração social e o aprimoramento da vida comunitária; e
- VIII. tornar pública toda a pesquisa e planejamento.

### **Capítulo III**

## **DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

### **SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 56.** O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão será desenvolvido pelos órgãos do Executivo Municipal, devendo garantir a necessária transparência, a participação dos cidadãos, das entidades representativas e os instrumentos necessários para sua efetivação.

**Art. 57.** Entende-se por Sistema Municipal de Planejamento e Gestão o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos, objetivando o desenvolvimento contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão urbana.

**Art. 58.** São objetivos do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

- I. criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- II. garantir eficiência e eficácia à gestão, visando à melhoria da qualidade de vida;
- III. instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão deste PDPML; e
- IV. monitorar e controlar os instrumentos urbanísticos e os programas e projetos aprovados.



**Art. 59.** O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Urbana será integrado:

- I. pelo Conselho Municipal da Cidade;
- II. pela implementação, acompanhamento e controle do Plano Diretor; e
- III. Sistema Municipal de Informações – SMI.
- IV.

**Seção II**  
**Do Conselho Municipal da Cidade**  
**Seção I – das disposições gerais**

**Art. 60.** Fica criado o Conselho Municipal da Cidade, como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta Lei.

**Art. 61.** São atribuições do Conselho Municipal da Cidade:

- I. elaborar seu regimento interno;
- II. dar encaminhamento às deliberações da Conferência Nacional da Cidade, em articulação com o Conselho Nacional das Cidades;
- III. articular discussões para a implementação do Plano Diretor;
- IV. acompanhar a elaboração e implementação do Plano Plurianual municipal;
- V. opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade, quando couber;
- VI. emitir parecer sobre propostas de alteração da lei geral do Plano Diretor e leis complementares;
- VII. acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, inclusive os planos setoriais;
- VIII. emitir parecer sobre projetos de lei de interesse da política urbana e regulamentações, antes do seu encaminhamento à Câmara Municipal;
- IX. acompanhar a implementação dos instrumentos urbanísticos previstos nesta lei;
- X. deliberar sobre casos não previstos na lei do Plano Diretor e na legislação municipal correlata; e
- XI. analisar e emitir parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança.

**Art. 62.** O Conselho será composto por 34 (trinta e quatro) membros efetivos, além dos seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, da seguinte forma:

- a) quatro representantes do IPPUL;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação;
- c) um representante da Secretaria Municipal do Ambiente;
- d) um representante da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU-LD;

- e) um representante da Companhia Municipal de Habitação – COHAB-LD;
- f) um representante da CODEL;
- g) um representante da Câmara Municipal de Londrina;
- h) três representantes dos distritos e áreas rurais, sendo : 1 (Irerê, Paiquerê e Lerroville), 1 (Maravilha, Warta e área rural), 1 (Patrimônio Regina, São Luiz e Guaravera)
- i) um representante das pessoas com deficiência indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- j) um representante da Universidade Estadual de Londrina – UEL;
- k) um representante da Universidade Filadélfia de Londrina – UNIFIL;
- l) um representante da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR;
- m) um representante da Pontifícia Universidade Católica do Paraná;
- n) um representante do CEAL;
- o) um representante do SINDUSCON;
- p) um representante do SECOVI;
- q) um representante do IAB;
- r) um representante do Sindicato dos Engenheiros dos Paraná/SENGE Londrina;
- s) um representante do Conselho de Trânsito de Londrina;
- t) dois representantes comunitários da Região Sul;
- u) dois representantes comunitários da Região Norte;
- v) dois representantes comunitários da Região Leste;
- w) dois representantes comunitários da Região Oeste; e
- x) dois representantes comunitários do Centro.

**§1º.** Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Cidade, representantes da comunidade, serão eleitos na conferência municipal de planejamento e os do Poder Público serão indicados pelo Prefeito, sendo os demais membros indicados pelas suas respectivas entidades.

**§2º.** Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Cidade serão nomeados pelo Prefeito.

**§3º.** Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

**§4º.** Os representantes comunitários da sociedade civil e os representantes das entidades não poderão estar designados para o exercício de cargo em comissão, em qualquer dos três poderes, nas esferas municipal, estadual e federal;

**§5º.** O suporte técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do Conselho, será prestado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

**§6º.** As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

**Art. 63.** O Conselho será presidido por um dos seus membros, eleito de forma democrática dentre os que o compõem.

**Art. 64.** São atribuições do Presidente do Conselho Municipal da Cidade:

- I. convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II. solicitar aos Comitês Técnicos a elaboração de pareceres sobre temas de relevante interesse público;
- III. firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções; e
- IV. constituir e organizar o funcionamento dos Comitês Técnicos e convocar as respectivas reuniões, podendo tal atribuição ser delegada aos coordenadores dos Comitês.

**Art. 65.** O Conselho contará com o assessoramento dos seguintes Comitês Técnicos:

- I. Habitação, coordenado por representante da COHAB;
- II. Saneamento Ambiental, coordenado por representante da Secretaria Municipal do Ambiente;
- III. Mobilidade Urbana, coordenado por representante da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU;
- IV. Planejamento e Gestão do Solo Urbano, presidido pelo Presidente do Conselho Municipal da Cidade, coordenado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) e composto pelos membros do Comitê Municipal de Planejamento Urbano (CMPU).
- V. Desenvolvimento Econômico e Turismo, coordenado por representante da CODEL – Instituto de Desenvolvimento de Londrina.

**§1º.** Os Comitês Técnicos servirão como suporte técnico para o Conselho, podendo ser requisitado seu parecer quando forem submetidos ao Conselho temas polêmicos ou de alta complexidade técnica.

**§2º.** Os Comitês serão compostos por até cinco membros, nomeados pelo coordenador do Comitê, dentre pessoas de reconhecido conhecimento sobre o assunto, sendo a função exercida sem direito a nenhum tipo de remuneração.

**§3º.** Cabe ao Presidente do Conselho solicitar o parecer do Comitê correspondente, sendo possível a solicitação de tal parecer pelos membros do Conselho, mediante requerimento assinado por pelo menos cinco membros dirigido ao Presidente do Conselho.

**§4º.** Os pareceres emitidos pelos Comitês Técnicos não têm caráter deliberativo, nem são de observação obrigatória pelo Conselho, servindo apenas como apoio técnico para questões de maior relevância.

**§5º.** Os Comitês têm o prazo de quinze dias para apresentação de seu parecer, a contar da data de encaminhamento do requerimento pelo Presidente do Conselho.

**§6º** Fica criado o Comitê Municipal de Planejamento Urbano (CMPU), órgão de caráter consultivo, com a finalidade de convergir as ações das unidades administrativas para os objetivos globais do Plano Diretor.

**§7º** O CMPU será composto pelos seguintes membros:

**I** – quatro representantes do IPPUL, que serão os ocupantes dos seguintes cargos:

- a) Diretor-Presidente;
- b) Diretor do Departamento de Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos;
- c) Diretor do Departamento de Planejamento Físico-Territorial;
- d) Diretor do Departamento de Trânsito e Sistema Viário;

**II** – Um representante do Centro Universitário Filadélfia de Londrina (UNIFIL);

**III** – Um representante do Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL);

**IV** – um representante da Câmara Municipal de Londrina;

**V** – um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Seção Londrina;

**VI** – um representante do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL);

**VII** – um representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração, Incorporação e Loteamento de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Paraná (SECOVI), Delegacia de Londrina;

**VIII** – um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná (SINDUSCON);

**IX** – um representante do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da União Norte do Paraná de Ensino (UNOPAR);

**X** – um representante da Secretaria Municipal do Ambiente;

**XI** – um representante da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação;

**XII** – um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

**XIII** – um representante da Secretaria Municipal de Cultura;

**XIV**– um representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Londrina (SINCIL); e

**XV**– um representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA).

**§8º** O CMPU será composto por membros titulares e suplentes, indicados pelas respectivas entidades, para mandato de quatro anos, que coincidirá com o do Prefeito do Município.

**§9º** São atribuições do Comitê Municipal de Planejamento Urbano:

**I** – examinar, emitir pareceres e sugerir propostas relacionadas à política e à legislação urbana;

**II** – participar das discussões e da análise dos orçamentos municipais quanto à execução das prioridades estabelecidas nesta lei;

**III** – examinar e emitir pareceres sobre Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e sobre Relatórios de Impacto de Vizinhança (RIV);

**IV** – auxiliar a Administração Municipal nas ações que visem à observância da legislação urbanística e políticas urbanas; e

**V** – aprovar seu Regimento Interno e as alterações nele introduzidas.

**Parágrafo único.** O prazo para emissão de parecer de que tratam os incisos I e III deste artigo é de trinta dias contados do recebimento da proposição.

**Art. 66.** As deliberações do Conselho serão feitas mediante resolução aprovada por maioria simples dos presentes.

**Art. 67.** O Presidente reencaminhará novo processo de votação, em casos de empate.

**Art. 68.** O regimento interno do Conselho será aprovado, na forma definida por resolução, e será modificado somente mediante aprovação de dois terços dos presentes.

### **Seção III**

#### **Da Implementação, Acompanhamento e Controle do Plano Diretor**

**Art. 69.** A implementação, acompanhamento e controle do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina são atribuições do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, que tem como incumbência coordenar o processo de implementação do Plano Diretor, tendo em vista assegurar melhor desempenho, articulação e equilíbrio às ações das várias áreas e níveis da gestão.

**Parágrafo único.** O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL deve ser estruturado administrativamente para o atendimento destas atribuições, o que poderá ser feito mediante alterações na lei de criação do instituto, no prazo de cento e oitenta dias contados da aprovação desta Lei.

#### **Seção IV**

#### **Do Sistema de Informações para o Planejamento Municipal - SIPLAM**

**Art. 70.** O Sistema de Informações para o Planejamento Municipal - SIPLAM objetiva assegurar a produção, o acesso, a distribuição, o uso e o compartilhamento de informações indispensáveis à implementação do Plano Diretor Participativo Municipal.

**Art. 71.** São princípios fundamentais do SIPLAM:

- I. o direito à informação como um bem público fundamental;
- II. o uso e compartilhamento de informações como condição essencial para a eficácia da gestão municipal; e
- III. a valorização das formas descentralizadas e participativas de gestão.

**Art. 72.** O Sistema de Informações para o Planejamento Municipal - SIPLAM, responsabilidade do Poder Público, tem como missão o fortalecimento da capacidade de planejamento do Município e subsidiar a implementação do Plano Diretor Participativo Municipal.

**Art. 73.** Na estruturação e na gestão do SIPLAM deverão ser observados os seguintes atributos associados à informação:

- I. relevância;
- II. atualidade;
- III. confiabilidade;
- IV. abrangência;
- V. disponibilidade, em frequência e formato adequados ao uso;
- VI. comparabilidade temporal e espacial;
- VII. facilidade de acesso e uso; e
- VIII. viabilidade econômica.

**Art. 74.** São instrumentos relevantes para a operacionalização do SIPLAM:

- I. os sistemas automatizados de gestão e de informações geo-referenciadas; e

- II. a rede municipal de informações para comunicação e acesso a bancos de dados por meios eletrônicos.

**Art. 75.** São diretrizes para o desenvolvimento do SIPLAM:

- I. organizar, aprimorar, incrementar e disponibilizar publicamente informações e conhecimentos sobre o Município;
- II. garantir adequado suprimento, circulação e uso de informações indispensáveis à articulação, coordenação e desempenho do planejamento municipal;
- III. facilitar as condições de acesso dos agentes locais às informações indispensáveis à promoção do planejamento municipal;
- IV. fomentar a extensão e o desenvolvimento de redes de interação eletrônicas para comunicação, acesso, disponibilização e compartilhamento de informação, especialmente para articular e envolver a população organizada na gestão do Município;
- V. priorizar as demandas de informações relacionadas às atividades fins, sobretudo as de maior impacto sobre a qualidade das políticas públicas, de forma a alimentar o monitoramento da implementação do Plano Diretor Participativo;
- VI. estruturar e implantar o SIPLAM de forma gradativa e modulada;
- VII. assegurar a compatibilidade entre prioridades informacionais, requisitos técnicos e recursos disponíveis;
- VIII. promover parcerias com agentes públicos ou privados para a manutenção e contínuo aperfeiçoamento do SIPLAM; e
- IX. fornecer informações para a elaboração dos planos, programas e projetos setoriais.

**TÍTULO V**  
**DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**Capítulo I**  
**DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

**Art. 76.** A adequação do uso da propriedade à sua função social constitui requisito fundamental ao cumprimento dos objetivos desta Lei, devendo o governo municipal e os munícipes assegurá-la.

**Parágrafo único.** Considera-se propriedade, para os fins desta Lei, qualquer fração ou segmento do território, de domínio privado ou público, edificado ou não, independentemente do uso ou da destinação que lhe for dada ou prevista.

**Art. 77.** Para cumprir sua função social, a propriedade deve atender aos critérios de ocupação e uso do solo, às diretrizes de desenvolvimento do Município, nos planos territorial e social, e a outras exigências previstas em lei, mediante:

- I. aproveitamento socialmente justo e racional do solo;
- II. utilização em intensidade compatível com a capacidade de atendimento dos equipamentos e serviços públicos;
- III. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, bem como a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e arquitetônico;
- IV. utilização compatível com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos;
- V. plena adequação aos fins a que se destina, sobretudo, em se tratando de propriedade pública;
- VI. cumprimento das obrigações tributárias e trabalhistas;
- VII. utilização compatível com as funções sociais da cidade, no caso de propriedade urbana; e
- VIII. realização das obras de desenvolvimento do município, no plano territorial e social, priorizadas neste plano, independente da mudanças de governo.

**Parágrafo único.** As funções sociais da cidade são aquelas indispensáveis ao bem-estar de seus habitantes, incluindo a moradia, a infra-estrutura urbana, a educação, a saúde, o lazer, a segurança, a circulação, a comunicação, a produção e comercialização de bens, a prestação de serviços e a proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais ou criados.

## **Capítulo II**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO**

#### **Seção I – Das disposições gerais**

**Art. 78.** A Política Municipal de Estruturação do Território tem por objetivo a estruturação do espaço municipal, sua articulação e integração na Região Metropolitana de Londrina cujos princípios são os seguintes:

- I. a compatibilização dos instrumentos de desenvolvimento municipal com as políticas de desenvolvimento regional;
- II. a integração dos instrumentos de desenvolvimento municipal;
- III. a participação da população nos processos de decisão sobre a política urbana;
- IV. a continuidade no tempo e no espaço das ações básicas de planejamento urbano; e
- V. a fiscalização permanente para adoção de medidas corretivas e punitivas.



**Art. 79.** O ordenamento do território far-se-á por meio do processo de planejamento contínuo, de investimentos em infra-estrutura, de políticas setoriais e da regulação e controle do parcelamento do solo, uso e ocupação.

**Parágrafo único.** A estruturação territorial está explicitada no Macrozoneamento, o qual abrange as áreas urbana e rural do município.

**Art. 80.** A regulação do uso e da intensidade da ocupação do solo considerará sempre:

- I. o equilíbrio entre as atividades urbanas e rurais;
- II. a capacidade de sustentação ambiental;
- III. a divisão do território em bacias hidrográficas;
- IV. o patrimônio natural, artificial e cultural;
- V. a segurança individual e coletiva;
- VI. a qualidade de vida;
- VII. a oferta suficiente ou projetada de infra-estrutura e serviços, compreendendo:
  - a) saneamento básico;
  - b) transporte público coletivo;
  - c) drenagem;
  - d) pavimentação;
  - e) iluminação pública;
  - f) equipamentos públicos e comunitários;
  - g) outros serviços urbanos essenciais;
- VIII. a necessidade de se eliminar a segregação sócio-espacial e evitar os grandes deslocamentos entre moradia, trabalho e serviços.

## **Seção II**

### **Da Política Municipal de Gestão Metropolitana**

**Art. 81.** São objetivos da Política Municipal de Gestão Metropolitana:

- I. fortalecer e assegurar a participação do Município na estrutura de gestão metropolitana, visando equacionar as questões de interesse comum, através do planejamento das ações, em conjunto com os demais municípios da Região Metropolitana de Londrina – RML;
- II. participar ativamente na construção de um sistema de informação regional que garanta o suporte necessário para o desenvolvimento de planos, programas e projetos de interesse comum; e
- III. desenvolver políticas regionais nas áreas urbana, ambiental, social e econômica, que considerem as potencialidades de cada local, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da região.

**Art. 82.** São diretrizes da Política Municipal de Gestão Metropolitana:

- I. desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação dos planos, programas e projetos de âmbito regional;
- II. estabelecer ações integradas para equacionamento de problemas comuns, estimulando a participação da comunidade;
- III. desenvolver o projeto Arco Norte de desenvolvimento integrado bem como outros que visem ao desenvolvimento metropolitano;
- IV. promover a integração do transporte público coletivo urbano com o metropolitano, e sistema viário entre as cidades que compõem a Região Metropolitana de Londrina;
- V. controlar o processo de urbanização dispersa, através do incentivo à ocupação de vazios urbanos e áreas já parceladas e implementar políticas de preservação de áreas de mananciais e de áreas com atividades agrícolas; e
- VI. orientar a ocupação urbana nas áreas limítrofes a outros municípios, em atuação conjunta com municípios integrantes da Região Metropolitana de Londrina, visando diminuir a intensidade da conurbação e perda da identidade municipal.

**Art. 83.** São ações estratégicas da Política Municipal de Gestão Metropolitana:

- I. sistematizar as informações de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana de Londrina; e
- II. estruturar equipe multidisciplinar junto ao IPPUL, para tratar de planos e programas municipais que tenham interface com os demais municípios da Região Metropolitana de Londrina.

### **Seção III**

#### **Do Macrozoneamento Municipal**

**Art. 84.** O Macrozoneamento tem por finalidade ordenar o território e possibilitar a definição de orientações estratégicas para o planejamento das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas, objetivando o desenvolvimento sustentável do Município.

**Art. 85.** Fica instituído o Macrozoneamento Municipal de Londrina, que adota as suas principais bacias hidrográficas como unidades de gestão ambiental da ocupação do solo, define os eixos de desenvolvimento econômico e institui a política de polinucleação do município, estabelecendo os núcleos de desenvolvimento rural/urbano.

**Art. 86.** Para os efeitos desta Lei, o Município de Londrina foi dividido em 6 (seis) Macrozonas, com a finalidade de gestão ambiental do uso e ocupação do solo municipal:

- I. Macrozona Municipal 1 – representada pelo conjunto do território das microbacias hidrográficas dos Ribeirões Três Bocas, Cambé, Limoeiro, Quati, Lindóia, Jacutinga e Ribeirão Remansinho, no qual está situada a área urbana do Distrito Sede Municipal;
- II. Macrozona Municipal 2 – que compreende a área das bacias hidrográficas do Ribeirão dos Apertados, do Ribeirão das Marrecas, do Rio Volta Grande e Córrego do Gavião, que se situam no território municipal de Londrina.
- III. Macrozona Municipal 3 – que corresponde à área das bacias hidrográficas do Rio Taquara e do Ribeirão Figueira, que se situam no território municipal de Londrina;
- IV. Macrozona Municipal 4 – que compreende as áreas das bacias hidrográficas do Ribeirão Barra Funda e do Ribeirão Três Bocas Mirim, que se situam no território municipal de Londrina;
- V. Macrozona Municipal 5 – que compreende a área da bacia hidrográfica do rio Apucarantina, que se situa no território municipal de Londrina; e
- VI. Macrozona Municipal 6 – os corredores da biodiversidade, correspondentes às áreas desde o Parque Municipal Artur Thomas, Parque Municipal Daizaku Ikeda, Parque Estadual Mata do Godoi e Jardim Botânico, tendo por objetivo a implantação dos seus prolongamentos, visando à integração com o corredor da biodiversidade do Rio Tibagi, que correspondente às suas áreas marginais.

**Parágrafo Único.** Nos principais corpos d'água de cada macrozona serão definidos pontos de monitoramento ambiental do uso e da ocupação do solo municipal, que serão acompanhados pelo órgão municipal competente, em comum acordo com o órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos.

**Art. 87.** De maneira sobreposta à divisão em macrozonas, foram definidos os compartimentos territoriais de estímulo a usos específicos, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município:

- I. Eixo do Circuito Verde;
- II. Eixos de Desenvolvimento Regional;
- III. Pólo de Desenvolvimento Logístico Regional;
- IV. Corredor da Biodiversidade;
- V. Núcleos de Desenvolvimento Rural/ Urbano; e
- VI. Áreas de Ocupação Controlada.

**Art. 88.** O Eixo do Circuito Verde é composto pelas estradas que ligam os núcleos urbanos dos distritos municipais, tendo como objetivo a integração intramunicipal e o estímulo à melhor distribuição da população no território de Londrina.

**Art. 89.** Os Eixos de Desenvolvimento Regional compreendem as principais ligações de Londrina com os municípios limítrofes e região e têm como objetivo a sua articulação física e econômica dentro da sua região metropolitana e mesorregião Norte Central.

**Art. 90.** O Pólo de Desenvolvimento Logístico Regional compreende as áreas previstas para a implantação do Aeroporto Regional e seu entorno e tem por objetivo a destinação de áreas para a implementação de atividades da logística regional.

**Art. 91.** O Corredor da Biodiversidade compreende a faixa de 2,5 km (dois e meio quilômetros) definida pelo Governo do Estado do Paraná ao longo do Rio Tibagi, como área de proteção da biodiversidade e tem por objetivo o manejo controlado dessa faixa com a intenção da manutenção da biodiversidade ali existente.

**Art. 92.** Os Núcleos de Desenvolvimento Rural/ Urbano correspondem aos perímetros urbanos de: Patrimônio Regina, São Luís, Guaravera, Lerrovile, Paiquerê, Irerê, Maravilha, Warta e patrimônio Guairacá, cujo objetivo é a dinamização dessas áreas com vistas à fixação e atração da população naqueles espaços, assim como o apoio às atividades econômicas desenvolvidas no seu entorno.

**Art. 93.** As Áreas de Ocupação Controlada são aquelas onde se sobrepõem altas declividades e vegetação nativa, cuja ocupação deve ser direcionada de forma a garantir a preservação de suas características naturais.

**Art. 94.** A espacialização das Macrozonas e demais compartimentos territoriais definidos, no artigo anterior, estão delimitados no Mapa do Macrozoneamento, constante do Anexo I desta lei.

**Art. 95.** Constituem diretrizes e normas gerais e comuns às diferentes Macrozonas e demais compartimentos setoriais, vinculando todos os órgãos da administração pública direta e indireta, devendo ser observadas nas alterações da legislação urbanística e nos planos setoriais:

- I. exigir plano de ocupação urbana, quando da alteração de uso e parcelamento de grandes glebas;
- II. exigir, quando da implantação de novos usos urbanos ao longo das rodovias estaduais, a construção de acesso através de via marginal, fora da faixa de domínio da rodovia;

- III. preservar as faixas não edificáveis marginais aos leitos férreos ativos, linhas de alta tensão, dutos, oleodutos, preferencialmente, para sistema viário ou áreas complementares à urbanização.
- IV. condicionar nas macrozonas onde houver possibilidade de mineração, a autorização da atividade à consulta prévia ao órgão gestor ambiental municipal, cumpridas as exigências de EIA/RIMA e exigir Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD para áreas de mineração, estabelecendo critérios que garantam ocupação adequada aos aspectos ambientais e correção dos problemas críticos de drenagem;
- V. controlar o parcelamento do solo na área rural, coibindo o parcelamento com características de uso urbano e a subdivisão em frações ideais;
- VI. preservar o patrimônio natural, urbanístico, arquitetônico, arqueológico e cultural e definir critérios de gestão ambientalmente sustentável para as atividades instaladas e a instalar;
- VII. assegurar que o sistema viário estruturador e de transporte seja constituído pelas estradas vicinais, de forma adequada ao transporte coletivo; e
- VIII. regulamentar a implantação de atividades terciárias de grande porte e de projetos de ocupação de caráter regional e metropolitano na região limdeira às rodovias.

#### **Seção IV** **Da Estruturação Rural**

**Art. 96.** A Estruturação Rural visa dotar a área rural de infra-estrutura adequada ao seu desenvolvimento e estimular a sua integração com a área urbana, visando atender as funções econômicas e sociais, compatibilizando as atividades desenvolvidas na área rural com a preservação ambiental.

**Art. 97.** São diretrizes para a Estruturação Rural:

- I. estimular a participação da população rural na implementação do Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina, atendendo às suas demandas e necessidades;
- II. promover a adequada manutenção das estradas rurais, bem como a criação de novas vias, facilitando o escoamento da produção agrícola e o acesso da população rural às centralidades do município;
- III. incentivar a conservação do solo através de medidas de orientação, capacitação e informação dos produtores rurais;
- IV. incentivar os produtores de hortifrutigranjeiros bem como promover o desenvolvimento de estratégias que permitam seu acesso prioritário ao abastecimento e comercialização locais.
- V. elaborar plano de desenvolvimento rural, incluindo zoneamento de uso e ocupação do solo rural, de modo a evitar a intensificação da degradação das microbacias e iniciar processo de recuperação de matas ciliares, por meio de campanhas educativas e com a participação dos proprietários;

- VI. estabelecer critérios para implantação de atividades turísticas, recreativas e culturais na zona rural, respeitando o módulo mínimo do Incra e considerando os impactos ambientais decorrentes; e
- VII. oferecer assistência técnica ao produtor rural, por meio de convênios com entidades de pesquisa e órgãos governamentais do setor agropecuário.

**Art. 98.** São ações estratégicas para a Estruturação Rural:

- I. dar a destinação adequada aos resíduos sólidos produzidos na área rural, com especial atenção aos resultantes do uso de insumos agrícolas (fertilizantes, agroquímicos, sementes tratadas ou não, etc.);
- II. estimular o cooperativismo, o associativismo e o processo de agregação de valor e empreendedorismo rural;
- III. avaliar as oportunidades de geração de emprego e renda resultantes da adequação ambiental das propriedades na Zona Rural;
- IV. estimular a criação e manutenção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e outras áreas especialmente protegidas que possam ser enquadradas na previsão da Lei Complementar Estadual nº. 59/1991, que instituiu o ICMS ecológico no Estado do Paraná; e
- V. identificar as obras prioritárias para implantação do circuito verde.

**Seção V**  
**Da Estruturação Urbana**

**Art. 99.** A Estruturação Urbana visa ordenar as Macrozonas Urbanas de Londrina, por meio do parcelamento, uso e ocupação do solo, para atender as funções econômicas e sociais, compatibilizando desenvolvimento urbano, sistema viário, condições ambientais, oferta de transporte público coletivo, saneamento básico e demais serviços urbanos.

**Art. 100.** São diretrizes para a Estruturação Urbana:

- I. ordenar e disciplinar o crescimento do Município de Londrina, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana, no tocante à edificação e ao parcelamento do solo;
- II. consolidar a conformação de crescimento e adensamento da cidade com a integração do uso do solo, sistema viário e transportes, respeitando as restrições ambientais e estimulando os aspectos sociais e econômicos;
- III. recuperar, pelos instrumentos legais constantes do Estatuto da Cidade, os recursos advindos da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público e assegurar a sua aplicação em obras de infra-estrutura urbana, recuperação ambiental e habitação de interesse social;

- IV. estabelecer critérios para o controle da impermeabilização e das enchentes em áreas já ocupadas; e
- V. estimular a abertura de novas possibilidades de adensamento e de localização de atividades geradoras de emprego em locais potencializados pelos investimentos públicos, notadamente em sistema viário e de transportes, bem como em locais definidos por operações urbanas, de acordo com legislação específica.

**Art. 101.** São ações estratégicas da Estruturação Urbana:

- I. estruturar o uso do solo urbano, a partir das bacias hidrográficas, de forma a proporcionar o controle da qualidade ambiental com a utilização de indicadores de qualidade da água;
- II. promover a distribuição de usos e a intensificação do aproveitamento do solo, de forma equilibrada, em relação à infra-estrutura, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga, otimizar os investimentos coletivos, de forma a atender aos interesses e necessidades da população atual e projetada;
- III. evitar a segregação de usos, promovendo a diversificação e mescla de usos compatíveis, de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho na cidade;
- IV. manter o centro histórico com a preservação da memória histórica, cultural e arquitetônica;
- V. criar condições para a implementação de um centro multifuncional, de forma a possibilitar a extensão das atividades econômicas características da área central, sem a descaracterização do centro histórico; e
- VI. planejar as áreas mortuárias dentro do espaço urbano.

**Art. 102.** Passam a ser denominadas Unidades de Planejamento e Gestão Ambiental Urbana, para efeito desta lei, as seguintes macrobacias hidrográficas e seus afluentes:

- I. Bacia do Ribeirão Lindóia;
- II. Bacia do Ribeirão Jacutinga;
- III. Bacia do Ribeirão Quati;
- IV. Bacia do Ribeirão Cambé;
- V. Bacia do Ribeirão Três Bocas;
- VI. Bacia do Ribeirão Cafezal; e
- VII. Bacia do Ribeirão Limoeiro.

**Parágrafo Único.** Nos principais corpos d'água de cada unidade de gestão ambiental urbana, serão definidos pontos de monitoramento ambiental do uso e da ocupação do solo municipal, que serão acompanhados pelo órgão municipal competente, em comum acordo com o órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos.

**Art. 103.** Para a implementação do controle da qualidade ambiental das Unidades de Gestão Ambiental Urbana, a Prefeitura Municipal e organismos afins devem promover as seguintes ações:

- I. identificar as atividades existentes nas bacias hidrográficas relacionadas no artigo anterior;
- II. implantar pontos de monitoramento da qualidade das águas, levando em conta densidades, uso e ocupação das bacias selecionadas;
- III. estender, para as demais áreas urbanas do Município, os estudos referentes à Plataforma Ambiental elaborada para o Projeto de Implementação do Anel do Emprego;
- IV. implantar sistema de informação para o planejamento que permita o registro e acompanhamento dos resultados do monitoramento;
- V. instituir mecanismos de simulação, para o estudo do impacto da implantação de novas atividades nas bacias selecionadas;
- VI. promover a ocupação dos vazios urbanos, de acordo com sua vocação urbanística, para usos habitacionais, comerciais e de serviços, industriais, institucionais ou mistos aplicando, se necessário, os instrumentos urbanísticos previstos nesta Lei, com base em estudos técnicos conclusivos;
- VII. definir e controlar as áreas impróprias à ocupação, com a gradativa desocupação das áreas já ocupadas, propiciando alternativas de reassentamento;
- VIII. preservar as características históricas, sócio-culturais e do ambiente construído de bairros e/ou áreas de interesse histórico relevante; e
- IX. identificar núcleos de vizinhança solidária nos bairros periféricos com o objetivo de estruturar centros de atendimento integrado do Poder Público municipal, além de gerar vínculos de identidade entre a comunidade local.

## **Seção VI**

### **Do Macrozoneamento Urbano**

**Art. 104.** Fica instituído o Macrozoneamento Urbano do Distrito Sede de Londrina que institui:

- I. a Macrozona Urbana do Centro Norte, que compreende as áreas do entorno da Avenida Saul Elkind e cujo objetivo é a estruturação e consolidação de uma nova centralidade na região norte da área urbana do Distrito Sede;
- II. a Macrozona Urbana do Centro Sul, que corresponde às áreas do entorno do cruzamento da Estrada do Caramuru com a Rodovia Mabio Palhano, cujo objetivo é a estruturação de uma nova centralidade na região sul do Distrito Sede;
- III. a Macrozona Urbana do Centro Histórico, que corresponde ao núcleo histórico central da cidade de Londrina e tem como objetivo a preservação da memória histórica, cultural e arquitetônica e a utilização daquele espaço para as atividades de lazer e turismo, além das atualmente instaladas;



- IV. a Macrozona Urbana do Novo Centro, que corresponde às áreas situadas entre o Centro Histórico, a Avenida Dez de Dezembro, a Avenida Celso Garcia Cid, a Avenida Leste-Oeste e o Terminal Rodoviário e tem por objetivo a criação de uma nova centralidade de atividades comerciais, empresariais e de entretenimento, assim como residenciais, permitindo a expansão da área central, garantindo a vitalidade do Centro Histórico;
- V. a Macrozona Urbana de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Jacutinga, que corresponde às áreas da Bacia Hidrográfica do Jacutinga, dentro do perímetro urbano do Distrito Sede, e que tem como objetivo a preservação da função de abastecimento público daquele rio;
- VI. a Macrozona Urbana de Integração Metropolitana, que corresponde à área da Bacia Hidrográfica dos Ribeirões Lindóia e Quati, cujo objetivo é ordenar a conurbação urbana, que vem ocorrendo no espaço metropolitano com os municípios de Cambé e Ibiporã;
- VII. a Macrozona Urbana de Identidade Cultural, que corresponde às Bacias dos Ribeirões Cambé e Limoeiro, cujo objetivo é otimizar os equipamentos públicos de recreação e lazer, assim como garantir a manutenção da identidade cultural do Município relacionada com esses espaços;
- VIII. as Macrozonas Urbanas de Ocupação Controlada, que compreende as áreas da Bacia do Cafezal, comprometidas com o abastecimento público, as áreas atingidas pelo cone de aproximação do aeroporto, na zona leste do Distrito Sede, e as áreas compreendidas entre o Ribeirão Três Bocas e a Estrada da Cegonha, e têm por objetivo a manutenção da qualidade ambiental desse espaço;
- IX. a Macrozona Urbana de Baixa Densidade, que corresponde ao polígono formado pela Estrada da Cegonha, Rodovia Mabio Palhano, Rodovia PR 445 e a Estrutural Norte-Sul, cujo interesse é a manutenção de uma baixa densidade habitacional, em razão de suas características ambientais;
- X. a Macrozona Urbana de Média Densidade, que corresponde ao polígono formado pela Estrada da Cegonha, a Estrutural Norte-Sul, a Rodovia PR 445 e o limite do perímetro urbano municipal, na porção sudeste do espaço urbano, cujas referências são os loteamentos populares, tem por objetivo a expansão daqueles empreendimentos, garantida a conservação dos recursos naturais ali existentes;
- XI. a Macrozona Urbana Aeroportuária, que corresponde à área de ruído do aeroporto municipal, cujo objetivo é garantir a ocupação com usos que não conflitem com as atividades aeroportuárias;
- XII. a Macrozona Urbana do Parque Linear Florestal, que corresponde às áreas a leste do Parque Arthur Thomas, cujo objetivo é a implantação do seu prolongamento, visando a integração com o corredor da biodiversidade do rio Tibagi;
- XIII. a Macrozona Urbana da Memória Histórica do Heimtal, que corresponde ao bairro do Heimtal e tem por objetivo a preservação da memória histórica da ocupação de Londrina; e
- XIV. A macrozona urbana da memória histórica do Espírito Santo, que corresponde ao Distrito do Espírito Santo e tem por objetivo a preservação da memória histórica da ocupação de Londrina.

**Art. 105.** De maneira sobreposta à divisão em macrozonas urbanas, foram definidos os compartimentos territoriais, com a finalidade de estímulo a usos específicos, com vistas ao desenvolvimento sustentável urbano do Distrito Sede, quais sejam:

- I. Eixo de Desenvolvimento do Sistema Produtivo, que corresponde ao Anel do Emprego e tem por objetivo a alocação de atividades econômicas produtivas ao longo do sistema viário definido para tal; e
- II. Eixos Comerciais e de Serviços, que correspondem às principais vias da área urbana e objetivam a consolidação de usos comerciais e de serviços ao longo das estruturais macroviárias, vinculadas ao transporte público coletivo.

**Art. 106.** A espacialização das Macrozonas urbanas e demais compartimentos territoriais, definidos no artigo anterior, estão delimitados no Mapa do Macrozoneamento Urbano, constante do Anexo II desta Lei.

**Art. 107.** O Mapa do Macrozoneamento Urbano constante do Anexo II, integrante desta Lei, apresenta as áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo que deverão ser respeitadas na elaboração da adequação da Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, parte integrante deste Plano Diretor.

### **Capítulo III** **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE**

**Art. 108.** A Política Municipal de Mobilidade, entendida como a articulação e integração dos componentes estruturadores da mobilidade, incluindo transportes de carga e passageiros, sistema viário, trânsito, educação de trânsito e integração metropolitana, de forma a assegurar o direito de ir e vir com sustentabilidade e a melhor relação custo benefício social, tem como princípios básicos:

- I. priorizar a mobilidade e a acessibilidade cidadã voltada aos pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência e pessoas com restrição de mobilidade, em relação ao transporte motorizado;
- II. priorizar, na ordenação do sistema viário, a circulação do transporte público coletivo sobre o individual, conforme demanda de transporte, capacidade e função da via;
- III. reduzir tempos de viagem;
- IV. reduzir o consumo energético e o impacto ambiental;
- V. articular o sistema de mobilidade municipal e acessibilidade com o metropolitano, estadual e nacional, existente e planejado;
- VI. estruturar o sistema de transporte para atendimento das demandas atuais e projetadas e das diretrizes e normas relativas às macrozonas; e

- VII. compatibilizar a legislação existente com as diretrizes urbanísticas estabelecidas neste PDMPL, bem como exigir o cumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000 e do Decreto Federal nº 5.296/2004, no que se refere à acessibilidade.

**Parágrafo único.** São prioridades, nos projetos viários do município, a ampliação e adequação do sistema viário atual, com previsão de vias, equipamentos e sistemas construtivos de tecnologia atual com previsão para vinte anos, sendo que os projetos municipais deverão contemplar a ampliação e implantação do Anel do emprego e Arco Norte.

**Art. 109.** São diretrizes da Política Municipal de Mobilidade:

I. quanto ao transporte:

- a) adequar o atendimento às pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade, no sistema de transporte coletivo público e privado e no sistema de transporte individual remunerado de passageiros;
- b) incentivar o uso do transporte não motorizado, através de bicicleta;
- c) disciplinar o transporte de cargas e compatibilizá-lo às características de trânsito e das vias urbanas;
- d) garantir a toda a população a oferta diária e regular de transporte coletivo;
- e) adequar a oferta de transporte público coletivo à demanda, compatibilizando com as diretrizes de uso e ocupação do solo e contribuindo para o fortalecimento das diversas atividades nos bairros;
- f) incentivar, no sistema de transporte público coletivo o uso de tecnologias veiculares que reduzam a poluição ambiental e elevem as condições de conforto e segurança dos passageiros;
- g) assegurar concorrência e transparência na concessão da exploração do sistema público de transporte coletivo;
- h) disciplinar e fiscalizar o sistema público e privado de transporte coletivo, transporte escolar, fretamento, o sistema de transporte individual remunerado de passageiros e o sistema de transporte remunerado de cargas; e
- i) integrar políticas de desenvolvimento do turismo nas diretrizes do transporte coletivo.

II. quanto ao sistema viário:

- a) garantir à população condições eficientes de deslocamento e acessibilidade aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer;
- b) dotar o Município de um sistema viário que integre as áreas urbana e rural e o sistema viário intermunicipal – Circuito Verde;
- c) reduzir o caráter da área central de principal articuladora do sistema viário urbano e intermunicipal, realizando as obras necessárias que permitam a integração entre os diversos bairros da cidade e garantam a sua estruturação planejada;

- d) promover campanhas de educação para o trânsito, visando à redução de acidentes automobilísticos;
- e) minimizar o conflito entre trânsito de veículos e de pedestres;
- f) manter o sistema viário em condições adequadas de circulação e transportes para pedestres e veículos;
- g) desenvolver o sistema ciclovitário;
- h) estabelecer padrões de qualidade das calçadas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trânsito para todos os pedestres - Programa Calçada para Todos;
- i) combater e reduzir os níveis de impacto ambiental em áreas residenciais degradadas pelo tráfego intenso de veículos;
- j) dotar e manter as vias com sinalização informativa e de trânsito;
- k) fornecer subsídios para revisão da legislação urbanística e estabelecer critérios e parâmetros de transporte e trânsito no processo de análise e aprovação de empreendimentos geradores de tráfego, por meio de órgãos colegiados; e
- l) promover ações de monitoramento e segurança, por meio de Sistemas de Informações Geográficas e Tecnologia de Informação.

**Art. 110.** São ações estratégicas da Política Municipal de Mobilidade:

- I. elaborar o Plano de Mobilidade do Município de Londrina, estabelecendo diretrizes básicas para o sistema viário de interesse metropolitano;
- II. Criar o Conselho Municipal de Transporte Coletivo de Londrina e os Conselhos Regionais de Transporte Coletivo;
- III. elaborar o Plano de Transporte Público Coletivo, considerando as estruturas norte-sul e leste e oeste, assim como a integração das linhas metropolitanas;
- IV. elaborar o Plano Ciclovitário Municipal integrado aos outros meios de transporte;
- V. estabelecer parcerias com a iniciativa privada para implantação de equipamentos e infra-estrutura, na forma prevista em lei;
- VI. estabelecer diretrizes para a implantação de um Plano de Transporte da Carga Urbana e de Transporte de Produtos Perigosos;
- VII. definir locais e horários para operação de carga e descarga na região central, restringindo a circulação de veículos de grande porte nessa área em horário comercial;
- VIII. implementar o Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária – PEEAV, de forma adequada às diretrizes do PDPML; e
- IX. incluir no Plano de Mobilidade do Município de Londrina o estabelecimento de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, pela iniciativa privada, como contrapartida da implantação de empreendimentos geradores de tráfego ou impactantes a serem avaliados pelo poder público e pela comunidade.

**Art. 111.** Constituem diretrizes viárias do Município, aquelas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária – PEEAV.

**§1º.** Os padrões geométricos, para as diretrizes viárias, serão definidos na Lei do Sistema Viário de Londrina.

**§2º.** Poderão ser definidos padrões geométricos diferenciados para as diretrizes viárias de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

**Capítulo IV**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL AMBIENTAL**  
**Seção I – Das disposições gerais**

**Art. 112.** A Política Municipal Ambiental articula-se às diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos.

**Art. 113.** São princípios da Política Municipal Ambiental:

- I. a implementação das diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e regulamentares da Legislação Federal e da Legislação Estadual, no que couber;
- II. a proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;
- III. o controle e redução dos níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;
- IV. a pesquisa, desenvolvimento e fomento da aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais;
- V. a preservação de áreas especiais, ecossistemas naturais e paisagens notáveis, com a finalidade de transformá-las futuramente em unidades de conservação de interesse local;
- VI. a garantia da existência e o desenvolvimento das condições básicas de produção, regularização, disponibilização e conservação de recursos hídricos necessários ao atendimento da população e das atividades econômicas do Município;
- VII. a promoção da educação ambiental, dentro e fora das escolas, visando à conscientização da população quanto à correta destinação dos resíduos sólidos;
- VIII. a promoção da eficiência do consumo de energia, buscando a otimização e evitando o desperdício; e
- IX. a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão.

**Art. 114.** Constituem diretrizes da Política Municipal Ambiental:

- I. aplicar os instrumentos de gestão ambiental, estabelecidos nas legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como criar outros instrumentos, adequando-os às metas estabelecidas pelas políticas ambientais;
- II. controlar o uso e a ocupação de fundos de vale, áreas sujeitas à inundação e áreas de mananciais hídricos;
- III. orientar o manejo adequado do solo nas atividades agrícolas;
- IV. controlar a poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo;
- V. implementar o controle de produção e circulação de produtos perigosos;
- VI. adequar o tratamento e manutenção da vegetação, enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana;
- VII. manter e ampliar a arborização urbana;
- VIII. disciplinar o uso das áreas verdes públicas municipais para atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico, compatibilizando-os ao caráter essencial desses espaços;
- IX. instituir e aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos no município;
- X. articular a gestão da demanda e da oferta de água, particularmente daquela destinada ao abastecimento da população, por meio da adoção de instrumentos para a sustentação econômica da sua produção nos mananciais; e
- XI. implantar e rever periodicamente o Plano de Gestão Energético Municipal.

**Art. 115.** São ações estratégicas para a gestão da Política Municipal de Meio Ambiente:

- I. elaborar e implantar o Plano de Arborização Urbana;
- II. manter, recuperar e estabelecer programas para a preservação de mananciais hídricos;
- III. implantar áreas verdes em cabeceiras de drenagem e estabelecer programas de recuperação;
- IV. estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de incentivos fiscais e tributários, para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos de uso e preservação das áreas, estabelecidos pelo Executivo Municipal;
- V. elaborar o cadastro de redes de águas pluviais e instalação de água e esgoto;
- VI. promover campanhas de incentivo à limpeza de caixas d'água;
- VII. priorizar a implementação de sistemas de captação de águas pluviais para utilização em atividades que não impliquem em consumo humano;
- VIII. elaborar plano de controle de pragas urbanas e manejo de pequenos animais.
- IX. implementar campanha de conscientização ambiental nas escolas, incentivando atividades práticas;
- X. criar faixa de controle mais rigoroso de uso de agrotóxicos no entorno dos distritos;
- XI. aplicar as ações previstas no Plano de Gestão Energético Municipal (PGEM);
- XII. encaminhar às Universidades o estudo de uso de alternativas energéticas renováveis; e

- XIII. definir parques lineares ao longo dos cursos d'água urbanos, promovendo o seu zoneamento.
- XIV. definir as áreas de corredores da biodiversidade, com objetivo de integrar os remanescentes florestais nativos; e
- XV. definir áreas de amortecimento ou faixa sanitária, entre as áreas de preservação permanente e as ruas e avenidas.

## **Seção II**

### **Da Política Municipal de Saneamento Ambiental**

**Art. 116.** A Política Municipal de Saneamento Ambiental tem por objetivo universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

**Art. 117.** São diretrizes da Política Municipal de Saneamento Ambiental:

- I. prover abastecimento de água tratada a toda população, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências de higiene e conforto;
- II. implementar sistema abrangente e eficiente de coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e de drenagem urbana, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana e rural;
- III. promover sistema eficiente de prevenção e controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública;
- IV. promover programas de combate ao desperdício de água;
- V. viabilizar sistemas alternativos de esgoto onde não seja possível instalar rede pública de captação de efluentes;
- VI. garantir sistema eficaz de limpeza urbana, de coleta e de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana;
- VII. otimizar os programas de coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos;
- VIII. implantar sistema especial de coleta de lixo nas áreas inacessíveis aos meios convencionais;
- IX. atender ao disposto na Lei Federal nº. 11.445 de 5 de janeiro de 2007, sobre o saneamento básico, no que couber; e
- X. projetar e viabilizar implantação de crematório municipal.

**Art. 118.** São ações estratégicas da Política Municipal de Saneamento Ambiental:

I – ampliar a rede de saneamento básico;

II – ampliar a área abrangida pelo serviço de coleta de lixo;

III – executar rede de esgoto nas bacias de abastecimento prioritariamente; e

IV – implantar a drenagem urbana sustentável.

**Parágrafo único. VETADO.**

**Seção III**  
**Da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos**

**Art. 119.** A Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos tem por objetivos:

- I. o controle e a fiscalização dos processos de geração de resíduos sólidos, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas;
- II. a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos;
- III. a garantia de metas e procedimentos de introdução crescente no ciclo produtivo dos resíduos recicláveis, tais como metais, papéis, plásticos e a compostagem de resíduos orgânicos;
- IV. o estímulo ao uso, reuso e reciclagem de resíduos, em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil; e
- V. o estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

**Art. 120.** São diretrizes da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos:

- I. promover um ambiente limpo e agradável, por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental;
- II. preservar a qualidade dos recursos hídricos pelo controle efetivo do descarte de resíduos em áreas de mananciais;
- III. implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana;
- IV. minimizar a quantidade de resíduos sólidos, por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;
- V. minimizar a nocividade dos resíduos sólidos, por meio do controle dos processos de geração de resíduos nocivos e fomento à busca de alternativas com menor grau de nocividade;
- VI. controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental, oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva;
- VII. repassar o custo das externalidades negativas aos agentes responsáveis pela produção de resíduos que sobrecarregam as finanças públicas.



- VIII. assegurar a inclusão social no programa de coleta seletiva, garantindo a participação de catadores de materiais recicláveis; e
- IX. estimular a conscientização e a participação da comunidade nos programas de coleta seletiva.

**Art. 121.** São ações estratégicas para a Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos:

- I. estabelecer nova base legal relativa a resíduos sólidos, disciplinando os fluxos dos diferentes resíduos e os diferentes fatores;
- II. melhorar a gestão do aterro municipal;
- III. viabilizar a destinação final dos resíduos em aterro sanitário;
- IV. incentivar o desenvolvimento e o consumo de produtos não-tóxicos, de alto rendimento, duráveis, recicláveis e passíveis de reaproveitamento;
- V. implementar unidades de tratamento e destinação final de resíduos industriais;
- VI. incentivar a aplicação de mecanismos de desenvolvimento limpo; e
- VII. elaborar o Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, com a participação de representações da sociedade civil e outras esferas de governo na sua formulação, execução, acompanhamento e controle.

#### **Seção IV** **Da Política Municipal de Drenagem Urbana**

**Art. 122.** A Política Municipal de Drenagem Urbana tem por objetivos:

- I. o disciplinamento da ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando à sua recuperação;
- II. a implementação da fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas e fundos de vale e nas áreas destinadas à futura construção de reservatórios;
- III. a definição de mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, tais como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;
- IV. o desenvolvimento de projetos de drenagem que considerem, entre outros aspectos, a mobilidade de pedestres e portadores de deficiência física, a paisagem urbana e o uso para atividades de lazer;
- V. a implantação de ações educativas, de orientação e punição para a prevenção de inundações, tais como controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e a outros tipos de invasões nas áreas com interesse para drenagem; e
- VI. o estabelecimento de programa que articule os diversos níveis de governo para a implementação de cadastro da rede de drenagem e instalações.

**Art. 123.** São diretrizes da Política Municipal de Drenagem Urbana:

- I. equacionar a drenagem e a absorção de águas pluviais, combinando elementos naturais e construídos;
- II. garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais;
- III. controlar o processo de impermeabilização do solo;
- IV. conscientizar a população, quanto à importância de escoamento da retenção com infiltração das águas pluviais; e
- V. criar e manter atualizado cadastro da rede e instalações de drenagem.

**Art. 124.** São ações estratégicas da Política Municipal de Drenagem Urbana:

- I. preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente as várzeas, faixas sanitárias e fundos de vale;
- II. desassorear, limpar e manter os cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem;
- III. buscar a participação da iniciativa privada, por meio de parcerias, na implementação das ações propostas, desde que compatível com o interesse público;
- IV. revisar e adequar a legislação voltada à proteção da drenagem, estabelecendo parâmetros de tratamento das áreas de interesse para drenagem, tais como faixas sanitárias, várzeas, áreas destinadas à futura construção de lagos e fundos de vale;
- V. adotar, nos programas de pavimentação de vias locais e passeios de pedestres, pisos drenantes e criar mecanismos legais para que as áreas descobertas sejam pavimentadas com pisos drenantes; e
- VI. elaborar o cadastro de rede e instalações de drenagem.

**Capítulo V**  
**DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA**  
**Seção I – Das disposições gerais**

**Art. 125.** Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:

- I. Instrumentos de Planejamento:
  - a) Plano Plurianual - PPA;
  - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
  - c) Lei de Orçamento Anual; e
  - d) Lei do Plano Diretor.

**II. Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:**

- a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;*
- b) Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;*
- c) Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;*
- d) Direito de Superfície;*
- e) Direito de Preferência;*
- f) Outorga Onerosa do Direito de Construir;*
- g) Operações Urbanas Consorciadas;*
- h) Transferência do Direito de Construir;*
- i) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) ;*
- j) Consórcios Imobiliários; e*
- h) Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.*

**III. Instrumentos Tributários e Financeiros:**

- a) tributos municipais diversos;*
- b) taxas e tarifas públicas específicas;*
- c) contribuição de melhoria; e*
- d) incentivos e benefícios fiscais.*

**IV. Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana:**

- a) conselhos municipais;*
- b) fundos municipais;*
- c) gestão orçamentária participativa;*
- d) audiências e consultas públicas;*
- e) conferências municipais;*
- f) iniciativa popular de projetos de lei; e*
- g) referendo popular e plebiscito.*

**Seção II****Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios**

**Art. 126.** São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal e dos artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, localizados na Macrozona Urbana.

**§ 1º.** Lei específica definirá as áreas prioritárias para o adensamento e a ocupação dos lotes, conforme o geo-referenciamento.

**§ 2º.** Fica facultado, aos proprietários dos imóveis de que trata este artigo, propor ao Executivo o estabelecimento do Consórcio Imobiliário, conforme disposições do artigo 46 do Estatuto da Cidade.

§ 3º Consideram-se solos urbanos não parcelados as glebas localizadas dentro do perímetro definido pelo Macrozoneamento Urbano, conforme Mapa do Macrozoneamento Urbano constante do Anexo II, integrante desta Lei, com acesso à via pavimentada e infra-estrutura de água e luz, e contidas na área interna do perímetro do Eixo de Desenvolvimento do Sistema Produtivo, definido no inciso I do artigo 105 desta lei, assim como nas glebas confrontantes externas ao mesmo perímetro.

§ 4º. Consideram-se solos urbanos não edificadas os terrenos e glebas localizadas dentro do perímetro definido pelo Macrozoneamento Urbano, conforme Mapa do Macrozoneamento Urbano constante do Anexo II, integrante desta lei.

§ 5º. Consideram-se solos urbanos subutilizados os terrenos e glebas localizadas dentro do perímetro definido pelo Macrozoneamento Urbano, conforme Mapa do Macrozoneamento Urbano constante do Anexo II, integrante desta Lei, nas seguintes condições:

- I. que contenham edificações sem uso e abandonadas, contidas na área interna do perímetro da via Anel do Emprego e nos lotes confrontantes externos ao mesmo perímetro; e
- II. imóveis com edificações paralisadas, em ruínas ou edificações inadequadas à utilização de qualquer natureza, contidas na área interna do perímetro da via Anel do Emprego e nos lotes confrontantes externos ao mesmo perímetro.

§ 6º. Ficam excluídos da obrigação estabelecida no *caput* deste artigo, os imóveis:

- I. utilizados para instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades;
- II. que exercem função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;
- III. de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;
- IV. ocupados por clubes ou universidades;
- V. de propriedade de cooperativas habitacionais e da COHAB-LD;
- VI. cuidados e conservados, que não apresentem risco ou perigo para a vizinhança, com sistema de monitoramento ou vigilância;
- VII. cuidados, conservados e equipados, cedidos temporariamente como área de lazer à população vizinha; e
- VIII. lotes internos em condomínios, loteamentos fechados ou similares.

§ 7º. Considera-se imóvel urbano não utilizado todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de cinco anos, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

**Art. 127.** O proprietário será notificado pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º. A notificação far-se-á:

- I. por funcionário do órgão competente do Executivo, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa; e
- II. por edital, quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 2º. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano, a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação, execução de parcelamento, edificação e utilização do solo.

§ 3º. Somente poderão apresentar pedidos de aprovação de projeto até 2 (duas) vezes para o mesmo lote.

§ 4º. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de dois anos a contar da aprovação do projeto.

§ 5º. Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, poderá ser prevista a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 6º. A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos, com averbação no Registro de Imóveis.

### **Seção III** **Do IPTU Progressivo no Tempo**

**Art. 128.** O Município aplicará, para os imóveis constantes das áreas delimitadas no mapa de geo-referenciamento como prioritárias para o adensamento ou como imóveis abandonados que descumprirem as etapas e dos prazos estabelecidos no artigo 127, alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos ou até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º Lei específica, baseada no § 1º do artigo 7º do Estatuto da Cidade, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e as áreas e/ou locais de sua abrangência bem como a aplicação deste instituto, observado o seguinte:

I – a alíquota máxima não poderá ultrapassar a 8%;

II – VETADO.

**§2º.** Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

**§3º.** É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

#### **Seção IV**

#### **Da Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública**

**Art. 129.** Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

**§1º.** Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

**§2º.** O valor real da indenização:

- I. refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado, em razão de obras realizadas pelo Poder Público, na área este se localiza, após a notificação prevista nos incisos I e II, do §1º, do artigo 127 desta lei; e
- II. não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

**§ 3º.** Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

**§ 4º.** O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel, no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

**§ 5º.** O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

**§ 6º.** Ficam mantidas, para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º, as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 126 desta Lei.

#### **Seção V**

#### **Do Direito de Superfície**

**Art. 130.** O Direito de Superfície poderá ser exercido em toda propriedade urbana, nos termos da legislação federal pertinente, e prever averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

**Parágrafo único.** Fica o Executivo municipal autorizado a:

- I. exercer o Direito de Superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos, comunitários, sistema viário e ambiental; e
- II. exercer o Direito de Superfície em caráter transitório, para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

**Art. 131.** O Poder Público poderá conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

**Art. 132.** O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, ou a terceiros, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta lei.

## **Seção VI**

### **Do Direito de Preferência**

**Art. 133.** O Poder Público municipal poderá exercer o Direito de Preferência, para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.

**Parágrafo único.** O Direito de Preferência será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I. regularização fundiária;
- II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III. constituição de reserva fundiária;
- IV. ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; e
- VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

**Art. 134.** O Direito de Preferência incidirá nas zonas definidas pela Lei do Uso e Ocupação do Solo Municipal.

**Parágrafo único.** Os imóveis colocados à venda nas áreas definidas no caput deste artigo deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição por prazo a ser definido em lei específica.

**Art. 135.** O Executivo deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada em lei municipal específica baseada na presente lei, para o exercício do Direito de Preferência, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta lei.

**Art. 136.** O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

**§1º.** À notificação mencionada no caput deste artigo será anexada proposta de compra assinada por terceiro, interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão: preço, condições de pagamento e prazo de validade.

**§2º.** A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- I. proposta de compra apresentada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- II. endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- III. certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente; e
- IV. declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

**Art. 137.** Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, a Administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição de imóvel.

**§ 1º.** A Prefeitura fará publicar, num jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida, nos termos do artigo 127 desta lei e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

**§ 2º.** O decurso de prazo de trinta dias, após a data de recebimento da notificação do proprietário sem a manifestação expressa do Poder Executivo Municipal



de que pretende exercer o direito de preferência, faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada, sem prejuízo do direito do Poder Executivo Municipal exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras, dentro do prazo legal de vigência do Direito de Preferência.

**Art. 138.** Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua assinatura.

**§1º.** O Executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuada em condições diversas da proposta apresentada.

**§2º.** Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do imposto predial e territorial urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

**Art. 139.** Lei municipal com base no disposto no Estatuto da Cidade definirá todas as demais condições para aplicação do instrumento.

## **Seção VII**

### **Da Outorga Onerosa do Direito de Construir**

**Art. 140.** Para efeitos desta Lei, outorga onerosa é a concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional acima do resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, por meio de contrapartida pelo beneficiário.

**Parágrafo único.** Coeficiente de aproveitamento básico e o máximo são os estabelecidos pela lei de uso e ocupação do solo.

**Art. 141.** Desde que o lote possua potencial construtivo adicional, o proprietário poderá efetuar a aquisição onerosa junto à Prefeitura Municipal de Londrina, por meio do IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina.

**§1º.** A aquisição onerosa de que trata o caput deste artigo se fará por:

Lei nº 10.637/2008

- I. Compra, mediante pagamento de contrapartida financeira; e
- II. Prestação de Serviços.

**§2º.** A aquisição onerosa poderá ser efetuada por meio da combinação das duas modalidades.

**§3º.** A prestação de serviços de que trata o inciso II do § 1º deste artigo será objeto de Licitação Pública, com pagamento em potencial construtivo.

**Art.142.** A aquisição onerosa por compra se fará com base em parâmetros a serem definidos em lei específica.

**Art. 143.** A aquisição onerosa por prestação de serviços, por meio da execução, pelo interessado, de obras de infra-estrutura urbana no valor equivalente ao valor do potencial construtivo adquirido, se fará após aprovação dos projetos de infra-estrutura, pelo órgão responsável da Prefeitura Municipal de Londrina.

**Art. 144.** Os recursos provenientes da aquisição onerosa de potencial construtivo e alteração de uso serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU, órgão gestor do IPPUL, que deverá ter suas atribuições legais redefinidas e ser regulamentado em legislação específica.

**Parágrafo Único.** Os recursos provenientes da aquisição onerosa de potencial construtivo serão destinados às seguintes finalidades:

- I. regularização fundiária;
- II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III. constituição de reserva fundiária;
- IV. ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; e
- VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

**Art. 145.** As áreas com potencial construtivo adicional serão fixadas na lei municipal do uso e ocupação do solo.

## **Seção VIII**

### **Das Operações Urbanas Consorciadas**

**Art. 146.** Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, melhorias de infra-estrutura e viário, ampliação dos espaços públicos e valorização ambiental, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.

**Art. 147.** As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades:

- I. implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
- II. otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas, anel do emprego e novo centro;
- III. implantação de programas de Habitação de Interesse Social;
- IV. ampliação e melhoria da rede de transporte público coletivo;
- V. implantação de espaços públicos;
- VI. valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural, paisagístico e arqueológico; e
- VII. melhoria e ampliação da infra-estrutura e da rede viária.

**Art. 148.** Ficam permitidas Operações Urbanas Consorciadas na Macrozona Urbana da Sede Municipal.

**Art. 149.** Cada Operação Urbana Consorciada será criada por lei específica que, de acordo com as disposições dos artigos 32 a 34 do Estatuto da Cidade, conterá, no mínimo:

- I. delimitação do perímetro da área de abrangência;
- II. finalidade da operação;
- III. programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;
- IV. Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de Vizinhança - EIV;
- V. programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- VI. solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores de favelas e cortiços;
- VII. garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;
- VIII. contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

- IX. forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil; e
- X. conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

**§1º.** Todas as Operações Urbanas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal da Cidade.

**§2º.** Os recursos obtidos pelo Poder Público, na forma do inciso VIII do caput deste artigo, serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação da operação urbana consorciada, com gestão pelo IPPUL.

### **Seção IX** **Da Transferência do Direito de Construir**

**Art. 150.** O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental, definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas as disposições instituídas em legislação específica.

**Art. 151.** A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, equipamentos públicos, programas habitacionais de interesse social e programas de recuperação e preservação permanente ambiental.

**Art. 152.** O potencial construtivo transferível de um terreno é determinado em metros quadrados de área computável e equivale ao resultado obtido pela multiplicação do coeficiente de aproveitamento básico da zona ou setor onde está localizado o imóvel pela área do terreno atingida por limitações urbanísticas e ambiental ou a ser indenizada.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo regulamentará, através de lei específica, os critérios e condições de transferência de potencial construtivo.

## **Seção X**

### **Do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV**

**Art. 153.** Os empreendimentos públicos e privados que causarem grande impacto urbanístico e ambiental, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de EIV, a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

**Parágrafo único.** A aplicação do EIV deverá considerar também os critérios previstos em legislação específica.

**Art. 154.** Lei Municipal definirá os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

**§ 1º** As atividades definidas na Lei de Uso do Solo Municipal como Pólo Gerador de Tráfego, Pólo Gerador de Risco, Gerador de Ruído Diurno e Gerador de Ruído Noturno estão incluídas entre as que dependerão de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

**§ 2º** As alterações do perímetro urbano e das leis de uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo urbano e do sistema viário deverão ser precedidas de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

**Art. 155.** O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

- I. adensamento populacional;
- II. uso e ocupação do solo;
- III. valorização imobiliária;
- IV. áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
- V. equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
- VI. equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;
- VII. sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;
- VIII. poluição visual, sonora, atmosférica e hídrica;
- IX. vibração;

Lei nº 10.637/2008

- X. periculosidade;
- XI. geração de resíduos sólidos;
- XII. riscos ambientais;
- XIII. impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno; e
- XIV. impactos sobre a fauna e flora.

**Art. 156.** O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

- I. ampliação das redes de infra-estrutura urbana;
- II. área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- III. ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;
- IV. proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;
- V. manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;
- VI. cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;
- VII. percentual de habitação de interesse social no empreendimento, ou fora dele;
- VIII. possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade; e
- IX. manutenção de áreas verdes.

**§1º.** As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

**§2º.** A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso (TC) pelo interessado, em que este se compromete a arcar com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

**§3º.** O Certificado de Conclusão da Obra e o Alvará de Funcionamento, nos casos exigidos, só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

**Art. 157.** A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIV), requeridas nos termos da legislação ambiental.

**Art. 158.** Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

**§1º.** Serão fornecidas cópias do EIV quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

**§2º.** O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

## **Seção XI**

### **Do Consórcio Imobiliário**

**Art. 159.** O Poder Público Municipal poderá aplicar o instrumento do Consórcio Imobiliário, além das situações previstas no artigo 46 do Estatuto da Cidade, para viabilizar empreendimentos de Habitação de Interesse Social nas ZEIS - Zona Especial de Interesse Social.

**§1º.** Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio do qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

**§2º.** A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

**§3º.** O proprietário que transferir seu imóvel para a Prefeitura nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

**Art. 160.** O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel, antes da execução das obras, observado o disposto no §2º do artigo 8º do Estatuto da Cidade.

**Art. 161.** O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas nesta Lei.

**Art. 162.** Os Consórcios Imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação pactuadas entre o proprietário urbano e a municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

**Art. 163.** Os consórcios imobiliários, formados para áreas de uso habitacional, terão como órgão gestor a COHAB-LD, e as áreas para uso industrial terão como órgão gestor a CODEL.

## **Seção XII** **Da Regularização Fundiária**

### **Subseção I** **Das Disposições Gerais**

**Art. 164.** A promoção da regularização urbanística e fundiária nos assentamentos e construções precárias no Município de Londrina será apoiada em ações de qualificação ambiental e urbana e de promoção social, podendo para tanto o Executivo Municipal aplicar os seguintes instrumentos:

- I. concessão do direito real de uso;
- II. concessão de uso especial para fins de moradia;
- III. assistência técnica urbanística, jurídica e social, em caráter gratuito, para a hipótese de usucapião especial de imóvel urbano; e
- IV. desapropriação.

**Art. 165.** O Executivo Municipal, visando equacionar e agilizar a regularização fundiária, deverá articular os diversos agentes envolvidos nesse processo, tais como os representantes de:

- I. Ministério Público;
- II. Poder Judiciário;
- III. Cartórios Registrários;
- IV. Governo Estadual; e
- V. Grupos sociais envolvidos.

**Parágrafo único.** O Município buscará celebrar convênio com a Ordem dos Advogados ou com entidades sem fins lucrativos que possam coordenar proposições das ações de regularização fundiária para população de baixa renda.



## **Subseção II**

### **Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia**

**Art. 166.** O Município outorgará o título de concessão de uso especial, para fins de moradia, àquele que possuir como seu, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel público municipal com área inferior ou igual a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), desde que utilizado para moradia do possuidor ou de sua família.

**§1º.** É vedada a concessão de que trata o caput deste artigo, caso o possuidor:

- I. seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural em qualquer localidade; e
- II. tenha sido beneficiado pelo mesmo direito em qualquer tempo, mesmo que em relação imóvel público de qualquer entidade administrativa.

**§2º.** Para efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

**§3º.** O Município promoverá o desmembramento ou remembramento da área ocupada, de modo a formar um lote com, no máximo, área de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), caso a ocupação preencher as demais condições para a concessão prevista no caput deste artigo.

**Art. 167.** A concessão de uso especial, para fins de moradia aos possuidores, será conferida de forma coletiva em relação aos imóveis públicos municipais, situados no Município de Londrina, com mais de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), que sejam ocupados por população de baixa renda e utilizados para fins de moradia, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, quando não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor.

**§1º.** A concessão de uso especial, para fins de moradia, poderá ser solicitada de forma individual ou coletiva.

**§2º.** Na concessão de uso especial de que trata este artigo será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações diferenciadas.

**§3º.** A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

**§4º.** O Município continuará com a posse e o domínio sobre as áreas destinadas a uso comum do povo.

**§5º.** Não serão reconhecidos como possuidores, nos termos tratados neste artigo, aqueles que forem proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural em qualquer localidade e em qualquer período.

**Art. 168.** O Município assegurará o exercício do direito de concessão de uso especial, para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, nas hipóteses da moradia estar localizada em área de risco cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções.

## **TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 169.** A Prefeitura Municipal promoverá a capacitação sistemática dos funcionários municipais, para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei, seus instrumentos urbanísticos e do conjunto de normas urbanísticas.

**Art. 170.** Ao Poder Executivo Municipal caberá ampla divulgação do PDPML, seus instrumentos urbanísticos e das demais normas municipais, em particular as urbanísticas, por meio dos meios de comunicação disponíveis e da distribuição de cartilhas e similares, além de manter exemplares acessíveis à comunidade.

**Art. 171.** O Poder Público Municipal deverá, em parceria com o Governo do Estado do Paraná, definir as políticas de segurança municipal.

**Art. 172.** A presente lei deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

**Art. 173.** Enquanto não forem aprovadas as legislações complementares compatíveis com as políticas e diretrizes deste PDPML, continuarão em vigência, no que não for incompatível com esta lei, todas as legislações que tratam de desenvolvimento urbano, em especial:

- I – Lei nº 281, de 26 de outubro de 1955;
- II – Lei nº 4.607, de 17 de dezembro de 1990;
- III – Lei nº 7.482, de 20 de julho de 1998;
- IV – Lei nº 7.483, de 20 de julho de 1998;
- V – Lei nº 7.484, de 20 de julho de 1998;
- VI – Lei nº 7.485, de 20 de julho de 1998;

Lei nº 10.637/2008

VII – Lei nº 9.165, de 22 de setembro de 2003; e  
VIII – Lei nº 9.869, de 20 de dezembro de 2005.

**Art. 174.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 24 de dezembro de 2008.

**Nedson Luiz Micheletti**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**

**Adalberto Pereira da Silva**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO**

**João Baptista Bortolotti**  
**DIRETOR PRSIDENTE DO IPPUL**

Ref.:

**Projeto de Lei nº 115/2008**

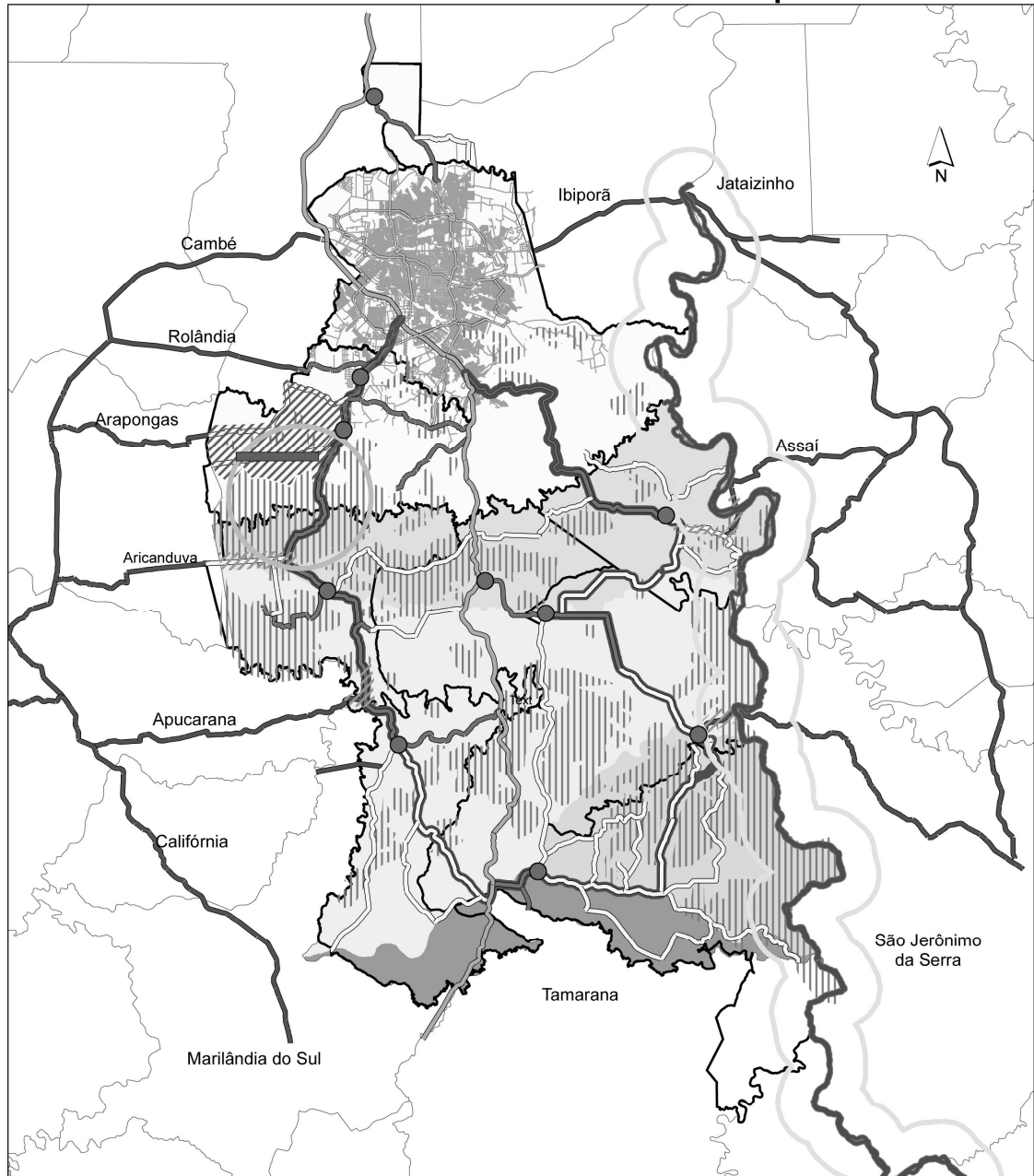
**Autoria:** Executivo Municipal

*Aprovado com as Emendas Modificativas nºs 1 a 18 e Emendas Aditivas nºs 1 a 3*

## ANEXO I DA LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO DE LONDRINA:

### MAPA DO MACROZONEAMENTO

#### Anexo I - Macrozoneamento Municipal



- Macrozona Municipal 1 - Microbacias Hidrográficas do Ribeirão Três Bocas, Ribeirão Cambé, Ribeirão Limoeiro, Ribeirão Remansinho, Ribeirão Lindóia e Ribeirão Jacutinga
- Macrozona Municipal 2 - Bacias Hidrográficas do Ribeirão dos Apertados, Ribeirão das Marrecas, Ribeirão Volta Grande e Córrego Gavião;
- Macrozona Municipal 3 - Bacias Hidrográficas do Ribeirão Taquara e do Ribeirão Figueira;
- Macrozona Municipal 4 - Bacias Hidrográficas do Ribeirão Barra Funda e do Ribeirão Três B. Mirim;
- Macrozona Municipal 5 - Bacia Hidrográfica do Rio Apucarantina;

- Núcleos de Desenvolvimento Rural/Urbano
- Aeroporto Arco Norte
- Entorno da Mata dos Godoy
- ||| Áreas de Ocupação Controlada
- /// Pólo de Desenvolvimento Logístico Regional
- Corredor da Biodiversidade
- /// Desenvolvimento Regional

- Estradas Asfaltadas
- Estradas Não Asfaltadas
- Eixo do Circuito Verde
- Rio Tibagi
- Integração Regional
- Rodovias
- Vias Estruturais
- Anel de Integração

0 2,5 5 10 15 KM  
1:250.000



## Anexo II - Macrozoneamento Urbano

**MACROZONAS**

- Proteção Ambiental Jacutinga
- Integração Metropolitana
- Identidade Cultural
- Aeroportuária
- Parque linear florestal
- Baixa densidade
- Média densidade
- Ocupação controlada 1
- Ocupação controlada 2
- Ocupação controlada 3

**CENTROS**

- Memória Histórica
- Centro Norte
- Centro Sul
- Novo Centro
- Centro Histórico

- Limite da Macrozona Urbana
- Anel do Emprego
- Área de influência do Anel do Emprego
- Eixo de Transporte Urbano
- Via Estrutural
- Eixo Viário
- Áreas Verdes

0 1 2 3 4 5 6 KM

1:80.000



## **Jornal Oficial nº 1919 Pág. 7 Terça-feira, 17 de julho de 2012.**

### **LEI Nº 11.661, DE 12 DE JULHO DE 2012.**

SÚMULA: Define os Perímetros da Zona Urbana, dos Núcleos Urbanos dos Distritos e Expansão do Distrito Sede do Município de Londrina.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE**

#### **LEI:**

**Art. 1º** Fica instituída a Zona Urbana do Distrito Sede, dos Distritos e Expansão Urbana do Município de Londrina, definidas pelos perímetros descritos e demarcados por limites legais das glebas, acidentes geográficos naturais e artificiais, previstos na Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina.

**Art. 2º** Considera-se Zona Rural o restante do território municipal.

**Art. 3º** A Zona Urbana compreende as áreas urbanizadas ou em vias de ocupação e as glebas com potencial de urbanização que ainda não sofreram processo regular de parcelamento.

**Parágrafo único.** Todo parcelamento de chácara aprovado posteriormente à Lei nº 7.482, de 20 de julho de 1998, será considerado parte integrante do perímetro urbano quando for executada a infraestrutura de acesso e do empreendimento (rede de água, rede de esgoto, interligando a uma estação de tratamento, iluminação compacta de energia elétrica, rede de galeria de águas pluviais, asfalto, meiofio, sarjeta, calçada e arborização), a qual deverá ser custeada pelos proprietários dos respectivos empreendimentos.

**Art. 4º** A Zona de Expansão Urbana é aquela externa à Zona Urbana onde se prevê ocupação ou implementação de equipamentos e empreendimentos considerados especiais e necessários à estrutura urbana.

**Art. 5º** À área definida pelo perímetro da Zona Urbana, compreendida pelos núcleos urbanos dos distritos e expansão do distrito sede do Município de Londrina, aplicam-se:

I - os procedimentos contidos na legislação federal, estadual e municipal pertinente, em especial as leis de zoneamento, do parcelamento do solo urbano e do sistema viário básico;

II - os instrumentos previstos no Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, em áreas consideradas subutilizadas ou passíveis de urbanização, mediante processo de aplicação obrigatória do imposto predial territorial e urbanístico progressivo a partir do ano de 2012, em sua alíquota máxima permitida pelo Estatuto da Cidade, a fim de evitar os vazios urbanos; e

III - a alteração do perímetro das zonas de que trata o Art. 1º far-se-á com observância dos procedimentos estabelecidos na Lei do Plano Diretor e na Lei do Zoneamento.

**Art. 6º** A transformação de Zona de Expansão em Zona Urbana fica vinculada ao processo de aceitação de loteamentos regularmente aprovados e implantados ou ao visto de conclusão de obras regularmente aprovadas e construídas.

**Parágrafo único.** Após alteração do perímetro da Zona Urbana, o Poder Executivo atualizará a descrição constante Anexo 1 desta lei.

#### **EDIÇÃO EXTRA**

**Art. 7º** O memorial descritivo assim como o mapa do Perímetro de cada uma das Zonas Urbanas do Município de Londrina encontra-se nos Anexos abaixo relacionados:

I - Anexo 1: Distrito Sede (Perímetro Urbano);

II - Anexo 2: Distrito Sede (Expansão Urbana);

III - Anexo 3: Distrito Guaravera;  
IV - Anexo 4: Distrito Irerê;  
V - Anexo 5: Distrito Lerrovile;  
VI - Anexo 6: Distrito Maravilha;  
VII - Anexo 7: Distrito Paiquerê;  
VIII - Anexo 8: Distrito São Luiz; e  
IX - Anexo 9: Distrito Warta.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 7.484, de 20 de julho de 1998.

Londrina, 12 de julho de 2012. Homero Barbosa Neto - Prefeito do Município, Dirceu Sodré - Secretário de Governo.

**Ref. Projeto de Lei nº 179/2010** - Autoria: Executivo Municipal.

Aprovado com as Emendas nºs 1, 2 e 4.

1.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano da Sede Município de Londrina

Área (HA): 26436.36614

Perímetro (m): 88893.98 m

O Perímetro Urbano do Município de Londrina: Inicia-se no cruzamento da BR-369 com a PR-445, ponto comum com a divisa dos municípios de Londrina e Cambé (1), segue pela divisa do Município no rumo noroeste até encontrar o leito do Ribeirão Jacutinga (2), segue à jusante pelo leito do rio até encontrar a divisa do lote 56-A com o lote 55-A (3), deste ponto segue rumo sul pela divisa do lote 56-A com o lote 55-A até encontrar a divisa norte do lote 2 na Estrada do Guarani (4), segue rumo leste pela Estrada do Guarani até encontrar a divisa dos lotes 45 e 44 com os lotes 10-E e 10-D (5), segue rumo sul por uma estrada sem nome que liga a Estrada do Guarani com o prolongamento da Av. Saul Elkind, divisa dos lotes 10-E e 10-D (6), deste ponto segue no rumo leste pelo prolongamento da Av. Saul Elkind até encontrar a divisa de Londrina com o Município de Ibiporã (7), segue por este limite, rumo sudeste até encontrar o leito do Ribeirão do Limoeiro (8), segue à montante por este Ribeirão até encontrar a divisa do lote 20 com o lote 18 (9), segue por esta divisa no rumo sudoeste até encontrar a divisa do lote 19 com o lote 21 na Estrada do Limoeiro (10), deste ponto segue rumo sudeste por uma estrada secundária até encontrar a divisa do lote 21 com o lote 23 (11), segue por este limite rumo sudoeste até encontrar o leito do Córrego da Chapada (12), segue à jusante por este Córrego até encontrar o leito do Ribeirão Cambé (13), segue pelo leito do Ribeirão Cambé à montante até encontrar a foz do Córrego São Lourenço (14), Segue por este Córrego à montante até a foz do Córrego Cristal (15), percorre este córrego até o ponto de divisa do lote 121 com o lote 122 (16), deste ponto, segue pela divisa do lote 121 com o lote 122, no rumo sul até encontrar a Rodovia João Alves da Rocha Loures (17), segue pela rodovia no rumo leste até encontrar a divisa sul do lote 125 e do lote 126 da Gleba Três Bocas (18), deste ponto, segue pela divisa norte dos lotes 92-A e 94 com os lotes 126, 126-A, 127 e parte do lote 128 até encontrar a divisa oeste do lote 131 (19), deste ponto segue confrontando pela divisa dos lotes 94 e 96 com os lotes 131, 130 e 98 até encontrar o Córrego do Pipa (20), segue à montante por este córrego até encontrar a divisa do lote 93 e do lote 95 desta mesma

gleba (21), segue por esta divisa no rumo oeste até encontrar a Estrada Velha para Maravilha (22), segue por esta estrada rumo sudeste até o ponto de divisa do lote 91-B e do lote 212 da Gleba Três Bocas (23), deste ponto, segue no rumo oeste confrontando o lote 91-B com os lotes 212 e 212-A, até encontrar a divisa da Gleba Três Bocas com a Gleba Cafezal, divisa leste com o lote 19 (24), segue rumo sul por esta divisa confrontando o lote 212-A da Gleba

Três Bocas com os lotes 20, 21 e 22 até encontrar a divisa dos lotes 22 e 25 da Gleba Cafezal (25), deste ponto segue rumo sul pela divisa do lote 212-A com o lote 25 até encontrar o Ribeirão Cafezal (26), segue à jusante no rumo sudeste até encontrar o Ribeirão Três bocas (27), segue por este Ribeirão à montante até encontrar a divisa do lote 81 com o lote 80 (28), segue pelo prolongamento da divisa do lote 81 com o lote 80 no rumo sul até encontrar a Rodovia João Costa Melquiades (29), segue por esta

rodovia no rumo noroeste até encontrar o eixo da PR-445 (30), segue pela rodovia rumo sul até encontrar o ponto de intersecção da latitude de 23°25'52"S com a longitude de 51°08'20"O (31), deste ponto segue rumo oeste até encontrar com uma estrada secundária sem nome que fica na face sul da Estrada do Coroados (32), deste ponto segue rumo noroeste, cruzando a Estrada dos Coroados até encontrar o leito do Ribeirão Três Bocas, divisa do lote 72-A com o lote 72-B (33), segue por este ribeirão à jusante até encontrar a divisa do lote 78 com o lote 79 (34), segue por esta divisa rumo norte até encontrar com a Rodovia Luiz Beraldi e a divisa do lote 424 com o lote 423 (35), segue pela divisa rumo norte do lote 424 com o lote 423 até encontrar o leito do Ribeirão Cafezal (36), segue à montante por este ribeirão até encontrar a divisa do lote 436 com os lotes 436-B e 436-C (37), segue por este limite rumo sudoeste até encontrar a divisa do lote 436 com o lote 436-A (38), segue rumo norte pela divisa do lote 436-A com o lote 436-B até encontrar o leito do Córrego da Lontra (39), segue à jusante por este córrego até encontrar a Estrada Cafezal (40), segue por esta estrada até encontrar o leito do Ribeirão Cafezal (41), segue à montante por este Ribeirão até encontrar a foz do Córrego do Salto (42), segue à montante pelo leito do Córrego do Salto até encontrar a divisa do lote 268 com os lotes 264, 266 e 267 (43), segue por esta divisa até encontrar a divisa do lote 262 com o lote 260 (44), segue rumo sudeste pela divisa do lote 260 com os lotes 266 e 267 até encontrar a divisa do lote 258-A (45), segue rumo sudoeste pela divisa dos lotes 258-A, 256-A e 453 com os lotes 260, 258 e 256 até encontrar a divisa do lote 254 (46), segue pela divisa do lote 254 com o lote 256 rumo noroeste até encontrar o leito do Córrego do Salto (47), segue pelo leito do Córrego do Salto rumo sudoeste até encontrar a divisa do lote 223 com o lote 222 (48), segue rumo norte pela divisa do lote 223 com o lote 222 até encontrar a Estrada do Caramuru (49), segue rumo oeste pela Estrada do Caramuru até encontrar a divisa do município de Londrina com o município de Cambé (50), segue por esta divisa contornando a Estância Santa Paula até encontrar com o leito do Ribeirão Cafezal (51), segue à jusante por este Ribeirão até encontrar com a foz do Ribeirão São Domingos (52), segue à montante pelo Ribeirão São Domingos até encontrar a divisa do Município de Londrina com o Município de Cambé (53), deste ponto, segue pela linha divisória dos dois municípios, contornando o Jardim Olímpico e o Conjunto Habitacional Avelino Antônio Vieira até encontrar com o leito do Ribeirão Esperança (54), deste ponto segue pela linha divisória dos dois municípios até encontrar a Rua Paulo Novaes da Silveira, Jardim Sabará (55), deste ponto segue pelo limite municipal no rumo nordeste pela Rua Waldomiro Ferreira da Silva até encontrar a Rua Julio de Castilho (56), segue pela Rua Julio de Castilho até encontrar a Rua Serra Formosa (57), segue pela Rua Serra Formosa até encontrar o leito do Ribeirão Cambé (58), segue por este ribeirão à montante até o cruzamento da BR 369 com a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), ponto inicial, (59), fechando o perímetro.

2.2. Memorial Descritivo do Perímetro da Expansão Urbana do Distrito Sede: A Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município de Londrina tem a seguinte delimitação: Inicia no cruzamento da BR-369 com a PR-445, ponto comum com a divisa dos municípios de Londrina e Cambé [1], deste ponto, segue rumo noroeste pela linha divisória dos dois municípios até encontrar o leito do Ribeirão Jacutinga [2], segue a jusante pelo Ribeirão Jacutinga até encontrar a foz do Córrego da Saúde [3], deste ponto segue a montante pelo Córrego da Saúde até encontrar com a foz do Córrego Fundo [4], segue a montante pelo Córrego Fundo até encontrar a divisa do Município de Londrina com o Município de Cambé [5], segue pela divisa dos municípios rumo norte até encontrar com Rodovia que liga Londrina à Bela Vista do Paraíso, divisa norte do lote 170 [6], segue no sentido leste pela divisa dos municípios de Londrina e Bela Vista do Paraíso até encontrar a divisa com o Município de Sertãoópolis divisa leste do lote 177 [7], segue por este limite rumo sul até encontrar a divisa dos municípios de Sertãoópolis com Ibiporã [8], deste ponto prossegue rumo sul na divisa do Município de Londrina com o Município de Ibiporã até encontrar a Estrada do Onze [9], segue rumo leste pela Estrada do Onze até encontrar a divisa leste do lote 74 (divisa dos municípios de Londrina e Ibiporã) [10], segue rumo sul pela divisa dos municípios de Londrina e Ibiporã, até encontrar o leito do Ribeirão Jacutinga [11], continua rumo leste pelo Ribeirão Jacutinga até a foz do Arroio Curupá (limite do Município de Londrina com Município de Ibiporã) [12], segue rumo sul/sudeste pela linha divisória dos dois municípios até



encontrar o Ribeirão do Limoeiro [13], segue a montante pelo leito do Ribeirão do Limoeiro até encontrar a divisa do lote 169 com os lotes 30 e 30-A [14], deste ponto segue rumo sudoeste pela linha divisória do lote 30 com o lote 30-A até encontrar a divisa do lote 34 com os lotes 27 e 27-A [15], segue pela linha divisória do lote 34 com os lotes 27 e 27-A até encontrar com o leito do Córrego dos Piriquitos [16], deste ponto segue pela linha divisória dos lotes 32, 55 e 55-A com o lote 35-B até encontrar o leito do Ribeirão Cambé [17], segue a montante pelo Ribeirão Cambé até encontrar a divisa do lote 130 com o lote 129 da Gleba Cambé [18], segue pela linha divisória do lote 130 com o lote 129 até encontrar uma estrada secundária limite norte do lote 132 da Gleba Três Bocas [19], segue rumo leste pela divisa do lote 130 com os lotes 132 e 132-A até encontrar a divisa com o lote 133 [20], deste ponto segue rumo sul pela divisa do lote 132-A com o lote 133 até encontrar com o leito do Córrego Oleandra [21], segue a jusante por este córrego até encontrar a divisa do lote 130 com o lote 133 da Gleba Três Bocas [22], segue rumo sul pela divisa do lote 130 com o lote 133 até encontrar a divisa do lote 100 [23], segue rumo sudoeste pela divisa do lote 130 com os lotes 100, 99-A e 98 até encontrar a divisa do lote 96 [24], deste ponto segue pela divisa do lote 98 com o lote 96 até encontrar o leito do Córrego do Pipa [25], segue a montante por este córrego até encontrar a divisa do lote 95 com o lote 93 [26], segue pela divisa do lote 95 com o lote 93 até encontrar a Estrada Velha para Maravilha [27], segue por esta estrada rumo sudeste até encontrar a divisa do lote 212 com o lote 91-B [28], deste ponto, segue na direção oeste confrontando o lote 91-B com os lotes 212 e 212-A até encontrar a divisa da Gleba Três Bocas com a Gleba Cafezal (divisa leste com o lote 19 [29], segue por esta divisa confrontando os lotes 20, 21 e 22 com o lote 212-A até encontrar a divisa do lote 25 [30], segue pela divisa do lote 25 com o lote 212-A até encontrar o leito do Ribeirão Cafezal [31], segue a jusante até encontrar o Ribeirão Três Bocas [32], segue a montante pelo Ribeirão Três Bocas até encontrar a divisa do lote 81 com o lote 80 [33], segue pelo prolongamento divisa do lote 81 com o lote 80 rumo sul até encontrar a Rodovia João Costa Melquiades [34], segue por esta rodovia rumo noroeste até encontrar o eixo da PR-445 [35], segue pela rodovia rumo sul até encontrar o ponto de intersecção da latitude 23°25'52"S com a longitude de 51°08'20"O [36], deste ponto segue rumo oeste até encontrar com uma estrada a Estrada do Coroados [37], segue deste ponto pela Estrada do Coroados até encontrar a face norte da mata de preservação permanente [38], segue contornando a mata rumo oeste até encontrar a Estrada Resende [39], segue por esta estrada rumo oeste até encontrar a Rodovia Álvaro Lázaro de Godoy - PR-538 [40], segue rumo norte por esta Rodovia até encontrar a face Sul do Ribeirão Três Bocas [41], segue a montante pelo Ribeirão Três Bocas até encontrar a foz do Córrego Aleli [42], segue a montante pelo Córrego Aleli até encontrar a divisa do lote 49 com o lote 49-A [43], segue rumo oeste pela divisa do lote 49 com o lote 49-A até encontrar a divisa com o lote 48 [44], segue rumo norte pela divisa do lote 49 com o lote 48 até encontrar com a Estrada Saltinho [45], segue rumo leste pela Estrada Saltinho até encontrar a divisa do lote 228 com o lote 230 [46], segue rumo norte pela divisa do lote 228 com o lote 230 até encontrar o Córrego do Salto [47], segue pelo prolongamento da divisa do lote 228 com o lote 230 rumo norte até encontrar a divisa do município de Londrina com o município de Cambé [48], segue rumo norte/nordeste pela divisa do Município de Londrina com o Município de Cambé, contornando a Estância Santa Paula passando pelo Ribeirão Cafezal, Córrego Uberaba, Ribeirão São Domingos e contornando o Jardim Olímpico, Conjunto Habitacional Avelino Antonio Vieira até encontrar o Ribeirão esperança [49], deste ponto segue pela linha divisória dos dois municípios até encontrar a Rua Paulo Novaes da Silveira no Jardim Sabará [50], prossegue pelo limite de Cambé e Londrina, rumo nordeste pela Rua Waldomiro Ferreira da Silva até encontrar a Rua Julio de Castilho [51], segue pela Rua Julio de Castilho até encontrar a Rua Serra Formosa [52], segue pela Rua Serra Formosa até encontrar o leito do Ribeirão Cambé [53], segue por este ribeirão a montante até o cruzamento da BR-369 com a Rodovia Celso Garcia Cid - PR-445, ponto inicial [54], fechando o perímetro da expansão urbana do Município Sede de Londrina.

## **ANEXO III: DISTRITO GUARAVERA**

### **3.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Guaravera**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 7 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

3.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Guaravera ÁREA(HA): 118.83339

PERÍMETRO(m): 6494.70 m MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP , de coordenadas geográficas, latitude 23°36'16.46159" S e longitude 51°11'10.36423" W; Deste segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 8.44 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 329°02'10" e a distância de 131.22 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 328°23'33" e a distância de 171.75 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 326°55'46" e a distância de 144.34 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 344°44'42" e a distância de 32.07 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 14°02'10" e a distância de 11.60 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 100°18'17" e a distância de 31.45 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 111°48'05" e a distância de 30.30 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 102°59'41" e a distância de 37.53 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 104°32'04" e a distância de 78.46 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 104°55'53" e a distância de 43.67 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 105°56'43" e a distância de 20.48 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 103°14'26" e a distância de 49.13 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 98°07'48" e a distância de 19.89m até o marco 14; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 28.13 m até o marco 15; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 19.69 m até o marco 16; Deste segue com o azimute de 148°05'22" e a distância de 1080.27 m até o marco 17; Deste segue com o azimute de 148°18'37" e a distância de 1028.10 m até o marco 18; Deste segue com o azimute de 251°33'54" e a distância de 8.90 m até o marco 19; Deste segue com o azimute de 299°44'42" e a distância de 22.68 m até o marco 20; Deste segue com o azimute de 286°41'57" e a distância de 29.37 m até o marco 21; Deste segue com o azimute de 302°28'16" e a distância de 36.68 m até o marco 22; Deste segue com o azimute de 299°03'17" e a distância de 28.96 m até o marco 23; Deste segue com o azimute de 306°52'12" e a distância de 42.19 m até o marco 24; Deste segue com o azimute de 300°04'07" e a distância de 61.76 m até o marco 25; Deste segue com o azimute de 299°03'17" e a distância de 57.92 m até o marco 26; Deste segue com o azimute de 289°58'59" e a distância de 32.92 m até o marco 27; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 25.32 m até o marco 28; Deste segue com o azimute de 284°02'10" e a distância de 34.79 m até o marco 29; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 42.19 m até o marco 30; Deste segue com o azimute de 289°58'59" e a distância de 32.92 m até o marco 31; Deste segue com o azimute de 300°15'23" e a distância de 39.08 m até o marco 32; Deste segue com o azimute de 318°48'51" e a distância de 59.80 m até o marco 33; Deste segue com o azimute de 322°25'53" e a distância de 46.14 m até o marco 34; Deste segue com o azimute de 299°03'17" e a distância de 28.96 m até o marco 35; Deste segue com o azimute de 305°32'16" e a distância de 24.20 m até o marco 36; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 28.13 m até o marco 37; Deste segue com o azimute de 296°33'54" e a distância de 25.16 m até o marco 38; Deste segue com o azimute de 280°18'17" e a distância de 31.45 m até o marco 39; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 28.13 m até o marco 40; Deste segue com o azimute de 276°20'25" e a distância de 25.47 m até o marco 41; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 19.69 m até o marco 42; Deste segue com o azimute de 293°11'55" e a distância de 21.42 m até o marco 43; Deste segue com o azimute de 302°16'32" e a distância de 63.21 m até o marco 44; Deste segue com o azimute de 294°26'38" e a distância de 67.98 m até o marco 45; Deste segue com o azimute de 287°14'29" e a distância de 85.41 m até o marco 46; Deste segue com o azimute de 292°22'48" e a distância de 258.57 m até o marco 47; Deste segue com o azimute de 287°21'14" e a distância de 47.15 m até o marco 48; Deste segue com o azimute de 257°28'16" e a distância de 103.74 m até o marco 49; Deste segue com o azimute de 282°31'44" e a distância de 25.93 m até o marco 50; Deste segue com o azimute de 309°48'20" e a distância de 21.97 m até o marco 51; Deste segue com o azimute de 326°18'36" e a distância de 50.71 m até o marco 52; Deste segue com o azimute de 225°00'00" e a distância de 99.45 m até o marco 53; Deste segue com o azimute de 315°00'00" e a distância de 7.96 m até o marco 54; Deste segue com o azimute de 313°01'30" e a distância de 57.72 m até o marco 55; Deste segue com o azimute de 209°44'42" e a distância de 45.36 m até o marco 56; Deste segue com o azimute de 202°00'41" e a distância de 142.60 m até o marco 57; Deste segue com o azimute de 282°31'44" e a distância de 77.80

m até o marco 58; Deste segue com o azimute de 349°33'45" e a distância de 326.07 m até o marco 59; Deste segue com o azimute de 83°39'35" e a distância de 76.42 m até o marco 60; Deste segue com o azimute de 48°57'53" e a distância de 201.37 m até o marco 61; Deste segue com o azimute de 319°34'26" e a distância de 199.54 m até o marco 62; Deste segue com o azimute de 59°55'53" e a distância de 308.78 m até o marco 63; Deste segue com o azimute de 329°32'04" e a distância de 166.44 m até o marco 64; Deste segue com o azimute de 56°28'55" e a distância de 259.80 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

**Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude	0=PP
1	7389530.262	481002.635	0°00'00"	8.44	0.99960443	23°36'16.46159"	S 51°11'10.36423"	W 1	2
2	7389538.701	481002.635	329°02'10"	131.22	0.99960443	23°36'16.18719"	S 51°11'10.36384"	W 2	3
3	7389651.218	480935.125	328°23'33"	171.75	0.99960446	23°36'12.52555"	S 51°11'12.74088"	W 3	4
4	7389797.489	480845.112	326°55'46"	144.34	0.99960451	23°36'07.76531"	S 51°11'15.91039"	W 4	5
5	7389918.445	480766.350	344°44'42"	32.07	0.99960454	23°36'03.82877"	S 51°11'18.68398"	W 5	6
6	7389949.387	480757.912	14°02'10"	11.60	0.99960455	23°36'02.82224"	S 51°11'18.98031"	W 6	7
7	7389960.638	480760.725	100°18'17"	31.45	0.99960455	23°36'02.45649"	S 51°11'18.88053"	W 7	8
8	7389955.012	480791.667	111°48'05"	30.30	0.99960453	23°36'02.64075"	S 51°11'17.78897"	W 8	9
9	7389943.761	480819.796	102°59'41"	37.53	0.99960452	23°36'03.00783"	S 51°11'16.79693"	W 9	10
10	7389935.322	480856.364	104°32'04"	78.46	0.99960450	23°36'03.28380"	S 51°11'15.50698"	W 10	11
11	7389915.632	480932.312	104°55'53"	43.67	0.99960447	23°36'03.92731"	S 51°11'12.82795"	W 11	12
12	7389904.380	480974.506	105°56'43"	20.48	0.99960445	23°36'04.29498"	S 51°11'11.33962"	W 12	13
13	7389898.754	480994.197	103°14'26"	49.13	0.99960444	23°36'04.47875"	S 51°11'10.64508"	W 13	14
14	7389887.502	481042.016	98°07'48"	19.89	0.99960441	23°36'04.84665"	S 51°11'08.95822"	W 14	15
15	7389884.690	481061.707	90°00'00"	28.13	0.99960441	23°36'04.93895"	S 51°11'08.26355"	W 15	16
16	7389884.690	481089.836	90°00'00"	19.69	0.99960439	23°36'04.94014"	S 51°11'07.27098"	W 16	17
17	7389884.690	481109.526	148°05'22"	1080.27	0.99960438	23°36'04.94097"	S 51°11'06.57618"	W 17	18
18	7388967.679	481680.548	148°18'37"	1028.10	0.99960412	23°36'34.78363"	S 51°10'46.46758"	W 18	19
19	7388092.862	482220.628	251°33'54"	8.90	0.99960388	23°37'03.25229"	S 51°10'27.44662"	W 19	20
20	7388090.049	482212.189	299°44'42"	22.68	0.99960389	23°37'03.34343"	S 51°10'27.74454"	W 20	21
21	7388101.301	482192.499	286°41'57"	29.37	0.99960389	23°37'02.97677"	S 51°10'28.43895"	W 21	22
22	7388109.740	482164.369	302°28'16"	36.68	0.99960391	23°37'02.70125"	S 51°10'29.43128"	W 22	23
23	7388129.430	482133.427	299°03'17"	28.96	0.99960392	23°37'02.05973"	S 51°10'30.52239"	W 23	24
24	7388143.495	482108.111	306°52'12"	42.19	0.99960393	23°37'01.60137"	S 51°10'31.41520"	W 24	25
25	7388168.811	482074.356	300°04'07"	61.76	0.99960395	23°37'00.77680"	S 51°10'32.60533"	W 25	26
26	7388199.753	482020.911	299°03'17"	57.92	0.99960397	23°37'00.00000"	S 51°10'34.49009"	W 26	27
27	7388227.882	481970.278	289°58'59"	32.92	0.99960399	23°36'58.85178"	S 51°10'36.27570"	W 27	28
28	7388239.134	481939.336	270°00'00"	25.32	0.99960401	23°36'58.48466"	S 51°10'37.36717"	W 28	29
29	7388239.134	481914.020	284°02'10"	34.79	0.99960402	23°36'58.48364"	S 51°10'38.26058"	W 29	30
30	7388247.573	481880.265	270°00'00"	42.19	0.99960403	23°36'58.20787"	S 51°10'39.45143"	W 30	31
31	7388247.573	481838.071	289°58'59"	32.92	0.99960405	23°36'58.20616"	S 51°10'40.94046"	W 31	32
32	7388258.824	481807.129	300°15'23"	39.08	0.99960407	23°36'57.83903"	S 51°10'42.03191"	W 32	33
33	7388278.515	481773.374	318°48'51"	59.80	0.99960408	23°36'57.19738"	S 51°10'43.22227"	W 33	34
34	7388323.521	481733.993	322°25'53"	46.14	0.99960410	23°36'55.73227"	S 51°10'44.61003"	W 34	35
35	7388360.089	481705.864	299°03'17"	28.96	0.99960411	23°36'54.54202"	S 51°10'45.60109"	W 35	36
36	7388374.154	481680.548	305°32'16"	24.20	0.99960412	23°36'54.08365"	S 51°10'46.49388"	W 36	37
37	7388388.219	481660.858	270°00'00"	28.13	0.99960413	23°36'53.62549"	S 51°10'47.18812"	W 37	38
38	7388388.219	481632.728	296°33'54"	25.16	0.99960414	23°36'53.62434"	S 51°10'48.18080"	W 38	39
39	7388399.470	481610.225	280°18'17"	31.45	0.99960415	23°36'53.25755"	S 51°10'48.97444"	W 39	40
40	7388405.096	481579.283	270°00'00"	28.13	0.99960417	23°36'53.07334"	S 51°10'50.06613"	W 40	

41 7388405.096 481551.154 276°20'25" 25.47 0.99960418 23°36'53.07218" S 51°10'51.05880" W 41  
42 7388407.909 481525.838 270°00'00" 19.69 0.99960419 23°36'52.97967" S 51°10'51.95208" W 42  
43 7388407.909 481506.147 293°11'55" 21.42 0.99960420 23°36'52.97886" S 51°10'52.64695" W 43  
44 7388416.348 481486.457 302°16'32" 63.21 0.99960421 23°36'52.70364" S 51°10'53.34144" W 44  
45 7388450.103 481433.011 294°26'38" 67.98 0.99960423 23°36'51.60380" S 51°10'55.22600" W 45  
46 7388478.232 481371.127 287°14'29" 85.41 0.99960426 23°36'50.68654" S 51°10'57.40861" W 46  
47 7388503.548 481289.553 292°22'48" 258.57 0.99960430 23°36'49.85993" S 51°11'00.28620" W 47  
48 7388602.000 481050.455 287°21'14" 47.15 0.99960441 23°36'46.64847" S 51°11'08.71934" W 48  
49 7388616.065 481005.448 257°28'16" 103.74 0.99960443 23°36'46.18922" S 51°11'10.30695" W 49  
50 7388593.561 480904.183 282°31'44" 25.93 0.99960448 23°36'46.91668" S 51°11'13.88156" W 50  
51 7388599.187 480878.867 309°48'20" 21.97 0.99960449 23°36'46.73266" S 51°11'14.77469" W 51  
52 7388613.252 480861.990 326°18'36" 50.71 0.99960450 23°36'46.27460" S 51°11'15.36964" W 52  
53 7388655.446 480833.860 225°00'00" 99.45 0.99960451 23°36'44.90136" S 51°11'16.36034" W 53  
54 7388585.123 480763.538 315°00'00" 7.96 0.99960455 23°36'47.18508" S 51°11'18.84525" W 54 55  
7388590.748 480757.912 313°01'30" 57.72 0.99960455 23°36'47.00190" S 51°11'19.04352" W 55 56  
7388630.129 480715.718 209°44'42" 45.36 0.99960457 23°36'45.71952" S 51°11'20.53067" W 56 57  
7388590.748 480693.215 202°00'41" 142.60 0.99960458 23°36'46.99912" S 51°11'21.32663" W 57 58  
7388458.541 480639.769 282°31'44" 77.80 0.99960460 23°36'51.29587" S 51°11'23.21888" W 58 59  
7388475.419 480563.821 349°33'45" 326.07 0.99960464 23°36'50.74377" S 51°11'25.89829" W 59 60  
7388796.091 480504.749 83°39'35" 76.42 0.99960467 23°36'40.31372" S 51°11'27.96777" W 60 61  
7388804.530 480580.698 48°57'53" 201.37 0.99960463 23°36'40.04261" S 51°11'25.28723" W 61 62  
7388936.737 480732.595 319°34'26" 199.54 0.99960456 23°36'35.75010" S 51°11'19.92079" W 62 63  
7389088.634 480603.201 59°55'53" 308.78 0.99960462 23°36'30.80519" S 51°11'24.47979" W 63 64  
7389243.345 480870.428 329°32'04" 166.44 0.99960449 23°36'25.78585" S 51°11'15.04269" W 64  
0=PP 7389386.804 480786.041 56°28'55" 259.80 0.99960453 23°36'21.11731" S 51°11'18.01388" W

Perímetro : 6494.70 m

Área Total: 1188333.89 m<sup>2</sup> 118.83339 ha

Área Deduzida: 0.00 m<sup>2</sup> 0.00000 ha

Área Remanescente: 1188333.89 m<sup>2</sup> 118.83339 há

## **ANEXO IV: DISTRITO IRERÊ**

### **4.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Irerê**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 10 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

### **4.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Irerê**

ÁREA(HA): 201.45629

PERÍMETRO(m): 11882.45 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP, de coordenadas geográficas, latitude 23°31'30.91345" S e longitude 51°05'46.15492" W; Deste segue com o azimute de 231°10'13" e a distância de 326.40 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 119°18'36" e a distância de 405.40 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 270°10'15" e a distância de 515.09 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 187.85 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 281.78 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 275°54'22" e a distância de 109.54 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 293°11'55" e a distância de 57.23 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 292°50'01" e a distância de 77.45 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 305°32'16" e a distância de 64.64 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 315°00'00" e a distância de 42.51 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 325°00'29" e a distância de 45.86 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 344°44'42" e a distância de 42.84 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 340°20'46" e a distância de 55.85 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 333°26'06" e a distância de 100.81 m até o marco 14; Deste segue com o azimute de 333°26'06" e a distância de 33.60 m até o marco 15; Deste segue com

o azimute de 322°07'30" e a distância de 42.84 m até o marco 16; Deste segue com o azimute de 311°38'01" e a distância de 45.24 m até o marco 17; Deste segue com o azimute de 313°09'09" e a distância de 82.40 m até o marco 18; Deste segue com o azimute de 310°48'54" e a distância de 109.21 m até o marco 19; Deste segue com o azimute de 313°27'07" e a distância de 98.33 m até o marco 20; Deste segue com o azimute de 321°20'25" e a distância de 72.17 m até o marco 21; Deste segue com o azimute de 326°18'36" e a distância de 67.73 m até o marco 22; Deste segue com o azimute de 333°26'06" e a distância de 50.41 m até o marco 23; Deste segue com o azimute de 338°27'32" e a distância de 153.49 m até o marco 24; Deste segue com o azimute de 340°33'36" e a distância de 67.73 m até o marco 25; Deste segue com o azimute de 349°41'43" e a distância de 42.01 m até o marco 26; Deste segue com o azimute de 351°18'16" e a distância de 323.07 m até o marco 27; Deste segue com o azimute de 355°21'52" e a distância de 139.47 m até o marco 28; Deste segue com o azimute de 352°34'07" e a distância de 174.29 m até o marco 29; Deste segue com o azimute de 358°01'30" e a distância de 218.04 m até o marco 30; Deste segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 52.60 m até o marco 31; Deste segue com o azimute de 354°25'40" e a distância de 154.77 m até o marco 32; Deste segue com o azimute de 350°32'16" e a distância de 114.27 m até o marco 33; Deste segue com o azimute de 354°17'22" e a distância de 75.52 m até o marco 34; Deste segue com o azimute de 352°14'05" e a distância de 83.42 m até o marco 35; Deste segue com o azimute de 343°36'38" e a distância de 66.58 m até o marco 36; Deste segue com o azimute de 327°31'44" e a distância de 48.99 m até o marco 37; Deste segue com o azimute de 318°00'46" e a distância de 50.55 m até o marco 38; Deste segue com o azimute de 298°36'38" e a distância de 47.08 m até o marco 39; Deste segue com o azimute de 281°18'36" e a distância de 38.31 m até o marco 40; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 191.61 m até o marco 41; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 142.77 m até o marco 42; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 139.01 m até o marco 43; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 30.06 m até o marco 44; Deste segue com o azimute de 315°00'00" e a distância de 69.07 m até o marco 45; Deste segue com o azimute de 309°17'22" e a distância de 53.40 m até o marco 46; Deste segue com o azimute de 227°29'22" e a distância de 122.32 m até o marco 47; Deste segue com o azimute de 320°42'38" e a distância de 53.40 m até o marco 48; Deste segue com o azimute de 223°14'15" e a distância de 345.53 m até o marco 49; Deste segue com o azimute de 314°38'55" e a distância de 433.04 m até o marco 50; Deste segue com o azimute de 45°00'00" e a distância de 265.67 m até o marco 51; Deste segue com o azimute de 56°18'36" e a distância de 67.73 m até o marco 52; Deste segue com o azimute de 77°28'16" e a distância de 34.64 m até o marco 53; Deste segue com o azimute de 63°26'06" e a distância de 33.60 m até o marco 54; Deste segue com o azimute de 49°23'55" e a distância de 34.64 m até o marco 55; Deste segue com o azimute de 70°01'01" e a distância de 43.98 m até o marco 56; Deste segue com o azimute de 48°21'59" e a distância de 45.24 m até o marco 57; Deste segue com o azimute de 47°12'09" e a distância de 138.25 m até o marco 58; Deste segue com o azimute de 40°21'52" e a distância de 98.62 m até o marco 59; Deste segue com o azimute de 108°55'29" e a distância de 139.01 m até o marco 60; Deste segue com o azimute de 116°33'54" e a distância de 33.60 m até o marco 61; Deste segue com o azimute de 98°07'48" e a distância de 26.57 m até o marco 62; Deste segue com o azimute de 99°27'44" e a distância de 22.85 m até o marco 63; Deste segue com o azimute de 180°00'00" e a distância de 150.28 m até o marco 64; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 123.98 m até o marco 65; Deste segue com o azimute de 92°17'26" e a distância de 94.00 m até o marco 66; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 56.36 m até o marco 67; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 11.27 m até o marco 68; Deste segue com o azimute de 107°06'10" e a distância de 51.10 m até o marco 69; Deste segue com o azimute de 99°27'44" e a distância de 45.71 m até o marco 70; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 48.84 m até o marco 71; Deste segue com o azimute de 93°21'59" e a distância de 63.98 m até o marco 72; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 105.20 m até o marco 73; Deste segue com o azimute de 99°05'25" e a distância de 95.12 m até o marco 74; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 30.06 m até o marco 75; Deste segue com o azimute de 104°02'10" e a distância de 30.98 m até o marco 76; Deste segue com o azimute de

0=PP 1 7398320.581 490184.478 231°10'13" 326.40 0.99960118 23°31'30.91345" S 51°05'46.15492"  
W 1 2 7398115.924 489930.207 119°18'36" 405.40 0.99960125 23°31'37.56289" S 51°05'55.12700" W  
2 3 7397917.469 490283.705 270°10'15" 515.09 0.99960116 23°31'44.02403" S 51°05'42.66499" W 3  
4 7397919.004 489768.618 270°00'00" 187.85 0.99960129 23°31'43.96272" S 51°06'00.83053" W 4 5  
7397919.004 489580.764 270°00'00" 281.78 0.99960133 23°31'43.95842" S 51°06'07.45559" W 5 6  
7397919.004 489298.982 275°54'22" 109.54 0.99960141 23°31'43.95181" S 51°06'17.39319" W 6 7  
7397930.275 489190.026 293°11'55" 57.23 0.99960144 23°31'43.58269" S 51°06'21.23543" W 7 8  
7397952.817 489137.427 292°50'01" 77.45 0.99960145 23°31'42.84839" S 51°06'23.08986" W 8 9  
7397982.874 489066.042 305°32'16" 64.64 0.99960147 23°31'41.86927" S 51°06'25.60659" W 9 10  
7398020.445 489013.443 315°00'00" 42.51 0.99960148 23°31'40.64626" S 51°06'27.46060" W 10 11  
7398050.502 488983.386 325°00'29" 45.86 0.99960149 23°31'39.66814" S 51°06'28.51981" W 11 12  
7398088.073 488957.087 344°44'42" 42.84 0.99960150 23°31'38.44577" S 51°06'29.44631" W 12 13  
7398129.401 488945.815 340°20'46" 55.85 0.99960150 23°31'37.10158" S 51°06'29.84271" W 13 14  
7398182.000 488927.030 333°26'06" 100.81 0.99960151 23°31'35.39070" S 51°06'30.50381" W 14 15  
7398272.170 488881.945 333°26'06" 33.60 0.99960152 23°31'32.45743" S 51°06'32.09138" W 15 16

7398302.227 488866.916 322°07'30" 42.84 0.99960152 23°31'31.47967" S 51°06'32.62057" W 16 17  
7398336.041 488840.617 311°38'01" 45.24 0.99960153 23°31'30.37946" S 51°06'33.54714" W 17 18  
7398366.097 488806.803 313°09'09" 82.40 0.99960154 23°31'29.40123" S 51°06'34.73881" W 18 19  
7398422.454 488746.690 310°48'54" 109.21 0.99960156 23°31'27.56714" S 51°06'36.85724" W 19 20  
7398493.839 488664.034 313°27'07" 98.33 0.99960158 23°31'25.24377" S 51°06'39.77022" W 20 21  
7398561.466 488592.649 321°20'25" 72.17 0.99960160 23°31'23.04285" S 51°06'42.28579" W 21 22  
7398617.823 488547.564 326°18'36" 67.73 0.99960161 23°31'21.20911" S 51°06'43.87418" W 22 23  
7398674.179 488509.993 333°26'06" 50.41 0.99960162 23°31'19.37555" S 51°06'45.19757" W 23 24  
7398719.264 488487.450 338°27'32" 153.49 0.99960163 23°31'17.90889" S 51°06'45.99129" W 24 25  
7398862.033 488431.094 340°33'36" 67.73 0.99960164 23°31'13.26486" S 51°06'47.97472" W 25 26  
7398925.904 488408.551 349°41'43" 42.01 0.99960165 23°31'11.18734" S 51°06'48.76790" W 26 27  
7398967.232 488401.037 351°18'16" 323.07 0.99960165 23°31'09.84324" S 51°06'49.03173" W 27 28  
7399286.585 488352.195 355°21'52" 139.47 0.99960167 23°31'00.00000" S 51°06'50.74517" W 28 29  
7399425.597 488340.924 352°34'07" 174.29 0.99960167 23°30'54.93653" S 51°06'51.13874" W 29 30  
7399598.423 488318.381 358°01'30" 218.04 0.99960168 23°30'49.31596" S 51°06'51.92881" W 30 31  
7399816.335 488310.867 0°00'00" 52.60 0.99960168 23°30'42.22971" S 51°06'52.18766" W  
31 32 7399868.934 488310.867 354°25'40" 154.77 0.99960168 23°30'40.51928" S 51°06'52.18618" W  
32 33 7400022.975 488295.839 350°32'16" 114.27 0.99960168 23°30'35.50977" S 51°06'52.71178" W  
33 34 7400135.687 488277.053 354°17'22" 75.52 0.99960169 23°30'31.84408" S 51°06'53.37101" W  
34 35 7400210.829 488269.539 352°14'05" 83.42 0.99960169 23°30'29.40041" S 51°06'53.63385" W  
35 36 7400293.485 488258.268 343°36'38" 66.58 0.99960169 23°30'26.71230" S 51°06'54.02896" W  
36 37 7400357.356 488239.482 327°31'44" 48.99 0.99960170 23°30'24.63486" S 51°06'54.68956" W  
37 38 7400398.684 488213.183 318°00'46" 50.55 0.99960171 23°30'23.29027" S 51°06'55.61574" W  
38 39 7400436.255 488179.369 298°36'38" 47.08 0.99960172 23°30'22.06764" S 51°06'56.80698" W  
39 40 7400458.797 488138.041 281°18'36" 38.31 0.99960173 23°30'21.33352" S 51°06'58.26360" W  
40 41 7400466.311 488100.470 270°00'00" 191.61 0.99960174 23°30'21.08818" S 51°07'00.00000" W  
41 42 7400466.311 487908.858 270°00'00" 142.77 0.99960180 23°30'21.08308" S 51°07'06.34456" W  
42 43 7400466.311 487766.089 270°00'00" 139.01 0.99960184 23°30'21.07923" S 51°07'11.37873" W  
43 44 7400466.311 487627.076 270°00'00" 30.06 0.99960188 23°30'21.07544" S 51°07'16.28042" W  
44 45 7400466.311 487597.020 315°00'00" 69.07 0.99960189 23°30'21.07462" S 51°07'17.34025" W  
45 46 7400515.153 487548.178 309°17'22" 53.40 0.99960190 23°30'19.48502" S 51°07'19.06100" W  
46 47 7400548.967 487506.850 227°29'22" 122.32 0.99960192 23°30'18.38431" S 51°07'20.51724" W  
47 48 7400466.311 487416.679 320°42'38" 53.40 0.99960194 23°30'21.06962" S 51°07'23.69920" W  
48 49 7400507.639 487382.866 223°14'15" 345.53 0.99960196 23°30'19.72477" S 51°07'24.89025" W  
49 50 7400255.914 487146.169 314°38'55" 433.04 0.99960203 23°30'27.90371" S 51°07'33.24413" W  
50 51 7400560.239 486838.087 45°00'00" 265.67 0.99960213 23°30'17.99877" S 51°07'44.09786" W  
51 52 7400748.093 487025.942 56°18'36" 67.73 0.99960207 23°30'11.89553" S 51°07'37.46814" W 52  
53 7400785.664 487082.298 77°28'16" 34.64 0.99960205 23°30'10.67542" S 51°07'35.47984" W 53 54  
7400793.178 487116.112 63°26'06" 33.60 0.99960204 23°30'10.43204" S 51°07'34.28733" W 54 55  
7400808.207 487146.169 49°23'55" 34.64 0.99960203 23°30'09.94420" S 51°07'33.22706" W 55 56  
7400830.749 487172.468 70°01'01" 43.98 0.99960202 23°30'09.21191" S 51°07'32.29904" W 56 57  
7400845.777 487213.796 48°21'59" 45.24 0.99960201 23°30'08.72438" S 51°07'30.84135" W 57 58  
7400875.834 487247.610 47°12'09" 138.25 0.99960200 23°30'07.74795" S 51°07'29.64816" W 58 59  
7400969.761 487349.052 40°21'52" 98.62 0.99960197 23°30'04.69647" S 51°07'26.06849" W 59 60  
7401044.903 487412.922 108°55'29" 139.01 0.99960195 23°30'02.25478" S 51°07'23.81417" W 60 61  
7400999.818 487544.420 116°33'54" 33.60 0.99960191 23°30'03.72452" S 51°07'19.17897" W 61 62  
7400984.790 487574.477 98°07'48" 26.57 0.99960190 23°30'04.21404" S 51°07'18.11963" W 62 63  
7400981.033 487600.777 99°27'44" 22.85 0.99960189 23°30'04.33694" S 51°07'17.19243" W 63 64  
7400977.276 487623.319 180°00'00" 150.28 0.99960188 23°30'04.45973" S 51°07'16.39770" W 64 65  
7400826.992 487623.319 90°00'00" 123.98 0.99960188 23°30'09.34667" S 51°07'16.40217" W 65 66  
7400826.992 487747.303 92°17'26" 94.00 0.99960184 23°30'09.35006" S 51°07'12.03049" W 66 67

7400823.235 487841.231 90°00'00" 56.36 0.99960182 23°30'09.47477" S 51°07'08.71873" W 67 68  
7400823.235 487897.587 90°00'00" 11.27 0.99960180 23°30'09.47629" S 51°07'06.73161" W 68 69  
7400823.235 487908.858 107°06'10" 51.10 0.99960180 23°30'09.47659" S 51°07'06.33418" W 69 70  
7400808.207 487957.700 99°27'44" 45.71 0.99960178 23°30'09.96659" S 51°07'04.61244" W 70 71  
7400800.692 488002.786 90°00'00" 48.84 0.99960177 23°30'10.21214" S 51°07'03.02296" W 71 72  
7400800.692 488051.628 93°21'59" 63.98 0.99960175 23°30'10.21344" S 51°07'01.30078" W 72 73  
7400796.935 488115.498 90°00'00" 105.20 0.99960173 23°30'10.33730" S 51°06'59.04881" W 73 74  
7400796.935 488220.697 99°05'25" 95.12 0.99960170 23°30'10.34006" S 51°06'55.33950" W 74 75  
7400781.907 488314.624 90°00'00" 30.06 0.99960168 23°30'10.83120" S 51°06'52.02805" W 75 76  
7400781.907 488344.681 104°02'10" 30.98 0.99960167 23°30'10.83197" S 51°06'50.96824" W 76 77  
7400774.393 488374.738 113°11'55" 28.61 0.99960166 23°30'11.07710" S 51°06'49.90865" W 77 78  
7400763.121 488401.037 130°36'05" 34.64 0.99960165 23°30'11.44429" S 51°06'48.98164" W 78 79  
7400740.579 488427.337 128°39'35" 24.06 0.99960164 23°30'12.17801" S 51°06'48.05493" W 79 80  
7400725.551 488446.122 130°36'05" 34.64 0.99960164 23°30'12.66719" S 51°06'47.39297" W 80 81  
7400703.008 488472.422 135°00'00" 53.13 0.99960163 23°30'13.40090" S 51°06'46.46627" W 81 82  
7400665.437 488509.993 130°14'11" 63.98 0.99960162 23°30'14.62360" S 51°06'45.14254" W 82 83  
7400624.109 488558.835 146°18'36" 40.64 0.99960161 23°30'15.96875" S 51°06'43.42149" W 83 84  
7400590.295 488581.378 138°21'59" 45.24 0.99960160 23°30'17.06888" S 51°06'42.62755" W 84 85  
7400556.481 488611.434 166°45'34" 65.61 0.99960159 23°30'18.16921" S 51°06'41.56866" W 85 86  
7400492.611 488626.463 172°14'05" 166.84 0.99960159 23°30'20.24654" S 51°06'41.04050" W 86 87  
7400327.299 488649.005 172°11'05" 580.22 0.99960158 23°30'25.62274" S 51°06'40.25014" W 87 88  
7399752.464 488727.904 185°11'40" 83.00 0.99960156 23°30'44.31728" S 51°06'37.48365" W 88 89  
7399669.808 488720.390 185°42'38" 75.52 0.99960156 23°30'47.00490" S 51°06'37.75087" W 89 90  
7399594.666 488712.876 174°05'38" 109.54 0.99960156 23°30'49.44819" S 51°06'38.01788" W 90 91  
7399485.711 488724.147 173°17'25" 64.31 0.99960156 23°30'52.99150" S 51°06'37.62337" W 91 92  
7399421.840 488731.661 172°52'30" 181.74 0.99960156 23°30'55.06864" S 51°06'37.36013" W 92 93  
7399241.500 488754.204 173°17'25" 128.62 0.99960155 23°31'00.93353" S 51°06'36.57008" W 93 94  
7399113.759 488769.232 169°22'49" 61.16 0.99960155 23°31'05.08780" S 51°06'36.04358" W 94 95  
7399053.645 488780.503 156°02'15" 37.00 0.99960155 23°31'07.04285" S 51°06'35.64773" W 95 96  
7399019.831 488795.532 164°03'17" 27.35 0.99960154 23°31'08.14279" S 51°06'35.11868" W 96 97  
7398993.532 488803.046 160°01'01" 43.98 0.99960154 23°31'08.99819" S 51°06'34.85440" W 97 98  
7398952.204 488818.074 155°22'35" 99.19 0.99960154 23°31'10.34247" S 51°06'34.32555" W 98 99  
7398862.033 488859.402 135°00'00" 47.82 0.99960152 23°31'13.27565" S 51°06'32.87055" W 99 100  
7398828.220 488893.216 132°16'25" 55.85 0.99960152 23°31'14.37605" S 51°06'31.67902" W 100  
101 7398790.649 488934.544 125°32'16" 64.64 0.99960150 23°31'15.59880" S 51°06'30.22260" W  
101 102 7398753.078 488987.143 135°00'00" 47.82 0.99960149 23°31'16.82182" S 51°06'28.36869" W  
102 103 7398719.264 489020.957 135°00'00" 74.39 0.99960148 23°31'17.92221" S  
51°06'27.17714" W 103 104 7398666.665 489073.556 140°11'40" 117.38 0.99960147 23°31'19.63391" S  
51°06'25.32360" W 104 105 7398576.495 489148.698 142°18'21" 104.46 0.99960145  
23°31'22.56789" S 51°06'22.67607" W 105 106 7398493.839 489212.569 148°14'26" 92.79  
0.99960143 23°31'25.25724" S 51°06'20.42579" W 106 107 7398414.940 489261.411 161°33'54"  
47.52 0.99960142 23°31'27.82404" S 51°06'18.70538" W 107 108 7398369.855 489276.439  
180°00'00" 22.54 0.99960141 23°31'29.29048" S 51°06'18.17656" W 108 109 7398347.312  
489276.439 158°11'55" 20.23 0.99960141 23°31'30.02352" S 51°06'18.17714" W 109 110  
7398328.527 489283.954 101°18'36" 19.16 0.99960141 23°31'30.63457" S 51°06'17.91263" W 110  
111 7398324.769 489302.739 96°20'25" 34.02 0.99960141 23°31'30.75719" S 51°06'17.25024" W 111  
112 7398321.012 489336.553 90°00'00" 214.15 0.99960140 23°31'30.88016" S 51°06'16.05786" W  
112 113 7398321.012 489550.707 90°00'00" 244.21 0.99960134 23°31'30.88518" S 51°06'08.50549" W  
113 0=PP 7398321.012 489794.918 90°03'48" 389.56 0.99960128 23°31'30.89077" S  
51°06'00.00000" W

Perímetro : 11882.45 m



Área Total: 2014562.87 m² 201.45629 ha  
Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha  
Área Remanescente: 2014562.87 m² 201.45629 há

## **ANEXO V: DISTRITO LERROVILLE**

### **5.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Lerroville**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 14 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

### **5.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Lerroville**

ÁREA(HA): 82.41893

PERÍMETRO(m): 4217.91 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F:PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP , de coordenadas geográficas, latitude 23°41'10.74727" S e longitude 51°05'21.09223" W; Deste segue com o azimute de 130°36'05" e a distância de 565.71 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 224°11'35" e a distância de 81.08 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 130°05'10" e a distância de 253.27 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 129°38'39" e a distância de 73.40 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 220°53'28" e a distância de 796.74 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 311°43'32" e a distância de 919.50 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 248°41'26" e a distância de 244.39 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 2°25'10" e a distância de 229.50 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 89°01'44" e a distância de 95.28 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 67°17'37" e a distância de 246.81 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 49°14'11" e a distância de 123.65 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 135°41'25" e a distância de 94.78 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 40°47'32" e a distância de 420.17 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 37°52'30" e a distância de 73.64 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

### **Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas**

**Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude	0=PP
1	7380489.743	490906.268	130°36'05"	565.71	0.99960102	23°41'10.74727"	S	51°05'21.09223"	W
2	7380121.581	491335.789	224°11'35"	81.08	0.99960092	23°41'22.72745"	S	51°05'05.93394"	W
3	7380063.450	491279.273	130°05'10"	253.27	0.99960093	23°41'24.61661"	S	51°05'07.93075"	W
4	7379900.361	491473.043	129°38'39"	73.40	0.99960089	23°41'29.92358"	S	51°05'01.09210"	W
5	7379853.534	491529.559	220°53'28"	796.74	0.99960088	23°41'31.44736"	S	51°04'59.09745"	W
6	7379251.235	491007.997	311°43'32"	919.50	0.99960099	23°41'51.02236"	S	51°05'17.52732"	W
7	7379863.222	490321.731	248°41'26"	244.39	0.99960115	23°41'31.10780"	S	51°05'41.74645"	W
8	7379774.412	490094.052	2°25'10"	229.50	0.99960121	23°41'33.99071"	S	51°05'49.78807"	W
9	7380003.705	490103.741	89°01'44"	95.28	0.99960120	23°41'26.53490"	S	51°05'49.44045"	W
10	7380005.320	490199.011	67°17'37"	246.81	0.99960118	23°41'26.48450"	S	51°05'46.07641"	W
11	7380100.590	490426.689	49°14'11"	123.65	0.99960113	23°41'23.39150"	S	51°05'38.03478"	W
12	7380181.327	490520.344	135°41'25"	94.78	0.99960110	23°41'20.76814"	S	51°05'34.72596"	W
13	7380113.507	490586.549	40°47'32"	420.17	0.99960109	23°41'22.97484"	S	51°05'32.38984"	W
0=PP	7380431.612	490861.055	37°52'30"	73.64	0.99960103	23°41'12.63661"	S	51°05'22.68994"	W

Perímetro : 4217.91 m

Área Total: 824189.31 m² 82.41893 ha

Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha

Área Remanescente: 824189.31 m² 82.41893 há

## **ANEXO VI: DISTRITO MARAVILHA**

### **6.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Maravilha**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 15 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 16 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

**6.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Maravilha**

ÁREA(HA): 44.94198

PERÍMETRO(m): 3233.79 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP , de coordenadas geográficas, latitude 23°27'52.57326" S e longitude 50°59'42.84160" W; Deste segue com o azimuth de 236°51'11" e a distância de 160.23 m até o marco 1; Deste segue com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 375.08 m até o marco 2; Deste segue com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 16.43 m até o marco 3; Deste segue com o azimuth de 0°00'00" e a distância de 101.30 m até o marco 4; Deste segue com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 501.02 m até o marco 5; Deste segue com o azimuth de 0°00'00" e a distância de 232.72 m até o marco 6; Deste segue com o azimuth de 0°00'00" e a distância de 101.30 m até o marco 7; Deste segue com o azimuth de 90°50'33" e a distância de 372.38 m até o marco 8; Deste segue com o azimuth de 0°00'00" e a distância de 224.50 m até o marco 9; Deste segue com o azimuth de 90°00'00" e a distância de 366.87 m até o marco 10; Deste segue com o azimuth de 90°00'00" e a distância de 114.99 m até o marco 11; Deste segue com o azimuth de 180°00'00" e a distância de 440.79 m até o marco 12; Deste segue com o azimuth de 98°25'37" e a distância de 74.73 m até o marco 13; Deste segue com o azimuth de 139°23'55" e a distância de 151.45 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

**Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas**

**Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimuth	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
0=PP	1	7405038.250	500486.764	236°51'11"	160.23	0.99960000	23°27'52.57326" S	50°59'42.84160" W
1	2	7404950.640	500352.610	270°00'00"	375.08	0.99960000	23°27'55.42233" S	50°59'47.57043" W
2	3	7404950.640	499977.528	270°00'00"	16.43	0.99960000	23°27'55.42247" S	51°00'00.79215" W
3	4	7404950.640	499961.101	0°00'00"	101.30	0.99960000	23°27'55.42247" S	51°00'01.37120" W
4	5	7405051.939	499961.101	270°00'00"	501.02	0.99960000	23°27'52.12837" S	51°00'01.37119" W
5	6	7405051.939	499460.078	0°00'00"	232.72	0.99960000	23°27'52.12805" S	51°00'19.03220" W
6	7	7405284.655	499460.078	0°00'00"	101.30	0.99960000	23°27'44.56052" S	51°00'19.03189" W
7	8	7405385.954	499460.078	90°50'33"	372.38	0.99960000	23°27'41.26642" S	51°00'19.03176" W
8	9	7405380.479	499832.423	0°00'00"	224.50	0.99960000	23°27'41.44477" S	51°00'05.90695" W
9	10	7405604.981	499832.423	90°00'00"	366.87	0.99960000	23°27'34.14433" S	51°00'05.90686" W
10	11	7405604.981	500199.292	90°00'00"	114.99	0.99960000	23°27'34.14432" S	50°59'52.97524" W
11	12	7405604.981	500314.281	180°00'00"	440.79	0.99960000	23°27'34.14425" S	50°59'48.92205" W
12	13	7405164.190	500314.281	98°25'37"	74.73	0.99960000	23°27'48.47804" S	50°59'48.92172" W
13	0=PP	7405153.239	500388.202	139°23'55"	151.45	0.99960000	23°27'48.83410" S	50°59'46.31601" W

Perímetro : 3233.79 m

Área Total: 449419.77 m² 44.94198 ha

Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha

Área Remanescente: 449419.77 m² 44.94198 há

**ANEXO VII: DISTRITO PAIQUERÊ**

**7.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Paiquerê**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 17 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 18 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

**7.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Paiquerê**

ÁREA(HA): 99.23355

PERÍMETRO(m): 5336.77 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP , de coordenadas geográficas, latitude 23°31'17.72793" S e longitude 51°05'06.77511" W; Deste segue com o azimute de 89°32'38" e a distância de 596.58 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 180°28'06" e a distância de 845.18 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 270°41'41" e a distância de 587.39 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 4°37'21" e a distância de 28.58 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 271°02'09" e a distância de 131.31 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 71.40 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 281°38'51" e a distância de 58.79 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 281°38'51" e a distância de 70.55 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 282°29'52" e a distância de 219.41 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 302°31'40" e a distância de 45.66 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 264°48'20" e a distância de 24.59 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 255°15'23" e a distância de 37.33 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 226°37'33" e a distância de 22.13 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 212°53'44" e a distância de 25.45 m até o marco 14; Deste segue com o azimute de 232°17'44" e a distância de 34.94 m até o marco 15; Deste segue com o azimute de 235°30'22" e a distância de 16.77 m até o marco 16; Deste segue com o azimute de 257°05'58" e a distância de 21.27 m até o marco 17; Deste segue com o azimute de 259°23'10" e a distância de 25.78 m até o marco 18; Deste segue com o azimute de 260°15'10" e a distância de 42.07 m até o marco 19; Deste segue com o azimute de 259°03'44" e a distância de 37.54 m até o marco 20; Deste segue com o azimute de 268°42'59" e a distância de 105.98 m até o marco 21; Deste segue com o azimute de 272°57'00" e a distância de 46.13 m até o marco 22; Deste segue com o azimute de 297°53'27" e a distância de 96.42 m até o marco 23; Deste segue com o azimute de 298°49'15" e a distância de 313.68 m até o marco 24; Deste segue com o azimute de 54°26'03" e a distância de 323.69 m até o marco 25; Deste segue com o azimute de 77°22'15" e a distância de 54.29 m até o marco 26; Deste segue com o azimute de 81°19'06" e a distância de 62.91 m até o marco 27; Deste segue com o azimute de 78°21'09" e a distância de 70.55 m até o marco 28; Deste segue com o azimute de 79°41'29" e a distância de 39.80 m até o marco 29; Deste segue com o azimute de 65°51'42" e a distância de 58.05 m até o marco 30; Deste segue com o azimute de 65°43'42" e a distância de 40.43 m até o marco 31; Deste segue com o azimute de 62°44'10" e a distância de 31.09 m até o marco 32; Deste segue com o azimute de 58°59'04" e a distância de 32.25 m até o marco 33; Deste segue com o azimute de 74°17'58" e a distância de 26.32 m até o marco 34; Deste segue com o azimute de 97°20'29" e a distância de 37.16 m até o marco 35; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 18.43 m até o marco 36; Deste segue com o azimute de 107°35'44" e a distância de 31.41 m até o marco 37; Deste segue com o azimute de 92°13'38" e a distância de 122.17 m até o marco 38; Deste segue com o azimute de 95°53'05" e a distância de 46.31 m até o marco 39; Deste segue com o azimute de 107°35'44" e a distância de 31.41 m até o marco 40; Deste segue com o azimute de 108°57'39" e a distância de 29.23 m até o marco 41; Deste segue com o azimute de 108°57'39" e a distância de 36.53 m até o marco 42; Deste segue com o azimute de 115°06'10" e a distância de 27.98 m até o marco 43; Deste segue com o azimute de 119°47'44" e a distância de 23.89 m até o marco 44; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 20.73 m até o marco 45; Deste segue com o azimute de 100°36'50" e a distância de 25.78 m até o marco 46; Deste segue com o azimute de 106°24'31" e a distância de 16.81 m até o marco 47; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 23.03 m até o marco 48; Deste segue com o azimute de 96°31'59" e a distância de 20.87 m até o marco 49; Deste segue com o azimute de 96°31'59" e a distância de 20.87 m até o marco 50; Deste segue com o azimute de 89°11'28" e a distância de 168.16 m até o marco 51; Deste segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 18.99 m até o marco 52; Deste segue com o azimute de 0°21'15" e a distância de 372.73 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

### **Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas**

**Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
0=PP	1	7398726.769	491300.886	89°32'38"	596.58	0.99960093	23°31'17.72793" S	51°05'06.77511" W
1	2							

7398731.517 491897.450 180°28'06" 845.18 0.99960081 23°31'17.58466" S 51°04'45.73715" W 2 3  
7397886.368 491890.540 270°41'41" 587.39 0.99960081 23°31'45.06716" S 51°04'45.99733" W 3 4  
7397893.490 491303.190 4°37'21" 28.58 0.99960093 23°31'44.82461" S 51°05'06.71133" W 4 5  
7397921.978 491305.493 271°02'09" 131.31 0.99960093 23°31'43.89828" S 51°05'06.62950" W 5 6  
7397924.352 491174.203 270°00'00" 71.40 0.99960096 23°31'43.81853" S 51°05'11.25966" W 6 7  
7397924.352 491102.799 281°38'51" 58.79 0.99960097 23°31'43.81712" S 51°05'13.77784" W 7 8  
7397936.222 491045.216 281°38'51" 70.55 0.99960098 23°31'43.42999" S 51°05'15.80838" W 8 9  
7397950.466 490976.116 282°29'52" 219.41 0.99960100 23°31'42.96542" S 51°05'18.24502" W 9 10  
7397997.947 490761.906 302°31'40" 45.66 0.99960105 23°31'41.41711" S 51°05'25.79850" W 10 11  
7398022.496 490723.413 264°48'20" 24.59 0.99960106 23°31'40.61803" S 51°05'27.15548" W 11 12  
7398020.270 490698.926 255°15'23" 37.33 0.99960106 23°31'40.68991" S 51°05'28.01909" W 12 13  
7398010.769 490662.823 226°37'33" 22.13 0.99960107 23°31'40.99811" S 51°05'29.29254" W 13 14  
7397995.573 490646.739 212°53'44" 25.45 0.99960107 23°31'41.49194" S 51°05'29.86012" W 14 15  
7397974.206 490632.919 232°17'44" 34.94 0.99960108 23°31'42.18643" S 51°05'30.34799" W 15 16  
7397952.840 490605.279 235°30'22" 16.77 0.99960108 23°31'42.88064" S 51°05'31.32325" W 16 17  
7397943.344 490591.459 257°05'58" 21.27 0.99960109 23°31'43.18915" S 51°05'31.81085" W 17 18  
7397938.596 490570.729 259°23'10" 25.78 0.99960109 23°31'43.34311" S 51°05'32.54204" W 18 19  
7397933.848 490545.392 260°15'10" 42.07 0.99960110 23°31'43.49698" S 51°05'33.43570" W 19 20  
7397926.726 490503.932 259°03'44" 37.54 0.99960111 23°31'43.72770" S 51°05'34.89803" W 20 21  
7397919.604 490467.079 268°42'59" 105.98 0.99960112 23°31'43.95852" S 51°05'36.19790" W 21 22  
7397917.230 490361.125 272°57'00" 46.13 0.99960114 23°31'44.03346" S 51°05'39.93462" W 22 23  
7397919.604 490315.059 297°53'27" 96.42 0.99960115 23°31'43.95527" S 51°05'41.55920" W 23 24  
7397964.710 490229.835 298°49'15" 313.68 0.99960117 23°31'42.48667" S 51°05'44.56371" W 24 25  
7398115.924 489955.014 54°26'03" 323.69 0.99960124 23°31'37.56345" S 51°05'54.25215" W 25 26  
7398304.194 490218.319 77°22'15" 54.29 0.99960118 23°31'31.44705" S 51°05'44.96188" W 26 27  
7398316.065 490271.295 81°19'06" 62.91 0.99960116 23°31'31.06221" S 51°05'43.09332" W 27 28  
7398325.561 490333.485 78°21'09" 70.55 0.99960115 23°31'30.75475" S 51°05'40.89990" W 28 29  
7398339.805 490402.585 79°41'29" 39.80 0.99960113 23°31'30.29304" S 51°05'38.46269" W 29 30  
7398346.927 490441.742 65°51'42" 58.05 0.99960112 23°31'30.06227" S 51°05'37.08162" W 30 31  
7398370.667 490494.719 65°43'42" 40.43 0.99960111 23°31'29.29141" S 51°05'35.21280" W 31 32  
7398387.285 490531.572 62°44'10" 31.09 0.99960110 23°31'28.75180" S 51°05'33.91276" W 32 33  
7398401.529 490559.212 58°59'04" 32.25 0.99960109 23°31'28.28919" S 51°05'32.93768" W 33 34  
7398418.147 490586.852 74°17'58" 26.32 0.99960109 23°31'27.74938" S 51°05'31.96256" W 34 35  
7398425.269 490612.189 97°20'29" 37.16 0.99960108 23°31'27.51831" S 51°05'31.06888" W 35 36  
7398420.521 490649.042 90°00'00" 18.43 0.99960107 23°31'27.67347" S 51°05'29.76932" W 36 37  
7398420.521 490667.469 107°35'44" 31.41 0.99960107 23°31'27.67386" S 51°05'29.11949" W 37 38  
7398411.025 490697.412 92°13'38" 122.17 0.99960106 23°31'27.98327" S 51°05'28.06373" W 38 39  
7398406.277 490819.489 95°53'05" 46.31 0.99960104 23°31'28.14017" S 51°05'23.75869" W 39 40  
7398401.529 490865.556 107°35'44" 31.41 0.99960102 23°31'28.29550" S 51°05'22.13422" W 40 41  
7398392.033 490895.499 108°57'39" 29.23 0.99960102 23°31'28.60490" S 51°05'21.07845" W 41 42  
7398382.537 490923.139 108°57'39" 36.53 0.99960101 23°31'28.91425" S 51°05'20.10390" W 42 43  
7398370.667 490957.689 115°06'10" 27.98 0.99960100 23°31'29.30094" S 51°05'18.88573" W 43 44  
7398358.797 490983.026 119°47'44" 23.89 0.99960100 23°31'29.68744" S 51°05'17.99246" W 44 45  
7398346.927 491003.756 90°00'00" 20.73 0.99960099 23°31'30.07385" S 51°05'17.26165" W 45 46  
7398346.927 491024.486 100°36'50" 25.78 0.99960099 23°31'30.07426" S 51°05'16.53059" W 46 47  
7398342.179 491049.823 106°24'31" 16.81 0.99960098 23°31'30.22916" S 51°05'15.63717" W 47 48  
7398337.431 491065.946 90°00'00" 23.03 0.99960098 23°31'30.38388" S 51°05'15.06867" W 48 49  
7398337.431 491088.979 96°31'59" 20.87 0.99960098 23°31'30.38433" S 51°05'14.25637" W 49 50  
7398335.057 491109.709 96°31'59" 20.87 0.99960097 23°31'30.46194" S 51°05'13.52536" W 50 51  
7398332.683 491130.439 89°11'28" 168.16 0.99960097 23°31'30.53955" S 51°05'12.79434" W 51 52

7398335.057 491298.583 0°00'00" 18.99 0.99960093 23°31'30.46563" S 51°05'06.86454" W 52 0=PP  
7398354.049 491298.583 0°21'15" 372.73 0.99960093 23°31'29.84804" S 51°05'06.86414" W

Perímetro : 5336.77 m

Área Total: 992335.50 m² 99.23355 ha

Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha

Área Remanescente: 992335.50 m² 99.23355 há

## **ANEXO VIII: DISTRITO SÃO LUIZ**

### **8.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito São Luiz**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 20 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 21 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

### **8.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito São Luiz**

ÁREA(HA): 62.39048

PERÍMETRO(m): 3681.98 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP, de coordenadas geográficas, latitude 23°30'25.77058" S e longitude 51°14'33.81243" W; Deste segue com o azimute de 37°36'01" e a distância de 102.25 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 39°24'02" e a distância de 98.43 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 36°11'36" e a distância de 299.09 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 115°56'56" e a distância de 613.82 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 175°57'02" e a distância de 334.36 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 170°21'07" e a distância de 299.39 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 120°57'50" e a distância de 17.21 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 153°26'06" e a distância de 125.40 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 164°44'42" e a distância de 168.26 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 259°11'30" e a distância de 330.53 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 349°30'31" e a distância de 162.09 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 257°28'16" e a distância de 81.64 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 274°38'08" e a distância de 109.57 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 347°48'31" e a distância de 489.18 m até o marco 14; Deste segue com o azimute de 298°34'33" e a distância de 351.19 m até o marco 15; Deste segue com o azimute de 298°28'56" e a distância de 99.58 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

### **Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas**

**Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude	
0=PP	1	7400306.209	475218.863	37°36'01"	102.25	0.99960754	23°30'25.77058" S	51°14'33.81243" W	1 2
1	2	7400387.218	475281.250	39°24'02"	98.43	0.99960750	23°30'23.13975" S	51°14'31.60781" W	2 3
2	3	7400463.280	475343.729	36°11'36"	299.09	0.99960747	23°30'20.66979" S	51°14'29.40023" W	3 4
3	4	7400704.658	475520.348	115°56'56"	613.82	0.99960736	23°30'12.83028" S	51°14'23.15836" W	4 5
4	5	7400436.069	476072.284	175°57'02"	334.36	0.99960703	23°30'21.59387" S	51°14'03.71254" W	5 6
5	6	7400102.546	476095.896	170°21'07"	299.39	0.99960702	23°30'32.44059" S	51°14'02.89912" W	6 7
6	7	7399807.393	476146.072	120°57'50"	17.21	0.99960699	23°30'42.04101" S	51°14'01.14677" W	7 8
7	8	7399798.539	476160.830	153°26'06"	125.40	0.99960698	23°30'42.32972" S	51°14'00.62689" W	8 9
8	9	7399686.380	476216.909	164°44'42"	168.26	0.99960695	23°30'45.97983" S	51°13'58.65584" W	9 10
9	10	7399524.046	476261.182	259°11'30"	330.53	0.99960692	23°30'51.26093" S	51°13'57.10393" W	10 11
10	11	7399462.064	475936.514	349°30'31"	162.09	0.99960711	23°30'53.25925" S	51°14'08.55625" W	11 12
11	12	7399621.447	475906.998	257°28'16"	81.64	0.99960713	23°30'48.07488" S	51°14'09.58781" W	12 13
12	13	7399603.738	475827.307	274°38'08"	109.57	0.99960718	23°30'48.64648" S	51°14'12.39897" W	13 14
13	14	7399612.592	475718.100	347°48'31"	489.18	0.99960724	23°30'48.35268" S	51°14'16.24937" W	14 15
14	15	7400090.740	475614.797	298°34'33"	351.19	0.99960730	23°30'32.79874" S	51°14'19.86408" W	15 0=PP
15	0=PP	7400258.720	475306.391	298°28'56"	99.58	0.99960749	23°30'27.31960" S	51°14'30.72896" W	

Perímetro : 3681.98 m

Área Total: 623904.76 m² 62.39048 ha

Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha

Área Remanescente: 623904.76 m² 62.39048 há

## **ANEXO IX: DISTRITO WARTA**

### **9.1. Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Warta**

**Jornal Oficial nº 1919 Pág. 22 Terça-feira, 17 de julho de 2012**

#### **9.2. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Distrito Warta**

ÁREA(HA): 64.15618

PERÍMETRO(m): 3988.16 m

MUNICÍPIO: LONDRINA U.F: PARANÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 0=PP , de coordenadas geográficas, latitude 23°11'48.72250" S e longitude 51°12'17.31828" W; Deste segue com o azimute de 22°37'12" e a distância de 45.05 m até o marco 1; Deste segue com o azimute de 14°11'03" e a distância de 162.62 m até o marco 2; Deste segue com o azimute de 346°45'34" e a distância de 30.26 m até o marco 3; Deste segue com o azimute de 304°22'49" e a distância de 39.89 m até o marco 4; Deste segue com o azimute de 317°07'16" e a distância de 132.40 m até o marco 5; Deste segue com o azimute de 316°38'12" e a distância de 214.47 m até o marco 6; Deste segue com o azimute de 14°02'10" e a distância de 50.00 m até o marco 7; Deste segue com o azimute de 15°38'32" e a distância de 44.98 m até o marco 8; Deste segue com o azimute de 25°12'04" e a distância de 32.55 m até o marco 9; Deste segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 13.86 m até o marco 10; Deste segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 5.20 m até o marco 11; Deste segue com o azimute de 73°18'03" e a distância de 18.09 m até o marco 12; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 13.86 m até o marco 13; Deste segue com o azimute de 95°11'40" e a distância de 19.14 m até o marco 14; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 6.93 m até o marco 15; Deste segue com o azimute de 102°31'44" e a distância de 31.95 m até o marco 16; Deste segue com o azimute de 97°07'30" e a distância de 13.97 m até o marco 17; Deste segue com o azimute de 123°41'24" e a distância de 18.74 m até o marco 18; Deste segue com o azimute de 119°44'42" e a distância de 13.97 m até o marco 19; Deste segue com o azimute de 126°52'12" e a distância de 8.66 m até o marco 20; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 6.93 m até o marco 21; Deste segue com o azimute de 90°00'00" e a distância de 6.93 m até o marco 22; Deste segue com o azimute de 338°57'45" e a distância de 48.26 m até o marco 23; Deste segue com o azimute de 14°02'10" e a distância de 21.43 m até o marco 24; Deste segue com o azimute de 22°02'10" e a distância de 78.50 m até o marco 25; Deste segue com o azimute de 27°05'44" e a distância de 83.68 m até o marco 26; Deste segue com o azimute de 124°35'02" e a distância de 338.80 m até o marco 27; Deste segue com o azimute de 132°39'46" e a distância de 120.16 m até o marco 28; Deste segue com o azimute de 211°42'05" e a distância de 69.24 m até o marco 29; Deste segue com o azimute de 120°29'36" e a distância de 180.95 m até o marco 30; Deste segue com o azimute de 114°18'16" e a distância de 58.93 m até o marco 31; Deste segue com o azimute de 121°45'34" e a distância de 42.79 m até o marco 32; Deste segue com o azimute de 138°34'35" e a distância de 39.28 m até o marco 33; Deste segue com o azimute de 138°48'51" e a distância de 92.08 m até o marco 34; Deste segue com o azimute de 129°24'02" e a distância de 62.78 m até o marco 35; Deste segue com o azimute de 116°33'54" e a distância de 104.60 m até o marco 36; Deste segue com o azimute de 124°55'51" e a distância de 133.13 m até o marco 37; Deste segue com o azimute de 226°28'08" e a distância de 47.79 m até o marco 38; Deste segue com o azimute de 225°00'00" e a distância de 63.70 m até o marco 39; Deste segue com o azimute de 238°23'33" e a distância de 52.89 m até o marco 40; Deste segue com o azimute de 238°47'38" e a distância de 210.66 m até o marco 41; Deste segue com o azimute de 241°19'37" e a distância de 126.38 m até o marco 42; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 5.20 m até o marco 43; Deste segue com o azimute de 180°34'54" e a distância de 341.32 m até o marco 44; Deste segue com o azimute de 314°11'35" e a distância de 86.99 m até o marco 45; Deste segue com o azimute de 310°48'54" e a distância de 50.36 m até o marco 46; Deste segue com o azimute de 317°07'16" e a distância de 132.40 m até o marco 47;

Deste segue com o azimute de 316°16'23" e a distância de 55.14 m até o marco 48; Deste segue com o azimute de 315°00'00" e a distância de 83.30 m até o marco 49; Deste segue com o azimute de 316°28'08" e a distância de 95.59 m até o marco 50; Deste segue com o azimute de 316°54'33" e a distância de 147.09 m até o marco 51; Deste segue com o azimute de 315°00'00" e a distância de 53.90 m até o marco 52; Deste segue com o azimute de 302°00'19" e a distância de 16.34 m até o marco 53; Deste segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 6.93 m até o marco 54; Deste segue com o azimute de 345°57'50" e a distância de 7.14 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

### **Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas**

**Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr**

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude	0=PP
1	2	7434663.184	479041.149	22°37'12"	45.05	0.99960540	23°11'48.72250"	S 51°12'17.31828"	W 1 2
2	3	7434704.764	479058.474	14°11'03"	162.62	0.99960539	23°11'47.37114"	S 51°12'16.70674"	W 2 3
3	4	7434862.422	479098.322	346°45'34"	30.26	0.99960537	23°11'42.24605"	S 51°12'15.29715"	W 3 4
4	5	7434891.874	479091.392	304°22'49"	39.89	0.99960537	23°11'41.28796"	S 51°12'15.53949"	W 4 5
5	6	7434914.397	479058.474	317°07'16"	132.40	0.99960539	23°11'40.55404"	S 51°12'16.69637"	W 5 6
6	7	7435011.417	478968.384	316°38'12"	214.47	0.99960543	23°11'37.39489"	S 51°12'19.86078"	W 6 7
7	8	7435167.342	478821.122	14°02'10"	50.00	0.99960551	23°11'32.31753"	S 51°12'25.03343"	W 7 8
8	9	7435215.852	478833.249	15°38'32"	44.98	0.99960550	23°11'30.74058"	S 51°12'24.60438"	W 8 9
9	10	7435259.164	478845.377	25°12'04"	32.55	0.99960550	23°11'29.33265"	S 51°12'24.17560"	W 9 10
10	11	7435288.617	478859.237	0°00'00"	13.86	0.99960549	23°11'28.37551"	S 51°12'23.68656"	W 10 11
11	12	7435302.477	478859.237	0°00'00"	5.20	0.99960549	23°11'27.92480"	S 51°12'23.68587"	W 11 12
12	13	7435307.674	478859.237	73°18'03"	18.09	0.99960549	23°11'27.75578"	S 51°12'23.68561"	W 12 13
13	14	7435312.872	478876.562	90°00'00"	13.86	0.99960548	23°11'27.58756"	S 51°12'23.07590"	W 13 14
14	15	7435312.872	478890.422	95°11'40"	19.14	0.99960547	23°11'27.58820"	S 51°12'22.58834"	W 14 15
15	16	7435311.139	478909.479	90°00'00"	6.93	0.99960546	23°11'27.64541"	S 51°12'21.91802"	W 15 16
16	17	7435311.139	478916.409	102°31'44"	31.95	0.99960546	23°11'27.64573"	S 51°12'21.67424"	W 16 17
17	18	7435304.209	478947.594	97°07'30"	13.97	0.99960544	23°11'27.87253"	S 51°12'20.57757"	W 17 18
18	19	7435302.477	478961.454	123°41'24"	18.74	0.99960544	23°11'27.92950"	S 51°12'20.09010"	W 18 19
19	20	7435292.082	478977.047	119°44'42"	13.97	0.99960543	23°11'28.26826"	S 51°12'19.54211"	W 19 20
20	21	7435285.152	478989.174	126°52'12"	8.66	0.99960542	23°11'28.49417"	S 51°12'19.11583"	W 20 21
21	22	7435279.954	478996.104	90°00'00"	6.93	0.99960542	23°11'28.66351"	S 51°12'18.87231"	W 21 22
22	23	7435279.954	479003.034	90°00'00"	6.93	0.99960542	23°11'28.66383"	S 51°12'18.62853"	W 22 23
23	24	7435279.954	479009.964	338°57'45"	48.26	0.99960541	23°11'28.66415"	S 51°12'18.38475"	W 23 24
24	25	7435324.999	478992.639	14°02'10"	21.43	0.99960542	23°11'27.19852"	S 51°12'18.99197"	W 24 25
25	26	7435345.789	478997.837	22°02'10"	78.50	0.99960542	23°11'26.52268"	S 51°12'18.80810"	W 25 26
26	27	7435418.554	479027.289	27°05'44"	83.68	0.99960540	23°11'24.15776"	S 51°12'17.76843"	W 26 27
27	28	7435493.052	479065.404	124°35'02"	338.80	0.99960538	23°11'21.73690"	S 51°12'16.42396"	W 27 28
28	29	7435300.744	479344.337	132°39'46"	120.16	0.99960524	23°11'28.00328"	S 51°12'06.62128"	W 28 29
29	30	7435219.317	479432.694	211°42'05"	69.24	0.99960520	23°11'30.65522"	S 51°12'03.51702"	W 29 30
30	31	7435160.412	479396.312	120°29'36"	180.95	0.99960521	23°11'32.56913"	S 51°12'04.79975"	W 30 31
31	32	7435068.589	479552.237	114°18'16"	58.93	0.99960514	23°11'35.56213"	S 51°11'59.31906"	W 31 32
32	33	7435044.334	479605.944	121°45'34"	42.79	0.99960511	23°11'36.35328"	S 51°11'57.43089"	W 32 33
33	34	7435021.812	479642.327	138°34'35"	39.28	0.99960509	23°11'37.08732"	S 51°11'56.15210"	W 33 34
34	35	7434992.359	479668.314	138°48'51"	92.08	0.99960508	23°11'38.04625"	S 51°11'55.23932"	W 34 35
35	36	7434923.059	479728.952	129°24'02"	62.78	0.99960505	23°11'40.30252"	S 51°11'53.10951"	W 35 36
36	37	7434883.212	479777.462	116°33'54"	104.60	0.99960502	23°11'41.60048"	S 51°11'51.40490"	W 36 37
37	38	7434836.434	479871.017	124°55'51"	133.13	0.99960498	23°11'43.12578"	S 51°11'48.11599"	W 37 38
38	39	7434760.204	479980.164	226°28'08"	47.79	0.99960492	23°11'45.60951"	S 51°11'44.27992"	W 38 39
39	40	7434727.287	479945.514	225°00'00"	63.70	0.99960494	23°11'46.67845"	S 51°11'45.50043"	W 39 40

7434682.242 479900.469 238°23'33" 52.89 0.99960496 23°11'48.14130" S 51°11'47.08721" W 40 41  
 7434654.522 479855.424 238°47'38" 210.66 0.99960498 23°11'49.04076" S 51°11'48.67317" W 41 42  
 7434545.374 479675.244 241°19'37" 126.38 0.99960507 23°11'52.58219" S 51°11'55.01700" W 42 43  
 7434484.737 479564.364 270°00'00" 5.20 0.99960513 23°11'54.54914" S 51°11'58.92063" W 43 44  
 7434484.737 479559.167 180°34'54" 341.32 0.99960513 23°11'54.54891" S 51°11'59.10347" W 44 45  
 7434143.434 479555.702 314°11'35" 86.99 0.99960513 23°12'05.64767" S 51°11'59.24187" W 45 46  
 7434204.072 479493.332 310°48'54" 50.36 0.99960517 23°12'03.67299" S 51°12'01.43313" W 46 47  
 7434236.989 479455.217 317°07'16" 132.40 0.99960518 23°12'02.60083" S 51°12'02.77242" W 47 48  
 7434334.009 479365.127 316°16'23" 55.14 0.99960523 23°12'00.00000" S 51°12'05.93707" W 48 49  
 7434373.857 479327.012 315°00'00" 83.30 0.99960525 23°11'58.14422" S 51°12'07.27601" W 49 50  
 7434432.762 479268.107 316°28'08" 95.59 0.99960528 23°11'56.22601" S 51°12'09.34539" W 50 51  
 7434502.062 479202.272 316°54'33" 147.09 0.99960531 23°11'53.96944" S 51°12'11.65804" W 51 52  
 7434609.477 479101.787 315°00'00" 53.90 0.99960536 23°11'50.47180" S 51°12'15.18775" W 52 53  
 7434647.592 479063.672 302°00'19" 16.34 0.99960538 23°11'49.23059" S 51°12'16.52673" W 53 54  
 7434656.254 479049.812 270°00'00" 6.93 0.99960539 23°11'48.94825" S 51°12'17.01388" W 54 0=PP  
 7434656.254 479042.882 345°57'50" 7.14 0.99960539 23°11'48.94794" S 51°12'17.25767" W

Perímetro : 3988.16 m

Área Total: 641561.77 m² 64.15618 ha

Área Deduzida: 0.00 m² 0.00000 ha

Área Remanescente: 641561.77 m² 64.15618 ha



**JORNAL OFICIAL Nº 1928 sexta-feira, 27 de julho de 2012.**

**LEI Nº 11.672, DE 24 DE JULHO DE 2012**

**SÚMULA:** Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Londrina e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  
SEÇÃO I  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** Esta lei estabelece normas para todo e qualquer parcelamento de solo para fins urbanos, localizado no Perímetro Urbano do Distrito Sede e dos Distritos do Município, observadas, no que couberem, as disposições das legislações federal e estadual pertinentes.

**Art. 2º** Esta lei tem como objetivos:

- I** - orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique em parcelamento do solo para fins urbanos;
- II** - prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
- III** - evitar a comercialização de áreas desprovidas de condições para o desempenho de atividades urbanas;
- IV** - assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos; e
- V** - possibilitar a regularização fundiária cuja atividade se destine a fins urbanos.

**Art. 3º** Esta lei integra as normas da legislação referentes ao uso e ocupação do solo, sistema viário, perímetro da zona urbana, zona de expansão urbana, Código ambiental e de preservação cultural do Município de Londrina.

**Art. 4º** Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Zona Urbana ou de Expansão Urbana, de acordo com os limites e parâmetros fixados em lei municipal.

**§ 1º** Considera-se Zona Urbana, para fins de aplicação desta lei, aquela delimitada pela Lei do Perímetro da Zona Urbana do Distrito Sede do Município e dos Distritos de Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luís e Warta.

**§ 2º** Considera-se Zona de Expansão Urbana, para fins de aplicação desta lei, aquela delimitada e definida pela Lei do Perímetro da Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município.

**§ 3º** Quando se tratar de subdivisões destinadas à implantação de indústrias ou comércio, desde que o lote faça frente para rodovia oficial, mesmo que situada fora dos perímetros aludidos nos parágrafos anteriores, tomadas as garantias necessárias no ato da aprovação da subdivisão, a porção destinada às finalidades descritas no presente parágrafo será automaticamente declarada integrante da Zona Urbana, inclusive para efeitos tributários, à exceção do remanescente, que continuará na condição de imóvel rural.

**SEÇÃO II**

## **DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 5º** Para os efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I** - alinhamento: linha legal limitando os lotes, chácaras ou datas com relação à via pública;
- II** - alinhamento predial: linha legal que estabelece a distância mínima da edificação em relação ao alinhamento;
- III** - anexação: junção de dois ou mais lotes, chácaras ou datas para formar uma única unidade fundiária;
- IV** - áreas de preservação permanente - APP: são as destinadas a preservar o ambiente natural do terreno com a cobertura vegetal existente, conforme legislação federal;
- V** - área de proteção ambiental: área com ocupação controlada dotada de atributos, abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar da população residente e do entorno, conforme definido na Legislação Federal de unidade de conservação;
- VI** - área institucional: área reservada em um parcelamento de solo, destinada a equipamento público comunitário tais como educação, cultura, saúde, segurança e lazer;
- VII** - área líquida ou comercializável: obtida subtraindo-se da área total as áreas para a rede viária, áreas institucionais, áreas de preservação permanente, áreas de fundo de vale e outras áreas destinadas a integrar o patrimônio do Município;
- VIII** - área loteável: área objeto do parcelamento de solo urbano, excluindo-se do total a área de preservação permanente e reserva legal;
- IX** - área ou faixa não edificável: compreende os terrenos onde não é permitida qualquer edificação;
- X** - área total do empreendimento: aquela com limites definidos por documento público do Cartório de Registro de Imóveis;
- XI** - áreas verdes: espaços livres, de uso público, com tratamento paisagístico, reservadas a cumprir única ou múltiplas funções de contemplação, repouso, preservação e lazer, nelas permitindo-se a instalação de mobiliário urbano de apoio a estas atividades;
- XII** - arruamento: conjunto de logradouros ou um único logradouro público que determina o espaço disponível ao trânsito e ao acesso a lotes, datas e chácaras urbanas, definidos no âmbito do projeto de parcelamento do solo;
- XIII** - calçada: parte da via destinada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;
- XIV** - centralidade: local destinado a concentrar e polarizar a diversidade das atividades urbanas;
- XV** - chacara: porção de terra com localização e configuração definidas, com pelo menos uma divisa lindeira à via oficial de circulação, resultante de processo regular de parcelamento do solo;
- XVI** - chacara de lazer: porção de terra com localização e configuração definidas resultante de processo regular de parcelamento do solo na forma de condomínios urbanísticos;
- XVII** - ciclofaixa: parte da pista de rolamento ou passeio destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;
- XVIII** - ciclovía: pista exclusiva destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
- XIX** - condomínio urbanístico: a divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais de áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao perímetro do condomínio;
- XX** - VETADO;

**XX** - data: unidade imobiliária destinada à edificação resultante de loteamento, desmembramento, remembramento e subdivisão, com pelo menos uma divisa lindeira à via pública; (publicado no jornal oficial nº 1968 – segunda-feira, 10 de setembro 2012)

**XXI** - VETADO;

**XXII** - equipamentos comunitários: equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, esporte, convívio social e administração pública;

**XXIII** - faixa de domínio: área ao longo das rodovias e ferrovias destinadas a garantir o uso, a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme o estabelecido nas normas técnicas pertinentes, sendo definida no âmbito da respectiva licença urbanística;

**XXIV** - faixa sanitária: área não edificável cujo uso está vinculado à servidão administrativa, para elementos de sistema de saneamento ou demais equipamentos de serviços públicos;

**XXV** - fração ideal: índice da participação abstrata indivisa de cada condômino nas coisas comuns do condomínio urbanístico, expresso sob forma decimal, ordinária ou percentual;

**XXVI** - frente ou testada: dimensão do lote, chácara ou data medida no alinhamento predial;

**XXVII** - fundo da data, lote ou chácara: dimensão medida na divisa oposta à frente.

**XXVIII** - fundo de vale: área destinada à proteção dos cursos d'água, compreendendo área de preservação permanente e áreas verdes;

**XXIX** - gleba: divisão territorial original do Município;

**XXX** - hierarquia territorial: corresponde à divisão do Município em glebas, lotes, chácaras e datas;

**XXXI** - estrutura territorial: é a forma em que está dividido o território do Município, podendo ser urbana e rural.

**XXXII** - infraestrutura: equipamentos públicos de redes de saneamento básico, galerias de águas pluviais, redes de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, redes de telefonia, pavimentação, sinalização viária e similar;

**XXXIII** - largura do lote, chácara e data: dimensão medida entre duas divisas laterais e, no caso de lote de esquina, entre a frente de maior comprimento e uma divisa lateral, ou entre frentes, quando houver somente uma divisa lateral;

**XXXIV** - largura média dos lotes, chácaras e datas: dimensão medida a meia profundidade, que deverá ser igual à frente mínima;

**XXXV** - licença urbanística: ato administrativo que estabelece as condições de natureza urbanística e ambiental, que devem ser obedecidas pelo empreendedor para implantar, alterar ou ampliar loteamento do solo, para fins urbanos e para proceder à regularização fundiária;

**XXXVI** - logradouros públicos: espaços de propriedade pública e de uso comum e/ou especial do povo destinados a vias oficiais de circulação e a espaços livres;

**XXXVII** - VETADO;

**XXXVIII** - VETADO;

**XXXIX** - loteamento integrado à edificação: variante de loteamento em que a construção das edificações nas datas é feita pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de infraestrutura;

**XL** - parcelamento do solo para fins urbanos: divisão do lote sob forma de loteamento ou subdivisão;

**XLI** - passeio: parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres;

**XLII** - praça: área de terreno de propriedade pública e de uso comum do povo, destinada à recreação, lazer ou outra atividade ao ar livre;

**XLIII** - profundidade do terreno: distância medida entre o alinhamento e a divisa de fundo;

**XLIV** - quadra: unidade básica de terreno urbano, loteada, pública ou privada, referenciada a logradouros que lhe são adjacentes, para efeito de controle e codificação em cadastro técnico e imobiliário;

**XLV** - reserva legal: é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, ressalvada a Área de Preservação Permanente - APP, representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas;

**XLVI** - servidão administrativa: ônus real imposto especificamente a uma propriedade definida, para possibilitar passagem de serviço ou utilidade pública;

**XLVII** - subdivisão: divisão de lote, chácara e data, que não implique na abertura de novas vias oficiais de circulação ou logradouros públicos, ou no prolongamento, modificação ou ampliação das existentes;

**XLVIII** - talude: é o plano inclinado que limita um aterro. Tem como função garantir a estabilidade do aterro, quando artificial, e, quando natural, é aquela inclinação que encontramos nas encostas e nas montanhas;

**XLIX** - talvegue: depressão natural de um terreno em forma de vale onde correm as águas naturais; canal mais profundo do leito de um curso de água;

**L** - unidade autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação resultante de condomínio urbanístico;

**LI** - via de pedestre: aquela destinada à circulação de pedestres; e

**LII** - via oficial de circulação: via de domínio público integrante do sistema viário.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS NORMAS DE PROCEDIMENTO PARA LICENCIAMENTO URBANÍSTICO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA COMPETÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

**Art. 6º** VETADO.

**Art. 7º** O Poder Público somente procederá ao Licenciamento Urbanístico de projetos de parcelamento e anexação do solo para fins urbanos, depois de cumpridas as seguintes etapas:

**I** - apresentação de plantas devidamente elaboradas nos termos da presente lei;

**II** - juntada de documentos, de conformidade com as instruções da presente lei;

**III** - apresentação de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica do órgão competente sobre a possibilidade de aprovação de parcelamento ou anexação;

**IV** - apresentação de planta com as diretrizes expedidas oficialmente pelo órgão competente.

**Parágrafo único.** Nos casos de projetos de subdivisão e anexação serão dispensadas as etapas previstas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que não incidam novas diretrizes sobre a área.

**Art. 8º** Para obtenção da Consulta Prévia de Viabilidade Técnica, com a finalidade de parcelamento ou anexação do solo para fins urbanos, o interessado deverá protocolizar requerimento ao Poder Público, anexando os seguintes documentos:

**I** - croqui da área de interesse, onde se pretende o parcelamento ou anexação; e

**II** - mapa ou croqui identificando a presença de formações rochosas, áreas alagadiças, vegetação, redes de alta tensão, cercas, construções, áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), caminhos e congêneres na área objeto do parcelamento ou anexação.

**Art. 9º** O Poder Público examinará o pedido de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica para parcelamento do solo para fins urbanos considerando obrigatoriamente os seguintes aspectos:

I - existência de elementos, no entorno ou na área objeto de pedido de aprovação de parcelamento, que representem riscos à segurança de pessoas e ao ambiente;

II - VETADO;

II - traçado um círculo de 2.000m (dois mil metros) de raio centrado na área a parcelar, comprovar que pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) das datas em loteamentos vizinhos devem estar ocupados há mais de 3 (três) anos com a liberação para construção;

III - traçado um círculo de 800,00m (oitocentos metros) de raio centrado na área a parcelar, nele deverá constar, pelo menos, uma escola de ensino fundamental, construída e em funcionamento, com capacidade técnica instalada de modo suficiente a absorver aumento de demanda da ordem de 20% (vinte por cento) da ocupação projetada do novo empreendimento, observando-se que, caso inexistam condições imediatas, para a sua ampliação ou implantação de nova unidade escolar, o empreendedor deverá caucionar perante o Município, na forma da lei, previamente à aprovação do loteamento, uma área a ser escolhida de comum acordo entre o empreendedor e a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, de valor equivalente, de modo que venha a garantir o cumprimento do disposto neste inciso.

**§ 1º** O procedimento previsto neste artigo aplica-se também a loteamentos destinados à construção de casas populares vinculadas a empresas, companhias, cooperativas ou associações habitacionais públicas ou privadas.

**§ 2º** Ficam desobrigados de cumprir a disposição do inciso III os loteamentos industriais, que terão normas próprias.

**Art. 10.** Sempre que o empreendimento for enquadrado de forma desfavorável, em relação aos aspectos apontados nos incisos do artigo 9º desta lei, o Poder Público negará o fornecimento da Consulta Prévia de Viabilidade Técnica, até que:

I - o interessado apresente solução técnica comprovada aos problemas referidos pelo inciso I do artigo 9º desta lei;

II - o interessado apresente solução para o cumprimento do disposto no inciso III do artigo 9º desta lei;

III - A condição referida no inciso II do artigo 9º desta lei seja superada.

**Art. 11.** A Consulta Prévia de Viabilidade Técnica para parcelamento e anexação será expedida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, compreendendo as seguintes informações:

I - o zoneamento;

II - a densidade populacional;

III - o uso do solo;

IV - a taxa de ocupação;

V - o coeficiente de aproveitamento;

VI - os recuos e afastamentos;

VII - a altura máxima permitida;

VIII - a largura das vias de circulação com as devidas hierarquias;

IX - as áreas de preservação ambiental permanente;

X - a infraestrutura urbana exigida;

XI - indicação aproximada, em croqui, do sistema viário previsto;

XII - outros órgãos públicos que deverão ser consultados para expedição das diretrizes; e

XIII - elementos de interesse histórico, cultural e natural.

**Parágrafo único.** A Consulta Prévia de Viabilidade Técnica deverá ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias após o cumprimento das exigências legais e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias após a sua expedição, podendo ser prorrogada por igual período.

**Art. 12.** O interessado poderá requerer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL a expedição de diretrizes urbanísticas básicas, apresentando, para este fim, os seguintes documentos:

**I** - consulta Prévia de Viabilidade Técnica expedida pelo IPPUL;

**II** - prova de propriedade do imóvel ou de direito para parcelar ou anexar nos termos da legislação vigente;

**III** - certidão atualizada da matrícula do imóvel expedida pelo serviço de Registro de Imóveis competente;

**IV** - duas vias da planta planialtimétrica cadastral do imóvel, com os seguintes itens:

**a)** coordenadas georreferenciadas em U.T.M. (Universal Transversal Mercator);

**b)** escala 1:1000, podendo, em razão da complexidade do projeto, serem exigidas plantas adicionais em escala diferente;

**c)** perímetro referente às divisas do imóvel;

**d)** levantamento planialtimétrico cadastral de, no mínimo, 60,00m (sessenta metros), além das divisas do imóvel, podendo o Poder Público exigir área de levantamento maior, quando julgar necessário;

**V** - proposta de diretriz em escala de 1:1000 ou 1:2000, conforme Consulta Prévia de Viabilidade Técnica, expedida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL;

**VI** - os documentos de outros órgãos públicos relacionados na Consulta Prévia de Viabilidade Técnica;

**VII** - 1 (uma) via da carta de declividade.

**Art. 13.** O levantamento planialtimétrico cadastral, mencionado na alínea "d" do art. 2 desta lei, deverá conter, no mínimo, as seguintes indicações:

**I** - divisas do imóvel;

**II** - benfeitorias existentes;

**III** - árvores significativas, bosques e florestas e áreas de preservação;

**IV** - nascentes e corpos d'água intermitentes ou não;

**V** - equipamentos comunitários e urbanos na área;

**VI** - servidões e/ou faixas diversas de domínio, existentes no local em escala;

**VII** - locais alagadiços ou sujeitos à inundação, destacando a cota de maior inundação;

**VIII** - curvas de nível de metro em metro e indicação em planilha de caminhamento dos talwegues;

**IX** - planilha de cálculo da área do imóvel;

**X** - arruamentos vizinhos e estradas vicinais em todo o perímetro, com a locação exata das vias oficiais de circulação e a distância para com os loteamentos próximos, mesmo não adjacentes à área;

**XI** - apresentação do levantamento das edificações existentes, mesmo rurais, para resgate histórico da memória da ocupação do Município;

**XII** - laudo de sondagem, com furos de, no mínimo, 6,00m (seis metros) de profundidade ou até o topo da rocha sã e relatório do teste de infiltração e percolação onde estejam expressos os vários tipos de solos, com as respectivas profundidades e detecção de resíduos sólidos, líquidos ou em decomposição, orgânicos ou não; os furos de sondagem deverão ser locados em planta própria com as coordenadas em UTM - SIRGAS-2000, bem como documentação fotográfica dos mesmos, para facilitar a identificação em campo;

**XIII** - localização de eventuais afloramentos de rochas; e

**XIV** - mapa de vulnerabilidade para ocupação da área, de acordo com regulamentação específica.

**Art. 14.** Todos os documentos e plantas deverão ser assinados pelo proprietário, ou seu representante legal, e por profissional legalmente habilitado para o projeto, com as respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas (ARTs) para cada etapa do projeto.

**Art. 15.** O Poder Público avaliará na planta, com base nos documentos fornecidos pelo requerente:

- I** - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais, faixas não edificáveis e faixas de domínio de rodovias e ferrovias;
- II** - os logradouros públicos, existentes ou projetados, que compõem o Sistema Viário do Município, relacionados com o empreendimento pretendido e que deverão ser respeitados;
- III** - as áreas de preservação ambiental permanente; e
- IV** - as áreas institucionais a serem municipalizadas.

**Art. 16.** Após o recolhimento das taxas devidas, deverão ser apresentadas, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, as diretrizes do loteamento para fins urbanos, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo, descontados os dias gastos para complemento de informação externa ou correção dos dados.

**Art. 17.** As diretrizes vigorarão pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de sua expedição, renovável por igual período a pedido do interessado, desde que não haja alterações nas diretrizes.

**Parágrafo único.** Após protocolizar o pedido de aprovação do loteamento, as diretrizes não perderão o prazo de validade.

**Art. 18.** O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL poderá pedir dilação de prazo para expedição de diretrizes nos casos em que se apresentem problemas urbanísticos e necessitem de maior detalhamento.

**Art. 19.** As diretrizes básicas expedidas não implicam em aprovação do projeto de parcelamento do solo pelo Poder Público.

**Art. 20.** VETADO.

## **SEÇÃO II**

### **DA LICENÇA URBANÍSTICA PARA LOTEAMENTOS**

**Art. 21.** O projeto do loteamento, obedecendo às diretrizes e atendendo à regulamentação definida nesta lei, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

- I** - planta geral do loteamento, na escala de 1:1000, em 1 (uma) via de cópia assinada pelo proprietário e profissional habilitado e uma cópia digital em CD, com:
  - a)** curvas de nível de metro em metro e indicação dos talwegues;
  - b)** orientação magnética e verdadeira, com as coordenadas geográficas oficiais Universal Transverse Mercator - UTM;
  - c)** divisão das quadras em datas ou chácaras, com as respectivas dimensões, áreas e numerações;
  - d)** dimensões lineares e angulares do projeto, raios tangentes e ângulos centrais de curvas, pontos de tangência, eixos de vias e cotas de nível;
  - e)** perfis longitudinais (escala 1:1000) e transversais (escala 1:100) de todas as vias oficiais de circulação, em 4 (quatro) vias de cópias;
  - f)** sistema de vias com a respectiva hierarquia, obedecendo aos gabaritos mínimos regulamentados na Lei do Sistema Viário;
  - g)** indicação do ponto de interseção de tangentes localizadas nos ângulos de curva e vias projetadas;

- h)** faixas de domínio, servidões e outras restrições impostas pelas legislações municipal, estadual ou federal;
  - i)** indicação em planta, com definição de limites e dimensões das áreas que passarão ao domínio do Município;
  - j)** indicação, no quadro de áreas, da área total dos lotes, datas, chácaras e do sistema viário, bem como das áreas institucionais e do número total de datas ou chácaras;
  - k)** os perfis longitudinais das quadras no local de maior declive, horizontal em escala 1:1000 e vertical em escala 1:100;
  - l)** planilha de caminhamento dos talwegues;
  - m)** demais elementos necessários à perfeita e completa elucidação do projeto.
- II** - projeto completo, detalhado e dimensionado do sistema de escoamento de águas pluviais e seus equipamentos, indicando a declividade de coletores, as bocas-de-lobo e os dissipadores de energia às margens dos cursos d'água, dentro dos padrões da Prefeitura do Município de Londrina;
- III** - projeto completo da rede de coleta das águas servidas, obedecidas as normas e os padrões fixados pela concessionária, que o aprovará;
- IV** - projeto completo do sistema de alimentação e distribuição de água potável e respectiva rede e, quando necessário, projeto de captação e tratamento, aprovado pela concessionária;
- V** - projeto completo do sistema de distribuição compacta de eletricidade e sistema de iluminação pública, obedecidas as normas e os padrões da concessionária, que deverá aprovar o projeto;
- VI** - projetos de guias e sarjetas, acessibilidade universal e pavimentação das vias oficiais de circulação e calçadas, obedecidas as normas e os padrões estabelecidos pelo Poder Público;
- VII** - projeto completo de sinalização viária horizontal, aprovado pelo órgão competente;
- VIII** - projetos de arborização das áreas verdes e das vias oficiais de circulação, aprovado pelo órgão competente; e
- IX** - projetos de proteção das áreas sujeitas à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal, para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies existentes, obedecidas as normas do Município de Londrina.

**Art. 22.** A documentação do projeto enviado para licenciamento constará ainda de:

- I** - título de propriedade, certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos ao imóvel a ser loteado;
- II** - Licença Ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou do órgão competente e parecer técnico da Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA;
- III** - modelo de contrato de compromisso de compra e venda das datas e chácaras, depositado no Cartório de Registro de Imóveis, com a infraestrutura exigida, prazo de conclusão de serviços, bem como a denominação do empreendimento;
- IV** - memorial descritivo das datas ou chácaras do empreendimento;
- V** - discriminação dos bens oferecidos em garantia da execução da infraestrutura urbana;
- VI** - cronograma físico de execução do serviço de obras de infraestrutura urbana exigida;
- VII** - comprovante de pagamento de emolumentos e taxas; e
- VIII** - uma via das Diretrizes Urbanísticas aprovadas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

**Art. 23.** Todos os documentos e plantas deverão ser assinados pelo proprietário, ou seu representante legal, e por profissional legalmente habilitado para o projeto e com as respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas (ARTs), para cada etapa dos projetos.

**Art. 24.** De posse de toda documentação exigida, o Poder Público tem o prazo de 90 (noventa) dias para se pronunciar sobre o Licenciamento Urbanístico.



**§ 1º** Estando o projeto correto para a aprovação, o Poder Público solicitará que o interessado apresente as cópias finais, exatamente iguais à versão analisada para aprovação, em 16 vias.

**§ 2º** O Poder Público, após análise pelos órgãos competentes, baixará Decreto de Licenciamento Urbanístico e expedirá Alvará de Licença para execução de serviços e obras de infraestrutura urbana para estes exigidos.

**§ 3º** Os empreendimentos com área superior a 120.000,00 m<sup>2</sup> somente poderão obter licenciamento urbanístico após autorização legislativa.

**Art. 25.** A critério do Poder Público, os loteamentos poderão ser realizados em etapas, à vista do porte do empreendimento, do volume de obras exigidas e situações técnicas desfavoráveis ou, ainda, situações econômicas justificáveis.

**Art. 26.** Os dados fornecidos em plantas, memoriais, certidões, escrituras, laudos e demais documentos apresentados pelo empreendedor são aceitos como verdadeiros, não cabendo ao Poder Público qualquer ônus que possa recair sobre atos firmados com base nesses documentos apresentados.

**Parágrafo único.** Constatada falsidade em qualquer documento apresentado, ou estando este em desacordo com a cópia original aprovada, após o Licenciamento Urbanístico, este perderá imediatamente sua validade, sujeitando o interessado às penalidades legais cabíveis.

**Art. 27.** Deverão constar do contrato padrão de compra e venda licenciado pelo Poder Público e arquivado no Cartório de Registro de Imóveis, além das indicações exigidas pelo artigo 26 das leis federais nºs 6.766/79 e 9.785/99, a definição do tipo de loteamento, o zoneamento de uso e ocupação do solo, os coeficientes construtivos, a taxa de ocupação, os recuos, as servidões, as áreas não edificáveis, as restrições de anexação ou subdivisão, o licenciamento ambiental, a existência de garantias reais, o cronograma físico das obras e serviços a executar e a denominação do empreendimento.

**Art. 28.** É proibido vender, prometer vender, ceder direitos, prometer ceder ou manifestar a intenção de alienar datas ou chácaras ou unidade autônoma, por qualquer instrumento público ou particular, mesmo que em forma de reserva, recibo de sinal ou outro documento, sem estar o loteamento devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA APROVAÇÃO DE SUBDIVISÃO E ANEXAÇÃO**

**Art. 29.** Para obter a aprovação de projetos de subdivisão e anexação o interessado apresentará, ao Poder Público, os seguintes documentos:

**I** - projetos geométricos de subdivisão ou anexação, em 1 (uma) via de cópia impressa, acompanhados do memorial descritivo devidamente assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico e uma cópia em mídia digital;

**II** - prova de domínio dos lotes, datas ou chácaras;

**III** - Consulta Prévia de Viabilidade Técnica expedida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, quando for o caso; e

**IV** - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional legalmente habilitado responsável pelo Projeto.

**Art. 30.** Nos projetos geométricos deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

**I** - rumos e distâncias das divisas;

- II** - áreas de origem;
- III** - áreas resultantes;
- IV** - denominação de origem;
- V** - denominação resultante;
- VI** - indicação precisa dos lotes, chácaras, datas e vias confrontantes;
- VII** - indicação precisa das edificações existentes; e
- VIII** - indicação precisa da localização, em relação ao sítio urbano mais próximo, quando se tratar de subdivisão.

**Art. 31.** Os projetos de subdivisão e anexação serão apresentados para aprovação no formato A4, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e, preferencialmente, nas escalas 1:200 e 1:500.

**Parágrafo único.** Excepcionalmente, serão admitidos formatos e escalas diferentes dos previstos no "caput" deste artigo.

**Art. 32.** De posse de toda a documentação, o Poder Público expedirá a aprovação no verso das plantas, no prazo máximo de quinze dias úteis, desde que comprovada a exatidão do projeto apresentado e da documentação.

**§ 1º** Estando o projeto correto para a aprovação, o Poder Público solicitará que o interessado apresente as cópias finais, exatamente iguais à versão analisada para aprovação, em 8 (oito) vias.

**§ 2º** A aprovação de subdivisão e anexação somente será emitida mediante a comprovação de quitação integral dos débitos municipais.

## **CAPÍTULO IV DAS GARANTIAS E PRAZOS**

**Art. 33.** Para a execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana exigida para parcelamento e anexação do solo, será constituída caução, antes da expedição do Licenciamento Urbanístico, no valor de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes o valor determinado para execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana, através de uma das seguintes garantias:

**I** - carta de fiança bancária ou pessoal;

**II** - caução de títulos da dívida pública (ou qualquer espécie de garantia prevista em lei);

**III** - depósito pecuniário em consignação em conta vinculada à Prefeitura do Município de Londrina;

**IV** - VETADO.

**IV** - caução real mediante hipoteca de imóveis situados no Município de Londrina, desde que livres de quaisquer ônus, imóveis estes que deverão ser avaliados pela Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Londrina.

**§ 1º** A caução deverá ser instrumentalizada por Escritura Pública e registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente, no ato do registro do empreendimento, cujos emolumentos ficarão às expensas do empreendedor.

**§ 2º** Quando os imóveis caucionados forem localizados em área fora do empreendimento deverão ser apresentados os respectivos documentos e os registros devidamente averbados e atualizados.

**§ 3º** Não serão aceitas como caução, pelo Poder Público, as áreas cuja declividade seja igual ou superior a 30% (trinta por cento) e aquelas declaradas de preservação permanente.

**Art. 34.** O Licenciamento Urbanístico tem prazo de execução da infraestrutura de 2 (dois) anos prorrogáveis por, no máximo, 12 (doze) meses.

**§ 1º** A prorrogação será concedida, a critério do Poder Público, apenas a empreendedores que não estiverem com outros empreendimentos em situação irregular junto ao Poder Público.

**§ 2º** Em caso de inobservância do prazo previsto no caput deste artigo, para início das obras, o Licenciamento Urbanístico será cancelado.

**Art. 35.** Para o registro do Licenciamento Urbanístico, deverão ser apresentados o instrumento de garantia e o cronograma físico, obedecendo à seguinte ordem mínima:

**I** - no primeiro ano, deverão ser executados os serviços de limpeza, implantação de mata ciliar, terraplenagem, demarcação de quadras e áreas públicas, abertura de vias, drenagem de águas pluviais, de acordo com o projeto licenciado, execução das guias e sarjetas;

**II** - no segundo ano, deverão ser executados todos os serviços correspondentes à pavimentação asfáltica, muretas e passeios, arborização das vias, urbanização das praças, execução da rede de abastecimento de água potável e da rede de energia elétrica, em conformidade com as diretrizes da concessionária, recolhimento à concessionária do valor dos serviços referentes à iluminação pública, à rede coletora de esgoto sanitário, caso necessário, e aos demais serviços exigidos no ato do licenciamento.

**Art. 36.** Decorrido o prazo previsto no art. 34 desta lei, sem que tenha ocorrido a execução, no todo ou em parte, das obras de infraestrutura de responsabilidade do empreendedor, ficará ele, ainda:

**I** - sujeito às penalidades e multas previstas neste diploma legal; e

**II** - impedido de obter a aprovação de diretrizes e de novos empreendimentos imobiliários que venham a ser requeridos por si ou por meio de empresas das quais faça parte.

**Art. 37.** Com a concordância do Poder Público, a garantia poderá ser reduzida, na proporção da execução das obras e serviços.

**§ 1º** Somente após a conclusão da totalidade dos serviços o Poder Público poderá liberar as garantias estabelecidas.

**§ 2º** Quando o parcelamento for realizado em etapas, as obras e serviços de cada etapa devem ser objeto de vistoria e recebimento individualizado pelo Poder Público.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS REQUISITOS TÉCNICOS, URBANÍSTICOS, SANITÁRIOS E AMBIENTAIS PARA O PARCELAMENTO DO SOLO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS CONCEITOS GERAIS**

**Art. 38.** Os projetos do empreendimento deverão obedecer às seguintes considerações urbanísticas:

**I** - valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico;

**II** - articulação com o sistema viário principal e definição de hierarquia;

**III** - distribuição equilibrada de áreas livres, favorecendo suas conexões e otimizando sua utilização, preferencialmente, as áreas livres deverão coincidir com as áreas de recarga hídrica;

**IV** - previsão de vias alternativas paralelas às arteriais, para estabelecimento de sistema binário;

**V** - a indicação das áreas destinadas ao uso público das faixas não edificáveis e da vegetação a ser preservada, restaurada ou plantada;

**VI** - criação de sistema de quadras, chácaras e datas, favorecendo a centralidade e a criação de vias e locais comunitários; e

**VII** - distribuição de equipamentos comunitários fundamentada na demanda e favorecendo a acessibilidade.

**Art. 39. VETADO.**

**Art. 39.** A percentagem de áreas a serem transferidas ao domínio público deverá obedecer aos seguintes critérios: I - áreas maiores que 20.000,00m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados): 35% (trinta e cinco por cento) do total a ser parcelado; e II - áreas iguais ou inferiores a 20.000,00m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados): 15% (quinze por cento) do total a ser parcelado.

**Art. 40. VETADO.**

**Art. 41.** No momento do estabelecimento das diretrizes deverão ser verificadas as necessidades para atendimento das demandas dos órgãos e serviços públicos na implantação de uso institucional.

**Art. 42.** Nos loteamentos destinados a uso industrial, a área a ser transferida ao domínio do Município, além da destinada às vias de circulação, será de pelo menos 5% (cinco por cento) da área do lote destinadas a uso institucional e/ou espaço livre de uso público, a critério do Poder Público.

**Parágrafo único. VETADO.**

**Parágrafo único.** Sendo aprovada sua transformação para outro zoneamento, a reversão do terreno ocorrerá conforme o tipo de zona, devendo haver doação, descontados os terrenos já doados.

**Art. 43. VETADO.**

**Art. 43.** Os espaços livres de uso público e as áreas para implantação de equipamentos comunitários ou de uso institucional deverão ter acesso, por via oficial de circulação, com 15,00m (quinze metros) de largura, no mínimo.

**Art. 44. VETADO.**

**Art. 44.** As áreas para implantação de equipamentos comunitários ou para espaços livres de uso público deverão respeitar as seguintes condições:

**I** - no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área deverá ser em terreno único, com declividade inferior a 15% (quinze por cento);

**II** - nos 50% (cinquenta por cento) restantes, não serão computadas as esquinas de terrenos em que não possa ser inscrito um círculo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro e as áreas classificadas como de preservação ambiental.

**Art. 45.** Os canteiros e os dispositivos de conexão viária serão computados como parte da rede viária e não como áreas verdes ou praças.

**Art. 46.** As áreas fronteiriças às rotatórias, numa largura mínima de 5,00m (cinco metros), deverão ser computadas como área institucional inedificável.

**Art. 47.** É permitida a transferência de área institucional fora da área a ser loteada, desde que:

**I** - a área a ser transferida esteja inserida no perímetro urbano do Município;

**II** - VETADO;

**II** - contenha laudo de avaliação da Comissão de Avaliação da Prefeitura do Município de Londrina, com valores equivalentes da área objeto do parcelamento e da área a ser transferida;

**III** - contenha pareceres favoráveis das secretarias e órgãos municipais envolvidos:

**a)** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL;

**b)** Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação;

**c)** Secretaria Municipal de Educação;

**d)** Secretaria Municipal de Saúde;

**e)** Secretaria Municipal de Assistência Social;

**f)** Secretaria Municipal do Ambiente; e

**g)** Secretaria Municipal de Gestão Pública.

## **SEÇÃO II DAS QUADRAS E DAS DATAS**

**Art. 48.** A maior dimensão das quadras não poderá ser superior a 250,00m (duzentos e cinquenta metros), exceto as quadras com datas maiores que 15.000m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados) lindeiras a rios, ao longo de rodovias, vias expressas, vias arteriais e estruturais, áreas industriais e outras barreiras onde o limite máximo será definido na expedição de diretrizes.

**Parágrafo único.** VETADO.

**Parágrafo único.** São permitidos, empreendimentos de uso misto na área do Município de Londrina, que possuam área loteável superior a 1.500,00m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos metros quadrados), desde que submetidos a Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e aprovados por lei municipal específica.

**Art. 49.** Respeitadas as dimensões mínimas estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, serão ainda observados os seguintes critérios para as datas:

**I** - a profundidade mínima admissível é de 15,00m (quinze metros), em terrenos cuja declividade média seja de, no máximo, 5% (cinco por cento), medida no sentido do comprimento da data e, a partir desse valor, para cada ponto percentual verificado na declividade do terreno deve-se adicionar 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) à profundidade mínima estabelecida;

**II** - a largura mínima admissível é de 5,00m (cinco metros), em terrenos cuja declividade média seja inferior a 10% (dez por cento), verificada no sentido da largura, e, no intervalo entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento), para cada ponto percentual verificado na inclinação do terreno, deve-se adicionar 0,50m (cinquenta centímetros) à largura mínima estabelecida.

**Art. 50.** O Município não assumirá responsabilidade por diferenças verificadas nas dimensões das áreas das datas, chácaras e lotes.

**Art. 51.** Nos talwegues deverão ser implantadas vias de circulação, exceto quando houver uma solução técnica viável apresentada pelo empreendedor e aprovada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL e pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação - SMOP.

## **SEÇÃO III**

## DA REDE VIÁRIA

**Art. 52.** As vias dos empreendimentos obedecerão à hierarquia definida em lei específica e às diretrizes expedidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

**Art. 53.** Qualquer lote, objeto de parcelamento para fins urbanos, deverá ter acesso por vias públicas, conectando-o à rede viária urbana existente.

**Parágrafo único.** O ônus das obras necessárias para construção ou alargamento da via de acesso, referidas no "caput" deste artigo, recairá sobre o empreendedor interessado.

**Art. 54.** As vias oficiais de circulação de qualquer empreendimento deverão:

**I** - garantir a continuidade do traçado das vias existentes nas adjacências do lote, conforme diretrizes expedidas pelo

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL;

**II** - as vias coletoras devem apresentar entre si uma distância nunca superior a 350,00m (trezentos e cinquenta metros); e

**III** - garantir que o percurso entre a testada de qualquer data e uma via com quatro ou mais faixas de rolamentos, medido pelo eixo das vias de acesso à data, não seja superior a 700,00m (setecentos metros).

**Art. 55.** Admite-se normalmente a implantação de bolsão de retorno ("cul-de-sac"), que deverá ter acesso por via de, no máximo, 150,00m (cento e cinquenta metros) de comprimento, largura mínima de 15,00 (quinze metros) e área de retorno com diâmetro maior ou igual a 22,00m (vinte e dois metros).

**Art. 56.** Ao expedir as diretrizes, o Poder Público indicará a seção transversal e outros requisitos para as vias que, por lei municipal, devam integrar a rede viária principal da cidade.

**Art. 57.** A seção transversal das vias e avenidas será sempre horizontal, com inclinação de 2% (dois por cento), e convexa, observando o seguinte:

**I** - a declividade mínima das vias e avenidas será de 1,0% (um por cento) e deverão ser providas de captação de águas pluviais a cada 50,00m (cinquenta metros);

**II** - a declividade máxima é de 12,0% (doze por cento) mas, em trechos inferiores a 100,00m (cem metros), devido à topografia, admite-se a declividade de 15,0% (quinze por cento);

**III** - as quebras de gradiente, quando não for possível situá-las nas esquinas, devem ser suavizadas por curvas parabólicas; e

**IV** - nas intersecções de vias, os perfis longitudinais axiais não deixarão de concordar com o perfil longitudinal da via, principalmente nos cruzamentos oblíquos.

**Art. 58.** Nas intersecções múltiplas ou complexas deverão ser previstas soluções urbanísticas, com objetivo de restringir o estacionamento e o acesso às datas, lotes e chácaras.

**Art. 59.** As calçadas das vias oficiais de circulação terão largura mínima de 3,00m (três metros) e declividade transversal de 3% (três por cento) com passeio pavimentado, contínuo e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), podendo ser o restante gramado.

**Parágrafo único.** As calçadas, no perímetro dos fundos de vale e praças, deverão ter sua declividade transversal para o seu interior, com pavimentação de sua largura total, contínua, antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado.

**Art. 60.** No meio-fio junto às esquinas devem-se construir rampas de acesso para pessoas portadoras de deficiência, de acordo com a NBR-9050 da ABNT.

#### **SEÇÃO IV DA INFRAESTRUTURA**

**Art. 61.** São responsabilidades do empreendedor a execução e o custeio das obras de:

**I** - demarcação das datas, chácaras, lotes, áreas não edificáveis das vias e áreas a serem transferidas ao domínio do Município;

**II** - VETADO;

**II** - abertura das vias oficiais de circulação, respectivas terraplenagens e asfalto;

**III** - rede de drenagem superficial e profunda de água pluvial e suas conexões com o sistema existente, inclusive do terreno a parcelar;

**IV** - rede de distribuição de água potável e de saneamento básico;

**V** - rede de distribuição de energia elétrica, com iluminação pública, em conformidade com as diretrizes da concessionária;

**VI** - pavimentação asfáltica e meio-fio com sarjeta;

**VII** - passeios, assegurando que seu acabamento seja antiderrapante, conforme definido no código de obras;

**VIII** - muretas nas áreas à jusante da drenagem superficial, em datas cuja declividade seja superior a 5% (cinco por cento); e

**IX** - arborização das vias de circulação, em conformidade com o Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina, tratamento paisagístico das áreas institucionais e replantio nos fundos de vale; e

**X** - VETADO.

**X** - emplacamento das vias públicas e a colocação dos respectivos números nas edificações no prazo máximo de sessenta dias, contados da vigência da lei que as denominou ou do ato que lhes atribuiu a numeração.

**§ 1º** VETADO.

**§ 1º** O asfalto obrigatório a ser realizado nos loteamentos deverá seguir normas técnicas da ABNT e será definido pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação e IPPUL, observado o seguinte:

**I** - ao final da conclusão da obra deverá ser apresentado laudo de execução fornecido por laboratório reconhecido, atestando a qualidade do asfalto executado no loteamento, que deverá possuir ART do engenheiro que atestar a qualidade da obra; e

**II** - as obras públicas referentes a recapagem e asfaltamento seguirão as mesmas exigências do inciso I deste parágrafo, as quais deverão constar no edital de licitação.

**Art. 62.** Nos empreendimentos destinados à programas de urbanização de favelas ou habitações subnormais ou assentamentos de interesse social, por iniciativa do Poder Público, admitem-se, concomitantemente, a ocupação e a construção das seguintes obras de infraestrutura:

**I** - abertura das vias;

**II** - demarcação de datas;

**III** - rede de água potável;

**IV** - disposição adequada do esgoto sanitário;

**V** - rede de energia elétrica e iluminação pública, em conformidade com as diretrizes da concessionária;

**VI** - rede de drenagem superficial e profunda e suas conexões com o sistema existente;

**VII - pavimentação asfáltica.**

**Parágrafo único.** As obras complementares exigidas no artigo 61 desta lei serão executadas pelo Poder Público no prazo máximo de 4 (quatro) anos, a contar do término da regularização fundiária, sem prorrogação.

**Art. 63.** Os taludes resultantes de movimentos de terra deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

**I** - declividade, determinada para cada tipo de solo para taludes em aterro;

**II** - interrupção por bermas dos taludes, com altura superior a 3,00m (três metros);

**III** - revestimento apropriado para retenção do solo, preferivelmente, formado por vegetação; e

**IV** - canaletas de drenagem na crista, na saia e nas bermas, para taludes com altura superior a 3,00m (três metros).

**Parágrafo único.** Os taludes poderão ser substituídos por muros de arrimo ou proteção, às expensas do empreendedor e mediante autorização do Poder Público.

**Art. 64.** Em nenhum caso os movimentos de terra e as obras de arruamento ou execução de infraestrutura poderão prejudicar o escoamento das águas ou causar danos ambientais às respectivas bacias hidrográficas.

## **CAPÍTULO VI DOS CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS**

**Art. 65.** É admitida a implantação de condomínios urbanísticos com acesso controlado ao público em geral, desde que atendidas às disposições legais vigentes e às seguintes condições:

**I** - o empreendedor deverá encaminhar pedido de consulta, indicando o lote, sua intenção e declarando estar ciente de que o empreendimento deverá obedecer aos mesmos requisitos estabelecidos nesta lei para parcelamentos;

**II** - as áreas destinadas ao uso público, em condomínios urbanísticos, devem estar situadas fora do perímetro fechado podendo a critério da autoridade licenciadora situar-se em outro local dentro do perímetro urbano;

**III** - a área passível de fechamento, com controle de acessos, deve atender aos seguintes requisitos:

**a)** obedecer às diretrizes do sistema viário, não ultrapassando distância máxima de 350,00m (trezentos e cinquenta metros), entre suas ruas de contorno;

**b)** existir ao longo de todo o perímetro fechado, externamente à cerca, uma via pública de, no mínimo, 15,00m (quinze metros) de largura;

**c)** quando existir uma ou mais ruas na sua somatória cujas distâncias não ultrapassarem a 350,00m (trezentos e cinquenta metros), entre alinhamentos prediais não se aplicam às exigências da alínea anterior;

**d)** não será permitida, a divisão em áreas inferiores, às datas determinadas pelos zoneamentos;

**e)** existirem, nos pontos de controle de acesso ao condomínio, praças e/ou áreas verdes externas à área de fechamento para acesso de veículos, com área totalizando, no mínimo, 1% (um por cento) da área loteável, computável como área de praça pública e devendo conter um círculo mínimo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro; e

**f)** os acessos ao empreendimento deverão ser através de faixas de aceleração e desaceleração definidas no parcelamento.

**IV** - Nos casos de lotes confinados ou lindeiros a acidentes geográficos que obstruam naturalmente o desenvolvimento da malha urbana, serão permitidos condomínios urbanísticos



ultrapassando a distância estabelecida de 350m (trezentos e cinquenta metros), limitados às diretrizes do sistema viário.

**Art. 66.** Nos casos de lote confinado é dispensada a execução de via de 15,00m (quinze metros) de largura, ao longo do seu perímetro, desde que observadas as seguintes condições:

**I** - a existência de acidentes geográficos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), rios com mais de 10,00m (dez metros) de largura;

**II** - a existência de parques ambientais e áreas de paisagens que abriguem exemplares raros de fauna e flora, que impossibilitem a transposição;

**§ 1º** Nos casos previstos no caput, o empreendedor deverá resguardar faixa sanitária e acesso, para fins de prevenção e controle a incêndio e outros sinistros.

**§ 2º** A autoridade licenciadora deverá definir, para o caso de lotes confinados, a área de fechamento.

**§ 3º** VETADO.

**§ 3º** O IPPUL definirá a contrapartida pecuniária com a não construção da via em lotes confinados, que será o valor não gasto com a via de 15,00m (quinze metros) de largura, ao longo de seu perímetro, o qual será recolhido aos cofres do Município através de guia própria.

**Art. 67.** Será permitida a implantação de condomínios urbanísticos adjacentes, desde que a somatória de suas dimensões não ultrapasse 350,00m (trezentos e cinquenta metros).

**Art. 68.** VETADO.

**Art. 68.** Fica estabelecido que a distância mínima entre os condomínios urbanísticos não adjacentes deverá ser de 120,00m (cento e vinte metros).

**Parágrafo único.** Todo condomínio urbanístico ou não, com mais de 2 (duas) faces voltadas para as vias públicas, deverá ter no mínimo uma das faces composta por lotes abertos para a via pública, nas dimensões e tipos de ocupação estabelecidos pelo zoneamento onde ele está inserido.

**Art. 69.** Os proprietários das unidades autônomas devem constituir pessoa jurídica devidamente regularizada.

**Art. 70.** A pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, deve comprometer-se com a preservação e manutenção das áreas objeto de concessão, quando for o caso, e das redes de infraestrutura obrigatórias para o empreendimento, a saber:

**I** - o sistema de coleta de esgoto, até o ponto de ligação com a rede pública;

**II** - os sistemas autônomos de captação e tratamento de água potável e de tratamento de esgoto, em caso de inexistência de redes públicas nas proximidades do empreendimento, respeitada a legislação em vigor;

**III** - a manutenção, limpeza das vias e das áreas públicas internas de fundo de vale, se for o caso;

**IV** - a coleta de resíduos sólidos e guarda em compartimento fechado, de acordo com as normas do órgão ambiental municipal, nos locais indicados pelo Poder Público, para entrega ao serviço de limpeza pública;

**V** - a manutenção e a limpeza dos sistemas específicos exigidos pelos órgãos ambientais;

**VI** - a manutenção de arborização, das áreas verdes e das vias de proteção das áreas sujeitas à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal, para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies existentes, obedecidas às normas do Município de Londrina.

**Art. 71. VETADO.**

**Art. 71.** Fica concedido prazo de 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 (um) ano, para que o Executivo Municipal transfira para a pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas dos condomínios urbanísticos a responsabilidade sobre:

- a) a iluminação pública desses condomínios;
- b) a manutenção da malha viária;
- c) o sistema de coleta de esgoto, até o ponto de ligação com a rede pública;
- d) os sistemas autônomos de captação e tratamento de água potável, em caso de inexistência de redes públicas nas proximidades do empreendimento, respeitada a legislação em vigor;
- e) a manutenção, limpeza das vias e das áreas públicas internas de fundo de vale, se for o caso;
- f) a coleta de resíduos sólidos e guarda em compartimento fechado, de acordo com as normas do órgão ambiental municipal, nos locais indicados pelo Poder Público, para entrega ao serviço de limpeza pública;
- g) a manutenção e a limpeza dos sistemas específicos exigidos pelos órgãos ambientais; e
- h) a manutenção de arborização, das áreas verdes e das vias de proteção das áreas sujeitas à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal, para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies existentes, obedecidas as normas do Município de Londrina.

**§ 1º** Nos condomínios urbanísticos que ainda detêm através de sua associação de moradores ou outra entidade, permissão de uso de praças e logradouros públicos, terão prazo de 1 (um) ano para regularização e até 5 (cinco) anos para recolher aos cofres do Fundo Municipal de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - FUMDEP, o valor sobre as áreas.

**§ 2º** O Executivo Municipal regulamentará por decreto o processo de transferência das áreas e dos serviços de que trata o parágrafo anterior.

**§ 3º** O IPPUL e a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação farão os levantamentos para execução do disposto neste artigo e devido ressarcimento ao erário.

**Art. 72. VETADO.**

**Art. 73. VETADO.**

**Art. 74. VETADO.**

**Art. 75.** Do instrumento de concessão de uso (Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso de Área), que será emitido por ocasião da aceitação do empreendimento, deverão constar todos os encargos da concessionária relativos à destinação, ao uso, à ocupação, à conservação e à manutenção dos bens públicos objetos da concessão, bem como as penalidades, em caso de seu descumprimento.

**Art. 76.** Fica a pessoa jurídica representante dos proprietários das unidades autônomas obrigada a permitir o acesso do Poder Público e das concessionárias de serviços públicos, desde que devidamente identificados.

**Art. 77 .** A autoridade licenciadora pode dar a concessão de uso de áreas de preservação permanente ao condomínio urbanístico, quando:

- I - não houver a necessidade de incidência de sistema viário ao longo dos cursos d'água;
- II - os lotes estiverem confinados por acidentes geográficos; e

**III** - tratar-se de áreas contíguas a parques ambientais, áreas de paisagens notáveis, que abriguem exemplares raros de fauna e flora, e unidade de conservação que impossibilite a transposição.

**§ 1º** Não será permitido o acesso de público interno e externo às áreas de preservação permanente, objeto de concessão ao condomínio urbanístico, exceto em casos de acesso por órgãos ambientais competentes, bem como para a obtenção de água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração e a manutenção a longo prazo da vegetação nativa.

**§ 2º** Não serão permitidas trilhas ou outras interferências nas áreas de preservação permanente e, caso estas já existam, deverão ser restituídas ao seu estado anterior.

**Art. 78.** A extinção ou dissolução da pessoa jurídica representante dos proprietários das unidades autônomas, a alteração de destinação ou uso de qualquer bem concedido e o descumprimento das condições fixadas nesta lei, implicarão na automática extinção da concessão, revertendo a área concedida à disponibilidade do Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nela construídas, livre de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS DE CHÁCARAS DE LAZER**

**Art. 79.** É admitida a implantação de empreendimentos de lazer, na forma de condomínio urbanístico de baixa densidade em zonas de expansão urbana, com o parcelamento do solo destinado à formação de chácaras.

**Art. 80.** Os parcelamentos do solo para formação de condomínio urbanístico de lazer devem atender ainda ao seguinte:

**I** - deverão adequar-se ao estabelecido nas diretrizes viárias, não interrompendo a continuidade de vias nas categorias diversas;

**II** - VETADO;

**II** - a execução dos serviços de infraestrutura de rede de água potável, rede compacta de energia elétrica e iluminação pública, passeios e muretas nas áreas públicas e urbanização de praças e fundo de vale, galerias de águas pluviais e revestimento asfáltico conforme normas da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação e da ABNT;

**III** - constar nos contratos de compra e venda que a execução dos serviços de iluminação pública, meio-fio com sarjeta, saneamento básico, mureta e passeio, arborização e pavimentação asfáltica serão de responsabilidade dos adquirentes;

**IV** - a área privativa mínima das chácaras será de 1.500,00m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos metros quadrados) não podendo esta sofrer qualquer tipo de fracionamento que resulte em área inferior à citada, enquanto permanecer na área de expansão urbana;

**V** - existência de área verde e de lazer comum de, no mínimo, 16 % (dezesesseis por cento) da área loteável;

**VI** - a profundidade mínima da chacara admissível é de 60,00m (sessenta metros), com declividade média de, no máximo 15% (quinze por cento), medida no comprimento da mesma e a partir deste valor, para cada ponto percentual verificado na declividade do terreno, deve-se adicionar 6,50m (seis metros e cinquenta centímetros) à profundidade mínima estabelecida;

**VII** - a largura mínima da chacara admissível é de 25,00m (vinte e cinco metros) em terrenos cuja declividade média seja inferior a 10% (dez por cento), verificada no sentido da largura e

no intervalo de 10% (dez por cento) a 29% (vinte e nove por cento); para todo percentual verificado na inclinação do terreno deve-se adicionar 0,50m (cinquenta centímetros) à largura mínima estabelecida;

**VIII** - sobre cada chácara, serão admitidas, no máximo, 2 (duas) edificações (residência e casa do caseiro ou residência e galpão);

**IX** - a área passível de fechamento, com controle de acessos, deve atender aos seguintes requisitos:

**a)** obedecer às diretrizes do sistema viário, não ultrapassando distância máxima de 700,00m (setecentos metros) entre suas ruas de contorno;

**b)** quando existir uma ou mais vias oficiais de circulação, na sua somatória cujas distancias não ultrapassarem a 700,00m (setecentos metros) entre alinhamentos prediais, não se aplica a exigência da alínea anterior;

**c)** existir ao longo de todo o perímetro fechado, externamente à cerca, uma via oficial de circulação de, no mínimo, 20,00m (vinte metros) de largura;

**d)** obedecer às diretrizes do sistema viário, não ultrapassando a área máxima de 50,00ha (cinquenta hectares);

**e)** existir, nos pontos de controle de acesso ao empreendimento, áreas verdes externas à área de fechamento, totalizando no mínimo 1% (um por cento) da área loteável, computável como área pública e devendo conter um círculo mínimo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro;

**f)** os acessos ao empreendimento deverão ser através de faixas de aceleração e desaceleração definidas no parcelamento.

**Art. 81.** Quando o empreendimento for considerado confinado, é dispensada a execução de via de 20,00m (vinte metros) de largura, ao longo do seu perímetro e da área de fechamento, desde que observadas as seguintes condições:

**I** - a existência de acidentes geográficos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), e rios com mais de 10,00m (dez metros) de largura; e

**II** - a existência de parques ambientais e áreas de paisagens que abriguem exemplares raros de fauna e flora, que impossibilitem a transposição.

**§ 1º** Nos casos previstos no caput deste artigo o empreendedor deverá resguardar faixa sanitária e acesso para fins de prevenção e controle de incêndio e outros sinistros.

**§ 2º** A autoridade licenciadora deverá definir, para o caso de lotes confinados, a área de fechamento.

**§ 3º VETADO**

**§ 3º** O IPPUL definirá a contrapartida pecuniária com a não construção da via quando o empreendimento for considerado confinado, que será o valor não gasto com a via de 20,00m (vinte metros) de largura prevista na alínea "c" do inciso IX do art.80 desta lei, o qual deverá ser recolhido aos cofres do Município, através de guia própria.

**Art. 82.** Os proprietários das unidades autônomas devem constituir pessoa jurídica devidamente regularizada.

**Art. 83.** A pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, deve comprometer-se com a preservação e manutenção das áreas objeto de concessão, quando for o caso, e das redes de infraestrutura obrigatórias para o empreendimento, a saber:

**I** - os sistemas autônomos de captação e tratamento de água potável e de tratamento de esgoto, em caso de inexistência de redes públicas nas proximidades do empreendimento, respeitada a legislação em vigor;

**II** - a manutenção, limpeza das vias e das áreas públicas internas e de fundo de vale, se for o caso;

**III** - a coleta de resíduos sólidos e guarda em compartimento fechado, de acordo com as normas do órgão ambiental municipal, nos locais indicados pelo Poder Público para entrega ao serviço de limpeza pública;

**IV** - a manutenção e a limpeza dos sistemas específicos exigidos pelos órgãos ambientais;

**V** - a manutenção de arborização, das áreas verdes e das vias de proteção das áreas sujeitas à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies existentes, obedecidas às normas do Município de Londrina.

**Art. 84.** Do instrumento de concessão de uso (Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso de Área), que será emitido por ocasião da aceitação do empreendimento, deverão constar todos os encargos da concessionária relativos à destinação, ao uso, à ocupação, à conservação e à manutenção dos bens públicos objetos da concessão, bem como as penalidades em caso de seu descumprimento.

**Art. 85.** Fica a pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, obrigada a permitir o acesso do Poder Público e das concessionárias de serviços públicos, desde que devidamente identificados.

**Art. 86.** A autoridade licenciadora pode dar a concessão de uso de áreas de preservação permanente ao condomínio urbanístico, quando:

**I** - não houver a necessidade de incidência de sistema viário ao longo dos cursos d'água;

**II** - os lotes estiverem confinados por acidentes geográficos;

**III** - tratar-se de áreas contíguas a parques ambientais, áreas de paisagens, que abriguem exemplares raros de fauna e flora, e unidade de conservação que impossibilite a transposição.

**Art. 87.** A extinção ou dissolução da concessionária, a alteração de destinação ou uso de qualquer bem concedido e o descumprimento das condições fixadas nesta lei, implicarão na automática extinção da concessão, revertendo a área concedida à disponibilidade do Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nela construídas, livre de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS INDUSTRIAIS**

**Art. 88.** É admitida a implantação de condomínios urbanísticos industriais, com acesso controlado ao público em geral, desde que atendidas às disposições legais vigentes e às seguintes condições:

**I** - o empreendedor deverá encaminhar pedido de consulta, indicando a área e declarando estar ciente de que o empreendimento deverá obedecer aos mesmos requisitos estabelecidos nesta lei para parcelamentos;

**II** - o condomínio deverá respeitar a classificação industrial definida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo;

**III** - as áreas destinadas ao uso público, em condomínios urbanísticos industriais, devem estar situadas fora do perímetro fechado;

**IV** - a área passível de fechamento, com controle de acesso, deve atender aos seguintes requisitos:

**a)** obedecer às diretrizes do sistema viário previstas para a região;

**b)** existir ao longo de todo o perímetro fechado, externamente à cerca, uma via pública de, no mínimo, 20,00m (vinte metros) de largura;

- c) não será permitida a divisão em áreas inferiores às datas determinadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- d) existirem, nos pontos de controle de acesso ao condomínio, áreas verdes externas à área de fechamento, totalizando no mínimo 1% (um por cento) da área loteável, computável como área pública e devendo conter um círculo mínimo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro;
- e) os acessos ao empreendimento deverão ser através de faixas de aceleração e desaceleração definidas no parcelamento; e
- f) o arruamento interno de cada condomínio deverá ser realizado em conformidade com a Lei do Uso e Ocupação do Solo que determina o perfil transversal do sistema viário.

**Art. 89.** Os proprietários das unidades autônomas devem constituir pessoa jurídica devidamente regularizada.

**Art. 90.** A pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, deve comprometer-se com a preservação e manutenção das áreas objeto de concessão, quando for o caso, e das redes de infraestrutura obrigatórias para o empreendimento, a saber:

- I - o sistema de coleta de esgoto, até o ponto de ligação com a rede pública;
- II - os sistemas autônomos de captação e tratamento de água potável e de tratamento de esgoto, em caso de inexistência de redes públicas nas proximidades do empreendimento, respeitada a legislação em vigor;
- III - a manutenção, limpeza das vias e das áreas públicas internas e de fundo de vale, se for o caso;
- IV - a coleta de resíduos sólidos e guarda em compartimento fechado, de acordo com as normas do órgão ambiental municipal, nos locais indicados pelo Poder Público, para entrega ao serviço de limpeza pública;
- V - a manutenção e a limpeza dos sistemas específicos exigidos pelos órgãos ambientais;
- VI - a manutenção de arborização, das áreas verdes e das vias de proteção das áreas sujeitas à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies existentes, obedecidas às normas do Município de Londrina.

**Art. 91.** Do instrumento de concessão de uso (Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso de Área), que será emitido por ocasião da aceitação do empreendimento, deverão constar todos os encargos da concessionária, relativos à destinação, ao uso, à ocupação, à conservação e à manutenção dos bens públicos, objetos da concessão, bem como as penalidades, em caso de seu descumprimento.

**Art. 92.** Fica a pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, obrigada a permitir o acesso do Poder Público e das concessionárias de serviços públicos, desde que devidamente identificados.

**Art. 93.** A autoridade licenciadora pode dar a concessão de uso de áreas de preservação permanente ao condomínio urbanístico, quando:

- I - não houver a necessidade de incidência de sistema viário ao longo dos cursos d'água;
- II - os lotes estiverem confinados por acidentes geográficos;
- III - tratar-se de áreas contíguas a parques ambientais, áreas de paisagens, que abriguem exemplares raros de fauna e flora, e unidade de conservação que impossibilite a transposição.

**Parágrafo único.** Não será permitido o acesso de público externo às áreas de preservação permanente, objeto de concessão ao condomínio urbanístico, exceto em casos de acesso por órgãos ambientais competentes.

**Art. 94.** A extinção ou dissolução da pessoa jurídica, representante dos proprietários das unidades autônomas, a alteração de destinação ou uso de qualquer bem concedido e o descumprimento das condições fixadas nesta lei, implicarão na automática extinção da concessão, revertendo a área concedida à disponibilidade do Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nela construídas, livre de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

## **CAPÍTULO IX DA ACEITAÇÃO**

**Art. 95.** Após a conclusão das obras de infraestrutura urbana determinadas no ato do licenciamento urbanístico, o Poder Público procederá, mediante decreto, à aceitação definitiva do empreendimento.

**Art. 96.** A aceitação poderá, a critério do Poder Público, ser parcial, desde que em cada uma das partes do empreendimento a totalidade das suas obras de infraestrutura esteja concluída.

**Art. 97.** Para efeito desta lei, o Poder Público procederá à individualização do Imposto Predial e Territorial Urbano, no menor prazo entre a aceitação e 3 (três) anos contados da expedição do Licenciamento Urbanístico, com base na Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, devendo ser lançadas as demais taxas de serviços públicos.

**Art. 98.** Para obtenção da aceitação do empreendimento, o empreendedor, mediante requerimento próprio, deverá solicitar ao Poder Público que seja realizada a vistoria final, juntando os seguintes documentos:

**I** - escritura pública de transferência da rede de abastecimento de água potável e da rede de esgotos sanitários, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos;

**II** - laudo técnico de aceitação da pavimentação asfáltica emitido pelo órgão técnico responsável pela fiscalização do serviço;

**III** - cópia da certidão do Cartório de Registro de Imóveis do empreendimento;

**IV** - carta de aceitação da rede de energia elétrica e do sistema de iluminação pública, emitida pela concessionária deste serviço público ou documento equivalente;

**V** - laudo técnico de aceitação da arborização urbana e dos serviços de urbanização de praças e fundo de vale emitido pela Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA;

**VI** - certidão declaratória de atendimento às exigências dos órgãos ambientais, quando houver; e

**VII** - demais documentos exigíveis por decorrência de obras e serviços especiais.

**§ 1º** Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor.

**§ 2º** A apresentação de exigências pela autoridade licenciadora interrompe o prazo previsto para o recebimento, que recomeça depois das exigências serem cumpridas pelo empreendedor.

**§ 3º** Quando o parcelamento for realizado parcialmente, as obras e serviços de cada parte do empreendimento devem ser objeto de vistoria e recebimento individualizado pela autoridade licenciadora.

**Art. 99.** Constatada a regularidade da documentação e das obras pela vistoria final, o Poder Público, no prazo máximo de trinta dias, publicará o decreto de aceitação.

## **CAPÍTULO X DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

**Art. 100. VETADO.**

**Art. 100.** Para os fins desta lei, somente profissionais legalmente habilitados poderão assinar, como responsáveis técnicos, laudos, execução de obras e serviços, projetos, memoriais, orçamentos, planilhas de cálculo ou quaisquer outros documentos submetidos à apreciação do Poder Público.

**§ 1º** São considerados profissionais legalmente habilitados aqueles que estejam inscritos nos seus respectivos conselhos profissionais, conforme suas atribuições.

**§ 2º** A responsabilidade civil pelos serviços de projetos, estudos, cálculos, topografia, memoriais, laudos e especificações cabe aos seus autores e responsáveis técnicos bem como pela execução das obras e serviços aos profissionais ou empresas.

## **CAPÍTULO XI**

### **DO SOLO NÃO EDIFICADO, SUBUTILIZADO OU NÃO UTILIZADO**

**Art. 101.** Ficam instituídos no Município de Londrina os instrumentos para que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova o seu adequado aproveitamento nos termos estabelecidos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal, nos artigos 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

## **SEÇÃO I**

### **DA NOTIFICAÇÃO PARA PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS**

**Art. 102. VETADO.**

**Art. 103. VETADO.**

**Art. 104. VETADO.**

**Art. 105. VETADO.**

**Art. 106. VETADO.**

## **SEÇÃO II**

### **DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PROGRESSIVO NO TEMPO – IPTU PROGRESSIVO**

**Art. 107. VETADO.**

## **SEÇÃO III**

### **DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS**

**Art. 108. VETADO.**

**Art. 109. VETADO.**

**Art. 110. VETADO.**

## **CAPÍTULO XII**

### **DA FISCALIZAÇÃO**



**Art. 111.** O empreendimento será submetido à fiscalização do Poder Público e dos órgãos competentes quando da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana.

**Art. 112.** O empreendedor deverá protocolizar documento informando ao Poder Público e órgãos competentes a data de início de qualquer serviço ou obra de infraestrutura.

**Art. 113.** Os funcionários, investidos na função fiscalizadora ou de aprovação poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens ou documentos, desde que se relacionem ao projeto e/ou obra fiscalizada.

**Art. 114.** Todas as solicitações da fiscalização do Poder Público deverão ser atendidas pelo empreendedor.

### **CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

**Art. 115.** A infração a qualquer dispositivo desta lei acarretará, sem prejuízo das medidas de natureza civil previstas na Legislação Federal, a aplicação das seguintes sanções:

**I** - advertência, que consiste na notificação escrita da irregularidade constatada;

**II** - embargo, que determina a paralisação imediata de uma obra de parcelamento;

**III** - intervenção, que consiste na interferência direta do Poder Público na execução da obra de parcelamento;

**IV** - interdição, que determina a proibição do uso e da ocupação de parte ou da totalidade da área objeto do parcelamento, inclusive áreas contíguas, quando for constatado risco à vida;

**V** - multa, na forma de penalidade pecuniária, conforme Legislação Federal, em especial as Leis nº 6766/79, 9605/98 e 9785/99, bem como outras que vierem complementá-las ou sucedê-las;

**VI** - penalidade e multa na forma pecuniária, conforme Legislação Federal, em especial as Leis nº 6766/79, 9605/98 e 9785/99, bem como outras que vierem complementá-las ou sucedê-las;

**VII** - cassação do alvará de licença.

**§ 1º** A aplicação e o pagamento da multa não eximem o infrator do embargo, da intervenção, da interdição ou da cassação do alvará de licença, para parcelamento.

**§ 2º** Todas as sanções serão comunicadas ao interessado, mediante notificação oficial do Poder Público.

### **SEÇÃO I DA ADVERTÊNCIA**

**Art. 116.** Será aplicada pena de advertência quando a infração puder ser corrigida de imediato e for de pequena gravidade, nos seguintes casos:

**I** - descumprimento de prazos administrativos;

**II** - descumprimento das especificações técnicas do projeto, da execução e dos materiais aplicados; e

**III** - não atendimento à fiscalização.

**§ 1º** A pena de advertência será aplicada por escrito.

**§ 2º** A reincidência na conduta acarretará a aplicação de pena de embargo e multa, nos termos da legislação federal.

### **SEÇÃO II**

## **DO EMBARGO**

**Art. 117.** A execução do empreendimento que não estiver em conformidade com os projetos aprovados acarretará o embargo do empreendimento pelo Poder Público, que consiste na suspensão temporária, total ou parcial, da obra ou serviço.

**Art. 118.** O embargo será expedido, quando:

**I** - o agente público constatar irregularidade no objeto do parcelamento;

**II** - as solicitações da fiscalização do Poder Público não forem atendidas;

**III** - descumprimento das especificações técnicas do projeto, da execução e dos materiais aplicados.

**Parágrafo único.** A aplicação do embargo não exime as outras sanções legais cabíveis.

**Art. 119.** O embargo poderá ser levantado somente com a regularização do empreendimento.

**Art. 120.** O descumprimento das exigências contidas no termo de embargo, no prazo solicitado, implicará em multa e interrupção da obra ou serviço.

**Art. 121.** Em caso de intervenção em obra embargada, o custo da regularização será efetuado às expensas dos adquirentes, sem prejuízo da ação regressiva contra o empreendedor.

## **SEÇÃO III DA INTERVENÇÃO**

**Art. 122.** O Poder Público fará intervenção no empreendimento sempre que constatar:

**I** - paralisação das obras pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos;

**II** - que o empreendedor estiver executando o parcelamento em desacordo com o projeto aprovado ou em descumprimento ao seu cronograma físico, em conformidade com laudo técnico expedido pela autoridade licenciadora.

**§ 1º** A autoridade licenciadora notificará o empreendedor para que, no prazo de 30 (trinta) dias e nas condições fixadas, regularize a situação, sem prejuízo da aplicação das devidas sanções administrativas.

**§ 2º** Não sendo encontrado o empreendedor ou estando este em lugar incerto e não sabido, a autoridade licenciadora providenciará a sua notificação, mediante edital publicado em jornal oficial do Município, por duas vezes, no período de 15 (quinze) dias.

**§ 3º** Independentemente da forma pela qual venha a ser consumada a notificação, a autoridade licenciadora dará ciência dos seus termos à comissão de representantes dos adquirentes.

**Art. 123.** Sempre que tomar ciência, de ofício ou por provocação de terceiro, da existência de parcelamento irregular, a autoridade licenciadora tomará as providências cabíveis, na conformidade do estabelecido no art. 122 desta lei.

**Art. 124.** Decorrido o prazo estabelecido na notificação de que trata no art. 122 desta lei sem a necessária regularização do parcelamento, a autoridade licenciadora determinará a intervenção no empreendimento.

**§ 1º** A decisão que determinar a intervenção indicará o nome do interventor e será acompanhada de motivação obrigatória, devendo ainda a autoridade licenciadora, de imediato, providenciar a averbação da intervenção na matrícula do imóvel parcelado.

**§ 2º** Estando o empreendimento registrado em mais de um Registro de Imóveis, as averbações deverão ser realizadas em todas as circunscrições competentes.

**Art. 125.** Determinada e averbada a intervenção, na forma do art. 124 desta lei, os adquirentes serão notificados a imediatamente suspender o pagamento, ao empreendedor, das prestações contratuais ainda remanescentes e a efetuar o seu respectivo depósito em conta específica aberta pelo Município.

**§ 1º** O Município receberá as quantias encaminhadas pelo adquirente e as depositará em conta de poupança aberta junto a estabelecimento de crédito, respeitado o disposto no art. 666, inciso I, do Código de Processo Civil.

**§ 2º** Se as garantias oferecidas pelo empreendedor não forem suficientes, as quantias depositadas na forma do § 1º deste artigo serão utilizadas para o custeio das providências necessárias à regularização do parcelamento ou da execução das obras previstas.

**Art. 126.** Ao interventor, que será nomeado pelo Poder Público, serão atribuídos os mesmos poderes de gestão que possui o empreendedor para a execução do parcelamento, sendo a ele ainda facultado levantar os depósitos feitos na forma do **§ 1º do art. 125** desta lei, independentemente de prévia autorização judicial, contratar as obras e serviços necessários, alienar os lotes e unidades autônomas disponíveis, bem como executar as garantias oferecidas.

**§ 1º** As quantias auferidas com a alienação dos lotes e unidades autônomas ou ainda com a execução das garantias deverão ser depositadas na conta de poupança mencionada no § 1º do art. 125 desta lei.

**§ 2º** A execução da infraestrutura será iniciada após prévio processo licitatório, que poderá ocorrer em etapas, desde que os valores depositados sejam suficientes.

**Art. 127.** Durante a intervenção, o empreendedor poderá acompanhar todos os atos do interventor, bem como examinar livros, contas e contratos.

**Art. 128.** O interventor prestará contas de sua gestão, mensalmente, à autoridade licenciadora e à comissão de representantes dos adquirentes, devendo a sua gestão ser pautada pelos mesmos padrões de moralidade e probidade que orientam a atuação dos agentes públicos.

**Parágrafo único.** O interventor equiparar-se-á a servidor público, no que concerne a seus deveres e responsabilidades.

**Art. 129.** A autoridade licenciadora determinará o fim da intervenção quando o parcelamento estiver em conformidade com o projeto e com os prazos fixados no cronograma físico, desde que seja verificada a capacidade técnica e financeira do empreendedor para reassumir o parcelamento.

**§ 1º** Firmada a decisão que encerra a intervenção, a autoridade licenciadora requererá, imediatamente, o cancelamento da averbação realizada na conformidade do disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 124 desta lei.

**§ 2º** Encerrada a intervenção, o empreendedor assumirá novamente a responsabilidade pela execução do parcelamento, a ele competindo:

**I** - requerer à autoridade judicial autorização para o levantamento do saldo das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos;

**II** - notificar os adquirentes dos lotes ou das unidades autônomas, pelo Registro de Imóveis, para que passem a pagar diretamente a ele as prestações restantes, a partir da data em que forem efetivamente notificados.

**Art. 130.** A regularização do parcelamento, mediante intervenção, não obstará a aplicação das devidas sanções penais ou de outras que se impuserem na forma da legislação em vigor, bem como a responsabilização na esfera civil.

**Art. 131.** Aplicar-se-ão também aos parcelamentos executados sem registro, no que couberem, as normas relativas à intervenção previstas nesta lei.

#### **SEÇÃO IV DA INTERDIÇÃO**

**Art. 132.** Será aplicada pena de interdição quando for constatado risco à vida, proibindo-se o uso e a ocupação de parte ou da totalidade da área objeto do parcelamento, inclusive áreas contíguas.

**Art. 133.** A interdição poderá ser suspensa somente com a regularização do empreendimento.

**Art. 134.** O descumprimento das exigências contidas no termo de interdição, no prazo solicitado, implicará em multa e cassação do alvará de licença.

#### **SEÇÃO V DA MULTA**

**Art. 135.** Será aplicada pena de multa, na forma de penalidade pecuniária, graduável de acordo com a gravidade da infração e conforme a legislação federal, especificamente, nos seguintes casos:

- I** - quando o Poder Público e as concessionárias de serviços públicos, devidamente identificados, forem impedidos de acessar o empreendimento;
- II** - quando o empreendedor não executar, no todo ou em parte, obras de infraestrutura de sua responsabilidade; e
- III** - nos casos de reincidência nas penalidades de advertência, embargo, interdição e intervenção.

**Art. 136.** A pena de multa poderá ser aplicada em concomitância às outras sanções previstas nesta lei.

#### **SEÇÃO VI DA CASSAÇÃO DA LICENÇA URBANÍSTICA**

**Art. 137.** A cassação da Licença Urbanística será aplicada nos casos de:

- I** - descumprimento das exigências contidas no termo de interdição no prazo solicitado;
- II** - descumprimento das exigências contidas no termo de embargo no prazo solicitado.

**Parágrafo único.** Todas as sanções serão comunicadas ao interessado mediante notificação oficial do Poder Público.

#### **CAPÍTULO XIV DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**Art. 138.** Qualquer modificação nos projetos licenciados ou na execução do empreendimento deverá ser submetida a novo licenciamento pelo Poder Público, a pedido do interessado.

**Art. 139.** Em casos de parcelamentos irregulares, o Poder Público estará obrigado a dar publicidade ao fato e a comunicar ao Ministério Público.

**Art. 140.** VETADO.

**Art. 140.** Nos parcelamentos de áreas com frente para o Lago Igapó I, entre a barragem e a Avenida Higienópolis, permite-se que os lotes tenham frente para a lâmina d'água, demarcando-se a faixa inedificável de 30,00m (trinta metros) a partir da margem, observado o seguinte:

**I** - todos os lotes deverão, para obter qualquer licença, pedido, habite-se, alvará, averbar em nome do Município de Londrina a área inedificável de 30,00m (trinta metros) a partir da margem; e

**II** - o Executivo Municipal determinará a retomada imediata de todas as áreas inedificáveis situadas às margens do Lago Igapó, em área nunca inferior a 30,00m (trinta metros) a partir da margem, e fará a integração completa dos conjuntos de lagos Igapó de Londrina.

**Art. 141.** A faixa de domínio das rodovias determina o alinhamento do imóvel com o logradouro.

**Art. 142.** Os projetos para parcelamento de solo e sua implantação devem ser executados dentro do sistema cartográfico nacional, adotando a projeção Universal Transversal Mercator (UTM), sendo a implantação dos marcos de responsabilidade do empreendedor, tendo:

**I** - os marcos geodésicos de precisão e as referências de nível de precisão integrantes do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB, implantados no território municipal;

**II** - os marcos geodésicos de apoio imediato e as referências de nível de apoio imediato, implantados no território municipal, para densificação do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB, para apoio dos levantamentos topográficos e aerofotogramétricos;

**III** - os pontos topográficos e as referências de nível topográficas de apoio aos levantamentos topográficos executados no território municipal a partir do apoio geodésico;

**IV** - os pontos de referência para estrutura fundiária implantada e materializada no terreno a partir do apoio geodésico;

**V** - os pontos de segurança - PS, implantados e materializados no terreno pelos levantamentos topográficos executados no território municipal;

**VI** - os pontos de concordância e os pontos de tangência (PCs e PTs) nas concordâncias de esquinas nas quadras,

implantados e materializados na sarjeta, na base do meio-fio pela administração municipal, com pinos de aço para definição dos alinhamentos nas faces de quadra; e

**VII** - os pontos de referência utilizados como geocódigos (de quadra, de gleba e de segmento de logradouro) para o sistema de informação geográfica das informações territoriais.

**Art. 143.** O referencial planimétrico ou Datum Horizontal Oficial no Brasil é o SIRGAS-2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas de 2000) e deve ser utilizado no Município.

**Art. 144.** Os marcos geodésicos e as referências de nível de precisão e de apoio imediato, implantados e materializados no terreno como elementos integrantes da Rede de Referência Cadastral Municipal são considerados obras públicas, na forma do que preceituam e no que for pertinente o artigo 13 e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967.

**Art. 145.** Observar, no que for aplicável para fins destas Normas, os seguintes documentos:

**I** - "Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos", aprovadas pela Resolução PR nº 22, de 21.07.83, do Presidente do I B G E, e homologadas pela Resolução COCAR 02/83, de 14.07.83, publicada no D.O. de 27.7.83;

**II** - "Parâmetros para Transformação entre Sistemas Geodésicos", aprovados pela Resolução N.º 23, de 21 de fevereiro de 1989, do Presidente do I B G E, e que altera os parâmetros de transformação definidos no Apêndice II da R. PR-22, de 21- 07-83, em seus itens 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6;

**III** - "Especificações e Normas Gerais para Levantamentos GPS: Versão Preliminar", aprovadas pela Resolução N.º 05, de 31 de março de 1993, da Presidência do I B G E, e que passaram a complementar o capítulo II das Especificações e Normas para Levantamentos Geodésicos da R. PR-22 de 21-07-83.

**IV** - "Padronização de Marcos Geodésicos: Instrução Técnica", aprovadas através da Norma de Serviço N.º 29, do Diretor de Geociências do IBGE;

**V** - Norma ABNT NBR 13.133 - "Execução de levantamento topográfico", de 30.6.94;

**VI** - Norma ABNT NBR 14.166 - "Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento";

**VII** - Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, estabelecidas pelo Decreto Nº 89.817 de 20 de junho de 1984, publicado no D.O. de 22 de junho de 1984 e alterações subsequentes;

**VIII** - Portaria Nº 511, de 7 de dezembro de 2009 - "Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros" do Ministério da Cidade.

**Art. 146.** Os marcos geodésicos de precisão e os marcos geodésicos de apoio imediato devem estar situados em todos os empreendimentos de parcelamento de solo e a cada 10 ha (dez hectares) de área.

**Art. 147.** Os marcos de concreto e os demais para materialização no terreno dos pontos geodésicos e as referências de nível implantadas pela Rede de Referência Cadastral Municipal devem ser construídos conforme especificações fornecidas pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, através de portaria.

**Art. 148.** VETADO.

**Art. 148.** Fica criada a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos, para fixação dos preços públicos referentes a imóveis e outras solicitações do Poder Executivo ou de terceiros.

**Art. 149.** VETADO.

**Art. 149.** O uso de imóveis municipais autorizados, permitidos ou concedidos pelo Poder Público será remunerado através de preço público, fixado nos termos desta lei, reajustado anualmente pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos.

**Parágrafo único.** Exclui-se das atribuições desta Comissão avaliações para fins tributários

**Art. 150.** VETADO.

**Art. 150.** A Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos, a ser nomeada por Decreto do Prefeito Municipal, será constituída por 6 (seis) membros indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

**I** - 1 (um) técnico avaliador, servidor de carreira com conhecimento das técnicas de avaliação e que será designado exclusivamente para esta função;

**II** - 1 (um) técnico em cadastro imobiliário, servidor de carreira com experiência em cadastro imobiliário do Município de Londrina;

**III** - 1 (um) técnico, servidor de carreira lotado na Secretaria de Governo ;

**IV** - 1 (um) representante da SINCIL com experiência em avaliação;

**V** - 1 (um) representante da OAB; e

**VI** - 1 (um) representante da Câmara de Vereadores.

**§ 1º** A Comissão, que será presidida pelo representante da Secretaria de Governo, deliberará com a presença de todos os seus membros, os quais deverão assinar os laudos de avaliação.

**§ 2º** O Prefeito, após análise dos laudos de avaliação devidamente assinados, os homologará.

**Art. 151. VETADO.**

**Art. 151.** São atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos:

**I** - avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de alienação, doação ou permuta;

**II** - avaliar os imóveis particulares para fins de aquisição pelo Poder Público ou desapropriação amigável;

**III** - avaliar as áreas urbanas remanescentes de obra pública ou resultantes de modificação de alinhamento, para alienação aos proprietários lindeiros;

**IV** - fixar os preços públicos a serem pagos por particulares que se utilizarem de bens do patrimônio público municipal;

**V** - verificar a compatibilidade do valor do locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como em suas revisões; e

**VI** - avaliar os bens públicos em geral, passíveis de licitação por leilão ou para doação às entidades de assistência social.

**Art. 152. VETADO.**

**Art. 152.** Para fins de fixação dos preços públicos a serem pagos por particulares que se utilizarem de bens do patrimônio público, na forma do inciso IV do artigo anterior, a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas:

**I** - o preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, com avaliadores e demais profissionais idôneos e inscritos no cadastro de atividades do Município de Londrina;

**II** - normas técnicas de avaliação previstas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

**III** - a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

**IV** - a finalidade da autorização, permissão ou concessão de uso, ou seja, o tipo e a dimensão do comércio ou atividade a ser desempenhada no local; e

**V** - Jornais e periódicos de no máximo 3 (três) meses da data da avaliação.

**Art. 153. VETADO.**

**Art. 153.** Os preços públicos, atualizados na forma do disposto no artigo anterior, serão imediatamente cobrados dos usuários atuais de imóveis municipais, prevalecendo o interesse público das contratações.

**Art. 154. VETADO.**

**Art. 154.** O uso de bens públicos municipais por entidades que não visem lucro e por prazo inferior a 30 (trinta) dias será isento do pagamento de preços públicos, desde que autorizados pelo Chefe do Executivo.

**Art. 155.** VETADO.

**Art. 155.** A cessão gratuita de prédio público somente será permitida por lei específica, ficando mantidas as leis em vigor que autorizam a concessão da gratuidade.

**Art 156.** VETADO.

**Art. 156.** Cabe ao Presidente da Comissão presidir, orientar ou ordenar e supervisionar os seus trabalhos; convocar e presidir suas reuniões; representá-la; distribuir expedientes à Comissão e solicitar através do Secretário, quando necessário, auxiliar ou técnico para assessorar os membros da comissão, na mesma proporção da sua composição.

**Art 157.** VETADO.

**Art. 157.** Além das assinaturas ou voto em aparte deverão constar do laudo de avaliação os seguintes parâmetros:

**I** - identificação do solicitante;

**II** - finalidade e objetivo do laudo;

**III** - identificação e caracterização do bem avaliado, conforme NBR 14653-2:2004 da ABNT, com a indicação da data da vistoria;

**IV** - indicação da(s) metodologia(s) utilizada(s), conforme NBR 14653-2:2004 da ABNT;

**V** - diagnóstico de mercado - relato noticiando data, página de paradigmas;

**VI** - especificação da avaliação, a qual deverá indicar a especificação atingida em relação à fundamentação e precisão;

**VII** - apresentação do tratamento dos dados, detalhamento dos cálculos e justificativas sobre o resultado adotado;

**VIII** - resultado da avaliação e sua data de referência; e

**IX** - qualificação completa e assinatura do responsável pela avaliação.

## **CAPÍTULO XV**

### **DOS EMPREENDIMENTOS CONSIDERADOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO**

**Art. 158.** VETADO.

**Art. 159.** VETADO.

**Art. 160.** VETADO.

**Art. 161.** VETADO.

**Art. 162.** VETADO.

**Art. 163.** VETADO.

**Art. 164.** VETADO.

**Art. 165.** VETADO.

**Art. 166.** VETADO.

**Art. 167.** VETADO.

**Art. 168.** VETADO.



**Art. 169.** VETADO.

**Art. 170.** A Lei nº 1.794/70, que autorizou o Poder Público a aceitar o parcelamento da divisão da Fazenda Palhano, é recepcionada em sua integralidade pelo presente diploma, bem como o disposto no artigo 1º da Lei nº 4.195, de 19 de dezembro de 1988.

**Art. 171.** Os casos omissos nesta lei serão encaminhados para exame e deliberação do Conselho Municipal da Cidade.

**Art. 172.** Os processos de parcelamento do solo, cuja consulta prévia e/ou diretrizes já expedidas estiverem dentro do prazo de validade, serão analisados e aprovados, observando-se as normas da lei anterior.

**§ 1º** O Licenciamento Urbanístico expedido conforme a Lei nº 7.483/98 terá sua validade garantida, não podendo ser renovado.

**§ 2º** No caso de loteamento já registrado, o Licenciamento Urbanístico poderá ser renovado a critério do Poder Público.

**Art. 173.** Os processos de parcelamento, na data de promulgação desta lei, já aprovados ou com Licença Urbanística expedida, com os prazos de execução da infraestrutura vencidos, terão suas licenças canceladas.

**Parágrafo único.** Para a retomada do empreendimento, será necessário o pedido de novo Licenciamento Urbanístico.

**Art. 174.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as leis nºs.:

- a) 7.483, de 20 de julho de 1998;
- b) 8.530, de 12 de setembro de 2001;
- c) 9.244, de 19 de novembro de 2003;
- d) 9.308, de 23 de dezembro de 2003;
- e) 9.475, de 3 de maio de 2004;
- f) 9.699, de 29 de dezembro de 2004; e
- g) 9.946, de 31 de maio de 2006.

Londrina, 24 de julho de 2012. Homero Barbosa Neto - Prefeito do Município, Dirceu Sodré - Secretário de Governo.

**Ref.**

**Projeto de Lei nº 265/2010**

Autoria: Executivo Municipal.

Aprovado na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs. 1 a 12, 14, 15, 19, 21 a 23, 30, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 42, 44 a 48 e as Emendas nºs. 28, 29, 32, 34, 36, 38, 40 e 43 na forma de suas Subemendas.

## **LEI 11.188, DE 19 DE ABRIL DE 2011.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Londrina, criando os processos de listagem de bens de interesse de preservação e o processo de tombamento municipal, cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, SANCIONO A SEGUINTE**

**L E I :**

### **CAPÍTULO I PATRIMÔNIO CULTURAL**

**Art.1º** O Patrimônio Cultural de Londrina é integrado pelos bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que constituem a identidade e a memória coletiva londrinense.

**Art. 2º** Constituem Patrimônio Cultural de Londrina os elementos que serão analisados sob os seguintes critérios:

**I** - Ser pioneiro ou um dos primeiros;

**II** - Ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade;

**III** - Pela singularidade da técnica construtiva e material utilizado;

**IV** - Pela excepcional qualidade espacial, paisagística e/ou ecológica;

**V** - Pelos fatos históricos que tenham ocorrido no local;

**VI** - Ser formador da identidade local;

**VII** - Pelos saberes tradicionais;

**VIII** - Pela qualidade artística; e

**IX** - tratar-se de edificação situada na área de abrangência da aerofoto de 1949 e no Levantamento Aerofotogramétrico *da Cidade de Londrina*, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, ambos depositados no arquivo do cadastro da Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 3º** O Município efetuará a identificação de seus bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense e os inscreverá numa Listagem de Bens de Interesse de Preservação do Município, visando à salvaguarda e à valorização de seu Patrimônio Cultural.

**Art. 4º** O Município efetuará o tombamento dos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense, que, forem considerados Patrimônio Cultural excepcionais, segundo os preceitos desta lei e das normas legais vigentes no país, e os inscreverá no Livro do Tombo Municipal, visando à salvaguarda e à valorização de seu Patrimônio Cultural.

### **CAPÍTULO II CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LONDRINA – COMPAC**

**Art. 5º** Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina - COMPAC, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Cultura.

**Art. 6º** Compete ao COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina:

- I** - Sugerir diretrizes da política municipal de defesa, proteção, valorização e divulgação do Patrimônio Cultural;
- II** - Coordenar, integrar e executar as atividades relacionadas à defesa do Patrimônio Cultural;
- III** - Gestão permanente, visando ao aperfeiçoamento de mecanismos institucionais e de obtenção de recursos com apoio da iniciativa privada;
- IV** - Analisar e proferir pareceres sobre os Pedidos de Inscrição na Listagem de Bens de Interesse de Preservação e Pedidos de Tombamento, nos termos desta lei; e
- V** - Elaborar seu regimento interno.

**Art. 7º** O COMPAC terá a seguinte composição:

- I** - o Secretário Municipal de Cultura,
- II** - o Diretor de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural do Município;
- III** - um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL;
- IV** - um representante da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação;
- V** - um representante da Secretaria Municipal do Ambiente;
- VI** - um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil;
- VII** - um representante do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina;
- VIII** - um representante das instituições públicas de Ensino Superior;
- IX** - um representante das instituições privadas de Ensino Superior;
- X** - um representante de ONGs, órgãos ou grupos de defesa do Patrimônio Cultural Londrinense;
- XI** - um representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Londrina;
- XII** - um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná;
- XIII** - um representante de associações de moradores;
- XIV** - um representante de movimentos sociais e populares organizados; e
- XV** - um representante da Câmara Municipal de Londrina.

**§1º** Para cada membro titular especificado nos incisos I a XV deste artigo, deverá ser indicado o respectivo suplente.

**§2º** Os representantes serão indicados pelos próprios órgãos e/ou entidades.

**§3º** Os membros do COMPAC terão mandato de 3 (três) anos, cabendo prorrogação ou recondução.

**Art. 8º** Sempre que necessário, o Conselho poderá consultar a opinião de especialistas.

**Art. 9º** O exercício da função de Membro do COMPAC – Conselho Municipal de Preservação Cultural de Londrina é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

### **CAPÍTULO III**

#### **FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LONDRINA – FMP**

**Art. 10.** É instituído o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina - FMP, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos e ações de preservação e manutenção do patrimônio cultural do Município.

**Art. 11.** São fontes de recursos do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Londrina - FMP:

**I** - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados;

**II** - resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na área cultural;

**III** - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinados; e

**IV** – provenientes das multas aplicadas, em decorrência desta lei.

**Art. 12.** A avaliação e seleção dos projetos e ações a serem apoiados serão feitas pelo COMPAC.

**§ 1º** Os critérios para a seleção de projetos serão definidos através de editais, nos termos estabelecidos nesta lei e decreto regulamentador.

**§ 2º** A existência de patrocínio financeiro, oriundo de outras entidades e/ou pessoas físicas, não poderá ser considerado óbice para avaliação e seleção dos projetos.

**§ 3º** O responsável pelo projeto deverá comprovar que o bem a ser beneficiado encontra-se no Município de Londrina.

**§ 4º** As ações a serem implementadas diretamente pela Secretaria Municipal de Cultura serão definidas pelo COMPAC.

## **CAPÍTULO IV**

### **INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LONDRINA**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 13.** São instrumentos de preservação do patrimônio cultural de Londrina:

**I** - Listagem de Bens de Interesse de Preservação; e

**II** - Tombamento.

#### **SEÇÃO II**

#### **PROCESSO DE LISTAGEM DE BENS DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO**

**Art. 14.** O processo de Listagem de Bens de Interesse de Preservação tem o sentido de promover a identificação de elementos e conjuntos de interesse de preservação.

**§ 1º** A listagem preliminar de bens será constituída a partir de inventário realizado pela Secretaria Municipal de Cultura.

**§ 2º** Qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar a inclusão de bens na listagem.

**Art. 15.** Cabe ao proprietário do bem inscrito na Listagem de Bens de Interesse de Preservação, em conjunto com o setor público e/ou instituições privadas, a sua proteção e conservação, sob a orientação da Secretaria Municipal de Cultura, segundo os preceitos legais.

**Parágrafo único.** A alienação ou transferência de bem inscrito na Listagem de Bens de Interesse de Preservação deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Cultura, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 16.** A Listagem de Bens de Interesse de Preservação estará registrada no Cadastro

Imobiliário da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação e na Secretaria Municipal da Fazenda e qualquer pedido de alvará de alteração de uso, de reforma ou de demolição deverá ser encaminhado para instrução preliminar da Secretaria Municipal de Cultura.

**Art. 17.** O processo de Inscrição na Listagem de Bens de Interesse de Preservação obedecerá às seguintes fases distintas:

**I** - Pedido de Inscrição na Listagem de Bens de Interesse de Preservação;

**II** - Notificação ao proprietário da Inscrição Provisória para abertura de ficha de inventário;

**III** - Notificação ao proprietário do resultado da Inscrição;

**IV** - Registro na Listagem de Bens de Interesse de Preservação junto à Secretaria Municipal da Cultura; e

**V** - Publicação no Jornal Oficial do Município, com a devida justificativa.

**Art. 18.** Na elaboração de seus projetos, os órgãos de planejamento, projetos e obras da Prefeitura, além de conselhos municipais afins, deverão solicitar sempre a Instrução Preliminar à Secretaria Municipal da Cultura, para análise da existência de elementos de interesse de preservação na área de intervenção do projeto e seu entorno.

**Art. 19.** Os bens culturais, constantes da Listagem, ficam sujeitos ao acompanhamento permanente da Secretaria Municipal de Cultura, que poderá inspecioná-los, sempre que for julgado conveniente.

### **SEÇÃO III PROCESSO DE TOMBAMENTO**

**Art. 20.** Os pedidos de Tombamento, por iniciativa da própria Secretaria Municipal de Cultura, do COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, do proprietário ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, têm o sentido de promover a salvaguarda e plena fruição dos bens considerados Patrimônio Cultural do Município de Londrina.

**Art. 21.** Cabe ao proprietário do bem tombado, em conjunto com o setor público e/ou instituições privadas, a sua conservação.

**Art. 22.** O bem em processo de tombamento não poderá ser modificado.

**Art. 23.** O bem tombado somente poderá ser modificado mediante novo processo a ser encaminhado ao COMPAC.

**Art. 24.** O bem tombado ou em processo de tombamento não poderá ser alienado ou transferido sem a notificação ao adquirente e à Secretaria Municipal de Cultura.

**Parágrafo único.** No caso de venda do imóvel em pré-tombamento ou tombado, o Município poderá exercer o direito de preempção ou prioridade na aquisição do imóvel, em conformidade com o Estatuto da Cidade e Lei Geral do Plano Diretor vigente.

**Art. 25.** A restauração ou alteração, inclusive a colocação de propagandas ou mobiliário urbano em bens tombados somente poderão ser feitas em cumprimento aos parâmetros estabelecidos no parecer do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, cabendo à Secretaria Municipal de Cultura a orientação e acompanhamento da execução.

**Art. 26.** Cabe à Secretaria Municipal de Cultura solicitar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação do bem tombado ou em tombamento.

**Art. 27.** No entorno do bem tombado é vedado fazer construções e demolições que coloquem em risco a sua integridade e/ou que impeçam ou reduzam sua visibilidade.

**Parágrafo único.** As intervenções descritas no caput deste artigo, propostas no entorno dos bens tombados, somente serão autorizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, mediante a apresentação de estudo de impacto de vizinhança.

**Art. 28.** O processo de Tombamento obedecerá às seguintes fases distintas:

**I** - Pedido de Tombamento;

**II** - Notificação ao proprietário do Tombamento provisório;

**III** - Instrução para eventual impugnação;

**IV** - Deliberação pela Secretaria Municipal de Cultura instruída de parecer técnico;

**V** - Encaminhamento ao COMPAC – Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, para parecer;

**VI** - Encaminhamento à Secretaria Municipal de Cultura, para decisão final;

**VII** - Registro no Livro do Tombo Municipal;

**VIII** - Notificação ao proprietário do tombamento definitivo; e

**IX** - Publicação no Jornal Oficial do Município.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Cultura possuirá Livro do Tombo Municipal, no qual serão registrados os bens culturais tombados pelo Município.

**Art. 29.** O tombamento dos bens de propriedade particular será, por iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

**§ 1º** No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata o caput deste artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta dias), sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

**§ 2º** O deslocamento, traslado ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverão ser comunicados ao COMPAC, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado, sob pena de multa.

**§ 3º** A transferência deve ser comunicada pelo adquirente e a deslocação pelo proprietário à Secretaria Municipal de Cultura, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

**Art. 30.** Instaurado o processo de Tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regime de preservação de bens tombados, até a decisão final.

## **CAPÍTULO V**

### **INCENTIVOS E BENEFÍCIOS**

**Art. 31.** Os proprietários de bens tombados ou listados terão direito a pleitear os seguintes benefícios e incentivos à preservação:

**I** - Direito a pleitear isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), mediante a apresentação de documentos contábeis comprobatórios da utilização de recursos correspondentes ao imposto devido em obras ou ações destinadas à conservação do imóvel;

**II** - Transferência de Potencial Construtivo conforme o Estatuto da Cidade;

**III** - Divulgação e premiação de boas iniciativas; e

**IV** - Concorrer, através de inscrição de projeto ao PROMIC - Programa Municipal de Incentivo à Cultura, na área de Patrimônio Cultural, em conformidade com os tetos financeiros estabelecidos pelo edital anual do referido Programa.

**Parágrafo único.** O Proprietário do Bem Tombado poderá pedir ressarcimento pelas perdas e prejuízos causados pelo tombamento.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32.** Quando constatada a mutilação do bem, em fase de pré-tombamento ou tombado, deverá haver reconstituição de suas características originais, segundo orientação da Secretaria Municipal de Cultura.

**Art. 33.** Na hipótese de destruição ou mutilação irreversível do bem em fase de pré-tombamento ou tombado, que impossibilite a sua restauração, será realizado procedimento de apuração de responsabilidades junto à Secretaria Municipal de Cultura para determinação de penalidades.

**Art. 34.** Os recursos originários da imposição de eventuais penalidades serão depositados no Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina - FMP.

**Art. 35.** Os pedidos de Alvarás de Demolição e de Aprovação de Projeto devem ser submetidos à análise preliminar pela Secretaria Municipal de Cultura, sempre que se tratar de edificação situada na área de abrangência da aerofoto de 1949 e no *Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Londrina*, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, ambos depositados no arquivo do cadastro da Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 36.** Para a consecução e cumprimento do disposto nesta lei a Secretaria Municipal de Cultura fará uso de suas competências e atribuições conferidas e especificadas no artigo 19 da Lei nº 8.834/2002 e alterações existentes, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina.

**Art. 37.** A não observância das disposições desta lei incorrerá na aplicação de multa, nos termos do Código Tributário Municipal.

**Parágrafo único.** As penalidades e sanções previstas nesta lei não isentam a aplicação de outras penalidades e sanções legais.

**Art. 38.** A Secretaria Municipal de Cultura deverá contar com quadro de servidores públicos com formação técnica, com formação superior em áreas afins, além de pessoal administrativo necessário à consecução dos objetivos propostos por esta lei.

**Art. 39.** O Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de sessenta dias a contar de sua vigência.

**Art. 40.** Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de abril de 2011.

**Homero Barbosa Neto**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**

**Marco Antonio Cito**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO**

**Leonardo José Costa Vitor Ramos**  
**SECRETÁRIO DE CULTURA**

Ref.

**Projeto de Lei nº 76/2010**

Autoria: **Executivo Municipal.**

*Aprovado com as Emendas nºs. 1 e 2.*



## **LEI Nº 11.381, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Súmula:** Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Londrina.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO  
PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL,  
SANCIONO A SEGUINTE**

**L E I :**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Código de Obras e Edificações do Município de Londrina, o qual estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

**Parágrafo único.** Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com este Código, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo e Preservação do Patrimônio Cultural, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, em conformidade com o § 1º do art. 182 da Constituição Federal.

**Art. 2º** As obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma, restauração, movimento de terra, como cortes, escavações e aterros, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão da licença pelo órgão competente do Município.

**Art. 3º** Nas edificações existentes que estiverem em desacordo com as disposições deste Código não serão permitidas obras de reconstrução parcial ou total, ampliação e reformas, exceto os serviços de pintura, troca de esquadrias, telhado, revestimentos de pisos e paredes, troca de instalações elétricas, hidráulicas, telefone, prevenção de incêndio e intervenções aprovadas pelos órgãos de preservação do Patrimônio Cultural em edificações de interesse cultural, desde que não impliquem em alterações estruturais.

**Art. 4º** As obras realizadas no Município, de iniciativa pública ou privada, deverão estar de acordo com as exigências contidas neste Código e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

**Art. 5º** Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e as áreas privativas das edificações de caráter multifamiliar deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais.

**Parágrafo único.** A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais, os logradouros públicos e as edificações deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo à NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

**Art. 6º** Para construção ou reforma de edificações e ou instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida licença prévia dos órgãos ambientais estadual e municipal, quando da aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

**Parágrafo único.** Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído, as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação e acústica das edificações, dos edifícios e logradouros do setor histórico e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano.

**Art. 7º** Para efeito do presente Código são adotadas as definições abaixo:

- **I - afastamento:** distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação, não consideradas a projeção dos beirais e as divisas da data, podendo ser afastamento lateral ou de fundos;
- **II - alinhamento:** linha legal divisória limitando os lotes, chácaras ou datas;
- **III - alpendre:** área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por coluna, pilares ou consolos;
- **IV - altura da edificação:** distância vertical da parede mais alta da edificação, medida no ponto onde ela se situa (frente, lateral e fundo), em relação ao nível do meiofio neste ponto;
- **V - alvará de construção:** documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;
- **VI - ampliação:** alteração no sentido de tornar maior a construção, vertical ou horizontalmente;
- **VII - andaime:** obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução de obras;
- **VIII - antessala:** compartimento que antecede uma sala, sala de espera;
- **IX - apartamento:** unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar de hotelaria ou assemelhada (flats, apart-hotel, etc.);
- **X - área construída coberta:** área da superfície correspondente à projeção horizontal das áreas cobertas de cada pavimento;
- **XI - área construída descoberta:** área da superfície correspondente à construção que não disponha de cobertura, mas que implique em impermeabilização do solo, tais como: piscina e pisos utilizáveis;
- **XII - área de projeção:** área da superfície correspondente à maior projeção horizontal da edificação no plano do perfil do terreno;
- **XIII - área útil:** superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes;
- **XIV - área de uso exclusivo residencial:** área na edificação, de uso privativo, sendo esse valor computável para cálculo de vagas de estacionamento, áreas de lazer e coeficiente de aproveitamento em edificações residenciais multifamiliares;
- **XV - área de uso exclusivo comercial, industrial e prestador de serviço:** área total da edificação, excluindo a área de estacionamento, sendo esse valor computável para cálculo de vagas de estacionamento, carga e descarga e coeficiente de aproveitamento;
- **XVI - ático/sótão:** compartimento com pé direito mínimo de 2,00m situado entre o telhado e a última laje de uma edificação, ocupando área igual ou inferior a 1/3 da área do pavimento imediatamente inferior;

- **XVII - átrio:** pátio interno de acesso a uma edificação;
- **XVIII - balanço:** avanço da edificação acima do pavimento térreo sobre o recuo;
- **XIX - baldrame:** viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o piso;
- **XX - barracão:** construção coberta, sem laje, com pé-direito mínimo de 4,00m, com fechamento em todas as faces;
- **XXI - beiral:** prolongamento do telhado, além da prumada das paredes, até largura de 1,00m;
- **XXII - brise:** conjunto de chapas de material fosco que se põe nas fachadas expostas ao sol, para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes, sem prejudicar a ventilação e a iluminação;
- **XXIII - caixa de escada:** espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento;
- **XXIV - caixilho:** parte de uma esquadria onde se fixam os vidros;
- **XXV - calçada:** parte da via reservada ao trânsito de pedestre e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros afins;
- **XXVI - certificado de vistoria de conclusão de obra (Habite-se):** documento expedido pelo Município, atestando a verificação da regularidade da obra, quando da sua conclusão, que autoriza a ocupação ou uso de uma edificação;
- **XXVII - círculo inscrito:** é o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento;
- **XXVIII - compartimento:** cada uma das divisões de uma edificação;
- **XXIX - construção:** realização de qualquer edificação desde seu início até sua conclusão;
- **XXX – contraventado:** é um elemento de estabilização de estruturas que funciona a tração e geralmente é colocado na diagonal de uma estrutura retangular;
- **XXXI - corrimão:** peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada e que serve de resguardo ou apoio para a mão de quem sobe e desce;
- **XXXII - data:** unidade imobiliária destinada à edificação resultante de loteamento, desmembramento, remembramento e subdivisão, com pelo menos uma divisa lindeira à via pública;
- **XXXIII - declividade:** relação entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;
- **XXXIV - demolição:** deitar abaixo, deitar por terra qualquer edificação, muro ou instalação;
- **XXXV - dependências de uso comum:** áreas da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas de moradia, comércio, serviços e indústrias;
- **XXXVI - dependências de uso privativo:** conjunto de áreas de uma unidade de moradia, comércio, serviços e indústrias cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito;
- **XXXVII - edícula:** denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal, destinada à prática de serviços complementares da residência;

- **XXXVIII - embargo:** ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;
- **XXXIX - escala:** relação entre as dimensões do desenho e do que ele representa;
- **XL - fachada, elevação ou vista:** face externa da edificação;
- **XLI - fundação:** parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre os terrenos;
- **XLII - galpão:** construção coberta, com pé-direito mínimo de 4,00m, sem fechamento por meio de paredes;
- **XLIII – greide:** é a linha que une dois a dois um certo número de pontos dados em um perfil;
- **XLIV - guarda-corpo ou peitoril:** elemento construtivo de proteção contra quedas, delimitando as faces laterais abertas de escadas, rampas, patamares, terraços, balcões e mezaninos;
- **XLV - habitação multifamiliar:** edificação contendo unidades residenciais autônomas utilizadas para moradia;
- **XLVI - habitação coletiva:** alojamento, asilos, pensionatos e seminários;
- **XLVII - hachura:** rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom;
- **XLVIII - hall ou saguão:** compartimento de entrada de uma edificação, servindo de ligação a outros compartimentos;
- **XLIX - infração:** violação da lei;
- **L - jirau:** estrutura independente construída de materiais de fácil remoção com ocupação de, no máximo, 50% da área do compartimento do qual faz parte, limitados a 30,00m<sup>2</sup> e que não será computada como área construída;
- **LI - copa ou kit:** pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada compartimento nas edificações comerciais;
- LII - licenciamento:** ato administrativo que concede licença e prazo para início de uma obra, mediante expedição do Alvará de Construção, Reforma ou Demolição;
- LIII - logradouro público:** toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população;
- **LIV - materiais incombustíveis:** consideram-se, para efeito desta lei concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- **LV - marquise:** cobertura em balanço localizada na fachada frontal da edificação;
- **LVI - meiofio:** peça de pedra ou de concreto que separa em desnível a calçada da faixa de rolamento;
- **LVII - mezanino:** piso intermediário entre o piso e o teto de um compartimento, subdividindo-o parcialmente e com área de até 50% da área inferior e computada como área construída;
- **LVIII - nível do terreno:** nível médio no alinhamento;
- **LIX - parapeito:** proteção de madeira, metal ou alvenaria de pequena altura colocada nas bordas das sacadas, terraços e pontes;
- **LX - parede-cega/escura:** parede sem abertura;

- **LXI - passeio:** parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres;
- **LXII - patamar:** superfície intermediária entre dois lances de escada ou rampa;
- **LXIII - pavimento:** conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, ou com uma diferença de nível não superior a 1,50m;
- **LXIV - pavimento térreo:** pavimento cujo piso do acesso principal de pedestres está compreendido até a cota de 1,20m acima ou abaixo, em relação ao nível do meiofio; para terrenos inclinados, considera-se nível do meiofio, a média aritmética dos níveis do meiofio junto às divisas;
- **LXV - pavimento em pilotis:** conjunto de colunas de sustentação do prédio que deixa livre o pavimento, o qual deverá estar predominantemente aberto em seu perímetro;
- **LXVI - pé-direito:** distância vertical medida entre o piso acabado e a parte inferior do teto ou forro de um compartimento;
- **LXVII - pérgula:** construção destinada ou não a suportar vegetação, com elementos horizontais ou inclinados superiores, distanciados, sem constituir cobertura;
- **LXVIII - pilar:** é a estrutura vertical usada para suportar a distribuição de carga das vigas;
- **LXIX - playground:** local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica;
- **LXX- porão:** parte de uma edificação que fica entre o solo e o piso do pavimento térreo, desde que ocupe uma área igual ou inferior a 1/5 da área do pavimento térreo com pé direito inferior a 2,00m; não será área computável no cálculo do coeficiente de aproveitamento e da área construída;
- **LXXI - profundidade de um compartimento:** distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta;
- **LXXII - reconstrução:** obra destinada à recuperação de parte ou todo de uma edificação mantendo-se as características primitivas;
- **LXXIII - recuo:** faixa de terra localizada entre o alinhamento e a edificação;
- **LXXIV - reforma:** obra que altera a edificação no que se refere à área construída, estrutura, compartimentos ou volumetria;
- **LXXV - restauro ou restauração:** recuperação de edificação tombada ou preservada de modo a restituir ou manter as suas características originais;
- **LXXVI - salão comercial/industrial:** construção coberta, com laje, com pé-direito mínimo de 3,00m (três metros), com fechamento em todas as faces;
- **LXXVII - sarjeta:** escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva;
- **LXXVIII - subsolo:** pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo;
- **LXXIX - tapume:** vedação provisória usada durante a construção;
- **LXXX - taxa de permeabilidade:** percentual da área da data que deverá permanecer permeável;
- **LXXXI - terraço:** espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um de seus pavimentos constituindo piso acessível e utilizável; não poderá avançar sobre os recuos e afastamentos mínimos;

- **LXXXII - testada:** linha que separa a via pública de circulação da propriedade particular;
- **LXXXIII - toldo:** elemento de proteção constituindo cobertura de material leve e facilmente removível e somente poderá avançar até 1,20m no recuo;
- **LXXXIV - unidade autônoma:** unidade imobiliária destinada ao uso privativo que compõe um condomínio;
- **LXXXV - varanda, sacada ou balcão:** espaço aberto e coberto ou descoberto ao nível dos pavimentos de uma edificação;
- **LXXXVI - via pública de circulação:** área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas;
- **LXXXVII - vistoria:** diligência efetuada pela prefeitura através de funcionários habilitados com a finalidade de verificar as condições de regularidade e segurança de uma construção ou obra;
- **LXXXVIII - verga:** é a estrutura colocada sobre vãos ou é o espaço compreendido entre vãos e o teto; e
- **LXXXIX - viga:** é a estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

### SEÇÃO I DO MUNICÍPIO

**Art. 8º** Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura e de urbanismo, observadas as disposições deste Código bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

**Parágrafo único.** Além da legislação municipal, cabe ao Município, observar normas e leis de outras esferas tais como o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo, o Plano de Zoneamento de Ruído e da Área de Segurança Aeroportuária (ASA).

**Art. 9º** O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

**§ 1º** Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de segurança e salubridade das obras e edificações.

**§ 2º** Os profissionais habilitados e fiscais do Município terão ingresso a todas as obras em execução, mediante a apresentação de prova de identidade, no exercício da função.

**Art. 10.** Em qualquer período da execução da obra o órgão competente do Município poderá exigir que lhe sejam apresentados projetos, cálculos e demais detalhes que julgar necessários.

**Art. 11.** O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes, inclusive através da rede mundial de computadores – Internet, a todas as informações contidas na legislação municipal pertinente à aprovação e execução de obras bem como o uso permitido.

**Parágrafo único.** A identificação do munícipe, quando necessária, será feita eletronicamente por certificado digital, em caso de acesso via internet.

## **SEÇÃO II**

### **DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR**

**Art. 12.** O proprietário ou o possuidor do imóvel responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do Município, em reconhecimento do direito de propriedade.

§ 1º Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica detentora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

§ 2º Considera-se possuidor a pessoa física ou jurídica bem como seu sucessor a qualquer título que tenha de fato o exercício pleno ou não de usar o imóvel objeto da obra.

§ 3º Para efeito desse Código o possuidor a justo título, independentemente de sua transcrição junto ao registro de imóveis, equipara-se ao proprietário, quando se tratar do licenciamento de obras ou serviços.

**Art. 13.** O proprietário do imóvel, seu sucessor a qualquer título, ou o possuidor é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel bem como pela observância das disposições deste Código e das leis municipais pertinentes.

## **SEÇÃO III**

### **DO PROFISSIONAL**

**Art. 14.** O autor do projeto assume, perante o Município e terceiros, que seu projeto seguirá todas as condições previstas neste Código.

**Art. 15.** O responsável técnico pela obra assume, perante o Município e terceiros, que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com este Código.

**Art. 16.** Para efeito deste Código somente profissionais habilitados devidamente inscritos na Prefeitura poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

**Art. 17.** Só poderão ser inscritos na Prefeitura os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

**Art. 18.** O profissional habilitado poderá atuar, individual ou solidariamente, como autor ou como executante da obra, assumindo sua responsabilidade no momento do protocolo do pedido de licença com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta lei será considerado:

**I** – autor do projeto: profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho; e

**II** – responsável técnico pela execução da obra: profissional habilitado responsável pela obra que, desde seu início até sua total conclusão, responde por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto licenciado pelo Município e observância às normas da ABNT.

**Art. 19.** São obrigatórias a substituição ou transferência da responsabilidade profissional em caso de impedimento do técnico atuante e facultativas nos demais casos.

§ 1º Quando a baixa e assunção ocorrerem em épocas distintas, a obra deverá permanecer paralisada até que seja comunicada a assunção da nova responsabilidade.

§ 2º A Prefeitura se exime do reconhecimento de direitos autorais ou pessoais decorrentes da aceitação de transferência de responsabilidade técnica ou de solicitação de alteração ou substituição de projeto.

§ 3º O proprietário deverá apresentar, no prazo de 7 dias úteis, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município comunicação a respeito, juntamente com a nova ART de substituição, sob pena de não se poder prosseguir a execução da obra.

§ 4º Facultativamente, os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume poderão fazer uma só comunicação, a qual deverá conter a assinatura de ambos e do proprietário.

§ 5º O documento que comunica o afastamento deverá conter a descrição detalhada do estágio da obra até o momento em que houver a transferência de responsabilidade técnica.

§ 6º A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada no Alvará de Construção.

**Art. 20.** É obrigação do proprietário da obra a colocação da placa nos termos estabelecidos na Seção IV do Capítulo IV deste Código.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS**

**Art. 21.** O Município de Londrina fornecerá dados ou consentirá com a execução e implantação de obras e serviços através da emissão de:

- **I** - Guia de Viabilidade Técnica;
- **II** – Consulta prévia de projetos;
- **III** – Comunicação;
- **IV** – Alvará de autorização;
- **V** – Alvará de execução;
- **VI** – Certificado de vistoria de conclusão parcial de obra; e
- VII** – Certificado de vistoria de conclusão de obra.

#### **SEÇÃO I**

##### **DA GUIA DE VIABILIDADE TÉCNICA**

**Art. 22.** Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, o Município emitirá guia de viabilidade técnica do imóvel da qual constarão informações relativas ao uso e ocupação do solo, a incidência de melhoramentos urbanísticos e demais dados cadastrais disponíveis.

§ 1º Ao requerente caberá indicar:



**I** - nome e endereço do proprietário;

**II** - endereço da obra, contendo data, quadra e bairro/loteamento;

**III** - Inscrição imobiliária; e

**IV**- destinação da obra detalhando a finalidade do empreendimento.

§ 2º Ao Município cabe a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre a data, contendo informações sobre zoneamento, usos permitidos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, taxa de permeabilidade, altura máxima da edificação, recuos e afastamentos mínimos, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo bem como indicação de quais órgãos deverão ser consultados, de acordo com a natureza do empreendimento.

§ 3º A emissão da guia de viabilidade técnica de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

## **SEÇÃO II**

### **DA CONSULTA PRÉVIA DE PROJETO**

**Art. 23.** Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, o Município poderá analisar o projeto arquitetônico, em etapa anterior ao seu desenvolvimento total e ao pedido de aprovação.

§ 1º As peças gráficas do pedido, devidamente avalizadas por profissional habilitado, deverão conter todos os elementos que possibilitem a análise do projeto, implantação, plantas, cortes, elevações e levantamento planialtimétrico cadastral.

§ 2º A aceitação da consulta prévia de projeto terá validade de 180 dias a contar da data da publicação do despacho de sua emissão, garantindo ao requerente o direito de solicitar aprovação, conforme a legislação vigente à época do protocolamento do pedido de consulta prévia, caso ocorra, nesse período, alteração na legislação pertinente.

§ 3º A análise do projeto arquitetônico de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias.

## **SEÇÃO III**

### **DA COMUNICAÇÃO**

**Art. 24.** Em razão da natureza do serviço, das obras a serem executadas ou ocorrências a serem notificadas, dependerão, obrigatoriamente, de Comunicação prévia ao Município:

**I** – a execução de reparos externos em fachadas situadas no alinhamento;

**II** – o início de serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada;

**III** – a transferência, substituição, baixa e assunção de responsabilidade profissional;

**IV** – a paralisação de obra.

§ 1º A comunicação será apresentada em requerimento padronizado, assinada por profissional habilitado, quando a natureza do serviço ou obra assim o exigir e instruída com peças gráficas, descritivas ou outras julgadas necessárias à sua aceitação.

§ 2º A comunicação terá eficácia a partir da aceitação, cessando imediatamente sua validade se:

**I** - constatado desvirtuamento do objeto da comunicação, adotando-se, então, as medidas fiscais cabíveis;

**II** - não iniciados os serviços, objeto da comunicação, 90 dias após a aceitação.

**§ 3º** É facultada a transmissão da comunicação e dos documentos que lhe forem anexos, através da rede mundial de computadores – internet, pelo profissional habilitado portador de certificado digital ou outro meio legalmente previsto de identificação eletrônica segura.

#### **SEÇÃO IV DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO**

**Art. 25.** Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, o Município concederá, a título precário, Alvará de Autorização, o qual poderá ser cancelado a qualquer tempo, quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando o Município não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.

**§ 1º** Dependerão obrigatoriamente de Alvará de Autorização:

**I** – implantação e utilização de edificação transitória ou equipamento transitório, em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

**II** – implantação ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;

**III** - implantação ou utilização de estandes de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

**IV** – avanço de tapume sobre parte do passeio público;

**V** – utilização temporária de edificação licenciada para uso diverso do pretendido;

**VI** – movimento de terra; e

**VII** - rebaixamento de meiofio.

**§ 2º** O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças descritivas e gráficas e devidamente avalizado por profissional habilitado, quando a natureza da obra ou serviço assim o exigir.

**§ 3º** Será permitido o avanço do tapume no máximo em 1/3 da largura da calçada e pelo prazo determinado de 30 dias, podendo este ser renovado por igual período, desde que não se constate prejuízo para o fluxo de pedestre.

#### **SEÇÃO V DA APROVAÇÃO DO PROJETO DEFINITIVO**

**Art. 26.** Mediante processo administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, o Município procederá à aprovação de projetos de:

**I** – movimento de terra acima de 0,25m<sup>3</sup> por m<sup>2</sup>;

**II** – muro de arrimo acima de 1,80m;

**III** – construção de edificação nova;

**IV** – reforma (que implique mudança de uso ou dimensões internas - layout);

**V** – ampliação;

**VI** – obras de qualquer natureza em imóvel de valor cultural e sítios históricos; e

**VII** – obra de construção e instalação de antenas de telecomunicações.

**Parágrafo único.** A aprovação poderá abranger mais de um dos tipos de projetos elencados nos incisos deste artigo.

**Art. 27.** O requerente apresentará o projeto para aprovação composto e acompanhado de:

do imóvel;

**I** - planta de situação na escala 1:200, 1:250, 1:500 ou 1:1000, de acordo com a dimensão

no mínimo;

**II** - planta baixa de cada pavimento não repetido na escala 1:100 ou adequada, contendo

**1** - área total do pavimento;

**2** - as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;

**3** - dimensões dos vãos de iluminação e ventilação;

**4** - a finalidade de cada compartimento;

**5** - especificação dos materiais de revestimento utilizados;

**6** - indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra; e

**7** - os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais.

**III** - cortes transversais e longitudinais na escala da planta baixa, com indicação de:

**1** - pés direitos;

**2** - altura das janelas e peitoris;

**3** - perfis do telhado; e

**4** - materiais.

**IV** - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala 1:100 ou 1:200 ou adequada;

**V** - planta de locação na escala 1:100 ou 1:200 (ou adequada) contendo:

**1** - projeto da edificação ou das edificações dentro da data, indicando rios, canais e outros elementos constantes no terreno;

**2** - demarcação planialtimétrica da data na quadra a que pertence;

**3** - as dimensões das divisas da data e os afastamentos da edificação em relação às divisas;

**4** - orientação da data em relação ao Norte;

**5** - indicação da data a ser construída, das datas confrontantes e da distância da data à esquina mais próxima;

**6** - perfil longitudinal da data, tomando-se como referência de nível (R.N) o nível do eixo do terreno em relação à calçada;

**7** - perfil transversal da data, tomando-se como referência de nível (R.N) o nível do eixo do terreno em relação às divisas laterais;

**8** - solução de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;

**9** - posição do meiofio, largura da calçada, postes, tirantes, árvores, hidrantes e bocas de lobo e outros obstáculos;

**10** - localização das árvores existentes na data; e

**11** - indicação dos acessos.

**VI** - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

**VII** - elevação do gradil ou muro de fechamento;

**VIII** - projetos complementares, quando for o caso; e

**IX** - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de projeto arquitetônico.

§ 1º A Prefeitura poderá exigir, caso julgue necessário, a apresentação dos cálculos estruturais dos diversos elementos construtivos e do movimento de terra, assim como desenhos dos respectivos detalhes.

§ 2º Nos casos de projetos para construção de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas com anuência prévia do órgão competente da Prefeitura.

§ 3º O projeto definitivo deverá ser apresentado, no mínimo, em 3 vias impressas e 1 (uma) via em arquivo digital; uma das vias impressas e uma em arquivo digital serão arquivadas no órgão competente da Prefeitura e as outras vias impressas serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas o carimbo “APROVADO” com o número da aprovação, o nome e assinatura do funcionário responsável.

§ 4º A concessão do alvará de licença para construção de imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à licença da Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA.

§ 5º Os projetos de edificação comercial com área total acima de 100m² e de edificações residenciais acima de duas unidades deverão ser apresentados com a consulta prévia de prevenção de incêndios emitida pelo Corpo de Bombeiros.

§ 6º A aprovação do projeto terá o prazo de validade de 2 anos, podendo ser revalidado a qualquer tempo, desde que esteja na vigência da lei da data de aprovação.

§ 7º Decorrido o prazo de 2 anos e não havendo a revalidação a aprovação será automaticamente cancelada.

§ 8º A aprovação do projeto, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

**I** - revogada, atendendo a relevante interesse público;

**II** - cassada, juntamente com o Alvará de Execução, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida; e

**III** - anulada, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

§ 9º Ficam mantidos os alvarás de construção e de licença expedidos em conformidade com a legislação anterior e aqueles cujos requerimentos tenham sido protocolados até a data de publicação desta lei.

## **SEÇÃO VI**

### **DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO**

**Art. 28.** Os projetos de arquitetura, para efeito de aprovação e outorga de licença para construção, somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com a NBR 6492.

§ 1º As folhas do projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos e ao seguinte:

**I** - no caso de vários desenhos de um projeto, que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente;

**II** - deverá ser reservado espaço para a declaração: “Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte do Município, do direito de propriedade ou de posse da data”; e

**III** - espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 2º Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com as seguintes convenções:

**I** - cor preta ou colorido normal de plotagem - partes a conservar;

**II** - cor vermelha - partes a construir; e

**III** - cor amarela - partes a demolir.

§ 3º São facultadas a transmissão e tramitação dos projetos de arquitetura, através da rede mundial de computadores – internet no caso de todas as pessoas referidas no art. 29 desta lei, portadoras de certificado digital ou outro meio legalmente previsto de identificação eletrônica segura, não se dispensando a presença do interessado e de cópias dos documentos sempre que a análise administrativa o exigir.

**Art. 29.** Todas as vias de peças gráficas e de memorial descritivo deverão trazer campo para as seguintes assinaturas:

- I** - do proprietário ou possuidor do imóvel onde vai ser feita a edificação;
- II** - do responsável técnico pela autoria do projeto;
- III** - do responsável técnico pela execução da obra, quando a aprovação do projeto for pedida conjuntamente com a solicitação do alvará de licença, para execução da obra; e
- IV** - do responsável técnico pela execução da obra.

**Art. 30.** Os requerimentos serão indeferidos quando os projetos não se apresentarem na forma estabelecida neste Código e demais regulamentos afins.

§ 1º No caso de os projetos apresentarem pequenas inexatidões ou equívocos sanáveis, será feito um comunicado para que o interessado faça as alterações ou correções, por meio de relatório devidamente assinado pelo responsável técnico.

§ 2º No comunicado de que trata o parágrafo anterior deverão ser definidas e esclarecidas, de forma clara e objetiva, as correções a serem feitas no projeto.

**Art. 31.** O órgão municipal competente proferirá despacho nos requerimentos no prazo máximo de 30 dias.

**Art. 32.** Os projetos relativos a imóveis constantes da Listagem de Bens Culturais, além das especificações citadas anteriormente, deverão obedecer às normas estabelecidas pela Lei de Preservação do Patrimônio Cultural.

## **SEÇÃO VII**

### **DO ALVARÁ DE EXECUÇÃO**

**Art. 33.** Dependirão obrigatoriamente de Alvará de Execução expedido pelo Município de Londrina as seguintes obras:

- **I** – obras de construção de qualquer natureza;
- **II** – obras de ampliação de edificação;
- **III** – obras de reforma de edificação que impliquem em demolição e/ou mudança de uso;
- **IV** – obras de qualquer natureza em Imóveis de Valor Cultural e Sítios Históricos;
- **V** – demolição de edificação de qualquer natureza;
- **VI** – obras de implantação, ampliação e reforma de redes de água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, gás canalizado, central de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, cerca energizada e congêneres, bem como para a implantação de equipamento complementar de cada rede, tais como armários, gabinetes, estações de regulação de pressão, transformadores e similares;

- **VII** – obras de pavimentação e obras de arte; e
- **VIII** – obras de construção/instalação de antenas de telecomunicações.

§ 1º O Alvará de Execução poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra, elencados nos incisos **do caput** deste artigo.

§ 2º Os pedidos de Alvará de Execução, excetuados aqueles para demolição, serão instruídos com:

**I** - ART do Responsável Técnico de Execução;

**II** - cópia do projeto aprovado; e

**III** - apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, aprovado pela SEMA.

§ 3º O alvará de execução poderá ser parcial ou subdividido em matrículas vinculadas.

**Art. 34.** Nenhuma demolição de edificação poderá ser efetuada sem licenciamento expedido pelo Município, após vistoria, através de Alvará de Execução de demolição.

§ 1º O requerente apresentará o projeto para aprovação da demolição instruído com os seguintes documentos:

**I** - certidão negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, original, e com menos de 30 dias da expedição pelo Cartório de Registro de Imóveis;

**II** - certidão negativa de débitos junto à Secretaria Municipal de Fazenda;

**III** - procuração, caso a demolição seja solicitada por terceiro; e

**IV** - termo de anuência e concordância assinado pelos proprietários e cônjuges, com firma reconhecida.

§ 2º Em se tratando de prédio com mais de 2 pavimentos será exigida a ART de Responsável Técnico pela execução da demolição.

§ 3º Qualquer edificação que esteja a juízo do órgão competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 dias do recebimento da notificação pelo proprietário ou possuidor.

§ 4º A licença para demolição será expedida juntamente com a licença para construção, quando for o caso.

§ 5º A destinação dos resíduos provenientes das demolições deverão estar de acordo com o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

§ 6º Pedidos de demolição de edificações situadas na área de abrangência da aerofoto de 1949 e no Levantamento Aerofotogramétrico da cidade de Londrina, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, deverão ser submetidos à análise e parecer do órgão municipal de patrimônio cultural, em conformidade com a Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

**Art. 35.** Estão isentas de Alvará de Execução as seguintes obras:

**I** - limpeza ou pintura interna e externa de edifícios que não exijam a instalação de tapumes;

**II** – reparo nas calçadas dos logradouros públicos em geral, respeitando as normas estabelecidas para tanto;

**III** - construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;

**IV** - reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e

que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções; e

V – serviços em edificações em situação de risco iminente.

**Parágrafo único.** As edificações provisórias para guarda e depósito, em obras já licenciadas, deverão ser removidas ao término da obra principal.

**Art. 36.** As obras a serem executadas pelos concessionários de serviços públicos ou de utilidade pública dependem de autorização obtida nos termos dos respectivos contratos.

**Art. 37.** No alvará de licença emitido pela Prefeitura, constará:

- I – a indicação do nome do proprietário;
- II – a localização da obra;
- III – a finalidade e uso da obra; e
- IV – o nome do Responsável Técnico pela execução com o número e registro no

CREA.

•

**Art. 38.** No ato da aprovação do projeto poderá ser outorgado o alvará de execução, que terá o prazo de validade de 2 (dois) anos para o início da obra, podendo ser revalidado a qualquer tempo, desde que esteja na vigência da lei da data de aprovação.

§ 1º Quando se tratar de obra paralisada por mais de 12 meses, o alvará deverá ser revalidado para a retomada das obras.

§ 2º Para efeito do presente artigo, uma obra será considerada iniciada quando suas fundações e baldrame estiverem concluídos.

§ 3º Decorrido o prazo definido no caput sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado o alvará bem como a aprovação do projeto.

§ 4º Em caso de paralisação da obra o proprietário ou o responsável técnico deverá comunicar o Município.

§ 5º O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade, através de cronogramas devidamente avaliados pelo órgão municipal competente.

**Art. 39.** É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura, após sua aprovação.

§ 1º As alterações de projeto a serem efetuadas após o licenciamento da obra devem ser requeridas e aprovadas previamente, exceto aquelas que não impliquem em aumento de área e não alterem a forma externa e o uso da edificação, devendo nestes casos ser apresentada ao órgão competente, previamente à execução, uma planta elucidativa das modificações propostas.

§ 2º Quaisquer alterações efetuadas deverão ser aprovadas anteriormente ao pedido de vistoria de conclusão de obras.

## **SEÇÃO VIII**

### **DAS OBRAS PÚBLICAS**

**Art. 40.** As obras públicas executadas pelo Município, pelo Estado e pela União também ficam sujeitas à obediência das determinações do presente Código e demais legislações municipais pertinentes.

**Parágrafo único.** Entendem-se por obras públicas:

- **I** - a construção de edifícios públicos;
- **II** - obras de qualquer natureza executada pelo Governo da União, do Estado ou do Município; e
- **III** - obras a serem executadas por instituições oficiais ou paraestatais, quando para sua sede própria.
- 

**Art. 41.** O processamento do pedido de licenciamento para obras públicas terá prioridade sobre quaisquer outros pedidos de licenciamento.

## **SEÇÃO IX**

### **DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA - CVCO**

**Art. 42.** Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade.

§ 1º É considerada, em condições de habitabilidade a edificação que:

- I** - garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- II** - possuir todas as instalações previstas em projeto, funcionando a contento;
- III** - for capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- IV** - não estiver em desacordo com as disposições deste Código e demais legislações aplicáveis;
- V** - atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico; e
- VI** - tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.

§ 2º O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO poderá ser parcial, desde que a parte concluída respeite o parágrafo acima.

**Art. 43.** Concluída a obra, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar à Prefeitura o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO da edificação, através de requerimento assinado pelo responsável técnico, acompanhado de uma via do projeto arquitetônico aprovado e ARTs dos projetos complementares conforme o Ato Normativo nº 02, do CREA- PR, de 25 de agosto de 2006, e observância das seguintes exigências:

- I** - edificação comercial, mista ou de prestação de serviços, acima de 100,00m²: laudo de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- II** - edifícios residenciais ou comerciais: laudo de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, carta de aprovação e liberação das ligações das instalações prediais e energia elétrica;
- III** - comprovante de recolhimento da taxa de ISS/Habite-se, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 44.** Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o proprietário será notificado, de acordo com as disposições deste Código e obrigado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.



**Art. 45.** A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do seu requerimento, e o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra – CVCO, concedido ou recusado dentro 15 dias, após a vistoria.

## **SEÇÃO X**

### **CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO PARCIAL DE OBRAS**

**Art. 46.** Poderá ser concedido, a juízo do órgão competente, Certificado de Vistoria de Conclusão Parcial, nos seguintes casos:

**I** – quando se tratar de edifício composto de parte comercial e parte residencial, com a possibilidade de utilização independentemente da outra e sem conflito na conclusão da obra;

**II** – quando se tratar de apartamentos, caso em que poderá, a juízo do órgão competente, ser concedido o certificado para cada pavimento que estiver completamente concluído, desde que o acesso não sofra interferência dos serviços até a conclusão total da obra;

**III** - programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de mutirão; e

**IV** – quando se tratar de 2 ou mais edificações construídas na mesma data e desde que o acesso não sofra interferência dos serviços até a conclusão total da obra.

**Parágrafo único.** Em todos os casos deverão ser atendidas as exigências deste Código e demais leis pertinentes, proporcionalmente à área liberada.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO CANTEIRO DE OBRAS**

**Art. 47.** A implantação do canteiro de obras, fora da data em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão municipal competente mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal pré-existente à instalação do canteiro de obras.

**Art. 48.** É proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização destes como canteiros de obras ou depósito de entulhos.

§ 1º A limpeza do logradouro público deverá ser permanentemente mantida pelo responsável da obra, enquanto esta durar e em toda a sua extensão.

§ 2º Quaisquer detritos caídos da obra, bem como resíduos de materiais que ficarem sobre qualquer parte do leito do logradouro público deverão ser imediatamente recolhidos, sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho atingido, além da irrigação para impedir o levantamento de pó.

§ 3º A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza o Município a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

§ 4º Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou dos terrenos, serão toleradas a descarga e permanência na via pública com mínimo prejuízo ao trânsito, devendo ser removidos até as 18h00min do mesmo dia.

§ 5º Após o prazo previsto no parágrafo anterior o responsável pela obra poderá optar pelo depósito de materiais em caçambas, nos moldes estabelecidos no Código de Posturas.

§ 6º No caso previsto no parágrafo 4º, os responsáveis pelos materiais deverão advertir os condutores de veículos e pedestres, através de sinalização provisória, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

§ 7º É facultada a denúncia de infração ao disposto no caput deste artigo ao órgão municipal competente pela respectiva fiscalização, através da rede mundial de computadores – Internet, por qualquer pessoa portadora de certificado digital ou outro meio legal de identificação eletrônica segura.

§ 8º A utilização da opção prevista no § 7º deste artigo afasta a necessidade de assinatura em documentos, dispensa o comparecimento ao órgão municipal fiscalizador pelo denunciante e dá a este o direito de obter eletronicamente informações sobre o procedimento administrativo de notificação e autuação da infração, se for o caso.

## **SEÇÃO II**

### **DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS**

**Art. 49.** Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas da data em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

**Art. 50.** No caso de escavações e aterros de caráter permanente, que modifiquem o perfil da data, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

**Parágrafo único.** As alterações no perfil da data deverão constar no projeto arquitetônico indicando as curvas de nível, conforme planta de loteamento aprovado.

**Art. 51.** As escavações, movimentos de terra, arrimo, drenagens e outros processos de preparação e de contenção do solo somente poderão ter início após a expedição da devida autorização do Município e órgãos ambientais nas seguintes situações:

- I** - movimentação de terra com mais de 0,25m<sup>3</sup> por m<sup>2</sup> da data;
- II** - movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos alagadiços; e
- III** - alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1000m<sup>2</sup>.

**Art. 52.** O requerimento para solicitar a autorização referida no art. 51 desta lei deverá ser protocolizado somente pelo proprietário do imóvel ou responsável técnico e acompanhado dos seguintes documentos:

- I** - certidão de registro do imóvel com prazo de validade não superior a 60 dias;
- II** - levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;
- III** - memorial descritivo informando:
  - a)** descrição da tipologia do solo;

- b) volume do corte e/ou aterro;
- c) volume do empréstimo ou retirada;
- d) medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;
- e) local para empréstimo ou bota-fora.

**IV** - projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção; e

**V** - Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) da obra.

**Parágrafo único.** As disposições deste artigo deverão ser igualmente aplicadas no caso de construção de subsolos.

**Art. 53.** Toda e qualquer obra executada no Município, obrigatoriamente, deverá possuir, em sua área interna, um sistema de contenção contra o arrastamento de terras e resíduos, com o objetivo de evitar que estes sejam carreados para galerias de água pluviais, córregos, rios e lagos, causando-lhes assoreamento e prejuízos ambientais.

§ 1º O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosão.

§ 2º Antes do início de escavações ou movimentos de terra deverá ser verificada a existência ou não de tubulações e demais instalações sob a calçada do logradouro que possam vir a ser comprometidas pelos trabalhos executados.

§ 3º As calçadas dos logradouros e as eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escoradas e protegidas.

§ 4º Durante a obra, enquanto houver possibilidade de carreamento de solo por águas pluviais, as bocas de lobo imediatamente à jusante da obra deverão ser protegidas no seu interior com manta geotêxtil ou similar, de forma a filtrar a água que escoar para dentro da galeria pluvial.

§ 5º Na situação do parágrafo anterior a manutenção das bocas de lobo que receberão proteção preventiva será de total responsabilidade do executor da obra.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS TAPUMES, ANDAIMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

**Art. 54.** Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção e na Seção II deste capítulo.

**Art. 55.** Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição, poderá ser executada no alinhamento predial, sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

§ 1º Os tapumes somente poderão ser colocados após a expedição do Alvará de Autorização.

§ 2º Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que 1/3 da largura da calçada, sendo que no mínimo 1,20m será mantido livre para o fluxo de pedestres, com no mínimo 2,00m de altura, devendo ser autorizados pelo órgão competente.

§ 3º O Município, através do órgão competente, poderá autorizar temporariamente a utilização do espaço aéreo da calçada desde que seja respeitado um pé direito mínimo de 2,50m, que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

**Art. 56.** Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

**Art. 57.** Durante a execução da obra será obrigatória a observação dos dispositivos estabelecidos na Norma de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - NR-18 do Ministério do Trabalho.

**Art. 58.** No caso de paralisação da obra por prazo superior a 4 meses, os tapumes e andaimes deverão ser retirados e providenciado o fechamento no limite da data e mantido em bom estado, com altura mínima de 2,00m.

**Art. 59.** Nos prédios em construção e a serem construídos com três ou mais pavimentos será obrigatória a colocação de andaimes de proteção, durante a execução da estrutura, alvenaria, pintura e revestimento externo, de acordo com a Norma de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - NR-18 do Ministério do Trabalho.

#### **SEÇÃO IV DA PLACA DE OBRA**

**Art. 60.** No local da obra, enquanto durar a execução, instalações e serviços de qualquer natureza, são obrigatórias a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo:

**I** – o nome do autor e/ou coautor do projeto, seu título profissional e o número de sua carteira expedida pelo CREA;

**II** – o nome do responsável técnico pela execução dos serviços, seu título profissional e o número de sua carteira expedida pelo CREA, ou seu respectivo visto;

**III** – o nome da empresa encarregada da execução da obra, com o número de seu registro no CREA; e

**IV** – os respectivos endereços.

#### **CAPÍTULO V DAS OBRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 61.** Todo serviço ou obra que exijam alteração de calçamento e meio fio ou escavação no leito de vias públicas deverá ser executado com o Alvará de Execução e às expensas do executor, obedecidas as condições a seguir elencadas:

**I** – colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas contendo comunicação visual alertando quanto às obras e à segurança;

• **II** – colocação de iluminação de advertência;

• **III** – manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

**IV** – manutenção dos materiais de abertura de valas ou de construção em recipiente estanque, de forma a evitar o espalhamento pela calçada ou pelo leito da rua;

**V** – remoção de todo material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

**VI** – responsabilidade pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

**VII** - recomposição do logradouro de acordo com as condições e utilização de materiais iguais ou similares aos originais após a conclusão dos serviços; e

**VIII** – apresentação da ART do responsável técnico perante o Município.

**Parágrafo único.** Após o devido licenciamento de que trata o artigo 2º desta lei, as obras e serviços executados pela União, Estado e suas entidades da administração indireta, bem como empresas por esses contratados também ficarão sujeitos às condições previstas neste artigo.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS COMPONENTES TÉCNICOS CONSTRUTIVOS DAS EDIFICAÇÕES**

**Art. 62.** A especificação dos materiais e processos construtivos será de responsabilidade do autor do projeto e/ou responsável técnico pela execução da obra, cuja especificação deverá constar em todas as peças gráficas que, por sua vez, serão submetidas à análise para aprovação.

### **SEÇÃO I**

#### **DOS ELEMENTOS TÉCNICO-CONSTRUTIVOS**

**Art. 63.** As características técnicas dos elementos construtivos nas edificações devem levar em consideração a qualidade dos materiais ou conjunto de materiais, a integração de seus componentes, suas condições de utilização, respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, quanto a:

- **I** – segurança ao fogo;
- **II** – conforto térmico;
- **III** – conforto acústico;
- **IV** – iluminação; e
- **V** – segurança estrutural.

•

**Art. 64.** As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites da data, não podendo, em hipótese alguma, avançar sob as calçadas ou imóveis vizinhos.

### **SEÇÃO II**

#### **DOS ACESSOS**

**Art. 65.** A manobra de abertura e fechamento de portões de acesso deverá ser desenvolvida a partir da testada da data, não avançando sobre a área da calçada.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto neste artigo em toda esquadria, na construção edificada no alinhamento predial.

### **SEÇÃO III**

#### **DAS COBERTURAS**

**Art. 66.** Além das demais disposições legais, deverá ser observado o que segue em relação às coberturas das edificações:

**I** – quando a edificação estiver junto à divisa deverá obrigatoriamente possuir platibanda;  
**II** – todas as edificações de beiral com caimento no sentido da divisa deverão possuir calha quando o afastamento desta até a divisa for inferior a 0,50m; e

**III** - não são considerados como área construída os beirais com balanço cuja projeção horizontal não ultrapasse 1,00m em relação ao seu perímetro, não podendo a distância do beiral até a divisa ser inferior a 0,50m.

**Art. 67.** A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá propiciar total separação entre as estruturas dos telhados.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS ESCADAS E RAMPAS**

**Art. 68.** As escadas de uso privativo ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

- I** - a largura mínima das escadas de uso coletivo será de 1,20m;  
**II** – as escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 0,80m;  
**III** - as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,10m;  
**IV** – as escadas em leque deverão atender às prescrições da norma brasileira específica;  
**V** - as escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de dois pavimentos, excetuando-se as localizadas em habitação unifamiliar;  
**VI** – as escadas deverão ter um patamar intermediário, de pelo menos 1,00m de profundidade, quando o desnível exigir mais que 19 degraus; e  
**VII** - os degraus das escadas deverão apresentar espelho (“e”) e piso (“p”), que satisfaçam à relação  $0,63m \leq 2e + p \leq 0,64m$ , admitindo-se a altura do espelho entre 0,16m e 0,18m.

**Art. 69.** As escadas de uso coletivo terão obrigatoriamente corrimão nos dois lados.

**Art. 70.** As rampas de uso coletivo poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento), para uso de veículos e, para uso de pedestres, deverá respeitar a NBR – 9050 da ABNT.

§ 1º Se a inclinação das rampas exceder a 6% o piso deverá ser executado ou revestido com material antiderrapante.

§ 2º As rampas de acesso para veículos deverão respeitar a inclinação máxima de 5%, quando ascendente à saída, e 10% (dez por cento), no sentido descendente à saída, quando localizadas no recuo frontal, podendo chegar a até 15% no caso de residência unifamiliar em que não houver fechamento de qualquer natureza que impeça a visibilidade em ambas as divisas no trecho do recuo.

§ 3º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter

permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas na Norma Brasileira (NBR) 9050 – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**§ 4º VETADO.**

**Art. 71.** As escadas e rampas deverão observar todas as exigências da legislação pertinente do Corpo de Bombeiros e serão diferenciadas em razão do número de pavimentos da edificação.

**SEÇÃO V  
DAS PAREDES**

**Art. 72.** Paredes de áreas molhadas deverão possuir revestimento impermeável até a altura de 1,50m.

**Art. 73.** Paredes divisórias entre duas unidades contínuas deverão garantir isolamento acústico ou espessura mínima de 0,20m.

**SEÇÃO VI  
DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES**

**Art. 74.** As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

**§ 1º** Para atividades específicas são detalhadas exigências no próprio corpo desta lei, respeitando-se:

**I** - quando de uso privativo a largura mínima dos corredores será de 0,90m;

**II** - quando de uso coletivo a largura obedecerá às normas da NBR 9077 da ABNT, bem como outras afins.

**§ 2º** As portas de acesso principal a instalações sanitárias e banheiros de uso coletivo, terão largura mínima de 0,80m, podendo as de uso privativo ter, no mínimo 0,60m.

**§ 3º** A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais, as edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e as áreas privativas nas habitações de caráter multifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira (NBR) 9050 - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**SEÇÃO VII  
DOS COMPARTIMENTOS**

**Art. 75.** As características mínimas dos compartimentos das edificações residenciais e comerciais estarão definidas nas Tabelas I, II e III dos Anexos I, II e III, respectivamente, partes integrantes e complementares deste Código.

## **SEÇÃO VIII**

### **DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO**

**Art. 76.** Todos os compartimentos, de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação deverão atender ao definido nas Tabelas I, II e III dos Anexos I, II e III, respectivamente.

§ 1º As edificações deverão atender os parâmetros de recuo e afastamentos dispostos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede à extremidade mais próxima da divisa.

**Art. 77.** Os compartimentos sanitários, vestíbulos, corredores, sótãos, lavanderias e depósitos poderão ter iluminação artificial e ventilação forçada para área ventilada, naturalmente, desde que sua viabilidade técnica seja comprovada pelo profissional responsável.

**Art. 78.** Quando os compartimentos tiverem aberturas para insolação, ventilação e iluminação sob alpendre, terraço ou qualquer cobertura, a área do vão para iluminação natural deverá ser acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), além do mínimo exigido nas Tabelas I, II e III dos Anexos I, II e III, respectivamente, partes integrantes e complementares deste Código.

## **SEÇÃO IX**

### **DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS**

**Art. 79.** Nas edificações afastadas do alinhamento, será permitida construção de sacada em balanço ou marquise de proteção ao pavimento térreo, não podendo exceder o limite máximo de 1,20m sobre os recuos e afastamentos previstos.

**Art. 80.** Serão permitidas a construção e reforma de marquise na fachada dos edifícios de uso predominantemente comercial, construídos junto ao alinhamento predial, desde que obedecidas às seguintes condições:

- **I** – seja obtido licenciamento, conforme disposto no artigo 2º da presente lei;
- **II** – esteja no perímetro definido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, que determina os trechos de ruas cujo limite da edificação poderá coincidir com o alinhamento predial;
- **III** – não prejudicar a arborização e a iluminação pública e não ocultar placas de nomenclatura de ruas e outras indicações oficiais dos logradouros;
- IV** – ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício junto a qual será convenientemente disposta à calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas, sob o passeio, à sarjeta do logradouro;
- V** – não empregar material sujeito a estilhaçamento;
- VI** – ser construída em material incombustível, de boa qualidade, com tratamento harmônico com a paisagem urbana e ser mantida em perfeito estado de conservação;
- VII** - ser construída sempre em balanço; e
- VIII** - a projeção da face externa do balanço não deverá ser superior a 1,00m.

**Parágrafo único.** Quando a edificação apresentar diversas fachadas voltadas para logradouro público, o inciso VII é aplicável a cada uma delas.



**Art. 81.** É obrigatória a apresentação de parecer técnico com avaliação das condições e manutenção das marquises e sacadas das edificações existentes no Município.

**Parágrafo único.** O parecer técnico será elaborado às expensas do proprietário do imóvel por profissional ou empresa comprovadamente habilitados, com registro no CREA, os quais deverão anexar a respectiva prova de recolhimento da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) vinculada ao parecer técnico específico.

**Art. 82.** A cada período consecutivo de 5 anos depois da data de emissão do visto de conclusão da obra ou da data do parecer técnico, deverá ser elaborado parecer técnico, que, quando requisitado, deverá ser apresentado pelo proprietário às autoridades.

§ 1º Todas as alterações feitas nas marquises e saliências ou utilização necessitará de novo parecer técnico, independente da validade do mesmo.

§ 2º É obrigatório novo parecer técnico na constatação de qualquer anomalia.

§ 3º São responsáveis pela contratação da execução do serviço apontado pelo perito, pelo arquivamento do laudo e por sua exibição, quando requisitada, o síndico, o proprietário da edificação ou o administrador, mesmo em se tratando de edifício público.

**Art. 83.** O parecer técnico deverá ser elaborado sobre, no mínimo, os seguintes tópicos:

**I** - histórico dos laudos anteriores;

**II** - cadastramento geométrico com indicação das dimensões dos diversos elementos estruturais componentes das marquises ou das sacadas, inclusive seus guarda corpos, espessura dos revestimentos e impermeabilização;

**III** - condições das peças estruturais, quanto à sua integridade (trincas, fissuras e similares);

**IV** - estado geral da impermeabilização e situação do sistema de coleta de águas pluviais;

**V** - verificação das condições de segurança estrutural e durabilidade das marquises ou das sacadas, segundo as normas nacionais vigentes e pertinentes, definindo:

a) a caracterização do quadro patológico encontrado;

b) os procedimentos e eventuais medidas corretivas aplicáveis, com previsão, providências e prazo limite para sua efetivação; e

c) atestado da conclusão da execução dos serviços prescritos.

**Art. 84.** A critério do profissional encarregado da elaboração do laudo e considerando-se as eventuais anomalias constatadas durante a vistoria, o parecer técnico deverá ser complementado por investigações ou ensaios especiais, de forma a caracterizar completamente o comportamento estrutural e o grau de segurança da marquise ou da sacada.

**Parágrafo único.** Consideram-se anomalias relevantes:

**I** - deformações excessivas;

**II** - distorções;

**III** - fissuras ou trincas;

**IV** - sobrecargas não previstas originalmente; e

**V** - armaduras expostas ou corroídas.

**Art. 85.** Ao Município assiste o direito de, em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora para inspecionar as condições das marquises ou das sacadas e de exigir o competente parecer técnico elaborado de acordo com a legislação específica.

**Parágrafo único.** O servidor encarregado da fiscalização deverá constatar se o parecer técnico apresentado encontra-se dentro do prazo de periodicidade determinado por legislação específica.

**Art. 86.** As fachadas poderão ter saliências não computáveis como área construída, projetando-se ou não sobre os afastamentos obrigatórios, desde que atendam as seguintes condições:

**I** – formem molduras ou motivos arquitetônicos que não constituam área de piso;

**II** – não ultrapassem em sua projeção, no plano horizontal, a 0,20m, com altura livre de 2,50m no nível da calçada; e

• **III** – nenhum elemento móvel como folha de porta, portão, janela, grade ou assemblado poderá projetar-se além dos limites do alinhamento, em altura inferior a 3,00m acima do nível do passeio.

§ 1º As saliências para contorno de aparelhos de ar condicionado poderão avançar, no máximo 0,70m com altura livre de 2,50m no nível da calçada, com sistema de drenagem adequada.

§ 2º Nos logradouros onde forem permitidas edificações no alinhamento, não poderão ser projetadas saliências nas respectivas fachadas.

## **SEÇÃO X DOS TOLDOS**

**Art. 87.** Para a instalação de toldos nas edificações no alinhamento predial deverão ser obedecidas as seguintes condições:

**I** – não excederem a largura de 1,20m sobre o passeio;

**II** – não apresentarem quaisquer de seus elementos, com altura inferior a 2,40m, referida no nível do passeio;

**III** – não prejudicarem a arborização e iluminação públicas e não ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;

• **IV** – não receberem, nas cabeceiras laterais, quaisquer fechamentos;

• **V** – serem confeccionados em material de boa qualidade e acabamentos, harmônicos com a paisagem urbana; e

**VI** - serem engastados na edificação, não podendo haver colunas de apoio.

**Parágrafo único.** Quando se tratar de imóvel de valor cultural, deverá ser ouvido o órgão competente do Município.

**Art. 88.** Toldos instalados a título precário no recuo obrigatório, em construções recuadas do alinhamento predial, deverão atender às seguintes condições:

**I** – altura mínima de 2,40m, a contar do nível do piso; e

**II** – distar no mínimo 0,50m do alinhamento predial, para que o escoamento das águas pluviais tenha destino apropriado no interior da data.

**Art. 89.** É de responsabilidade do proprietário do imóvel garantir as condições de segurança na instalação, manutenção e conservação dos toldos.

**Art. 90.** As coberturas aprovadas sobre o recuo de 5,00m deverão ser retiradas no prazo máximo de 5 anos, a contar da data de aprovação deste Código.

## **SEÇÃO XI DAS PORTARIAS E GUARITAS**

**Art. 91.** Portarias e guaritas situadas no recuo obrigatório deverão estar independentes, estruturalmente, da edificação principal cuja área da projeção da cobertura não poderá ultrapassar 20,00m<sup>2</sup>.

§ 1º A portaria ou guarita deverá estar recuada, no mínimo 1,00m do alinhamento predial, podendo sua projeção de cobertura estar no alinhamento.

§ 2º Quando determinado pelo Município, as edificações de que trata o caput deste artigo deverão ser removidas

## **SEÇÃO XII DAS PÉRGULAS**

**Art. 92.** As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente máximo da data, desde que:

- **I** – seja obtido licenciamento conforme disposto no artigo 2º desta lei;
- **II** – localizem-se sobre aberturas de iluminação, ventilação e insolação de compartimentos; e
- III** – tenham parte vazada, distribuída por metros quadrados correspondentes a, no mínimo, 70% da área de sua projeção horizontal.

**Parágrafo único.** As pérgulas poderão ocupar, no máximo, ¼ da área do recuo.

## **SEÇÃO XIII DAS FACHADAS, ELEMENTOS DECORATIVOS E COMPONENTES**

**Art. 93.** As fachadas das edificações voltadas para o logradouro público ou para o interior da data deverão receber tratamento arquitetônico, considerando o compromisso com a paisagem urbana e serem devidamente conservadas.

**Art. 94.** A colocação de elementos decorativos e componentes nas fachadas somente será permitida quando não acarretar prejuízo aos aspectos históricos em edificações de interesse de preservação pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

**Art. 95.** É vedada a colocação de quaisquer elementos móveis nas fachadas, marquises ou aberturas das edificações, no alinhamento predial ou a partir do mesmo, tais como: vasos, arranjos, esculturas e congêneres.

**Art. 96.** É proibida a colocação de vitrines e mostruários nas paredes externas das edificações, avançando sobre o alinhamento predial ou sobre o recuo de 5,00m.

## **SEÇÃO XIV DAS CHAMINÉS**

**Art. 97.** As chaminés de qualquer tipo, tanto para uso domiciliar, comercial, de serviço e industrial, deverão ter altura suficiente para garantir a boa dispersão dos gases.

§ 1º O órgão competente, quando julgar necessário, poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de sistemas de controle de poluição atmosférica.

§ 2º As churrasqueiras, quando posicionadas junto às divisas, deverão ser dotadas de isolamento térmico; as chaminés não poderão ter aberturas junto às divisas.

## **SEÇÃO XV DOS FECHAMENTOS EM CRUZAMENTOS**

**Art. 98.** As edificações, inclusive muros, situados nos cruzamentos dos logradouros públicos, serão projetados a fim de manter a visibilidade do cruzamento.

**Art. 99.** O recuo e afastamentos das edificações construídas no Município deverão estar de acordo com o disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

## **SEÇÃO XVI DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS**

**Art. 100.** É obrigatória a reserva de espaços para o estacionamento ou garagem de veículos vinculados à destinação das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de uso do imóvel, previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º Cada vaga deverá ter largura mínima de 2,30m e 4,60m de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, com espaço de manobra com largura mínima de 5,00m, para vagas dispostas em 90º à circulação, circulação mínima de 4,00m para vagas dispostas em 30º à circulação e circulação mínima de 3,50m para vagas dispostas em 45º à circulação.

§ 2º Quando a divisa lateral da vaga coincidir com a parede, a largura da vaga deverá ser, no mínimo, de 2,50m.

§ 3º Deverão ser reservadas vagas de estacionamento para pessoas com necessidades especiais, atendendo o estabelecido pela NBR 9050 da ABNT.

**Art. 101. VETADO.**

**Parágrafo único. VETADO.**

## **SEÇÃO XVII DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO**

**Art. 102.** As áreas de recreação em edificações construídas no Município deverão obedecer aos seguintes requisitos:

**I** - do total da área destinada a lazer e recreação de uso comum, 30% poderão ter formato que permita a inscrição de um círculo de diâmetro entre 5,00m e 3,00m e os 70% restantes deverão ter formato que permita a inscrição de um círculo de 5,00m; e

**II** - nas edificações para uso misto é obrigatória a construção de um pavimento intermediário, com pé direito mínimo de 3,00m, para uso exclusivo de recreação dos moradores, quando

as dimensões da área do lote não permitirem sobra de espaço no térreo, para recreação, nos termos deste artigo.

## **SEÇÃO XVIII DOS PISOS DRENANTES**

**Art. 103.** Os estacionamentos descobertos com área superior a 50,00m<sup>2</sup> e vias de circulação de pedestres, em áreas de lazer, deverão ser construídos com pisos drenantes.

§ 1º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se piso drenante aquele que, a cada metro quadrado de piso, possuir, no máximo, 50% de sua superfície impermeabilizada.

§ 2º Alternativamente, poderá ser adotada a solução de sumidouro, devidamente, dimensionado para atender até 50% da área permeável.

## **SEÇÃO XIX DAS CALÇADAS E MUROS**

**Art. 104.** Os proprietários de datas urbanizadas que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meiofio e sarjetas são obrigados a executar calçadas, de acordo com o projeto estabelecido pelo Município, bem como conservar as calçadas à frente de suas datas.

§ 1º As datas voltadas para as vias públicas serão vedadas por meio de muro ou cercas com altura mínima de 1,50m.

§ 2º É vedado o uso de material contundente voltado para a área pública.

§ 3º Para a construção de muros de arrimo deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA.

§ 4º Todas as calçadas deverão ser executadas em conformidade com a NBR-9050 da ABNT, em especial no que se refere à declividade, acessibilidade, continuidade sem barreiras ou saliências no seu trajeto.

§ 5º No caso de não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo ou quando as calçadas se acharem em mau estado, o Município intimará o proprietário para que providencie a execução dos serviços necessários e, não o fazendo, dentro do prazo de 30 dias, o Município poderá executar a obra, cobrando do proprietário as despesas totais, dentro do prazo de 30 dias, acrescido do valor da correspondente multa.

**Art. 105.** *As calçadas devem ser construídas, reconstruídas ou reparadas com material durável, de fácil reposição, com superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição climática.*

**Art. 106.** *As calçadas localizadas fora do quadrilátero central, em vias locais ou coletoras deverão apresentar 0,70m para faixa gramada e/ou outro material que permita à permeabilidade do solo, posicionada a partir do meiofio.*

**Parágrafo único.** *A construção ou manutenção de calçadas de imóveis pertencentes ao Poder Público deverá ser feita com material pré-moldado e de fácil reposição.*

**Art. 107.** *As calçadas devem ser contínuas, sem degraus, sem mudança abrupta de níveis ou inclinações que possam dificultar o trânsito dos pedestres, observados, quando possível, os níveis imediatos das calçadas vizinhas já executadas e ao seguinte:*

**I -** *a inclinação longitudinal da calçada deve acompanhar o greide das vias lindeiras;*

*II - a inclinação transversal da calçada deve ser de 2% em direção à sarjeta, salvo em casos especiais de obras realizadas pelo poder público em que a inclinação transversal poderá estar direcionada à área gramada interna de parques ou praças; e*

**III** - eventual desnível entre a calçada e a data lindeira deverá ser acomodado exclusivamente no interior do imóvel.

*Art. 108. Na área de acesso aos veículos, a concordância entre o nível da calçada e o nível do leito carroçável na rua, decorrente do rebaixamento do meiofio, deverá ocorrer numa faixa de até 0,85m na seção transversal.*

*Art. 109. Nos logradouros públicos as calçadas deverão apresentar faixa de piso tátil, para facilitar a identificação do percurso e constituir linha guia ou alerta para as pessoas com deficiência sensorial visual.*

*§ 1º As calçadas do quadrilátero central têm o prazo de até 365 dias, a partir da data de publicação desta lei, para providenciar a inclusão da faixa de piso tátil, conforme parâmetros descritos nesta lei e na NBR-9050 da ABNT.*

*§ 2º Para efeito desta lei caracteriza-se como quadrilátero central a área abrangida pela Avenida Juscelino Kubitschek, Rua Uruguai, Avenida Leste Oeste e Rua Fernando de Noronha.*

**Art. 110.** A faixa de piso tátil pode ser do tipo direcional ou de alerta, com largura constante de 0,30m e afastamento de 0,40m, em relação ao alinhamento, com cor contrastante com a do piso adjacente, atendendo aos parâmetros de relevo e de instalação previstos na NBR-9050 da ABNT.

**Art. 111.** Toda calçada construída ou reformada em data de esquina deve apresentar rebaixamentos em rampas, compostas de um acesso principal com largura de 1,20m a 1,50m e abas laterais construídas junto ao meiofio com largura de 0,50m, conforme detalhes construtivos demonstrados no Anexo IV.

**Art. 112.** A reconstrução e reparos de muros e calçadas danificadas por concessionárias do serviço público serão por estas realizadas dentro do prazo de 10 dias a contar do término de seu respectivo trabalho, mantendo-se as condições de origem.

**Art. 113.** Não sendo cumprida a disposição do artigo anterior, no prazo previsto, a Administração Pública, direta ou indiretamente, executará as obras e cobrará da concessionária responsável seu custo acrescido de 20% a título de gastos de administração.

**Art. 114.** Em casos especiais o Município poderá permitir ou exigir o emprego de especificações previstas neste Código para o fechamento de terrenos na zona urbana.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS INSTALAÇÕES EM GERAL**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 115.** As instalações e equipamentos que abrangem os conjuntos de serviços específicos executados durante a realização da obra ou serviço serão projetados, calculados e executados visando à segurança, higiene e ao conforto dos usuários, de acordo com as disposições desta lei e das normas técnicas oficiais vigentes da ABNT e legislação específica.

**Parágrafo único.** Todas as instalações e equipamentos de que trata o *caput* exigem responsável técnico legalmente habilitado no que se refere a projeto, instalação, manutenção e conservação.

## **SEÇÃO II**

### **DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS**

**Art. 116.** O escoamento de águas pluviais da data edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob a calçada.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas às sarjetas será permitido o lançamento dessas águas nas galerias de águas pluviais, após aprovação, pela Prefeitura, de esquema gráfico apresentado pelo interessado.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será autorizada a título precário, cancelável a qualquer momento pela Prefeitura, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Águas pluviais provenientes das coberturas e de pátios descobertos serão esgotadas dentro dos limites da data, não sendo permitido o despejo em datas vizinhas ou sobre logradouros públicos, exceto nos casos previstos no Código Civil e legislação complementar.

**Art. 117.** Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

**Art. 118.** Em todos os terrenos em que sejam erguidas construções com implantação de rua interna e pátios de múltiplo uso, seja para carga, descarga e depósito ou para condomínios residenciais edificados ou não, será exigido projeto de drenagem com dispositivos de diminuição da vazão máxima de águas pluviais, conforme as normas vigentes e exigências do órgão competente.

§ 1º Nos projetos para áreas de terrenos superiores a 2.000m<sup>2</sup>, necessariamente, o projeto de drenagem deverá contemplar a implantação de reservatório de captação ou retenção de águas pluviais.

§ 2º A regulamentação e normas para aplicação deste artigo serão definidas por decreto do Executivo, que trate da drenagem urbana municipal, a ser expedido no prazo de até cento e oitenta dias, contados da data de publicação desta lei.

## **SEÇÃO III**

### **DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS**

**Art. 119.** Todas as edificações em datas com frente para logradouros públicos que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§ 1º Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§ 2º As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da ABNT.

**Art. 120.** Quando não houver rede de esgoto disponível para atendimento da data, a edificação deverá ser dotada de caixa séptica em conjunto, conforme as normas da ABNT.

**Parágrafo único.** As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública, passar por caixa de gordura localizada internamente.

#### **SEÇÃO IV DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

**Art. 121.** As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela concessionária local.

#### **SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES DE CERCAS ENERGIZADAS**

**Art. 122.** Todas as cercas destinadas à proteção de perímetros (edificações ou terrenos) e dotadas de tensão elétrica no âmbito do Município de Londrina serão classificadas como energizadas.

**Art. 123.** As empresas e pessoas físicas que se dediquem à fabricação, projeto, instalação e manutenção de cercas energizadas deverão possuir registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

**Art. 124.** Será obrigatória, em todas as instalações de cercas energizadas, a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

**Art. 125.** O Executivo, por meio do órgão competente, procederá à fiscalização das instalações de cercas energizadas no Município.

**Art. 126.** As cercas energizadas deverão obedecer, na ausência de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), às normas técnicas editadas pela International Electrotechnical Commission (IEC) que regem a matéria.

**Parágrafo único.** A obediência às Normas Técnicas de que trata este artigo, deverá ser objeto de declaração expressa do técnico responsável pela instalação e/ou manutenção, que responderá por eventuais informações inverídicas.

**Art. 127.** A intensidade da tensão elétrica que percorre os fios condutores de cerca energizada não poderá matar nem ocasionar nenhum efeito patofisiológico perigoso a qualquer pessoa que porventura venha a tocar nela, devendo observar as legislações específicas.

**Art. 128.** Os elementos que compõem as cercas energizadas (eletrificador, fio, isolador, haste de fixação e outros similares) só poderão ser comercializados e/ou instalados no âmbito do Município de Londrina se possuir certificado em organismo de certificação de produto credenciado pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

**Art. 129.** A resistência do material dos fios energizados deve permitir a sua ruptura por alicate do Corpo de Bombeiros.



**Art. 130.** É proibida a instalação de cercas energizadas:

**I** - nas unidades básicas de saúde, nos centros de educação infantil e nas escolas da rede pública e particular de ensino; e

**II** - a menos de três metros dos recipientes de gás liquefeito de petróleo, conforme NBR-13523 (Central Predial de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo) da ABNT.

**Art. 131.** Os isoladores utilizados no sistema devem ser fabricados com material de alta durabilidade não hidrocópicos e com capacidade de isolamento mínima de dez quilowatts.

**Parágrafo único.** Mesmo na hipótese de utilização de estrutura de apoio ou suporte dos arames de cerca energizada fabricada em material isolante, é obrigatória a utilização de isoladores com as características exigidas no *caput* deste artigo.

**Art. 132.** É obrigatória a instalação de placas de advertência a cada quatro metros no lado da via pública e a cada dez metros nos demais lados da cerca energizada.

§ 1º Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

§ 2º As placas de advertência de que trata o *caput* deste artigo deverão possuir dimensões mínimas de 0,10m x 0,20m e ter seu texto e símbolos voltados para ambos os lados da cerca energizada.

§ 3º A cor do fundo das placas de advertência deverá ser amarela.

§ 4º O texto mínimo das placas de advertência deverá ser: Cuidado, cerca elétrica.

§ 5º As letras mencionadas no parágrafo anterior deverão ser de cor preta e ter as dimensões mínimas de:

**I** - dois centímetros de altura; e

**II** - meio centímetro de espessura.

§ 6º É obrigatória a inserção, na mesma placa de advertência, de símbolo que possibilite, sem margem de dúvidas, a interpretação de um sistema dotado de energia elétrica que pode provocar choque.

§ 7º Os símbolos mencionados no parágrafo anterior deverão ser de cor preta.

**Art. 133.** Os arames utilizados para a condução da corrente elétrica na cerca energizada deverão ser do tipo liso, vedada a utilização de arames farpados ou similares.

**Art. 134.** Sempre que a cerca energizada for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas similares, a altura mínima do primeiro fio energizado deverá ser de dois metros e meio, em relação ao nível do solo da parte externa do perímetro cercado, se na vertical, ou dois metros e vinte centímetros do primeiro fio, em relação ao solo, se instalada inclinada em 45° para dentro do perímetro.

**Art. 135.** Sempre que a cerca energizada estiver instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver a concordância expressa dos proprietários destes com relação à referida instalação.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver recusa, por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos, na instalação do sistema de cerca energizada em linha divisória, esta só poderá ser instalada com ângulo de 45° máximo de inclinação para dentro do imóvel beneficiado.

**Art. 136.** A empresa ou o técnico instalador, sempre que solicitados pela fiscalização do Município, deverão comprovar, por ocasião da instalação ou dentro do período mínimo de um ano após a conclusão da instalação, as características técnicas da cerca instalada.

**Parágrafo único.** Para os efeitos de fiscalização, estas características técnicas deverão estar de acordo com os parâmetros fixados no artigo 127 desta lei.

## **SEÇÃO VI DAS INSTALAÇÕES DE GÁS**

**Art. 137.** Será exigida a aprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros nas edificações residenciais, em sistema de condomínio acima de 2 unidades, e em todas as edificações comerciais e industriais que necessitem deste sistema.

**Art. 138.** As instalações de gás em reformas e novas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aprovação do Corpo de Bombeiros.

## **SEÇÃO VII DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**

**Art. 139.** As edificações construídas, reconstruídas, reformadas, restauradas ou ampliadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e da legislação específica do Corpo de Bombeiros.

## **SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES**

**Art. 140.** Para os edifícios que apresentarem cota superior a 10,00m, medidas do piso do térreo ao piso do último pavimento, é obrigatória a instalação de elevador, sempre obedecendo, quanto à fabricação, instalação, manutenção e capacidade de tráfego, às normas recomendáveis pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 1º Será obrigatória a instalação de, no mínimo, dois elevadores, sempre que os edifícios apresentarem cota superior a 20,00m, medidos do piso térreo ao piso de último pavimento.

§ 2º A existência de elevadores não dispensa a escada geral.

§ 3º Para os edifícios de uso coletivo que apresentarem cota superior a 4,00m, medidas do piso do térreo ao piso do último pavimento, é obrigatório, constar no projeto previsão de espaço para o poço de elevador, em atendimento à acessibilidade.

**Art. 141.** Deverão ser obedecidas a NBR-9077 da ABNT e as normas do Corpo de Bombeiros.

## **SEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES EM GERAL**

**Art. 142.** Só serão permitidas instalações mecânicas, elétricas e de telecomunicações, tais como: elevadores, escadas rolantes, planos inclinados, caminhos aéreos e quaisquer outros aparelhos de transporte para uso particular, comercial ou industrial, quando executados por empresa especializada, com profissional legalmente habilitado e devidamente licenciado pelo órgão competente.

**Parágrafo único.** Todos os projetos e detalhes construtivos das instalações deverão ser assinados pelo representante legal da empresa especializada em instalação e pelo seu profissional responsável técnico, devendo ficar arquivadas no local da instalação e com o proprietário pelo menos uma cópia para ser apresentada à municipalidade quando solicitado.

**Art. 143.** Em cada instalação mecânica, elétrica e de telecomunicação deverá constar, em lugar de destaque, placa indicativa do nome, endereço e telefone atualizados dos responsáveis pela conservação.

## **SEÇÃO X**

### **DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO**

**Art. 144.** Toda edificação de uso coletivo e industrial, independente de sua destinação, deverá ter no interior do lote abrigo ou depósito para guarda provisória de resíduos, com separação com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes recipientes dos resíduos, em local desimpedido e de fácil acesso à coleta, obedecendo às normas estabelecidas pelos órgãos competentes.

§ 1º Os espaços destinados a abrigo ou depósitos de lixo deverão ter pé direito máximo de 2,00m e serem dotados de sistema de ventilação.

§ 2º São proibidas a instalação e uso de tubo de queda para coleta de resíduos urbanos.

§ 3º Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos serão adotadas medidas especiais, para a sua remoção, obedecendo às normas estabelecidas pelo órgão competente, nos termos da legislação específica.

**Art. 145.** As lixeiras deverão ser instaladas dentro do alinhamento predial, com vão suficiente para que a coleta possa recolher o saco de lixo (1,50m de altura) e as lixeiras já existentes deverão ser substituídas no prazo de 90 dias contados da data da publicação desta lei.

## **SEÇÃO XI**

### **DA PROTEÇÃO SONORA**

**Art. 146.** As edificações que se caracterizarem como polo gerador de ruído deverão receber tratamento acústico (soluções técnicas) adequadas, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pelo Código de Posturas do Município e legislação específica.

**Parágrafo único.** Instalações e equipamentos causadores de ruídos, vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico e sistemas de segurança adequados acompanhado de ART do responsável técnico, a fim de prevenir a saúde do trabalhador, usuários ou incômodo à vizinhança.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES**

**Art. 147.** As edificações, de acordo com as atividades nelas desenvolvidas e considerando sua utilização ou permanência, obedecida a legislação, classificam-se em:

- **I** – edificação residencial;
- **II** – edificação de uso comunitário ou coletivo;
- **III** – edificação de uso comercial e de serviço;
- **IV** – edificação de uso industrial;
- **V** – edificação de uso agropecuário;
- **VI** – edificação especial;
- **VII** – mobiliário urbano; e
- **VIII** – equipamento urbano.

**Parágrafo único.** Edificações, nas quais sejam desenvolvidas mais de uma atividade, deverão satisfazer os requisitos próprios de cada atividade.

**Art. 148.** Os empreendimentos, que englobem usos habitacionais e outros usos na mesma data deverão ter acessos independentes e exclusivos para cada atividade.

**Art. 149.** As edificações e instalações que abriguem inflamáveis, explosivos ou produtos químicos agressivos deverão ser de uso exclusivo, completamente isoladas de edificações vizinhas e afastadas do alinhamento predial.

**Parágrafo único.** Os afastamentos deverão obedecer às Normas e Legislação específica para cada atividade.

**Art. 150.** Compreendem-se como mobiliário urbano todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantadas mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados, tais como:

- **I** – circulação e transporte;
- **II** – cultura e religião;
- **III** – esporte e lazer;
- **IV** – infraestrutura do sistema de comunicação;
- **V** – infraestrutura do sistema de energia;
- **VI** – infraestrutura do sistema de iluminação pública;
- **VII** – infraestrutura de sistema de saneamento;
- **VIII** – segurança pública;
- **IX** – comércio;
- **X** - informações e comunicação visual;
- **XI** – ornamentação da paisagem e ambientação urbana; e
- **XII** – abrigo.
- 

**Art. 151.** O mobiliário urbano, a que se refere o artigo anterior, só poderá ser instalado quando não acarretar:

**I** – prejuízo à segurança, circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;

**II** – interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

- **III** – interferência nas redes de serviços públicos;
- **IV** – obstrução ou diminuição de panorama significativo ou eliminação de mirante;

- **V** – redução de espaços abertos importantes para paisagismo, paisagem urbana, recreação pública ou eventos sociais e políticos, redução do passeio e áreas de circulação de pedestres; e

- **VI** – prejuízo à escala, ao ambiente e às características naturais do entorno.

- 

**Art. 152.** A instalação do mobiliário urbano em parques, praças ou outro logradouro público, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

- **I** – diretrizes de planejamento da área ou projetos existentes de ocupação;

- **II** – características do comércio existente no entorno;

- **III** – diretrizes de zoneamento e uso do solo; e

- **IV** – análise de riscos para o mobiliário urbano.

**Parágrafo único.** A instalação do mobiliário urbano nos logradouros e espaços públicos somente será permitida após aprovação e definição pelos órgãos competentes.

**Art. 153.** Compreendem-se como equipamentos urbanos todos os bens, públicos e privados, de utilização pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados, tais como:

- **I** – circulação e transporte;

- **II** – cultura e religião;

- **III** – esporte e lazer;

- **IV** – infraestrutura do sistema de comunicação;

**V** – infraestrutura do sistema de energia;

- **VI** – infraestrutura do sistema de iluminação pública;

- **VII** – infraestrutura de sistema de saneamento;

- **VIII** – segurança pública;

- **IX** – abastecimento;

- **X** – administração pública;

- **XI** – assistência social;

- **XII** – educação; e

- **XIII** – saúde.

- 

**Art. 154.** O equipamento urbano a que se refere o artigo anterior só poderá ser instalado quando não acarretar:

**I** – interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

- **II** – interferência nas redes de serviços públicos;

- **III** – redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, paisagem urbana, recreação pública ou eventos sociais e políticos, redução do passeio e áreas de circulação de pedestres; e

- **IV** – prejuízo à escala, ao ambiente e às características naturais do entorno.

-

**Art. 155.** A instalação de equipamento urbano em parques, praças ou outros logradouros públicos, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

- **I** – diretrizes de planejamento da área ou projetos existentes de ocupação;
- **II** – diretrizes de zoneamento e uso do solo; e
- **III** – análise de riscos para equipamento urbano.

**Parágrafo único.** A instalação de equipamento urbano nos logradouros e espaços públicos somente será permitida após aprovação e definição pelos órgãos competentes.

## **CAPÍTULO IX DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS**

### **SEÇÃO I DA CLASSIFICAÇÃO**

**Art. 156.** As edificações residenciais, segundo o tipo de utilização de suas unidades, serão classificadas em:

**I** - edificação unifamiliar: quando existir uma única unidade residencial; e

**II** - edificação multifamiliar ou coletiva: quando nela existirem duas ou mais unidades residenciais.

**Art. 157.** Os compartimentos das edificações residenciais serão definidos, de acordo com a Tabela I, Anexo I, parte integrante deste Código.

**Parágrafo único.** As edificações residenciais multifamiliares - edifícios de apartamentos - deverão observar, além de todas as exigências cabíveis especificadas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, as exigências da Tabela II, Anexo II, parte integrante deste Código no que couber, para as áreas comuns.

**Art. 158.** As residências poderão ter dois compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

### **SEÇÃO II DAS RESIDÊNCIAS AGRUPADAS**

**Art. 159.** Consideram-se residências agrupadas duas ou mais unidades de moradias contíguas que possuam uma parede comum e testada mínima, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º Para o caso de construção de casas agrupadas paralelas ao alinhamento, é permitida a subdivisão em lotes quando cada unidade resultante tiver as dimensões e áreas mínimas da data estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo previamente à aprovação do projeto e à emissão do alvará de licença para construção.

§ 2º Para o caso de loteamentos liberados para construir, a consulta prévia de viabilidade técnica ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL será facultativa.

§ 3º A averbação da subdivisão aprovada do lote em Cartório de Registro de Imóveis somente será permitida com a apresentação do Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (CVCO) integral emitido pelo órgão competente do Município.

**Art. 160.** A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento referente às residências agrupadas são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, devendo estar de acordo com a área resultante de cada uma das datas, após o desmembramento.

## **CAPÍTULO X DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS**

### **SEÇÃO I DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL**

**Art. 161.** As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos:

**I** – ter pé-direito mínimo de 3,50m, quando localizar-se no térreo, independente da área da loja e 2,50m nos demais pavimentos;

**II** - as portas gerais de acesso ao público deverão atender a NBR-9077;

**III** - o hall de edificações comerciais observará as exigências contidas na Tabela III Anexo III, parte integrante deste Código;

**IV** - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;

**V** - todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitários que contenham cada um, no mínimo, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, observando-se que nas edificações acima de 150,00m<sup>2</sup> de área útil, é obrigatória a construção de, no mínimo, 2 sanitários;

**VI** - nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os revestimentos de pisos e paredes deverão atender às normas dos órgãos competentes;

**VII** - nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviaamentos de receitas, curativos e aplicações de injeções deverão atender às mesmas exigências do inciso anterior e obedecer às normas dos órgãos competentes;

**VIII** - os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de 1 instalação sanitária contendo, no mínimo, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, na proporção de uma instalação sanitária para cada 150,00m<sup>2</sup> de área útil, além de obedecer às exigências específicas dos órgãos competentes;

**IX** - os supermercados, mercados e lojas de departamento deverão atender às exigências específicas estabelecidas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, para cada uma de suas seções; e

**X** – os estabelecimentos de comércio e serviços deverão obedecer todas as demais exigências contidas no Código de Saúde do Estado.

**Art. 162.** Será permitida a construção de jiraus ou mezaninos obedecidas às seguintes condições:

**I** - não deverão prejudicar as condições de ventilação e iluminação dos compartimentos;

**II** – o pé direito do jirau deverá ter, no mínimo, 2,00m, sendo que o pé direito sob o mesmo deverá ter, no mínimo, 2,50m;

**III** – o pé direito do mezanino deverá ter, no mínimo, 2,50m; sendo que o pé direito sob o mesmo deverá ter, no mínimo, 2,50m; e

**IV** – ter acesso, através do compartimento onde se situar, por escada permanente.

## **SEÇÃO II**

### **DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E SORVETERIAS**

**Art. 163.** As edificações dos restaurantes, bares, cafés, confeitarias e sorveterias deverão observar as disposições específicas da Seção I deste Capítulo e demais disposições deste Código.

**Art. 164.** As cozinhas, copas, despensas e locais de consumo de alimentos não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários.

**Art. 165.** Nos estabelecimentos de que trata o art. 163, independente da área construída, serão necessários compartimentos sanitários públicos distintos para cada sexo, que deverão obedecer às seguintes condições:

I - para o sexo feminino, no mínimo, 2 vasos sanitários e 2 lavatórios em construções de até 100m<sup>2</sup> de área construída, acrescentando gradativamente mais 1 vaso sanitário e 1 lavatório a cada 100m<sup>2</sup> de área construída; e

II - para o sexo masculino, no mínimo, 2 vasos sanitários, 2 mictórios e 2 lavatórios em construções de até 100m<sup>2</sup> de área construída, acrescentando gradativamente mais 1 vaso sanitário, 1 mictório e 1 lavatório a cada 100m<sup>2</sup> de área construída.

**Art. 166.** Os bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, confeitarias e cafés poderão, mediante prévia autorização do Município, utilizar cobertura no recuo obrigatório, com estrutura e material removível, como lona e tecidos, independente da edificação principal, vedada estrutura de concreto.

§ 1º A solicitação deste tipo de cobertura será apreciada pelo órgão municipal competente.

§ 2º A solicitação deverá ser acompanhada do alvará de funcionamento.

§ 3º A retirada da cobertura não gera direito à indenização pelo Município.

§ 4º O órgão municipal competente poderá exigir a retirada da cobertura em qualquer momento.

§ 5º Quando o uso da edificação for alterado a cobertura deverá ser retirada, automaticamente.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS**

**Art. 167.** As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas e oficinas, além das disposições constantes neste Código, demais leis pertinentes e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, deverão:



**I** - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

**II** - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros;

**III** - os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 75,00m<sup>2</sup>, deverão ter pé-direito mínimo de 4,00m; e

**IV** - quando os compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos ditadas pelos órgãos competentes e, em especial, o Corpo de Bombeiros.

**Art. 168.** Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões industriais ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do Corpo de Bombeiros.

## **CAPÍTULO XII DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS**

### **SEÇÃO I DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

**Art. 169.** As edificações destinadas a escolas e estabelecimentos de ensino deverão obedecer às normas da Secretaria da Educação do Estado e da Secretaria Municipal de Educação, além das disposições deste Código no que lhes couber.

§ 1º O pé direito das edificações e estabelecimentos citados no *caput* deste artigo deverá obedecer aos seguintes critérios:

**I** - 3,00m para salas com até 50,00m<sup>2</sup>;

**II** - para salas acima de 50,00m<sup>2</sup> deverão ser acrescidos 0,10m no pé direito a cada 10,00m<sup>2</sup> ou fração; e

**III** - poderá ser tolerado pé direito de, no mínimo, 2,70m para salas de no máximo 20,00m<sup>2</sup>, desde que dotadas de sistema de renovação de ar.

§ 2º Todas as salas deverão ser dotadas de ventilação natural cruzada ou ventilação forçada.

§ 3º As janelas deverão estar posicionadas de modo a permitir a iluminação natural e a iluminação artificial e atenderem à NBR-5413 da ABNT.

§ 4º Nas salas de aula, as áreas destinadas à iluminação natural deverão ser projetadas de forma a garantir uma fração de 1/5 da área do piso.

§ 5º Nas salas de aula, as áreas destinadas à ventilação natural deverão ser projetadas de forma a garantir uma fração de 1/10 da área do piso.

§ 6º As escolas deverão ser dotadas de instalações sanitárias para alunos, separados por sexo, na proporção de 1 vaso sanitário para cada 25 alunos e 1 lavatório para cada 35 alunos.

§ 7º As áreas de refeitório para alunos devem ter um mínimo de 30% da área útil das salas de aula.

§ 8º Deverá ser previsto um sanitário para cada sexo, para uso dos funcionários.

§ 9º As áreas de embarque, desembarque e estacionamento deverão ser aprovadas pelo IPPUL.

## **SEÇÃO II**

### **DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAIS DE SAÚDE**

**Art. 170.** As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e assistenciais de saúde deverão estar de acordo com o Código Sanitário do Estado e demais Normas Técnicas pertinentes.

## **SEÇÃO III**

### **DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 171.** As edificações destinadas à hospedagem deverão obedecer às seguintes disposições:

**I** - ter instalações sanitárias, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 16 leitos por pavimento, devidamente separados por sexo;

**II** - ter pisos e paredes de copas, cozinhas, despensas e instalações sanitárias de uso comum, com altura mínima de 2,00m, revestidos com material lavável e impermeável;

**III** – ter vestiário e instalação sanitária privativos para funcionários;

**IV** – respeitar todas as demais exigências contidas no Código Sanitário do Estado e Código de Posturas do Município;

**V** - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio, em conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros;

**VI** - obedecer às demais exigências previstas neste Código; e

**VII** - as áreas de embarque e desembarque deverão ser aprovadas pelo IPPUL.

**Parágrafo único.** A adaptação de qualquer edificação, para utilização como meio de hospedagem, atenderá integralmente o disposto neste Código.

## **SEÇÃO IV**

### **DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS**

**Art. 172.** São considerados locais de reunião e salas de espetáculos:

**I** - estádios;

**II** - auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição e museus;

**III** - templos religiosos;

**IV** - cinemas;

**V** - teatros;

**VI** - parques de diversão;

**VII** - circos;

**VIII** - boates e salões de dança;

**IX** - clubes; e

**X** – associações e ONG's com área superior a 40,00m².

**Art. 173.** Nos locais previstos no artigo anterior as partes destinadas ao público deverão possuir:

**I** - circulação de acesso;  
**II** - condições de perfeita visibilidade;  
**III** - espaçamento entre filas e séries de assentos;  
**IV** - locais de espera;  
**V** - instalações sanitárias;  
**VI** - lotação máxima fixada, quando for o caso;  
**VII** - acessibilidade a pessoas com necessidades especiais; e  
**VIII** - sistema de prevenção de incêndio e saída de emergência, os quais serão definidos de acordo com a NBR-9077 da ABNT.

**Art. 174.** As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros, salões de baile, boates, ginásios de esportes, clubes, salão de exposição, templos religiosos e similares deverão atender às seguintes disposições:

**I** - as instalações sanitárias para o público serão obrigatórias, separadas para cada sexo, independentes daquelas destinadas aos empregados, nas seguintes proporções mínimas:

**a)** um conjunto de instalação sanitária (lavatórios e vasos sanitários ou lavatórios, vasos sanitários e mictórios) para cada grupo de 80 pessoas ou 80,00m<sup>2</sup>; e

**b)** sanitário para pessoas com necessidades especiais, de acordo com a NBR-9050 da ABNT.

**II** – quando não for fixado o número de lugares, para efeito de cálculo, será considerada a proporção de 1,00m<sup>2</sup> por pessoa, referente à área efetivamente destinada às mesmas; e

**III** – a largura das portas, rampas, escadas e corredores de acesso e escoamento e as circulações internas deverão atender, no que couber, às NBR's 9050 e 9077 da ABNT.

**Art. 175.** As bilheterias, quando houver, terão seus guichês afastados, no mínimo, 5,00m do alinhamento predial.

§ 1º Entre as filas de uma série de assentos existirá espaçamento de, no mínimo, 0,90m de encosto a encosto.

§ 2º Os espaçamentos entre as séries obedecerão à largura mínima de 1,20m.

§ 3º O número máximo de assentos por série será de 20 unidades.

§ 4º Não serão permitidas séries de mais de 6 assentos que terminem junto às paredes.

§ 5º Deverá ser previsto local destinado à parada de cadeira de rodas, conforme determinado pela NBR-9050, com vistas à eliminação de barreiras arquitetônicas para pessoas com necessidades especiais.

§ 6º Deverá ser prevista cadeira especial para pessoas obesas, conforme NBR-9050.

**Art. 176.** Os locais de espera para o público serão independentes das circulações, com área equivalente no mínimo, no caso de cinemas, a 0,3m<sup>2</sup> para cada espectador e, no caso de teatros, auditórios, centros de convenções e salões de exposição, 0,5m<sup>2</sup> por pessoa.

**Art. 177.** As paredes internas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas técnicas da ABNT.

**Art. 178.** Nos cinemas, as cabines de projeção deverão obedecer às normas técnicas da ABNT.

**Art. 179.** Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

**Art. 180.** Além das condições já estabelecidas nesta lei, os estádios obedecerão ao seguinte:

**I** - as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas cuja largura será calculada na base de 7,30m para cada 10.000 espectadores, não podendo ser inferior a 2,50m;

**II** - para cálculo da capacidade das arquibancadas serão admitidas, para cada metro quadrado, 2 pessoas sentadas; e

**III** - deverão ter 1 vaso sanitário / mictório e 1 lavatório para cada 250 pessoas.

### **CAPÍTULO XIII DA ACESSIBILIDADE**

**Art. 181.** Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e áreas privativas das edificações multifamiliar deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais e deverão seguir as orientações previstas na NBR-9050 da ABNT.

- **Art. 182.** As edificações novas ou existentes destinadas a abrigar eventos geradores de públicos deverão atender às normas da NBR-9050 da ABNT no que concerne à adequação da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

- **§ 1º** Entendem-se como edificações destinadas a abrigar eventos geradores de públicos:

- **I** - cinemas, teatros, salas de concerto, casas de espetáculos e estabelecimentos bancários, com qualquer capacidade de lotação;

- **II** - locais de reunião, com capacidade para mais de 100 pessoas, tais como auditórios, templos religiosos, salões de festas ou danças, ginásios ou estádios, recintos para exposições ou leilões, museus, restaurantes, lanchonetes e congêneres e clubes esportivos e recreativos;

- **III** - qualquer outro uso com capacidade de lotação para mais de 600 pessoas;

- **IV** - estabelecimentos destinados à prestação de serviços de assistência à saúde, educação e hospedagem;

- **V** - centros de compras - shopping centers;

- **VI** - galerias comerciais;

- **VII** - supermercados;

- **VIII** - órgãos públicos – municipais, estaduais e federais;

- **IX** - escolas;

- **X** - postos de saúde;

- **XI** - hospitais;

- **XII** - universidades;

- **XIII** - correios;

- **XIV** - cemitérios;

- **XV** - capelas mortuárias;

- **XVI** - terminais rodoviários; e

- **XVII** - aeroporto.

§ 2º As edificações de interesse cultural, integrantes da Listagem de Bens Culturais ou tombadas, deverão ter seus projetos de acessibilidade aprovados pelo órgão municipal de Patrimônio Cultural.

- § 3º Os casos omissos serão analisados pelo órgão competente por similaridade.

- § 4º O disposto no caput deste artigo com relação à adequação da acessibilidade para os templos religiosos de qualquer culto deverá obedecer ao seguinte:

- I - 12 meses a contar da vigência deste Código para a aprovação do projeto de reforma; e

- II - 18 meses, a contar da data da aprovação do projeto de reforma, para a execução das obras necessárias à regularização.

- 

**Art. 183.** Os projetos aprovados com Alvará de Execução ainda em vigor, quando sujeitos às disposições do artigo anterior, independem de nova aprovação, mas as alterações do projeto, quando necessárias ao atendimento das normas de acessibilidade, deverão ser objeto de projeto de reforma ou substituição requerido ao Município.

**Art. 184.** A locação de imóveis que se destinem a abrigar órgãos públicos, somente, ocorrerá depois de efetuadas as devidas adaptações à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

**Art. 185.** No acesso às dependências destinadas ao público, a acessibilidade, deverá ser sinalizada e identificada pelo Símbolo Internacional de Acesso, definida através da NBR-9050 da ABNT.

## **CAPÍTULO XIV DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS**

### **SEÇÃO I**

#### **DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS**

**Art. 186.** Será permitida a instalação de postos de abastecimento, serviços de lavagem e lubrificação de veículos nos locais definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 187.** A autorização para construção de postos de abastecimento de veículos e serviços será concedida com observância das seguintes condições:

- I** - para a obtenção de Alvará de Construção ou localização dos postos de abastecimento junto à Prefeitura do Município, será necessária a análise de projetos com a emissão de correspondente certidão de licenciamento preliminar pelos órgãos municipal e estadual competentes;

- II** - deverão ser instalados em terrenos com área igual ou superior a 1.200m<sup>2</sup> e testada mínima de 40,00m;

- III** - só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim;

- IV** - serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviços, desde que não interfira nas atividades específicas definidas no artigo 186;

**V** - as instalações dos tanques e as bombas de combustíveis deverão distar no mínimo 8,00m do alinhamento predial e 5,00m de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos da data, de acordo com as normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP;

**VI** - a entrada e saída de veículos serão feitas com largura mínima de 4,00m e máxima de 7,00m, devendo ainda guardar distância mínima de 2,00m das laterais do terreno;

**VII** - não poderá ser rebaixado o meiofio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas e no mínimo, a 3,00m do ponto de concordância da curva;

**VIII** - para testadas com mais de 1 acesso, a distância mínima entre eles é de 6,00m;

**IX** - nos trechos junto ao alinhamento predial, onde não houver rebaixo de meiofio deverão ser construídos muretas, floreiras ou canteiros, de modo a impedir a passagem de veículos;

**X** - os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP;

**XI** - deverão atender às exigências legais do Corpo de Bombeiros e das demais leis pertinentes;

**XII** - para a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras será necessária a vistoria das edificações, quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelos órgãos estaduais e municipais competentes;

**XIII** - todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser atestados quanto à sua estanqueidade, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Agência Nacional do Petróleo – ANP;

**XIV** - para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de, pelo menos 3 poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático;

**XV** - deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuárias existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelos órgãos municipais e estaduais competentes; e

**XVI** – deverão ser observadas as legislações ambientais federais, estaduais e municipais sobre o assunto.

**§ 1º** A construção de postos que já possuam alvará de execução emitido antes da aprovação desta lei deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 dias a contar da data de publicação desta lei.

**§ 2º** As medidas de proteção ambiental, para armazenagem subterrânea de combustíveis, estabelecidas nesta lei, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

**Art. 188.** As edificações destinadas a abrigar postos de abastecimento, que possuam serviços de lavagem e lubrificação de veículos, deverão obedecer às seguintes condições:

**I** - ter área coberta capaz de comportar os veículos em manutenção;

**II** - ter pé-direito mínimo de 3,00m, inclusive nas partes inferior e superior dos jiraus ou mezaninos ou de 4,50m quando houver elevador para veículo;

**III** - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações deste Código;

**IV** - ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a freqüentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas para escoamento

das águas residuárias, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e observadas às exigências dos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo licenciamento ambiental; e

**V** - a área a ser pavimentada, atendendo à taxa de permeabilidade definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3%, com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

**Art. 189.** As instalações para lavagem de veículos e lava rápidos deverão:

**I** - estar localizadas em compartimentos cobertos e fechados em 2 de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em toda a altura ou ter caixilhos fixos sem aberturas;

**II** - ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequentes lavagens até a altura de 2,50m, no mínimo; e

**III** - no caso de construção de parede junto à divisa, esta deverá ter a mesma altura da cobertura.

**Parágrafo único.** Deverá ser prevista a construção de cisterna para armazenamento das águas de chuva, devendo ser utilizada para lavagem de veículos.

**Art. 190.** A instalação de entrepostos e depósitos de inflamáveis no Município de Londrina deverá estar de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e leis pertinentes à atividade.

## **SEÇÃO II**

### **DAS FÁBRICAS, DOS DEPÓSITOS E COMÉRCIO DE EXPLOSIVOS**

**Art. 191.** Para todos os efeitos, serão considerados explosivos, os corpos de composição química definida ou misturas de compostos químicos que, sob a ação do calor, atrito, choque, percussão, faísca elétrica ou qualquer outra causa produza reações exotérmicas instantâneas, dando em resultado a formação de gases superaquecidos, cuja pressão seja suficiente para destruir ou danificar pessoas ou coisas.

**Art. 192.** As instalações destinadas à fábrica, depósitos e comercialização de explosivos no Município de Londrina deverão estar de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e leis reguladoras pertinentes à atividade.

**Art. 193.** Os edifícios destinados à fabricação e à comercialização propriamente dita obedecerão às seguintes prescrições:

**I** - ter em seu perímetro todas as paredes resistentes;

**II** - o material da cobertura será impermeável, incombustível, o mais leve possível e assentará sobre vigamento bem contraventado;

**III** - as janelas serão guarnecidas por venezianas de madeira;

**IV** - a ventilação e a iluminação natural serão amplas; e

**V** - a altura mínima do pé-direito será de 4,00m.

**Art. 194.** Os afastamentos dos depósitos, em relação às propriedades vizinhas, serão providos de área de amortecimento, definida de acordo com as exigências estabelecidas pelas normas vigentes para a atividade.

**Art. 195.** Os depósitos deverão observar as seguintes prescrições:

**I** - as paredes confrontantes com propriedades vizinhas ou outras seções do mesmo depósito serão feitas de concreto ou de alvenaria de tijolo comprimido, com argamassa rica em cimento e espessuras, respectivamente, de 0,25m e 0,45m;

**II** - o material de cobertura será o mais leve possível, resistente, impermeável, incombustível e assentará sobre vigamento devidamente contraventado;

**III** - as janelas serão todas providas de venezianas de madeira;

**IV** - a ventilação e a iluminação natural serão amplas; a iluminação artificial será elétrica, com a instalação toda embutida e os interruptores localizados na parte externa dos edifícios;

**V** - as lâmpadas serão protegidas por globos impermeáveis aos gases e por telas metálicas;

**VI** - todo o depósito será protegido contra descargas atmosféricas, devendo constar dos projetos detalhes das instalações;

**VII** - o piso será resistente, impermeável e incombustível; e

**VIII** - as paredes serão providas internamente de revestimento impermeável e incombustível, em toda a sua extensão e altura.

**Parágrafo único.** A única iluminação artificial permitida será a elétrica, por lâmpadas incandescentes protegidas.

**Art. 196.** Os edifícios destinados às diversas fases da fabricação, os paióis e similares serão afastados entre si e das demais construções por, no mínimo, 50,00m.

**Art. 197.** Os edifícios destinados à guarda ou armazenamento dos explosivos preparados e acondicionados obedecerão aos dispositivos deste Código e às normas pertinentes aos depósitos de explosivos.

**Art. 198.** Nos edifícios destinados à fabricação de explosivos e ao armazenamento de matérias-primas haverá instalações contra incêndio, localizadas e proporcionadas de acordo com as exigências das normas técnicas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros.

## **CAPÍTULO XV**

### **DAS CONSTRUÇÕES DE CEMITÉRIOS, FUNERÁRIAS E CREMATÓRIOS**

**Art. 199.** São permitidas a implantação e construção de cemitérios, público ou particular, do tipo convencional, vertical ou parque, dotados ou não de sistema de crematório, obedecidos os critérios específicos do zoneamento em que se situar, os estabelecidos nesta lei e os seguintes requisitos:

**I** – quanto aos documentos que deverão ser anexados ao requerimento de aprovação da construção:



a) planta cotada do terreno em curva de nível, com indicação clara e precisa de suas confrontações, localização e situação, em relação a logradouros e estradas existentes;

b) projeto arquitetônico de aproveitamento da área;

c) projetos das edificações a serem executadas, contemplando prédio de administração, capela mortuária, sanitários e comércio especializado;

d) licenciamento dos órgãos ambientais do Estado e do Município;

e) Plano de Controle Ambiental, que deverá contemplar, exclusivamente:

1. estudo de viabilidade hidrogeoambiental com os seguintes dados: tipo de cemitério, exame da profundidade do nível hidrostático, teste de absorção do solo, tipo de composição do solo, estudo socioeconômico da região, cobertura vegetal, se houver, e predominância de ventos e incidência de chuvas;

2. no mínimo três ensaios de permeabilidade do solo, por alqueire;

3. projeto de abertura de poços piezômetros, com paredes internas revestidas com canos de PVC de duas polegadas, sendo obrigatória a abertura de, no mínimo, dois, um à montante e outro à jusante do empreendimento, para a licença prévia, e os demais para a licença de operação;

4. previsão de desinfecção dos poços piezômetros de acordo com as normas da ABNT;

5. previsão de coleta e análise da água dos poços piezômetros, anualmente, tendo como parâmetros cloreto, fosfato, nitrato, nitrogênio amoniacal, sulfato, cálcio e zinco.

f) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

**II** – quanto à área onde será implantado o cemitério:

a) não se situar à montante de qualquer reservatório ou sistema de adução de água;

b) estarem os lençóis de água a pelo menos 2m do ponto mais profundo do utilizado para sepultamento, devendo a sepultura contar com recobrimento vegetal de, no mínimo, 0,50m;

c) estar servida de transporte coletivo, quando do funcionamento do empreendimento;

d) estar acima da via marginal de fundo de vale ou de local de preservação permanente;

e) não apresentar declividade superior a 15%;

f) conter no mínimo 2 e no máximo 10 hectares de área líquida e não ultrapassar, em ambos os casos, uma área inscrita num círculo de 800m de diâmetro;

g) estar contornada por vias públicas em todo o seu perímetro, com o acesso principal voltado para via pública com caixa mínima de 18m de largura;

h) conter vagas de estacionamento na proporção de uma para cada 500m<sup>2</sup> do terreno, deduzindo-se do total de vagas exigidas as apresentadas nas vias públicas, que não poderão ultrapassar 50% do número de vagas exigidas, com ângulo de 45°; e

i) licenciamento ambiental devidamente aprovado.

**Art. 200.** Os cemitérios tipo parques ou jardins destinam-se a inumações sem ostentação arquitetônica, devendo as sepulturas identificadas com lápide ou placa de modelo uniforme, aprovada pelo responsável pela administração dos cemitérios.

**Art. 201.** Os cemitérios municipais, qualquer que seja o seu tipo, terão:

I - pelo menos 10% de sua área total reservada a inumações de indigentes e/ou pessoas carentes ou pessoas de baixa renda definidas pela ACESF;

II - quadras convenientemente dispostas, separadas por ruas e avenidas e subdivididas em sepulturas numeradas;

**III** - capelas destinadas a velório e preces dotadas de piso impermeável, com sistema de iluminação e ventilação;

**IV** - edifício da administração, com setor de registros;

**V** - sanitários públicos femininos e masculinos;

**VI** - copa;

**VII** - local para depósito de materiais e ferramentas;

**VIII** - instalações de energia elétrica e água;

**IX** - rede de galerias para águas pluviais;

**X** - ruas e avenidas pavimentadas;

**XI** - mapas e placas indicativas das quadras limítrofes, situadas nos ângulos formados pelas próprias quadras, ruas e avenidas;

**XII** - arborização interna definida pelo órgão municipal competente;

**XIII** - muros em todo o seu perímetro; e

**XIV** - ossários construídos na superfície, com gavetas perfeitamente vedadas.

**Parágrafo único.** Quanto às características e parâmetros construtivos, deverão ser observadas as disposições contidas no Código de Obras.

**Art. 202.** As construções funerárias só poderão ser executadas nos cemitérios particulares e municipais, depois de obtido alvará de execução, conforme estabelece o artigo 33 deste Código.

**Parágrafo único.** As construções funerárias deverão respeitar a regulamentação estabelecida neste Código no que couber.

**Art. 203.** As pequenas obras ou melhoramentos, como colocação de lápides nas sepulturas, assentadas sobre muretas de alvenaria de tijolos, implantação de cruzes com base de alvenaria de tijolos, construção de pequenas colunas comemorativas, instalações de grades, balaustradas, pilares com correntes, muretas de quadros e outras pequenas obras equivalentes deverão ser autorizadas pelo órgão gestor competente.

**Parágrafo único.** O órgão gestor exigirá, quando julgar conveniente, que sejam apresentados *croquis* explicativos.

**Art. 204.** Quando o projeto de construção funerária exigir, para sua execução, conhecimentos de resistência e estabilidade, será exigida ART de um profissional devidamente capacitado.

**Art. 205.** Fica extensivo às construções nos cemitérios, no que lhes for aplicável, o que se contém neste Código, em relação às construções em geral.

**Art. 206.** Os jazigos serão construídos sempre de acordo com o tipo aprovado e serão cobertos por lajes de concreto ou material equivalente, assentes sobre argamassa de cimento.

**Art. 207.** A altura das construções de túmulos, jazigos ou mausoléus, não poderá exceder o limite máximo de 3,00m acima do perfil natural do terreno, não se compreendendo, nelas, as estátuas, pináculos ou cruzes.

**Art. 208.** Para a implantação de Crematórios deverá ser apresentada a seguinte documentação:

**I** - planta cotada do terreno, com curva de nível, com indicação clara e precisa de suas confrontações, localização e situação, em relação a logradouros e estradas existentes;

**II** - projeto de implantação e aproveitamento da área;

**III** - projetos das edificações e tratamento paisagístico a serem executadas;

**IV** - licenciamento dos órgãos ambientais do Estado e do Município;

**V** – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); e

**VI** - Plano de Controle Ambiental (PCA) pertinente a esta atividade.

**Art. 209.** A construção de cemitérios e incineradores de animais deverá atender aos seguintes requisitos:

**I**- documentos que deverão ser anexados ao requerimento de aprovação da construção:

**a)** planta cotada do terreno em curva de nível, com indicação clara e precisa de suas confrontações, localização e situação, em relação a logradouros e estradas existentes;

**b)** projeto arquitetônico de aproveitamento da área;

**c)** projetos das edificações a serem executadas, contemplando prédio de administração, sanitários, muros ou telas em todo o seu entorno com altura mínima de 2,5m e comércio especializado;

**d)** licenciamento dos órgãos ambientais do Estado e do Município;

**e)** Plano de Controle Ambiental, que deverá contemplar, exclusivamente:

**1.** estudo de viabilidade hidrogeoambiental contendo os seguintes dados: tipo de cemitério, exame da profundidade do nível hidrostático, teste de absorção do solo, tipo de composição do solo, cobertura vegetal, se houver, e predominância de ventos e incidência de chuvas;

**2.** no mínimo, três ensaios de permeabilidade do solo, por alqueire;

**3.** projeto de abertura de poços piezômetros, com paredes internas revestidas com canos de PVC de duas polegadas, sendo obrigatória a abertura de, no mínimo dois, um à montante e outro à jusante do empreendimento, para a licença prévia, e os demais para a licença de operação;

**4.** previsão de desinfecção dos poços piezômetros, de acordo com as normas da ABNT;

**5.** previsão de coleta e análise da água dos poços piezômetros, anualmente, tendo como parâmetros cloreto, fosfato, nitrato, nitrogênio amoniacal, sulfato, cálcio e zinco.

**f)** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

**II** - relativos à área onde será implantado o cemitério:

**a)** não se situar à montante de qualquer reservatório ou sistema de adução de água;

**b)** estarem os lençóis de água a pelo menos a dois metros do ponto mais profundo do utilizado para sepultamento, devendo a sepultura contar com recobrimento vegetal de, no mínimo, 0,50m (cinquenta centímetros);

**c)** licenciamento ambiental devidamente aprovado.

## **CAPÍTULO XVI**

### **DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E PENALIDADES**

## **SEÇÃO I**

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 210.** As obras poderão ser notificadas quando houver indícios de irregularidades constatadas pelo agente público, casos em que deverão ser atendidas no prazo regulamentado, através de portaria.

**Art. 211.** As infrações às disposições deste Código serão punidas com as seguintes penas:

**I** - embargo da obra ou cassação de alvará;

**II** – multas; e

**III** - demolição.

**Parágrafo único.** As multas serão aplicadas ao proprietário e ao responsável técnico solidariamente, se houver, de acordo com regulamento específico a ser elaborado pelo Executivo Municipal.

**Art. 212.** A obra em andamento será embargada se:

**I** - estiver sendo executada sem o alvará de execução, quando este for necessário;

**II** - for construída, reconstruída ou ampliada em desacordo com os termos do alvará e projeto aprovado;

**III** - estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o público, para seu entorno ou para o pessoal que a constrói; e

**IV** – quando houver evidências de danos ambientais.

**Art. 213.** Ocorrendo um dos casos mencionados no artigo anterior, o fiscal de obras fará o embargo provisório da obra, por simples comunicação escrita ao responsável técnico e ao proprietário, dando imediata ciência à autoridade superior.

**Art. 214.** Se o infrator desobedecer ao embargo, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na legislação específica.

**Parágrafo único.** Será cobrado o valor da multa a cada reincidência das infrações cometidas, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais cabíveis.

**Art. 215.** O auto será levado ao conhecimento do infrator para que o assine e, em caso de recusa ou de não ser encontrado, publicar-se-á seu resumo em jornal oficial do Município de Londrina, seguindo-se o processo administrativo e a competente ação judicial para suspensão da obra.

**Art. 216.** Se o embargo for procedente, seguir-se-á à demolição total ou parcial da obra.

**Art. 217.** O embargo só será cancelado depois de sanadas as irregularidades.

## **SEÇÃO II**

### **DA DEMOLIÇÃO**

**Art. 218.** A demolição total ou parcial das construções será imposta pelo Município, mediante intimação, quando:

**I** – clandestina e irregular;  
**II** - for feita sem observância do alinhamento ou em desacordo ao projeto aprovado;  
**III** - constituírem ameaça de ruína, com perigo para os transeuntes; e  
**IV** - quando, situadas no entorno de bem tombado, colocar em risco a sua integridade, em conformidade com a Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

**Art. 219.** A demolição, no todo ou em parte, será feita pelo proprietário.

**Art. 220.** O proprietário poderá, às suas expensas, dentro de 48 horas que se seguirem à intimação, pleitear seus direitos, requerendo vistoria na construção, a qual deverá ser feita por dois peritos habilitados, sendo um, obrigatoriamente, indicado pela Prefeitura.

**Art. 221.** Intimado o proprietário do resultado da vistoria, seguir-se-á o processo administrativo, passando-se à ação demolitória se não forem cumpridas as decisões do laudo.

### **SEÇÃO III DAS MULTAS**

**Art. 222.** A multa será imposta pelo funcionário competente ao infrator, mediante lavratura do auto.

**Art. 223.** Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I** - a maior ou menor gravidade da infração;
- II** - as suas circunstâncias; e
- III** - os antecedentes do infrator.

**Art. 224.** Imposta a multa, o infrator intimado, pessoalmente, via correio ou por edital afixado no recinto da Prefeitura, e deverá ser efetuado o seu recolhimento amigável, dentro de 30 dias, findo os quais, far-se-á a cobrança judicial.

### **SEÇÃO IV DA DEFESA**

**Art. 225.** O contribuinte terá o prazo de 30 dias para apresentar defesa contra a autuação, ou embargo, contados da data de seu recebimento.

**Art. 226.** Na hipótese do contribuinte não ter assinado o auto competente, será notificado por via postal com Aviso de Recebimento ou por publicação no Jornal Oficial.

**Art. 227.** A defesa far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos, e será juntada ao processo administrativo iniciado pelo órgão municipal competente.

### **SEÇÃO V DA DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Art. 228.** O processo administrativo, uma vez decorrido o prazo para a apresentação da defesa, será imediatamente encaminhado ao titular do órgão competente para fiscalização da obra, ou a quem tiver esta atribuição, delegada pelo Prefeito.

**Parágrafo único.** Se entender necessário, a autoridade julgadora poderá determinar a realização de diligência para esclarecer questões duvidosas, bem como solicitar o parecer da Procuradoria Jurídica, ou de quem tiver esta atribuição, delegada pelo Prefeito.

**Art. 229.** O autuado será notificado da decisão da primeira instância por via postal.

**Art. 230.** Caso seja comprovado, na defesa, o compromisso de regularização da infração o órgão competente poderá conceder:

**I** - redução de 90% do valor da multa, sem prejuízo das custas judiciais, se houver; e

**II** - o prazo de até 18 meses para efetiva regularização, a contar da data da autuação.

## **SEÇÃO VI DO RECURSO**

**Art. 231.** Da decisão de primeira instância, caberá recurso para o Prefeito, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 dias úteis.

**Art. 232.** O recurso far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

**Parágrafo único.** É vedado, em uma só petição, interpor recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo recorrente, salvo quando as decisões forem proferidas em um único processo.

## **SEÇÃO VII DOS EFEITOS DAS DECISÕES**

**Art. 233.** A decisão definitiva, quando mantida a autuação, produz os seguintes efeitos, conforme o caso:

**I** - autoriza a inscrição das multas em dívida ativa e subsequente cobrança judicial;

**II** - autoriza a demolição do imóvel; e

**III** - mantém o embargo da obra ou a interdição da edificação, até o esclarecimento da irregularidade constatada.

**Art. 234.** A decisão, que torna insubsistente a autuação, produz os seguintes efeitos, conforme o caso:

**I** - autoriza o autuado a receber a devolução da multa paga indevidamente, no prazo de 30 dias após requerê-la;

**II** - suspende a demolição do imóvel; e

**III** - retira o embargo da obra ou a interdição da edificação.

## **CAPÍTULO XVII DA TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA PREDIAL**

**Art. 235. VETADO.**  
**§ 1º VETADO.**  
**§ 2º VETADO.**  
**§ 3º VETADO.**  
**§ 4º VETADO.**  
**§ 5º VETADO.**  
**§ 6º VETADO.**  
**Art. 236. VETADO.**  
**Parágrafo único. VETADO.**  
**Art. 237. VETADO.**  
**Art. 238. VETADO.**  
**Art. 239. VETADO.**  
**Art. 240. VETADO.**  
**Parágrafo único. VETADO.**  
**Art. 241. VETADO.**  
**Parágrafo único. VETADO.**  
**Art. 242. VETADO.**  
**Art. 243. VETADO.**  
**Art. 244. VETADO.**  
**Parágrafo único. VETADO.**  
**Art. 245. VETADO.**  
**Art. 246. VETADO.**  
**Art. 247. VETADO.**  
**Parágrafo único. VETADO.**  
**Art. 248. VETADO.**  
**Art. 249. VETADO.**  
**Art. 250. VETADO.**

## **CAPÍTULO XVIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 251.** Os casos omissos serão avaliados por uma Câmara Técnica a ser criada pelo Executivo Municipal e, se necessário, serão encaminhados ao Conselho Municipal da Cidade.

**Art. 252.** Às exigências contidas neste Código deverão ser acrescentadas as imposições específicas do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e dos órgãos ambientais municipal e estadual.

**Art. 253.** São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

**I - Anexo I:** Tabela 1 – Áreas mínimas em Edificações Residenciais;

**II - Anexo II:** Tabela 2 - Edificações Residenciais e Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares; e

**III - Anexo III:** Tabela 3 – Edifícios Comércio/Serviço.

**Art. 254.** Este Código entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as leis nºs. 281/1955, 291/1956, 335/1956, 336/1956, 349/1956, 350/1956, 364/1957, 403/1958, 971/1965, 991/1965, 997-A/1965, 1.041-A/1965, 1.084/1966, 1.317/1968, 2.262/1973, 2.865/1977, 3.185/1980, 3.790/1985, 4.572/1990, 4.599/1990, 4.634/1991, 5.468/1993,

5.939/1994, 6.053/1995, 6.072/1995, 8.040/2000, 8.316/2000, 9.704/2005 e 10.570/2008; o artigo 1º da Lei nº 1108/1966 e o artigo 1º da Lei nº 7.596/1998.

Londrina, 21 de novembro de 2011.

**Homero Barbosa Neto**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**

**Marco Antonio Cito**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO**

Ref.

**Projeto de Lei nº 213/2010**

Autoria: **Executivo Municipal**

*Aprovado na forma do Substitutivo nº 1 e com as Emendas nºs 1 a 4, 7 a 9 e 11 a 29, 31, 33 e 35.*



**ANEXO I****TABELA 1 – ÁREAS MÍNIMAS EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS**

	<b>CÍRCULO INSCRITO DIÂMETRO</b>	<b>ÁREA MÍNIMA A (m²)</b>	<b>ILUMINAÇÃO MÍNIMA</b>	<b>VENTILAÇÃO MÍNIMA</b>	<b>PÉ DIREITO MÍNIMO (m)</b>	<b>REVESTIMENTO PAREDE</b>	<b>REVESTIMENTO PISO</b>
<b>Salas</b>	2,50	10,00	1/8	1/16	2,60	-	-
<b>Quarto principal (pelo menos um na edificação)</b>	2,40	8,00	1/8	1/16	2,60	-	-
<b>Demais quartos</b>	2,00	6,00	1/8	1/16	2,60	-	-
<b>Copa</b>	1,50	4,00	1/8	1/16	2,60	-	-
<b>Cozinha</b>	1,50	4,50	1/8	1/16	2,60	Impermeabilização até 1,50m	Impermeabilização
<b>Banheiro</b>	1,20	2,5	1/8	1/16	2,30	Impermeabilização até 1,50m	Impermeabilização
<b>Lavanderia</b>	1,50	2,00	1/8	1/16	2,60	Impermeabilização até 1,50m	Impermeabilização
<b>Depósito</b>	1,00	1,50		1/16	2,60	-	-
<b>Vaga de garagem*</b>	2,30	10,58	-	1/16	2,60	-	Impermeabilização
<b>Corredor</b>	0,90	-	1/8	-	2,60	-	-
<b>Sótão</b>	-	-		1/16	2,00	-	-
<b>Porão</b>	-	-	-	1/16	2,00	-	-
<b>Escada</b>	0,80	-	-	-	H min.= 2,10m	-	-
<b>WC/serviço</b>	1,20	1,44	1/8	1/16	2,30	Impermeabilização até 1,50m	Impermeabilização

**Observações:****Para residências unifamiliares:**

Copa: tolerada iluminação zenital, concorrendo com 50% no máximo da iluminação natural exigida;

Cozinha: tolerada iluminação zenital, concorrendo com 50% no máximo da iluminação natural exigida;

Banheiro:

- 1 - toleradas iluminação e ventilação zenital;
- 2. - toleradas a iluminação artificial e ventilação mecânica; e
- 3 - não poderá comunicar-se diretamente com a cozinha ou ambientes para refeição.

Lavanderia: toleradas iluminação e ventilação zenital;

Depósito:

- 1 - toleradas iluminação e ventilação zenital; e
- 2 - tolerados chaminés de ventilação e dutos horizontais.

•

•

- **Para edifícios residenciais multifamiliares:**

- Banheiros:

- 1 - tolerados dutos de ventilação com área mínima de 1,00m<sup>2</sup> (um metro quadrado) e dimensão mínima de 0,60m. (para edifícios); e
- 2 - tolerados dutos de ventilação forçada com área mínima de 1,00m<sup>2</sup> (um metro quadrado) e dimensão mínima de 0,60m. (para edifícios).

•

- \* Vagas de estacionamento:

- 1. As vagas de estacionamento situadas longitudinalmente às paredes terão largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- 2. As dimensões das vagas de estacionamento deverão ser consideradas como vão livre; e
- 3. Para os edifícios comerciais/serviço e multifamiliares, as vagas de estacionamento deverão atender a NBR 9050 da ABNT e ao Estatuto do Idoso/2003.

## **ANEXO II**

**TABELA 2 - EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS - ÁREAS COMUNS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES**

	HALL PRÉDIO	HALL PAVIMENTO	CORREDOR PRINCIPAL	ESCADAS	RAMPAS	CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS
Círculo Inscrito Diâmetro Mínimo	2,20	1,50	1,20	1,20	1,20	5,00
Área Mínima	6,00	3,00	-	-	-	-
Ventilação Mínima	1/20	-	-	-	-	1/20
Pé-direito Mínimo	2,60	2,60	2,60	2,10	2,10	2,40
Observações	1 e 2	2 e 4	5	4	6 e 7	3 e 10

### **Observações:**

1. A área mínima de 6,00m<sup>2</sup> é exigida, quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida em 30% para cada elevador acrescido;
2. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito – diâmetro mínimo de 1,50m;
3. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais;
4. Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada;
5. Consideram-se corredores principais, os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva;
6. O piso deverá ser antiderrapante, para as rampas com inclinação superior a 6%;
7. As rampas deverão atender os artigos 70 e 71 desta lei;
8. Todas as dimensões são expressas em metros; e
9. Altura mínima livre na área de circulação de veículos será de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

**ANEXO III**  
**TABELA 3 – EDIFÍCIOS COMÉRCIO / SERVIÇO**

	<b>CÍRCULO INSCRITO DIÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>ÁREA MÍNIMA</b>	<b>ILUMINAÇÃO MÍNIMA.</b>	<b>VENTILAÇÃO MÍNIMA</b>	<b>PÉ-DIREITO MÍNIMO</b>	<b>REVESTIMENTO O PAREDE</b>	<b>REVESTIMENTO O PISO</b>
<b>Hall do Prédio</b>	3,00	12,00	-	-	2,50	-	
<b>Hall Pavimento</b>	1,50		-	-	2,50	-	-
<b>Corredor</b>	1,20	-	-	-	2,50	-	Impermeabilização
<b>Escadas comuns/ coletivas</b>	1,20	-	-	-	H mínima = 2,10	Impermeabilização até 1,50m	Incombustível
<b>Salas</b>	2,40	6,00	1/8	1/16	2,60	-	-
<b>Sanitários</b>	1,00	1,50	-	1/16	2,20	Impermeabilização até 1,50m	Impermeabilização
<b>Copa</b>	0,90	1,50	-	<del>1/16</del>	2,50		Impermeabilização
<b>Lojas</b>	3,00	-	1/8	1/16	3,50	-	-
<b>Sobre lojas</b>	3,00	-	1/8	1/16	2,50	-	-
<b>Galpão Industrial</b>	-	-	-	-	4,00	-	-

Observações:

- Hall do Prédio: A área mínima de 12,00m<sup>2</sup> é exigida, quando houver um só elevador, quando houver mais de um elevador, a área deverá ser aumentada de 30% por elevador excedente.

## **DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

Deverão ser consultadas as seguintes normas e especificações técnicas:

### **Para os Projetos de Arquitetura:**

- NBR-13532/95: Elaboração de projetos de edificações – arquitetura.
- NBR-13531/95: Elaboração de projetos de edificações – atividades técnicas.
- NBR 6492: Representação de Projetos de Arquitetura.
- Código de Edificações do Município de Londrina.
- Plano Diretor Participativo de Londrina.
- NBR 9050 da ABNT.

### **Para os Projetos de Estruturas:**

- NBR-7173/82: Bloco vazado de concreto simples para alvenaria sem função estrutural.
- NBR-6136/94: Bloco vazado de concreto simples para alvenaria estrutural.
- NBR-6118: Projeto e Execução de obras de concreto armado.
- NBR-6120: Cargas para cálculo de estruturas em edificações.
- NBR-6122: Projeto e execução de fundações.
- NBR-6123: Forças devidas ao vento em edifícios.
- NBR-9062: Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado.
- NBR-7808: Símbolos gráficos para projetos de estrutura.
- NBR-10837: Cálculo de alvenaria estrutural de blocos vazados de concreto.
- NBR-7190: Cálculo e execução de estruturas de madeira.

### **Para os Projetos de Instalações Prediais:**

- NBR-5410: Instalação elétrica de baixa tensão.
- NBR-5626: Instalações Prediais de água fria.
- NBR-10844: Instalações prediais de águas pluviais.
- NBR-8160: Instalações prediais de esgotos sanitários.
- Normas de Prevenção de Incêndio.

LEI Nº 11.468 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

SÚMULA: Institui o Código de Posturas do Município de Londrina.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, SANCIONO A SEGUINTE

Jornal Oficial nº 1765 Pág. 2 Segunda-feira, 09 de janeiro de 2012

LEI: Nº 11.468

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta lei tem a denominação de Código de Posturas do Município de Londrina e contém as medidas de Polícia Administrativa a cargo do Município, estatuinto as necessárias relações entre o Poder Público local e as pessoas físicas ou jurídicas, liberando, fiscalizando, condicionando, restringindo ou impedindo a prática ou omissão de atos de particulares edisciplinando o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de produção e de prestação de serviços, sempre no sentido de disciplinar e manter a ordem, a higiene, a moral, o sossego e a segurança pública.

**Art. 2º** Ao Prefeito, aos titulares das Secretarias, aos dirigentes das Sociedades de Economia Mista, Autarquias e Fundações Municipais, aos Servidores Municipais e aos Servidores Estaduais e Federais, cedidos ao Município ou municipalizados, e aos cidadãos, incumbe velar pela observância dos preceitos deste Código.

**Art. 3º** Aplicam-se, aos casos omissos, as disposições relativas aos casos análogos e, subsidiariamente, os princípios gerais de direito.

TÍTULO II - DO LICENCIAMENTO EM GERAL

CAPÍTULO I - DA CONSULTA PRÉVIA PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Art. 4º** O Município, mediante requerimento do interessado, emitirá parecer sobre a Consulta Prévia de Viabilidade, contendo informações sobre o uso e ocupação do solo e os aspectos ambientais, zoneamento e demais dados necessários à instalação de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços urbano e rural.

**Parágrafo único.** A Consulta Prévia de Viabilidade, quando necessária, é um procedimento que antecede a solicitação do Alvará de Licença de Localização, devendo o interessado formalizá-lo, junto ao setor competente do Município, por meio de formulário próprio, tendo validade de 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 5º** Na Consulta Prévia de Viabilidade Técnica, deverá constar as seguintes informações:

I - nome do interessado;

II - descrição da atividade;

III - local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário,

quadra, data e loteamento ou outra identificação, quando estiver fora do perímetro urbano; e

IV - número de inscrição do interessado no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda, se houver.

## CAPÍTULO II - DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

**Art. 6º** Nenhuma atividade de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas, privadas ou religiosas poderá ser exercida no Município sem o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, concedido mediante requerimento dos interessados, com a apresentação dos documentos necessários e do pagamento dos tributos devidos, conforme regulamento.

**Art. 7º** Caso haja dois ou mais estabelecimentos situados no mesmo local, será exigido o Alvará de Licença de Funcionamento individual para cada estabelecimento.

**Art. 8º** Só serão fornecidos Alvarás de Licença de Localização para os seguintes estabelecimentos:

I - que exploram as atividades de jogos eletrônicos e similares, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas alcoólicas, desde que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental e médio;

II - que exploram jogos de bilhar ou quaisquer dos seus similares, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental, médio ou superior ou de bibliotecas públicas;

III - que permitam o consumo de bebidas alcoólicas no local, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil e de estabelecimentos de ensino fundamental, médio, superior ou cursos preparatórios, observado o seguinte: será respeitado o direito adquirido dos estabelecimentos que, na data da publicação desta lei, possuírem Alvará de Licença para Funcionamento expedido pelo Município, com autorização para consumo de bebidas alcoólicas, desde que mantenham as características do alvará de origem;

IV - instituições de ensino de nível técnico ou de cursos profissionalizantes, se estas comprovarem estar regularmente inscritas no respectivo conselho e no órgão competente e devidamente autorizadas e credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação;

V - necrotérios, crematórios, casas de embalsamento e serviço de tanatopraxia, se instalados em edificações isoladas, estiverem de acordo com a lei de uso e ocupação de solo urbano.

VI - instalações que armazenam resíduos sólidos, inclusive os ferros-velhos, devem possuir infraestrutura mínima adequada, prevendo proteção contra chuva, organização interna, restrição de acesso, dispositivo que impeça a entrada e proliferação de vetores, animais peçonhentos, acúmulo de água e, de toda forma, mantendo o ambiente organizado e em condições adequadas para higiene e limpeza, devendo ser fechados com muros em todas as faces do lote, com altura mínima de 2,50 metros.

§ 1º Os centros de educação infantil, os estabelecimentos de ensino que pretenderem se instalar próximos aos estabelecimentos descritos nos incisos I a III do caput deste artigo também deverão obedecer ao distanciamento mínimo ali previsto.

§ 2º Para que se meçam as distâncias de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo partir-se-á dos portões de acesso dos estabelecimentos de ensino, dirigindo-se ao eixo da rua em que se localizarem e, por este, até a porta de acesso dos estabelecimentos ali referidos.

§ 3º Não se aplicam as restrições mencionadas nos incisos I a III do caput deste artigo nos casos em que os estabelecimentos ali referidos funcionarem em horários distintos.

§ 4º Fica proibida a exploração de imagens e jogos de cunho sexual em estabelecimentos de aluguel de computadores, jogos eletrônicos ou estabelecimentos que disponibilizem equipamentos para o acesso ao público.

§ 5º Será respeitado o direito adquirido dos estabelecimentos que, na data da publicação desta lei, possuírem Alvará de Licença para localização e funcionamento expedido pelo Município.

§ 6º As atividades mencionadas nos incisos I a VI do caput deste artigo, especialmente as geradoras de ruídos diurnos e noturnos e de serviços de lazer e diversão, somente terão seus alvarás concedidos uma vez respeitadas as legislações próprias de uso, de ocupação e de zoneamento urbano, especialmente o residencial e o de ocupação controlada.

**(Alterado) Art. 9º** A licença para localização e funcionamento de estabelecimentos - pessoa física ou jurídica - será expedida depois decumpridas as disposições deste Código e procedida à juntada dos seguintes documentos:

I - licença sanitária, quando exigida pelo órgão municipal competente;

II - aprovação do plano de gerenciamento de resíduos, quando exigido pelo órgão municipal competente;

III - licenciamento ambiental, caso necessário;

IV - certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros; e

V - certificado de vistoria de conclusão de obra expedido pelo Município.

**Parágrafo único.** Decreto Municipal poderá regulamentar a exigência de outros documentos.

Jornal Oficial nº 2339 Pág. 3 Sexta-feira, 3 de janeiro de 2014

LEI Nº 11.979, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

**SÚMULA:** Altera a redação do artigo 9º da Lei Municipal nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011 - Código de Posturas do Município. Jornal Oficial nº 2339 Pág. 3 Sexta-feira, 3 de janeiro de 2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** O artigo 9º da Lei Municipal nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 9º** A licença para localização e funcionamento de estabelecimentos - pessoa física ou jurídica - será expedida depois de cumpridas as disposições deste código e de seu regulamento, bem como da legislação aplicável a cada caso, principalmente quando exigirem observância a:

I. higiene - através de vistoria e emissão de licença sanitária;

II. ambiente - caso em que será exigido Parecer ou Laudo Ambiental;

III. segurança:

a) mediante apresentação de Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento liberatório;

b) do visto de conclusão da obra.

§ 1º Atendendo ao que dispõe a legislação, Decreto Municipal regulamentará a exigência de outros documentos, de acordo com a atividade desenvolvida.

§ 2º Não obsta a liberação do alvará definitivo o imóvel cuja obra ainda não possua o visto de conclusão, sendo o documento suprido por atestado de responsabilidade técnica, expedido por engenheiro legalmente habilitado, certificando a higidez e segurança da construção para os fins requeridos no pedido de licença, caso que será



comunicado à Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, para que se tomem as providências cabíveis, visando à regularização da construção.

**§ 3º** É admissível a emissão de alvará de licença com prazo de validade previamente fixado, de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até a completa formalização documental nos termos do regulamento.

**§ 4º** O alvará que trata o parágrafo anterior, quando as atividades envolverem aglomeração de pessoas, manuseio de produtos inflamáveis, voláteis, combustíveis, explosivos ou qualquer outro produto que possa causar danos ao meio ambiente, não poderão ser expedidos, mesmo que a título precário, sem o cumprimento do inciso III, alínea "a", deste artigo.

**§ 5º** Não se aplica o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo quanto estiver em vigor medida judicial que torne a obra embargada.

**§ 6º** O disposto no § 2º deste artigo não se aplica nas hipóteses previstas nos artigos 153 a 158 da Lei nº 10.637, de 24 de dezembro de 2008."

**§ 7º** Na aplicação e no cumprimento das disposições deste artigo deverá ser observado e obedecido o seguinte:

**I** - A responsabilidade sobre o acompanhamento final será da Secretaria Municipal de Fazenda ou Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, conforme for o caso, por meio de servidor público efetivo; e

**II** - Ficarão a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio dos servidores públicos municipais efetivos designados para o procedimento, responsáveis pela finalização de cada processo, dentro dos parâmetros estabelecidos neste artigo."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 26 de dezembro de 2013. Alexandre Lopes Kireeff - Prefeito do Município,  
Paulo Arcoverde Nascimento – Secretário de Governo.

Ref.

Projeto de Lei nº 386/2012

Autoria: Executivo Municipal.

Aprovado na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1.

**Art. 10.** Todos os estabelecimentos deverão expor em local visível ao público em geral, bem como para fins de fiscalização, o Alvará de Licença para Localização e a Licença Sanitária, devidamente atualizados.

**Art. 11.** Não será permitida a exploração de atividades em geral, após as 22 horas e antes das 6 horas em prédios de uso misto.

**§ 1º** As atividades de que trata este artigo poderão ter seus horários estendidos, desde que haja aprovação em assembléia.

**§ 2º** Considera-se atividade noturna aquela explorada após as 19 horas.

**Art. 12.** As lojas de conveniência situadas junto aos postos de revenda de combustíveis poderão comercializar bebidas alcoólicas, sendo proibido seu consumo dentro da loja ou no perímetro do posto.

**Art. 13.** Os estabelecimentos que operam com a atividade de funilaria e pintura deverão ser dotados de ambiente próprio, fechado e provido de equipamentos antipoluentes, a serem definidos em lei específica.

**Art. 14.** A concessão ou renovação do Alvará de Licença para Localização, bem como o licenciamento de construções destinadas a postos de abastecimento e serviços, oficinas mecânicas, estacionamentos e os lava-rápidos que operam com serviços de limpeza, lavagem, lubrificação, manutenção ou troca de óleo de veículos automotivos e assemelhados ficam condicionados à apresentação de licenciamento ambiental.

**Art. 15.** Qualquer alteração do Alvará de Licença de Funcionamento deverá ser requerida antecipadamente perante a Secretaria Municipal de Fazenda.

### TÍTULO III - DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO

**Art. 16.** A abertura e o fechamento dos estabelecimentos de atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, localizados no Município, deverão se limitar aos horários determinados neste capítulo, de acordo com os grupos a que pertencem.

I - GRUPO 1, composto pelas atividades do comércio varejista de modo geral, terá como horário normal de funcionamento: de segunda a sexta feiras das 8 às 18 horas, aos sábados das 9 às 13 horas e fechado aos domingos e feriados. No primeiro e segundo sábados depois do quinto dia útil do mês o horário de funcionamento será das 9 às 18 horas;

II - GRUPO 2, composto pelas atividades dos prestadores de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, profissionais liberais e correlatos: todos os dias, durante 24 horas;

III - GRUPO 3, composto pelas atividades do comércio varejista de alimentos e gêneros de primeira necessidade para atendimento local, localizados na área central e periférica: será livre para fixar o horário normal de funcionamento até as 22 horas todos os dias;

IV - GRUPO 4, composto pelos bares, restaurantes e similares, boates, casas de shows e similares, diversões públicas, estabelecimentos religiosos e locais de cultos de qualquer natureza, clubes recreativos e serviços de hospedagens: todos os dias, 24 horas;

V - GRUPO 5, composto pelas atividades hospitalares, postos de saúde, clínicas médicas e similares, postos de combustíveis e farmácias: todos os dias, 24 horas;

VI - GRUPO 6, composto pelos reparadores de veículos em geral, serralherias, marcenaria, serviço de metalurgia e indústrias que, por suas características, são consideradas atividades incômodas e ruidosas localizadas em zonas comerciais ou residenciais: de segunda a sábado, na faixa das 8 às 18 horas; e aos domingos e feriados, fechado;

VII - GRUPO 7, composto por todas as atividades localizadas nas zonas e polos industriais: todos os dias, 24 horas; excluídas as atividades voltadas para o comércio varejista/atacadista, as quais obedecerão ao horário estabelecido no inciso I deste artigo (Grupo 1);

VIII - GRUPO 8, composto pelos shoppings centers, hipermercados, supermercados e mercados será livre para fixar o horário normal de funcionamento de segunda a sábado das 8 às 22 horas e aos domingos e feriados das 8 às 18 horas, observando-se ainda o seguinte:

a) as praças de alimentação localizadas nos estabelecimentos referidos neste Grupo poderão funcionar até as 24 horas;

b) os estabelecimentos localizados nas dependências ou nas mesmas edificações dos supermercados e hipermercados o horário normal de funcionamento de segunda a sábado será das 8 às 22 horas e aos domingos e feriados das 8 às 18 horas;

c) os mini-mercados, mercados, supermercados e hipermercados não funcionarão nas datas comemorativas de 1º de janeiro (Confraternização Universal), Domingo de Páscoa, 1º de maio (Dia do Trabalho), Dia das Mães, Dias dos Pais, Natal e no Dia da Consciência Negra.

IX - GRUPO 9, composto pela indústria da construção civil, terá como horário normal de funcionamento de segunda a sexta-feiras, das 7 às 18 horas, aos sábados, das 7 às 12 horas e fechados aos domingos e feriados.

§ 1º A pedido dos interessados, o Município poderá expedir Autorização Especial para antecipação ou prorrogação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, a título precário, e por prazo determinado, com anuência do Sindicato dos Empregados.

§ 2º Serão considerados horários normais de funcionamento nos estabelecimentos comerciais do Grupo 1 e nos prestadores de serviços, às vésperas de datas festivas ou promocionais: das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, e das 9 às 13 horas, aos sábados. Outros horários poderão ser negociados por meio de Convenção Coletiva de Trabalho entre os sindicatos dos empregados e o patronal.

§ 3º Também, será considerado horário normal de funcionamento das atividades comerciais durante o mês de dezembro de segunda a sexta-feira, das 8 às 22 horas, e aos sábados, das 8 às 18 horas.

§ 4º As atividades exercidas em zonas residenciais poderão ter seu horário limitado, independente do grupo a que pertença.

§ 5º Estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, localizados em distritos, patrimônios ou distantes da área central poderão ter horários de funcionamento diferenciados.

§ 6º As normas complementares necessárias para definição, limitação dos horários de atividade e especificação de atividades, conforme cada grupo, serão editadas por meio de regulamento do Poder Executivo.

§ 7º As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos, firmados entre os Sindicatos Patronais e de Trabalhadores, serão considerados para fins da ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos e para situações não previstas anteriormente, com anuência do Município.

§ 8º Para fins do cumprimento do disposto no inciso VIII (Grupo 8) a definição de Shopping Center se dará por meio de lei específica.

§ 9º As atividades não previstas neste capítulo e que vierem a estabelecer-se no Município serão enquadradas no grupo a que mais se assemelharem.

§ 10. As atividades que constarem de mais de um grupo deverão optar pela atividade predominante.

**Art. 17.** São considerados, para efeito desta legislação, feriados nacionais, estaduais e municipais.

**Art. 18.** São considerados feriados as seguintes datas:

I - 1º de Janeiro - Confraternização Universal;

II - Carnaval - Terça-Feira Móvel;

III - Sexta-Feira da Paixão - Móvel;

IV - Páscoa - Móvel;

V - 21 de Abril - Tiradentes;

VI - 1º de Maio - Dia do Trabalho;

VII - Corpus Christi - móvel;

VIII - Sagrado Coração de Jesus - Padroeiro da Cidade - Móvel;

IX - 7 de Setembro - Independência do Brasil;

X - 12 de Outubro - Nossa Senhora Aparecida;  
XI - 2 de Novembro - Finados;  
XII - 15 de Novembro - Proclamação da República;  
XIII - 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra;  
XIV - 10 de Dezembro - Aniversário da Cidade de Londrina; e  
XV - 25 de Dezembro - Natal.

## **TÍTULO IV - DA MORALIDADE E DO SOSSEGO, DOS DIVERTIMENTOS, DO TRÂNSITO PÚBLICO E DAS MEDIDAS REFERENTES A ANIMAIS**

### **CAPÍTULO I - DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO**

**Art. 19.** Não serão permitidos a natação, o banho ou a prática de esportes náuticos nos rios, córregos, lagos e espaços públicos do Município, exceto nos locais designados previamente como próprios para esses fins.

§ 1º Os praticantes de esportes náuticos deverão estar devidamente habilitados e trajar-se com roupas e equipamentos apropriados.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior deverá ser observado nos clubes e nas piscinas públicas.

§ 3º Os clubes sociais deverão manter, permanentemente em suas piscinas, um salva-vidas habilitado com formação específica ou curso superior de Educação Física, no verão, nas férias escolares, nos feriados e nos finais de semana.

§ 4º Nos locais designados pelo Município a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo deverá manter permanentemente, em cada um deles, um salva-vidas habilitado com formação específica ou curso superior de Educação Física.

**Art. 20.** A emissão de sons e ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas, recreativas ou dos serviços de lazer e diversão, culturais e esportivas, inclusive as de propaganda, obedecerá ao interesse da saúde, da segurança e do sossego da população, assim como aos padrões e critérios determinados em regulamento, com base nas normas técnicas da ABNT.

**Parágrafo único.** Consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público, para fins deste artigo, os sons e ruídos que produzam no ambiente externo ruídos acima do permitido pelas normas técnicas da ABNT, causando incômodo à vizinhança.

**Art. 21.** Não serão fornecidos alvarás de licença para casas de diversões noturnas que estiverem localizadas a menos de 300m (trezentos metros) lineares de hospitais, zonas residenciais, casas de saúde e assemelhados.

**Art. 22.** As autoridades competentes pela fiscalização deverão autuar os infratores responsáveis por fontes móveis de poluição sonora, que poderão ter seus equipamentos apreendidos como instrumentos comprobatórios das infrações, respondendo ainda pelas implicações jurídicas de ordem civil e criminal.

**Art. 23.** Fica proibido executar qualquer trabalho, evento, atividade ou serviço que produza ruídos acima dos limites estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT, ficando as fontes fixas de poluição sonora sujeitas, em caso de irregularidade, à notificação e autuação, podendo ser interditadas até sua regularização e, na reincidência, sujeitas à apreensão dos equipamentos geradores de poluição e à cassação de seus alvarás.

### **CAPÍTULO II - DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS**

**Art. 24.** São considerados diversão pública ou evento, para os efeitos deste Código, as festas, congressos, reuniões de caráter empresarial, político, científico, cultural, religioso e social, espetáculos de qualquer natureza, shows, exposições, circos, competições esportivas ou de destreza e similares, reuniões dançantes e outros acontecimentos ou atividades semelhantes.

**Art. 25.** Para a realização de evento de qualquer natureza, rural ou urbano, com cobrança ou não de ingresso, aberto ao público em geral, é necessária a obtenção de autorização, solicitada, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis antes da efetiva realização, perante o Município.

**Art. 26.** Ao conceder a autorização para a realização do evento, o Município estabelecerá as condições que julgar convenientes para garantir a segurança, a ordem, a moralidade e o sossego público de seus frequentadores e da vizinhança, devendo o interessado preencher os requisitos definidos em decreto.

**Parágrafo único.** Fica proibida a concessão de autorização para a realização de eventos com músicas eletrônicas ou ao vivo, de longa duração, fora do perímetro urbano, tais como chácaras, sítios, fazendas, pesqueiros e ilhas, conhecidos como festas "raves".

**Art. 27.** A autorização para a realização do evento poderá ser revogada a qualquer tempo, quando constatada qualquer irregularidade.

**Art. 28.** A autorização será expedida após a quitação dos tributos municipais devidos, relacionados ao evento, previstos no Código Tributário Municipal, da pessoa física ou jurídica solicitante.

**Art. 29.** Fica vedada a realização de eventos em locais que não possuem infraestrutura adequada à sua realização com relação ao acesso, segurança, higiene e perturbação do sossego público.

**Art. 30.** Para execução de música ao vivo ou mecânica, em estabelecimentos comerciais como bares e similares, casa de shows, boates e congêneres é necessária a devida adequação acústica do prédio.

**Parágrafo único.** Fica excluída das disposições deste artigo, a execução de música ambiente cujo nível não ultrapasse os limites físicos do ambiente.

**Art. 31.** Os promotores de divertimentos públicos, de efeito competitivo, que demandem o uso de veículos não motorizados ou participação de pessoas pelas vias públicas deverão apresentar previamente à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD - os planos, regulamentos e itinerários aprovados pelas autoridades policiais e de trânsito, e responder por eventuais danos causados por eles, ou pelos participantes, aos bens públicos ou particulares, bem como a terceiros.

**Art. 32.** Em todas as casas de diversões, serão observadas as disposições estabelecidas pelo Código de Obras do Município, por outras leis e regulamentos, quer sejam federais, estaduais ou municipais.

**Art. 33.** As casas de espetáculos, boates, casas de shows, restaurantes, bares, teatros e cinemas que tiverem ambientes fechados deverão conter sistema de exaustão e renovação de ar suficiente para manter a qualidade do ar.

**Art. 34.** Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, estádio, ginásio, cinema, circo ou sala de espetáculos, devendo ser todos numerados e com contra via para ser destacada e entregue ao usuário e dela constando o nome do evento, horário e local.

### **CAPÍTULO III - DO TRÂNSITO PÚBLICO**

**Art. 35.** Compete ao Município e é seu dever estabelecer, dentro dos seus limites, com o objetivo de manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes, dos visitantes e da população em geral, a sinalização do trânsito em geral, ademarkação de faixas de pedestres e vias preferenciais, a instalação de semáforos, a demarcação e a sinalização de áreas de cargas e descargas, as áreas permitidas ao estacionamento controlado e o uso de equipamentos de segurança, bem como a colocação de placas indicativas nas vias públicas de entrada e saída dos seus limites.

**Art. 36.** É proibido embarcar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou de veículos nas ruas, praças, calçadas e passeios, exceto para efeito de obras públicas devidamente autorizadas, por determinação policial ou por meio de autorização do órgão competente.

§ 1º Em caso de necessidade, poderá ser autorizado o impedimento de meia pista de cada vez ou pista inteira, a critério da CMTU.

§ 2º Sempre que houver necessidade de se interromper o trânsito deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite.

§ 3º O responsável deverá providenciar, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a notificação aos moradores da via ou logradouro público onde será realizada a ação, sobre a necessidade de seu impedimento.

**Art. 37.** Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, entulho e podas de árvores e jardins.

§ 1º Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou dos terrenos, serão toleradas a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo estritamente necessário à sua remoção, não superior a 6 (seis) horas; ou, quando de utilização de caçambas, pelo prazo de duração da obra.

§ 2º No caso previsto no parágrafo anterior os responsáveis pelos materiais deverão advertir, através de sinalização provisória, os veículos, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, dos impedimentos causados ao livre trânsito.

§ 3º Os infratores deste artigo estarão sujeitos a ter os respectivos materiais apreendidos e recolhidos ao depósito ou outro local indicado pelo Município, os quais, para serem retirados, dependerão do pagamento de multa e das despesas de remoção e guarda.

**Art. 38.** É proibido o estacionamento de veículos sobre os passeios, calçadas, praças públicas, áreas verdes, gramados e áreas destinadas aos pontos de parada dos coletivos, desde que o local não seja destinado para esse fim.

§ 1º Os proprietários de veículos, estacionados em desrespeito à proibição deste artigo, serão autuados pelo Poder Público Municipal, sem prejuízo das penalidades aplicáveis por autoridades federais e estaduais.

§ 2º Os veículos ou sucatas abandonados na forma do artigo anterior serão recolhidos ao depósito ou outro local indicado pelo Município.

**Art. 39.** VETADO.

**Art. 39.** As áreas destinadas às operações de carga e descarga de mercadorias nas vias públicas deverão ser demarcadas pela CMTU-LD, respeitando distanciamento máximo de 300 metros entre os pontos.

**Art. 40.** Não será permitida a preparação de reboco ou argamassa nas calçadas, praças ou vias públicas.

**Art. 41.** Todo aquele que transportar detritos, resíduos da construção civil, terra, galhos, podas de jardim e outros, e os deixar cair sobre a via pública, fica obrigado a fazer a limpeza do local imediatamente, sob pena de multas e apreensão do veículo transportador.

**Art. 42.** Fica proibida a lavagem de betoneiras, caminhões-betoneiras, caminhões que transportam terra, banheiros químicos ou similares em logradouros públicos.

**Art. 43.** É proibido, nos logradouros públicos, no âmbito do Município:

I - realizar a prática estudantil denominada trote;

II - conduzir animais ou veículos em velocidade não compatível com a via pública;

III - atirar substâncias ou resíduos que possam incomodar os transeuntes; e

IV - utilizar cerol ou qualquer outro tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, maranhões, capuchetas, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, para recreação ou finalidade publicitária.

§ 1º Define-se como prática denominada trote toda e qualquer forma de manifestação estudantil por aprovação em cursos regulares ou em concursos seletivos e exames vestibulares, que utilize qualquer modo ou meio de comunicação, violência ou agressão que possa injuriar, colocar em risco ou constranger a integridade moral ou física, a dignidade ou a imagem do estudante e/ou seus familiares.

§ 2º Entende-se por cerol o produto originário da mistura de cola, vidro moído e produtos similares.

§ 3º No caso do inciso IV do caput deste artigo o material será apreendido, sem prejuízo da multa.

**Art. 44.** É proibido danificar, encobrir ou retirar equipamentos colocados nas vias e logradouros públicos para advertência de perigo ou sinalização de trânsito e os pontos e abrigos para o transporte coletivo.

**Art. 45.** Assiste ao Município, o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possam ocasionar danos à vida humana ou à via pública.

**Art. 46. VETADO**

**Art. 46.** Fica proibida a utilização, no interior dos ônibus do transporte coletivo urbano, dos seguintes equipamentos:

I - mp3 e mp4 players;

II - música nos telefones celulares;

III - aparelhos portáteis tipo micro ou mini systems;

IV - rádio; e

V - outros equipamentos similares a esses.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo se o passageiro estiver usando fone de ouvido.

#### CAPÍTULO IV - DAS MEDIDAS REFERENTES A ANIMAIS

**Art. 47.** Caberá ao Executivo Municipal, por meio da Autarquia Municipal de Saúde, em interface com outros órgãos do Governo, elaborar e implementar políticas públicas de controle de zoonoses e bem estar animal, com um conjunto de ações para prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e mortalidade, bem como o sofrimento dos animais, causados por maus tratos e doenças, preservando a saúde da população, protegendo-a contra zoonoses e agressões dos animais, mediante contingenciamento de recursos, empregando conhecimentos especializados e experiências em saúde pública.

**Art. 48.** Fica criado o Centro de Controle de Zoonoses, dentro do organograma da Autarquia Municipal de Saúde.

**Art. 49.** Fica criado o fundo de proteção aos animais.

**Art. 50.** Todo proprietário de animal é considerado seu guardião, devendo zelar por sua saúde e bem-estar e exercer a guarda responsável que consiste em:

I - mantê-lo alimentado e que tenha fácil acesso à água e comida;

II - mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar, com proteção contra as intempéries climáticas e com fácil acesso;

III - manter a vacinação em dia;

IV - proporcionar cuidados médicos veterinários e zootécnicos sempre que necessário;

V - proporcionar caminhadas e brincadeiras frequentes, com a finalidade de lazer e saúde do animal;

VI - remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos causados por este a terceiros.

§ 1º O proprietário não poderá abandonar o animal sob qualquer pretexto em logradouros ou vias públicas ou em imóveis alheios.

§ 2º Fica proibida a permanência domiciliar de animais que coloquem em risco a saúde e a integridade física da população.

**Art. 51.** É permitida a circulação de cães em vias e logradouros públicos do Município, incluídas as áreas de lazer e esporte, desde que:

I - sejam conduzidos com guia e enforcador ou guia e peitoral, independente de seu porte;

II - sejam conduzidos com guia e enforcador e focinheira se forem cães de guarda de médio, grande e gigante porte, como: Pit Bull, Bull Terrier, Pastor Alemão, Rotweiler, Fila Brasileiro, Doberman, Mastin Napolitano, Mastiff e outros que possam oferecer riscos para pessoas ou a outros animais; e

III - seu condutor deverá portar os objetos necessários para recolher eventuais dejetos de seu animal.

**Parágrafo único.** Serão colocadas placas de orientação do conteúdo deste Capítulo e de advertência quanto ao não cumprimento de suas disposições em logradouros e áreas de lazer e esporte do Município.

**Art. 52.** Todo guardião será responsabilizado, nos termos da lei, por agressões que seu animal cometer contra pessoas ou animais.

§ 1º Os imóveis que possuírem animais de guarda ou de comportamento agressivo deverão estar de acordo com o disposto no Código de Obras do Município e ter placas indicativas da presença desses animais em local visível e que permita a sua perfeita leitura.



§ 2º Os cães de guarda e de comportamento agressivo deverão ser mantidos fora do alcance de compartimentos de coleta de correspondência e dos medidores do consumo de água e luz para garantir a segurança daqueles que realizam esses serviços.

**Art. 53.** Todos os guardiões de cães e gatos deverão vaciná-los, identificá-los eletronicamente e cadastrá-los no Centro de Controle de Zoonoses ou em clínicas veterinárias conveniadas.

§ 1º O cadastramento dos animais será efetuado pelo Centro de Controle de Zoonoses, por profissionais técnicos da Vigilância Sanitária ou por médicos veterinários devidamente credenciados.

§ 2º Os guardiões de animais nascidos antes da vigência da presente lei terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado pelo órgão responsável pelo controle de zoonoses, para providenciar o cadastro e a identificação dos respectivos animais.

§ 3º Os formulários para cadastro dos animais serão fornecidos exclusivamente pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou por parceiros licenciados e credenciados, e constar, no mínimo, os seguintes dados:

I - número do Registro Geral dos Animais (RGA);

II - nome, sexo, raça, cor e idade real ou presumida do animal;

III - nome, qualificação, endereço, registro de identidade (RG) e do cadastro de pessoas físicas (CPF) do responsável; e

IV - data das últimas vacinações do animal e nome do veterinário por elas responsável.

§ 4º Os guardiões que apresentarem condição econômica insuficiente para arcar com o custo de identificação, apurada e constatada pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses por meio de avaliação sócio-econômica, ficarão isentos do pagamento das taxas de cadastro, de identificação e de custos com a esterilização cirúrgica dos animais.

§ 5º Para a comprovação da isenção de que trata o parágrafo anterior poderão ser solicitados documentos comprobatórios da situação sócio-econômica e efetuadas diligências necessárias para constatar a veracidade das informações fornecidas.

§ 6º As entidades de proteção animal, devidamente registradas, reconhecidas de utilidade pública e regulamentadas por lei, ficarão isentas do pagamento dos valores referentes ao cadastro e à identificação, bem como dos custos com a esterilização cirúrgica dos animais.

**Art. 54.** Os animais encontrados em desconformidade com o disposto no artigo anterior, que estejam vivendo nas ruas, sem identificação de seus guardiões, poderão ser recolhidos ao Centro de Controle de Zoonoses, observado o seguinte:

I - os animais somente poderão ser recolhidos por oficiais de controle animal, devidamente treinados por profissionais especializados para efetuar o recolhimento, sem o uso de qualquer tipo de violência ou agressão, cabendo penalidades para o descumprimento desta norma;

II - os animais recolhidos em estado grave de saúde somente serão submetidos à eutanásia em caso da impossibilidade de recuperação atestada por médico veterinário, visando evitar seu sofrimento ou quando, comprovadamente, representarem risco à saúde pública; e

III - todo procedimento de eutanásia deverá ser realizado por médico veterinário responsável, utilizando-se somente dos métodos considerados recomendados na legislação vigente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV – Resolução 714/2002).

**Parágrafo único.** É proibida a eutanásia de cães e gatos como forma de controle populacional.

**Art. 55.** Os animais recolhidos ao Centro de Controle de Zoonoses poderão ser resgatados por seus proprietários em um prazo máximo de dez dias, mediante pagamento de multa e dos respectivos valores referentes à manutenção do animal.

§ 1º Decorrido o prazo de que trata o caput deste artigo, o destino do animal será decidido por profissionais do Centro de Controle de Zoonoses.

§ 2º Os animais de produção e trabalho recolhidos poderão ser doados para pequenos produtores rurais com propriedades de até 25 hectares, para cooperativas de interação solidária ou de agricultura familiar e demais pessoas interessadas.

§ 3º Os animais de companhia poderão ser doados para qualquer pessoa interessada.

§ 4º As doações de que tratam os parágrafos 2º e 3º deste artigo serão precedidas de cadastramento, de entrevista e de aprovação, pelos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, do local onde o animal irá habitar.

**Art. 56.** O Município deverá manter programas permanentes de controle de zoonoses, de vacinação e de controle da população de cães e gatos, devidamente acompanhados de ações educativas para a guarda responsável.

**Art. 57.** É expressamente proibido realizar ou promover lutas ou rinhas entre quaisquer animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, assim como touradas, simulacros de tourada e vaquejadas em locais públicos ou privados.

**Art. 58.** É proibida a apresentação ou utilização de animais em espetáculos circenses.

**Art. 59.** As provas de rodeios somente poderão ser realizadas no Município de Londrina se contar com a presença de médico veterinário responsável e com a emissão dos devidos laudos técnicos.

**Art. 60.** Exposições para torneio de canto de pássaros silvestres serão permitidas se promovidas por associação de criadores, desde que acompanhadas por médico veterinário e tenham a comprovação da sanidade dos animais e a exclusão de riscos à saúde dos mesmos.

**Art. 61.** Na zona urbana poderão ser estabelecidos hotéis para animais de companhia, canis de adestramento, casas de criadores de animais de raça e casas abrigos para animais de companhia, desde que os guardiões estejam em conformidade com os artigos 50 e 66 desta lei.

§ 1º As casas abrigos a que se refere esse artigo são para animais que estejam em processo de adoção e seus responsáveis deverão ser cadastrados em instituições de proteção animal, devidamente registradas no Centro de Controle de Zoonoses.

§ 2º Hotéis de animais, canis de adestramento e criadores deverão ser devidamente credenciados no Centro de Controle de Zoonoses.

**Art. 62.** Fica proibida a criação de abelhas na zona urbana de Londrina.

**Art. 63.** Fica proibida a alimentação de pássaros silvestres em áreas públicas do Município.

**Art. 64.** Compete ao Centro de Controle de Zoonoses tomar as medidas cabíveis para o recolhimento de animais mortos em via pública sem identificação do guardião.

**Art. 65.** O Poder Público, como forma de diminuir a proliferação de animais nas ruas, deverá:

I - fiscalizar, garantir e incentivar a prática da guarda responsável de animais de companhia e das diferentes formas de esterilização, através de propagandas nos meios de comunicação e da promoção de eventos e palestras educativas em escolas e bairros do Município; e  
II - realizar programas de esterilização em massa de cães e gatos, em todos os bairros de Londrina, de forma contínua.

**Art. 66.** É expressamente proibido:

- I - privar os animais de alimento, água e cuidados médicos-veterinários;
- II - manter os animais acorrentados ou presos em cordas curtas ou apertadas;
- III - manter os animais em local desabrigado, expostos às intempéries climáticas;
- IV - manter os animais em locais insalubres ou em precárias condições sanitárias;
- V - praticar ato de abuso, ferir, golpear ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;
- VI - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores à sua capacidade física, causando dor ou sofrimento;
- VII - o uso de cães e gatos, recolhidos das ruas ou não, em experiências científicas ou em aulas práticas em instituições e centros de pesquisa e ensino;
- VIII - a utilização de métodos que causem sofrimento, aumento da dor ou morte lenta a todo animal cuja recuperação seja considerada impossível e a eutanásia seja necessária, mediante laudo e acompanhamento do médico veterinário;
- IX - realizar qualquer tipo de propaganda que insinue agressividade contra os animais, a prisão destes em jaulas ou gaiolas ou incentivo à procriação; e
- X - a utilização de animais de companhia para executar serviços de animais de trabalhos.

**Parágrafo único.** A utilização de animais de outras espécies que não as referidas no inciso VII deste artigo por instituições e centros de pesquisa ou de ensino deve ser previamente aprovada por um Comitê de Ética em Uso de Animais (CEUA).

**Art. 67.** A reprodução de animais de companhia para a comercialização somente será permitida por criador devidamente credenciado no Centro de Controle de Zoonoses e desde que:

- I - seja efetuada com a emissão de nota fiscal;
- II - o animal comercializado tenha no mínimo quarenta e cinco dias de idade;
- III - no momento da venda do animal seja dada orientação, por médico veterinário responsável técnico do estabelecimento, sobre a guarda responsável, as características da raça do animal, o calendário de vacinação e outros cuidados sanitários;
- IV - seja fornecido ao comprador manual com informações sobre a raça, o porte, o comportamento, a expectativa de vida, as necessidades físicas e psicológicas, a esterilização cirúrgica, o controle populacional e sobre as leis de proteção animal e suas penalidades;
- V - a utilização de gaiolas de exposição é permitida desde que sejam respeitadas as recomendações do fabricante e ainda:
  - a) as medidas das gaiolas tenham três vezes o comprimento do animal em largura e comprimento, e 30 (trinta) centímetros a mais que a altura do animal em estação;
  - b) não devem ser mantidos mais do que três animais em uma mesma gaiola; e
  - c) o tempo máximo de exposição dos animais nas gaiolas é de 10 (dez) horas por dia;
- VI - os animais em exposição, vencido o prazo de que trata a alínea "c" do inciso anterior, deverão ser mantidos fora das gaiolas, em um local limpo, tranquilo, arejado, com proteção contra as intempéries climáticas, com fácil acesso à comida e à água e em espaço suficiente para correr e se movimentar livremente.

§ 1º Cabe à Vigilância Sanitária a fiscalização do comércio de animais de companhia.

§ 2º Todo o animal comercializado deve possuir carteira de vacinação atualizada e ser livre de enfermidades.

**Art. 68.** É permitida a realização de eventos de doação de cães e gatos em estabelecimento legalizados ou em locais públicos devidamente autorizados pelos órgãos competentes, de acordo com legislação específica.

§ 1º Tais eventos só poderão ser realizados sob a responsabilidade de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, mediante a presença e o acompanhamento de responsável técnico médico veterinário.

§ 2º A identificação da entidade, associação, instituição ou pessoa promotora do evento de doação deverá ser feita por meio de afixação de placa no local e de forma visível.

§ 3º Todos os animais destinados à adoção devem estar devidamente desverminados, vacinados e, em se tratando de cães e gatos acima de 4 (quatro) meses de idade, devem ser obrigatoriamente esterilizados.

**Art. 69.** As adoções serão regidas por um termo de responsabilidade em que o adotante se comprometerá a zelar pelo bem-estar, saúde e manutenção do animal, assim como seu registro no Centro de Controle de Zoonoses.

§ 1º Nos processos de adoção o guardião receberá visitas do agente fiscalizador de saúde, que verificará as condições de guarda, trato e manejo do animal adotado.

§ 2º A adoção será precedida de orientação, por médico veterinário responsável técnico do estabelecimento, sobre guarda responsável, as características da raça do animal, o calendário de vacinação e outros cuidados sanitários.

§ 3º Ao adotante será fornecido manual com informações sobre a raça, o porte, o comportamento, a expectativa de vida, as necessidades físicas e psicológicas, a esterilização cirúrgica, o controle populacional e sobre as leis de proteção animal e suas penalidades.

**Art. 70.** Compete ao Município de Londrina:

I - cadastrar todos os carroceiros e equinos encontrados na zona urbana;

II - realizar o registro de posse e o emplacamento das carroças, a fim de facilitar processos de fiscalização e denúncias de maus tratos;

III - realizar programas de reabilitação e cursos profissionalizantes, propor uma nova atividade para esta classe, a fim de, num prazo de seis anos, acabar com essa atividade na zona urbana, em conformidade com o Código Sanitário do Estado;

IV - estabelecer jornada de trabalho para os animais de tração, prevendo um mínimo de dois intervalos para descanso do animal; e

V - somente admitir carga compatível com a capacidade do animal, respeitando sua integridade física e emocional.

**Parágrafo único.** O condutor de carroça deverá ter idade igual ou maior de dezoito anos, bem como registrá-la no Centro de Controle de Zoonoses.

**Art. 71.** Os animais de tração e carga somente poderão ser usados com arreios devidamente ajustados à anatomia destes, de modo a não lhes causar feridas, sendo expressamente proibido:

I - a utilização de animais cegos, feridos, enfermos, desnutridos, extenuados, desferrados e prenhes;

II - jornada de trabalho por mais de seis horas contínuas, sem respeitar os intervalos para descanso, alimentação e água;

- III - o trabalho noturno e aos domingos;
- IV - mantê-los no período de descanso atrelado ao veículo, em auge ou declive, ou sob más condições climáticas;
- V - mantê-los presos atrás de veículos ou atados a caudas de outros;
- VI - manter animais de diferentes espécies atrelados no mesmo veículo;
- VII - mantê-los atrelados a veículos sem os acessórios indispensáveis ou com excesso daqueles dispensáveis; e
- VIII - o uso de chicote ou qualquer objeto similar.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso VII deste artigo, consideram-se acessórios indispensáveis o arreio completo do tipo peitoral, composto por dois tirantes de couro presos ao balancim; ou do tipo coalheira, composto por dois pares de correntes presas ao balancim; mais selote com retranca fixa no animal, correias, tapa-olho, bridão ou freio, par de rédeas e ocabresto, no caso de o animal estar desatrelado.

§ 2º A fiscalização do disposto neste artigo caberá ao Centro de Controle de Zoonoses, bem como a aplicação de advertências, multas, penalidades e apreensão do animal.

**Art. 72.** Constitui infração aos preceitos deste Capítulo toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos ou desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes, que será autuada a critério da autoridade competente, considerando:

- I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;
- II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e
- III - os antecedentes do infrator.

**Parágrafo único.** Responderá pela infração aquele que por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

**Art. 73.** As infrações de que trata o artigo anterior se classificam em:

- I - leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - médias: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; e
- III - graves: aquelas em que for constatada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

**Art. 74.** As penalidades cabíveis pela inobservância do disposto neste Capítulo, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, são as seguintes:

- I - advertência;
- II - prestação de serviços compatíveis com ações vinculadas ao bem-estar animal e preservação do meio ambiente, de forma direta ou indireta;
- III - multa estipulada pelo Centro de Controle de Zoonoses, a qual será destinada ao Fundo de Proteção aos Animais;
- IV - apreensão do animal;
- V - apreensão de instrumentos, aparelhos ou produtos vedados por este Capítulo;
- VI - apreensão de veículos que estejam em desconformidade com as especificações do presente Capítulo;
- VII - perda definitiva da guarda, posse ou propriedade do animal;
- VIII - perda definitiva do lote de animal.

§ 1º Os valores das multas previstas no inciso III deste artigo serão fixados de acordo com a classificação da infração.

§ 2º No caso de reincidência, caracterizada pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta e cumulativamente.

**Art. 75.** Não são passíveis das penalidades previstas no artigo anterior:

I - os incapazes e menores de idade; e

II - os que forem comprovadamente coagidos a cometer a infração.

§ 1º No caso de a infração for praticada por incapaz, a penalidade recairá sobre os pais, tutores, curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor ou o incapaz.

§ 2º No caso previsto no inciso II a penalidade recairá sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

**Art. 76.** Fica criado o Comitê Municipal de Ética em Bem Estar Animal, de caráter deliberativo, que terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante da Vigilância Sanitária;

II - 1 (um) representante indicado por ONGs/OSCIPs devidamente registradas;

III - 1 (um) representante indicado por criadores registrados no Município;

IV - 1 (um) representante indicado pelo Sindicato de Comércio Varejista;

V - 2 (dois) representantes indicados por associações de classe de médicos veterinários;

VI - 2 (dois) representantes indicados por associações de classe dos zootecnistas; e

VII - 1 (um) representante da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Compete a este comitê avaliar, aferir, advertir e orientar as aplicações das políticas públicas de proteção aos animais, bem como decidir os recursos interposto às penalidades aplicadas.

## **TÍTULO V - DO COMÉRCIO AMBULANTE, DO COMÉRCIO NO CALÇADÃO E DAS FEIRAS**

### **CAPÍTULO I - DO COMÉRCIO AMBULANTE**

**Art. 77.** Considera-se comércio ambulante, a atividade de venda a varejo de: leite embalado fermentado com lactobacilos vivos, frutas, salada de frutas, minipizza expressa, salgados, doces, pipocas, lanches, sorvetes, alho, hortaliças, caldo-de-cana, cachorro-quente, algodão-doce, beiju, maçã-do-amor em embalagem plástica, peças artesanais confeccionadas pelo próprio artesão, flores naturais e artificiais, pães, bolos e bolachas, pipas, maranhões, produtos naturais, tais como aveia, linhaça, granola, melado de cana-de-açúcar, e ainda, a atividade de conserto de sombrinhas, guarda-chuvas e painéis, venda de jornais e revistas realizadas em logradouros públicos ou de porta em porta, por pessoas físicas independentes, em locais e horas previamente determinados, utilizando-se para isso carrinho de mão ou veículo motorizado de pequeno porte (ciclomotor, veículo de passeio e utilitários) ou trailers.

§ 1º Os produtos de origem animal e vegetal, quando manipulados, só poderão ser comercializados com registro de origem e licença sanitária atualizados.

§ 2º Os produtos de origem animal e os derivados lácteos deverão ser conservados sob refrigeração.

§ 3º É proibido o exercício do comércio ambulante, fora dos horários e locais demarcados.

§ 4º É proibido o exercício do comércio ambulante, sem a prévia autorização do órgão municipal.

§ 5º Fica proibida a venda ambulante de quaisquer mercadorias não previstas neste capítulo.

§ 6º A venda ambulante de verduras e hortaliças será feita obrigatoriamente em veículos ciclomotores ou carrinhos de mão, sendo proibida a comercialização ambulante desses produtos nas feiras livres ou nas proximidades dos locais onde estas funcionam.

§ 7º A venda ambulante em veículos motorizados ou trailer será autorizada somente em locais fixos.

§ 8º Fica proibido o comércio de produtos saneantes e domissanitários.

§ 9º Os produtos referidos no caput deste artigo deverão atender às normas de preparo, conservação, higiene e outras pertinentes ao comércio.

**Art. 78.** Fica constituída uma Comissão Permanente que terá função consultiva em todos os pedidos de autorização do comércio ambulante no Município, a qual será composta por 8 (oito) membros indicados pelos seguintes órgãos:

I - Sindicato do Comércio Varejista;

II - Vigilância Sanitária;

III - Câmara Municipal de Londrina;

IV - CMTU;

V - VETADO;

VI - VETADO;

VII - VETADO; e

VIII - VETADO.

VIII - Associação Comercial dos Vendedores Ambulantes de Gêneros Alimentícios de Londrina.

§ 1º Compete à Comissão de que trata o caput deste artigo receber e analisar, dentro dos critérios estabelecidos neste Código, os processos de solicitação de alvará de autorização para o comércio ambulante e definir o local e o horário para a atividade solicitada.

§ 2º Constatado que o requerente cumpriu as normas estabelecidas, o processo será encaminhado à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, para expedição do alvará de autorização, acompanhado dos documentos pessoais, comprovante de residência, fotocópia do certificado do treinamento em higiene de alimentos e licença sanitária, se necessário.

§ 3º O alvará confeccionado e não retirado no prazo de 30 (trinta) dias será sumariamente cancelado, sem qualquer tipo de ressarcimento.

§ 4º VETADO.

§ 4º As áreas, em que será possível exercer o comércio ambulante, serão previamente estipuladas pelo IPPUL e pela Comissão Permanente.

**Art. 79.** A autorização para o exercício do comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado e expedido somente em favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício, sendo vedado auxiliares e funcionários sem identificação.

§ 1º Constarão os seguintes dados na autorização:

I - nome do vendedor ambulante e seu endereço;

II - número de inscrição;

III - indicação das mercadorias, objeto da autorização;

IV - horário e local;

V - indicação de forma de exposição e acondicionamento da mercadoria; e

VI - nome dos auxiliares e ou funcionários.

§ 2º No quadrilátero central compreendido pela Avenida Leste Oeste, a Rua Fernando de Noronha, a Avenida Juscelino Kubitschek e a Avenida Duque de Caxias será concedido alvará de autorização para, no máximo, 200 (duzentos) pontos de ambulantes.

**Art. 80.** O não comparecimento do ambulante habilitado ao local autorizado, sem justa causa, por prazo superior a 15 (quinze) dias, implicará na cassação da autorização e sua consequente substituição por outro habilitado.

**Art. 81.** Fica o comércio ambulante sujeito à legislação fiscal e sanitária deste Município, do Estado e da União.

**Parágrafo único.** Os vendedores que comercializarem produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da Saúde Pública, especialmente os de fabricação caseira, deverão ter a licença sanitária atualizada e, se o produto for comercializado em outros estabelecimentos, ter também o registro municipal (SIM - Serviço de Inspeção Municipal).

**Art. 82.** São obrigações do vendedor ambulante:

- I - comercializar somente as mercadorias especificadas no Alvará de Licença e exercer a atividade nos limites do local demarcado, dentro do horário estipulado, sob pena de ter sua autorização revogada e seus produtos apreendidos;
- II - colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de consumo, atendido, quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da Saúde Pública, o disposto no Código Sanitário do Estado;
- III - portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral quanto aos colegas de profissão e aos fiscais, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;
- IV - transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito;
- V - acatar ordens da fiscalização, exibindo, quando for o caso, o respectivo Alvará de Licença;
- VI - manter o Alvará de Licença e a Licença Sanitária do Município devidamente atualizados e no local de trabalho;
- VII - usar Equipamentos de Proteção Individual - EPI's condizentes com as atividades exercidas;
- VIII - manter sempre limpo o local onde está exercendo sua atividade, colocando lixeira, com tampa acionada por pedal, à disposição do público para serem lançados os detritos resultantes do comércio; e
- IX - recolher os seus instrumentos de trabalho tais como carrinhos e veículos motorizados de pequeno porte e trailers, após o encerramento do horário de venda, sob pena de autuação.

**Art. 83.** Fica vedado ao vendedor ambulante:

- I - expor e comercializar qualquer tipo de mercadoria alimentícia e outras no interior dos terminais de transporte coletivo;
- II - expor e comercializar qualquer tipo de mercadoria alimentícia e outras no interior dos imóveis tombados pelo patrimônio histórico municipal, estadual e federal;
- III - comercializar fora do horário e local determinados;
- IV - estacionar veículo para comercialização nas vias públicas e outros logradouros fora dos locais previamente determinados;
- V - impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;
- VI - transitar e permanecer no passeio e calçadas, conduzindo carrinhos, cestas ou outros volumes grandes;
- VII - deixar de atender às prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;
- VIII - colocar à venda produtos impróprios para o consumo;
- IX - vender bebidas alcoólicas, sob pena de cassação da autorização;
- X - aglomerar-se com outros ambulantes;
- XI - estacionar e comercializar em distância inferior a quarenta metros de estabelecimentos que pratiquem a mesma atividade com produtos congêneres;
- XII - comercializar produtos não constantes da licença concedida;
- XIII - comercializar dentro das feiras livres ou muito próximo a elas; e



XIV - estacionar e comercializar produtos em distância inferior a cem metros do portão principal das escolas de 1º e 2º graus, a menos de 10m dez metros de distância de ponto de ônibus ou em áreas residenciais, após as 22 horas.

**Parágrafo único.** Poderá o Poder Executivo Municipal, por meio de seu órgão competente e a seu exclusivo critério, permitir o estacionamento e o comércio em distância e horários diferentes daqueles previstos no inciso XIV atendendo às condições e às peculiaridades do local ou da região.

**Art. 84.** Pela inobservância das disposições deste capítulo, aplicar-se-ão as seguintes sanções:

I - advertência verbal;

II - advertência, mediante notificação;

III - apreensão da mercadoria;

IV - multa;

V - suspensão de até quinze dias, prorrogável, mediante requerimento e aprovação do órgão competente;

VI - revogação do Alvará de Autorização; e

VII - aplicação concomitante de sanções.

§ 1º Das sanções impostas cabe recurso, no prazo de 7 (sete) dias, à Comissão Permanente, feito o depósito prévio, em caso de multa.

§ 2º No caso de apreensão, lavrar-se-á termo de apreensão, no qual serão discriminadas as mercadorias apreendidas, cuja devolução será feita mediante comprovante de pagamento das taxas e multas devidas, apresentação de documento de identificação, nota fiscal das mercadorias e declaração registrada em cartório, expondo a propriedade da mercadoria apreendida.

§ 3º No caso de não-revalidação do alvará de autorização no prazo de noventa dias após o vencimento, sem motivo justificado e aceito pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina - CMTU, aquele será sumariamente cancelado, sem nenhum tipo de ressarcimento ao ambulante.

**Art. 85.** No caso de não serem as mercadorias reclamadas e retiradas no prazo de 30 (trinta) dias, os objetos apreendidos poderão ser vendidos em hasta pública, pelo Município, sendo revertida a importância apurada à indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior, e entregue o saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

§ 1º Quando o valor das taxas e multas, que incidirem sobre os objetos apreendidos, for maior que seu próprio valor, poderão o Município doar tais objetos, mediante recibo, a entidades assistenciais.

§ 2º No caso de apreensão de mercadoria perecível ou outra qualquer de interesse da Saúde Pública, será adotado o seguinte procedimento:

I - a mercadoria será submetida à inspeção sanitária, pelos técnicos da Saúde Pública;

II - se for constatado que a mercadoria está deteriorada, imprópria para consumo ou qualquer outra irregularidade, será providenciada a sua eliminação;

III - cumprido o disposto no inciso anterior, em caso de não ser apurada irregularidade quanto ao estado da mercadoria, dar-se-á prazo de um dia para sua retirada, desde que esteja em condições adequadas de conservação, expirado o qual será entregue a uma ou mais instituições de caridade locais, mediante comprovante; e

IV - a mercadoria de que trata este parágrafo poderá ser doada em prazo menor, de acordo com a previsibilidade de deterioração.

**Art. 86.** As penalidades previstas neste capítulo não isentam o infrator da responsabilidade civil ou criminal que no caso couberem.

**Art. 87.** A fiscalização do comércio ambulante e artesanal é de competência da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização- CMTU, com a colaboração dos fiscais da Autarquia Municipal de Saúde.

**Parágrafo único.** Para cumprimento das disposições contidas nesta lei a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização -CMTU-LD poderá requisitar força policial ou da Guarda Municipal, quando se fizer necessário.

**Art. 88.** As disposições deste capítulo estendem-se ao comércio ambulante das sedes dos distritos e patrimônios deste Município, no que forem aplicáveis.

## **CAPÍTULO II - DO COMÉRCIO NO CALÇADÃO**

### **SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 89.** Fazem parte do denominado "Calçadão", para os efeitos desta lei, os seguintes logradouros públicos, todos abrangidos pelo Plano de Reurbanização da cidade:

I - Praça Gabriel Martins;

II - Praça Willie Davids;

III - Praça Marechal Floriano Peixoto;

IV - Vias destinadas ao uso exclusivo de pedestres;

V - Praça XV de Novembro;

VI - Praça Jorge Danielides, situada na confluência das ruas Prefeito Hugo Cabral, Quintino Bocaiúva e Avenida Paraná;

VII - Rua Sergipe, entre as ruas Pernambuco e Minas Gerais;

VIII - Rua Professor João Cândido e Pernambuco, Avenida São Paulo e Rio de Janeiro, entre a Rua Sergipe e Avenida Paraná; e

IX - Rua Minas Gerais, entre as ruas Sergipe e Maranhão.

**Art. 90.** A área integrante do "Calçadão" será administrada pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

**Art. 91.** São as seguintes atividades permitidas em quiosques na área do Calçadão, desde que precedidas de licitação, na modalidade concorrência pelo maior aluguel:

I - floricultura;

II - bancas de jornal e revistas;

III - café;

IV - sorvete; e

V - serviços públicos.

**Parágrafo único.** Não será concedida permissão para exploração de mais de um quiosque por pessoa física ou jurídica.

**Art. 92.** A permissão para uso do quiosque destinado ao comércio de alimentos será precedida da licença sanitária atualizada, para a atividade que se pretende explorar, dentre as previstas nesta lei.

**Art. 93.** As despesas de água e luz e outras necessárias ao bom funcionamento das atividades permitidas serão de responsabilidade exclusiva do permissionário, que deverá providenciar as respectivas medições.

**Art. 94.** É proibido depositar resíduos nos logradouros públicos, em horários não autorizados pela CMTU, proceder à suavarição e descartar os resíduos para as canaletas das vias para pedestres ou do interior dos prédios e dos quiosques para as áreas de uso comum.

## SEÇÃO II - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS AOS PERMISSIONÁRIOS

**Art. 95.** São obrigações comuns a todos os permissionários e seus empregados ou prepostos, além de outras que venham a ser estabelecidas:

I - zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas nesta lei e acatar as instruções da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU;

II - não ocupar área superior à inicialmente destinada pelo Município, salvo quando expressamente autorizada;

III - manter a área ocupada, inclusive o seu entorno, em perfeito estado de conservação e asseio;

IV - iniciar as atividades diariamente às 8 (oito) horas, encerrando-se até as 18 (dezoito) horas, salvo anuência expressa da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU;

V - não manter o quiosque fechado por período superior a dois dias consecutivos, salvo justificativa aprovada pela CMTU;

VI - manter desobstruídas as vias sinalizadas destinadas ao trânsito de veículos de emergência;

VII - pagar, mensalmente, na Diretoria Contábil Financeira ou no banco indicado, o preço de uso das unidades, até o quinto dia após o mês vencido, sob pena de revogação ou cassação da permissão de uso do referido quiosque;

VIII - manter pessoal suficiente, qualificado e convenientemente trajado, de acordo com orientações da Vigilância Sanitária, para o atendimento ao público;

IX - zelar pela boa ordem do local, impedindo a permanência de pessoas perturbadoras da disciplina e tranquilidade públicas;

X - recompor às suas expensas, os danos que venham a sofrer os quiosques;

XI - cumprir, fielmente, as exigências e determinações legais para o exercício da atividade;

XII - devolver, nos casos de desistência de exploração do comércio permitido ou revogação da permissão, as instalações no mesmo estado em que as recebeu, deixando nelas as benfeitorias introduzidas, sem direito à indenização, compensação ou retenção;

XIII - usar de urbanidade e respeito com o público e com representantes de órgãos oficiais; e

XIV - utilizar lixeiras próprias e adequadas, conforme normas técnicas, para o depósito de lixo proveniente de suas atividades;

**Parágrafo único.** Fica proibido a todos os permissionários instalados em logradouros públicos, o comércio de bebidas alcoólicas.

## SEÇÃO III - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS OS USUÁRIOS

**Art. 96.** É proibido no Calçadão:

I - apregoar a venda de mercadorias em voz alta;

II - atos atentatórios aos bons costumes, higiene e moral públicos;

III - sentar-se, por os pés ou lançar invólucros, papéis, pontas de cigarros e outros detritos nas floreiras;

IV - a propaganda comercial e promocional, oral ou por escrito, por meio de tabuletas, distribuição de panfletos ou sua fixação nos quiosques, muros, paredes e fachadas de estabelecimentos, exceto as permitidas pela lei federal ou eleitoral;

V - o depósito, nas áreas de uso comum, de caixas, vasilhames, volumes ou qualquer material que comprometa o bom aspecto da área, objeto desta lei; e

VI - divertir-se com o uso de bolas, petecas, dardos, patins e, sob qualquer pretexto, tráfegar com bicicletas, motocicletas e outros veículos que possam por em risco a integridade dos pedestres, salvo as exceções previstas nesta Lei.

## SEÇÃO IV - DO ACESSO E TRÂNSITO DE VEÍCULOS

**Art. 97.** Nas canaletas destinadas aos acessos de veículos, é proibido o estacionamento, sob qualquer pretexto, devendo o tráfego ocorrer em velocidade não superior a 15 Km/h.

**Parágrafo único.** É proibido o tráfego de veículos, sem prévia autorização da CMTU, exceto veículos oficiais.

**Art. 98.** Somente será permitido o acesso, fora das canaletas, de veículos leves, até mil quilos, para fins de mudança ou outra situação de imperiosa necessidade, mediante prévia autorização da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU, em horários determinados e durante o tempo estritamente permitido.

**Parágrafo único.** Qualquer dano ou avaria decorrentes desse tráfego deverá ser imediatamente ressarcido pelo responsável, sob pena de apreensão do veículo, até que o ressarcimento ocorra, sem prejuízo de aplicação de multa.

**Art. 99.** Nos casos de construção, os materiais destinados a esse fim deverão ser transportados para o local por meio de veículos de tração manual, mediante autorização prévia da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU.

**Art. 100.** É proibido preparar reboco ou argamassa nas áreas externas dos prédios e dos quiosques.

## SEÇÃO V - DA REVOGAÇÃO OU DA CASSAÇÃO DA PERMISSÃO

**Art. 101.** O Município poderá determinar a revogação da permissão, sem direito de indenização ou compensação em favor do permissionário, além da perda do valor por ele inicialmente integralizado, nos seguintes casos:

- I - não cumprimento das obrigações atribuídas pelo Município, durante o período de permissão;
- II - mera conveniência do Município; e
- III - quando necessário, por razões de segurança coletiva.

**Art. 102.** Nos casos de conveniência e oportunidade, caberá ao Município proceder a notificação do permissionário, concedendo-lhe este prazo mínimo de 90 (noventa) dias para que possa proceder a desocupação do local e a retirada das benfeitorias introduzidas, deixando o quiosque nas mesmas condições em que o recebeu.

**Art. 103.** Verificando-se a revogação da permissão, será o permissionário intimado a entregar o local livre e desembaraçado, no prazo de 2 (dois) a 30 (trinta) dias.

**Art. 104.** Em caso de não desocupação do local, no prazo previamente determinado, caberá a CMTU-LD a retirada dos objetos, devendo encaminhá-los a depósito, cujas despesas ficarão às expensas do permissionário.

## CAPÍTULO III - DAS FEIRAS

### SEÇÃO I - DAS FEIRAS LIVRES

#### SUBSEÇÃO I - DAS FINALIDADES

**Art. 105.** As feiras livres têm por finalidade a exposição e venda de mercadorias no varejo, sejam elas alimentícias ou não, em local público e descoberto.

**§ 1º** As mercadorias alimentícias são classificadas em:

- a) "in natura": hortifrutigranjeiros "in natura" ou processados, cereais e peixes;
- b) industrializadas: frios, doces, compotas, pão caseiro, tempero caseiro, frango congelado e resfriado e frios ou embutidos, com inspeção; e
- c) prontas para consumo humano, frituras em geral, assados, lanches e sucos.

**§ 2º** As mercadorias não-alimentícias são classificadas em:

- a) naturais - flores cortadas, flores naturais, terra vegetal, sementes, adubos domésticos; e
- b) artesanais - produtos de tecido, couro, metal, cerâmica ou madeira.

**§ 3º** Fica permitida, em caráter excepcional e observadas as normas deste Código, a prestação de serviços relativos a pequenos consertos de eletrodomésticos e de utensílios domésticos, desde que em veículo apropriado para esse fim e em espaço não superior ao de uma banca.

**Art. 106.** Terão prioridade no exercício do comércio na feira livre, os agricultores e produtores do Município de Londrina, ressalvadas as permissões outorgadas até a entrada em vigor desta Lei.

## SUBSEÇÃO II - DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Art. 107. VETADO.**

**Art. 107.** Compete à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU, ouvida a Comissão Geral das Feiras, criar, localizar, dimensionar, classificar, reclassificar, suspender o funcionamento, remanejar ou extinguir as feiras livres, total ou parcialmente, em atendimento ao interesse público e respeitadas as exigências higiênicas, viárias e urbanísticas em geral, desde que aprovados pela Câmara Municipal de Londrina.

**Art. 108.** As feiras livres funcionarão em logradouros públicos ou em terrenos de propriedade do Município, especialmente abertos à população para tal finalidade, no horário compreendido das 6 às 12 horas, de acordo com escalas semanais previamente determinadas pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU.

**Art. 109.** A localização das bancas será estabelecida pela CMTU, ficando proibidas as permutas de locais e ampliações de áreas sem o prévio consentimento da Companhia, desde que respeitadas as já solicitadas.

**Art. 110.** As bancas, para efeito de expedição do alvará, deverão obedecer às seguintes medidas:

- I - 2m de frente por 3m de fundo;
- II - 4m de frente por 3m de fundo;
- III - 6m de frente por 3m de fundo;
- IV - 8m de frente por 3m de fundo;
- V - 10m de frente por 3m de fundo; e
- VI - 12m de frente por 3m de fundo.

**Parágrafo único.** As bancas não poderão ter áreas superiores às medidas estabelecidas neste artigo.

**Art. 111.** Entre o fundo da banca e o muro fronteiro do imóvel, situado no local das feiras, deverá ser guardada distância mínima de um metro e meio de área de circulação.

**Parágrafo único.** O feirante é responsável pelos danos que causar ao muro, ao passeio em frente ao imóvel, onde está instalada sua banca, e aos bens públicos e privados ali localizados.

## SEÇÃO II - DA FEIRA DO PRODUTOR

### SUBSEÇÃO I - DAS FINALIDADES

**Art. 112.** As Feiras do Produtor têm por finalidade a exposição e venda de produtos provenientes diretamente do produtor ao consumidor, sejam eles alimentícios ou não, em local público e descoberto.

**Art. 113.** As mercadorias permitidas para comércio nas Feiras do Produtor classificam-se em:

I - "in natura": hortifrutigranjeiros ou processados, ervas e condimentos;

II - alimentícias: frios, doces, compotas, temperos, peixes, cereais, queijo, lanches, sucos, pães, biscoitos e carne de sol;

III - naturais: flores cortadas, flores naturais, terra vegetal, sementes e adubos domésticos; e

IV - artesanais: produtos confeccionados manualmente, com produção de peças únicas ou em pequena tiragem, sem as características de produção industrial, em série.

**Parágrafo único.** Para a comercialização, os produtos de origem animal, como peixes e derivados de leite, deverão ser acondicionados e armazenados em freezer, em equipamento refrigerador ou em caixas térmicas em perfeito estado de funcionamento e conservação, com prévia autorização da Vigilância Sanitária.

### SUBSEÇÃO II - DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Art. 114.** Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA a organização das feiras do produtor, como auxílio de 3 (três) representantes da Comissão Geral das Feiras.

**Art. 115.** São atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA:

I - criar, localizar, dimensionar, classificar, remanejar ou extinguir as Feiras do Produtor, total ou parcialmente, em atendimento ao interesse público e respeitadas as exigências higiênico-sanitárias vigentes, viárias e urbanísticas em geral;

II - elaborar instruções pertinentes às Feiras do Produtor;

III - fiscalizar o cumprimento das normas contidas nesta lei e de outras referentes ao funcionamento das feiras e às atividades ligadas a esse serviço;

IV - efetuar visitas rotineiras às propriedades dos produtores cadastrados;

V - executar as medidas administrativas relativas às inscrições dos feirantes;

VI - arrecadar o valor do alvará devido pelos feirantes, bem como decidir qualquer alteração de seus alvarás de licenças; e

VII - fiscalizar, notificar e autuar os feirantes que estiverem em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei.

**Art. 116.** As Feiras do Produtor funcionarão em logradouros públicos ou em terrenos de propriedade do Município, especialmente abertos à população para tal finalidade e de acordo com escalas semanais previamente determinadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA.

**Art. 117.** Para a instalação das Feiras do Produtor deverão ser obedecidas as mesmas normas previstas neste Capítulo para as Feiras Livres.

**Art. 118.** As bancas terão suas medidas por ramo de atividade e, para efeito de expedição do alvará, deverão obedecer ao seguinte padrão:

- I - comércio de produtos "in natura" ou processados: 6 m de frente por 3 m de fundo; cor: verde;
- II - comércio de produtos alimentícios: 2 m de frente por 3 m de fundo; cor: vermelha;
- III - comércio de produtos naturais: 2 m de frente por 3 m de fundo; cor: verde; e
- IV - comércio de produtos artesanais: 2 m de frente por 3 m de fundo; cor: amarela.

§ 1º As bancas já existentes até a publicação desta lei, serão alteradas paulatinamente, de comum acordo entre os feirantes a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

§ 2º As bancas inscritas após a publicação desta lei, não poderão ter áreas superiores ao estabelecido neste artigo.

**Art. 119.** As bancas deverão possuir toldos e saias de lona em bom estado de conservação e cor padronizada por ramo de atividade.

**Art. 120.** Os interessados em exercer o comércio nas Feiras do Produtor deverão se inscrever na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA, preencher requerimento e apresentar os documentos que forem exigidos em regulamentação específica.

**Art. 121.** Será proibida a venda, nas Feiras do Produtor, de qualquer mercadoria que não esteja de acordo com as disposições da legislação sanitária ou não seja originária da propriedade do produtor.

§ 1º As mercadorias julgadas impróprias ao consumo pela Autarquia do Serviço Municipal de Saúde deverão ser retiradas imediatamente pelos proprietários, sob pena de incorrerem nas penalidades constantes desta lei.

§ 2º Com a finalidade de abastecer a Feira ou torná-la mais atraente, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA poderá autorizar a comercialização de produtos que, devido à limitação de clima e/ou solo, não são produzidos no Município.

**Art. 122.** A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA designará, em cada feira, coordenadores, na proporção de um para cada vinte feirantes, também produtores escolhidos pelos feirantes da feira da qual participam, sem qualquer vínculo empregatício e sem remuneração, para desempenhar as seguintes funções:

- I - auxiliar na organização da feira e propor soluções aos problemas encontrados;
- II - auxiliar na fiscalização, comunicando às irregularidades que venham a ocorrer; e
- III - participar da Comissão das Feiras.

**Art. 123.** A criação de novas Feiras do Produtor estará subordinada à determinação dos seguintes critérios:

- I - demanda de população;
- II - localização viável;
- III - interesse da população local;
- IV - interesse da Administração Municipal; e
- V - interesse do órgão representativo dos produtores, ouvida a Comissão Geral das Feiras.

SEÇÃO III - DA FEIRA DA LUA

SUBSEÇÃO I - DA FINALIDADE

**Art. 124.** É denominada 'Feira da Lua' a feira com funcionamento das 18 às 22 horas.

## SUBSEÇÃO II - DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Art. 125.** VETADO.

**Art. 126.** Para a habilitação ao Alvará de Licença para participar da Feira da Lua os interessados deverão se cadastrar na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, especialmente para esse fim.

**Parágrafo único.** Terão preferência na concessão do Alvará de Licença os feirantes cujos produtos despertem maior interesse na população, ou seja, de interesse público do Município pelo seu caráter de qualidade, modernidade ou exotividade.

**Art. 127.** Na Feira da Lua só serão comercializados os seguintes produtos:

- I - hortifrutigranjeiros, processados e/ou "in natura";
- II - lanches, doces, salgados, refrigerantes e sucos;
- III - comidas típicas;
- IV - gêneros alimentícios; e
- V - produtos artesanais.

**Art. 128.** As barracas utilizadas na Feira da Lua deverão ter toldo ou cobertura impermeáveis, tipo uniforme, obedecer às normas técnicas cabíveis bem como atender a um só padrão a ser fornecido pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

**Art. 129.** Caberão à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD a organização e a fiscalização da Feira da Lua.

## SEÇÃO IV - DA FEIRA DO "FEITO A MÃO"

### SUBSEÇÃO I - DA FINALIDADE

**Art. 130.** A feira do "Feito à Mão" é um projeto de inclusão e extensão, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem como objetivo integrar e valorizar a produção artesanal de Londrina, a qual funcionará nos seguintes dias e horários:

- I - as quartas-feiras: das 18h30min às 22 horas;
- II - aos sábados e véspera de feriados: no mesmo horário de funcionamento do comércio;
- III - aos domingos: quando houver funcionamento do comércio, no mesmo horário deste; e quando não houver funcionamento do comércio, das 8 às 13 horas; e
- IV - na semana antecedente ao Natal: das 8 às 22 horas.

**Parágrafo único.** Na semana que antecede o Dia das Mães e o Dia dos Pais, a feira também funcionará na quinta e sexta-feira, no mesmo horário de funcionamento do comércio.

**Art. 131.** VETADO.

**Art. 131.** A Feira do "Feito à Mão" tem por finalidade:

- I - valorizar os produtos artesanais de Londrina;
- II - promover a divulgação dos produtos artesanais; e
- III - promover geração de trabalho e renda.



## SUBSEÇÃO II - DA ADMINISTRAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

**Art. 132.** Os produtos autorizados para comercialização na Feira do "Feito à Mão" serão aqueles abrangidos pelos produtos artesanais populares e tradicionais, efetivamente feitos à mão, transformados ou customizados pelos artesãos, assim considerados:

I - indígena: aquele entendido como o trabalho de uma comunidade indígena;

II - tradicional: aquele entendido como a manifestação popular que conserva determinado costume e a cultura de um determinado povo e/ou região;

III - regional ético: aquele entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização da cidade e/ou região;

IV - contemporâneo: aqueles resultantes de matéria-prima natural ou industrializada, transformada, manual ou mecanicamente, sob processos caseiros; e

V - habilidades manuais: o trabalho manual sem transformação de matéria-prima e sem desenho próprio, buscando principalmente uma resposta mercadológica, muitas vezes seguindo tendências e modismos.

**Parágrafo único.** Os produtos artesanais que possam causar riscos e acidentes deverão ser regulamentados por decreto.

**Art. 133.** Para participar da feira do "Feito à Mão", os interessados deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos e se inscreverem junto à CMTU-LD.

§ 1º Para a expedição do alvará de autorização, será exigido os seguintes documentos:

I - solicitação de permissão;

II - carteira de identidade;

III - carteira de saúde atualizada;

IV - duas fotos 3x4;

V - comprovante de residência (talão de água ou luz); e

VI - licença sanitária.

§ 2º Na solicitação da permissão, o requerente deverá ainda apresentar, do preposto ou do auxiliar contratado em regime de

CLT, os seguintes documentos:

I - carteira de saúde, em caso de manipulação de alimentos;

II - carteira de identidade;

III - comprovante de residência; e

IV - duas fotos 3x4.

§ 3º O permissionário poderá a qualquer tempo fazer a substituição do preposto ou do auxiliar contratado em regime de CLT, desde que apresente do substituído os documentos enumerados no parágrafo anterior.

**Art. 134.** A autorização, para exploração de produtos artesanais, é pessoal e intransferível, devendo o autorizado estar presente nas feiras, podendo ser auxiliado por empregado contratado, em regime de CLT.

## SEÇÃO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS A TODAS AS FEIRAS, NO QUE COUBER

### SUBSEÇÃO I - DAS OBRIGAÇÕES

**Art. 135.** VETADO.

**Art. 135.** Os feirantes são obrigados a:

- I - cumprir a escala constante de seu alvará de licença;
- II - acatar as determinações e instruções dos funcionários de carreiras encarregados da fiscalização das feiras, desde que por escrito e na forma da lei, e observar, para com o público, as normas de boa conduta, devendo apregoar suas mercadorias sem algazarra ou uso de instrumento sonoro;
- III - manter as instalações, pesos e balanças rigorosamente limpos e aferidos pelo órgão competente;
- IV - não prolongar o encerramento da feira além do horário previsto;
- V - manter as instalações sempre em perfeitas condições de higiene e aparência;
- VI - efetuar diariamente a limpeza e a conservação das áreas ocupadas;
- VII - depositar os detritos do seu comércio em recipientes adequados;
- VIII - usar jaleco padronizado limpo, somente para a comercialização de produtos alimentícios;
- IX - expor, em local visível das respectivas bancas, o alvará de licença e a licença sanitária;
- X - colocar o preço explícito em cada tipo de mercadoria, especificando-o de acordo com a unidade de comercialização;
- XI - providenciar a instalação de energia elétrica, cujo projeto deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação; e
- XII - portar crachá de identificação.

§ 1º Em caso de extravio do Alvará de Licença o feirante deverá requerer a segunda via à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD ou à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA.

§ 2º Mediante justificativa prévia à CMTU-LD ou à SMAA o feirante poderá não cumprir a escala a que se refere o inciso I do caput deste artigo, desde que autorizado pelo respectivo órgão, de acordo com a legislação vigente.

## SUBSEÇÃO II-DAS PROIBIÇÕES AOS FEIRANTES

**Art. 136.** É proibido ao feirante:

I - VETADO;

I - ausentar-se por mais de 4 (quatro) vezes, consecutivas, sem prévia anuência da CMTU ou da SMAA, não sendo consideradas para este computo as ausências verificadas em dias de chuva e em datas comemorativas;

II - venda de bebidas alcoólicas;

III - transferência da autorização, exceto nos casos previstos nesta lei;

IV - apresentar-se em estado de embriaguez; e

V - portar-se com indisciplina e algazarra.

## SUBSEÇÃO III - DA INSCRIÇÃO

**Art. 137.** Os interessados em exercer o comércio nas feiras deverão se inscrever no órgão competente, mediante apresentação de documentação exigida.

**Parágrafo único.** Não será fornecido mais de um alvará de licença de feirante a qualquer pessoa física ou jurídica, ressalvadas as autorizações válidas até a data da publicação desta lei.

**Art. 138.** No Alvará de Licença constarão a identificação do feirante, a dimensão do espaço, os produtos a serem comercializados e a validade da autorização.

**Parágrafo único.** Fica vedado ao feirante comercializar outro produto que não seja o constante no seu Alvará de Licença, sob pena de cassação de sua autorização.

**Art. 139.** VETADO.

**Art. 139.** O Alvará de Licença tem caráter precário, podendo ser cassado ou anulado em qualquer tempo, desde que justificado e garantido o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 140.** O alvará de autorização deverá ser revalidado, anualmente, e a sua não revalidação no prazo importará na aplicação de multa.

**Parágrafo único.** Para a renovação anual do alvará o feirante deverá apresentar requerimento dirigido à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD instruído com os mesmos documentos apresentados por ocasião do requerimento da licença.

**Art. 141.** VETADO.

**Art. 141.** O feirante que, por 4 (quatro) vezes consecutivas, deixar de instalar sua banca nos dias e locais constantes de seu alvará, sem prévia comunicação à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, perderá o direito a seu ponto e terá que se instalar nas extremidades da feira, desde que aprovado pela Comissão Geral das Feiras.

**Art. 142.** Os pedidos de afastamento das atividades nas feiras não poderão ultrapassar noventa dias, salvo motivos especiais devidamente comprovados e mediante aprovação da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU-LD da SMAA.

**Art. 143.** O feirante que comprovar, por atestado e laudo médicos, incapacidade para o exercício da atividade, terá seu direito avaliado pela Comissão Geral das Feiras.

**Art. 144.** VETADO.

**Art. 144.** O feirante que requerer a baixa de sua inscrição junto à CMTU-LD ou à SMAA, somente poderá formalizar novo pedido de inscrição após 6 (seis) meses, contados da data da baixa anterior.

**Art. 145.** O feirante deverá exercer pessoalmente o seu comércio, sob pena de cassação do Alvará de Licença.

#### SUBSEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 146.** Compete à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD:

I - elaborar instruções pertinentes às feiras, inclusive às Feiras Esporádicas de Artesanatos de Mulheres;

II - fiscalizar o cumprimento das normas contidas nesta lei e em outras referentes ao funcionamento das feiras e às atividades ligadas a esse serviço;

III - executar as medidas administrativas relativas à inscrição dos feirantes;

IV - arrecadar os preços devidos pelos feirantes, bem como decidir sobre qualquer alteração de seus alvarás de licença;

V - cobrar as taxas devidas pelos feirantes; e

VI - fiscalizar, notificar e autuar os feirantes que estiverem em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei.

**Parágrafo único.** As instruções referentes à feira do produtor serão emitidas pela Secretaria da Agricultura.

**Art. 147.** Para a manutenção da ordem e do bom funcionamento das feiras a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização- CMTU-LD - contará com o apoio da Comissão Geral das Feiras, que terá as seguintes atribuições:

I - organizar as feiras, proporcionando um melhor atendimento aos usuários e aos próprios feirantes; e

II - debater os problemas existentes e propor possíveis soluções à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD;

**Art. 148.** A Comissão Geral das Feiras será composta por onze membros titulares e igual número de suplentes, sendo:

I - um representante da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD;

II - VETADO;

II - um representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento - SMAA;

III - um representante das feiras livres;

IV - um representante da feira da lua;

V - um representante da feira "do feito à mão";

VI - VETADO;

VI - um representante da feira do produtor;

VII - um representante da Câmara Municipal;

VIII - um representante da Vigilância Sanitária;

IX - um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL;

X - VETADO; e

XI - VETADO.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos III, IV, V e VI serão escolhidos, em assembleia, pelos feirantes das respectivas áreas de atuação.

§ 2º Os membros da Comissão escolherão, entre si, o seu presidente.

§ 3º A Comissão será substituída a cada dois anos, por meio da renovação dos seus integrantes, exceto do representante da Câmara Municipal de Londrina que poderá ser reconduzido.

**Art. 149.** Para a instalação das feiras, deverão ser obedecidas as seguintes normas:

I - o trabalho de montagem das feiras livres e do produtor deverá ser iniciado a partir das 4 horas e deverá encerrar-se até as 7 horas, sendo que durante o horário de verão o início poderá ser atrasado e o encerramento adiantado em uma hora;

II - o trabalho de montagem da feira da lua deverá ser iniciado às 16 horas e deverá encerrar-se às 18 horas, sendo que durante o horário de verão o início poderá ser atrasado e o encerramento adiantado em uma hora;

III - VETADO;

III - o trabalho de montagem da feira do "Feito à Mão" deverá ser iniciado entre 7h30min às 9 horas, com tolerância até as 10 horas em dias de chuva;

IV - a montagem das bancas dar-se-á na seguinte ordem:

a) o feirante deverá estacionar o seu veículo no local correspondente à área ocupada por sua banca e proceder à descarga no passeio, sendo vedado o estacionamento de veículo no Calçamento;

b) as mercadorias e instalações serão dispostas somente dentro da área demarcada, de modo a não interromper o trânsito e nem danificar os logradouros públicos, colocando-as sempre em bancas e acima do nível do solo;

c) após a descarga das mercadorias, o veículo deverá ser estacionado a uma distância mínima de 50m (cinquenta metros) do local de realização da feira;

d) após a retirada do veículo, o feirante procederá à montagem de sua banca e à exposição das mercadorias;

V - a montagem das bancas deverá ser feita nos locais previamente determinados pela CMTU e pela SMAA e respeitado o horário para esse procedimento;

VI - iniciada a comercialização na feira é vedado o ingresso no local de veículos com mercadorias, respeitado o horário de montagem;

VII - é vedado o tráfego de motos, bicicletas, carrinhos de ambulantes e outros similares que possam causar transtornos aos transeuntes, excetuando-se os casos de entrada e saída de veículos de estacionamentos de prédios e residências localizados na via impedida;

VIII - encerradas as atividades comerciais, os veículos poderão ingressar no local para o carregamento das mercadorias e instalações desmontadas, demorando-se somente o tempo necessário para fazê-lo dentro de ordem e disciplina;

IX - os veículos não poderão ingressar no Calçadão para efetuar o carregamento das mercadorias e instalações desmontadas;

X - o desmonte das feiras livres e do produtor poderá iniciar-se às 11 e encerrar-se às 13 horas;

XI - o desmonte da feira da lua poderá iniciar-se às 22 horas e encerrar-se às 24 horas; e

XII - o desmonte das feiras do "Feito à Mão" poderá iniciar-se quando encerradas as atividades comerciais, conforme disposto no artigo 130.

§ 1º Esgotados os prazos a que se referem os incisos IX, X e XI, o logradouro deverá estar completamente desocupado.

§ 2º Após o encerramento da feira as mercadorias comercializadas que permanecerem no local serão apreendidas pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, que ficará de posse das mesmas caso não sejam reclamadas dentro de vinte e quatro horas mediante pagamento da multa devida.

**Art. 150.** Os feirantes respondem perante a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD pelos atos de seus empregados quanto à observância das disposições desta Lei e de outras normas relativas às feiras.

**Parágrafo único.** Os empregados possuem legitimidade para receber notificações, autuações e demais ordens administrativas pelos atos que praticarem em seu nome ou em nome do feirante, desde que na forma da lei.

**Art. 151.** VETADO.

**Art. 152.** Todos os gêneros alimentícios comercializados nas feiras deverão ter licença sanitária atualizada.

**Parágrafo único.** As mercadorias julgadas impróprias ao consumo pela Autarquia Municipal de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, deverão ser retiradas imediatamente e recolhidas pela Vigilância Sanitária, sob pena de incorrerem nas penalidades previstas na lei.

## TÍTULO VI - DA HIGIENE PÚBLICA

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 153.** A fiscalização abrangerá especialmente a higiene e a limpeza das vias públicas e das habitações particulares e coletivas.

**Art. 154.** Serão objetos da fiscalização sanitária as habitações particulares e coletivas, os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços, incluindo ambulantes e feirantes.

**Art. 155.** Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o fiscal, que deverá se identificar com seu nome completo e o número de sua matrícula funcional, apresentará ao servidor um relatório circunstanciado sugerindo medidas ou solicitando providências para o bem da higiene pública.

**Art. 156.** Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o fiscal, que deverá se identificar com seu nome completo e o número de sua matrícula funcional, iniciará os procedimentos, conforme legislação vigente.

## **CAPÍTULO II - DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS**

**Art. 157.** Os hotéis, motéis, pensões e demais meios de hospedagem, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I - a lavagem de louça e talheres deverá ser feita em água corrente em pia exclusiva ou equipamentos próprios para esta finalidade, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tonéis, tanques ou vasilhames;

II - a higienização da louça, talheres e outros utensílios de uso pessoal direto deverá ser feita em água potável, de acordo com a legislação específica;

III - os guardanapos e toalhas de mesa serão de uso individual;

IV - os açucareiros serão do tipo que permita a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

V - os utensílios utilizados no consumo dos alimentos devem ser armazenados em local protegido, exceto se forem descartáveis; e

VI - o uso de copos descartáveis fica a critério da autoridade sanitária.

**Art. 158.** Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter os manipuladores de alimentos uniformizados de acordo com a legislação vigente e terem feito curso de manipulação nos termos da lei.

**Art. 159.** É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais, os postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo, as salas de teatro, os cinemas, os taxis, os transportes coletivos e os veículos particulares que estejam transportando crianças.

§ 2º Os estabelecimentos mencionados neste artigo deverão fixar, obrigatoriamente, em locais visíveis ao público, placas salvas à proibição.

§ 3º Os infratores serão convidados a deixar o recinto.

**Art. 160.** Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures e podólogos, estúdios de tatuagens e assemelhados, são obrigatórios o uso de toalhas e golas individuais e a esterilização ou desinfecção dos utensílios próprios destas atividades, antes do início e após encerramento das atividades, conforme legislação específica.

**Parágrafo único.** É de competência da Vigilância Sanitária a fiscalização do disposto neste artigo.

**Art. 161.** Nos hospitais, clínicas e maternidades, além das disposições gerais deste Código e legislação específica que lhes forem aplicáveis, são obrigatórios:

I - o cumprimento da legislação específica, caso possua lavanderia;

II - a cozinha constituída dos seguintes ambientes: depósito de alimentos, sala de higienização dos produtos, sala de manipulação dos alimentos e distribuição adequada, conforme legislação vigente;

III - instalações e meios adequados para acondicionamento, coleta interna, armazenamento, transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma da legislação vigente; e

IV - a existência de, no mínimo, uma ambulância equipada com aparelhos médicos indispensáveis ao atendimento de urgência ou serviço conveniado ou contratado com empresa habilitada para tal.

### CAPÍTULO III - DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

**Art. 162.** A Vigilância Sanitária do Município fiscalizará as condições higiênicas e sanitárias dos estabelecimentos que fabricam, comercializam e manipulam alimentos, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente.

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste Código, considera-se alimento toda a substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos para sua formação, manutenção e desenvolvimento.

**Art. 163.** Não serão permitidas a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo órgão responsável pela fiscalização e removidos para local destinado a sua inutilização.

**Art. 164.** Não será permitida a produção, exposição ou venda de alimentos sem a devida inscrição ou registro e/ou inspeção municipal, estadual ou federal.

§ 1º Os alimentos deteriorados, falsificados, adulterados, vencidos ou nocivos à saúde serão apreendidos pelo fiscal, conforme legislação vigente.

§ 2º A apreensão e/ou inutilização dos alimentos em desacordo com a legislação não eximirá o responsável, pessoa física ou jurídica do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 3º É obrigatório o uso de embalagem individual e descartável, de papel alumínio ou similar, para os condimentos fornecidos nos estabelecimentos comerciais de alimentos, bem como para o comércio ambulante e feirantes.

§ 4º Fica proibida a utilização de dispensadores e outros recipientes de uso repetido para condimentos, molhos e temperos.

**Art. 165.** Sob pena de apreensão e inutilização, os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos, conforme legislação vigente.

**Art. 166.** Terão prioridade para o exercício de comércio nas feiras regulamentadas pelo Município e nos mercados, os agricultores e produtores do Município de Londrina.

**Parágrafo único.** O estabelecimento de regime de exclusividade em determinado ramo de atividade nos mercados municipais, por motivo de estrita conveniência pública, dependerá de chamamento de interessados, por meio de Edital, não podendo o prazo ser superior a três anos.

### CAPÍTULO IV - DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES E DOS TERRENOS

**Art. 167.** As edificações residenciais ou destinadas à produção, comércio, indústria e prestação de serviços deverão ser sempre mantidas em boas condições de uso.

**Parágrafo único.** O material a ser utilizado para a caiação e pintura não poderá ser do tipo refletivo ou ofuscante.

**Art. 168.** Os proprietários, inquilinos, ocupantes e administradores de imóveis são obrigados a conservar limpos os seus quintais, pátios, piscinas, edificações, telhados, calhas, marquises e coberturas.

**Art. 169.** Os proprietários de terrenos, dentro dos limites do Município, devem zelar por sua limpeza e conservação, ficando a fiscalização a cargo do Poder Público, por meio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

§ 1º Aos proprietários de terrenos, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de quinze dias, a partir da notificação ou da publicação de edital no órgão oficial de imprensa do Município, para que procedam à sua limpeza e, quando for o caso, à remoção dos resíduos neles depositados.

§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará os serviços de limpeza e remoção de resíduos, exigindo dos proprietários, além da multa no valor de R\$ 2,00 (dois reais) o metro quadrado, o pagamento das despesas efetuadas, bem como a taxa de administração, na base de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços realizados, além da correção monetária, a partir da data da execução dos serviços até o efetivo pagamento.

§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta sempre com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.

§ 4º Deverá ser enviada semestralmente ao responsável pela saúde pública do Ministério Público, lista com o nome dos infratores.

**Art. 170.** Os resíduos das habitações, para serem removidos, deverão estar acondicionados em sacos plásticos fechados, caixas de papelão ou dentro de latões que servirão como recipientes para acondicionar o lixo até o despejo nos caminhões ou ainda através de outro processo previamente aprovado pela CMTU.

§ 1º Em caso de ser utilizado latão para acondicionar o lixo até o despejo nos caminhões, este deverá ser recolocado no local em que se encontrava para ser reutilizado.

§ 2º Todos os geradores, inclusive os residenciais, comerciais e industriais, são obrigados a separar os materiais recicláveis dos demais resíduos.

§ 3º Os materiais recicláveis serão armazenados em sacos plásticos ou recipientes distintos dos demais resíduos.

§ 4º Não serão considerados como materiais recicláveis, para os efeitos desta lei, os sacos ou recipientes utilizados para o acondicionamento dos resíduos nocivos à saúde.

§ 5º Entende-se por resíduos não-recicláveis: papel higiênico, absorventes e fraldas.

§ 6º A remoção e a destinação adequada dos resíduos de oficinas, serviços de lavagem de automotivos e retíficas serão de responsabilidade do proprietário do imóvel ou seu locatário.

§ 7º A remoção e a destinação adequada dos resíduos da construção civil são de responsabilidade do proprietário do imóvel ou seu locatário.

§ 8º No caso deste artigo, quando o proprietário ou locatário não providenciar a remoção dos entulhos, será concedido o prazo de quinze dias, a partir da sua notificação via correio, para que proceda à sua remoção.



§ 9º Expirado o prazo, o Município poderá executar os serviços de remoção dos entulhos, exigindo, dos proprietários, o pagamento das despesas efetuadas, bem como a taxa de administração, na base de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços realizados, além da correção monetária a partir da data da execução dos serviços até o efetivo pagamento.

§ 10. A atribuição para fiscalização, realização dos serviços e imposição das penalidades, nos casos previstos neste artigo, é da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização do Município de Londrina - CMTU-LD.

**Art. 171.** Os edifícios comerciais e residenciais, incluindo os condomínios e loteamentos de casas, deverão possuir abrigos apropriados para a guarda temporária dos resíduos, convenientemente dispostos, perfeitamente vedados e dotados de dispositivos para limpeza e sua higienização, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único.** Fica proibido aos moradores de prédios, jogarem água ou atirarem quaisquer outros objetos ou detritos que possam prejudicar a higiene, a segurança, o sossego e a saúde dos transeuntes e moradores de prédios e casas vizinhas.

**Art. 172.** Nenhum prédio situado na cidade, dotado de rede de água e esgotos, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento de água e instalações sanitárias em número proporcional ao de seus moradores e em conformidade com a legislação específica.

§ 2º Serão permitidas nos imóveis urbanos ou agrupamentos rurais, providos de rede de abastecimento de água, a abertura ou a manutenção de cisternas, quando devidamente autorizadas pela Autarquia Municipal da Saúde ou reguladas por legislação específica.

**Art. 173.** Os proprietários de imóveis, dentro dos limites da cidade, vilas e povoados, devem manter os quintais, pátios, datas, lotes e terrenos em perfeito estado de conservação e manutenção e mantê-los murados e calçados, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Entendem-se como em perfeito estado de manutenção os imóveis nas seguintes situações:

- I - ausência de plantas que possam constituir foco de mosquitos e outros insetos nocivos à saúde;
- II - ausência de plantas que, pelo seu desenvolvimento, ameacem a integridade dos prédios vizinhos ou sobre eles projetem sombra incômoda, folhas, galhos, frutos ou ramos secos;
- III - ausência de plantas que, em queda acidental, possam causar vítimas ou danos às propriedades; e
- IV - ausência de plantas que possam servir de esconderijo, tais como milho, milho-vassoura e outras plantações não rasteiras.

§ 2º Fica proibida a execução de queimadas, durante a limpeza dos terrenos na área urbana.

§ 3º Ficam igualmente proibidos o plantio e a conservação de vegetação espinhenta na área correspondente à calçada e ao passeio público.

§ 4º As plantas que comprovadamente atentem contra o disposto neste artigo, deverão ser retiradas pelo proprietário ou inquilino, no prazo de até quinze dias após regular notificação pelo Poder Público Municipal, por meio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

§ 5º A inadimplência com a obrigação prevista neste artigo implicará na aplicação de multa.

§ 6º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta em dobro.

§ 7º Caberá aos órgãos competentes, fiscalizar o cumprimento das disposições previstas no caput deste artigo.

**Art. 174.** Não será permitida a aplicação de agrotóxicos em plantações localizadas em áreas urbanizadas dentro do perímetro urbano.

**Parágrafo único.** Caberá à Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, juntamente com a Secretaria Municipal do Ambiente, fiscalizar o cumprimento do que dispõe o caput deste artigo;

**Art. 175.** Os aparelhos de ar condicionado, as chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares e de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestadores de serviços de qualquer natureza deverão ter altura suficiente para evitar que ruídos, a fumaça, a fuligem ou outros resíduos possam causar danos à saúde, ao ambiente e ao sossego públicos.

§ 1º As chaminés e exaustores de estabelecimentos comerciais, industriais e serviços devem ter autorização da Secretaria Municipal do Ambiente, conforme legislação específica.

§ 2º As chaminés serão dotadas de equipamentos antipoluentes, ou trocadas por aparelhos que produzam idêntico efeito substituindo-as, sempre que for necessário.

**Art. 176.** O Município, visando ao interesse público, adotará medidas no sentido de extinguir, gradativamente, as favelas e as residências insalubres, consideradas como tais as caracterizadas nos regulamentos sanitários e especialmente as:

I - edificadas sobre terreno úmido ou alagadiço;

II - com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;

III - com superlotação de moradores;

IV - com porões servindo simultaneamente de habitação para pessoas, aves ou animais, ou como depósito de materiais de fácil decomposição;

V - em que haja falta de asseio em geral no seu interior e dependências;

VI - que não possuam abastecimento de água suficiente ao consumo e instalações sanitárias; e

VII - que tenham sido construídas com material impróprio ou inadequado, favorecendo a proliferação de insetos.

**Art. 177.** Nos casos de insalubridade sanável, sem necessidade de desocupação, serão notificados os respectivos proprietários ou possuidores dos imóveis e orientados a efetuarem prontamente os reparos devidos.

**Art. 178.** Caso a edificação não possa servir para moradia, devido às suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção, o proprietário ou possuidor será notificado a fechar o imóvel dentro do prazo a ser estabelecido pelo órgão competente, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 1º Quando não for possível o saneamento da insalubridade da edificação devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com prejuízo à segurança, será a edificação interditada e condenada à demolição.

§ 2º A edificação interditada não poderá ser utilizada para nenhuma finalidade.

§ 3º O órgão competente para a fiscalização e execução do que dispõe este artigo será a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

## CAPÍTULO V - DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 179.** Os serviços de limpeza de ruas, praças, calçadas e demais logradouros públicos serão executados diretamente pelo órgão responsável do Município, ou por concessão e/ou permissão dos serviços a empresas especializadas, inclusive nos dias e locais de feiras.

**Art. 180.** Os moradores, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais estabelecidos no Município de Londrina serão responsáveis pela limpeza e conservação do passeio fronteiro às suas residências ou estabelecimentos.

§ 1º A lavagem e/ou varredura do passeio e calçada deverão ser efetuadas fora do horário comercial.

§ 2º É proibido varrer e/ou despejar resíduos de qualquer natureza para os ralos e bocas de lobo em logradouros públicos.

**Art. 181.** É proibido lançar resíduos nas vias públicas, bem como despejar ou atirar papéis, detritos ou quaisquer resíduos sobre o leito das ruas, nos logradouros públicos, nas bocas-de-lobo, em terrenos vagos e fundos de vale.

**Art. 182.** A ninguém, é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou embaraçar o livre escoamento das águas pelas galerias pluviais, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, alterando, danificando ou obstruindo tais condutores.

**Art. 183.** Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - lavar roupas, veículos e animais em logradouros públicos ou banhar-se em chafarizes, fontes, tanques ou torneiras públicas ou, ainda, deles se valer para qualquer outro uso, desconforme com suas finalidades;

II - escoar água servida para a rua e/ou galerias de águas pluviais;

III - conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas; e

IV - queimar, nos terrenos particulares ou públicos, resíduos, detritos ou materiais.

**Art. 184.** Os veículos transportadores de resíduos da construção civil, terra ou similares não poderão transportar cargas que ultrapassem a borda das carrocerias, e deverão ser cobertos com lonas, quando em movimento.

**Art. 185.** Os condutores e/ou proprietários dos veículos transportadores de terra, de materiais de construção, resíduos da construção civil e outros são obrigados a manter a limpeza das vias em que trafegarem.

## **CAPÍTULO VI - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA COLETA E DA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Art. 186.** A coleta de resíduos sólidos urbanos será executada pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU- ou outra por ela designada.

§ 1º Será cobrado preço público pelos serviços prestados, com base no número de vezes de coleta e de acordo com as disposições contidas no Código Tributário Municipal.

§ 2º A coleta dos resíduos sólidos, cujas características sejam similares aos especificados no caput deste artigo, dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, institucionais e industriais, será definida por lei específica.

§ 3º Os resíduos deverão ser depositados no passeio, em dias e horários determinados, acondicionados em sacos plásticos fechados, caixas de papelão ou dentro de latões, que servirão como recipientes para acondicionar o lixo até o despejo nos caminhões ou ainda através de outro processo previamente aprovado pela CMTU.

§ 4º Os grandes geradores de resíduos deverão providenciar local adequado ao acondicionamento.

§ 5º Em caso de ser utilizado latão para acondicionar o lixo até o despejo nos caminhões, este deverá ser recolocado no local em que se encontrava para ser reutilizado.

**Art. 187.** É proibido amontoar lixo ou resíduos nos logradouros públicos, proceder à sua varrição em direção aos ralos das vias para pedestres, ou do interior dos prédios e dos quiosques para as áreas de uso comum.

**Art. 188.** Os grandes geradores deverão apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos para análise e aprovação junto à SEMA, bem como dar destinação própria aos seus resíduos.

**Art. 189.** Os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde, nominados na RDC 306/2004, deverão elaborar plano de gerenciamento de resíduos de saúde - PGRSS, para análise e aprovação da Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA.

**Parágrafo único.** O PGRSS deverá ser atualizado, anualmente, como requisito para renovação da Licença Sanitária.

**Art. 190.** Todas as obras novas de reforma, de demolição e de ampliação deverão apresentar Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, de acordo com regulamentação específica.

## SEÇÃO II - DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Art. 191.** As pessoas jurídicas transportadoras de resíduos sólidos deverão apresentar o Controle de Destinação de Resíduos - CDR na origem e nos locais de transbordo, tratamento, transporte e de destinação final localizados no Município de Londrina.

§ 1º O Controle de Destinação de Resíduos será expedido pelo Município.

§ 2º O Controle de Destinação de Resíduos - CDR conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do transportador;
- II - identificação do local de origem e destinação dos resíduos;
- III - quantidade e tipo de resíduos;
- IV - placa do veículo; e
- V - data e horário.

**Art. 192.** As pessoas jurídicas, que efetuam o armazenamento, transbordo, tratamento, transporte e destinação de resíduos sólidos dentro do Município de Londrina deverão utilizar o Controle de Destinação de Resíduos - CDR, expedido pelo Município.

## CAPÍTULO VII - DO USO, DO TRANSPORTE E DA RECEPÇÃO DAS CAÇAMBAS

**Art. 193.** A colocação de recipientes, para fins de despejo e/ou coleta de materiais de construção e resíduos da construção civil do Município de Londrina, far-se-á nos termos deste capítulo.

**Parágrafo único.** Entendem-se como resíduos da construção civil: os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concretos em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações e fiação elétrica, comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

**Art. 194.** Os recipientes a que se refere o artigo anterior poderão ser colocados pelos órgãos competentes do Município ou por empresas devidamente licenciadas pelo Município bem como cadastradas e autorizadas pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU.

**Parágrafo único.** Os recipientes serão colocados por empresas particulares quando se destinarem a atender a interesses individuais de pessoas físicas ou jurídicas, as quais serão co-responsáveis pelas disposições da legislação pertinente.

**Art. 195.** Os recipientes terão as seguintes características oficiais:

I - serão de material resistente e inquebrável;

II - conterão sistema de engate adequado para acoplamento ao veículo transportador;

III - deverão ser de cor amarela, nas quatro faces laterais e conter, em todas as faces, um triângulo sinalizador refletivo com dimensões, de pelo menos um metro e meio quadrado a ser definido pela CMTU e as empresas terão um prazo de 360 dias para adaptação a contar da data da publicação desta lei;

IV - todas as caçambas e containeres deverão ser numerados pela CMTU em números extras grande de fácil visualização; e

V - conterão, em qualquer face lateral, a identificação da empresa responsável pela colocação, seu telefone e número da caçamba, de forma que não interfira na sinalização de segurança.

**Parágrafo único.** Os recipientes passarão por vistoria anual da CMTU para fins de autorização de funcionamento, e será devida a taxa anual de vistoria a ser definida por decreto.

**Art. 196.** O conteúdo dos recipientes será transportado, destinado e colocado em locais previamente licenciados pelos órgãos competentes e autorizados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

**Art. 197.** As empresas responsáveis pelos recipientes e/ou os locatários deverão manter sempre limpo o local onde estes estiverem colocados.

**Parágrafo único.** Quando os recipientes estiverem colocados em logradouros públicos as empresas transportadoras pagarão taxa à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, a título de uso e ocupação do espaço público, conforme previsto no Código Tributário Municipal.

**Art. 198.** As pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos recipientes, antes de sua locação e colocação, deverão dar conhecimento ao locatário das exigências da lei para sua utilização e sua corresponsabilidade.

**Art. 199.** Não será permitida a colocação de recipientes coletores de entulho:

I - no leito de vias onde o estacionamento de veículos seja proibido;

II - nos pontos de coletivos e de táxis;

III - em locais em que for proibido o estacionamento de veículos, conforme previsão contida no art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro;

IV - sobre a calçada; e

V - a uma distância inferior a 15 cm e superior a 30 cm da guia do meio fio.

§ 1º Os locais para colocação de caçambas no Calçamento deverão ser previamente autorizados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD.

§ 2º No Calçamento não será permitida a colocação de caçambas que ultrapassem a metragem de 3m<sup>3</sup> (três metros cúbicos).

§ 3º Nas vias públicas, onde for proibido o estacionamento de veículos, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização- CMTU-LD - poderá, excepcionalmente, permitir a colocação de recipientes coletores de entulho de 3m³ (três metroscúbicos) nas calçadas, desde que garantida a segurança dos transeuntes.

§ 4º Os casos omissos neste artigo serão decididos pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU, após serem ouvidas as empresas proprietárias dos recipientes.

**Art. 200.** As pessoas jurídicas detentoras dos recipientes, antes de sua remoção, deverão apresentar ao locatário a comprovação da destinação dos resíduos, por meio da apresentação do Controle de Destinação dos Resíduos - CDR, devidamente preenchido.

§ 1º O Controle de Destinação de Resíduos será expedido pelo Município.

§ 2º O Controle de Destinação de Resíduos - CDR - conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do transportador;
- II - identificação do local de origem e destinação dos resíduos;
- III - quantidade e tipo de resíduos;
- IV - numeração da caçamba; e
- V - data e horário.

**Art. 201.** As pessoas jurídicas que receberão os recipientes deverão comprovar o recebimento por meio do Controle de Destinação de Resíduos - CDR - fornecido pelo Município.

**Art. 202.** Os infratores serão autuados e notificados a retirar imediatamente a caçamba do local, sob pena de ser providenciada a retirada pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD, às expensas do infrator.

## CAPÍTULO VIII - DO CONTROLE DE INSETOS NOCIVOS

**Art. 203.** Cabe aos proprietários de imóveis urbanos ou rurais, situados no âmbito do Município de Londrina, controlar os focos de insetos nocivos neles constatados, seja em edificações, árvores, piscinas, plantações e outros.

§ 1º É de responsabilidade dos órgãos competentes do Município o controle dos focos de insetos nocivos constatados nos prédios públicos e na vegetação arbórea e no solo das vias, das praças, das vielas e dos logradouros públicos.

§ 2º Quando os insetos nocivos representarem dano ao meio ambiente, a competência para tratamento da questão é da Secretaria Municipal do Ambiente.

§ 3º Quando a existência de insetos nocivos for relacionada a deposições irregulares de resíduos, a competência passa a ser da Autarquia Municipal de Saúde.

**Art. 204.** Constatado qualquer foco de insetos nocivos, transmissores ou não de doenças, os proprietários procederão ao seu extermínio na forma apropriada.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade do controle, será o fato levado ao conhecimento da Autarquia Municipal de Saúde, para o encaminhamento das providências cabíveis.

**Art. 205.** Os proprietários, inquilinos, outros ocupantes de imóveis e administradores de imóveis públicos ou privados deverão cuidar para que não fique retida água em pneus, plásticos, peças e outros que sirvam de esconderijo e criadouro de insetos.

## **TÍTULO VII - DO IMPEDIMENTO DAS VIAS, ESTRADAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

### **CAPÍTULO I - DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 206.** Poderá o Município autorizar a armação de palanques, coreto e barracas provisórias nos logradouros públicos paracomícios políticos e festividades religiosas, civis, populares ou eventos artísticos, desde que sejam observadas as seguintes condições, junto aos órgãos competentes:

I - apresentação do croqui referente à implantação e às ART's dos responsáveis pelas instalações;

II - serem aprovadas, quanto à sua localização, horário, data e dia da semana;

III - não perturbarem o trânsito público;

IV - não prejudicarem o calçamento e nem escoamento das águas pluviais, correndo, por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos, por acaso, verificados;

V - não prejudicarem a arborização, o ajardinamento e o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

VI - divulgação pelos meios de comunicação do dia e horário da realização do evento, às expensas do autorizado; e

VII - serem removidos no prazo estabelecido pelo órgão responsável pela autorização.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no inciso VII deste artigo, o Município promoverá a remoção do palanque, coreto ou barraca, cobrando do responsável as despesas de remoção e dando ao material removido o destino que entender conveniente.

**Art. 207.** O ajardinamento, a arborização e a manutenção das praças, das vielas, das vias públicas e de seus canteiros centrais são atribuições do Município.

§ 1º Exceção-se do disposto neste artigo os programas municipais de ajardinamento, arborização e manutenção em parceria com pessoas jurídicas.

§ 2º Os espécimes vegetais a serem plantados nos canteiros centrais das vias públicas deverão ser previamente aprovados pela Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA.

§ 3º Os espécimes vegetais a serem plantados nos canteiros centrais das vias públicas deverão observar um recuo de vinte metros em relação ao local de conversão de tráfego e, em ambos os lados, permitindo-se nessa área apenas o plantio de grama ou outra vegetação rasteira.

**Art. 208.** É proibido podar, cortar, derrubar, erradicar, transplantar ou sacrificar as árvores da arborização pública ou contra elas praticar ou cometer qualquer ato de vandalismo e, ainda, danificar ou comprometer o bom aspecto das praças e jardins.

§ 1º Ficam igualmente proibidos escavar ou aterrar terrenos públicos sem a prévia autorização do Município.

§ 2º Nas margens do Lago Igapó deverá haver o manejo das árvores denominadas eucaliptos e no prazo de 2 (dois) anos sua erradicação total e o plantio de árvores nativas da flora brasileira, a ser indicada por Engenheiro Agrônomo.

**Art. 209.** É proibida a colocação de cartazes, anúncios, fixação de cabos, fios, sacos de lixo e outros nas árvores localizadas nos logradouros públicos.

**Art. 210.** As empresas públicas e privadas, autorizadas a executar obras ou serviços nos logradouros públicos, ficam obrigadas:

I - à recomposição do leito ou pavimento danificado e à remoção dos restos de materiais, que deverão ocorrer imediatamente após o término dos serviços, em prazo não superior a 24 horas; e

II - à utilização de materiais de qualidade, de forma que o pavimento ou leito danificado sejam entregues em boas condições e perfeitamente nivelados.

**Parágrafo único.** Correrão por conta das empresas responsáveis pelos serviços as despesas referentes à reparação de quaisquer danos decorrentes da execução de serviços nas vias e nos logradouros públicos.

**Art. 211.** O impedimento de logradouros públicos deverá ser autorizado pela CMTU-LD, precedido de ampla divulgação nos meios de comunicação e afixação de placas informativas no local, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, tudo às expensas do autorizado.

**Art. 212.** Serão proibidos trânsito ou estacionamento de veículos nos trechos das vias públicas interditadas para a execução de obras.

§ 1º O veículo encontrado em via interditada para obras será apreendido e transportado para o depósito municipal ou local designado pela CMTU-LD, às expensas de seu proprietário, além da multa prevista nesta lei.

§ 2º Excetuam-se das disposições deste artigo os veículos que necessitarem adentrar e sair das garagens residenciais e comerciais, quando o acesso e saída não atrapalhar o andamento das operações previstas neste artigo.

**Art. 213.** É proibido às pessoas físicas e jurídicas:

I - danificar ou retirar sinais de advertência de perigo ou de impedimento de trânsito dos logradouros públicos;

II - colocar sinalização ou qualquer objeto que cause impedimento ou obstrução de trânsito ou vagas de estacionamento nos logradouros públicos, tais como: cones, cadeiras, fitas zebreadas, bancos, caixotes, latões e sacos de lixo, entre outros.

**Art. 214.** A instalação de serviços de energia, comunicação, correio e prevenção e combate a incêndios nos logradouros públicos, dependem de autorização do órgão municipal competente.

**Art. 215.** O Município, mediante licitação, poderá autorizar a colocação de bancas ou quiosques para venda dos produtos previstos no art. 91 desta lei, desde que satisfaçam as seguintes condições mínimas:

I - atendimento às condições básicas de saneamento; e

II - a aprovação do local, do projeto e dos materiais a serem empregados será definida pelo órgão municipal competente.

**Art. 216.** Os estabelecimentos comerciais não poderão ocupar o passeio correspondente à testada do edifício, com construções permanentes, e as construções de caráter temporário serão permitidas desde que autorizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

**Art. 217.** Fica proibido qualquer tipo de equipamento, escultura ou monumento em vias e logradouros públicos sem prévia autorização do órgão competente do Município.

**Art. 218.** Os pontos de estacionamento de veículos de aluguel, para transporte individual de passageiros ou não, serão fixados pelo órgão competente do Município, sem qualquer prejuízo para o trânsito.

**Art. 219.** Os locais de pontos de táxi e de parada de transporte coletivo público urbano, no prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta lei, serão padronizados e definidos pelo órgão competente do Município.



## CAPÍTULO II - DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

**Art. 220.** As estradas de que trata o presente capítulo são as que integram o sistema viário municipal e que servem de livretrânsito dentro do território do Município.

**Art. 221.** As estradas municipais ficam assim classificadas:

I - Estradas Principais; e

II - Estradas Secundárias.

**Art. 222.** Quanto à sua construção e manutenção, as estradas municipais obedecerão, ressalvadas normas técnicas emcontrário, às seguintes características:

I - Estradas Principais:

a) faixa de domínio público de 40m (quarenta metros);

b) nas interseções de vias principais a faixa de domínio deverá ser inscrita em um raio mínimo de 50m (cinquenta metros); e

c) nas interseções de vias principais com vias secundárias a faixa de domínio deverá ser inscrita em um raio mínimo de 40m(quarenta metros).

II - Estradas Secundárias: faixa de domínio público de 25m (vinte e cinco metros).

**Parágrafo único.** A relação das vias classificadas como principais deverá fazer parte da lei do sistema viário.

**Art. 223.** A manutenção das estradas municipais e sua sinalização são atribuições dos órgãos competentes do Município.

**Art. 224.** As benfeitorias e deslocamentos dos traçados das estradas deverão ser aprovados pelos órgãos competentes, ficando as despesas correspondentes a cargo do interessado.

**Art. 225.** Os proprietários de terrenos marginais são obrigados:

I - a contribuir para que as estradas municipais permaneçam em bom estado; e

II - a remover as árvores secas ou simplesmente os galhos desvitalizados que em queda natural atingirem o leito das estradas.

§ 1º Essas providências deverão ser tomadas dentro dos prazos fixados pelo Município.

§ 2º Findo o prazo, os trabalhos de remoção das árvores ou troncos desvitalizados serão feitos pelo Município, cobrando-se do proprietário do terreno o valor dos serviços mais acréscimo de 30% (trinta por cento), a título de administração.

**Art. 226.** Os proprietários de terrenos marginais deverão requerer prévia autorização do órgão competente para fechar, estreitar e impedir as estradas.

§ 1º A utilização da faixa de domínio depende de autorização do órgão competente.

§ 2º O Município adotará as medidas legais cabíveis para readequação da faixa de domínio ou da estrada, em caso de inobservância ao previsto neste artigo, às expensas do proprietário infrator, sem prejuízo de autuação.

§ 3º No caso do Município efetuar a retirada de cercas, o material ficará sob a responsabilidade de seu proprietário.

**Art. 227.** É proibido aos proprietários de terrenos marginais:

- I - impedir a manutenção adequada da estrada e da faixa de domínio, através de colocação de cercas de arame, cercasvivas, vedações ou tapumes, de qualquer natureza, bem como de arborização e cultivos agropecuários;
- II - destruir, construir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, mata-burros e valetas laterais localizados nas estradas;
- III - fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza nas estradas e nas faixas laterais de domínio público;
- IV - impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;
- V - encaminhar, das propriedades adjacentes e próprias, águas servidas ou pluviais para o leito das estradas, ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas a uma distância mínima de dez metros;
- VI - colocar porteiras, palanques ou mata-burros nas estradas;
- VIII - executar manobras sobre as estradas, sarjetas e drenos, com tratores equipados com implementos de arrasto ou outros equipamentos que venham causar danos às estradas do Município;
- IX - utilizar a área de domínio público para quaisquer fins particulares; e
- X - danificar, de qualquer modo, as estradas.

**Parágrafo único.** É proibido, tanto aos proprietários como aos transeuntes, depositar entulhos ou restos de materiais de qualquer natureza nas estradas.

**Art. 228.** Aos que contrariarem o disposto nos artigos 225 a 227 desta lei será expedida notificação com indicação do dispositivo violado e a forma de regularização, concedendo-se um prazo máximo de 7 (sete) dias úteis para regularização dos fatos assinalados, graduados conforme a extensão do dano.

§ 1º Caso a parte notificada não possa dar cumprimento às exigências do Município dentro do prazo a que se refere o caput deste artigo, poderá requerer prazo adicional de igual período, desde que o faça antes de esgotado o prazo inicial e justificadamente.

§ 2º O órgão competente poderá estabelecer um prazo diferenciado, desde que comprovada a necessidade.

§ 3º Esgotados os prazos de que tratam este artigo sem regularização, será lavrado auto de infração, assegurada a interposição de recurso administrativo ao órgão competente.

## **TÍTULO VIII - DOS INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS, EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS E DA EXTRAÇÃO DE AREIA E SAIBRO**

### **CAPÍTULO I - DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS**

**Art. 229.** É proibido:

- I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pelo Município;
- II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos, sem atender as exigências legais, quanto à construção, localização e segurança; e
- III - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

**Parágrafo único.** A capacidade de armazenagem dos depósitos de explosivos variará em função das condições de segurança, da cubagem e da arrumação interna, ressalvadas outras exigências estabelecidas pelo órgão federal competente.

**Art. 230.** Não serão permitidas instalações de fábricas de fogos, inclusive de artifícios, pólvora e explosivos no perímetro urbano e de expansão urbana de Londrina.

**Parágrafo único.** Somente será permitida a venda de fogos de artifícios por meio de estabelecimentos que estejam localizados em zonas comerciais que satisfaçam os requisitos de segurança, comprovados pelo Corpo de Bombeiros e prévia autorização da polícia civil.

**Art. 231.** Não será permitido o transporte de explosivos e inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º Não será permitido em qualquer hipótese o transporte de explosivos e inflamáveis nos ônibus coletivos.

§ 2º. Não poderão ser transportados, simultaneamente, no mesmo veículo, produtos explosivos e inflamáveis.

§ 3º Os fogos de artifício somente poderão ser vendidos a pessoas maiores de dezoito anos.

**Art. 232.** O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipientes apropriados, hermeticamente fechados, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo).

**Art. 233.** A atividade de revenda varejista de comercialização de combustível automotivo é exercida em estabelecimentos denominados de Posto Revendedor de Combustíveis, sendo facultado o desempenho, na área por este ocupada, de outras atividades comerciais e de prestação de serviços, desde que não haja prejuízo à segurança, à saúde e ao meio ambiente.

§ 1º Para a construção e reforma das instalações dos estabelecimentos de que trata este artigo e dos pontos de abastecimento de combustíveis deverá ser obtida, antes do início das atividades, o prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças federais, estaduais e municipais legalmente exigíveis.

§ 2º Os postos revendedores de combustíveis, lavagem, lubrificação e troca de óleo só poderão se instalar em vias de uso comercial do Município e observado o seguinte:

I - nos lotes de esquina o recuo mínimo da rua principal e da rua secundária será de 8m (oito metros);

II - em lotes de uma só frente o recuo mínimo será de 10m (dez metros);

III - nos boxes de lavagem e lubrificação os recuos deverão ser de 8m (oito metros) do alinhamento dos logradouros e de 5m

(cinco metros) das divisas dos terrenos vizinhos, salvo se forem instalados em recintos fechados, cobertos e ventilados;

IV - as águas servidas, antes de serem lançadas no esgoto, passarão por caixas providas de crivos e filtros para retenção de detritos e graxas;

V - as bombas de combustíveis serão instaladas com a distância de 5m (cinco metros) umas das outras e com, no mínimo, 5m (cinco metros) do alinhamento da rua ou da avenida e 10m (dez metros) da construção;

VI - será construída mureta de alvenaria, com altura mínima de 5 cm (cinco centímetros) no alinhamento predial, a qual deverá ser destacada com elemento fosforescente, isolando a área do terreno e a calçada, admitindo-se apenas a interrupção para uma entrada e uma saída de veículos;

VII - a entrada e a saída de veículos serão feitas com espaço mínimo de 4m (quatro metros) e máximo de 7m (sete metros), não podendo localizar-se nas laterais do terreno e em esquinas, devendo, ainda, guardar distância mínima de 2m (dois metros) das laterais do terreno, espaço este que será preenchido pela mureta de 5 cm (cinco centímetros) de altura; nas esquinas, a distância das aberturas deverá ser de, no mínimo, 3m (três metros), a contar do encontro das duas linhas frontais, que também deverão ser guardadas pela mureta;

VIII - os espaços reservados para borracharia e reparos deverão obedecer às mesmas normas dos distanciamentos reservados para os boxes de lavagem;

IX - os postos localizados nas avenidas perimetrais de contorno da cidade ou saídas para outros municípios deverão estar apelo menos 15m (15 metros) do alinhamento e possuir pista anterior de desaceleração com 50m (cinquenta metros), entre o eixo da pista e a construção; e conter:

- a) ampla área para estacionamento de veículos de grande porte;
- b) lanchonetes ou restaurantes;
- c) sanitários masculinos e femininos; e
- d) espaço para lavagem e lubrificação de veículos;

X - serão permitidos somente um acesso e uma saída para a rodovia, sendo o espaço intermediário preenchido por mureta de proteção ou por canteiros que delimitem o acesso;

XI - as construções que fizeram parte do projeto como lanchonetes, lojas de conveniência, restaurantes, sanitários, estacionamento e o próprio posto de revenda de combustíveis, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), pela Secretaria Municipal do Ambiente, pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação e pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Londrina (IPPUL), observada a legislação aplicável à espécie e obedecida a Norma N8-190 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); e

XII - a implantação de tanques para armazenamento de combustíveis, assim como as tubulações de interligação com outros tanques ou bombas de abastecimentos serão realizadas conforme a norma N8-190 da ABNT, supervisionada pelo Instituto Ambiental do Paraná e pela Secretaria Municipal do Ambiente.

§ 3º Os postos de revenda de combustíveis e de óleos lubrificantes, as oficinas e os estabelecimentos comerciais que revendam óleo lubrificante deverão efetuar a troca desses produtos no próprio local, vedada a troca pelo adquirente em outro local.

§ 4º Os estabelecimentos mencionados no parágrafo anterior, somente serão instalados em terrenos com área igual ou superior a 1.600 metros quadrados e com testada mínima de:

I - 50 metros, quando localizados em corredores de transporte metropolitano e corredores de transporte urbano principal; e

II - 40 metros, quando localizados em corredores de transporte urbano secundário e demais vias;

§ 5º A menor distância para resguardar a segurança física e ambiental para a instalação dos estabelecimentos de que trata este artigo, medida a partir do ponto de estocagem, será de 1500 m (mil e quinhentos metros) de raio do posto revendedor do ponto de abastecimento mais próximo já existente no perímetro urbano e de 10.000 m (dez mil metros) fora do perímetro urbano; e ainda manter os seguintes distanciamentos mínimos:

I - 200 metros de túneis, pontes e viadutos;

II - 300 metros de hospitais e postos de saúde;

III - 300 metros de escolas, creches e praças esportivas, associações e ginásios de recreação;

IV - 300 metros de áreas militares, fábricas ou depósitos de explosivos e munições;

V - 300 metros de igrejas, cinemas e teatros; e

VI - 300 metros de mercados, supermercados, estabelecimentos com grande concentração de pessoas e outras definidos como tal, que sejam incompatíveis com a vizinhança do posto revendedor;

§ 6º Os estabelecimentos relacionados nos incisos II e VI do parágrafo anterior que quiserem se instalar próximos a postos de combustíveis deverão obedecer aos distanciamentos mínimos ali previstos, a ser medido entre a divisa mais próxima do terreno do posto e do terreno do estabelecimento a se instalar.

§ 7º Não se aplica os distanciamentos mínimos previstos nos incisos I a VI do § 6º deste artigo aos postos revendedores de combustíveis já existentes e que eventualmente necessitem de reforma ou ampliação.

**§ 8º** Será permitida a instalação de bombas para abastecimento de veículos em estabelecimentos comerciais, industriais, empresas de transporte e entidades públicas, para uso exclusivamente privativo, desde que possua frota própria devidamente documentada, constituída de no mínimo 20 (vinte) veículos e atendam as condições preconizadas nesta lei e pelos demais órgãos que disciplinam a instalação.

**§ 9º** Se um posto revendedor de combustível for flagrado comercializando combustíveis fora das especificações da ANP (adulterado) terá seu alvará cassado e não mais poderá exercer no local essa atividade.

**§ 10.** O recebimento e a descarga de veículos transportando combustíveis somente poderão ser feitos no horário das 6 às 20 horas, observando-se todas as normas e procedimentos de segurança e ainda:

I - o veículo deverá estar estacionado dentro da área do posto e com facilidade de acesso e saída em caso de emergência;

II - o descarregamento não poderá ser efetuado apenas pelo motorista do veículo, este deverá estar acompanhando defuncionário do posto treinado para esta atividade; e

III - nenhuma descarga poderá ser efetuada sem que seja utilizada a descarga selada.

**Art. 234.** É proibido:

I - queimar fogos de artifícios nos logradouros públicos ou em janelas e portas que se abrirem para os mesmos logradouros;

II - soltar balões em toda a extensão do Município;

III - fazer fogueiras nos logradouros públicos; e

IV - fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo.

**Parágrafo único.** A proibição de que trata o inciso I deste artigo poderá ser suspensa pelo Município nos dias de regozijopúblico ou festividades religiosas ou de caráter tradicional e ainda em comícios e recepções políticas.

## **CAPÍTULO II - DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS E DA EXTRAÇÃO DE AREIA E SAIBRO**

**Art. 235.** A licença para exploração de pedreiras, olarias ou da extração de areia e saibro será processada mediante requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador, formulado de acordo com as disposições deste artigo.

**§ 1º** Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

a) nome e residência do proprietário do terreno;

b) nome e residência do explorador, se este não for proprietário;

c) localização precisa do imóvel e o itinerário para chegar-se ao local da exploração ou extração; e

d) declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

**§ 2º** O requerimento da licença deverá ser instruído pelos seguintes documentos:

a) prova de propriedade do terreno;

b) autorização para a exploração, registrada pelo proprietário em Cartório, no caso de não ser ele o explorador;

c) da situação do terreno, georreferenciada em UTM / SIRGAS, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, com equidistância de 1m (um metro), contendo a delimitação exata da área a ser explorada, com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, mananciais e cursos de água, situados dentro da área do empreendimento, e uma faixa de cem metros no seu entorno.

**Art. 236.** A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições mínimas:

I - colocação de sinais nas proximidades das minas, de modo que possam ser percebidas distintamente pelos transeuntes a uma distância de, no mínimo, 2000m (dois mil metros);

II - adoção de um toque convencional, antes de explosão, ou de um brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 237. Não será permitida a exploração de pedreiras no perímetro urbano do Município, com emprego de explosivos, a uma distância inferior a 2000m (dois mil metros) de qualquer via pública, logradouro, habitação ou área onde acarretar perigo ao público.

**Parágrafo único.** Na zona rural do Município não será permitida a exploração de pedreiras com o emprego de explosivos a uma distância inferior a 100m (cem metros) de rodovias e estradas municipais, estaduais ou federais e de 2.000m (dois mil metros) de núcleos habitacionais.

**Art. 238.** Ao conceder as licenças o Município poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

**Art. 239.** Será interditada a pedreira, ou parte dela, licenciada e explorada de acordo com este Código que venha posteriormente, em razão da sua exploração, causar perigo ou danos à vida, à propriedade de terceiros ou ao meio ambiente.

**Art. 240.** O Município poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto de exploração de pedreiras com intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou de evitar a obstrução das galerias de águas.

**Art. 241.** A instalação de olarias deve obedecer às seguintes prescrições:

I - a instalação de olarias somente ocorrerá na zona rural do Município e a uma distância superior a 2000m (dois mil metros) de núcleos habitacionais;

II - as chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emissões de poluentes; e

III - quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades, à medida que for retirada a argila, bem como efetuar a recuperação da área degradada ao final da exploração.

**Art. 242.** É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município quando:

I - modifique o leito ou as margens dos cursos de água;

II - possibilite a formação de processos erosivos que causem, por qualquer forma, a estagnação das águas; e

III - de algum modo, possa oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

**Art. 243.** O Município não expedirá alvará de licença de localização para a exploração de qualquer mineral quando situado em áreas que apresentem potencial turístico, importância paisagística ou ecológica.

Art. 244. Aquele que explorar recursos minerais, fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.

## TÍTULO IX - DA PUBLICIDADE EM GERAL

**Art. 245.** Constitui objetivo da ordenação da publicidade em geral, o atendimento ao interesse público e conforto ambiental, com a garantia da qualidade de vida urbana, assegurando, dentre outros, os seguintes direitos fundamentais:

- I - o bem-estar estético, cultural e ambiental da população;
- II - a valorização do ambiente natural e construído;
- III - a segurança, a fluidez e o conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres;
- IV - a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem; e
- V - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade, para a promoção da melhoria da paisagem no Município.

**Art. 246.** Constituem diretrizes a serem observadas na colocação da publicidade em geral:

- I - a priorização da sinalização de interesse público;
- II - o combate à poluição visual, bem como da degradação ambiental; e
- III - a compatibilização das modalidades de anúncios com os locais onde possam ser veiculados.

**Art. 247.** Não são considerados anúncios:

- I - os logotipos ou logomarcas de postos de abastecimento de serviços, quando veiculados nos equipamentos próprios do mobiliário obrigatório, como bombas, densímetros e similares;
- II - as denominações de prédios e condomínios;
- III - os que contenham referências que indiquem lotação, capacidade e os que recomendam cautela ou indiquem perigo, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- IV - os que contenham mensagens indicativas de órgãos da Administração Direta;
- V - os que contenham indicação de monitoramento de empresas de segurança com área máxima de 400cm<sup>2</sup> (quatrocentoscentímetros quadrados);
- VI - aqueles instalados em áreas de proteção ambiental ou de preservação permanente que contenham mensagens educativas;
- VII - os que contenham as bandeiras dos cartões de crédito aceitos nos estabelecimentos comerciais, desde que não ultrapassem a área total de 900 cm<sup>2</sup> (novecentos centímetros quadrados);
- VIII - os banners ou pôsteres indicativos dos eventos culturais que serão exibidos no local de realização do evento, desde que não ultrapassem 10% (dez por cento) da área total da fachada frontal; e
- IX - a identificação das empresas nos veículos automotores utilizados para a realização de seus serviços.

**Art. 248.** Todo anúncio deverá observar, dentre outras, as seguintes normas:

- I - oferecer condições de segurança ao público;
- II - ser mantido em bom estado, no que tange a estabilidade, resistência e aspecto visual;
- III - atender às normas técnicas da ABNT pertinentes à distância das redes de distribuição elétrica;
- IV - respeitar a vegetação arbórea existente ou que venha a existir, definida por normas específicas do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina; e
- V - não prejudicar a visibilidade de sinalização de trânsito ou outro sinal destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação dos logradouros.

**Art. 249.** A exploração dos meios de publicidade no Estádio do Café, nos logradouros públicos, bem como nos locais de acesso comum ou colocados em terrenos ou próprios de domínio privado, mas visíveis dos lugares públicos, depende de licença do Município, sujeitando-se o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º Incluem-se, na obrigatoriedade deste artigo, os cartazes, letreiros, propaganda, boletins, panfletos, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, observadas as disposições estabelecidas neste capítulo.

§ 2º A taxa de publicidade de que trata este Capítulo será cobrada por metro quadrado, além da taxa de ocupação de solo, em se tratando de áreas públicas.

§ 3º É proibida a propaganda falada em lugares públicos por meio de propagandistas ou shows artísticos.

#### **Art. 250. VETADO.**

**Art. 250.** Não será permitida a publicidade:

- I - que, pela sua natureza, provoque aglomeração prejudicial ao trânsito público;
- II - que de alguma forma prejudique os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais e ainda em frente a praças, parques, jardins públicos, calçadas, leitos de rua, árvores e postes de iluminação pública;
- III - que seja ofensiva à moral ou contenha dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças ou instituições;
- IV - que obstrua, intercepte ou reduza o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;
- V - que contenha incorreções de linguagem;
- VI - que, pela sua quantidade ou má distribuição, prejudique os aspectos paisagísticos das fachadas, visibilidade dos prédios, bem como a atenção dos motoristas no trânsito;
- VII - que tratem de cigarro ou de bebidas alcoólicas e distem menos de 100m (cem metros) de centro de educação infantil e de estabelecimentos de ensino fundamental, médio e de 3º grau;
- VIII - que for de conteúdo erótico-pornográfico;
- IX - nos muros, grades e terrenos baldios;
- X - nos abrigos instalados nos pontos de carros de aluguel ou de coletivos urbanos e nos postes indicativos de ponto de parada destes últimos;
- XI - nos edifícios, prédios e espaços públicos;
- XII - nos templos e casas de oração;
- XIII - nos espaços particulares que se projetem sobre a área pública; e
- XIV - nos locais que possa desviar a atenção dos condutores, em toda a extensão do parabrisa e da traseira dos veículos. (art. 111, parágrafo único, CTB).

**Art. 251.** A licença de publicidade deverá ser requerida ao órgão municipal competente, devidamente instruída com as especificações técnicas e mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I - requerimento padrão onde conste:
  - a) o nome e o C.N.P.J. da empresa;
  - b) a localização e especificação do equipamento;
  - c) o número de cadastro imobiliário do imóvel no qual será instalado o letreiro ou anúncio;
  - d) a assinatura do representante legal; e
  - e) número da inscrição municipal.
- II - autorização do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida;
- III - para os casos de franquias, o contrato com a franqueadora;
- IV - projeto de instalação contendo:
  - a) especificação do material a ser empregado;
  - b) dimensões;
  - c) altura em relação ao nível do passeio;
  - d) disposição em relação à fachada ou ao terreno;



e) comprimento da fachada do estabelecimento;

f) sistema de fixação;

g) sistema de iluminação, quando houver;

h) tipo de suporte sobre o qual será sustentado;

V - termo de responsabilidade técnica ou ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, quando for o caso, quanto à segurança da instalação e fixação, assinado pela empresa fabricante, instaladora e pelo proprietário da publicidade.

**Art. 252.** Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar ainda o sistema de iluminação a ser adotado.

**Parágrafo único.** Os anúncios suspensos, luminosos ou não, serão colocados a uma altura mínima de dois metros e meio do passeio público.

**Art. 253.** Quando se tratar de prédios de mais de um pavimento, não poderá, em hipótese alguma, a publicidade das partes térreas prejudicarem a visibilidade das portas e janelas dos usuários de pavimentos superiores.

**Art. 254.** Os anúncios, letreiros e similares deverão ser conservados em boas condições e renovados ou consertados sempre que tais providências sejam necessárias, para o seu bom aspecto e segurança.

**Art. 255.** VETADO.

**Art. 255.** Os anúncios publicitários por meio de panfletagem em espaços públicos, principalmente os distribuídos em sinaleiros, serão autorizados pelo órgão competente do Município (CMTU-LD) e terão expedido o alvará de licença para esta atividade, devendo observar os seguintes preceitos:

I - o material gráfico (panfleto e semelhante) não poderá conter anúncios de cigarros, bebidas ou material erótico-pornográfico;

II - os anúncios não deverão conter incorreções de linguagem nem inscrições e textos errados; e

III - o material gráfico (panfleto e similares) deverá conter a mensagem "contribua com a limpeza de nossa cidade, não jogue papel no chão", em espaço não inferior a 1.5 cm de largura por 8 cm de comprimento, emoldurado por linha continua com um milímetro de espessura, no rodapé do impresso.

§ 1º Preenchido o disposto no caput deste artigo, os órgãos públicos responsáveis pelo espaço público deverão liberar a panfletagem na cidade de Londrina, expedindo a competente autorização.

§ 2º Será permitida a panfletagem de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, e aos sábados, das 8 às 12 horas, num total de 44 horas semanais.

§ 3º As empresas poderão trabalhar com um profissional em cada ponto, considerando como ponto o cruzamento entre as ruas que contenham sinaleiros em diferentes sentidos.

§ 4º Será permitido no máximo duas empresas por ponto no mesmo dia e horário.

§ 5º Os autorizados pela panfletagem serão responsáveis pelo local da atividade, devendo proceder à limpeza local logo após o término da atividade e retirar os resíduos e sobras de materiais.

§ 6º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se local de atividade os 20 metros em qualquer direção de logradouro e vias públicas, contados do ponto fixado para a atividade.

§ 7º Em caso de descumprimento do disposto neste artigo a empresa será notificada; em caso de reincidência será aplicada multa e, em nova reincidência, além da multa será suspensa sua licença por 180 dias.

§ 8º Para aplicação das sanções previstas no parágrafo anterior será dada à empresa ampla a oportunidade de defesa perante os órgãos responsáveis para verificação da infração.

§ 9º As empresas cadastradas e autorizadas poderão requerer a prestação do serviço de panfletagem com a antecedência mínima de 24 horas do horário de início da atividade, desde que efetive o recolhimento da taxa de autorização.

**Art. 256.** Os panfletos, boletins, programas e semelhantes, destinados à distribuição em logradouros públicos, não poderão ter dimensões menores de dez por quinze centímetros, nem maiores de trinta por quarenta centímetros.

§ 1º É proibida a distribuição, por mais de um panfleteiro, por sentido da via, exceto a propaganda eleitoral que é definida em lei especial.

§ 2º Os contribuintes autorizados a distribuir panfletos, boletins, avisos, programas e assemelhados em logradouros públicos deverão proceder à limpeza do local logo após o término da atividade.

§ 3º Os panfletos, boletins, avisos, programas e assemelhados, além do texto e das gravuras próprias, conterão obrigatoriamente a mensagem "CONTRIBUA COM A LIMPEZA DE NOSSA CIDADE, NÃO JOGUE ESTE PAPEL NO CHÃO", em espaço não inferior a 1,5 cm de largura por 8 cm de comprimento, emoldurado por linha contínua com um milímetro de espessura, no rodapé do impresso.

**Art. 257. VETADO.**

**Art. 257.** O Município poderá instalar painéis com frases cívicas, alertas, informações e outros dados de interesse público e coletivo nos edifícios públicos, terminais rodoviários, estádios, terrenos e outros logradouros públicos, bem como em locais de trânsito intenso, desde que dentro das dimensões regulamentares da Lei nº 10.966/2010 (Lei da Cidade Limpa).

**Art. 258.** Será, em qualquer caso, assegurada a propaganda eleitoral realizada na forma da legislação específica.

**Art. 259.** Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeitas as formalidades deste capítulo poderão ser apreendidos e retirados pelo órgão municipal competente até a satisfação dessas formalidades e o pagamento da multa prevista neste Código, exceto a propaganda eleitoral que é definida em lei especial.

**Art. 260. VETADO.**

**Art. 260.** Em se tratando de anúncios nos próprios da empresa, fica a mesma isenta do pagamento da taxa de publicidade, obrigando-se a observar as dimensões estipuladas em legislação específica.

**Art. 261.** As dimensões dos materiais de publicidade previstas neste capítulo terão regulamentação específica.

## **TÍTULO X - DO COMÉRCIO DE PEÇAS NOVAS E USADAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, MOTOCICLETAS E MOTONETAS**

**Art. 262.** A concessão de alvará de funcionamento para a atividade de comércio de peças novas e usadas para veículos automotores, motocicletas e motonetas, desmanches e todas as outras

atividades similares constantes e descritas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE somente ocorrerá após a apresentação, pelo interessado, dos seguintes documentos:

I - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);

II - parecer favorável da Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA);

III - comprovação de que a edificação onde serão instalados os estabelecimentos de comércio especificados no caput deste artigo trata-se de imóvel devidamente coberto e com muro em todas as faces e possui calçada; e

IV - apresentação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Produzidos.

§ 1º Na área de recuo, na calçada e na testada à frente dos estabelecimentos é proibida a exposição de peças novas e usadas, veículos automotores, motocicletas e motonetas, desmanches e todas as outras atividades similares constantes e descritas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (IBGE).

§ 2º Os comércios que já estão instalados deverão apresentar, conforme o disposto nesta lei, o cronograma referente à cobertura total ou parcial do imóvel, conforme o caso, observado o seguinte:

I - os imóveis com até 5.000 m<sup>2</sup> deverão estar totalmente cobertos no prazo de (3) três anos, sendo a cobertura executada na proporção de 33% ao ano; e

II - os imóveis acima de 5.000 m<sup>2</sup> deverão estar cobertos em 50% do terreno no prazo de 3 (três) anos, sendo a cobertura executada na proporção de 33% ao ano.

§ 3º Os comércios referidos no § 2º deste artigo também deverão ser murados em todas as faces e possuir calçada no prazo de três anos.

**Art. 263.** Aos estabelecimentos de comércio especificados no artigo 262 desta lei que vierem a se instalar se aplicam o disposto em seus incisos I, II, III e IV e em seu parágrafo 1º; e aos estabelecimentos já existentes e em funcionamento no Município se aplicam somente o disposto em seu inciso IV e seus parágrafos 1º, 2º e 3º.

**Art. 264.** Fica proibida a instalação de comércio de que trata o artigo 262 desta lei em zonas residenciais.

**Art. 265.** Para as atividades de estabelecimentos de comércio especificados no artigo 262 desta lei, ficam autorizadas, excepcionalmente, ações de fiscalização com período não inferior a 15 (quinze) dias, em atenção ao combate contra adengue, enquanto não se enquadrarem às exigências descritas e dispostas nesta lei.

## TÍTULO XI - DOS CEMITÉRIOS

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 266.** Os cemitérios situados no Município de Londrina poderão ser:

I - municipais; e

II - particulares.

**Art. 267.** Os cemitérios municipais serão administrados diretamente pelo Poder Público ou por particulares, mediante concessão.

**Art. 268.** Os particulares, para efeito do artigo anterior, são as pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 269.** A implantação e a exploração de cemitérios por particulares somente poderão ser realizadas mediante autorização do Poder Público.

## CAPÍTULO II - DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

### SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 270.** Este capítulo aplica-se a todos os concessionários, beneficiários do direito de uso, visitantes e funcionários dos cemitérios municipais.

**Art. 271.** Os cemitérios municipais terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados pelo Poder Público ou por outro órgão por ele designado.

**Art. 272.** Os cemitérios constituirão parques de utilidade pública e serão reservados e respeitados aos fins a que se destinam.

**Art. 273.** É facultado a todas as crenças religiosas praticar nos cemitérios os seus ritos, respeitada a moral pública e as disposições desta lei.

**Art. 274.** Não se admitirá nos cemitérios discriminação fundada em raça, cor, sexo, crença religiosa, trabalho, convicção política ou filosófica, ou qualquer outra que fira o princípio da igualdade.

### SEÇÃO II - DA IMPLANTAÇÃO DE CEMITÉRIOS

#### SUBSEÇÃO I - DOS REQUISITOS BÁSICOS

**Art. 275.** Quanto às características e parâmetros construtivos, deverão ser observadas as disposições contidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 276.** A autorização de funcionamento somente se dará depois de concluído, no mínimo, um módulo de edificação composto de uma capela, sanitários, copa e setor administrativo, proporcional ao empreendimento.

**Art. 277.** O prazo máximo previsto para a conclusão das obras descritas no artigo anterior será de 2 (dois) anos, contado da aprovação do projeto, podendo ser prorrogável por igual período, a critério do órgão municipal competente.

§ 1º Findo o prazo mencionado no caput deste artigo sem que as obras estejam concluídas, fica o Município autorizado a cancelar o empreendimento, negando-lhe a autorização para o funcionamento.

§ 2º É proibida a inumação sem que as obras estejam concluídas, atestadas mediante visto de conclusão da Secretaria de Obras e a atividade autorizada mediante os alvarás de licença para funcionamento e licença sanitária.

**Art. 278.** Serão autorizadas, a partir da publicação desta lei, a implantação e a exploração de até quatro cemitérios particulares distribuídos nas zonas norte, sul, leste e oeste da cidade.

**Parágrafo único.** Somente será autorizada a implantação de novo cemitério particular, além do número máximo previsto no caput deste artigo, quando os existentes, neste mesmo regime, tenham

atingido, pelo menos, 70% (setenta por cento) da comercialização, excluídos os 10% (dez por cento) destinados à inumação de indigentes ou de pessoas de baixa renda definidas pela ACESF.

## SUBSEÇÃO II-DOS TIPOS DE CEMITÉRIOS

**Art. 279.** Os cemitérios serão de três tipos:

- I - convencionais;
- II - cemitérios-parques; e
- III - cemitérios verticais

**Art. 280.** Os cemitérios convencionais e verticais serão padronizados, conforme regulamentação específica, e seguirão as disposições emanadas pelo Município.

**Art. 281.** Os cemitérios-parques destinam-se a inumações sem ostentação arquitetônica, devendo as sepulturas ser assinaladas com lápide ou placa de modelo uniforme, aprovada pelo órgão responsável pela administração dos cemitérios.

## SEÇÃO III - DO FUNCIONAMENTO DOS CEMITÉRIOS

### SUBSEÇÃO I - DOS REGISTROS EXIGIDOS

**Art. 282.** Os cemitérios deverão ter obrigatoriamente os registros em livro próprio e sistema informatizado de todas as inumações e exumações ocorridas, devidamente autorizadas pela ACESF. Parágrafo único. Deverão constar desse registro, os dados completos da pessoa falecida, data do falecimento e a identificação do local onde ocorreu a inumação ou exumação.

### SUBSEÇÃO II - DOS HORÁRIOS E DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS VISITANTES

**Art. 283.** Os cemitérios estarão abertos ao público das 8 às 18 horas, podendo as capelas funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia.

**Art. 284.** Não se permitirá nos cemitérios:

- I - desrespeito aos sentimentos alheios e às crenças religiosas ou qualquer outro comportamento ou ato que fira a moral e os bons costumes;
- II - a perturbação da ordem e tranquilidade;
- III - a entrada de ébrios, vendedores ambulantes, crianças desacompanhadas e animais;
- IV - a entrada de quaisquer veículos, ressalvadas as hipóteses previstas neste regulamento;
- V - a entrada de veículos sem prévia autorização;
- VI - a prática de mendicância;
- VII - a alimentação de pássaros ou de qualquer outra espécie de vida animal;
- VIII - o lançamento ao chão de papéis ou de qualquer tipo de resíduos sólidos;
- IX - a fixação de anúncios, quadros ou similares; e
- X - a realização de festejos e diversões.

**Art. 285.** Os visitantes responderão por eventuais danos que vierem a causar no interior dos cemitérios.

### SUBSEÇÃO III - DAS INUMAÇÕES

**Art. 286.** As inumações dar-se-ão em covas ou gavetas conjugadas.

**Art. 287.** Nenhuma inumação poderá se realizar fora dos cemitérios.

**Art. 288.** As inumações serão realizadas diariamente nos horários normais de funcionamento dos cemitérios.

**Parágrafo único.** Poderá o órgão responsável pela administração dos cemitérios, em casos excepcionais, liberar inumações fora do horário normal.

**Art. 289.** Para os efeitos desta Subseção considera-se sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões mínimas de área livre.

I - para adultos, dois metros de comprimento por setenta e cinco centímetros de largura, e um metro e setenta e cinco centímetros de profundidade; e

II - para infantes, um metro e cinquenta centímetros de comprimento por cinquenta centímetros de largura, e um metro e setenta centímetros de profundidade.

**Art. 290.** Nenhuma inumação será feita sem a certidão de óbito, expedida pela autoridade competente ou qualquer outro documento legal que a substitua.

**Art. 291.** Quando os despojos forem oriundos de outro Município, dever-se-á exigir atestado da autoridade competente do local onde se deu o falecimento, indicando a identidade da pessoa falecida e a respectiva "causa mortis".

**Art. 292.** Quando os pedidos de inumações forem oriundos de outros Municípios, dever-se-á exigir certidão de óbito lavrada em cartório do local onde se deu o falecimento.

**Art. 293.** Nenhum despojo poderá permanecer insepulto após 36 (trinta e seis) horas do falecimento.

**Parágrafo único.** Caso haja a necessidade do prolongamento do prazo acima citado, haverá a necessidade de apresentação de um laudo técnico.

**Art. 294.** As inumações serão feitas individualmente, em urnas apropriadas, não sendo permitida nova inumação no mesmo local antes de decorridos os prazos de que trata o art. 300 desta lei.

**Art. 295.** A solicitação de abertura de sepultura para inumação deverá ser confirmada pelo interessado com 6 (seis) horas, no mínimo, de antecedência da hora marcada para o funeral.

**Art. 296.** A abertura de sepultura será procedida pelo pessoal pertencente ao órgão responsável pela administração dos cemitérios.

**Art. 297.** Quando, por qualquer imprevisto, não se puder abrir sepultura no local estabelecido com o interessado, a administração, unilateralmente, objetivando não atrasar a inumação, determinará outro local.

**Art. 298.** Durante a cerimônia, cessarão todos os trabalhos nas cercanias do local da inumação.

**Art. 299.** As inumações deverão ser precedidas do pagamento do preço correspondente, ressalvados os não identificados e as pessoas que não puderem pagar as despesas do sepultamento, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

#### SUBSEÇÃO IV - DAS EXUMAÇÕES

**Art. 300.** Só serão permitidas exumações após 3 (três) anos, em se tratando de adultos, e 1 (um) ano e 6 (seis) meses, em se tratando de menores de 6 (seis) anos, contados da data do sepultamento.

**Parágrafo único.** Nos locais onde forem feitas exumações poderão ser realizados novos sepultamentos.

**Art. 301.** Antes de decorridos os prazos previstos no artigo anterior somente poderão ocorrer exumações:

I - quando requisitada por autoridades judiciárias ou policiais, em diligências de interesse da Justiça; e

II - para os efeitos de transladação de um para outro cemitério.

**Parágrafo único.** Em casos excepcionais, a administração dos cemitérios poderá liberar novo sepultamento, antes dos prazos fixados pelo artigo anterior.

**Art. 302.** A exumação prevista no inciso I do artigo anterior será requisitada pela autoridade competente através de expediente que indicará, sempre que possível:

I - o nome do falecido e filiação;

II - dia, mês e ano em que se deu o sepultamento;

III - número da sepultura e da quadra;

IV - nome do cemitério em que foi sepultado;

V - fins a que se destina a exumação; e

VI - dia e hora em que a exumação deverá ocorrer.

**Parágrafo único.** Findos os trabalhos e diligências, será o corpo novamente inumado na mesma sepultura da qual foi exumado.

**Art. 303.** Decorridos os prazos regulamentares, a exumação poderá ocorrer a pedido do interessado, quando se tratar de concessão perpétua, ou por iniciativa da administração dos cemitérios, quando for temporária.

**Art. 304.** O interessado na exumação deverá apresentar o pedido por meio de requerimento acompanhado de documentos que comprovem:

I - a identificação da parte que autoriza o pedido;

II - a razão do pedido; e

III - a causa da morte.

**Art. 305.** A exumação, por iniciativa da administração dos cemitérios, será precedida de edital, publicado no órgão oficial de imprensa do Município de Londrina, no qual constarão o prazo, os números da sepultura e da quadra e o nome do falecido.

**Art. 306.** Os restos mortais, resultantes da exumação definitiva, serão depositados em ossário ou serão inumados na mesma sepultura a mais de 1,75cm (um metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade, de modo que, acima dele, se possa fazer nova inumação.

**Art. 307.** As exumações a pedido de interessados serão precedidas de pagamento do preço respectivo, ressalvada a hipótese prevista no item I do artigo 301 desta lei.

#### SUBSEÇÃO V - DAS TRANSLADAÇÕES

**Art. 308.** As transladações serão solicitadas mediante requerimento dirigido à administração dos cemitérios, acompanhado de documentos que comprovem:

I - a identificação da parte que autoriza o pedido;

II - o cemitério a que se destinam os despojos;

III - a razão do pedido; e

IV - a causa da morte.

**Art. 309.** A transladação de despojos, cuja exumação depende de vencimento ou prazo regulamentar, será deferida, desde que autorizada pelas autoridades competentes.

**Art. 310.** No caso de transladação para outro país o interessado deverá juntar ao pedido o consentimento da autoridade diplomática competente.

**Art. 311.** Em se tratando de transladação para outro Município, deverá ser apresentado documento que autorize a nova inumação, expedido pela autoridade competente do local pretendido, antes da execução da exumação.

**Art. 312.** A transladação deverá ser feita em urna apropriada.

**Art. 313.** A administração dos cemitérios expedirá termo de exumação e transladação, mediante o pagamento do preço respectivo.

#### SEÇÃO IV - DAS CONCESSÕES

##### SUBSEÇÃO I - DAS ESPÉCIES DE CONCESSÕES

**Art. 314** As concessões serão outorgadas pelo Município de Londrina, mediante processo licitatório, a pessoas físicas ou jurídicas, sociedades civis, instituições religiosas, corporações religiosas e confrarias religiosas, devendo-se observar sempre toda a legislação vigente pertinente às concessões e licitações, além das demais disposições constantes nesta lei.

**§ 1º** As concessões poderão ser:

I - de uso temporário;

II - de uso perpétuo.

**§ 2º.** A outorga das concessões poderá ser feita por meio de licitação, conforme as hipóteses legais previstas na legislação aplicável, mediante a apresentação da certidão de óbito, em qualquer caso.

**Art. 315.** As concessões poderão ser para terrenos edificadas ou não, com dimensões padronizadas, fixadas pela administração dos cemitérios.

**Art. 316.** No tocante à outorga e à duração as concessões de uso temporário regem-se pelas seguintes normas:

I - a outorga ocorrerá mediante a apresentação de atestado de óbito ou documento legal que o substitua e o pagamento do preço respectivo; e



II - a duração será de três anos para adultos e um ano e seis meses em se tratando de menores de 6 (seis) anos, findo a qualificação as concessões automaticamente revogadas.

**Parágrafo único.** Independência de pagamento, a concessão de terreno não edificado, destinado à inumação de pessoas sem identificação, e os casos em que a família do falecido não puder pagar as despesas, sem prejuízo do próprio sustento.

**Art. 317.** Observadas as disposições do art. 314, o Município poderá fazer concessões de uso perpétuo, mediante pagamento do preço respectivo e pedido formulado através de requerimento, contendo os seguintes dados:

- a) nome e endereço da pessoa física ou jurídica em favor da qual deverá ser feita a outorga;
- b) número da sepultura e da quadra e a denominação do cemitério; e
- c) nome do inumado, quando houver, e o grau de parentesco ou prova de vinculação à pessoa do requerente.

**Art. 318.** A administração dos cemitérios não se responsabilizará por quaisquer objetos colocados pelos concessionários junto às construções funerárias com o intuito de veneração ou por danos a eles causados por terceiros.

## SUBSEÇÃO II - DAS CONCESSÕES DE USO TEMPORÁRIO

**Art. 319.** Nos terrenos concedidos em caráter temporário admitir-se-á uma única inumação.

**Art. 320.** Os concessionários não poderão executar qualquer espécie de construção funerária no terreno objeto de concessão.

**Art. 321.** Em se tratando de terreno edificado pela administração dos cemitérios caberá ao concessionário manter a construção em perfeitas condições de conservação, higiene e asseio.

**Art. 322.** Dependência de autorização da administração dos cemitérios os serviços de restauração, pintura e lixagem da lápide.

**Art. 323.** Será permitida aos concessionários a colocação de pequenos símbolos religiosos, velas e ornamentos funerários junto às sepulturas ou construções funerárias.

**Art. 324.** Nos cemitérios-parque a administração dos cemitérios poderá estabelecer restrições às normas desta seção em razão das características peculiares a esse tipo de cemitério.

**Art. 325.** As concessões temporárias não destinadas a pessoas sem identificação e hipossuficiência financeira poderão ser convertidas em perpétuas antes de decorridos os prazos fixados no art. 316 desta lei, mediante pagamento do preço respectivo e o preenchimento das formalidades exigidas para este fim.

**Art. 326.** Expirados os prazos da concessão os responsáveis deverão promover a retirada dos ornamentos e demais objetos por eles colocados, sob pena de serem removidos pela administração dos cemitérios, independentemente de qualquer indenização ou compensação.

## SUBSEÇÃO III - DAS CONCESSÕES DE USO PERPÉTUO

**Art. 327.** Nos terrenos concedidos em caráter perpétuo, o concessionário, quando for pessoa física, poderá indicar, a qualquer tempo, os que neles serão inumados.

§ 1º Em se tratando de pessoa jurídica admitir-se-á exclusivamente a inumação dos sócios, diretores ou empregados.

§ 2º Em caso de falecimento do concessionário, a indicação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita pelo viúvo (a), pelo inventariante ou por parente de primeiro grau.

**Art. 328.** Nos cemitérios-parque, será vedada qualquer edificação ou construção.

**Art. 329.** Nos cemitérios convencionais será obrigatória a execução da construção funerária no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da concessão.

**Art. 330.** Em se tratando de cemitério convencional padronizado os concessionários somente poderão executar as construções funerárias do tipo indicado pela administração dos cemitérios.

**Art. 331.** Nos cemitérios convencionais não padronizados poderá ser executada, pelos respectivos concessionários, a construção de carneiros simples, duplos ou geminados e de mausoléus ou subterrâneos.

§ 1º Os mausoléus/capelas obedecerão a projetos elaborados pelo próprio interessado e aprovado pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

§ 2º Os projetos incluirão a calçada confinante.

**Art. 332.** A licença para execução de construções, reconstruções ou reformas funerárias deverá ser solicitada através de requerimento perante a administração de cemitérios, devendo dele constar o nome do concessionário, a identificação do terreno e o nome e qualificação do responsável pela execução.

**Art. 333.** Nenhuma obra poderá ser iniciada sem que sejam apresentadas as respectivas licenças ao administrador do cemitério, que neles lançará seu visto e data correspondente.

**Art. 334.** Em caso de emergência a licença para construção de carneiro poderá ser expedida, independentemente de requerimento.

**Art. 335.** A administração dos cemitérios concederá, às pessoas que a solicitarem, mediante prévia análise, autorização para a realização dos serviços de restauração, pintura, fixação de lápides e execução da calçada confinante.

**Art. 336.** Na execução das construções funerárias ou demais serviços previstos nesta seção, deverão ser observadas as seguintes normas:

I - os materiais de construção serão transportados para o interior do cemitério, em veículos com acesso previamente autorizado pela administração dos cemitérios;

II - os materiais de construção serão depositados no interior do cemitério, nos locais designados pelo administrador;

III - a argamassa ou reboco serão preparados no local do trabalho, em recipientes vedados que impeçam o vazamento de resíduos;

IV - os restos de materiais serão removidos, pelos responsáveis, imediatamente após a execução das obras ou serviços; e

V - as obras e serviços não excederão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu início.

**Art. 337.** A administração dos cemitérios poderá interditar as obras e os serviços cujas execuções estejam em desacordo com as licenças expedidas ou que sejam julgados prejudiciais à estética, higiene, saúde e segurança.

**Art. 338.** Não serão permitidas obras ou serviços, por particulares, no interior dos cemitérios, nos seguintes períodos:

I - de 28 de outubro a 2 de novembro: quaisquer obras;

II - de 29 de outubro a 2 de novembro: pinturas; e

III - de 30 de outubro a 2 de novembro: quaisquer outros serviços.

**Art. 339.** Aplicam-se aos concessionários previstos nesta seção as normas contidas nos artigos 321 e 324 desta lei.

## SEÇÃO V - DA SUCESSÃO E DA DESISTÊNCIA DAS CONCESSÕES

**Art. 340.** A ACESF somente poderá conceder terrenos nos cemitérios municipais nas seguintes hipóteses:

I - aos respectivos familiares, mediante a apresentação do corpo que ali será enterrado; e

II - nos casos de exumação dos restos mortais para ocupação imediata.

**Art. 341.** Ocorrendo desistência do concessionário, o mesmo será reembolsado pela ACESF em percentual equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor do terreno.

**Parágrafo único.** Fica vedada a comercialização entre terceiros de terrenos localizados nos cemitérios municipais.

## SEÇÃO VI - DA REVOGAÇÃO DAS CONCESSÕES

**Art. 342.** A administração dos cemitérios poderá aplicar as penalidades previstas nesta lei e/ou determinar a revogação da concessão de uso nos seguintes casos:

I - quando o terreno estiver desocupado e não houver edificação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da notificação administrativa;

II - quando o terreno estiver desocupado e a construção for considerada em estado de abandono ou ruína;

III - quando a inumação tiver ocorrido há mais de 3 (três) anos, apresentando-se a construção em estado de abandono ou ruína; e

IV - quando o terreno estiver ocupado há pelo menos 3 (três) anos, sem edificação feita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou cuja construção se encontre em abandono ou ruína.

**Art. 343.** Consideram-se em estado de abandono as construções funerárias que não venham recebendo periodicamente os serviços de limpeza e conservação.

**Art. 344.** Por estado de ruínas entendem-se as construções que, embora recebendo ou não periodicamente os serviços de limpeza, tenham a sua estrutura abalada, comprometendo a segurança e a boa estética do cemitério.

**Art. 345.** Na hipótese prevista no inciso I do artigo 342, o concessionário será previamente notificado para executar a construção, dentro do prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da notificação.

**Art. 346.** Os estados de abandono ou ruína da construção funerária serão comprovados por uma Comissão Especial instituída pela administração dos cemitérios.

§ 1º De posse do laudo da Comissão Especial o órgão competente expedirá a notificação ao concessionário do terreno para que proceda, dentro do prazo de 10 (dez) dias, às obras e serviços de conservação ou reparação julgados imprescindíveis à preservação da construção funerária.

§ 2º Não sendo conhecido ou encontrado o concessionário, a notificação ocorrerá por meio de edital, o qual deverá ser publicado, por 3 (três) vezes no decurso de 30 (trinta) dias em jornal local de grande circulação.

**Art. 347.** Decorridos os prazos previstos no artigo anterior sem que sejam executados as obras ou serviços exigidos será a concessão revogada e o concessionário perderá o direito de reaver tanto as quantias pagas pela outorga da concessão como qualquer indenização por eventuais obras edificadas no terreno.

**Parágrafo único.** Decorrido o prazo de 3 (três) anos da inumação serão os restos mortais exumados.

## SEÇÃO VII - DOS ATOS DE CONCESSÃO E DE REVOGAÇÃO

**Art. 348.** As concessões serão outorgadas por termo próprio, subscrito pelo titular do órgão da administração dos cemitérios.

**Art. 349.** As revogações serão processadas por meio de decreto.

## CAPÍTULO III - DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES

**Art. 350.** Poderá ser outorgado às pessoas jurídicas de direito privado o direito de manter cemitérios particulares, em regime de licitação, uma vez preenchidas as formalidades legais e regulamentares para tanto.

**Parágrafo único.** A licitação a que se refere o caput deste artigo deve ser feita mediante concorrência pública.

**Art. 351.** A venda e a utilização das sepulturas poderão ser liberadas pelo Município após a execução das obras consideradas essenciais e concluídas e em condições de uso, tais como a capela para velório e preces e as vias internas de circulação e de separação de quadras.

**Art. 352.** Os cemitérios particulares ficarão sujeitos, entre outras, às seguintes normas:

I - as relações entre os autorizados e os adquirentes serão reguladas pela lei civil;

II - nas relações entre os autorizados e os adquirentes é obrigatória a assinatura de contrato para a autorização de sepultura por prazo de 3 (três) anos a 50 (cinquenta) anos e perpétua;

III - os autorizados não poderão recusar ou escusar-se a assinar o contrato por razões de ordem política e/ou racial ou de ordem religiosa quando se tratar de sociedade civil, sem discriminação de credo religioso;

IV - as tabelas de preços deverão ser submetidas, anualmente ou sempre que houver motivo de modificação, à análise do órgão municipal competente, a fim de se evitar possíveis abusos, sendo posteriormente publicada em jornal de grande circulação;

V - os autorizados ficam diretamente responsáveis pelos tributos que incidirem sobre os imóveis e as atividades exercidas;

VI - os autorizados colocarão à disposição do Município, para inumação de indigentes, a quota de pelo menos 10% (dez por cento por cento) do total de sepulturas ou jazigos; e

VII - a denominação dos cemitérios particulares ficará a critério dos autorizados, sujeita à aprovação do Município.

§ 1º Em casos excepcionais e imprevisíveis, que aumentem consideravelmente o número de inumações nos cemitérios públicos, o Município, além da quota de 10% (dez por cento) prevista no inciso VI do caput deste artigo, reserva-se o direito de utilizar os cemitérios particulares, sujeitando os interessados às condições normais de pagamento vigentes nos cemitérios públicos.

§ 2º A autorização, à vista das condições especialíssimas do serviço outorgado e prestado, obrigará o Município, em caso de cassação definitiva da licença, a manter pelo menos a destinação anterior da parte já utilizada como cemitério.

**Art. 353.** Além das normas constantes no artigo anterior, aos cemitérios particulares estender-se-ão as disposições aplicáveis aos cemitérios municipais, no que lhes couber.

Art. 354. A fiscalização dos cemitérios particulares ficará a cargo do órgão público competente pela administração dos cemitérios municipais.

## CAPÍTULO IV - DOS CREMATÓRIOS

**Art. 355.** O Município poderá executar diretamente e/ou autorizar a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais e a instalar fornos e incineradores destinados àqueles fins.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito privado ficarão sujeitas à permanente fiscalização do órgão municipal competente.

**Art. 356.** O cadáver só será cremado se ocorrida a morte natural ou a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida, o falecido não haja feito declaração em contrário por uma das formas a que se refere esta lei.

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se família, atuando sempre em na falta do outro e na ordem ora estabelecida, o cônjuge sobrevivente, os ascendentes, os descendentes e os colaterais até o terceiro grau.

§ 2º Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresso consentimento da autoridade policial competente.

§ 3º O órgão municipal competente poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores e demais proposições, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados.

§ 4º Os serviços de cremação de cadáveres e incineração de seus restos mortais só poderão ter início 24 horas após a constatação da morte.

**Art. 357.** Em caso de epidemia ou calamidade pública poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias.

**Art. 358.** Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados mediante o consentimento expresso da família do falecido, observado, para esse efeito, o critério estatuído nesta lei.

**Art. 359.** As cinzas resultantes de cremação de cadáver ou de incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas guardadas em locais destinados a esse fim ou devolvidas à família.

§ 1º Dessas urnas constarão obrigatoriamente o número de classificação, os dados relativos à identificação do falecido e as datas de falecimento e de cremação ou incineração.

§ 2º As urnas a que se refere este artigo poderão ser entregues a quem o falecido houver indicado em vida, ou retiradas pela família do morto, observadas as normas administrativas e legais vigentes e os critérios estabelecidos nesta lei.

**Art. 360.** Os serviços de cremação e incineração, quando executados pelo órgão municipal competente, terão as tarifas remuneratórias sujeitas à aprovação prévia do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 361.** Tendo em vista a preservação da higiene e segurança no trabalho serão proporcionadas ao pessoal em serviço nos cemitérios, públicos ou particulares, condições para o cumprimento das seguintes normas:

I - exames médicos periódicos;

II - uso de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual; e

III - obrigatoriedade de banho ao final da jornada de trabalho.

**Art. 362.** Os cemitérios particulares e públicos deverão apresentar anualmente o plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

## TÍTULO XII - DOS CEMITÉRIOS, CREMATÓRIOS OU INCINERADORES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTES

**Art. 363.** Poderão ser criados cemitérios, crematórios ou incineradores de animais domésticos de pequeno e médio portes, exclusivamente na Zona Rural do Município, os quais ficarão sujeitos às mesmas normas, leis e regulamentos que regem os atuais cemitérios municipais.

**Art. 364.** Entendem-se por animais de pequeno e médio portes animais domésticos, notadamente cães e gatos.

**Parágrafo único.** Regulamentação será expedida para elencar todas as espécies de animais cujo sepultamento será permitido nos lotes e jazigos, sendo proibida a utilização dessas áreas para animais de grande porte e seres humanos.

**Art. 365.** A exploração de cemitérios e de crematórios, públicos ou particulares, para animais domésticos, depende de licenciamento expedido pelo Município e pelos órgãos ambientais competentes.

## TÍTULO XIII - DA ARBORIZAÇÃO

**Art. 366.** A proteção, a conservação e o monitoramento de árvores no Município de Londrina deverão atender à legislação federal, estadual e à Lei do Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina.

**Art. 367.** São vedados o corte, a derrubada ou a prática de qualquer ação que possa provocar dano, alteração do desenvolvimento natural ou morte de árvores em áreas públicas ou particulares, exceto nos casos autorizados pela Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA e nos casos previstos no Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina.

#### TÍTULO XIV – DA COLOCAÇÃO DE PLACAS COM NOME DE LOGRADOURO E NÚMEROS DE PRÉDIOS

**Art. 368.** Cabe ao Município designar o nome do logradouro público e os números dos prédios.

§ 1º Cabe ao proprietário do imóvel colocar a numeração do prédio em local visível.

§ 2º O nome do logradouro público deverá ser mantido, em caso de continuidade do sistema viário.

§ 3º Cabe ao proprietário do imóvel localizado em esquinas colocar a numeração do prédio e nome das ruas em local visível.

**Art. 369.** É proibida a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

#### TÍTULO XV - DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES, DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, DA INTERDIÇÃO E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

##### CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 370.** Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, resoluções ou atos baixados pelo Município no uso de seu poder de polícia.

**Art. 371.** Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, o proprietário do imóvel que permitir o seu uso de forma indevida ou em desvio de finalidade.

**Art. 372.** A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, além de o infrator responder civil e criminalmente pelos seus atos.

**Art. 373.** A penalidade pecuniária será prejudicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

**Parágrafo único.** A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

**Art. 374.** As multas serão aplicadas em graus mínimo, médio ou máximo.

§ 1º Na imposição da multa e para graduá-la ter-se-á em vista:

I - a maior ou menor gravidade da infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

III - os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código.

§ 2º Os critérios de gradação bem como valores mínimos, médios e máximos para as infrações que não constarem nesta lei serão regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 375.** Nas reincidências as multas serão cobradas em dobro.

**Parágrafo único.** É considerado reincidente aquele que violar preceito deste Código ou outras leis, decretos e regulamentose por cuja infração já houver sido autuado.

**Art. 376.** A penalidade a que se refere este Código não isenta o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma estabelecida pelo Código Civil.

**Parágrafo único.** Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

**Art. 377.** Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito do Município.

§ 1º Quando a isto se prestarem os objetos, ou a apreensão se realizar fora deste Município, poderão ser depositados em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades devidas.

§ 2º A devolução dos objetos apreendidos só se fará após pagas as multas que tiverem sido aplicadas e indenizado o Município das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

**Art. 378.** No caso de não serem reclamados ou retirados dentro do prazo de trinta dias, os objetos apreendidos poderão ser vendidos em hasta pública pelo Município, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

**Art. 379.** Quando a apreensão recair sobre produtos deterioráveis ou perecíveis, o infrator terá prazo de três horas para retirá-los, após o que serão doados para entidades assistenciais.

**Parágrafo único.** Verificado que os produtos apreendidos não se prestam para o consumo, proceder-se-á à sua eliminação, mediante lavratura do termo próprio.

**Art. 380.** Não são diretamente passíveis das penas definidas neste Código:

I - os incapazes, na forma da lei; e

II - os que forem comprovadamente coagidos a cometer a infração.

**Art. 381.** Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá sobre:

I - os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

II - o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz; e

III - aquele que der causa à contravenção forçada.

**Art. 382.** As penalidades previstas neste Código poderão ser aplicadas diariamente, sem prejuízo das que, por força de lei, possam também ser impostas por autoridades federais ou estaduais.

§ 1º As infrações praticadas contra as normas da Saúde Pública, no Município, serão notificadas ao Município, que se incumbirá de autuá-las, aplicar-lhes as penalidades cabíveis e receber as multas devidas, mediante auto de infração.



**§ 2º** Aos infratores destas normas será imposta a multa correspondente ao valor de uma a trinta vezes o valor da Unidade Fiscal de Londrina - UFL, dobrado nas reincidências, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos pela legislação comum.

**Art. 383.** A infração de qualquer disposição, para a qual não haja penalidade estabelecida neste Código, será punida com multa que variará de R\$ 60,00 (sessenta reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), devendo ser adotados os critérios estabelecidos neste Código.

## CAPÍTULO II - DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

**Art. 384.** Auto de Infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste e dos demais Códigos, Leis, Decretos e Regulamentos do Município, para os quais não se tenha estabelecido forma própria de processamento e execução.

**Art. 385.** Dará ensejo à lavratura do auto de infração qualquer violação das normas deste Código e regulamentos, que for levada ao conhecimento do órgão responsável, por servidor municipal ou cidadão que a presenciar.

**Art. 386.** São autoridades competentes, quando necessário, para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, os secretários ou servidores por estes designados.

**Art. 387.** Os autos de infração obedecerão a modelos próprios e conterão, obrigatoriamente:

I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - a descrição da infração;

III - a identificação do infrator;

IV - a disposição infringida; e

V - a identificação e a assinatura do agente que lavrou.

**Parágrafo único.** A constatação da infração será precedida de verificação do agente de fiscalização, não bastando a mera comunicação de terceiros.

**Art. 388.** O autuado poderá ser notificado da lavratura do auto de infração:

I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto;

II - por via postal registrada; e

III - por publicação em edital ou no jornal oficial do Município.

**Parágrafo único.** O infrator será considerado ciente da aplicação da infração por publicação no edital ou Jornal Oficial do Município, decorrido o prazo de 10 (dez) dias da publicação.

**Art. 389.** Ao embargo ou ao impedimento da ação fiscal, a multa imposta será no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

**Art. 390.** Recusando-se, o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada, no próprio auto, pela autoridade que o lavrar.

## CAPÍTULO III - DA INTERDIÇÃO

**Art. 391.** O estabelecimento poderá ser interditado temporariamente nos seguintes casos:

I - por solicitação de autoridade competente, com a devida justificativa e amparo legal;

- II - quando estiverem com instalações inadequadas à atividade exercida;
- III - de alteração ou inclusão de atividade não autorizada pelo Município;
- IV - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, sossego ou segurança pública; e
- V - como medida preventiva contra danos ao meio ambiente.

§ 1º O infrator será notificado quanto ao início e à motivação da Interdição, podendo apresentar sua defesa por escrito, devidamente fundamentada, no prazo de 7 (sete) dias.

§ 2º A interdição se estenderá até a devida regularização, não tendo a apresentação de defesa, enquanto apreciada, efeitos suspensivos.

§ 3º O prazo para decisão quanto ao pedido apresentado não ultrapassará, da data do protocolo, 10 (dez) dias.

§ 4º Vencido o prazo, sem que ocorra a defesa ou que a mesma seja indeferida, o estabelecimento será interditado.

§ 5º Regularizada a situação, o estabelecimento poderá solicitar o cancelamento da interdição.

§ 6º Não correndo a regularização dentro do prazo estipulado, poderá ser iniciado o processo de revogação da Licença de Funcionamento.

#### CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

**Art. 392.** Uma vez lavrado o auto de infração, o infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados de sua notificação, para apresentação, por escrito, de sua defesa, alegando, de uma só vez, toda matéria que entender útil, juntando ao requerimento os documentos comprobatórios.

**Parágrafo único.** As defesas apresentadas intempestivamente serão indeferidas sumariamente sem análise de mérito.

**Art. 393.** O prazo para interposição de recurso de reconsideração será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação do indeferimento.

**Parágrafo único.** Os recursos de reconsideração terão efeito suspensivo e serão encaminhados ao titular da pasta ou servidor por este designado para apreciação.

**Art. 394.** Quando a pena, além de multa, determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será o infrator intimado dessa obrigação, fixando-se um prazo máximo de quinze dias para o início do seu cumprimento e de trinta dias para sua conclusão.

§ 1º Desconhecendo-se o paradeiro do infrator, far-se-á a intimação por meio de edital publicado na imprensa local ou afixado em lugar público na sede do Município.

§ 2º Esgotados os prazos sem que tenha o infrator cumprido a obrigação, o Município, pelo seu órgão competente, observadas as formalidades legais, providenciará a execução da obra ou serviço, cabendo, ao infrator, indenizar o seu custo, acrescido de trinta por cento a título de administração, prevalecendo, para o pagamento, o prazo fixado no artigo 396 deste Código.

#### TÍTULO XVI - DO PROCEDIMENTO PARA CASSAÇÃO DE ALVARÁ E LACRE DE ESTABELECIMENTOS

**Art. 395.** O Alvará de Licença de Funcionamento poderá ser cassado nos seguintes casos:

- I - falta de regularização após o período de interdição;
- II - por solicitação de autoridade competente, com a devida justificativa e amparo legal;
- III - após a expedição do terceiro Auto de Infração, pela mesma irregularidade, ainda que pago pelo infrator; e
- IV - descumprimento de normas regulamentares do seu funcionamento.

§ 1º O infrator será notificado quanto ao início e à motivação do processo de Cassação do Alvará de Licença de Funcionamento, podendo apresentar sua defesa por escrito, devidamente fundamentada, no prazo de 7 (sete) dias.

§ 2º Uma vez apresentada, a defesa, será instruída e encaminhada à autoridade competente para o devido julgamento.

§ 3º Em caso de indeferimento ou sem que ocorra a defesa, será notificado o infrator e emitido o TERMO DE CASSAÇÃO DE ALVARÁ, a ser homologado pelo Secretário Municipal de Fazenda.

§ 4º Após a publicação do TERMO DE CASSAÇÃO DE ALVARÁ, o prazo para encerramento das atividades será de 24 horas.

§ 5º Vencido o prazo, caso o estabelecimento continue exercendo suas atividades, será executado o lacre do mesmo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais.

§ 6º Em caso de violação do lacre, a Secretaria Municipal de Fazenda comunicará o fato à Procuradoria-Geral do Município e a outros órgãos de fiscalização, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

## TÍTULO XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 396.** Constatada qualquer irregularidade de que trata este Código nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço e de produção, os responsáveis serão imediatamente notificados para saná-la no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

**Art. 397.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato.

**Art. 398.** Os valores previstos em reais serão corrigidos monetariamente pelo índice de correção anual aplicado pelo Município.

**Art. 399.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente as seguintes leis e dispositivos:

I - 4.607, de 17 de dezembro de 1990 - Código de Posturas;

II - 4.722, de 28 de junho de 1991;

III - 4.951, de 25 de março de 1992;

IV - 5.011, de 18 de maio de 1992;

V - 5.064, de 19 de junho de 1992;

VI - 5.065, de 19 de junho de 1992;

VII - 5.111, de 14 de julho de 1992;

VIII - 5.213, de 6 de novembro de 1992;

IX - 5.431, de 21 de junho de 1993;

X - 5.472, de 13 de julho de 1993;

XI - 5.546, de 20 de setembro de 1993;

XII - 5.686, de 7 de março de 1994;

XIII - 5.733, de 22 de abril de 1994;

XIV - 5.737, de 26 de abril de 1994;

XV - 6.071, de 27 de março de 1995;

XVI - 6.073, de 30 de março de 1995;

XVII - 6.081, de 5 de abril de 1995;  
XVIII - 6.145, de 30 de maio de 1995;  
XIX - 6.158, de 30 de maio de 1995;  
XX - arts. 1º e 2º da Lei nº 6.196, de 7 de julho de 1995;  
XXI - 6.263, de 21 de agosto de 1995;  
XXII - 6.623, de 10 de junho de 1996;  
XXIII - 6.674, de 4 de julho de 1996;  
XXIV - 6.483, de 11 de março de 1996;  
XXV - 7.058, de 23 de junho de 1997;  
XXVI - 7.104, de 16 de julho de 1997;  
XXVII - 7.136, de 10 de setembro de 1997;  
XXVIII - 7.138, de 10 de setembro de 1997;  
XXIX - art. 1º da Lei nº 7.169, de 2 de outubro de 1997;  
XXX - 7.229, de 12 de novembro de 1997;  
XXXI - 7.235, de 19 de novembro de 1997;  
XXXII - 7.241, de 28 de novembro de 1997;  
XXXIII - 7.389, de 28 de abril de 1998;  
XXXIV - 7.435, de 4 de junho de 1998;  
XXXV - art. 1º da Lei nº 7.582, de 12 de novembro de 1998;  
XXXVI - 7.648, de 13 de janeiro de 1999;  
XXXVII - 7.714, de 4 de maio de 1999;  
XXXVIII - 7.784, de 12 de julho de 1999;  
XXXIX - 7.788, de 12 de agosto de 1999;  
XL - 7.939, de 18 de novembro de 1999;  
XLI - 7.945, de 24 de novembro de 1999;  
XLII - 8.028, de 27 de dezembro de 1999;  
XLIII - 8.058, de 10 de janeiro de 2000;  
XLIV - 8.060, de 11 de janeiro de 2000;  
XLV - 8.188, de 16 de junho de 2000;  
XLVI - 8.221, de 25 de agosto de 2000;  
XLVII - 8.390, de 14 de maio de 2001;  
XLVIII - 8.436, de 26 de junho de 2001;  
XLIX - 8.374, de 16 de abril de 2001;  
L - 8.468, de 19 de julho de 2001;  
LI - 8.498, de 23 de agosto de 2001;  
LII - 8.528, de 10 de setembro de 2001;  
LIII - 8.667, de 21 de dezembro de 2001;  
LIV - 8.739, de 3 de abril de 2002;  
LV - 8.758, de 22 de abril de 2002;  
LVI - 8.903, de 26 de setembro de 2002;  
LVII - 9.005, de 20 de dezembro de 2002;  
LVIII - 9.070, de 12 de maio de 2003;  
LVIX - 9.098, de 17 de junho de 2003;  
LX - 9.335, de 8 de janeiro de 2004;  
LXI - 9.492, de 20 de maio de 2004;  
LXII - 9.649, de 3 de dezembro de 2004;  
LXIII - 9.654, de 8 de dezembro de 1990;  
LXIV - 9.759, de 17 de agosto de 2005;

LXV - 9.841, de 30 de novembro de 2005;  
LXVI - 9.885, de 27 de dezembro de 2005;  
LXVII - 9.949, de 31 de maio de 2006;  
LXVIII - 9.987, de 13 de julho de 2006;  
LXIX - 10.091, de 4 de dezembro de 2006;  
LXX - arts. 1º e 2º da Lei nº 10.128, de 26 de dezembro de 2006;  
LXXI - 10.354, de 14 de novembro de 2007;  
LXXII - arts. 1º e 2º da Lei nº 10.418, de 21 de dezembro de 2007;  
LXXIII - 10.457, de 27 de março de 2008;  
LXXIV - 10.487, de 6 de junho de 2008;  
LXXV - arts. 1º e 2º da Lei nº 10.714, de 2 de junho de 2009;  
LXXVI - arts. 1º e 2º da Lei nº 10.781, de 16 de outubro de 2009; e  
LXXVII - 10.815, de 7 de dezembro de 2009.

Londrina, 29 de dezembro de 2011. Homero Barbosa Neto - Prefeito do Município, Marco Antonio Cito - Secretário de Governo.

Ref.Projeto de Lei nº 172/2010

Autoria: Executivo Municipal

Aprovado na forma do Substitutivo nº 1 e com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 5 a 10, 11 e a sua Subemenda, 12 a 14, 16 a 18, 21, 23 a 26, 29 e a sua Subemenda, 30 a 35, 38 a 43, 46 a 50, 52 a 56, 58, 60, 61, 63 a 74, 76 a 86, 88 a 92, 94 a 96, 98, 100, 102, 104 e a sua Subemenda, 105, 106, 110 e a sua Subemenda, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121 e a sua Subemenda, 122, 126, 128, 129, 133 e a sua Subemenda, 134, 135 e a sua Subemenda, 136 e a sua Subemenda, 137 e a sua Subemenda, 138, 141, 144, 147 parcial (rejeitado o seu parágrafo 2º), 153, 154, 156, 160 e 161.

**Alterações** em 2 de março de 2012. Vereador Gerson Moraes de Araújo - Presidente.

**Ref. Projeto de Lei nº 172/2010**

Autoria: Executivo Municipal

Aprovado na forma do Substitutivo nº 1 e com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 5 a 10, 11 e a sua Subemenda, 12 a 14, 16 a 18, 21, 23 a 26, 29 e a sua Subemenda, 30 a 35, 38 a 43, 46 a 50, 52 a 56, 58, 60, 61, 63 a 74, 76 a 86, 88 a 92, 94 a 96, 98, 100, 102, 104 e a sua Subemenda, 105, 106, 110 e a sua Subemenda, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121 e a sua Subemenda, 122, 126, 128, 129, 133 e a sua Subemenda, 134, 135 e a sua Subemenda, 136 e a sua Subemenda, 137 e a sua Subemenda, 138, 141, 144, 147 parcial (rejeitado o seu parágrafo 2º), 153, 154, 156, 160 e 161.

Promulgação oriunda da rejeição de veto parcial.

## **LEI Nº 11.471 DE 5 DE JANEIRO DE 2012.**

SÚMULA: Institui o Código Ambiental do Município de Londrina.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONA A SEGUINTE LEI**

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Com base nos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal, no Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, no Estatuto da Cidade e na Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal, este Código tem como finalidade regular as ações da Administração Pública e da Coletividade que garantam proteção, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do ambiente ecologicamente equilibrado, e estabelecer normas para a administração, a proteção e o controle do patrimônio ambiental, da qualidade do ambiente e do desenvolvimento sustentável do Município de Londrina.

**Parágrafo único.** Consideram-se incorporados à presente lei os princípios e conceitos jurídicos definidos nas leis que dispõem sobre a Política Nacional, Estadual e Municipal do Ambiente.

**Art. 2º** O Município, sob coordenação, aprovação e fiscalização do órgão ambiental municipal, poderá buscar parceria nos setores público e privado para a realização de projetos, serviços e obras de recuperação, preservação e melhoria dos recursos ambientais naturais, na busca de redução de impactos ambientais urbanos e/ou rurais.

### **CAPÍTULO I - DO INTERESSE LOCAL**

**Art. 3º** Para cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne à política do meio ambiente, considera-se como interesse local, dentre outros:

**I** - o incentivo à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente;

**II** - a articulação e integração das ações e atividades ambientais desenvolvidas pelas diversas organizações e entidades do Município, com aquelas dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;

**III** - a articulação e integração de ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo convênios e outros instrumentos de cooperação;

**IV** - a identificação e caracterização dos ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

**V** - a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais naturais ou não;

- VI** - o controle da produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de matérias, bens e serviços, métodos e técnicas que provoquem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VII** - o estabelecimento de normas, em conjunto com órgãos federais e estaduais, sobre critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os, permanentemente, em face da lei e de inovações tecnológicas;
- VIII** - a normatização, em harmonia com órgãos federais e estaduais, do controle da poluição atmosférica, para propiciar a redução de seus níveis;
- IX** - a conservação das áreas protegidas no Município;
- X** - o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não;
- XI** - a promoção da educação ambiental;
- XII** - o zoneamento ambiental;
- XIII** - a disciplina do manejo de recursos hídricos;
- XIV** - o estabelecimento de parâmetros para a busca da qualidade visual e sonora adequadas;
- XV** - o estabelecimento de normas relativas à coleta seletiva de resíduos urbanos; e
- XVI** - o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local ou localizado em áreas de influência de Unidades de Conservação instituídas pelo Município.

**Art. 4º** Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

- I** - Poluente do ar: qualquer elemento ou substância química em estado sólido, líquido ou gasoso que, direta ou indiretamente, for lançado ou esteja disperso na atmosfera, alterando sua composição natural;
- II** - Parques urbanos: aqueles inseridos na malha urbana, com o objetivo principal de propiciar a preservação, lazer e educação ambiental à população;
- III** - Áreas Verdes: espaços livres, de uso público, com tratamento paisagístico, reservadas a cumprir múltiplas funções de contemplação, repouso, preservação e lazer, nelas permitindo-se a instalação de mobiliário urbano de apoio a estas atividades, mediante aprovação da Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA, respeitadas as áreas de preservação ambiental;
- IV** - Área de Lazer: espaço livre, de uso público, integrante das Áreas Verdes, destinada aos usos recreativos, na qual podem ser edificadas construções que visam à segurança, à saúde e à educação;
- V** - Unidades de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;
- VI** - Parques Lineares: espaços criados ao longo dos cursos d'água, cuja principal função é a de exercer proteção à rede hídrica e às vegetações ciliares, que poderão contemplar funções de lazer e recreação, conforme zoneamento ambiental sob gestão da SEMA;
- VII** - Vegetação Natural: toda vegetação constituída de espécies nativas locais, primárias ou que se encontrem em diferentes estágios de regeneração;

**VIII** - Vegetação de Porte Arbóreo ou Árvore: é o vegetal lenhoso com diâmetro de caule superior a 0,5 (cinco) centímetros à altura de 1,30m (um metro e trinta centímetros) do solo;

**IX** - Fauna Local: os animais silvestres, domésticos e exóticos de qualquer espécie ou origem, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem constante ou sazonalmente no Município de Londrina;

**X** - Função Ecológica da Espécie: definida como relações tróficas estabelecidas com populações de outras espécies e sua relação com o meio físico em que vive;

**XI** - Extinção: é o desaparecimento de populações de uma espécie em determinada área geográfica ou comunidade;

**XII** - Centro de Apoio à Educação Ambiental: locais destinados a práticas educativas voltadas às questões ambientais;

**XIII** - Meio Ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas;

**XIV** - Degradação Ambiental: alteração adversa das características do meio ambiente;

**XV** - Poluição: qualquer alteração da qualidade ambiental, resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota, entendida como o conjunto de seres vivos e suas interações;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**XVI** - Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

**XVII** - Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia lançada ou liberada nas águas, no ar ou no solo, em desacordo com padrões de emissão estabelecidos na legislação vigente inclusive deste Código;

**XVIII** - Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

**XIX** - Conservação in situ: Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

**XX** - Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

**XXI** - Recursos Naturais: o ar atmosférico, águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico;

**XXII** - Impacto Ambiental Local: aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território do Município de Londrina, sem ultrapassar o seu limite territorial;

**XXIII** - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza ou licencia a localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades consideradas efetiva ou



potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

**XXIV** - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo proprietário, empreendedor ou administrador, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para localizar, construir, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

**XXV** - Licença Simplificada (LS): ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador; atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos; aprovam os planos, programas e/ou projetos, define as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinados pelo órgão municipal competente;

**XXVI** - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar de planejamento do estabelecimento, empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos, condicionantes, restrições e medidas de controle a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação;

**XXVII** - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

**XXVIII** - Licença de Operação (LO): autoriza a operação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

**XXIX** - Autorização Ambiental: aprova a localização e autoriza a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, de caráter temporário ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinados pelo órgão municipal competente;

**XXX** - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, construção, instalação, ampliação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimento ou atividades, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como:

**a)** Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA), conforme definido em regulamento próprio e termo de referência;

**b)** Plano de Controle Ambiental (PCA);

**c)** Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD);

**d)** Relatório Ambiental Preliminar (RAP);

**e)** Relatório Ambiental Simplificado (RAS);

**f)** Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA);

**g)** Estudo de Risco (ER);

**h)** Estudo de Passivo Ambiental (EPA); e

**i)** Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).

**XXXI** - Auditoria Ambiental Compulsória: a realização de avaliações e estudos destinados a verificar:

**a)** o cumprimento das normas legais ambientais em vigor;

**b)** os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

**c)** as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

**d)** as medidas necessárias para assegurar a proteção do meio ambiente, saúde humana e minimizar impactos negativos e recuperar o meio ambiente.

**XXXII** - Diagnóstico Ambiental: diagnóstico considerado a partir das condições do patrimônio ambiental e da qualidade do ambiente, incluído o grau de degradação dos recursos naturais e das fontes poluidoras, do uso do solo no território do Município e das características de desenvolvimento socioeconômico;

**XXXIII** - Zoneamento Ambiental: consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividade e a definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, em face das suas características ou atributos das áreas;

**XXXIV** - Área Contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

**XXXV** - Área Órfã Contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

**XXXVI** - Acordos Setoriais: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

**XXXVII** - Ciclo de Vida do Produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

**XXXVIII** - Coleta Seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição;

**XXXIX** - Controle Social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representação técnica e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas ao patrimônio ambiental;

**XL** - Destinação Final Ambientalmente Adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação energética ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas, a disposição final, observando normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos;

**XLI** - Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo: produção e consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

**XLII** - Ambiente Ecologicamente Equilibrado: bem de uso comum do povo, de fruição difusa, em harmonia com a natureza e essencial à qualidade de vida para as presentes e futuras gerações;

**XLIII** - Patrimônio Ambiental: refere-se a um bem natural que, dado seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico, cultural ou paisagístico, merece ser protegido pela sociedade; e

**XLIV** - Faixa Sanitária: é a área não edificável contígua às áreas de preservação permanente, com objetivo de constituir zona de amortecimento entre as matas ciliares e as vias de circulação, além de servirem de passagem para elementos do sistema de saneamento ou demais equipamentos de serviços públicos.

## **CAPÍTULO II - DA POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO**

### **SEÇÃO I - DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 5º** Os princípios, objetivos, normas e medidas diretivas estabelecidos neste Código ou dele decorrentes, deverão ser observados na elaboração de planos, programas e projetos, bem como nas ações de todos os particulares e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta.

**Art. 6º** Para o estabelecimento da política ambiental serão observados ainda os seguintes princípios fundamentais:

**I** - o direito de todos ao ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

**II** - a promoção do desenvolvimento integral do ser humano;

**III** - os princípios de Direito Ambiental Internacional não conflitantes com o ordenamento jurídico brasileiro;

**IV** - o planejamento e a racionalização do uso do patrimônio ambiental;

**V** - a imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao usuário e da contribuição pela utilização de recursos ambientais para fins econômicos;

**VI** - a democratização e o caráter público das informações relativas ao ambiente;

**VII** - a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

**VIII** - a participação comunitária da defesa do ambiente;

**IX** - a articulação, a coordenação e a integração da ação pública entre os órgãos e entidades do Município e com os demais níveis de governo, bem como a realização de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, visando à recuperação, à preservação e à melhoria do ambiente;

**X** - a manutenção do equilíbrio ecológico;

**XI** - a racionalização do uso do solo, da água, do ar e dos recursos energéticos;

**XII** - o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais;

**XIII** - o controle e o zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

**XIV** - a proteção aos ecossistemas, com a preservação e a manutenção de áreas representativas;

**XV** - o incentivo ao estudo científico e tecnológico direcionado ao uso e à proteção do Patrimônio Ambiental;

**XVI** - a prevalência do interesse público;

**XVII** - a reparação do dano ambiental;

**XVIII** - o controle da produção, da extração, da comercialização, do transporte e do emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o ambiente;

**XIX** - a adoção de mecanismos de estímulo que oportunizem ao cidadão a melhor prática ambiental;

**XX** - a educação ambiental na sociedade visando ao conhecimento da realidade, à tomada das responsabilidades sociais e ao exercício da cidadania;

**XXI** - o incentivo à participação da sociedade na gestão da política ambiental e o desenvolvimento de ações integradas, mediante a garantia de acesso à informação;

**XXII** - a ação interinstitucional integrada e horizontalizada entre os órgãos municipais e verticalizada com as esferas estadual e federal;

**XXIII** - a autonomia municipal para o exercício das atribuições compatíveis com o interesse ambiental local;

**XXIV** - o gerenciamento da utilização adequada do patrimônio ambiental, baseada na ação conjunta do Poder Público e da coletividade, visando proteger, conservar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, garantindo o desenvolvimento sustentável;

**XXV** - a prevenção dos danos e degradações ambientais mediante a adoção de medidas que neutralizem ou minimizem, para níveis tecnicamente seguros, os efeitos nocivos;

**XXVI** - a organização e a utilização adequada do solo urbano e rural com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental;

**XXVII** - a proteção dos ecossistemas, das unidades de conservação, da fauna e da flora;

**XXVIII** - a realização de planejamento e zoneamento ambientais, bem como o controle e a fiscalização das atividades potencial ou efetivamente degradadoras;

**XXIX** - a promoção de estímulos e incentivos que visem à proteção, à manutenção e à recuperação do ambiente; e

**XXX** - a presunção do dano ambiental, causado por qualquer fato degradador, mesmo quando se torne impossível ou imperceptível a avaliação de sua extensão, através de laudo técnico ou outro instrumento de percepção.

**§ 1º** O amplo intercâmbio de informações entre o Poder Público e a coletividade com vistas ao gerenciamento da utilização adequada e a defesa conjunta do patrimônio ambiental poderão ser realizados sempre através da rede mundial de computadores - internet, atendendo-se aos princípios estabelecidos nos incisos VI, VIII, XXI e XXIV do caput deste artigo.

**§ 2º** A utilização prioritária da internet pelo Poder Público se aplica a todos os demais casos em que esta lei garante à coletividade o acesso às informações sobre o patrimônio ambiental, bem como nas hipóteses em que a sociedade tem o direito ou dever de informar, denunciar, exigir ou reclamar ao Poder Público sobre situações que causam ou possam causar impactos ambientais.

**§ 3º** É facultada às pessoas físicas e jurídicas enquadradas nas hipóteses dos parágrafos anteriores a utilização de certificado digital ou outros meios que garantam autenticidade dos documentos eletrônicos instituídos pela legislação federal em vigor, como alternativa à necessidade de identificação por assinatura nos respectivos documentos.

## **SEÇÃO II - DOS OBJETIVOS**

**Art. 7º** São objetivos da política ambiental do Município:

- I** - manter a fiscalização permanente do patrimônio ambiental, visando à garantia da qualidade de vida e ao equilíbrio ecológico;
- II** - formular novas técnicas e estabelecer padrões de proteção, conservação e melhoria do ambiente;
- III** - dotar o Município de infraestrutura material e de quadros funcionais adequados e qualificados para a administração do ambiente;
- IV** - estabelecer as áreas prioritárias de ação, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico;
- V** - planejar o uso dos recursos naturais, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a proteção dos ecossistemas;
- VI** - controlar as atividades potenciais ou efetivamente poluidoras;
- VII** - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades efetivas e potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais ambientais;
- VIII** - promover a pesquisa e a conscientização da população sobre o ambiente em que vive;
- IX** - coletar, sistematizar e colocar à disposição de todo e qualquer cidadão, independentemente de formalidades, todos os dados e informações sobre a qualidade do patrimônio ambiental e a qualidade de vida no Município; e
- X** - impor ao degradador do ambiente a obrigação de recuperar e indenizar os danos causados.

### **SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 8º** A participação da coletividade é fundamental à proteção ambiental e à conservação dos recursos naturais, devendo o Poder Público estabelecer medidas que a viabilizem e estimulem.

**Art. 9º** Compete ao Poder Público:

- I** - promover a educação ambiental, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, e a conscientização da sociedade para a importância da preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;
- II** - elaborar e divulgar, de forma ampla e permanente, programas e projetos de proteção do meio ambiente, estimulando a participação social e o desenvolvimento da consciência crítica da coletividade;
- III** - promover a realização de audiências públicas nas seguintes hipóteses, dentre outras:
  - a)** nos procedimentos de licenciamento ambiental em que houver realização de EPIA/RIMA;
  - b)** para aprovação do zoneamento ambiental; e
- IV** - acompanhar e promover capacitações e oficinas de educação ambiental às populações tradicionais de forma a manter sua integração ao meio ambiente.

**Art. 10.** O Poder Público estabelecerá as limitações administrativas indispensáveis ao controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras, compreendidas as restrições condicionadoras do exercício do direito de propriedade, nos termos de sua função social, observados o Plano Diretor Participativo do Município e os princípios constitucionais.

**Art. 11.** O Poder Público deverá incluir no orçamento dos projetos, serviços e obras municipais os recursos necessários à prevenção ou à correção dos impactos ou prejuízos ambientais decorrentes de sua execução.

**Art. 12.** Para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado, que assegure a qualidade de vida, são direitos do cidadão, entre outros:

**I** - o acesso aos bancos públicos de informações ambientais;

**II** - o acesso às informações sobre os impactos ambientais de projetos e atividades potencialmente prejudiciais à saúde e à estabilidade do ambiente;

**III** - o acesso à educação ambiental;

**IV** - o acesso aos monumentos naturais e às áreas legalmente protegidas, guardada a consecução do objetivo de proteção; e

**V** - opinar, na forma da lei, sobre a localização e sobre os padrões de operação das atividades ou das instalações potencialmente prejudiciais à saúde e ao ambiente.

**Art. 13.** Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do ambiente, a vida e a diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por ela desenvolvida.

**§ 1º** É dever de todo cidadão informar ao Poder Público sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento, sendo-lhe garantido o sigilo de sua identidade, quando assim o desejar.

**§ 2º** O Poder Público responderá às denúncias no prazo de 30 (trinta) dias e enviará cópia mensal à Comissão do Meio Ambiente da Câmara Municipal de Londrina.

**§ 3º** O Poder Público garantirá a todo cidadão que o solicitar a informação a respeito da situação e da disponibilidade do patrimônio ambiental, prestando o esclarecimento conforme os parâmetros e limites estipulados na legislação e nas normas vigentes.

**§ 4º** A divulgação dos níveis de qualidade do patrimônio ambiental poderá ser acompanhada da indicação qualitativa e quantitativa das principais causas de poluição ou degradação.

**Art. 14.** É obrigação do Poder Público, sempre que solicitado e respeitado o sigilo industrial, divulgar informações referentes a processos e equipamentos vinculados à geração e ao lançamento de poluentes para o ambiente, bem como os riscos ambientais decorrentes de empreendimentos públicos ou privados.

**Parágrafo único.** A necessidade de resguardo de sigilo industrial, comercial e institucional deverá ser solicitada e justificada pelo interessado e deferida pelo órgão recebedor das informações quando do protocolo das mesmas.

**Art. 15.** O Poder Público compatibilizará as políticas de crescimento econômico e social com as de proteção do ambiente, com vistas ao desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável.

**§ 1º** Não poderão ser realizadas sem licenciamento ações ou atividades suscetíveis de alterar a qualidade do ambiente.

**§ 2º** As ações ou atividades poluidoras ou degradadoras serão limitadas pelo Poder Público, visando à recuperação das áreas em desequilíbrio ambiental.

**Art. 16.** A utilização dos recursos ambientais dependerá de autorização do órgão ambiental competente.

**Parágrafo único.** Ficarão a cargo do empreendedor os custos necessários à recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

**Art. 17.** As atividades de qualquer natureza deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam por em risco a saúde pública ou o ambiente.

**Art. 18.** O interesse público terá prevalência sobre o privado no uso, na exploração, na preservação e na conservação do patrimônio ambiental.

## **TÍTULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL DO AMBIENTE**

### **CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA**

**Art. 19.** Os órgãos e entidades da União, do Estado e do Município, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, que atuam no âmbito do Município, constituirão o Sistema Municipal do Ambiente, assim estruturado localmente:

**I** - órgão gestor: Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA; e

**II** - VETADO.

**II** – órgão consultivo, deliberativo, normativo, informativo e fiscalizador: o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Consemma).

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

### **CAPÍTULO II - DO ÓRGÃO GESTOR**

**Art. 20.** A Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA tem a finalidade de assessorar a formulação da política municipal e as diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais, planejar, coordenar, supervisionar, controlar, executar e fazer executar a política municipal e as diretrizes fixadas para o meio ambiente.

**Art. 21.** São atribuições da SEMA:

**I** - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais com a finalidade de garantir a execução integrada da política ambiental do Município;

**II** - participar do planejamento de políticas públicas do Município;

**III** - elaborar o Plano de Ação Ambiental e a respectiva proposta orçamentária;

**IV** - coordenar, supervisionar e fiscalizar os planos, programas, projetos e atividades de preservação, proteção, conservação, controle e uso de recursos naturais e ambientais no Município;

**V** - atuar em caráter permanente na preservação, na proteção, na conservação e no controle de recursos naturais ambientais na recuperação de áreas e recursos naturais ambientais poluídos ou degradados;

**VI** - exercer o controle e a fiscalização das atividades e empreendimentos utilizadores de recursos naturais ambientais ou considerados, efetiva ou potencialmente, poluidores, bem como, sob qualquer forma, capazes de causar degradação ambiental;

**VII** - propor, em articulação com os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA, normas e critérios de zoneamento ambiental;

**VIII** - VETADO;

**VIII** – propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando, em conjunto com os conselhos gestores e a sociedade, os planos de manejo; (Emenda aprovada em 08/03/2012)

**IX** - determinar a realização de estudos ambientais;

**X** - manifestar-se, mediante estudos e pareceres técnicos, sobre questões de interesse ambiental do Município;

**XI** - recomendar ao CONSEMMA a elaboração de normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e de uso e manejo de recursos naturais ambientais no Município;

**XII** - promover a aplicação e zelar pela observância da legislação e das normas ambientais;

**XIII** - fazer cumprir as decisões do CONSEMMA, observada a legislação pertinente;

**XIV** - VETADO;

**XIV** – coordenar a gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes, coordenação e decisão da destinação dos recursos fixadas pelo CONSEMMA;

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**XV** - promover as medidas administrativas e requerer as medidas judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do ambiente;

**XVI** - exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos em benefício da preservação, da conservação, da defesa, da melhoria, da recuperação e do controle do ambiente;

**XVII** - prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONSEMMA;

**XVIII** - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

**XIX** - promover a educação ambiental;

**XX** - promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local;

**XXI** - emitir parecer técnico aos projetos de lei e regulamentos que tratem de matéria ambiental;

**XXII** - executar outras atividades correlatas atribuídas pela Administração Municipal; e

**XXIII** - executar, coordenar, planejar, fiscalizar, emitir pareceres técnicos relativos à arborização urbana.

### **CAPÍTULO III - DO ÓRGÃO CONSULTIVO E DELIBERATIVO**

**Art. 22.** O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONSEMMA é o órgão colegiado da Política Ambiental do Município, criado e regido pela Lei Municipal nº 4806/91 e suas alterações.

**Art. 23.** O CONSEMMA terá representação da sociedade civil organizada e do Poder Público, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um desses segmentos.

**§ 1º** VETADO.

**§ 2º** VETADO.

**§ 1º** O número de cadeiras do Consemma será definido em Conferência Municipal. (Emenda aprovada em 08/03/2012)



**§ 2º** Terão cadeira permanente no Consemma um representante indicado pelo Conselho do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Londrina e um representante indicado pela Câmara Municipal de Londrina.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 24.** Os atos do CONSEMMA são de domínio público e deverão ser divulgados, inclusive por meio de publicação no órgão de imprensa oficial do Município.

### **TÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL**

**Art. 25.** A aplicação da política ambiental do Município rege-se pelos seguintes instrumentos:

- I** - Planejamento Ambiental;
- II** - Sistema de Informação Ambiental;
- III** - Conferência Municipal do Meio Ambiente;
- IV** - Relatório de Qualidade Ambiental;
- V** - Compensação pelo Dano ou Uso de Recursos Naturais;
- VI** - Estímulos e Incentivos à Preservação do Ambiente;
- VII** - Controle, Monitoramento, Licenciamento, Fiscalização e Auditoria Ambiental;
- VIII** - Avaliação Prévia de Impactos Ambientais;
- IX** - Comunicação do Efeito Danoso ou Potencialmente Danoso;
- X** - Pesquisa e Tecnologia;
- XI** - Educação Ambiental;
- XII** - Agenda 21; e
- XIII** - Plano Diretor Participativo do Município.

#### **CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 26.** O planejamento ambiental estabelecerá as diretrizes do desenvolvimento sustentável, consistindo em processo dinâmico e permanente baseado na realidade local, e se realizará a partir da análise das condições do ambiente natural reconstruído e das tendências econômicas e sociais.

**Art. 27.** Para atender às premissas estabelecidas no artigo anterior, o Planejamento Ambiental deverá basear-se:

- I** - na adoção das microbacias como unidades físico-territoriais de planejamento e gerenciamento ambiental;
- II** - na avaliação da capacidade de suporte dos ecossistemas, indicando limites de absorção de impactos provocados pela instalação de atividades produtivas e de obras de infraestrutura, bem como a capacidade de saturação resultante de todos os demais fatores naturais e antrópicos;
- III** - na Agenda 21 do Município; e
- IV** - no Plano Diretor Participativo do Município.

**Art. 28.** O Planejamento Ambiental deverá:

- I** - produzir subsídios para formulação e reformulação da política ambiental do Município;
- II** - definir as metas plurianuais a serem atingidas para a qualidade ambiental;

**III** - fixar as diretrizes ambientais para o uso e a ocupação do solo, para a conservação e a ampliação da cobertura vegetal para a manutenção e a melhoria da qualidade das águas superficiais e subterrâneas;

**IV** - elaborar planos, programas e projetos de interesse ambiental;

**V** - recomendar ações, visando ao aproveitamento sustentável do patrimônio ambiental; e

**VI** - recomendar ações destinadas a articular e integrar os aspectos ambientais e o desenvolvimento social dos planos, programas, projetos e ações desenvolvidos pelos diferentes órgãos municipais, estaduais e federais.

**Art. 29.** A elaboração do Planejamento Ambiental cabe à SEMA, que poderá firmar convênios com outras instituições, participantes como colaboradores.

**Art. 30.** O Planejamento Ambiental indicará os problemas ambientais, os agentes envolvidos e identificará, sempre que possível, as soluções a serem adotadas, os prazos de sua implementação e os recursos a serem mobilizados.

## **CAPÍTULO II - DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 31.** A SEMA manterá um Sistema de Informação Ambiental, com as informações relativas ao ambiente do Município de Londrina, que conterá o resultado de estudos, pesquisas, ações de fiscalização, estudos de impacto ambiental, autorizações, licenciamentos, pareceres, monitoramentos e inspeções.

**§ 1º** Poderão constar desse sistema informações disponíveis em outros órgãos municipais, estaduais e federais.

**§ 2º** É garantido ao público o acesso às informações contidas no Sistema de Informação Ambiental.

**§ 3º** Não serão disponibilizadas no sistema informações protegidas por segredo industrial, comercial e institucional, quando assim for solicitado e deferido.

## **CAPÍTULO III - DO RELATÓRIO DE QUALIDADE AMBIENTAL**

**Art. 32.** O Relatório de Qualidade Ambiental é o instrumento de informação pelo qual a população toma conhecimento da situação ambiental do Município de Londrina.

**Parágrafo único.** O Relatório de Qualidade Ambiental será elaborado anualmente e ficará à disposição dos interessados na Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA.

**Art. 33.** O Relatório de Qualidade Ambiental conterá obrigatoriamente:

**I** - avaliação da qualidade do ar, que indicará as áreas críticas e as principais fontes poluidoras;

**II** - avaliação da qualidade dos recursos hídricos, que indicará as áreas críticas e as principais fontes poluidoras;

**III** - avaliação da poluição, que indicará as áreas críticas e as principais fontes de emissão;

**IV** - avaliação do estado das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas; e

**V** - avaliação das áreas e das técnicas da disposição final dos resíduos sólidos, bem como as medidas de reciclagem e disposições finais empregadas.

**§ 1º** O Relatório da Qualidade Ambiental será baseado nas informações disponíveis nos diversos órgãos da administração direta e indireta municipal, estadual e federal, em inspeções de campo e em análises da água, do ar e do solo e no material contido no Sistema de Informações Ambientais do Município.

**§ 2º** A SEMA, enquanto não estiver devidamente aparelhada para as inspeções técnicas e análises necessárias à elaboração do Relatório da Qualidade Ambiental, poderá firmar convênios com outros órgãos e entidades para sua realização.

## **CAPÍTULO IV - DA COMPENSAÇÃO PELO DANO OU USO DE RECURSOS NATURAIS**

### **Art. 34. VETADO.**

**Art. 34.** Aquele que explorar recursos naturais ou desenvolver qualquer atividade que altere negativamente as condições ambientais, fica sujeito às exigências estabelecidas pela SEMA a título de compensação ambiental, por meio de deliberação do Consetma, tais como:

I – recuperar o ambiente degradado;

II – monitorar as condições ambientais tanto da área do empreendimento, como das áreas afetadas ou de influência;

III – desenvolver programas de educação ambiental para a comunidade local;

IV – desenvolver ações, medidas, investimentos ou doações destinados a diminuir ou impedir os impactos causados; e

V – adotar outras formas de intervenção que possam, mesmo em áreas diversas daquela do impacto direto, contribuir para a manutenção ou melhoria da qualidade ambiental do município de Londrina.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **CAPÍTULO V - DOS ESTÍMULOS E INCENTIVOS**

**Art. 35.** O Executivo Municipal, por meio de lei específica, estimulará e incentivará ações, atividades, procedimentos, empreendimentos e criação de unidades de conservação, de caráter público ou privado, que visem à proteção, à manutenção e à recuperação do ambiente e à utilização autosustentada dos recursos naturais ambientais, mediante concessão de vantagens fiscais e creditícias e apoio técnico, científico e operacional.

**§ 1º** Na concessão de estímulos e incentivos, o Executivo Municipal dará prioridade às atividades de proteção e recuperação de recursos naturais ambientais, bem como às aquelas dedicadas ao desenvolvimento da consciência ambiental e de tecnologias para o manejo sustentável de espécies e de ecossistemas.

**§ 2º** VETADO.

**§ 3º** Os estímulos, incentivos e demais benefícios concedidos nos termos deste artigo serão suspensos ou extintos quando o beneficiário descumprir as exigências administrativas ou as disposições da legislação ambiental.

**§ 4º** Configurada a hipótese prevista no parágrafo anterior, o infrator ressarcirá integralmente ao erário os valores que tenha recebido ou que não tenha recolhido em razão da concessão do benefício, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

## **CAPÍTULO VI - DO CONTROLE, MONITORAMENTO, LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DAS ATIVIDADES**

**Art. 36.** O controle das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impactos ambientais será realizado pela SEMA, sem prejuízo das ações de competência do Estado e da União.

**§ 1º** O controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legais permitidos, como o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas.

**§ 2º** Para a efetivação das atividades de controle e fiscalização, a Secretaria Municipal do Ambiente poderá solicitar a colaboração dos órgãos e entidades que compõem o SISNAMA, bem como de outros órgãos ou entidades municipais.

**§ 3º** A SEMA poderá exigir que os responsáveis pelas fontes ou ações degradantes adotem medidas de segurança, para evitar os riscos ou a efetiva poluição da água, do ar, do solo e do subsolo e para evitar outros efeitos indesejáveis ao bem-estar da comunidade e à preservação das espécies da fauna e da flora.

**Art. 37** No exercício do controle preventivo, corretivo e repressivo das situações que causam ou possam causar impactos ambientais, cabe à SEMA:

**I** - efetuar vistorias e inspeções técnicas e fiscalização;

**II** - analisar, avaliar e emitir pareceres sobre o desempenho de atividades, empreendimentos, processos e equipamentos sujeitos a seu controle;

**III** - verificar a ocorrência de infrações, aplicando as penalidades previstas neste código e na legislação pertinente;

**IV** - convocar pessoas físicas ou jurídicas para prestar esclarecimentos em local, dia e hora previamente fixados; e

**V** - apurar denúncias e reclamações.

**Art. 38.** Os técnicos, os fiscais ambientais e as demais pessoas autorizadas pela SEMA são agentes credenciados para o exercício do controle ambiental.

**Parágrafo único.** Os agentes da sociedade civil, credenciados pela SEMA, deverão estar cadastrados no SALVO – Serviço Ambiental Voluntário - e receber treinamento nas respectivas áreas de atuação, conforme regulamentação própria.

**Art. 39.** A SEMA deverá colocar à disposição dos agentes credenciados todas as informações solicitadas e promover os meios adequados à perfeita execução dos deveres funcionais dos agentes.

**Parágrafo único.** A SEMA poderá requisitar apoio policial para o exercício legal de suas atividades de fiscalização, quando houver impedimento para fazê-lo.

**Art. 40.** A SEMA poderá determinar ao responsável pelas fontes poluidoras o seu autocontrole, por meio do monitoramento dos níveis e das concentrações de suas emissões e lançamentos de poluentes, sem ônus para o Município.

## **CAPÍTULO VII - DO ZONEAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 41.** O Zoneamento Ambiental, definido por lei específica e integrado ao Plano Diretor do Município, estabelecerá as Zonas de Proteção Ambiental, respeitados, em qualquer caso, os princípios, os objetivos e as normas gerais consagrados neste Código e na legislação vigente.

**Parágrafo único.** A lei específica de zoneamento estabelecerá, dentre outras coisas, os critérios de ocupação e/ou utilização do solo nas Zonas de Proteção Ambiental.

**Art. 42.** Fica o Executivo Municipal autorizado a transformar as áreas do domínio público em Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, por meio de lei específica.

**Art. 43.** VETADO.

**Art. 43.** A alteração adversa, a redução da área de unidades de conservação somente serão possíveis por meio de lei específica e audiências públicas, fundamentada no interesse social de desenvolvimento urbano sustentável, respeitados os princípios, objetivos e as normas gerais constantes neste código, o disposto no Plano Diretor e no Zoneamento Ambiental na legislação ambiental vigente.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **SEÇÃO I - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL**

**Art. 44.** A localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob quaisquer forma, de causar degradação ou impacto ambiental local, dependerão de prévio licenciamento ambiental, a ser realizado pela Prefeitura do Município de Londrina, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

**Parágrafo único.** VETADO.

**Parágrafo único.** As construções com mais de 1.000 m<sup>2</sup>, desde o início até o término da obra, deverão adotar medidas antipoluentes causadas pela movimentação de terra e entulho.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 45.** Ao órgão municipal competente caberá a fiscalização, a autorização e o licenciamento ambientais de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de que trata esta Lei e daquelas que lhe forem outorgadas pelos demais entes federativos, por instrumento legal ou convênio.

**Art. 46.** O Poder Executivo, por meio do órgão competente, editará ato regulamentar das etapas e procedimentos para instrução e expedição da autorização ou do licenciamento ambiental, assim como os documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo administrativo ambiental.

**Art. 47.** O órgão municipal competente poderá definir nas licenças ambientais condições, restrições, planos de monitoramento, medidas de reparação e controle ambiental, medidas compensatórias e mitigadoras a serem cumpridas e atendidas pelo requerente.

**§ 1º** A renovação das licenças ambientais fica condicionada ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

**§ 2º** VETADO.

**§ 2º** A construção somente receberá o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra – CVCO - se cumprida todas as exigências ambientais.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **SEÇÃO II - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 48.** A fiscalização do cumprimento do disposto neste Código e nas normas dele decorrentes será exercida por agentes credenciados pela SEMA, pelos demais fiscais do Município, e pela sociedade, na forma da lei.

**Art. 49.** Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 50.** No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada a entrada dos agentes credenciados pela SEMA e dos demais fiscais da Prefeitura, a qualquer dia ou hora, bem como a sua permanência, pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos públicos ou privados do Município de Londrina, observado o disposto no art. 5º, XI, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Os agentes, quando impedidos, poderão requisitar força policial para o exercício de suas atribuições em qualquer parte do Município.

## **SEÇÃO III - DA AUDITORIA AMBIENTAL**

**Art. 51.** Para os efeitos deste Código, denomina-se auditoria ambiental o desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação periódica ou ocasional das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras causadoras de impacto ambiental, com o objetivo de:

**I** - verificar o cumprimento de normas ambientais federais, estaduais e municipais;

**II** - verificar o cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais e no estudo prévio de impacto ambiental, quando houver, bem como as exigências feitas pelas autoridades competentes em matéria ambiental;

**III** - verificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição e degradação ambiental provocados pelas atividades ou obras auditadas;

**IV** - examinar a política ambiental adotada pelo empreendedor ou responsável pela atividade e sua conformidade com os padrões legais em vigor;

**V** - avaliar os impactos ambientais causados por obras ou atividades auditadas;

**VI** - analisar as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle das fontes poluidoras e degradadoras;

**VII** - examinar, mediante padrões e normas de operação e de manutenção, a capacitação dos operadores e a qualidade do desempenho da operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do ambiente;

**VIII** - identificar os riscos de acidentes e de emissões contínuas, que possam afetar, direta ou indiretamente, a saúde da população residente na área de influência; e

**IX** - analisar as medidas adotadas para a correção de irregularidades detectadas em auditorias ambientais anteriores.

**§ 1º** O prazo para implementação das medidas referidas no inciso IX deste artigo será determinado pela SEMA.

**§ 2º** O não cumprimento das medidas, nos prazos estabelecidos na forma do parágrafo anterior deste artigo, sujeitará o infrator às penalidades cabíveis.

**Art. 52.** Deverão obrigatoriamente realizar auditorias ambientais, em periodicidade a ser definida pelo Poder Executivo Municipal, as empresas com atividades de elevado potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, entre as quais:

- I** - os terminais de petróleo e seus derivados e de etanol;
- II** - as instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;
- III** - instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- IV** - unidades de geração e transmissão de energia elétrica;
- V** - instalações de tratamento e disposição final de esgotos domésticos;
- VI** - indústrias petroquímicas e siderúrgicas;
- VII** - indústrias químicas e metalúrgicas;
- VIII** - as centrais termoelétricas;
- IX** - atividades extratoras ou extrativistas e de beneficiamento de recursos naturais;
- X** - instalações de processamento, recuperação e destinação final de lixo urbano;
- XI** - indústria de papel e celulose;
- XII** - gasodutos;
- XIII** - usinas de álcool;
- XIV** - instalações e processamento e produção de carvão vegetal;
- XV** - indústria de produção de cimento;
- XVI** - indústria de tratamento de superfície;
- XVII** - atividades agrícolas com uso intensivo de agrotóxico;
- XVIII** - empresas do setor madeireiro;
- XIX** - empresas de extração de areia;
- XX** - instalações de processamento e destinação final de lixo hospitalar;
- XXI** - curtumes; e
- XXII** - as instalações industriais, comerciais ou recreativas cujas atividades gerem poluentes em desacordo com os critérios, diretrizes e padrões normatizados.

**§ 1º** A enumeração constante deste artigo não é exaustiva, facultando-se à SEMA determinar a auditoria ambiental para os casos que entender necessários ou para atividades que a qualquer tempo, gerem ou venham a gerar impacto ou riscos ambientais relevantes, conforme parecer de seu corpo técnico.

**§ 2º** Para casos previstos neste artigo, o intervalo máximo entre as auditorias ambientais periódicas será de dois anos.

**§ 3º** Sempre que constatada infração a norma federal, estadual ou municipal de proteção ao ambiente, deverão ser realizadas auditorias periódicas sobre os aspectos relacionados à infração até a efetiva correção da irregularidade, independentemente de aplicação de penalidades administrativas, cíveis ou penais, de celebração de termo de ajuste de conduta ou da propositura de ação judicial.

**§ 4º** Poderão ser dispensados da realização de auditorias ambientais periódicas o empreendimento de pequeno porte ou de reduzido potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, desde que autorizado pela SEMA.

**Art. 53.** Correrão por conta e ônus do auditado os custos das auditorias ambientais, realizadas por equipe técnica ou empresa de sua livre escolha, dentre as que estiverem

devidamente habilitadas no órgão ambiental municipal e acompanhadas, a critério da SEMA, por servidor público técnico da área ambiental.

§ 1º Sempre que julgar necessário, a SEMA poderá determinar que as auditorias ambientais sejam conduzidas por equipes técnicas independentes daquela do auditado.

§ 2º Quando as auditorias ambientais forem realizadas por equipe do próprio auditado, pertencentes ao seu quadro funcional, esta não poderá ser composta por técnicos responsáveis pela operação da empresa.

**Art. 54.** Antes de dar início ao processo de auditoria, a empresa informará à SEMA a equipe técnica ou a empresa contratada responsável pela auditoria.

§ 1º A responsabilidade técnica pela auditoria ambiental compulsória caberá a profissional devidamente habilitado e credenciado pelo órgão de fiscalização profissional.

§ 2º Os servidores da SEMA não poderão realizar as auditorias ambientais compulsórias.

**Art. 55.** O plano de correção das não conformidades, com as medidas de correção necessárias a serem implementadas pela pessoa física ou jurídica auditada, bem como os respectivos prazos de implementação, deverá ser analisado, aprovado e fiscalizado pela SEMA.

**Art. 56.** A SEMA poderá determinar aos responsáveis pela atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora, a realização de auditorias ambientais, periódicas ou eventuais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

**Parágrafo único.** Para a elaboração das diretrizes referidas no caput deste artigo, poderá ser determinado pela SEMA a consulta prévia à comunidade afetada.

**Art. 57.** Não realizada a auditoria nos prazos e condições determinados, sujeitar-se-á o infrator, pessoa física ou jurídica, à pena pecuniária nunca inferior ao custo da auditoria, que será promovida por instituição ou equipe técnica designada pela SEMA, independentemente de aplicação de outras penalidades legais já previstas.

**Art. 58.** VETADO.

**Art. 58.** Todos os documentos decorrentes das auditorias ambientais, ressalvados aqueles que contenham matéria de sigilo industrial, comercial e institucional, serão acessíveis à consulta pública nas dependências da Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA, independentemente do recolhimento de taxas ou emolumentos.

**Parágrafo único.** As certidões ou fotocópias dos documentos referidos no *caput* serão fornecidas, mediante requerimento, após o recolhimento da taxa de expediente.

## **CAPÍTULO VIII - DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Art. 59.** A avaliação de impacto ambiental, resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal, que possibilite a análise e a interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, compreendem:

I - a consideração da variável ambiental nas políticas, nos planos, nos programas e nos projetos que possam resultar em impacto referido no caput; e



**II** - a elaboração de Projeto de Controle Ambiental (PCA) ou de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

**Parágrafo único.** A variável ambiental deverá incorporar o processo de planejamento das políticas, dos planos, dos programas e dos projetos como instrumento decisório do órgão ou da entidade competente.

**Art. 60.** É de competência da SEMA a exigência de PCA ou de EPIA/RIMA para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente degradadora do ambiente e a sua deliberação final, observada a legislação ambiental vigente.

**Parágrafo único.** O EPIA/RIMA poderá ser exigido para a ampliação de atividade já licenciada, ainda que se tenha aprovado o RIMA quando da implantação dessa mesma atividade.

**Art. 61.** Os requisitos essenciais do tipo de Avaliação Prévia de Impactos Ambientais ou dos demais estudos ambientais previstos nesta lei, exigível em cada caso para o Licenciamento Ambiental, respeitarão as resoluções do CONAMA e as normas e resoluções federais, estaduais e municipais em vigência.

## **CAPÍTULO IX - DA COMUNICAÇÃO DE EFEITO DANOSO OU POTENCIALMENTE DANOSO**

**Art. 62.** A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que possa causar ou for causadora de dano ambiental, tem o dever de comunicar imediatamente o evento danoso ou potencialmente danoso à SEMA.

**§ 1º** A comunicação feita verbalmente deverá ser reiterada por escrito no prazo de 48 horas.

**§ 2º** A comunicação do fato não exime da responsabilidade de reparar o dano.

**Art. 63.** Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá comunicar à SEMA os fatos que contrariem esta legislação.

## **CAPÍTULO X - DA PESQUISA E TECNOLOGIA**

**Art. 64.** Compete ao Município estimular o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas à preservação, à conservação e ao uso racional dos recursos naturais ambientais, observadas as peculiaridades locais.

**§ 1º** A Administração Pública promoverá estudos, análises e avaliações de informações destinadas a fundamentar cientificamente e tecnicamente a atuação do Poder Público na garantia da qualidade ambiental no Município, ainda que por meio de convênios de cooperação técnica com universidades, institutos de pesquisas e tecnologia e demais órgãos públicos e privados.

**§ 2º** A Administração Pública manterá à disposição da comunidade os estudos e pesquisas por meio do Banco de Dados Ambientais.

## **CAPÍTULO XI - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 65.** A Administração Pública deverá promover programas de educação ambiental, assegurando o caráter interdisciplinar interinstitucional das ações desenvolvidas, cabendo, ainda, à sociedade civil organizada, à iniciativa privada e à coletividade promover a educação ambiental.

**§ 1º VETADO.**

**§ 1º** Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade.

**§ 2º VETADO.**

**§ 2º** O conhecimento relacionado às questões ambientais deverá ser difundido em ações educativas e de divulgação, visando estimular a cooperação e a participação da comunidade na gestão ambiental.

**§ 3º VETADO.**

**§ 3º** A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

**§ 4º VETADO.**

**§ 4º** São objetivos fundamentais da educação ambiental:

**I** – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

**II** – a garantia de 166.

**II** - democratização na elaboração dos conteúdos e da acessibilidade e transparência das informações ambientais;

**III** – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

**IV** – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

**V** – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do Município, em níveis micro e macro-regionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; e

**VI** – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e tecnologia.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 66. VETADO.**

**Art. 66.** A educação ambiental deverá ser desenvolvida:

**I** por meio do Programa de Educação Ambiental de Londrina, que proporcionará ferramentas para o desenvolvimento sustentável, levando em conta os valores indispensáveis à nossa sociedade;

**II** – nas redes públicas e particulares de ensino fundamental e médio, em todas as áreas do conhecimento e no decorrer de todo o processo educativo, em conformidade; com os parâmetros curriculares nacionais e orientados pelos temas transversais;

**III** – nos segmentos da sociedade, com a participação ativa, principalmente daqueles que possam atuar como agentes multiplicadores das informações, práticas e posturas desenvolvidas nos programas de educação ambiental;

**IV** - com o cumprimento da inclusão da disciplina ambiental nos cursos superiores no Município, em conformidade com a legislação estadual e federal; e

**V** - nas empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promovendo programas destinados à capacitação dos trabalhadores visando a um controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

**§ 1º** O Poder Público, por meio dos órgãos que compõem o Sistema Municipal do Ambiente, atuará no apoio, no estímulo e na promoção da capacitação da comunidade escolar das instituições de ensino, atualizando-as quanto às informações, práticas e posturas referentes à temática ambiental.

**§ 2º** A educação ambiental deverá ser realizada permanentemente mediante programas, projetos, campanhas e outras ações desenvolvidas pela SEMA e pelos demais órgãos e entidades públicas do Município.

**§ 3º** O Programa de Educação Ambiental de Londrina será criado por meio de ato do Poder Executivo, com o auxílio técnico de instituições atuantes e com experiência comprovada na área ambiental, e terá como base o desenvolvimento da consciência sócio-ambiental do cidadão.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 67.** Quanto à Educação Ambiental, caberá a SEMA:

**I** - criar condições para o desenvolvimento da educação ambiental em áreas públicas;

**II** - estimular e apoiar a implantação de Centros de Apoio à Educação Ambiental;

**III** - coordenar e supervisionar os programas e atividades desenvolvidos nos Centros de Apoio à Educação Ambiental;

**IV** - assegurar que seu quadro funcional tenha profissionais habilitados em diferentes áreas do conhecimento, para assegurar adequado desenvolvimento metodológico das ações de educação ambiental;

**V** - estimular a participação da sociedade, particularmente das empresas privadas, no desenvolvimento dos programas de educação ambiental; e

**VI** - incentivar a participação comunitária nos programas de educação ambiental.

**§ 1º** As atividades pedagógicas dos Centros de Apoio à Educação Ambiental poderão ser efetuadas por organizações não governamentais e demais instituições interessadas, mediante convênio, com a supervisão da SEMA.

**§ 2º** A supervisão se dará por meio de acompanhamento na implantação e no desenvolvimento de projetos.

**§ 3º** Os Centros de Apoio à Educação Ambiental disporão de espaço físico, estrutura e equipamentos, de forma a permitir o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

**Art. 68.** A Administração Pública deverá buscar parcerias e convênios com instituições de ensino e pesquisa, empresas privadas e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental.

**§ 1º VETADO.**

**§ 1º** A participação de empresas e entidades do setor privado na recuperação, conservação, controle, manutenção e preservação de lagos e em parques municipais será regulada por convênios, obedecendo ao estabelecido nesta lei.

**§ 2º VETADO.**

**§ 2º** As empresas e entidades do setor privado poderão tornar-se responsáveis pela manutenção e conservação dos parques, lagos, áreas de preservação nas áreas urbana e rural do Município, cujos procedimentos serão definidos em regulamento a ser definido

pela SEMA e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, respectivamente.  
(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **TÍTULO IV - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 69.** O Poder Executivo determinará medidas de emergência que visem evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em caso de grave ou iminente risco à saúde humana ou ao Patrimônio Ambiental.

### **CAPÍTULO I - DO SOLO**

#### **SEÇÃO I - DO USO E DA CONSERVAÇÃO DO SOLO**

**Art. 70.** O uso do solo nas áreas urbana e rural do Município deverá estar em conformidade com a política municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo, conforme a dinâmica socioeconômica regional e local e com o que dispõe este Código e a legislação estadual e federal pertinente.

**Parágrafo único.** Constitui infração grave a não adoção das medidas necessárias à conservação do solo, permitindo processos erosivos e carreamento de solo às vias públicas, ao sistema de drenagem e aos corpos hídricos.

#### **SEÇÃO II - DA MINERAÇÃO**

**Art. 71.** A SEMA determinará em face do zoneamento ambiental as áreas de exploração potencial de minerais, visando estabelecer prioridades de uso e a compatibilidade da atividade de mineração com os demais usos do solo nas respectivas zonas.

**Art. 72.** As atividades de mineração que venham a se instalar ou a ser ampliadas deverão atender aos requisitos exigidos para licenciamento ambiental e, em especial, apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

**Parágrafo único.** Operar sem licença ambiental ou em desacordo com a licença emitida constitui infração sujeita a embargo, multa e compensação ambiental.

**Art. 73.** O Plano de Recuperação de Área Degradada deve prever a imediata recuperação das áreas exploradas, sob pena de suspensão da licença.

**Art. 74.** A recuperação de áreas de mineração, abandonadas ou desativadas, é de responsabilidade do empreendedor e do proprietário.

**Art. 75.** Com o objetivo de evitar a instalação de processos erosivos e de desestabilização de massas, os taludes e as cavas resultantes de atividades mineradoras deverão receber cobertura vegetal e dispor de sistema de drenagem com apresentação e execução de projeto elaborado por profissional habilitado.

**Art. 76.** Os empreendimentos de mineração, que utilizem como método de lavra o desmonte por explosivos primários e secundários, deverão atender aos limites de ruído e vibração estabelecidos na legislação vigente.

**Art. 77. VETADO.**

**Art. 77.** Nas pedreiras deverão ser adotados procedimentos que visem à minimização da emissão de particulados na atmosfera, tanto na atividade de lavra quanto na de transporte nas estradas, internas e externas, bem como nos locais de beneficiamento.

**Parágrafo único.** É proibida a instalação de pedreira a menos de dois quilômetros do perímetro urbano.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 78.** As atividades de mineração deverão adotar sistema de tratamento e disposição de efluentes sanitários e de águas residuárias provenientes da lavagem de máquinas.

**Parágrafo único.** É obrigatória a instalação de caixa de retenção de óleo, devidamente dimensionada, proveniente da manutenção de veículos e equipamentos do empreendimento.

**Art. 79.** Quando na atividade de mineração forem gerados rejeitos sólidos e pastosos, o método de disposição final do material deverá ser previamente aprovado pela SEMA, que atenderá às normas técnicas pertinentes e às exigências dispostas neste código.

**Art. 80.** Para impedir o assoreamento dos corpos d'água, os empreendimentos de mineração deverão dispor de tanque de captação de resíduos finos transportados pelas águas superficiais ou outras soluções técnicas apresentadas por profissional habilitado e a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**Art. 81.** O minerador é responsável pelo isolamento das frentes de lavra e deverá adotar medidas que minimizem ou suprimam impactos sobre a paisagem da região, por meio da implantação de cinturão arborizado que isole o empreendimento.

## **CAPÍTULO II - DOS RECURSOS HÍDRICOS**

### **SEÇÃO I - DA ÁGUA**

**Art. 82. VETADO.**

**Art. 82.** As ações do Município para gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos atenderão ao disposto na legislação federal pertinente, na Política Estadual de Recursos Hídricos e nas demais normas estaduais e municipais, com os seguintes fundamentos:

**I** – a água é um bem de domínio público limitado e de valor econômico;

**II** – o Poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;

**III** – a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do Poder Público, das comunidades e do usuário;

**IV** – prioritariamente a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;

**V** – a gestão municipal considerará a bacia hidrográfica como unidade de pesquisa, planejamento e gestão dos recursos hídricos; e

**VI** – a gestão dos recursos hídricos deverá estar integrada com o planejamento urbano e rural do Município de Londrina.

**§ 1º** A água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento e ao bem-estar social, deverá ser controlada e utilizada conforme padrões de qualidade satisfatória, de forma a garantir sua perenidade em todo o território do Município de Londrina.

**§ 2º** O Município de Londrina utilizará água de reuso, não potável, proveniente das estações de tratamento de esgoto, para a lavagem de ruas, praças públicas, passeios públicos, próprios municipais e outros logradouros, bem como para a irrigação em jardins, praças, campos esportivos e outros equipamentos, considerando o custo benefício dessas operações.

**§ 3º** A compatibilização das necessidades da municipalidade com a disponibilidade da água de reuso decorrerá de acordos a serem estabelecidos entre a Prefeitura do Município de Londrina e o órgão explorador dos serviços de saneamento.

**§ 4º** Os postos de revenda de combustíveis e os estabelecimentos que possuam sistemas de lavagem de veículos deverão obedecer ao disposto na Lei nº 11.109, de 20 de dezembro de 2010.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 83.** Todas as normas estabelecidas neste capítulo aplicam-se à totalidade do território do Município de Londrina, seja área urbana ou rural.

**Art. 84.** A política municipal de controle de poluição, de recuperação da qualidade ambiental e de manejo dos recursos hídricos visa:

**I** - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população do Município de Londrina;

**II** - proteger, conservar e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção às áreas de nascentes, mananciais de abastecimento público e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

**III** - reduzir, progressivamente, a toxicidade e a quantidade dos poluentes lançados nos corpos d'água;

**IV** - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água tanto qualitativos, quanto quantitativamente;

**V** - controlar os processos erosivos que resultem no carreamento de sólidos e no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;

**VI** - assegurar o acesso às águas superficiais e o seu uso público, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica; e

**VII** - assegurar o adequado tratamento dos efluentes líquidos para preservar a qualidade dos recursos hídricos.

**Art. 85.** É proibida a ligação de esgoto à rede de drenagem pluvial bem como a ligação da água pluvial à rede coletora de esgoto.

**Art. 86. VETADO.**

**Art. 86.** Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico ao sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência, ou instalar estação de tratamento própria e adequada, conforme regulamentação específica.

**§ 1º** O projeto da estação de tratamento de água e esgoto deverá ser aprovado pela SEMA.

**§ 2º** A partir da publicação desta lei somente serão permitidas estações de tratamento de água e esgoto (ETEs) terciárias e as atuais ETEs deverão se adequar no prazo máximo de 10 anos, sob pena de perda da concessão ou permissão.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 87.** Os parâmetros deste código aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras, instaladas no Município de Londrina, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluídas as redes de coleta e os emissários.

**Parágrafo único.** A SEMA deverá estabelecer critérios e etapas de implementação em áreas específicas de processo de produção ou geração de efluentes, com o objetivo de impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

**Art. 88.** O lançamento de efluentes líquidos não poderá conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões vigentes de qualidade de água ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias.

**Art. 89.** A captação de água superficial ou subterrânea, seu tratamento, transporte e distribuição deverão atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo às demais exigências legais.

**Art. 90.** Os responsáveis por atividades efetivas ou potencialmente poluidoras e por captação, tratamento, transporte e distribuição de água ficam obrigados a implementar programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental, em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pela SEMA.

**§ 1º** Os programas referidos no caput integrarão o Sistema de Informações Ambientais do Município de Londrina.

**§ 2º** A coleta e a análise dos efluentes líquidos deverão basear-se em legislação pertinente.

**§ 3º** Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, incluídas as previsões de margem de segurança.

**§ 4º** Os técnicos da SEMA terão acesso a todas as fases do monitoramento a que se refere o caput deste artigo, incluídos os procedimentos laboratoriais.

**Art. 91.** A critério da SEMA e da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras deverão implantar sistemas para retenção das águas de drenagem, incluídos os procedimentos laboratoriais.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo aplica-se às águas de drenagem correspondentes à precipitação de um período inicial de chuvas a ser definido em razão das concentrações e das cargas de poluentes.

**Art. 92.** Para o licenciamento de construções acima de 200 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) e para o exercício de atividades que utilizem acima de 30 m<sup>3</sup> (trinta metros cúbicos) de água por mês, será exigido a implantação de sistema de aproveitamento de água de chuva e reúso de água, conforme regulamentação específica.

## **SEÇÃO II - DAS NORMAS AMBIENTAIS REFERENTES AO CONTROLE DA ÁGUA**

**Art. 93.** Todo e qualquer despejo industrial ou de atividade de serviços deverá possuir sistema de monitoramento adequado, conforme regulamentação específica.

**Art. 94.** VETADO.

**Art. 94.** Os exercentes de atividades que não possuírem tratamento de efluentes deverão apresentar à SEMA o respectivo projeto em 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta Lei, devendo sua efetiva implementação se dar em 24 (vinte e quatro) meses da sua aprovação pelo referido órgão municipal.  
(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 95.** Os efluentes dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS, dos Estabelecimentos de Interesse da Saúde- EIS e de outros que a SEMA considere necessários deverão ser tratados adequadamente, antes do lançamento, nos corpos d'água, conforme legislação pertinente.

**Parágrafo único.** A SEMA monitorará os despejos efluentes referidos no caput.

**Art. 96.** Os estabelecimentos que manipulem óleo, graxa ou gasolina deverão possuir sistemas de destinação aprovados pela SEMA.

**Parágrafo único.** A expedição ou a renovação do Alvará de Licença para funcionamento dos estabelecimentos que manipulem óleo, graxa ou gasolina ficam condicionadas à aprovação exigida no caput.

**Art. 97.** Os efluentes de qualquer atividade só poderão ser direta ou indiretamente lançados nas águas superficiais e nas galerias de água pluviais do Município de Londrina, mediante prévia autorização da SEMA, e nos seguintes casos:

**I** - se enquadrarem nos padrões de emissão estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal; e

**II** - não conferirem ao corpo receptor características superiores ao seu enquadramento na classificação das águas.

**§ 1º** Na hipótese de fonte de poluição geradora de diferentes despejos ou de emissões individualizadas, a critério da SEMA, os limites constantes neste artigo se aplicarão a cada um dos despejos ou emissões.

**§ 2º** A presente disposição aplica-se aos lançamentos feitos diretamente por fonte de poluição e indiretamente por meio de canalizações públicas ou privadas ou por qualquer outro meio de transporte próprio ou de terceiros.

**Art. 98.** Para toda e qualquer finalidade, desde o licenciamento até a fiscalização e a aplicação, quando se tratar de instalação de fonte potencialmente poluidora, as avaliações e exigências contidas neste Código levarão em consideração a carga máxima de poluição possível e as condições mais desfavoráveis que esta instalação possa, ainda que potencialmente, representar para o corpo d'água.

**Art. 99.** Os responsáveis por atividades poluidoras deverão realizar tratamento individual dos respectivos efluentes líquidos.

**Art. 100.** Será permitida a construção de poços tubulares profundos para abastecimento, desde que concedida a outorga pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERSHA e o alvará de perfuração emitido pela SEMA.



**Art. 101.** Os estudos, os projetos e a execução da perfuração de poços deverão apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em todas as suas fases, e ser aprovados pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

**§ 1º** Os poços tubulares profundos deverão ter a necessária proteção sanitária por meio de encamisamento e vedação adequada.

**§ 2º** Os responsáveis pela operação de poços no Município de Londrina ficam obrigados a realizar análise físico-química e bacteriológica da água, no mínimo, semestralmente, e informar o seu resultado aos consumidores e em observância à legislação pertinente.

**Art. 102.** Os poços que estiverem em desconformidade com o padrão de potabilidade, previstos na legislação específica, serão interditados pela SEMA.

**Art. 103.** O fechamento dos poços será de ônus e responsabilidade dos seus proprietários, que deverão lacrá-los e monitorá-los de acordo com as condições estabelecidas pela SEMA, sob pena de multa.

### **SEÇÃO III - DOS MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO**

**Art. 104.** Consideram-se Áreas de Proteção de Mananciais de Abastecimento:

**I** - as faixas bilaterais contíguas aos cursos d'água, com largura mínima de 100m (cem metros), a partir das margens ou da cota maior de inundação;

**II** - As faixas bilaterais contíguas dos afluentes com largura mínima 60m (sessenta metros), a partir das margens ou da cota maior de inundação; e

**III** - as faixas de 100m (cem metros) circundantes aos lagos, lagoas e reservatório d'água naturais ou artificiais, como represas e barragens, destinados ao abastecimento público, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente.

**§ 1º** A SEMA poderá ampliar as faixas e áreas especificadas neste artigo, com o objetivo de proteger áreas de especial interesse ecológico, o solo com baixa capacidade de infiltração ou as faixas de afloramento do lençol freático.

**§ 2º** Nos casos de planícies de inundação ou várzeas, as faixas bilaterais são contadas a partir de suas margens.

**Art. 105.** Qualquer projeto de implantação de indústria, agroindústria, loteamento, serviço, perfuração de poços, construção de lagos e outros, seja na área urbana ou rural, a ser realizado nas bacias de mananciais de abastecimento da cidade de Londrina, deverá ser previamente aprovado pela SEMA.

**Art. 106.** VETADO.

**Art. 106.** Em um raio de 2000 metros lineares da nascente do Ribeirão Jacutinga, manancial de abastecimento de água do Município de Cambé, fica proibida a implantação de zona industrial (ZI) ou atividade poluidora em área do Município de Londrina.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

### **SEÇÃO IV - DA PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**Art. 107.** Toda pessoa física ou jurídica que cause transformações nas condições físicas dos rios, córregos, ribeirões ou nascentes d'água, causando-lhes prejuízos, ficará

obrigada a restaurar as suas características originais e a tomar todas as providências que a SEMA exigir para o caso, sem prejuízo das demais penalidades administrativas, cíveis e penais.

**Art. 108.** É proibida qualquer espécie de construção capaz de inutilizar recurso hídrico do Município de Londrina.

**Art. 109.** Na gestão dos recursos hídricos, a SEMA, em conjunto com a Autarquia Municipal de Saúde, deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

**Art. 110.** O Município deverá efetuar o cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, discriminando as condições de uso.

**Art. 111.** Os produtores rurais que possuem equipamentos de irrigação terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação deste Código, para cadastrá-los na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

### **CAPÍTULO III - DA PAISAGEM URBANA**

**Art. 112.** A paisagem urbana, patrimônio visual de uso comum da população, é recurso de planejamento ambiental que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

**Art. 113.** Cabe à comunidade, em especial aos órgãos e às entidades da Administração Pública, zelar pela qualidade da paisagem urbana e promover as medidas adequadas para:

- I** - disciplinar e controlar os impactos ambientais que possam afetar a paisagem urbana;
- II** - ordenar a publicidade ao ar livre;
- III** - implantar e ordenar o mobiliário urbano;
- IV** - manter as condições de acessibilidade e visibilidade dos espaços livres e de áreas verdes;
- V** - recuperar as áreas degradadas; e
- VI** - conservar e preservar os sítios significativos.

**Art. 114.** A disciplina relativa aos anúncios na área urbana do Município obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº10.966, de 26 de julho de 2010.

**Art. 115.** O uso e a ocupação do solo nas áreas de entorno dos parques, dos remanescentes de vegetação natural, das unidades de conservação e dos sítios significativos deverão preencher os requisitos e obedecer aos critérios técnicos estabelecidos para cada área específica.

**Parágrafo único.** Os requisitos e os critérios técnicos referidos no caput deste artigo serão definidos especificamente para cada área de entorno, por meio de portaria conjunta da SEMA, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina-IPPUL, da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação e da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

## SEÇÃO ÚNICA - DOS LOTEAMENTOS E CONSTRUÇÕES

**Art. 116.** A emissão de diretrizes urbanísticas deverá ser precedida das diretrizes ambientais elaboradas pela SEMA.

**Parágrafo único.** As diretrizes ambientais devem estabelecer os critérios necessários para garantir a conservação dos recursos naturais, bem como exigir medidas preventivas e mitigadoras da poluição e, quando couber, determinar estudos de impacto de vizinhança.

**Art. 117.** Serão estabelecidas restrições de uso nos seguintes casos:

**I** - várzeas, nascentes ou afloramentos de água, naturais ou não;

**II** - morros, morretes e encostas de declividade variável associados a solos pouco profundos, exposição rochosa ou pedregosidade, e o seu entorno, definida de acordo com as condições locais;

**III** - entorno de parques, remanescentes de vegetação natural e de unidades de conservação; e

**IV** - áreas especificadas no Zoneamento Ambiental.

§ 1º As áreas referidas no inciso II, quando não autorizado o seu uso, deverão ser recuperadas com o plantio de espécies nativas.

§ 2º A SEMA cadastrará as áreas com restrição de uso do Município de Londrina.

§ 3º Na emissão das diretrizes ambientais para os projetos e empreendimentos localizados nas áreas descritas neste artigo, a SEMA e o IPPUL determinarão as restrições pertinentes.

**Art. 118.** Nos projetos de parcelamento do solo que apresentem áreas de interesse ambiental ou paisagístico, serão exigidas medidas convenientes à sua defesa.

**Art. 119.** Todos os projetos de loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais de interesse social, distritos industriais e arruamentos deverão incluir o projeto de arborização urbana e o tratamento paisagístico das áreas verdes e de lazer, a ser submetido à aprovação da SEMA.

**Parágrafo único.** Os empreendimentos deverão ser entregues com a arborização de ruas e avenidas concluídas e áreas verdes e de lazer tratadas paisagisticamente.

**Art. 120.** Será obrigatória nos projetos de edificações, reformas e ampliações residenciais, comerciais ou industriais, a serem analisados pelo órgão municipal competente, a indicação da localização das árvores existentes.

**Parágrafo único.** O proprietário do imóvel ou o empreendedor ficará responsável pela proteção das árvores ali já existentes.

**Art. 121. VETADO.**

**Art. 121.** Caberá à SEMA definir o sistema de áreas verdes e de áreas permeáveis públicas de cada empreendimento, em razão de remanescentes florestais e do seu estágio de regeneração ou degradação de áreas de preservação permanente, de várzeas, de faixas de drenagem e das demais características físicas da circunvizinhança da gleba.

§ 1º As áreas verdes dos loteamentos e afins poderão abrigar a instalação de bacias para contenção de cheias, e estando revestidas com vegetação rasteira resistente a encharcamentos, poderão ser computadas na porcentagem destinada às áreas verdes, desde que não impliquem derrubada de vegetação arbórea nativa.

**§ 2º** É vedada a localização de área verde em terreno que apresente declividade superior a quinze por cento, a menos que haja razão paisagística de interesse coletivo manifesto e reconhecido pela SEMA.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **CAPÍTULO IV - DA FAUNA E DA FLORA**

**Art. 122.** A vegetação de porte arbóreo e as demais formas de vegetação natural ou aquelas de reconhecido interesse para o Município, bem como a fauna a ela associada, são bens de interesse comum a todos, cabendo ao Poder Público e aos cidadãos a responsabilidade pela sua conservação.

**§ 1º** A prática de caça, apanha, uso, perseguição, mau trato, confinamento e criação em locais não apropriados constitui crueldade aos animais.

**§ 2º** Qualquer espécie que venha colocar em risco a saúde e a integridade do ecossistema poderá ser controlada, mediante autorização dos órgãos competentes.

**§ 3º** Fica proibida a introdução de espécimes da fauna e flora silvestre ou exótica, bem como as modificações no ambiente, sem autorização dos órgãos competentes.

**§ 4º** Fica proibida a entrada de animais domésticos em unidades de conservação.

**Art. 123.** O Poder Público Municipal, juntamente com a coletividade, promoverá a proteção da fauna local e vedará práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam animais à crueldade.

**Art. 124.** O uso de logradouro público ajardinado, como praças e parques, por particulares para colocação de barracas ou para festividades, promoções e outras atividades, está condicionado à licença prévia do Poder Público Municipal por meio da SEMA.

## **SEÇÃO I - DA CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS**

**Art. 125.** Ficam declaradas imunes ao corte as espécies ameaçadas de extinção, constantes de lista oficial nas esferas estadual e/ou federal.

**Art. 126.** A extração de exemplar de qualquer dessas espécies ameaçadas de extinção só poderá ser feita com autorização expressa da SEMA, em conjunto com outro órgão integrante do SISNAMA, e nos limites estabelecidos neste Código.

**Parágrafo único.** Além da multa pelo corte irregular, deverá o infrator compensar o dano com o plantio, às suas expensas, de novas mudas, conforme o tamanho, a idade, a copa e o diâmetro do caule.

**Art. 127.** O Sistema de Áreas Verdes, que compreende toda área de interesse ambiental ou paisagístico, de domínio público ou privado, cuja preservação ou recuperação venha a ser justificada pela SEMA, abrangerá:

**I** - praças, parques urbanos e áreas verdes e de lazer previstos nos projetos de loteamentos e urbanização;

**II** - arborização de vias públicas;

**III** - unidades de conservação;

**IV** - parques lineares;

**V** - áreas arborizadas de clubes esportivos sociais, de chácaras urbanas e de condomínios fechados;

**VI** - remanescentes de vegetação regionais naturais representativos dos segmentos do ecossistema;

**VII** - áreas de preservação permanente e reservas legais protegidas pelo código Florestal; e

**VIII** - outras determinadas pela SEMA.

**§ 1º** A SEMA criará e manterá atualizado o cadastro das áreas verdes e das áreas de lazer do Município.

**§ 2º** Qualquer intervenção ou uso especial das áreas verdes ou de lazer do Município de Londrina somente será permitida após autorização expressa da SEMA.

**§ 3º** Serão computados como áreas verdes, inedificáveis e destinadas ao melhoramento paisagístico e de urbanidade dos fundos de vale, e repassados ao domínio do Município, por ocasião do parcelamento do restante do lote, as áreas em faixa bilateral contínua de, no mínimo 30m (trinta metros), contados a partir do limite estabelecido pela legislação federal às áreas de preservação permanente dos corpos d'água.

**Art. 128.** O Termo de Visto de Conclusão será expedido pela Prefeitura, somente após o plantio de arborização viária pelo proprietário, incorporador, possuidor ou quem de direito, na parte que lhe compete, conforme previsto no Plano Municipal de Arborização.

**Art. 129.** No Município de Londrina as áreas de preservação permanente ao longo de rios, córregos, nascentes, lagos e reservatórios corresponderão às áreas estabelecidas nos seguintes termos:

**I** - ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima será:

**a)** de 30m (trinta metros) para os que tenham menos de 10 (dez) metros de largura;

**b)** de 50m (cinquenta metros) para os que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

**c)** de 100m (cem metros) para os que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

**d)** de 200m (duzentos metros) para os que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

**e)** de 500 (quinhentos) metros para os que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

**II** - ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

**III** - nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

**IV** - no topo de morros, montes, montanhas e serras;

**V** - nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive; e

**VI** - em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

**§ 1º** A área de preservação permanente será calculada em projeção horizontal, a partir do limite da planície inundável ou várzea, na maior cota de inundação do corpo d'água em questão.

**§ 2º** A área de preservação permanente (APP) das várzeas será de 50m (cinquenta metros), a partir do limite da planície inundável.

**§ 3º** A supressão de áreas de preservação permanente tratadas neste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

**§ 4º** A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental competente, fundamentada em parecer técnico.

#### **Art. 130. VETADO.**

**Art. 130.** Fica o Bosque Marechal Cândido Rondon, localizado entre as ruas Rio de Janeiro, Pará e São Paulo e a Alameda Miguel Blasi, declarado como área de preservação permanente, sendo proibida a colocação ou a construção de vias públicas atravessando esta APP.

**Parágrafo único.** Ficam autorizados a permanecer neste Bosque a academia ao ar livre, a quadra poliesportiva e as mesas de xadrez e *ping-pong*.  
(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 131.** A propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as do artigo anterior e outras previstas em lei, no Município de Londrina deverá manter no mínimo 20% (vinte por cento) da propriedade a título de reserva legal.

**§1º** A vegetação de reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em regulamento específico, ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º deste artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas.

**§ 2º** Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

**§ 3º** A localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver:

**I** - o plano de bacia hidrográfica;

**II** - o plano diretor municipal;

**III** - o zoneamento ecológico-econômico;

**IV** - outras categorias de zoneamento ambiental; e

**V** - a proximidade com outra reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

**Art. 132.** Compete à SEMA planejar e integrar o Sistema de Áreas Verdes, observados, dentre outros, os seguintes critérios:

**I** - a importância do segmento do ecossistema na reprodução, na alimentação e no refúgio de representantes da fauna silvestre remanescente ou cuja reintrodução seja compatível com o desenvolvimento urbano;

- II** - a importância dos remanescentes de vegetação na proteção das áreas com restrição de uso;
- III** - a existência de espécies raras ou de árvores imunes ao corte;
- IV** - a proximidade entre reservas de vegetação importantes para a disseminação da flora e da fauna ou para a constituição de corredores ecológicos;
- V** - a possibilidade de um ou mais segmentos do ecossistema atuar como moderadores de clima, amenizadores de poluição sonora e atmosférica, banco genético ou referencial pela sua beleza cênica;
- VI** - a necessidade de evitar a excessiva fragmentação das Áreas Verdes nos projetos de loteamento e urbanização;
- VII** - a utilização da arborização urbana como elemento de integração entre os elementos do sistema de áreas verdes;
- VIII** - a necessidade de implantação dos parques criados por legislação específica;
- IX** - o adequado manejo da arborização das vias públicas; e
- X** - o incentivo à arborização de áreas particulares.

**Art. 133.** A integração e a conservação dos remanescentes de vegetação natural serão feitas por meio de corredores ecológicos que interliguem dois ou mais segmentos do ecossistema original.

**Art. 134.** As áreas correspondentes à reserva legal estabelecida no Código Florestal Brasileiro, por ocasião do loteamento ou incorporação à área urbana do Município, serão indicadas em parecer da SEMA, após consulta ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, priorizadas as áreas dentro da microbacia originária e os corredores ecológicos.

**Art. 135.** Na recomposição das formações florestais deve-se considerar a composição florística das formações originais associadas aos solos correspondentes, incluídas as espécies de valor alimentício para a fauna, as de valor econômico e as medicinais.

**Art. 136.** São consideradas áreas de proteção obrigatórias do Sistema de Áreas Verdes do Município, além das previstas na Lei Orgânica do Município e no Código Florestal Brasileiro, os remanescentes de vegetação natural, cuja preservação tenha sido justificada pela SEMA.

**Art. 137.** A Administração Pública criará e incentivará a criação de unidades de conservação para preservar espécimes da fauna silvestre e da flora locais e seus habitats, ninhos, abrigos e criadouros, por meio da elaboração de plano de manejo adequado.

**Art. 138.** A preservação dos remanescentes de vegetação natural em áreas particulares será incentivada por meio de:

- I** - permuta de área;
- II** - transferência do potencial construtivo;
- III** - desapropriação; e
- IV** - incentivo fiscal por meio de isenção ou redução do imposto imobiliário.

## **SEÇÃO II - DA ARBORIZAÇÃO URBANA**

**Art. 139.** A SEMA promoverá a arborização urbana de acordo com o Plano Diretor de Arborização e com os princípios técnicos pertinentes.

**Parágrafo único.** As áreas públicas destinadas a parques, praças, áreas de lazer e recreação deverão ser delimitadas por meio-fio e calçadas e providas de cobertura vegetal arbórea, por meio da preservação da vegetação original ou de replantio de espécies arbóreas nativas, conforme indicação da SEMA.

**Art. 140.** A poda de árvores da arborização pública poderá ser executada por terceiros, pessoa física ou jurídica, desde que credenciados e autorizados pela SEMA, obedecidos os princípios técnicos pertinentes.

§ 1º O credenciamento será obtido mediante a participação em cursos e treinamentos promovidos pela SEMA, com expedição da respectiva habilitação.

§ 2º A execução de poda por pessoas não credenciadas ou a não observância de princípios técnicos para essa execução constitui infração ambiental passível de multa.

§ 3º Fica vedada a erradicação de árvores pelo Poder Público ou empresas terceirizadas aos finais de semana e feriados.

### **SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO E DO REFLORESTAMENTO DAS ÁREAS DE FUNDOS DE VALES**

**Art. 141.** Os setores especiais de fundos de vale são constituídos pelas áreas contíguas às áreas de preservação permanente dos cursos d'água, nascentes e várzeas do Município de Londrina e incluem as faixas sanitárias e áreas verdes, até a via mais próxima projetada ou executada.

**Parágrafo único.** Os fundos de vale são inedificáveis, ressalvadas construções de baixo impacto e de interesse público, mediante prévio licenciamento ambiental.

**Art. 142.** Os setores especiais de fundos de vale deverão atender, prioritariamente, à implantação de parques lineares destinados às atividades de recreação e lazer, à proteção das matas nativas, à drenagem e à conservação de áreas críticas.

**Art. 143.** Competirá à SEMA:

I - examinar, decidir e acompanhar outros usos que não os do artigo anterior;

II - propor normas para regulamentação dos usos adequados aos fundos de vale; e

III - delimitar e propor os setores especiais de fundos de vale.

**Art. 144.** Em cada margem, a faixa de preservação permanente deverá conservar a arborização e, onde esta não mais exista, deverá ser a faixa reflorestada.

§ 1º O disposto no caput deste artigo abrange áreas urbanas e rurais.

§ 2º O ônus do reflorestamento recairá sobre o proprietário do imóvel depredado.

### **SEÇÃO IV - DO MANEJO DA FAUNA**

**Art. 145.** A introdução de animais silvestres regionais em segmentos de ecossistemas naturais do Município, neles compreendidas as áreas de preservação permanente, reservas legais, remanescentes de vegetação natural e unidades de conservação, só será permitida com autorização do órgão ambiental competente.



**§ 1º** A permissão a que se refere o caput somente será expedida após estudos sobre a capacidade de suporte do ecossistema.

**§ 2º** Para efeito do caput a Administração Pública incentivará a pesquisa científica sobre ecologia de populações de espécies da fauna silvestre regional.

**Art. 146.** É proibida a introdução de animais exóticos em segmentos de ecossistemas naturais do Município, neles compreendidas as áreas de preservação permanente, as reservas legais, os remanescentes de vegetação natural, as unidades de conservação e os corpos d'água.

**Art. 147.** É proibido o abandono de qualquer espécime da fauna silvestre ou exótica, domesticada ou não, e de animais domésticos ou de estimação nos parques urbanos, praças, áreas de preservação permanente e demais logradouros públicos municipais.

**Art. 148.** É proibida a entrada de animal doméstico em parques municipais, excetuados os cães-guias que acompanhem deficientes visuais.

**Art. 149.** VETADO.

**Art. 149.** São protegidos os pontos de pouso de aves migratórias e os ninhais e abrigos de reprodução de animais silvestres.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **SUBSEÇÃO I - DA PESQUISA**

**Art. 150.** Caberá à SEMA, em conjunto com as instituições de pesquisa locais, elaborar e divulgar o levantamento das espécies silvestres de ocorrência nos segmentos de ecossistemas naturais e artificiais do território municipal.

**§ 1º** Do levantamento constará o nome comum e científico da espécie associado ao ecossistema de ocorrência das populações.

**§ 2º** A divulgação será realizada por meio de material didático encaminhado, preferencialmente, às instituições públicas, às instituições de ensino e às entidades ambientalistas.

**§ 3º** A realização de pesquisa científica, estudo ou coleta de material biológico nas unidades de conservação e parques municipais, dependerá de prévia autorização da SEMA, em conjunto com seus respectivos conselhos gestores e da instituição patrocinadora que, ao final de seus trabalhos, deverá fornecer cópia do seu relatório à SEMA, que o incorporará ao Sistema de Informação Ambiental.

## **SUBSEÇÃO II - DO COMÉRCIO E CRIAÇÃO DE ANIMAIS**

**Art. 151.** É proibido o comércio, sob qualquer forma, de espécimes da fauna silvestre, bem como de produtos e objetos oriundos de sua caça, perseguição, mutilação, destruição ou apanha.

**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto neste artigo o comércio de espécimes e produtos provenientes de criadouros comerciais ou jardins zoológicos devidamente legalizados, desde que não oriundos de caça, perseguição, mutilação, destruição ou apanha.

**Art. 152.** É proibida qualquer forma de divulgação ou propaganda que estimule ou sugira a prática do ato de caçar, aprisionar, perseguir ou maltratar os animais, ou que induza ao consumo de subprodutos ou objetos provenientes da fauna silvestre brasileira.

**Art. 153.** Fica proibido, sob pena de multa, alimentar aves livres consideradas nocivas à saúde, conforme relação a ser definida por órgão técnico em ato do Executivo.

### **SUBSEÇÃO III - DO CONTROLE DE ZONOSSES, VETORES E PEÇONHENTOS**

**Art. 154.** O Poder Executivo Municipal criará o Centro de Saúde Animal e/ou Centro de Controle de Zoonoses e adotará programas permanentes de prevenção e monitoramento, com o objetivo de controlar zoonoses, vetores e animais peçonhentos, que contemplará, entre outros:

**I** - o controle de raiva e outras zoonoses, com permanente controle de natalidade, conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde, com a captura de animais errantes;

**II** - o combate a vetores e os seus criadouros no meio urbano, notadamente da dengue e da febre amarela;

**III** - o controle de populações de roedores e animais peçonhentos, por meio de saneamento ambiental, destinação adequada e seletiva de entulho e lixo, bem como a limpeza de terrenos, córregos e galerias pluviais de esgoto;

**IV** - a educação e a conscientização para a guarda responsável de animais.

**Parágrafo único.** O local de instalação do Centro de Saúde Animal e/ou Centro de Controle de Zoonoses previsto no caput deste artigo deverá ser submetido a uma análise e diagnóstico específico em relação aos possíveis riscos ambientais ocasionados por sua implementação, mediante autorização do órgão integrante do SISNAMA.

### **CAPÍTULO V - DO AR**

**Art. 155.** Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

**I** - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

**II** - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

**III** - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluída a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

**IV** - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes de poluição, por parte das empresas responsáveis, compatibilizando-a aos parâmetros adotados pela legislação vigente, sem prejuízo das atribuições da fiscalização municipal;

**V** - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados; e

**VI** - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica, para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e para a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular, hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

**Art. 156.** Deverão ser respeitados, dentre outros, os seguintes procedimentos gerais, para o controle de emissão de material particulado:

**I** - na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico, as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, lavadas ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico, em especial nos períodos secos;

**II** - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização por espécies e manejos adequados;

**III** - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais, que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, enclausurados ou submetidos a outras técnicas comprovadamente eficazes no impedimento da emissão de particulados; e

**IV** - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

**Art. 157.** Compete à SEMA controlar a implantação e fiscalizar as ações de prevenção e combate à poluição do ar no Município.

**§ 1º** São incluídos no âmbito de abrangência deste artigo os poluentes do ar emitidos:

**I** - por fontes móveis ou estacionárias;

**II** - durante o manuseio e a transformação por processos físicos, químicos ou biológicos, associados à industrialização ou à transformação;

**III** - em estocagem ou transporte;

**IV** - por despejo ou derrame e vazamento acidentais;

**V** - por incineração de materiais de natureza orgânica ou inorgânica; e

**VI** - direta ou indiretamente pela prática de queimadas de restos de podas, pela capina e limpeza em terrenos urbanos e pelas queimadas rurais.

**§ 2º** As fontes de emissão autorizadas referidas no parágrafo anterior deverão obedecer aos padrões máximos de emissão estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal, de modo a atender aos padrões mínimos de qualidade do ar.

**§ 3º** Para atender às peculiaridades do Município naquilo que se refere à natureza e às fontes de poluição do ar, a SEMA poderá acrescentar novos poluentes à abrangência deste artigo.

**§ 4º** A emissão de poluentes por fonte de qualquer natureza deverá ser interrompida temporariamente quando as condições atmosféricas não forem favoráveis à sua dispersão ou quando a emissão de poluentes excederem os padrões estabelecidos.

**§ 5º** Toda fonte de poluição atmosférica deverá ser provida de sistema de redução e controle de poluição.

**Art. 158.** São vedadas a instalação e a ampliação de atividades que não atendam ao estabelecido na legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria.

**§ 1º** Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto neste Código, nos prazos estabelecidos pela SEMA, que não poderá exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta lei.

**§ 2º** A SEMA poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

**§ 3º** Este prazo poderá ser ampliado pela SEMA à vista da constatação de motivos alheios à vontade dos interessados, desde que devidamente justificado.

**Art. 159.** A Prefeitura do Município poderá implantar medidas de controle de emissão de gases por veículos automotores nos termos da legislação federal, estadual e municipal em vigor.

**Art. 160.** Nos projetos ou estudos para implantação de pontos finais de linhas e terminais de ônibus, de transbordo ou descarga de caminhões e nos pontos de concentração de veículos automotores, deverão ser previstos mecanismos que garantam os padrões de qualidade do ar.

**Parágrafo único.** Em pontos do sistema viários considerados críticos pela poluição do ar, o Município deverá executar plano de emergência para redistribuição do tráfego de veículos.

**Art. 161.** A SEMA poderá celebrar convênios e parcerias com universidades e centros ou instituições de ensino ou pesquisas, para a instalação de estações de monitoramento de poluentes atmosféricos de qualquer natureza ou que desenvolvam pesquisa para aplicação de soluções técnicas de controle de poluição.

**§ 1º** A metodologia de coleta e análise de dados de caracterização ou do monitoramento da qualidade do ar no Município seguirão as normas técnicas da ABNT.

**§ 2º** O público terá acesso irrestrito aos dados referidos no parágrafo anterior.

**Art. 162.** É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, bem como de qualquer outro material combustível em área urbana ou rural.

**§ 1º** Os casos excepcionais serão avaliados pela SEMA, que poderá permitir a queima, se não houver alternativa.

**§ 2º** Constitui agravante da infração a queima quando a umidade relativa do ar for inferior a trinta por cento.

## **CAPÍTULO VI - DA POLUIÇÃO SONORA**

### **SEÇÃO I - DO CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS**

**Art. 163.** O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei.

**Art. 164.** Compete à SEMA:

**I** - exercer o poder de fiscalização das fontes de poluição sonora;

**II** - exigir das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora apresentação dos resultados de medições e relatórios;

**III** - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos incômodos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a eles; e

**IV** - organizar programas de educação e conscientização a respeito de causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações.

**Art. 165.** É proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos com ruídos ou vibrações de qualquer natureza que ultrapassemos níveis legalmente previstos para os diferentes horários e zonas de uso.

**Art. 166.** VETADO.

**Art. 166.** Os equipamentos e os métodos utilizados para medição e avaliação dos níveis de sons e ruídos obedecerão aos padrões de normas técnicas adotados pela SEMA.  
(Emenda aprovada em 08/03/2012)

## **SEÇÃO II - DOS RUÍDOS PRODUZIDOS EM FONTES FIXAS**

**Art. 167.** VETADO.

**Art. 167.** A propagação sonora em ambiente externo durante as atividades realizadas em templos de qualquer crença não poderá ultrapassar:

I – no período das 7 às 21 horas: 80 (oitenta) decibéis em zona industrial e 70 (setenta) decibéis em zona comercial; e

II – no período compreendido das 22 às 6 horas: 70 (setenta) decibéis em zona industrial e 60 (sessenta) decibéis em zona comercial.

**Parágrafo único.** Em caso de reclamação, a verificação de decibéis será do endereço fornecido pelo reclamante.

(Emenda aprovada em 08/07/2012)

**Art. 168.** A emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades exercidas em ambiente confinado somente será permitida se não prejudicar o sossego público e a saúde, inclusive a do trabalhador, conforme os padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nos padrões de normas técnicas adotadas pela SEMA e Vigilância Sanitária.

**§ 1º** Incluem-se na hipótese deste artigo as instalações ou espaços comerciais, industriais, de prestação de serviços, residenciais e institucionais, incluídos especiais e de lazer, cultura e hospedagem e os templos de qualquer culto.

**§ 2º** Os estabelecimentos, instalações ou espaços em funcionamento no Município de Londrina terão os prazos abaixo especificados para dotar suas dependências do tratamento acústico necessário a fim de evitar que o som se propague acima do limite permitido:

**a)** 12 (doze) meses, a contar da data de vigência deste Código, para a aprovação do projeto de reforma; e

**b)** 18 (dezoito) meses, a contar da data de aprovação do projeto de reforma, para a execução das obras necessárias à regularização.

**§ 3º** A implantação do projeto de tratamento acústico é condição essencial à renovação ou concessão de licença legalmente exigida, para instalação e funcionamento de estabelecimento, evento ou empreendimento.

## **SEÇÃO III - DOS RUÍDOS E VIBRAÇÕES PRODUZIDOS POR OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

**Art. 169.** As emissões de ruídos ou vibrações provenientes da construção civil deverão atender às normas técnicas adotadas pela SEMA.

**Art. 170.** As obras de construção civil somente poderão se realizar aos domingos, feriados ou fora do horário permitido, mediante licenciamento especial que preveja os tipos de serviços a serem executados, os horários a serem obedecidos e os níveis máximos de sons e vibrações permitidos.

**Art. 171.** Será permitida, independentemente da zona de uso e do horário, toda e qualquer obra pública ou particular de emergência que, por sua natureza, vise evitar colapso nos serviços de infraestrutura da cidade ou risco de integridade física e material à população.

#### **SEÇÃO IV - DOS RUÍDOS PRODUZIDOS POR FONTES MÓVEIS E VEÍCULOS AUTOMOTORES**

**Art. 172.** O órgão municipal competente implantará a sinalização de silêncio nas proximidades de hospitais, prontos socorros, sanatórios, clínicas, escolas e quaisquer outras instituições que exijam proteção sonora.

**Parágrafo único.** Os limites de níveis de som emitidos pelas fontes móveis e automotoras, assim como os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas técnicas adotadas pela SEMA.

#### **CAPÍTULO VII - DO SANEAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 173.** O saneamento ambiental deverá observar os princípios estabelecidos na legislação federal.

**Art. 174.** O Poder Público deverá desenvolver o Plano de Saneamento, que contemplará, dentre outros, os seguintes aspectos:

**I** - as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;

**II** - a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

**III** - as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;

**IV** - os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas;

**V** - diretrizes para o gerenciamento do sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos;

**VI** - programa de educação ambiental, que vise à redução do consumo supérfluo e da produção de resíduos na fonte geradora;

**VII** - avaliação e controle dos resultados de operação e manutenção das estações de tratamento dos esgotos sanitários;

**VIII** - plano e programa de implantação de medidas estruturais e não estruturais de prevenção e defesa contra inundações;

**IX** - plano e programa de implantação de obras e medidas para corrigir os lançamentos de esgotos sanitários nas galerias de águas pluviais e vice-versa;

**X** - plano para implantação de programas educativos sistemáticos na área do saneamento ambiental; e

**XI** - plano para implantação de empresas de reciclagem.

**Art. 175.** Na elaboração de projeto de obras de saneamento, o empreendedor público ou privado deverá atender à legislação e às normas técnicas existentes, bem como às diretrizes emitidas pelo órgão ambiental no processo de licenciamento.

**Art. 176.** A fonte geradora é responsável pelo tratamento, pelo transporte e pela disposição final das substâncias de qualquer natureza resultantes de sua atividade.

**Art. 177.** Aplica-se o disposto nesta lei às obras de implantação, ampliação ou reforma, observadas as demais exigências da legislação ambiental em vigor.

**Art. 178.** O licenciamento para as obras e instalações de saneamento ambiental deverá atender a critérios e padrões fixados pelo órgão municipal competente.

## **SEÇÃO I - DO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PERIGOSOS**

**Art. 179.** O transporte de produtos ou resíduos perigosos no Município de Londrina obedecerá ao disposto na legislação federal, estadual e municipal.

**Art. 180.** São produtos perigosos as substâncias assim classificadas e relacionadas nas normas técnicas.

**Art. 181.** As empresas instaladas ou que venham a se instalar no Município de Londrina e que transportam, armazenam e comercializam produtos químicos perigosos deverão requerer licença ambiental.

**Art. 182.** Toda e qualquer forma de armazenamento, movimentação e manuseio de produtos com características físico-químicas, passíveis de alterar a qualidade das águas, do ar e do solo deverão ser realizados de acordo com normas técnicas de segurança.

**Art. 183.** O uso das vias públicas urbanas por veículos transportadores de produtos ou resíduos perigosos obedecerá aos critérios estabelecidos pelos órgãos municipais competentes.

**Art. 184.** Os veículos transportadores de produtos ou resíduos perigosos só poderão estacionar em áreas especialmente autorizadas pelo órgão municipal competente.

**Parágrafo único.** As áreas referidas no caput deverão dispor de infraestrutura adequada para controlar incêndios e vazamentos dos veículos mencionados e não poderão estar localizadas em espaços urbanos densamente povoados, em áreas de proteção de mananciais e de reservatórios de água, em áreas de hospitais e nas proximidades de escolas, jardins botânicos e zoológicos.

**Art. 185.** A limpeza dos veículos transportadores de produtos perigosos só poderá ser feita em instalações adequadas e licenciadas.

**Art. 186.** Em caso de acidente, avaria ou outro fato que obrigue a paralisação do veículo, o condutor adotará medidas de segurança adequadas ao risco correspondente a cada produto transportado, dando conhecimento imediato do fato ao órgão municipal de defesa civil pelo meio disponível mais rápido, detalhando o tipo da ocorrência, o local, o produto envolvido, a sua classe de risco e a quantidade correspondente.

**Art. 187.** Em caso de acidente decorrente de derramamento ou vazamento ou disposição de forma irregular de substâncias poluentes, arcarão com as despesas de execução das medidas necessárias para evitar ou minimizar a poluição ambiental e recuperar o ambiente degradado:

**I** - o transportador e, solidariamente, o gerador, no caso de acidentes poluidores ocorridos durante o transporte;

**II** - o gerador, nos acidentes ocorridos em suas instalações; ou

**III** - o proprietário das instalações de armazenamento, tratamento e disposição final, quando o derramamento, o vazamento ou a disposição irregular ou acidental ocorrerem no local de suas operações.

**Parágrafo único.** A responsabilidade administrativa aqui prevista independe de culpa.

**Art. 188.** Em qualquer caso de derramamento, vazamento ou disposição irregular ou acidental, o órgão ambiental competente e a Defesa Civil deverão ser comunicados imediatamente sobre o ocorrido para então determinar os procedimentos a serem adotados.

**Art. 189.** As empresas ou os estabelecimentos que não atenderem às exigências estabelecidas, sofrerão as sanções previstas nesta lei e nas demais normas pertinentes.

**Art. 190.** Em situações de risco poderão ser apreendidos ou interditados pelo Poder Público, por meio dos órgãos municipais competentes, os produtos potencialmente perigosos à saúde pública e ao ambiente.

## **SEÇÃO II - DAS NORMAS DE POSTURAS REFERENTES À POLUIÇÃO DO SOLO**

**Art. 191.** O aproveitamento do solo deverá ser feito de forma a manter sua integridade física e sua capacidade produtora, com a aplicação de técnicas de proteção e recuperação, para evitar sua perda ou degradação.

**Art. 192.** As empresas a serem implantadas deverão contemplar, em seu projeto, em sua construção e em sua operação, opções tecnológicas que propiciem a minimização de resíduos.

**§ 1º** Para fins deste artigo são consideradas atividades de minimização dos resíduos:

**I** - a redução do volume total ou da quantidade de resíduos sólidos gerados;

**II** - a possibilidade de sua reutilização ou reciclagem; e

**III** - a redução da toxicidade dos resíduos perigosos.



**§ 2º** As empresas já existentes no Município de Londrina na data de entrada em vigência deste Código deverão implantar programas de minimização da poluição.

**§ 3º** Caso a redução na fonte ou sua reciclagem não forem tecnicamente viáveis, os resíduos devem ser tratados e dispostos de modo a não causar risco ou dano ao ambiente atendidas as demais exigências desta Lei e das normas dela decorrentes.

**Art. 193.** Não é permitido depositar, dispor, descarregar, entulhar, infiltrar ou acumular, no solo, resíduos, em qualquer estado de matéria, que alterem as condições físicas, químicas ou biológicas do ambiente.

**Art. 194.** O solo poderá ser utilizado para destino final de resíduos de qualquer natureza, desde que sua disposição ocorra de forma adequada, vedados a simples descarga ou o depósito, devendo estes obedecer ainda ao disposto nas normas técnicas.

**Parágrafo único.** A forma de disposição dos resíduos será estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final.

**Art. 195.** Quando a descarga ou o depósito de resíduos exigirem a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas à proteção de toda forma de poluição.

**Art. 196.** Não poderão ser dispostos diretamente no solo, in natura, os resíduos de qualquer natureza, portadores de germes patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros prejudiciais ao ambiente.

**Parágrafo único.** As formas de tratamento ou condicionamento deverão ser fixadas em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção do ambiente e à legislação ambiental em vigor.

**Art. 197.** Somente será tolerada a incineração de resíduos sólidos ou semi-sólidos, para evitar o desenvolvimento de espécies indesejáveis de animais ou vegetais, quando especificamente autorizada por órgão competente.

**Art. 198.** Somente será tolerada a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza na fonte de poluição ou em outros locais, quando aqueles não oferecerem risco de poluição ambiental.

**Art. 199.** O armazenamento de resíduos sólidos deve ser praticado de modo a eliminar condições nocivas e a prevenir a atração, o abrigo ou a geração de vetores.

**Art. 200.** A disposição de quaisquer resíduos no solo sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de autodepurar-se, levando-se em conta os seguintes aspectos:

- I - capacidade de percolação;
- II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;
- III - limitação e controle da área afetada; e
- IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

### **SEÇÃO III - DO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS, DOS EFLUENTES LÍQUIDOS E DA DRENAGEM URBANA**

**Art. 201.** Os órgãos e entidades responsáveis pelo sistema público de abastecimento de água deverão atender às normas e aos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere o caput estão obrigados a adotar o monitoramento eficiente e realizar análises periódicas da água.

§ 2º A Administração Pública deverá publicar mensalmente o resultado da análise da qualidade da água do sistema de abastecimento.

**Art. 202.** A Administração Pública garantirá condições que impeçam a contaminação da água potável, desde a captação até a distribuição.

**Art. 203.** A Administração Pública, em conjunto com os órgãos e entidades responsáveis pelo sistema de abastecimento de água, deverá incentivar condutas que visem ao uso racional e a evitar o desperdício de água.

**Art. 204.** O proprietário de edificação deverá construir e manter adequadas instalações domiciliares de armazenamento e distribuição de água e esgoto, cabendo ao usuário a sua necessária conservação.

**Art. 205.** Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada às disposições pertinentes contidas nas resoluções do CONAMA.

**Art. 206.** Cabe à Administração Pública, diretamente ou em regime de concessão, a construção e a operação de estações de tratamento, de rede coletora, de emissários de esgotos sanitários, assim como a captação de água, respeitadas as disposições da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 207.** É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e sua ligação à rede pública de abastecimento de água e coletora de esgotos.

§ 1º Na ausência de rede pública de abastecimento de água poderá ser adotada solução individual, com captação superficial ou subterrânea, desde que autorizada pela SEMA e pelo órgão ou entidade municipal de saneamento básico.

§ 2º Quando não existir rede pública coletora de esgotos, as medidas adequadas, incluído o tratamento de esgoto individual por empreendimento, ficam sujeitas à aprovação da SEMA, que fiscalizará sua execução e manutenção, sem prejuízo das medidas e aprovação exigidas por outros órgãos de saneamento básico do Município de Londrina, assegurada a sua viabilidade econômica.

§ 3º É vedado o lançamento de esgotos a céu aberto ou à rede de águas pluviais.

**Art. 208.** A disposição final em corpos hídricos, de esgotos domiciliares e industriais, depois de tratados, deverá atender às normas e critérios estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal.

§ 1º Todo o sistema implantado de tratamento de esgoto deverá ser periodicamente avaliado pela SEMA, bem como a qualidade da água à jusante e à montante do lançamento.

§ 2º A operação das estações de tratamento de esgoto em desacordo com o projeto licenciado constitui infração sujeita à interdição ou embargo e multa, conforme análise técnica.

**Art. 209.** Os efluentes líquidos industriais, hospitalares ou similares só poderão ser conduzidos às redes públicas de esgotos, se atenderem às normas e aos padrões fixados em lei.

§ 1º Os grandes geradores de vazão a ser lançada na rede pública deverão submeter projeto à análise do órgão público competente.

§ 2º O lançamento de efluentes líquidos fora dos padrões especificados constitui infração sujeita à interdição ou embargo e multa.

**Art. 210.** VETADO.

**Art. 210.** Os estabelecimentos que atuem na lavagem ou manutenção de veículos deverão realizar esta atividade em local coberto, dotado de sistema de drenagem que encaminhe os efluentes da atividade ao sistema de tratamento aprovado pela SEMA.

§ 1º O efluente tratado deverá ser descartado na rede de coleta de esgoto.

§ 2º Não será permitida a infiltração destes efluentes líquidos no solo, mesmo após tratamento.

§ 3º O lançamento de efluentes líquidos fora dos padrões especificados constitui infração sujeita à interdição ou embargo e multa.

(Emenda aprovada em 08/03/2012)

**Art. 211.** Os estabelecimentos cuja atividade principal seja a de lavagem e polimento de veículos, deverão ainda atender às seguintes condições:

I - os de pequeno porte, assim considerados os que executam a lavagem de até 300 (trezentos) veículos/mês, deverão canalizar e conduzir os efluentes da atividade às caixas separadoras de retenção e tratamento dos resíduos de areia, óleo e graxas de três compartimentos, antes de serem lançados na rede pública geral;

II - os de médio porte, assim considerados os que executam a lavagem de 301 (trezentos e um) até 500 (quinhentos) veículos/mês, deverão canalizar e conduzir os efluentes da atividade às caixas separadoras de retenção e tratamento dos resíduos de areia, óleos e graxas de quatro compartimentos, antes de serem lançados na rede pública geral; e

III - os de grande porte, assim considerados os que executam a lavagem de mais de 500 (quinhentos) veículos/mês, deverão canalizar e conduzir os efluentes da atividade às caixas separadoras de retenção e tratamento dos resíduos de areia, óleo e graxas de sete compartimentos, antes de serem lançados na rede pública geral.

§ 1º Os resíduos da caixa separadora deverão ser removidos quando atingirem 80 (oitenta) por cento de sua capacidade de armazenamento.

§ 2º O monitoramento dos despejos de efluentes das atividades descritas no caput deste artigo deverá ocorrer anualmente.

**Art. 212.** Quando não houver rede pública de coleta de esgotos, deverá ser implantado tratamento próprio, a ser aprovado pela SEMA.

**Art. 213.** Fica proibido o uso de fossa negra no Município.

**Parágrafo único.** Aqueles que fizerem uso de fossa negra terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de entrada em vigência deste Código, para substituí-la por fossa séptica, de acordo com as normas e padrões adotados pelo Município de Londrina.

**Art. 214.** Os dejetos da limpeza de fossas sépticas, de sanitários químicos e de sanitários de veículos de transporterodoviário, ferroviário e aeroviário, deverão ter disposição adequada, vedado o seu lançamento em galerias de água pluvial, corpos d'água ou terrenos baldios e devendo ser enviados a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

**Parágrafo único.** Os dejetos provenientes da dragagem de córregos, da limpeza de fossas e de sanitários de veículos, poderão ser conduzidos à estação de tratamento de esgoto, após aprovação do órgão competente, ou, na impossibilidade, ter projeto de tratamento e disposição final aprovados pela SEMA.

**Art. 215.** As empresas de limpeza de fossas deverão ser cadastradas no órgão ou na entidade pública municipal desaneamento básico, que exercerá controle e fiscalização sobre essas atividades, observado o seguinte:

**I** - todas as suas cargas deverão ser depositadas em Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); e

**II** - os veículos de transporte descritos no caput do artigo 214 deverão ser de cor branca e devidamente cadastrados na SEMA, que definirá a sua numeração.

**Art. 216.** Em caso de ameaça de epidemia, os dejetos provenientes dos sanitários de veículos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário, deverão receber tratamento específico sob a orientação do órgão municipal da saúde.

**Art. 217.** Os geradores de resíduos, efluentes e lodos industriais e domiciliares, deverão submeter os projetos de disposição final à análise e à aprovação dos órgãos ambientais competentes.

**Art. 218.** Quando houver necessidade de implantação de faixas de drenagem, a SEMA e a Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação estabelecerão os requisitos essenciais, devendo o empreendedor apresentar os respectivos projetos.

**Art. 219.** Nas áreas já ocupadas e sujeitas a inundações, a Administração Pública deverá realizar estudos e adotar medidas que eliminem ou minimizem as situações de risco.

**Parágrafo único.** Nas áreas urbanizadas e sujeitas a inundações, as edificações e reformas deverão ser realizadas em cotas superiores à de inundação, conforme dispõe o Código de Obras do Município.

**Art. 220.** Dentro do perímetro urbano, nas áreas de preservação permanente, ao longo das margens dos cursos d'água, lagos e reservatórios, deverão ser implantados parques lineares.

**Parágrafo único.** Nos parques lineares poderão ser implantadas obras de contenção de enchentes.

**Art. 221.** Os novos projetos urbanísticos deverão ter os parques lineares implantados pelo empreendedor.

## **TÍTULO V - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 222.** Constitui infração, para os efeitos desta Lei, qualquer ação ou omissão que cause dano ao ambiente ou importe inobservância de norma legal ou regulamentar de quaisquer das esferas da Federação.

**§ 1º** A reparação do dano ambiental é obrigatória em todos os casos em que for possível, independentemente da penalidade aplicada.

**§ 2º** O órgão ambiental municipal deverá aplicar as penalidades previstas na legislação municipal, estadual e federal, considerando-se as competências constitucionais e as atribuídas pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, bem como os tratados e normas internacionais em vigor.

**§ 3º** Além das hipóteses mencionadas no caput, consideram-se infrações:

**I** - execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos ou a utilização ou exploração de recursos naturais de quaisquer espécies sem a respectiva licença ambiental;

**II** - a execução, utilização ou exploração mencionada no inciso anterior, em desacordo com a respectiva licença ambiental;

**III** - a inobservância ou o não cumprimento das normas legais e regulamentares ou das exigências impostas pelo órgão ambiental competente; e

**IV** - fornecimento de informações incompletas, incorretas ou inexatas, e no procedimento para obtenção de licenciamento ambiental municipal.

**§ 4º** As penalidades incidirão sobre os infratores, sejam eles:

**I** - autores diretos, pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado que, por qualquer forma, se beneficiem da prática da infração; e

**II** - autores indiretos, assim compreendidos aqueles que, de qualquer forma, concorram, por ação ou omissão, para a prática da infração ou dela se beneficiem, incluídas as pessoas físicas responsáveis pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**§ 5º** Na ocorrência das infrações caracterizadas neste artigo serão considerados, para efeito de graduação e imposição de penalidades:

**I** - o grau de desconformidade da execução, utilização ou exploração com as normas legais, regulamentares e demais exigências do órgão ambiental competente;

**II** - a intensidade do dano efetivo ou potencial ao ambiente;

**III** - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

**IV** - os antecedentes do infrator.

**§ 6º** Para o efeito do disposto no inciso III do § 5º deste artigo, serão atenuantes as seguintes circunstâncias:

**I** - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

**II** - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação da degradação ambiental causada;

**III** - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental; e

**IV** - colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.

**§ 7º** Para efeito do disposto no inciso III do § 5º deste artigo, serão agravantes as seguintes circunstâncias:

**I** - a reincidência;

**II** - a maior extensão da degradação ambiental;

**III** - o dolo;

**IV** - a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

**V** - os danos permanentes à saúde humana;

- VI** - a infração sobre área sob proteção legal;
- VII** - o emprego de métodos cruéis na morte ou captura de animais;
- VIII** - o impedimento ou a dificuldade ou o embaraço à fiscalização;
- IX** - a utilização, do infrator, da condição de agente público para a prática de infração;
- X** - a tentativa de se eximir da responsabilidade, atribuindo-a a outrem; e
- XI** - a ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em risco de extinção.

**§ 8º** O servidor público que dolosamente concorra para a prática de infração às disposições desta Lei ou de seu regulamento ou que facilite o seu cometimento, fica sujeito às cominações administrativas e penais cabíveis, sem prejuízo da obrigação solidária com o autor de reparar o dano ambiental a que der causa.

**Art. 223.** As infrações às disposições deste Código, às normas, aos critérios, parâmetros e padrões estabelecidos em decorrência dele e da legislação federal, estadual e municipal, e às exigências técnicas ou operacionais feitas pelos órgãos competentes para exercerem o controle ambiental, serão punidas com as seguintes penalidades:

**I** - multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a gradação prevista nesta Lei, corrigidos periodicamente com base nos índices legais;

**II** - interdição, temporária ou definitiva;

**III** - cassação;

**IV** - apreensão;

**V** - embargo;

**VI** - demolição; e

**VII** - perda ou suspensão de incentivos e benefícios fiscais.

**§ 1º** A penalidade de interdição definitiva ou temporária será imposta nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao ambiente, ou, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada.

**§ 2º** A autoridade ambiental competente poderá impor a penalidade de interdição temporária ou definitiva, desde a primeira infração, visando à recuperação e à regeneração do ambiente degradado.

**§ 3º** A imposição da penalidade de interdição poderá acarretar a suspensão ou a cassação das licenças, conforme agravidade do caso.

**§ 4º** A penalidade de embargo ou demolição poderá ser imposta no caso de obras ou construções feitas em desacordo com a legislação ambiental, sem licença ambiental ou em desconformidade com ela.

**Art. 224.** A penalidade de multa será imposta observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes.

**§ 1º** Ao determinar o peso da infração e o valor da multa a ser aplicada, a autoridade autuante deverá levar em consideração a extensão do dano, as circunstâncias em que ocorreu o dano, a possibilidade de recuperação do ambiente e a capacidade econômica do infrator.

**§ 2º** A multa será recolhida ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 225.** Nas reincidências, as multas serão cobradas em dobro.

**Art. 226.** Na hipótese de infrações continuadas, poderá ser imposta multa diária.

**Art. 227.** Apurada a violação das disposições deste Código e da legislação ambiental em vigor, será lavrado auto de infração.

**Art. 228.** Auto de Infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste edos demais códigos, leis, decretos e regulamentos municipal, estadual e federal.

**§ 1º** O auto de infração conterá os requisitos essenciais à caracterização da infração, bem como a identificação da autoridade que o lavrou.

**§ 2º** A recusa da contrafé pelo infrator será certificada no auto de infração, e não afastará a presunção de veracidade quanto ao seu conteúdo.

**§ 3º** Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

**I** - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

**II** - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;

**III** - a identificação do infrator;

**IV** - a disposição infringida; e

**V** - A assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

**§ 4º** O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:

**I** - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra-assinatura ou recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar;

**II** - por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento; ou

**III** - por publicação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando impróprios os meios previstos nos incisos anteriores.

**§ 5º** As omissões ou incorreções eventualmente constantes do auto de infração não o invalidam, desde que do processo constem elementos suficientes à determinação da infração e identificação do infrator.

**Art. 229.** No prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da autuação, caberá defesa prévia ao Secretário Municipal do Ambiente, por meio de processo administrativo.

**§ 1º** O Secretário indeferirá de plano a defesa prévia apresentada fora do prazo estipulado no caput, salvo matéria de ordem pública que deva ser considerada de ofício.

**§ 2º** A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - suspende o processo, devendo ser submetido à aprovação pelo CONSEMMA, caso em que rejeitado, retorna o processo ao estado anterior ao TAC.

**§ 3º** Em não sendo acolhida a defesa prévia, o Secretário estipulará o valor da multa, nos limites desta Lei, e mandará notificar o infrator para, querendo, interpor recurso ao CONSEMMA, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento da notificação.

**§ 4º** O recurso ao CONSEMMA não será admitido pelo Secretário se interposto fora do prazo, caso em que mandará notificar ao infrator a ocorrência do trânsito em julgado do contencioso na esfera administrativa.

**§ 5º** Acolhida a defesa prévia, o Secretário Municipal do Ambiente deverá de ofício encaminhar o processo administrativo ao CONSEMMA, para o fim de reexame necessário.

**§ 6º** Provido o recurso voluntário, torna-se insubsistente o auto de infração, o qual será arquivado na SEMA.

**§ 7º** Não provido o recurso voluntário, o CONSEMMA devolverá o processo à SEMA, com a recomendação de que o Secretário notifique o infrator para que recolha o valor da multa ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação.

**§ 8º** A decisão do CONSEMMA terá caráter definitivo na esfera administrativa e ocorrerá da seguinte forma:

**I** - em plenário, pela maioria simples dos conselheiros, no caso de infrações médias, graves ou gravíssimas, com parecer prévio da Câmara Técnica respectiva; ou

**II** - por Câmara Técnica, no caso das infrações leves.

**§ 9º** A defesa prévia ou o recurso interposto serão recebidos, com efeito meramente devolutivo, quando a sanção imposta for de interdição, cassação, apreensão ou embargo, e com efeito suspensivo nos demais casos.

**§ 10.** Os prazos definidos neste parágrafo são meramente administrativos, correm em favor do ambiente e não se constituem, por qualquer forma, em benefício processual ao infrator.

**Art. 230.** O infrator deverá comprovar o pagamento da multa, com a juntada de uma via original da guia ao processo administrativo no prazo de 5 (cinco) dias, contados do último dia do prazo para pagamento.

**Parágrafo único.** O Secretário Municipal do Ambiente mandará informar à Secretaria Municipal de Fazenda a ausência de pagamento da multa, para sua inscrição em Dívida Ativa do Município e consequente execução fiscal.

**Art. 231.** Os infratores ambientais que estiverem em débito com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, não poderão participar de concorrência, convite ou tomada de preços da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Londrina.

**Art. 232.** Os objetos apreendidos, inclusive equipamentos e veículos, serão recolhidos ao depósito da Prefeitura ou outro local por ela indicado.

**§ 1º** Os objetos apreendidos poderão ser depositados em mãos de terceiros ou do próprio detentor, a critério da fiscalização, observadas as formalidades devidas.

**§ 2º** A devolução dos objetos apreendidos só se fará se ficar comprovado que os mesmos não são utilizados para a prática de infrações ambientais, observados o histórico do infrator e características do objeto, e somente após pagas as multas que tiverem sido aplicadas, e indenizada a Administração Municipal das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

**§ 3º** Nos demais casos em que não houver a devolução do bem, serão declaradas a perda do objeto, equipamento ou veículo utilizado na infração, com sua incorporação ao patrimônio, doação a entidade sem fins lucrativos ou órgão público, ou ainda a venda em hasta pública.



**Art. 233.** No caso de não serem reclamados ou retirados dentro do prazo de trinta dias, os objetos apreendidos poderão ser vendidos em hasta pública ou doados, salvo disposição específica na lei.

**Parágrafo único.** Em caso de venda do objeto em hasta pública o valor será direcionado a indenização das multas edespesas com a hasta, e o saldo remanescente entregue ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

**Art. 234.** Quando a apreensão recair sobre produtos deterioráveis ou perecíveis, o infrator terá o prazo de três horas para retirá-los, após o que serão doados, mediante sorteio, a entidades assistenciais, desde que autorizado pela Vigilância Sanitária.

**Parágrafo único.** Verificado que os produtos apreendidos não se prestam para o consumo, proceder-se-á à sua eliminação, mediante lavratura do termo próprio.

**Art. 235.** Não são diretamente passíveis das penas definidas neste Código:

I - os incapazes, na forma da lei; e

II - os que forem comprovadamente coagidos a cometer a infração.

**Art. 236.** Sempre que a infração for praticada por quaisquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá sobre:

I - os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

II - o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz; e

III - aquele que der causa à infração forçada.

## **TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 237.** Somente será renovado o alvará de funcionamento das empresas potencialmente poluidoras já instaladas no Município de Londrina após a comprovação de sua adequação ao que dispõe este Código, por meio de certidão a ser expedida pelo órgão municipal competente.

**Art. 238.** O Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, deverá colocar cláusula de responsabilidade social no novo contrato de concessão para exploração do serviço de água e esgoto, estabelecendo que a empresa vencedora desse serviço deverá fazer num prazo de até cinco (5) anos os seguintes serviços:

I - desassorear e retirar os entulhos do Aterro do Lago Igapó II, no perímetro compreendido entre as ruas Bento Munhoz da Rocha Neto, Faria Lima, Professor de Matos Barreto e a rotatória do prolongamento da Avenida Maringá, restaurando a área e o Lago compreendido nesse perímetro às suas condições originais;

II - desassorear e remover mensalmente o depósito de todo o entulho e resíduo encontrados nos Lagos Igapó I, II, III e IV em local a ser designado pelo Município;

III - construir nesses Lagos Igapó I, II, III e IV pista de caminhada; e

IV - retirar os equipamentos públicos do Lago Igapó II para outro local a ser designado pela Prefeitura.

**Parágrafo único.** A espessura da lamina d'água dos Lagos Igapó I, II, III e IV deverá ser mantida em profundidade média/alta.

**Art. 239.** Deverão ser previstos na dotação orçamentária dos órgãos municipais competentes os recursos financeiros necessários à implementação deste Código.

**Art. 240.** As situações e fatos ambientais que não estejam previstos neste Código serão gerenciados pelo órgão municipal competente, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

**Art. 241.** No prazo de 180 dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber, e estabelecerá as normas técnicas, os padrões e os critérios, definidos com base em estudos e propostas realizados pelo órgão municipal competente e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessários à implementação do disposto neste código.

**Art. 242.** Este Código entra em vigor em 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 10.283, de 24 de julho de 2007.

Londrina, 5 de janeiro de 2012. Homero Barbosa Neto - Prefeito do Município, Marco Antonio Cito - Secretário de Governo.

**Ref.**

**Projeto de Lei nº 192/2010**

Autoria: Executivo Municipal

Aprovado com as Emendas nºs. 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64 e 65.

**Ref.**

**Projeto de Lei nº 192/2010**

Autoria: **Executivo Municipal**

*Aprovado com as Emendas nºs. 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64 e 65.*

*Promulgação oriunda da rejeição de veto parcial.*

**LEI Nº 7.485, DE 20 DE JULHO DE 1998**

**SÚMULA:** Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo na Zona Urbana e de Expansão Urbana de Londrina, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE  
LONDRINA, ESTADO DO  
PARANÁ, APROVOU E EU,  
PREFEITO DO MUNICÍPIO,  
SANCIONO A SEGUINTE**

**L E I :**

**CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES  
PRELIMINARES**

**SEÇÃO I Dos  
Objetivos**

**Art. 1º** Esta lei é fundamentada na Lei Orgânica do Município e tem por objetivo:

**I** – ordenar o uso do meio urbano, buscando o desenvolvimento auto-sustentado;

**II** – adequar a ocupação dos espaços tendo em vista a saúde, a segurança da população e os aspectos do patrimônio ambiental e do acervo cultural;

**III** – evitar a concentração e a dispersão excessiva da ocupação dos espaços, potencializando o uso da infra-estrutura urbana;

**IV** – tornar compatível a política urbana com a função social da propriedade.

**Parágrafo único.** Esta lei estabelece parâmetros para o uso e ocupação da Zona Urbana e de Expansão Urbana dos Distritos e Distrito Sede do Município de Londrina, assim definidas em lei específica.

## SEÇÃO II

### Dos Usos

**Art. 2º** Com relação à finalidade desta lei, são estabelecidas as seguintes categorias de uso, aplicadas concomitantemente ao Código de Posturas do Município (Lei nº 4.607/90) e alterações:

- I – residencial (R):** locais de moradia permanente;
- II – apoio residencial (AR):** como creches, postos de saúde e congêneres;
- III – uso comercial e de serviço (CS):** locais predominantemente destinados aos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- IV – uso industrial (IND):** locais onde predominam as atividades de produção e transformação.

**Art. 3º** Os usos determinados simultaneamente por esta lei e pelo Código de Posturas do Município (Lei nº 4.607/90), quanto aos efeitos que produzem no ambiente, são classificados em:

**I – Pólo Gerador de Tráfego (PGT)** é o local que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos, representado pelas seguintes atividades:

- a)** estabelecimentos de comércio ou serviço, geradores de tráfego pesado, quando predomina a movimentação de caminhões, ônibus e congêneres;
- b)** estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com mais de duas bombas de óleo diesel;
- c)** estabelecimentos de companhia transportadora ou estabelecimentos de distribuidora de mercadoria, de mudança e congêneres, que operem com frota de caminhões;
- d)** estabelecimentos de entreposto, depósitos ou armazéns de estocagem de matéria-prima;
- e)** estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais brutos, como sucata, materiais de construção e insumos agrícolas;
- f)** estacionamentos de ônibus;
- g)** instituições ou estabelecimentos de comércio ou serviço geradores de tráfego intenso, onde predomina a atração ou geração de grande quantidade de veículos leves, ou transporte pessoal, considerando as áreas de estacionamento, conforme determina o artigo 51 desta lei;

**h)** estabelecimentos de comércio de serviço de grande porte, tais como supermercados, “shopping centers”, lojas de departamentos, centros de compras, pavilhões para feiras ou exposições, mercados, varejões e congêneres;

**i)** locais de grande concentração de pessoas, tais como salas de espetáculos, centros de convenções, estádios e ginásios de esportes, locais de culto religioso, estabelecimentos de ensino, universidades, faculdades e congêneres;

**j)** escolas especiais, escolas de línguas e cursos profissionalizantes, inclusive academias de ginástica ou esportes e congêneres;

**k)** estabelecimentos destinados a hotel ou apart-hotel;

**l)** agências bancárias;

**m)** estabelecimentos de serviços de saúde, inclusive prontos-socorros e laboratórios de análises;

**n)** estabelecimentos destinados a reparo e pintura de veículos.

**II – Gerador de Ruído Noturno (GRN)** é o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade, gere sons ou ruídos no horário compreendido entre as 22 horas e as 6 horas do dia seguinte, representado pelas seguintes atividades:

**a)** bares com música, bilhares, clubes noturnos, boates e congêneres;

**b)** salões de baile, salões de festas, locais de ensaio de escola de samba e congêneres;

**c)** campos de esportes, edifícios para esporte ou espetáculo;

**d)** locais de culto religioso que utilizem alto-falante em cerimônia noturna.

**III – Gerador de Ruído Diurno (GRD)** é o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos no horário das 6 horas às 22 horas, representado pelas seguintes atividades:

**a)** estabelecimentos com atividade de serralheria, carpintaria ou marcenaria que utilizem serra elétrica e similar;

**b)** estabelecimentos de comércio de discos, fitas e congêneres desprovidos de cabine acústica;

**c)** estabelecimentos de clínica veterinária, canis, escolas de adestramento de animais e congêneres;

**d)** estabelecimentos destinados a reparo e pintura de equipamentos pesados ou de veículos automotores.

**IV – Pólo Gerador de Risco (PGR)** é a atividade que pode representar risco para a vizinhança por explosão, incêndio, envenenamento e congêneres, principalmente:

- a) pedreiras;
- b) campos de tiro e congêneres sem as condições adequadas das normas de segurança;
- c) estabelecimentos de depósito ou lojas com estoque de material explosivo, GLP, tóxico, inflamável e elemento radioativo em volume superior ao recomendado pelas normas técnicas dos órgãos competentes.

**Art. 4º** O uso industrial, quanto aos efeitos que produz no ambiente, conforme definição contida no anexo 4 desta lei, classifica-se em:

- I** – IND 1.1 - Indústrias Virtualmente sem Risco Ambiental;
- II** – IND 1.2 - Indústrias de Risco Ambiental Leve;
- III** – IND 1.3 - Indústrias de Risco Ambiental Moderado;
- IV** – IND 1.4 - Indústrias de Risco Ambiental Alto;
- V** – IND 1.5 - Indústrias de Grande Impacto Ambiental ou Perigosas.

§ 1º Os usos a que se referem os incisos I e II são permitidos nas zonas urbana e de expansão urbana.

§ 2º Os demais usos previstos neste artigo somente são permitidos nas zonas industriais e mediante apresentação de Relatório de Impacto Ambiental elaborado de conformidade com as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outras normas pertinentes.

### **SEÇÃO III** **Da Ocupação**

**Art. 5º** Adotam-se as seguintes definições para os termos e expressões utilizados no texto desta lei:

- I – abrigo:** área coberta, fechada em pelo menos um lado e destinada à guarda de veículo;
- II – alinhamento predial:** linha legal limitando os lotes com relação à via pública;
- III – ampliação ou acréscimo:** aumento de área construída de uma edificação existente;

**IV – área construída ou área de construção:** área total de todos os pavimentos de um edifício, incluídos os espaços ocupados pelas paredes;

**V – coeficiente de aproveitamento:** índice pelo qual se deve multiplicar a área do lote para se obter a área máxima de construção no lote, na qual não são computados:

a) pavimento livre destinado a lazer comum dos ocupantes do imóvel;

b) galeria ligando logradouros públicos que deverão permanecer acessíveis, com, no mínimo, 4m (quatro metros) de largura, aumentando 1m (um metro) de largura para cada 15m (quinze metros) de comprimento, quando exceder de 60m (sessenta metros);

c) pátio interno sem coberturas e passagem, em que possa ser inscrito um círculo com diâmetro mínimo de 4m (quatro metros);

d) área comum de circulação nas edificações coletivas;

e) sacada aberta do pavimento-tipo, exceto o térreo;

f) área de estacionamento ou garagem, exceto edifício-garagem;

g) “loggia” com altura de 5,10m (cinco metros e dez centímetros), no mínimo, e largura de 3m (três metros), no mínimo.

**VI – estacionamento:** área para guarda de veículos, de uso rotativo;

**VII – frente do lote ou da data:** dimensão medida no alinhamento predial;

**VIII – largura do lote ou data:** dimensão paralela à frente, medida na média da profundidade, devendo ser no mínimo igual à medida da frente;

**IX – garagem:** área para guarda de veículos, fechada e coberta, de uso privativo;

**X – habitação:** edificação destinada à moradia;

**XI – habitação coletiva vertical ou horizontal:** edificação constituída de mais de uma unidade habitacional;

**XII – lote ou data:** parcela de terreno, bem definida e delimitada, resultante de loteamento devidamente aprovado e inscrito em Cartório de Registro de Imóveis;

**XIII – mezanino ou girau:** piso intermediário, contido em um compartimento, com no máximo 60% (sessenta por cento) da área do piso térreo;

**XIV – habitação geminada:** unidades habitacionais contíguas com parede em comum;

**XV – gleba:** área de terra com localização e configuração definida que não resultou de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos;

**XVI – galeria:** acesso interno de pedestres a edificação com abertura para via pública, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

**XVII – pátio:** área descoberta no interior da edificação;

**XVIII – habitação em série transversal ao alinhamento da rua:** as edificações cuja disposição exige abertura de corredor ou via de acesso perpendicular à rua;

**XIX – densidade:** relação entre o número de habitantes e a área ocupada, em hectares, com a seguinte discriminação:

a) densidade baixa: até 100 (cem) habitantes por hectare;

b) densidade média: de 101 (cento e um) a 400 (quatrocentos) habitantes por hectare;

c) densidade alta: acima de 401 (quatrocentos e um) habitantes por hectare.

**XX – pavimento:** cada um dos planos horizontais de uso de um edifício;

**XXI – recuo mínimo:** menor distância da edificação ao alinhamento predial, às divisas laterais ou de fundo, sendo o recuo mínimo de frente a menor distância ao alinhamento predial ou aos alinhamentos prediais, em caso de esquina;

**XXII – profundidade do lote:** distância entre o alinhamento predial e a divisa de fundo;

**XXIII – recuo especial:** afastamento determinado por necessidade de alargamento de logradouros, em projetos específicos;

**XXIV – reforma:** a obra de adaptação de construção existente, visando a novo uso, mediante alteração de seus compartimentos com ou sem a substituição de material de acabamento;

**XXV – reparo:** obra de manutenção, visando apenas à conservação ou ao conserto de instalação sem alteração da característica da edificação;

**XXVI – taxa de ocupação:** valor expresso em porcentagem que define a porção da área de lote que pode ser ocupada pela projeção em planta da totalidade da construção;

**XXVII – zona:** área definida por esta lei onde prevalece o mesmo parâmetro de uso e ocupação;

**XXVIII – subsolo:** plano horizontal abaixo do pavimento térreo;



**XXIX – pavimento térreo:** plano horizontal com desnível máximo de 1m (um metro) contado do nível médio do passeio referente;

**XXX – infra-estrutura urbana:** toda oferta de obra ou serviço destinados a dar suporte ao meio construído;

**XXXI – superestrutura:** toda benfeitoria, obra ou equipamento e serviço agregado à infra-estrutura que propiciem o desempenho das inúmeras atividades humanas no meio construído;

**XXXII – vila:** conjunto constituído de unidades habitacionais isoladas, agrupadas, geminadas, superpostas, transversais à via oficial ou em miolo de quadra residencial;

**XXXIII – "shopping center":** edificação comercial com área de construção superior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

**XXXIV – centro comercial:** edificação comercial com área de construção inferior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

**XXXV – supermercado:** estabelecimento mercantil destinado à venda de grande variedade de mercadorias mediante auto-serviço;

**XXXVI – loja de departamento:** estabelecimento mercantil destinado à venda de armarinhos ou outros artigos a varejo;

**XXXVII – entreposto:** armazém em que se depositam mercadorias;

**XXXVIII – centralidade:** concentração e diversificação de atividades em determinado espaço que resultem em polarização;

**XXXIX – "loggia":** espaço livre no recuo da fachada da edificação com ou sem colunatas.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Das Zonas**

**Art. 6º** A Zona Urbana e a de Expansão Urbana ficam subdivididas em zonas que, conforme o uso a que se destinam, classificam-se em:

- I – Zonas Residenciais;**
- II – Zonas Comerciais;**
- III – Zonas Industriais;**
- IV – Zonas Especiais.**

**Art. 7º** A Zona Residencial tem a finalidade de atender predominantemente ao uso residencial individual ou coletivo e de apoio residencial.

**Art. 8º** A Zona Comercial destina-se predominantemente às atividades comerciais e de serviços.

**Parágrafo único.** É permitido o uso residencial e a pequena indústria anexa à atividade principal.

**Art. 9º** A Zona Industrial destina-se predominantemente às atividades de produção ou de transformação.

**Parágrafo único.** É permitido o uso comercial, admitindo-se o uso residencial, quando previsto na aprovação do loteamento.

**Art. 10.** A Zona Especial é aquela destinada à atividade não passível de classificação nas demais zonas.

**§ 1º** A criação ou extinção das Zonas Especiais deve ser objeto de estudo do Poder Público.

**§ 2º** A obra e a edificação, bem como o uso de área na Zona Especial devem ater-se rigorosamente à finalidade que justificou a sua criação.

**Art. 11.** As Zonas e os seus perímetros estão descritos no Anexo 2, integrante desta lei.

## **CAPÍTULO II DAS ZONAS RESIDENCIAIS**

**Art. 12.** Ficam estabelecidas seis zonas residenciais distribuídas pela Zona Urbana, segundo critérios que visam a adequar a densidade demográfica à infra-estrutura e à superestrutura urbana existentes e ao sítio natural, bem como às condições preexistentes ou a serem criadas na zona ou em sua vizinhança.

**§ 1º** As zonas residenciais denominar-se-ão:

- I** – Zona Residencial 1 ou ZR 1; **II**
- Zona Residencial 2 ou ZR 2; **III**
- Zona Residencial 3 ou ZR 3; **IV**
- Zona Residencial 4 ou ZR 4; **V** –
- Zona Residencial 5 ou ZR 5; **VI** –
- Zona Residencial 6 ou ZR 6.

**§ 2º** As Zonas Residenciais visam:

**I** – as ZR 1 e 2, ao uso estritamente residencial de baixa densidade;

**II** – a ZR 3, ao uso residencial de média densidade;

**III** – as ZR 4 e 5, ao uso residencial de alta densidade;

**IV** – a ZR 6, ao uso residencial de baixa densidade.

**Art. 13.** Na Zona Residencial 1, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);

**II** – frente e largura mínima de 15m (quinze metros), devendo os lotes de esquina ter 20m (vinte metros), no mínimo;

**III** – coeficiente de aproveitamento máximo do lote igual a 1,0 (um);

**IV** – taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da área do lote para o pavimento térreo;

**V** – recuo de frente mínimo de 5m (cinco metros);

**VI** – uso permitido para R e AR.

**Art. 14.** Na Zona Residencial 2, os lotes e construções deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

**II** – frente e largura mínima de 12m (doze metros), devendo os lotes de esquina ter 15m (quinze metros), no mínimo;

**III** – coeficiente de aproveitamento máximo do lote igual a 1,0 (um);

**IV** – taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da área do lote;

**V** – recuo de frente mínimo de 5m (cinco metros);

**VI** – uso permitido para R e AR.

**§ 1º** Na Zona Residencial 2, mantidos o coeficiente de aproveitamento e a taxa de ocupação, permite-se a edificação de residência em série, paralela, transversal em série ou vilas, na proporção de uma unidade construída a cada 180m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados).

**§ 2º** Quando do pedido de visto de conclusão, após a construção das casas, admite-se a subdivisão em lotes mínimos de 180m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) e frente mínima de 6m (seis metros).

**Art. 15.** Na Zona Residencial 3, os lotes e edificações deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

**II** – frente e largura mínima de 10m (dez metros), devendo os lotes de esquina ter 13m (treze metros), no mínimo;

**III** – coeficiente de aproveitamento máximo do lote igual a 1,3 (um vírgula três);

**IV** – taxa de ocupação máxima de 65% (sessenta e cinco por cento) da área do lote;

**V** – recuo de frente mínimo de 5m (cinco metros);

**VI** – uso permitido para R, AR, CS e IND-1.1.

§ 1º Na Zona Residencial 3, mantidos a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento, permite-se a edificação de residências em série paralela, transversal em série ou vilas, na proporção de uma unidade construída a cada 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados).

§ 2º Quando do pedido de visto de conclusão após a construção das casas, admite-se a subdivisão em lotes mínimos de 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) com frente mínima de 5m (cinco metros).

§ 3º Na Zona Residencial 3, nas quadras com frente para vias arteriais e estruturais, assim definidas na Lei do Sistema Viário, permite-se a habitação vertical coletiva, com até quatro pavimentos, observando-se as seguintes normas:

**I** – o recuo frontal mínimo deve ser de 5m (cinco metros), o recuo mínimo das divisas deve ser igual à altura do edifício e o recuo entre edifícios, a metade da altura, com no mínimo 5m (cinco metros).

**II** – na edificação vertical coletiva, com até dois pavimentos, é dispensado o recuo das divisas laterais, sendo o recuo de frente e fundo de 5m (cinco metros).

**III** – havendo mais de duas habitações, prevalece a exigência de área de lazer, conforme determina o artigo 56 desta lei.

§ 4º Na Zona Residencial 3 as atividades permitidas, que não sejam a residencial, poderão ocupar no máximo a 15% da área do lote.

**Art. 16.** Na Zona Residencial 4, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

**II** – frente ou largura média de 12m (doze metros), devendo os lotes de esquina ter 15m (quinze metros) no mínimo;

**III** – coeficiente de aproveitamento, assim discriminado:

**a)** uso residencial, comercial e misto: coeficiente 2,0 (dois);

**b)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado até o valor máximo de 3,0 (três), em razão da área do lote e taxa de ocupação adotada para uso residencial e para uso misto, residencial e comercial;

**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do térreo, 60 % (sessenta por cento) no segundo pavimento e de 50% (cinquenta por cento) nos demais, com a altura máxima do muro ou da parede, junto à divisa a partir dos 5,00 m (cinco metros) de recuo, de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros);

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros), devendo os recuos laterais e de fundo ser calculados de acordo com os artigos 43 e 44, respectivamente, desta lei;

**VI** – uso permitido para R, AR, CS e IND-1.1;

**VII** – a edificação unifamiliar obedece às normas construtivas previstas na Zona Residencial 2;

**VIII** – havendo uso residencial com mais de duas habitações, exige-se área de lazer, calculada de acordo com o artigo 56 desta lei.

**Art. 17.** Na Zona Residencial 5, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 12m (doze metros), devendo os lotes de esquina ter 15m (quinze metros), no mínimo;

**III** – coeficiente de aproveitamento assim discriminado:

**a)** uso comercial e misto: coeficiente 2,5 (dois vírgula cinco);

**b)** uso residencial: coeficiente 3,0 (três);

**c)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado em razão da área do lote e da taxa de ocupação adotadas para um valor máximo de 3,5 (três vírgula cinco) para uso misto, comercial e residencial, e valor máximo de 4,0 (quatro) para uso residencial;

**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do térreo, 60% (sessenta por cento) no segundo pavimento e de 50% (cinquenta por cento) nos demais, com a altura máxima do muro ou da

parede, junto à divisa a partir dos 5,00 m (cinco metros) de recuo, de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros);

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros), devendo os recuos laterais e de fundo ser calculados de acordo com os artigos 43 e 44, respectivamente, desta lei;

**VI** – uso permitido para R, AR, GRD, CS, e IND-1.1;

**VII** – a edificação unifamiliar obedece às normas construtivas previstas para a Zona Residencial 2;

**VIII** – havendo uso residencial com mais de duas edificações, exige-se área de lazer calculada de acordo com o artigo 56 desta lei.

**Art. 18.** Na Zona Residencial 6, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 2.500 m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 25,0 m (vinte e cinco metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 0,30 (zero vírgula três);

**IV** – taxa de ocupação de 15% (quinze por cento);

**V** – recuo das divisas 3,0 (três metros) e de frente de 10m (dez metros);

**VI** – uso permitido para R, AR e CS.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS ZONAS COMERCIAIS**

**Art. 19.** Ficam estabelecidas seis zonas comerciais, diferenciadas pela especialização e localização, com as seguintes denominações:

**I** – Zona Comercial 1 ou ZC-1; **II**

– Zona Comercial 2 ou ZC-2; **III**

– Zona Comercial 3 ou ZC-3; **IV**

– Zona Comercial 4 ou ZC-4; **V** –

Zona Comercial 5 ou ZC-5; **VI** –

Zona Comercial 6 ou ZC-6.

**Parágrafo único.** São estes os objetivos dos diferentes tipos de zonas:

**I** – a Zona Comercial 1, ou zona central, característica do núcleo urbano, onde todos os tipos de usos são naturais e historicamente desenvolvidos e sedimentados, visa a incentivar o uso residencial ou misto, que, além do comércio varejista e da prestação de serviços, apresente espaço cultural e de convívio social;

**II** – a Zona Comercial 2, zona de expansão da zona central consolidada, visa a estimular a concentração de atividades de comércio varejista e a prestação de serviços assemelhadas às da área central;

**III** – a Zona Comercial 3, zona de apoio da zona central, com atividades semelhantes às da área central, ao longo dos corredores viários e áreas centrais de bairros, visa a estimular a concentração de atividades que exigem áreas mais amplas e que apresentem características incômodas ou inadequadas à área central;

**IV** – a Zona Comercial 4, zona corredor ao longo do sistema viário e do centro de bairros, visa a estimular a concentração de usos variados, fortalecendo a centralidade;

**V** – a Zona Comercial 5, localizada principalmente ao longo das rodovias regionais, visa a estimular a concentração de comércio e serviços de interesse regional, atendendo na região polarizada pela cidade a qualquer tipo de comércio e serviço em grande escala;

**VI** – a Zona Comercial 6, localizada em bairros, visa a concentrar comércio e serviço especializado de interesse local, fortalecendo a centralidade.

**Art. 20.** Na Zona Comercial 1, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 15m (quinze metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20m (vinte metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento assim discriminado:

**a)** uso residencial ou misto: coeficiente 3,0 (três);

**b)** uso comercial: coeficiente 2,5 (dois vírgula cinco);

**c)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado em razão da área do lote e da taxa de ocupação para um valor máximo de 3,5 (três vírgula cinco) para uso comercial e 4,0 (quatro) para uso misto, residencial e comercial;

**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do lote nos três primeiros pavimentos, inclusive térreo, e 50% (cinquenta por cento) nos demais, com a altura máxima do muro ou da parede, junto à divisa a partir dos 5,0m (cinco metros) de recuo, de 9,0m (nove metros);

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44, respectivamente, desta lei, para os pavimentos acima de 9m (nove metros) de altura, a contar do nível do passeio junto à divisa lateral;

**VI** – uso permitido para R, AR, CS, GRD e GRN.

**Art. 21.** Na Zona Comercial 2, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 15m (quinze metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20m (vinte metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento assim discriminado:

**a)** uso residencial, comercial ou misto: 4,0 (quatro);

**b)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado, em razão da área do lote e da taxa de ocupação, para um valor máximo de 5,0 (cinco).

**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do lote nos dois primeiros pavimentos, inclusive térreo, 60% (sessenta por cento) no terceiro pavimento e de 50% (cinquenta por cento) do lote nos demais pavimentos, com a altura máxima do muro ou da parede, junto à divisa a partir dos 5,0m (cinco metros) de recuo, de 9m (nove metros)

**V** – recuo de frente de no mínimo de 5m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44 desta lei, para os pavimentos acima de 9m (nove metros) de altura, a contar do nível do passeio, junto às divisas laterais.

**VI** – uso permitido para R, AR, CS, GRD e GRN.

**Art. 22.** Na Zona Comercial 3, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 12m (doze metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 15m (quinze metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 2,5 (dois vírgula cinco), observando-se o seguinte:

**a)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado, em razão da área do lote e da taxa de ocupação adotada, para um valor máximo de 3,5 (três vírgula cinco);

**b)** além do coeficiente previsto na alínea "a" deste inciso, este poderá ser aumentado para o valor máximo de 4,5 (quatro vírgula cinco), utilizando-se o dispositivo de incentivo previsto na Lei 5.853/93;



**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do lote no térreo, 80% (oitenta por cento) no segundo pavimento, e de 50% (cinquenta por cento) do lote nos demais pavimentos, com a altura máxima do muro ou da parede junto à divisa, a partir dos 5m (cinco metros) de recuo, de 9m (nove metros);

**V** – recuo de frente de no mínimo de 5m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44 desta lei, para os pavimentos acima de 9m (nove metros) de altura, a contar do nível do passeio, junto às divisas laterais.

**VI** – uso permitido para R, AR, CS, GRD, GRN, IND-1.1 e PGT.

**Art. 23.** Na Zona Comercial 4, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 12m (doze metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 15m (quinze metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 2,0 (dois), observando-se o seguinte:

**a)** aplicando-se o previsto no artigo 42 desta lei, o coeficiente de aproveitamento poderá ser aumentado em razão da área do lote e da taxa de ocupação adotada, para um valor máximo de 3,0 (três);

**b)** além do coeficiente previsto na alínea "a" deste inciso, este poderá ser aumentado para o valor máximo de 4,0 (quatro), utilizando-se o dispositivo de incentivo previsto na Lei nº 5.853/93;

**IV** – taxa de ocupação de 100% (cem por cento) da área livre do lote no térreo, 80% (oitenta por cento) no segundo pavimento, e de 50% (cinquenta por centos) do lote nos demais pavimentos, com a altura máxima do muro ou da parede junto à divisa, a partir dos 5m (cinco metros) de recuo, de 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros);

**V** – recuo de frente de no mínimo de 5m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44 desta lei para os pavimentos acima de 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros), a contar do nível do passeio junto às divisas laterais);

**VI** – uso permitido para R, AR, CS, GRD, GRN e IND-1.1 e PGT.

**Art. 24.** Na Zona Comercial 5, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 450m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 15m (quinze metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20m (vinte metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 1,6 (um vírgula seis);

**IV** – taxa de ocupação de 80% (oitenta por cento) da área livre do lote nos três primeiros pavimentos, inclusive o térreo, quando de uso comercial ou industrial, não ultrapassando a altura máxima de 9m (nove metros), e 50% (cinquenta por cento) do lote nos demais pavimentos;

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44 desta lei, para os pavimentos acima de 9m (nove metros) de altura, a contar do nível do passeio junto às divisas laterais;

**VI** – em lotes voltados para rodovias oficiais o recuo do alinhamento será de 15m (quinze metros) no mínimo a contar da faixa de domínio;

**VII** – uso permitido para R, AR, CS, GRD, PGT E IND-1.1.

**Parágrafo único.** A edificação destinada à habitação obedecerá às normas previstas para a Zona Residencial 3.

**Art. 25.** Na Zona Comercial 6 o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 10 m (dez metros), devendo os lotes de esquina ter no mínimo 13,0 m (treze metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento: 2,0 (dois vírgula zero);

**IV** – taxa de ocupação de 80% (oitenta por cento) do lote nos dois primeiros pavimentos, inclusive o térreo, não ultrapassando a altura máxima de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros) sobre o nível de passeio.

**V** – recuo de frente 5,0m (cinco metros), sendo os recuos laterais e o de fundo calculados de acordo com os artigos 43 e 44 desta lei.

**Parágrafo único.** As edificações mistas deverão atender aos parâmetros da zona comercial, e as edificações estritamente residenciais deverão adotar as normas para a zona que as envolve.

**Art. 26.** Nos Distritos do Município de Londrina, as edificações e subdivisões deverão adotar as normas da ZC-6 (Zona Comercial 6).

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS ZONAS INDUSTRIAIS**

**Art.27.** Ficam estabelecidas duas zonas industriais, distribuídas pela Zona Urbana e de Expansão Urbana, visando a adequar a infraestrutura e a superestrutura aos usos industriais.

**Parágrafo único.** As zonas industriais classificam-se em:

**I** – Zona Industrial 1 ou ZI-1, destinada à implantação de indústrias classificadas como IND 1.1;

**II** – Zona Industrial 2 ou ZI-2, destinada à implantação de indústrias classificadas como IND 1.1 e IND 1.2.

**Art. 28.** Na Zona Industrial 1, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 15m (quinze metros), devendo os lotes de esquina ter 20m (vinte metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 1,0 (um);

**IV** – taxa de ocupação mínima de 80% (oitenta por cento) do lote;

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros);

**Parágrafo único.** Admite-se o uso residencial quando previsto na aprovação do loteamento e tiver isolamento por logradouro público com no mínimo 20m (vinte metros) de largura, observadas as normas da Zona Residencial 3.

**Art. 29.** Na Zona Industrial 2, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

**I** – lote mínimo de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados);

**II** – frente e largura média de 30m (trinta metros);

**III** – coeficiente de aproveitamento de 1,0 (um);

**IV** – taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) do lote;

**V** – recuo de frente de no mínimo 5m (cinco metros).

**Parágrafo único.** Admite-se o uso residencial quando previsto na aprovação do loteamento e tiver isolamento por logradouro público com no mínimo 20m (vinte metros) de largura, observadas as normas da Zona Residencial 3.

## **CAPÍTULO V DAS ZONAS ESPECIAIS**

**Art. 30.** As Zonas Especiais destinam-se a uso com finalidade específica, quer modificando a realidade urbana existente, quer criando situações urbanas novas, devendo toda intervenção nessa Zona ser objeto de estudo por parte do Poder Público Municipal.

§ 1º As Zonas Especiais referidas neste artigo classificam-se em:

- I** – Zona Especial de Equipamentos Institucionais ou ZE-1;
- II** – Zona Especial de Ocupação Controlada ou ZE-2;
- III** – Zona Especial de Fundo de vale e de Preservação Ambiental ou ZE-3;
- IV** – Zona Especial de Estudo ou ZE-4.

§ 2º A Zona Especial de Equipamentos Institucionais tem a seguinte abrangência:

- I** – Aeroporto;
- II** – Câmpus Universitário;
- III** – Zona Especial de Combustíveis;
- IV** – Autódromo Internacional Ayrton Senna e Estádio do Café;
- V** – Iapar.

**Art. 31.** A Zona Especial de Ocupação Controlada (ZEOC) destina-se a regular áreas de interesse específico de proteção do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico.

§ 1º Na zona de que trata este artigo deve-se procurar manter a área com tipologias distintas, espaços e edificações significativas, fortalecendo a identidade e promovendo o senso de comunidade.

§ 2º A Zona Especial de Ocupação Controlada subdivide-se em:

- I** – Zona Especial de Ocupação Controlada Casoni (ZEOC Casoni) ou ZE-2.1;
- II** – Zona Especial de Ocupação Controlada Heimtal (ZEOC Heimtal) ou ZE-2.2.

**Art. 32.** Na Zona Especial de Ocupação Controlada Casoni (ZEOC Casoni), a ocupação é diversa das demais zonas e não segue necessariamente os parâmetros gerais.

**§ 1º** A ZEOC Casoni destina-se à manutenção das qualidades espaciais tradicionais do bairro pioneiro de Londrina e à ocupação “não planejada” consagrada.

**§ 2º** As unidades tipo, casas térreas isoladas, em madeira ou alvenaria, e as vilas de fundo de lote são ocupações tradicionais a serem incentivadas nos casos de ampliação, reforma e substituição, observadas as seguintes normas:

**I** – os recuos de origem, variados no bairro, poderão ser mantidos;

**II** – a edificação de frente do lote deverá manter a tipologia de nível tradicional;

**III** – as edificações poderão ter no máximo dois pavimentos;

**IV** – a construção de vilas é permitida, mantidos os índices urbanísticos;

**V** – isenta-se de vaga de estacionamento o lote, no caso de manutenção de edificação considerada significativa e/ou reconstrução original, segundo critério de órgãos de preservação do patrimônio;

**VI** – os acessos às vilas de fundo de lote poderão ter largura máxima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), mantida a unidade frontal tradicional;

**VII** – taxa de ocupação 65% (sessenta e cinco por cento);

**VIII** – coeficiente de ocupação 1,0 (um)

**Art. 33.** A Zona Especial de Ocupação Controlada Heimtal (ZEOC Heimtal) destina-se à manutenção das características do núcleo Pré-Londrina, englobando a avenida principal e a praça circular.

**§ 1º** As novas edificações nos lotes voltados à praça circular deverão manter e fortalecer o tipo de construção e obedecer ao alinhamento predial.

**§ 2º** Os lotes com testada para a avenida principal deverão manter as dimensões mínimas originais, observadas as seguintes normas:

**I** – taxa de ocupação de 50% (cinquenta por cento);

**II** – coeficiente de ocupação 1,0 (um).

**§ 3º** Nos loteamentos próximos ao Heimtal, as quadras vizinhas deverão manter as dimensões da malha original, sendo no entanto livre a subdivisão da quadra.

§ 4º Os loteamentos novos próximos ao Heimtal deverão localizar os espaços livres junto à avenida principal, fortalecendo a sua centralidade.

**Art. 34.** A Zona Especial de Fundo de vale e de Preservação Ambiental destina-se prioritariamente à formação de parques contínuos, visando à preservação ambiental e à recreação.

**Art. 35.** A Zona Especial de Estudo destina-se à implantação de projetos específicos, os quais terão normas próprias à vista de seu uso ou ocupação especial.

§ 1º As Zonas Especiais de Estudo classificam-se em:

- I** – Zona Especial de Estudo do Novo Aeroporto ou ZE-4.1;
- II** – Zona Especial de Estudo da área de influência do Contorno Rodoviário Metropolitano Norte ou ZE-4.2;
- III** – Zona Especial de Estudo da área de influência do Contorno Leste ou ZE-4.3;
- IV** – Zona Especial de Estudo em áreas de preservação ambiental assim classificadas na Lei de Parcelamento do Solo, para implantação de novos parcelamentos ou ZE-4.4;
- V** – Zona Especial de Estudo do Centro de Eventos ou ZE-4.5.

§ 2º A ZE-4 poderá ser enquadrada, após estudos, como ZE-1, ZE-2 ou ZE-3.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS CONSTRUÇÕES PARA USOS ESPECIAIS**

#### **SEÇÃO I**

##### **Das Escolas**

**Art. 36.** É permitida a construção de escolas em qualquer zona, desde que obedeçam as condições impostas pelo Código de Obras e pela Lei de Zoneamento para o local onde se situarem.

## **SEÇÃO II**

### **Dos Templos**

**Art. 37.** Fica permitida a construção de edifícios religiosos em qualquer zona, desde que obedecidas as normas e condições da zona em questão e atendidas as seguintes condições mínimas:

- I** – apresentação de projeto detalhado de isolamento acústico;
- II** – estacionamento conforme previsto nesta lei.

## **SEÇÃO III**

### **Dos Clubes Recreativos**

**Art. 38.** Respeitadas as normas previstas na zona por esta lei e pelos Códigos de Obras e de Posturas, é permitida a construção de clubes recreativos em todas as zonas, desde que atendidas as seguintes condições:

**I** – quando localizadas em zonas residenciais, as construções, inclusive aquelas destinadas à prática de esportes, devem ser recuadas das divisas de, pelo menos, 30,00 metros;

**II** – em edificações destinadas a festas ou bailes, é necessária a apresentação de detalhamento acústico.

## **SEÇÃO IV**

### **Dos Hospitais**

**Art. 39.** A instalação de hospitais gerais é permitida em todas as zonas, desde que:

- I** – se destinem à assistência hospitalar geral ou especializada;
- II** – o terreno apresente área mínima de 2.000,00 m<sup>2</sup> e frente não inferior a 40,00 metros;
- III** – apresente recuo mínimo de frente 5,00 metros do alinhamento predial e 12,00 metros da divisa para a edificação principal;
- IV** – a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento sejam iguais aos da zona respectiva;
- V** – apresente área de estacionamento conforme estabelece esta lei.

## **SEÇÃO V**

### **Dos Consultórios, Laboratórios de Análises Clínicas e Assistência Ambulatorial**

**Art. 40.** A prestação de assistência médica ambulatorial é permitida em zonas comerciais e residenciais, desde que:

**I** – se destinem à assistência médico-ambulatorial, consultórios médicos ou odontológicos, laboratoriais de análise clínicas e clínicas médicas;

**II** – a taxa de ocupação, o coeficiente de aproveitamento e os recuos sejam no mínimo iguais aos exigidos na zona onde se localizarem;

**III** – não apresentem em nenhuma hipótese locais para internação.

### **SEÇÃO VI Das Clínicas Veterinárias**

**Art. 41.** As clínicas veterinárias são permitidas em zoneamentos de categorias ZC-5.

### **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E COMPLEMENTARES**

**Art. 42.** Nas Zonas R-4, R-5, C-1, C-2, C-3 e C-4 o coeficiente máximo de aproveitamento do lote poderá ser superior ao fixado nesta lei para as edificações com taxa de ocupação inferior à máxima permitida, nos termos da fórmula que segue, devendo o acréscimo ser limitado ao valor máximo igual a 1,0 (um):

$$Ca = C + [(St - Lm)/1.500] + 2(T - t)$$

*em que:*

**C** = coeficiente de aproveitamento da zona;

**St** = superfície total do lote;

**Lm** = área do lote mínimo estabelecido para a zona;

**T** = taxa de ocupação máxima da zona;



**t** = taxa de ocupação adotada no projeto;

**Ca** = coeficiente de aproveitamento a adotar.

**Art. 43.** As edificações com mais de dois pavimentos ou que tenham mais de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros), como previsto nos artigos 16, 17, 22 e 24 desta lei, e 9m (nove metros), conforme os artigos 19, 20, 21 e 23 desta lei, deverão, acima das alturas referidas, obedecer à seguinte fórmula para o cálculo dos recuos laterais:

$$R = (H/15) + 1,2m$$

*em que:*

**R** = recuo lateral mínimo em metros

**H** = altura da edificação em metros

§ 1º É permitido o escalonamento dos recuos da edificação.

§ 2º O recuo lateral mínimo exigido é de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros).

**Art. 44.** As edificações com mais de dois pavimentos ou que tenham mais de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros) ou mais de 9m (nove metros), de acordo com os artigos 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 desta lei, deverão, acima das alturas referidas, obedecer ao recuo de fundo mínimo de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), sendo que os pavimentos em que as taxas de ocupação máxima exigida são de 50% (cinquenta por cento), deverá ser obedecida a seguinte fórmula para cálculo do recuo de fundo:

$$F = (H/15) + 4,4m$$

*em que:*

**F** = recuo de fundo mínimo em metros;

**H** = altura da edificação em metros.

§ 1º Permite-se o escalonamento dos recuos da edificação.

§ 2º O recuo de fundo mínimo exigido é de 6,0m (seis metros).

**Art. 45.** Para os efeitos do disposto nos artigos 43 e 44 desta lei, que tratam dos recuos laterais e de fundo, a altura total da edificação é a diferença entre a menor cota do pavimento térreo e a laje ou o forro do andar mais alto, desconsiderando-se os blocos de caixa d'água e a casa de máquinas, desde que recuados das bordas externas da edificação.

**Art. 46.** Para efeito de subdivisões de terrenos, deverão ser obedecidas as seguintes áreas e dimensões mínimas:

**I** – nas ZR-1, ZC-1, ZC-2, lote mínimo de 500,0 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) e frente não inferior a 15,0 m (quinze metros ) devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20,0 m (vinte metros);

**II** – nas ZR-2, ZR-4, ZR-5, ZC-3 e ZC-4, lote mínimo de 360,0 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) e frente não inferior a 12,0 metros, devendo os lotes de esquina ter no mínimo 15,0 metros;

**III** – nas ZR-3 e ZC-6, lotes de mínimo de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e frente não inferior a 10,0 metros, devendo os lotes de esquina ter no mínimo 13,0 metros;

**IV** – nas ZC-5, lote mínimo de 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e frente não inferior a 15,0 metros, devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20,0 metros;

**V** – nas ZI-1, lote mínimo de 1.000,00 m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados) e frente não inferior a 15,0 metros, devendo os lotes de esquina ter no mínimo 20,0 metros;

**VI** – nas ZI-2, lote mínimo de 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), e frente não inferior a 30,0 metros.

**Art. 47.** É permitida a anexação de lotes de zonas diferentes, desde que prevaleçam o menor coeficiente da zona e o de uso residencial.

**Art. 48.** O recuo frontal será dispensado:

**I** – nos casos em que foi previsto na Lei do Parcelamento do Solo;

**II** – quando o alargamento suplementar da via criar bolsões de estacionamento com área proporcional ao recuo.

**Parágrafo único.** Nas edificações geradoras de tráfego em vias arteriais, permite-se no projeto criar as mesmas condições dos incisos I e II do “caput” deste artigo.

**Art. 49.** Nas edificações com uso exclusivo de garagem coletiva, o coeficiente será o máximo permitido na zona, respeitadas as normas gerais.

§ 1º Nos lotes das zonas comerciais em que exista pelo menos uma edificação na divisa, cujo coeficiente seja mais que a metade do permitido na zona, a edificação-garagem poderá ser construída nesta divisa, sendo obrigatório recuo na face oposta, conforme os termos do artigo 43 desta lei.

§ 2º Havendo poço de luz junto à divisa no prédio existente, no edifício-garagem deve-se prever poço de luz com medidas proporcionais e coincidentes, porém nunca inferior a 12 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados).

§ 3º No pavimento térreo, é necessário prever praça de manobra de no mínimo 10m (dez metros) de profundidade, que, levando em consideração que este uso é um Pólo Gerador de Tráfego - PGT, poderá ser aumentada, dependendo do número de veículos atendidos.

§ 4º Nas edificações-garagem, as paredes externas de fechamento deverão ser erguidas até a altura máxima de parapeito (1,20 metros).

**Art. 50.** A aprovação de projetos que caracterizem Pólos Geradores de Tráfego dependem de análise e aprovação pelo IPPUL.

**Parágrafo único.** O Município exigirá soluções específicas para os equipamentos de acesso ao lote e às edificações, de acordo com as necessidades do projeto, de forma a favorecer a fluidez de tráfego.

**Art. 51.** Para todos os usos, deverão ser previstas e constar do projeto as vagas para estacionamento de veículos, em local de fácil acesso para via pública, à razão de 20m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) por vaga, inclusive área de circulação e na proporção mínima, conforme o Anexo 3 desta lei.

**Art. 52.** O número mínimo de vagas para estacionamento, que deverá constar do projeto para aprovação, é o que consta no Anexo 3, que é parte integrante desta lei, e conforme os termos do inciso I do artigo 3º desta lei.

§ 1º Nos estabelecimentos em que a atividade de carga e descarga seja significativa, é necessário prever espaço adicional para essa operação, exigida a demonstração funcional.

§ 2º Nas garagens e estacionamentos em que a área média por vaga, incluída a área de circulação interna, resulte inferior a 20m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), a aprovação do projeto é condicionada à demonstração.

**Art. 53.** Todas as edificações públicas e privadas deverão possuir equipamentos para o acesso e para o uso das pessoas portadoras de deficiência, de acordo com a NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Parágrafo único.** Das vagas de estacionamento, de acordo com o artigo 51 e previstas no Anexo 3 desta lei, deverão ser reservados espaços para veículos que transportam pessoas portadoras de deficiência, na proporção mínima de uma vaga a partir de 11 (onze) até 100 (cem) vagas, e 1% (um por cento) acima de 100 (cem) vagas, as quais deverão ter largura suplementar de 1,20m (um metro e vinte centímetros) a mais que as vagas comuns.

**Art. 54.** Nos acessos às garagens e aos estacionamentos em desnível em relação ao logradouro público é necessária a construção de patamar com declividade máxima de 5% (cinco por cento) e comprimento mínimo de 5m (cinco metros), interno ao alinhamento predial, cuja função é evitar acidentes com transeuntes no passeio, devendo ser considerada no projeto a visibilidade do motorista.

**Art. 55.** Nas vias coletoras, conforme os termos da Lei do Sistema Viário, todos os estabelecimentos de comércio ou serviços deverão atender ao disposto no artigo 52 desta lei, independentemente de serem considerados Pólos Geradores de Tráfego, admitindo-se como solução para o número de vagas convênio com estacionamento rotativo, distante no máximo 200m (duzentos metros), obedecida a facilidade de acesso de pedestres.

**Art. 56.** Para todo lote onde existam mais de duas unidades habitacionais, é obrigatória a existência de local aberto, semicoberto ou descoberto para uso exclusivo de recreação e lazer, e de fácil e livre acesso para todas as habitações, na proporção de 10% (dez por cento) das áreas das habitações, excluídas as áreas de uso comum, devendo a área destinada à recreação ser segura e receber insolação e ventilação.

§ 1º A dimensão mínima da área referida no “caput” deste artigo não poderá ser inferior a 5m (cinco metros) nem localizar-se no recuo de frente do lote previsto na lei, prevendo, na área de recreação, a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo calculado de acordo com a fórmula abaixo.

$$Dm = \sqrt{Am} / 2$$

*em que:*

**Dm** = diâmetro mínimo;

**Am** = área mínima de recreação.

§ 2º Nas edificações para uso misto, o uso comercial só é permitido nos dois primeiros pavimentos, sendo obrigatória a construção de um pavimento intermediário em pilotis, com pé-direito no mínimo igual ao residencial, para uso exclusivo de recreação dos moradores quando as dimensões da área do lote não permitirem sobra de espaço no térreo para recreação, nos termos deste artigo.

**Art. 57.** Nas zonas comerciais, aos restaurantes, bares e lanchonetes e sorveterias permite-se a colocação de estrutura metálica leve, desmontável.

§ 1º A permissão referida no “caput” deste artigo será a título precário e vinculada ao alvará de licença de funcionamento, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, revogar essa permissão, não cabendo ao proprietário indenização ou compensação.

§ 2º Para os estabelecimentos com atividades diversas das previstas no “caput” deste artigo, a obtenção de autorização para instalação da cobertura dependerá de análise prévia do projeto pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano.

§ 3º A permissão prevista no “caput” deste artigo depende de:

**I** – apresentação de alvará de licença de funcionamento;

**II** – projeto, que deverá obedecer às seguintes normas:

**a)** beiral com calha que pode localizar-se no alinhamento com passeio desde que haja canalização para sarjeta;

**b)** beiral sem calha que deve estar afastado 1m (um metro) do alinhamento do passeio;

c) altura máxima da cobertura no ponto mais baixo, próxima ao alinhamento com o passeio, de 3m (três metros);

d) dispositivo que impeça as águas pluviais de cair diretamente sobre o passeio;

e) abertura nas laterais e na frente, visando à integração entre os estabelecimentos vizinhos.

§ 4º No caso de existência anterior de construções nos lotes vizinhos, deverão ser mantidas as características básicas de fachadas, visando a uniformizar os visuais.

**Art. 58.** É facultada a construção de edifícios sobre pilotis.

**Art. 59.** A distância entre blocos de edifícios coletivos, dentro de um mesmo lote, será dada de acordo com as seguintes fórmulas:

**I –  $2x(H/15 + 1,2)$**  para fachadas secundárias com distância mínima de 5m (cinco metros);

**II –  $4x(H/15 + 1,2)$**  para fachadas principais com distância mínima de 10m (dez metros).

*em que:*

**H** = altura do edifício

**Art. 60.** No cálculo dos coeficientes, conforme os artigos 42 e 64 desta lei, adotam-se duas casas decimais, sem arredondamentos.

**Parágrafo único.** Para o cálculo do número de pavimentos, é permitido o arredondamento das casas decimais do coeficiente, subindo de 0,01 a 0,45 (um décimo a quarenta e cinco décimos) para 0,50 (cinquenta décimos), e de 0,51 a 0,99 (cinquenta e um décimos a noventa e nove décimos) para 1,0 (um).

**Art. 61.** Nos lotes de esquina, só serão considerados os recuos de frente e laterais.

**Art. 62.** Os recuos de frente referem-se também às construções do subsolo.

**Art. 63.** Nos edifícios estritamente residenciais, em imóveis zoneados nas categorias ZR-4, ZR-5, ZC-1, ZC-2, ZC-3 e ZC-4, no

pavimento térreo a taxa de ocupação é de 100% (cem por cento) da área livre, sendo 70% (setenta por cento) no segundo pavimento e 50% (cinquenta por cento) nos demais pavimentos, devendo, nos corredores junto às divisas laterais, ser abertas nas extremidades com pé-direito máximo de 3,5 metros de piso a piso.

**Art. 64.** Os lotes sujeitos a recuos especiais conforme previsto na Lei do Sistema Viário que tiverem diminuição da área terão um acréscimo da área máxima de construção quando doados à Prefeitura, da totalidade da área que exceder ao recuo, de 5m (cinco metros).

§ 1º O acréscimo da área máxima construtiva corresponderá a 3,2x (três vírgula duas vezes) a área doada ao patrimônio Público.

§ 2º É facultada a transferência do acréscimo da área máxima de edificação, conforme a Lei nº 5.853/93:

Fórmula: **AC: 3,2 X A**

*em que:*

**AC:** acréscimo da área

**A:** área suprimida pelo recuo

**Art. 65.** Nas zonas residenciais, é admitida a atividade de profissional liberal, anexa à sua residência, para uso próprio e exclusivo, desde que a área ocupada pela atividade não ultrapasse a 20% (vinte por cento) da área construída.

**Art. 66.** Nas Zonas ZC-1, ZC-2, ZC-3 e ZC-4 as residências unifamiliares deverão obedecer às exigências da ZR-2.

**Art. 67.** As operações de carga e descarga nas Zonas ZC-3, ZC-4 e ZC-5 devem ser feitas na área interna dos lotes.

**Art. 68.** O alvará de licença para funcionamento de comércio e serviços será sempre concedido a título precário, em caráter temporário, renovável anualmente, podendo ser cassado a qualquer momento, sem ônus para o Poder Público, caso haja alteração da atividade ou se constate que

esta apresenta-se incômoda, nociva ou perigosa à vizinhança ou incompatível com o uso da zona.

**Art. 69.** As infrações ao disposto na presente lei darão ensejo a cassação do alvará, embargo administrativo, demolição das obras e aplicação de multas, conforme o previsto no Código de Posturas do Município, sem prejuízo de outras cominações legais.

**Art. 70.** Qualquer que seja a zona, a edificação deverá obedecer às normas fixadas pela Companhia de Telecomunicações quanto aos feixes de microondas, bem como atender ao gabarito máximo de altura previsto no Plano de Proteção ao Vão e de Ruído do Ministério da Aeronáutica.

**Art. 71.** Nos trechos de ruas a seguir discriminados, o limite da edificação poderá coincidir com o alinhamento predial:

**I** – Rua Senador Souza Naves: trecho compreendido entre a Alameda Manoel Ribas e a Rua Pará;

**II** – Avenida Rio de Janeiro: trecho compreendido entre a Rua Pará e a Rua Benjamim Constant;

**III** – Avenida São Paulo: trecho compreendido entre a Alameda Miguel Blasi e a Rua Benjamim Constant;

**IV** – Rua Professor João Cândido: trecho compreendido entre a Rua Pio XII e a Rua Sergipe;

**V** – Rua Sergipe: trecho compreendido entre a Rua Prefeito Hugo Cabral e a Rua Minas Gerais;

**VI** – Rua Maranhão: trecho compreendido entre a Avenida Rio de Janeiro e a Rua Mato Grosso, do lado norte;

**VII** – Avenida Paraná: trecho compreendido entre a Alameda Manoel Ribas e a Rua Prefeito Hugo Cabral, e entre a Rua Prefeito Hugo Cabral e a Avenida Higienópolis, do lado norte;

**VIII** – Alameda Manoel Ribas: trecho compreendido entre a Rua Senador Souza Naves e a Avenida Rio de Janeiro;

**IX** – Alameda Miguel Blasi: trecho compreendido entre a Avenida São Paulo e a Rua Professor João Cândido;

**X** – Rua Pio XII: trecho compreendido entre a Rua Pernambuco e a Rua Professor João Cândido;

**XI** – Rua Piauí: trecho compreendido entre a Avenida Rio de Janeiro e a Rua Mato Grosso;



**XII** – Rua Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho: trecho compreendido entre a Alameda Miguel Blasi e a Rua Piauí;

**XIII** – Rua Maestro Egídio Camargo do Amaral: trecho compreendido entre a Alameda Manoel Ribas e a Avenida Rio de Janeiro;

**XIV** – Praça Gabriel Martins: trecho compreendido entre a Avenida Paraná e a Rua Professor João Cândido.

**Art. 72.** Os recuos normais de 5m (cinco metros) das vias públicas são exigidos para todos os lotes, independentemente de sua localização na quadra, salvo as exceções previstas nesta lei.

**Parágrafo único.** Os equipamentos ou edificações localizados no recuo obrigatório serão aceitos em caráter precário pelo Poder Público, não cabendo indenização quando de sua retirada.

**Art. 73.** Não será permitida a ampliação ou reforma de edificações que se encontrem na faixa de recuos de 5,00 metros (cinco metros), a contar do alinhamento com o passeio, exceto se a referida obra constar como a demolir.

**Art. 74.** Na gleba não parcelada para fim urbano, na Zona Urbana e de Expansão Urbana, admite-se a mudança de zoneamento no projeto, exigindo-se nesse caso a apresentação de estudo fundamentado que demonstre:

**I** – existência de infra-estrutura satisfatória para o empreendimento;

**II** – condições de acesso com capacidade adequada;

**III** – área livre proporcional a 11m<sup>2</sup> (onze metros quadrados) por habitante;

**IV** – equipamento urbano proporcional à população do empreendimento.

**§ 1º** O estudo, uma vez aprovado, deverá sofrer processo regular de parcelamento, respeitada a legislação específica.

**§ 2º** O estudo será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Planejamento Urbano para sua aprovação.

**Art. 75.** A alteração de zona consolidada, de suas características ou perímetro, far-se-á com observância do procedimento estabelecido na Lei do Plano Diretor.

**Art. 76.** As infrações ao disposto nesta lei sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

**I** – multa, conforme estipulado na Lei Nº 4.607/90 - Código de Posturas do Município;

**II** – indeferimento ou cassação de licença de funcionamento, em caso de descumprimento das normas referentes a uso;

**III** – embargo de obra e demolição em caso de descumprimento das normas referentes à ocupação dos lotes.

**Art. 77.** Não serão aprovados projetos de construção em lotes irregulares ou não aprovados para fins urbanos.

**Art. 78.** Para a mudança de uso da edificação, deve ser solicitado parecer ao IPPUL, mediante requerimento que indique com precisão o imóvel, sua localização e a destinação pretendida.

**Art. 79.** Os casos omissos e a revisão periódica serão examinados pelo IPPUL, ouvido o Conselho Municipal de Planejamento Urbano.

**Art. 80.** A execução e a utilização de edificação que, na data da entrada em vigor desta lei, esteja com o pedido de alvará de construção já protocolado e projeto em fase de exame, não estarão sujeitas às exigências e condições desta lei desde que seja obedecido o prazo de validade do respectivo alvará de construção que, nesses casos, será improrrogável.

**Parágrafo único.** O prazo de validade do alvará de construção bem como da aprovação de projeto de construção é de dois anos.

**Art. 81.** Com relação ao efeito da atividade que possa caracterizar Pólo Gerador de Tráfego, independentemente da zona onde se localize ou pretenda localizar-se, o Poder Público adotará as seguintes providências:

**I** – quando se tratar de projeto:

**a)** verificará se o sistema viário local e seu entorno dão suporte à atividade sem causar transtornos significativos;

**b)** avaliará a existência de área disponível para estacionamento da totalidade das atividades;

**c)** avaliará o incremento do volume de passageiros no transporte público;

d) avaliará a necessidade de adequação de vias com relação a acessos e saídas;

e) avaliará a eventual necessidade de obras de arte no sistema viário, no entorno.

**II** – quando em atividade:

a) elaborará laudo técnico que caracterize a condição de Pólo Gerador de Tráfego (PGT);

b) apresentará proposta ou alternativa de solução;

c) fixará prazo para a correção dos problemas, compatível com a urgência da comunidade;

d) impedirá o prosseguimento da atividade até a solução, nos casos graves.

**Parágrafo único.** Caracteriza um Pólo Gerador de Tráfego:

**I** – queda na velocidade diretriz da via;

**II** – aumento do número de acidentes;

**III** – aumento do número de autuações por estacionamento irregular;

**IV** – área de estacionamento inferior à demanda;

**V** – aumento no tempo de espera de transporte coletivo no local.

**Art. 82.** Para qualquer que seja o uso, será permitido o rebaixamento de guia para acesso de veículos em 3,5 metros linear por lote, exceto em vias arteriais e estruturais, onde o rebaixamento pode ser apresentado com 5,00 metros linear

**Art. 83.** Em edificações coletivas será permitido um rebaixamento de guia de 3,0 metros (três metros) linear por pavimento de estacionamento, com no mínimo 5 (cinco) vagas por pavimento.

**Art. 84.** Com relação ao efeito da atividade que possa caracterizar Gerador de Ruído Noturno (GRN) e Gerador de Ruído Diurno (GRD), independentemente da zona onde se localize ou pretenda localizar-se, o Poder Público adotará as seguintes providências:

**I** – quando se tratar de projeto:

a) análise do entorno, observando as atividades vizinhas incompatíveis;

b) análise da proposta apresentada, observando se esta contempla os parâmetros de redução ou de isolamento acústico de acordo com o estipulado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas;

c) análise das aberturas;

- d) área de estacionamento coberto ou descoberto;
- II** – quando em atividade:
  - a) elaborará laudo técnico que caracterize a condição de Gerador de Ruído Diurno ou Noturno;
  - b) apresentará proposta de adequação ou alternativa de solução;
  - c) fixará prazos para correção dos problemas;
  - d) impedirá o prosseguimento da atividade até a solução, nos casos graves.

**Parágrafo único.** Para caracterizar o estabelecimento Gerador de Ruído, considera-se:

- I** – assimilação ou não pelas atividades circunvizinhas;
- II** – a aglomeração de pessoas nos passeios;
- III** -- o nível de ruído acima do permitido pelo Código de Posturas do Município, Lei nº 4.607/90, e alterações.

**Art. 85.** Os lotes de qualquer zona que tenham frente para as interseções de vias classificadas como complexas ou múltiplas pela Lei do Sistema Viário deverão prever acessos e estacionamento na via fora da área de influência das mesmas.

**Art. 86.** Nas áreas vizinhas a fundo de vale ou de preservação permanente até a segunda via paralela, a contar da via marginal existente ou projetada, somente serão admitidas edificações com até dois pavimentos, incluindo o térreo.

**§ 1º** Na ausência de vias nas condições indicadas no “caput” deste artigo adota-se a distância mínima de 120m (cento e vinte metros), após a análise ambiental e projeto da via marginal.

**§ 2º** No loteamento Caiçaras, dada a situação de predomínio de edificações coletivas existentes, será permitida a verticalização dos lotes remanescentes.

**Art. 87.** Nas Zonas ZR-1, ZR-2 e ZR-3, é permitida a instalação de abrigo, para guarda de veículo, na faixa de recuo de frente, desde que sua largura não ultrapasse 3m (três metros).

**Art. 88.** Respeitadas normas previstas nas Zonas ZR-1, ZR-2 e ZR-3, são permitidos, num mesmo lote, grupos de residências desde que obedecidas as seguintes exigências:

**I** – área mínima do terreno 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), por habitação de 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) na ZR-1; 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) na ZR-2 e 180 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) na ZR-3;

**II** – o terreno permanecerá indiviso, de propriedade única ou em condomínio.

**Art. 89.** As edificações destinadas a hotéis deverão localizar-se ao longo das vias regionais, assim classificadas na Lei do Sistema Viário, e distar no mínimo 300m (trezentos metros) de bairros residenciais.

**Art. 90.** Ao longo de rodovias oficiais, os lotes resultantes de parcelamento do solo para fins urbanos que tenham aprovação anterior à Lei Federal nº 6.766/79, com frente para via local (marginal), o recuo de frente será de 5m (cinco metros), entretanto nos parcelamentos aprovados após a publicação da referida lei o recuo de frente será de 15m (quinze metros).

**Art. 91.** O medidor de consumo de energia, nas Zonas Comerciais, deverá obedecer ao afastamento de 5m (cinco metros) do alinhamento com o passeio, com entrada de energia subterrânea.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 92.** Em todo lote, qualquer que seja a zona, haverá área gramada ou empedrada para infiltração das águas pluviais, numa proporção de 20% do total do lote.

**Art. 93.** Ficam mantidos os alvarás de construção e de licença expedidos em conformidade com a legislação anterior e aqueles cujo requerimento tenham sido protocolados até a data de publicação desta lei.

**Art. 94.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 20 de julho de 1998.

**Antonio Casemiro Belinati**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**

**Gino Azzolini Neto**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO**

**Mário Cesar Stamm Júnior**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**DO IPPUL**

Ref.:

Projeto de Lei nº 04/96.

Autoria: Executivo

Municipal

Aprovado na forma do Substitutivo nº 4/98 da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, com as Emendas Modificativas nºs 1 e 2/98 e Emendas Aditivas nºs 1, 3 e 5/98.

**ANEXO 1****QUADRO I**

ZONA	USOS CONFOR MES	ÁREA MIN. DO LOTE M²	FRENT E MIN. DO LOTE M²	COEFICIEN TE DE APROV. MÁX.	TAXA DE OCUPAÇ. MÁX. %	RECUO LATERAL E DE FUNDO	OBS.
ZR-1	R AR	500	15 20 esquina	1	50%	-	-
ZR-2	R AR	360	12 15 esquina	1	50%	-	Lotes de 180,00m² Frente de 6,00m
ZR-3	R AR CS IND 1.1	250	10 13 esquina	1.3	65%	Art.15/§3º res.coletiv. Em estrut. e arteriais (até 4 pav h edifício) (até 2pav. s/ recuo)	Lote de 125,00m² Frente de 5,00m Habitação Coletiva Recreação
ZR-4	R AR CS IND 1.1	360	12 15 esq.	R - Com. misto 2,0 - 3,0	100% térreo até h=7,50m 60% 2ºpav. 50% demais	art. 43 art. 44	Recreação no uso residencia l e misto.
ZR-5	R AR CS GRD IND 1.1	360	12 15 esq.	Com. Misto 2,5 a 3,5 Res 3,0 a 4,0	100% térreo até h=7,50m 60% 2º pav. 50% demais		Recreação no uso residencia l e misto
ZR-6	R, AR CS	2.500	30	0,3	15%	3,00m	

**OBS.:** Recuo de frente de cinco metros em todas as zonas, salvo a exceção contida na lei. Na ZR-6 o recuo de frente deverá ser de dez metros.

**ANEXO 1****QUADRO II**

ZONA	USOS CONFORMES	ÁREA MIN. DO LOTE M <sup>2</sup>	FRENTE MIN. DO LOTE M <sup>2</sup>	COEFICIENTE DE APROV. MÁX.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX. %	RECUO LATERAL E DE FUNDO	OBS.
ZC-1	R, AR, CS GRD, GRN	500	15 20	Res. Misto 3,0 - 4,0	100% (térreo + 2º pav.)	art.43 art.44	Recreação ou uso residencial misto.
ZC-2	R, AR, CS GRD, GRN	500	esquina 15 20	Com. 2,5 a 3,5 Res. Com.	50% demais 100% (térreo + 2º pav.)		
ZC-3	R, AR, CS, GRD, GRN, IND 1.1	360	esquina	Misto 4,0 a 5,0	60% 3º pav 50% demais		
ZC-4	PGT	360	12 15 esquina	R. Com. Misto 2,5 a 3,5	100% térreo 80% 2º pav.		Uso residencial igual a ZR-3
ZC-5	R, AR, CS, GRD, PGT, IND 1.1	450	12 15 esquina	4,5 s. criado R. Com. Misto 2,0 a 3,0	50% demais uso com e ind.		
ZC-6	R, AR, CS	250	15 20 esquina	+ 4,0 s. criado 1,6	h máx=9m 80% (térreo + 3 pav) 50% demais		
ZI-1	CS, GRD, GRN, PGT, IND 1.1	1.000	10		80% (térreo + 2º pav) h		uso R normas da zona que envolve
ZI-2	CS, GRD, GRN, PGT, IND 1.2	2.000	13 esquina	2,0	máx=7,50m		uso R igual a ZR-3 C/ L=20 M
			15	1,0	80%		
			30	1,0	50%		

**OBS.:** Recuo de frente de cinco metros em todas as zonas, salvo a exceção contida na lei, em lotes voltados para as rodovias oficiais onde o recuo de



frente será de 15,00m (quinze metros) além da faixa de domínio.

## **ANEXO 1**

**QUADRO III**

ZONA	USOS CONFOR- MES	ÁREA MÍN. DO LOTE M²	FRENTE MÍN. DO LOTE M²	COEFICIEN- TE DE APROV. MÁX.	TAXA DE OCUPA- Ç MÁX	RECUO LATERA L E DE FUNDO	OBS.
ZE-1	Especia l de Equipa- mentos Institu- cionais.	—	—	—	—	—	Aeroporto Campus Univers. Pool de Combust. Autódrom o e Estádio
ZE-2	Especial de	de origem	de origem	1,0	65%	de origem	Casoni
ZE-2.1	Ocupação Controlad						
ZE-2.2	Especial de Ocupação Controlad	de origem	de origem	junto à avenida 1,0	junto à avenida 50%	de origem	Heimtal
ZE-3	Preser- vação Ambienta	Área não edificável					Fundo de Vale
ZE-4.1	Especia  l de  Estudo						do novo Aeroporto
ZE-4.2							do Contorn o Norte
ZE-4.3							do Contorn o Leste
ZE-4.4							Para implanta- ção de futuros parcelamen
ZE-4.5							Centro de Eventos

**OBS.:** Recuo de frente de cinco metros em todas as zonas, salvo a exceção contida na lei.

## **ANEXO 2**

### **DESCRIÇÃO DOS PERÍMETROS DAS ZONAS**

#### **QUADRO I - ZONA RESIDENCIAL 1**

**São zoneados em ZR-1 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1.** Rua Monteiro Lobato, lado Sul; Rua Eça de Queiroz; Avenida José de Alencar; Rua Castro Alves, até encontrar a Rua Monteiro Lobato.
- 2.** Rua Alagoas; Avenida Higienópolis; Avenida Juscelino Kubitschek, até encontrar a Rua Alagoas.
- 3.** Rua Prefeito Faria Lima; Rua Bento Munhoz da Rocha Neto; Travessa das Azaléias; divisa do Conjunto Residencial Água Verde e Jardim Alto da Colina I e II; divisa do Jardim Alto da Colina II com o lote 101 da Gleba Palhano; Rua Martinho Lutero, até encontrar a Rua Prefeito Faria Lima.
- 4.** Divisa da margem sul do Ribeirão Cambé (Lago Igapó I) e face oeste do Córrego Tucano com seus respectivos lotes limítrofes; divisa do Jardim Granville com lote nº 50 de Gleba Cambé; Avenida Harry Prochet; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), Rua Natália Frouti; divisa de fundo dos lotes da quadra 2 do Parque Residencial Alcântara; divisa do Parque Residencial Aurora e Parque Residencial Alcântara, seguindo até o córrego Capivara, por esse até a divisa de fundo dos lotes da quadra I do loteamento denominado Jardim Bela Suíça; Avenida Madre Leônia Milito; divisa de fundo dos lotes das quadras I, VIII, XII, XVI do Parque Guanabara até encontrar o Lago Igapó I.
- 5.** Divisa do lote 83 com o Ribeirão Esperança, o lote 129, os lotes 08 a 14, chácaras 23 e 24 subdivisões do lote 15, os lotes 16 a 20, todos da Gleba Palhano; divisa do lote 83 com os lotes 77, 78, 80, 82 84/85 todos da Gleba Cafezal até encontrar o Ribeirão Esperança.

---

*final do Quadro I*

## **QUADRO II - ZONA RESIDENCIAL 2**

**São zoneados em ZR-2 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

1. Avenida Arthur Thomas; Rua Sorocaba; Rua Araçatuba; Avenida Poços de Caldas; Rua Bauru; Rua Deputado Fernando Ferrari; Rua Deputado Nilson Ribas; Rua General Tasso Fragoso; Rua Foz do Iguaçu; Avenida Voluntários da Pátria; Rua Astorga; Avenida Maringá; divisa do lote 02 com o lote 08 do lote 160E (Gleba Patrimônio Londrina); divisa do lote 08 com o lote 07 do lote 160E (Gleba Patrimônio Londrina); Rua João XXIII; Rua Cornélio Procópio; Rua Fernando de Noronha; Rua Ponta Grossa; Rua Itápolis; Avenida Juscelino Kubitscheck; Rua Canudos; Avenida da Saudade; Rua Paranaguá; Avenida Aminthas de Barros; Avenida Higienópolis; Rua Professor Joaquim de Matos Barreto; Rua Prefeito Faria Lima; Avenida Aniceto Espiga; Avenida Presidente Castelo Branco; Rua Juiz de Fora; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Baroré com as quadras 26 e 25 do Jardim San Remo, 20 (Jardim Alvorada) e 09 (Jardim Coroados); limites das chácaras 14 a 08 (Vila Champagnat) com o Córrego Baroré; Rua Joseph Aspdin; Rua Rudolph Diesel; Rua Guilherme Marconi até encontrar a Avenida Arthur Thomas.
2. Avenida Bandeirantes; Rua Antônio Amado Noivo; Rua Engenheiro Omar Rupp; divisa dos lotes 39 e 40 (Lago Parque) com a viela; Avenida Bandeirantes; Rua Senador Souza Naves; Rua Fernandes Camacho; Rua Luiz Dias; Rua Sagrado Coração; Rua Henrique Dias; Rua Ana Néri; Rua Almirante Tamandaré; Rua Clóvis Beviláqua; Rua Senador Souza Naves; Rua Antônio de Moraes Barros; Rua Professor Júlio Estrella Moreira; Avenida Aminthas de Barros; Rua Fidêncio Xavier; limite do Iate Clube de Londrina com o Lago Igapó I; Avenida Higienópolis; Avenida Aminthas de Barros; Rua da Lapa; Rua Gomes Carneiro até encontrar a Avenida Bandeirantes.
3. Avenida Santos Dumont; Rua Santa Cruz; Rua São Pedro; Rua São Mateus; Avenida Paul Harris; Rua Marco Pollo; Rua Adriano I; divisa das quadras I, III e V do Jardim Albatroz com o lote 06; Rua Paulo VI; Rua São Sisto I; divisa das quadras I e III do Jardim Aeroporto com a Área Aeroportuária; Avenida Santos Dumont; divisa lateral das quadras VIII, X e XII do Jardim Santos Dumont com a área Aeroportuária; Rua

Newton Braga; Rua Vasco Cinquini; divisa dos lotes 8 e 7 da quadra 18 do Jardim Santos Dumont; divisa de fundo dos lotes 1 e 2 da mesma quadra; viela que limita o lote 10 da quadra 17 do Jardim Santos Dumont; Rua Otávio Palhares; divisa dos lotes 29, 28, 8 e 7 da quadra 22 do Jardim Santos Dumont; Avenida Salgado Filho; Praça João Negrão; divisa dos lotes 14,15,27 e 28 (Jardim Santos Dumont); Rua da Aeronáutica; Rua Charles Lindenberg; divisa dos lotes 24, 25, 8 e 9 da quadra 25 do Jardim Santos Dumont; divisa dos lotes 05 e 06 da quadra 26; divisa de fundo dos lotes da mesma quadra; divisa dos lotes 13 e 14 da quadra 26; Rua Jayme Americano; Rua Dolores Maria Bruno; Avenida Dez de Dezembro até encontrar a Avenida Santos Dumont.

4. Rua Colômbia; Rua Peru; Rua Adriático; divisa dos lotes 17, 16, 11 e 12 da quadra 7 do Jardim Indianópolis; Rua Panamá; Rua Bolívia; divisa dos lotes 8 e 9 da quadra 19, limites de fundo dos lotes 8, 7 e 6 da mesma quadra da Vila Brasil; Rua Argentina; limite dos lotes 10 e 11 da quadra 17, limite de fundo dos lotes 15, 16 e 17, limite de fundo e lateral do lote 21, divisa lateral do lote 19 da quadra 17 da Vila Brasil Rua Bolívia; Rua Argentina; divisa dos lotes 10 e 9 da quadra 20 (Vila Brasil); divisa de fundos dos lotes 1, 1A e 3 da quadra A da Vila Rodrigues; divisa dos lotes 03 e 04 da mesma quadra; Rua Equador; Rua Peru; divisa do lote 06 com os lotes 07A e 07 da quadra E da Vila Rodrigues; Rua Panamá; divisa de fundo da quadra VI da Vila Guarujá; Avenida Dez de Dezembro; divisa de fundo das quadras 09, 08 e 07 da Vila Guarujá com o lote 113-A; Rua Argentina; Rua Guarujá; divisa lateral do lote 22 da quadra VII do Jardim Flórida; Rua Mar Del Plata; Rua Humberto Piccinin; Rua Uruguai; Rua Bolívia; Rua Chile até encontrar a Rua Colômbia.
5. Rua Buenos Aires; divisa de fundo das quadras 16, 12, 08 e 01 do Parque Guanabara; Avenida Madre Leônia Milito; divisa das quadra 01, 02, 03, 04 e 05 do Parque San Diego com as quadras 02, 04, 06, 09 e 12 do Jardim Cláudia; Rua Sumatra; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Capivara; divisa dos lotes 6 e B da Gleba Palhano; limite dos lotes 06 e 07 com os lotes B, Z e Y; divisa de fundos das chácaras 07, 06, 05, 04, 03 e 01 (lote 65-A) da Gleba Cambé; Avenida Madre Leônia Milito; divisa dos lotes 64A1 e 64A2 com as quadras 01, 04, 06, 08, 10 e 11 (Jardim Arco-Íris); Rua Buenos Aires fechando o perímetro.
6. Rua Mário Diniz de Oliveira até encontrar a divisa das quadras 19, 17, 15 e 13 do Residencial Vale do Reno com o lote 59 da Gleba Cambé; Avenida José Gabriel de Oliveira; divisa de fundo das chácaras 96 a 91 do Parque Residencial Aurora; limite da faixa de 50 metros paralela à

Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Capivara até encontrar a Rua Mário Diniz de Oliveira fechando o perímetro.

7. Rua Pedro Antônio da Silva; Avenida Dez de Dezembro; Rua Noruega; Avenida União Soviética; Rua Egito; Rua Grã-Bretanha; Rua País de Gales; Rua Romênia; Rua Alemanha; divisa das quadra 08 e 09 do Jardim Igapó; Avenida Portugal; Rua Albânia; Rua Rússia; limites das quadras 03 e 02 (Jardim Igapó); Rua Áustria; Rua Dinamarca; Rua Irlanda; Avenida Estados Unidos; Rua Luxemburgo; Avenida União Soviética; Rua Ucrânia; Rua China; Rua Bélgica; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé até encontrar a Rua Pedro Antônio da Silva.
8. Avenida dos Expedicionários; prolongamento da divisa do lote N com o lote 21 da Gleba Palhano; limite dos lotes N e M com os lotes 21, 02, 19, 18 e 22 (Gleba Palhano); Córrego do Sabiá; Ribeirão Cafezal; Ribeirão Esperança; limite da faixa paralela de 200 metros do prolongamento da Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres); Rua Luiz Lerco; divisa da chácara 01 da quadra 02 com as chácaras 17, 18, 19 e 20 da quadra 01 (Terra Bonita) seguindo nesta mesma divisa e por seu prolongamento (Avenida das Torres) até encontrar a divisa do lote 21 com o Parque Residencial Aurora; divisa de fundo das chácaras 78 a 82; limite da chácara 82 com a chácara 83; limite das chácaras 66 e 65; limite das chácaras 66, 67 e 68 com as chácaras 31 e 30; limite das chácaras 29 e 30; Rua Fermino Barbosa; limite das chácaras 22 e 21; Rua Cândido Portinari; Rua Lins de Vasconcelos até encontrar com a Avenida dos Expedicionários.
9. Rua Ernani Lacerda de Athayde; limite da faixa de 50 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Rua Martinho Lutero; Rua Shigueyasu Imagawa; Rua João Knox; divisa dos lotes 153 e 156; divisa dos lotes 155 e 156; Rua Takabumi Murata; divisa de fundo dos lotes 157, 158, 169, 170, 191 e 192; divisa de fundo e lateral da chácara 02 com a chácara 03 (Terras de Santana - Gleba Palhano); Rua Rubens Carlos de Jesus; Rodovia Mábio Gonçalves Palhano; Avenida Ruy Ferraz de Carvalho; Avenida Constantino Pialarissi até encontrar a Rua Ernani Lacerda de Athayde.
10. Av. Harry Prochet; divisa do Jardim Granville com lote nº 50 da Gleba Cambé; face oeste do Córrego Tucano com seus lotes limítrofes; limite com faixa de 50 metros paralela a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), até encontrar a Av. Harry Prochet.

### **QUADRO III - ZONA RESIDENCIAL 3**

**São zoneados em ZR-3 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

1. Rua Elias Daniel Hatti; Rua Petronilha Ribeiro Manzutti; Rua Guilhermina Lahmman; Rua Jorge Calixto; Arroio Primavera; divisa dos lotes 06 e 04 (Gleba Primavera); Estrada velha para Cambé (Prolongamento da Avenida Saul Elkind); Avenida Saul Elkind; Rua Jaime M. de Lima; Rua Vicente Fachinelli; Rua Carolina S. Garcia; Rua Álvaro Ferreira Luz; Rua Gessi Eugênio da Silva; Rua Olívio Pedro Benatto; Rua Eugênio Gayon; Rua Irene Carrara Nunes; Avenida Saul Elkind; Rua Remo Ferrarese; Rua Benedito Rodrigues da Cunha; divisa Norte do Serviço Público Local e Praça do Residencial Santa Cruz; Rua Odilon Braga; divisa da chácara 15 com as chácaras 16A-2/16A-1; Rua Constantino Paschoal; divisa das chácaras 02 e 01 subdivisão do lote 02 da Gleba Heimtal; limite com a faixa de 50 metros paralela com a Avenida Saul Elkind; Rua Sargento Daniel Vicente da Silva; limite de 50 metros paralelo à Avenida Saul Elkind; Rua Carlos Galhardo; Avenida Saul Elkind; Rua Joubert de Carvalho; limite de 50 metros paralela à Avenida Saul Elkind; Rua Firmínio Almeida Tavares; Avenida Saul Elkind; divisa do lote 268A com o lote 277A até encontrar a divisa Sul do lote 269; deste ponto em linha reta até encontrar a Rua das Zeladoras com Avenida dos Garis; Rua das Zeladoras; Avenida Rainha do Lar; Rua Ana Rodrigues; Rua Vergínio Marchezini; Rua Maria Gama da Silva; Rua Manoel Cordeiro; Rua Firmínio Almeida Tavares; prolongamento da Rua Watson Macedo do Conjunto Habitacional Vivi Xavier; Rua Joubert de Carvalho; Rua Nelson Rodrigues; Rua Antônio Jacob Filho até encontrar a Rua David Nasser; deste ponto em linha reta até encontrar a interseção da Rua José Ruzon com a rua que divide o remanescente do lote 49 e a quadra 12 do Residencial Professora Marieta; por esta mesma Rua em linha reta até encontrar com o ponto de divisa dos lotes 51 e 55 e quadra 46 do Heimtal; divisa Norte da quadra 46; Rua Ludwig Dreeger; Rua Erico Brehmer; Rua Alberto Janz; Rua Benjamin Siebeneich; Rua Ângelo Miotto; divisa de fundo dos lotes da quadra 39; Rua Gustavo Kruger até encontrar com o limite de fundo do lote 10 da quadra 38; deste ponto em linha reta até encontrar a Rua Silvério Paglia; Rua Ana Caputo Piacentini; Rua Armando Sanguinetti até encontrar a Rua Elias Daniel Hatti.

2. Rua Café Cereja; Rua Francisco de Melo Palheta; prolongamento da Rua Benedito Sales; Rua Benedito Sales; Avenida Santo Magrini; Rua Lázaro de Toledo; Avenida Francisco Gabriel Arruda; Rua Mário José Romagnolli; Rua André Luiz Nogari; Rua Emaús; Rua Henrique Victorelli e seu prolongamento; Rua Waldomiro Batista de Araújo; Rua João de Freitas Rocha; Rua Jesus Rojas; Rua Geraldo Simões; Rua Luiz Montanher; Rua João de Freitas Rocha; divisa de fundo e lateral do Cemitério da Saudade; com o Jardim Planalto; prolongamento da Rua Atílio Favoreto; Rua Juracy Huga Cabral Messias; Rua Amélio Buranello, Rua Laurentina Maria de Freitas; Avenida Saul Elkind; Rua Frederico Ozanan; Rua Cordeiro de Farias; Rua Milton Campos; Avenida Saul Elkind; Rua Odilon Braga; Rua Cegonha; Avenida Saul Elkind; Rua Sebastião Carneiro Lobo; prolongamento da Rua Rodolfo Massaro até encontrar com a divisa Oeste do lote 30 (Gleba Jacutinga); divisa do lote 30A com o lote 30 (Gleba Jacutinga); Rua Lydia Monteiro; Rua Francisco Garcia de Campos; Avenida Saul Elkind; Rua Angelina Ricci Vezozzo; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Lindóia e afluente; Rua Raul Coutinho; Rua Félix Chenso; Rua Elzira Guides; Rua Pardal; Rua Martim Pescador; Rua Pintarroxoxo; Avenida Curitiba; Praça Marabu; Rua Cardeal; Rua Inhambuxororó; Rua Euclides Figueiredo; Rua Pedro Bertoluci; Rua Joseppina Martine Pattura; fundos da quadra 21 do Jardim Alphaville; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego do Veado; Rua Eduardo Grandis; limite da faixa de preservação do Córrego do Veado; limite da faixa de preservação do Córrego Ribeirão Lindóia; Rua Francisco Mendes; Avenida Winston Churchill; Avenida Pedro Carrasco Alduan; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Ribeirão Lindóia; Rua Café Arábica até encontrar com a divisa dos lotes 306A e 307 da Gleba Jacutinga; seguindo esta linha divisória até encontrar com o prolongamento da Rua Café Cereja.
3. Rua São Sebastião; Rua São José; limite da limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Lindóia; Rua Ermiro Barbosa Lemes, Rua Joana Maria Dourado de Pinho; Rua Sudão; Avenida Winston Churchill; Rua Argélia; Rua Quênia; Rua Tanzânia; Praça Padre Roberto Perez; prolongamento da Avenida dos Amigos; Rua da Irmandade; Rua da Fraternidade; Avenida Winston Churchill; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Lindóia; Rua Angelina Ricci Vezozzo; Avenida Brasília; Variante Ferroviária; limite norte da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati;



Avenida Francisco José Ferreira; divisa oeste do Conjunto Habitacional Novo Amparo; linha férrea; Rodovia Carlos João Strass; Avenida Sylvio de Barros; Rua Vicente Pereira de Miranda e seu prolongamento; Rua da Águia Imperial; Rua da Ema; rua de divisa das quadras 2 e 3 com a quadra 2-A do Jardim Paraíso; Rua do Pelicano; limite de fundo dos lotes da quadra 2 (Jardim Santa Mônica); Rua Claudir Martinez Rossi; limite dos lotes 24 e 25; Avenida da Perseverança; Avenida dos Amigos; Rua da Irmandade; Rua da Fraternidade; Avenida Winston Churchill; Rua Argélia; Rua Quênia; Rua Tanzânia; Praça Padre Roberto Perez; Avenida Lucílio de Held; Rua Oséias Furtoso até encontrar a Rua São Sebastião.

4. Avenida Pedro Boratin; Rua Júlio Pelizzer; Rua Pedro Antônio de Souza; Rua das Maritacas até encontrar a Avenida Pedro Boratin.
5. Rua das Maritacas; Rua Ébio Ferraz de Carvalho; área de preservação córrego das Pedras; Rua Dionísio Pereira de Castro; divisa das chácaras 29 e 30 (subdivisão do lote 46); Rua Doutor Mário de Barros até a Rua das Maritacas.
6. Rua Manoel Martins de Oliveira; Rua Paulina Vitorino; Rua Edna Campanini; Rua José Vitorino; Rua João Munhoz Moreno; Ribeirão Quati; divisa da chacara 17 com o remanescente do lote 37/38; divisa das chácaras 17 e 18; Rua Cândido de Abreu; Rua das Maritacas; Avenida Nova Londrina; Rua Anis Maroun Lebbos; Rua Nilton Saconatto; Rua Ortigueira; Avenida Nova Londrina; Rua Antônio Marques; divisa Oeste das quadras 08 e 07 do Conjunto Habitacional Jesualdo Garcia Pessoa; Avenida José Rodrigues Martins até encontrar a Rua Manoel Martins de Oliveira.
7. Divisa do lote 316A com o lote 316B (Gleba Jacutinga); Avenida Jules Verne; Avenida Antônio Capello; Rua Oséias Furtoso; Avenida Aracy Soares dos Santos; divisa do lote 28 da quadra 01 (Jardim Nova Londrina) com o Jardim Nova Olinda; limite de fundo dos lotes da quadra 01 (Jardim Nova Londrina ); prolongamento desta linha divisória até encontrar com a quadra 01 do Jardim San Martin; limite lateral do lote 5-A da mesma quadra; Rua Benedito Gonçalves da Silva; Rua Carlos Masso; Avenida Aracy Soares dos Santos; rua limite das quadras 37 e 36 do Conjunto Residencial Santa Rita 07; Rua Eiiti Suguimoto; Rua Estevam Mestre; Avenida Jules Verne; Avenida Vicente Bocuti; Rua Oswaldo Nunes; Rua Ernesto Gonçalves Mendes; Rua Carlos Menolli; Rua Figueira; Avenida Aracy Soares dos Santos; Rua Moacir Silveira Vallin; Rua Mário Giublin; Rua Athos Anzola; Rua José Montier; Rua Amendoinzeiro; Rua Caviúna; Rua Ruy Virmond

Carnascialli; Avenida José Garcia Villar; Rua Athos Anzola; Avenida Aracy Soares dos Santos; Rua Rezek Andery; Rua Romão Garcia Ortiz; Rua Sidrack Silva Filho; Rua Florindo Salvador; Rua Aníbal Domingos Pires; Rua Antônio Bonato; Rua Haroldo de Freitas; Rua Adalcimar Regina Guandalini; Rua Eliane Alvin Dias; Rua Antônio Inácio Pereira; Rua Cyntia Kiyomi Tackahashi; divisa de fundo dos lotes das quadras 01 e 02 do Jardim Coliseu; Rua Fulgêncio Ferreira Neves; Rua Edwiges Massagardi Baldan e seu prolongamento; Rua Umbelina Diz Mansano; Rua Bruno Próspero Parolari; prolongamento desta rua até a Rua Claudir Martinez Rossi; Rua Doutor Aristeu dos Santos Ribas; Rua Caetano Vicentini; divisa dos lotes 29, 28, 19 e 20 da quadra 04 do Jardim Itália; Avenida Lúcia Helena Gonçalves Vianna; Rua Carolina Coletto Demattê e seu prolongamento até encontrar com a divisa Oeste do Parque Industrial Alicante; prolongamento da Rua José Maurício da Silva; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati; contorno da sua nascente; Rua Nossa Senhora das Graças; Avenida Brasília; Avenida Luigi Amorese; Avenida Cruzeiro do Sul; divisa de fundo dos lotes da quadra 01 do Jardim Leste-Oeste; Avenida Luigi Amorese até encontrar com a divisa do lote 316A com o lote 316B (Gleba Jacutinga).

8. Avenida Ouro; Rua Estoril; Rua João Caetano; limite lateral do lote 26 da quadra 19; limite de fundo dos lotes da quadra 19; limite lateral do lote 01 da quadra 19; Rua Deputado Ardinal Ribas até encontrar a Avenida Ouro.
9. Rua Deputado Nilson Ribas; divisa lateral do lote 01 da quadra 06 e divisa de fundo dos lotes da quadra 06; divisa do lote 17 com os lotes 18 e 19 da quadra 06 do Jardim dos Bancários; Rua Cristiano Machado até encontrar com a Rua Deputado Nilson Ribas.
10. Avenida Abélio Benatti (Avenida Leste-Oeste); Avenida Universo; Rua Vênus; divisa de fundo dos lotes das quadras 53, 52 e 51 (Jardim do Sol); Avenida do Sol; Rua Sagitário; Rua Plutão; Avenida do Sol; Avenida Libra; Rua Mercúrio; divisa de fundo dos lotes das quadras 40, 39, 26, 24, 31 e 30 (Jardim do Sol); Rua Dionísio Kloster Sampaio; Avenida Brasília; Avenida Rio Branco até encontrar com a Avenida Abélio Benatti (Avenida Leste-Oeste).
11. Rua Brasília Machado, prolongamento em linha reta; divisa dos lotes 08 e 07 (da Gleba Patrimônio Londrina) direção sudeste; Avenida Jorge Casoni; Rua Goitacazes; Rua Tapuias; Rua Vereador Liminski; Rua Carajás; Rua Tinguís; Rua Tupiniquins; Rua Chavantes; Rua Tapuias; Rua Madeira,; Rua Tembés; Rua Amazonas; Rua Amapá; Rua Rio

Grande do Sul; Rua Caetés; Rua Moçambique; Rua Ermelindo Leão; Avenida Duque de Caxias; Rua Doutor Vicente Machado; Rua Ermelindo Leão até encontrar a Rua Brasília Machado.

- 12.** Avenida Arthur Thomas; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé até encontrar com a divisa do lote 103B com o lote 102/102A da Gleba Cambé; ainda pela mesma até encontrar a Rua Francisco Alves; Avenida Jockey Club até encontrar a faixa paralela de 100 metros da Avenida Tiradentes; segue pela mesma até encontrar o limite de fundo da chácara 10 do Jardim Jockey Club; divisa de fundo das chácaras 10 e 08; divisa da chácara 08 com as chácaras 04 e 05; Rua Serra de Roraima; divisa da chácara 11 com a chácara 09 do Jardim Jockey Club; Avenida Eugênio Brugin; divisa de fundo dos lotes da quadra 01 do Jardim Bandeirantes; Rua Serra do Roncador; prolongamento da divisa do lote 100A e o lote 11 da quadra 09 do Jardim Bandeirantes; Avenida Serra da Esperança; Rua Serra Pedra Selada até encontrar a Avenida Arthur Thomas.
- 13.** Rua Guilherme Marconi; Rua Rudolph Diesel; Rua Samuel Morse e seu prolongamento até encontrar a Avenida Doutor João Nicolau; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Baroré e Ribeirão Cambé; Avenida Arthur Thomas; Rua Benjamim Franklin; Rua Denis Papin; Rua Waldomiro Fernandes; Rua Alfred B. Nobel; Avenida Arthur Thomas até encontrar a Rua Guilherme Marconi.
- 14.** Avenida Arthur Thomas; Rua Lourenço da Veiga; Avenida Waldomiro Ferreira da Silva; Rua Júlio de Castilho até encontrar a Avenida Arthur Thomas.
- 15.** Avenida Presidente Castelo Branco; Rua Armando Balarotti; Rua Augusto Guerino; Avenida Aniceto Espiga até encontrar a Avenida Presidente Castelo Branco.
- 16.** Avenida Vinícius de Moraes; Estrada Armarinho Paulista; Avenida da Maratona; Rua Anair Pezarini Correia; Rua Francisco Quessada Ortega; Rua Humberto Bussadori; Rua Pedro Khater; Rua João Carlos C. Giraldes; Rua Ahmad Nadr El Rafihi; Rua José Soares; Rua Henrique Bruneli; Rua Rui Roberto Soares; Rua Miguel José Alves; prolongamento da Avenida do Salto Triplo; Rua Paulo Novaes da Silveira; divisa de fundo das chácaras 01 a 16 do Jardim Sabará; Avenida Juvenal Pietraróia; Rua Soiti Taruma; Rua Sidney Miller; Rua Marcos Tomazini até encontrar a Avenida Vinícius de Moraes.
- 17.** Avenida Deputado Arnaldo Busato; Avenida Constantino Pialarissi; limite da faixa de 50 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-

445); Rua Ernani Lacerda de Athayde; Avenida Constantino Pialarissi; Avenida Ruy Ferraz de Carvalho; Rua 4 do Portal de Versalhes III até encontrar a Avenida Deputado Arnaldo Busato.

18. Rua Brilhante; Rua Grafita; Rua Tremembés; divisa do lote 3 com o lote 20 remanescente, (subdivisão do lote 20); Avenida Santa Mônica; Rua Ceará; divisa lateral e seu prolongamento, dos lotes 9 e 10 da quadra 3 do Jardim Castelo; Rua Louis Francescon; Rua Itaperuna; Rua Tremembés; Rua Mamburê; Avenida Simon Bolivar; Rua Poti; Rua Tapuias; Variante Ferroviária; prolongamento da Rua Urupês; Rua Rutilo até encontrar a Rua Brilhante.
19. Rua Santa Cecília; Rua Santa Luzia; Rua Nossa Senhora de Lourdes; Avenida Santa Mônica; divisa lateral do lote 27, divisa de fundo dos lotes da quadra 15 do Jardim Ideal e seu prolongamento; Variante Ferroviária, divisa do Pátio Ferroviário 2 com o lote 14-A; Variante Ferroviária; Avenida Laranjeiras; prolongamento da Rua do Cuité; Rua do Morango; Rua do Araticum; limite dos lotes 01 e 02; Rua Mangaba; Rua Pitangueiras; Avenida Theodoro Victorelli até encontrar a Rua Santa Cecília.
20. Rua Heron Domingues; Rua das Ameixeiras; Rua dos Abacateiros; Rua Ernesta Galvani dos Santos; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Marabá e Água das Pedras até encontrar com, a divisa do Lote 15 da Gleba Lindóia; segue pela divisa do Lote 15, 14 até o lado norte do Pátio Ferroviário; Variante Ferroviária; Rua Flor de Maio; divisa lateral do lote 14 quadra 9 do Jardim Taliana 2; divisa de fundo da mesma quadra; Rua José Martins Gomes até encontrar a Rua Heron Domingues.
21. Estrada dos Pioneiros; Rua H e H1 (Jardim Oriente); Avenida São João; Rua Américo Vespúcio; divisa das quadras 2 e 3 do Bairro Aeroporto com o lote D (subdivisão do lote 2-A); limite das quadras 3, 4 e 9 com o lote 35-B; Rua Fernão de Magalhães; Rua Francis Bacon; Rua Doutor Arlindo Carmona; Rua C; Rua A; Estrada dos Pioneiros; divisa dos Municípios de Londrina e Ibiporã; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão do Limoeiro; divisa dos lotes 29 e 27 da Gleba Simon Frazer; (Hospital Universitário); Avenida Robert Koch; Avenida Alziro Zarur; Rua Sidrack Silva, prolongamento da Rua José Hélio Luppi; Rua José Hélio Luppi; Rua Marco Pollo; Avenida Paul Harris; Avenida do Café; Rua Conceição Arenal; Avenida Anália Franco; Rua Eleonor Roosevelt; Rua Meimei; Rua Rosa Siqueira; prolongamento da Rua Rosa Siqueira até encontrar a Estrada dos Pioneiros. **Observação:** Não fazem parte

desta Zona as faixas de 50 metros das duas faces da Avenida São João, entre a Rua Alice Sumiko Okajima e a divisa Leste do lote 38-B2A (Chácara Gralha Azul) com a Rua Álvaro Loureiro.

- 22.** Divisa da Vila Guarujá com o lote 113-A; Avenida Dez de Dezembro; limite da face Sul da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé; Avenida Duque de Caxias; Rua Capitão Pedro Rufino; Rua Gonçalves Ledo; Rua Capitão Joaquim de Paiva; Rua Maurício de Nassau; prolongamento até a faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Guarujá; faixa de preservação de fundo de vale do mesmo, contornando a sua nascente até encontrar com a linha divisória de fundo dos lotes da quadra 7 da Vila Guarujá.
- 23.** Rua Dolores Maria Bruno; divisa de fundo dos lotes da quadra 3 do Jardim Califórnia; divisa dos lotes 9 e 22; Rua Jayme Americano; Rua Allan Kardec; divisa de fundo dos lotes da quadra 2 do Jardim Eldorado e dos lotes da quadra 2 do Jardim OK; Avenida Mahatma Gandhi; Rua Eurípedes Barsanulfo; Rua Lázaro Zamenhof; Rua Augusto Canezin; Avenida José Ventura Pinto; divisa dos lotes 7 e 8; divisa de fundo dos lotes 8, 9 e 10; divisa dos lotes 27 e 26 da quadra 03 do Jardim Vale Verde; Rua Domênico Rotunno; limite da faixa da Área Aeroportuária; divisa de fundo das chácaras 1, 2 e 3 do lote 13 e seu prolongamento; divisa dos lotes 15A e 17 da Gleba Cambé; limite da faixa de preservação do fundo de vale do Ribeirão Inhambú, Ribeirão Cambé, Córrego Tico-Tico, Córrego do Pica-Pau; Rua José Lázaro de Gouveia; Avenida das Américas; prolongamento da Avenida José Ventura Pinto; divisa do lote 4-C remanescente com as quadras 12 e 11, área pública, fundo dos lotes 1 e 2 da quadra 9 do Jardim San Isidro; divisa do lote 26 da quadra 10 no Jardim San Fernando; Rua Maria Inácia de Almeida Campos; Rua Lázaro Zamenhof; Avenida das Américas; Rua José Lázaro de Gouveia; Rua Antônio Menegazzo; Rua Charles Lindemberg até encontrar a Rua Dolores Maria Bruno.
- 24.** Rua Barcelona; Rua da Natureza, limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé, Córrego do Monjolo e Córrego do Bem-te-vi; divisa dos lotes 74A e 74 (Jardim Vale Azul) da Gleba Cambé; Rua Luiz Carvalho de Araújo; Rua Jacira Messias Leama; Rua Lindaura Vasques de Souza; limite da faixa de 50 metros paralela ao prolongamento da Avenida Europa; Rua Roma; Rua Coimbra; Avenida Europa até encontrar a Rua Barcelona.

- 25.** Rua Lisboa; Rua Milão; Rua Edmundo Gonçalves; limite da faixa de 50 metros paralela a Rua Milão e prolongamento da Avenida Europa; divisa dos lotes 75 e 75A; Ribeirão São Lourenço; divisa dos lotes 116 e 117 da Gleba Ribeirão Cambé; Rua Joaquim Gregório Marques; divisa de fundo dos lotes da quadra 4 do Jardim Jatobá; Rua Cecílio de Oliveira; Rua Francisco Boer; Rua Delegado Matias Sampaio; divisa nordeste das quadras 6, 7 e 8 do Jardim Perobal; Rua Diórgenes de Lima Bravo; Rua Sílvio Mariano da Silva; rua da divisa frontal dos lotes 09, 10 e 11 da quadra 6 e os lotes 10 e 11 da quadra 07 do Jardim Novo Perobal; Rua João Rezende Filho; Rua Diórgenes de Lima Bravo; Rua Luiz Anelli; Rua Tiyome Kawabata; Rua Osvaldo Franco dos Santos; Rua Alexandre Frossard; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Cristal; divisa dos lotes 120B e 121; Estrada para Maravilha (PR-218) até encontrar a divisa da quadra 2 do Jardim Cristal; divisa lateral dos lotes 1 e 32 da mesma quadra; Rua Leônidas Rezende Dutra e seu prolongamento; Rua Ida Tamarozzi Petrucci; Avenida Guilherme de Almeida; Rua Madressilva; Rua Paulo Pontes; Rua Floral; Avenida Guilherme de Almeida; Rua Flor dos Alpes; Rua das Orquídeas; Rua do Trevo Branco; Avenida Guilherme de Almeida; Rua das Camélias; divisa de fundo dos lotes 1, 2 e 3 da quadra 29 do Parque Ouro Branco; divisa lateral das chácaras 5 e 45 com as chácaras 1A, 2, 3, 4 e 46, 47, 48, 49 (Chácaras Mussachino); Rua Madre Enriqueta Dominici; Rua Veneza até encontrar a Rua Lisboa.
- 26.** Rua João Guilherme; rua limítrofe entre as quadras 1, 3 e 1-A; limite da faixa de 106 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); limite da faixa de 242 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); prolongamento da Rua Victório Zaggato; Rua Ivone Freitas Lopes; Rua Adolfo Franciulli; Rua José Luiz de Andrade; divisa de fundo das chácaras 1 a 4 (Ponte Seca); Rua Clóvis Júlio Mendes; divisa de fundo das chácaras 25 a 28 (Ponte Seca); limite da faixa de 50 metros de largura paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) até encontrar o Conjunto Habitacional Jamile Dequech; contorna-o até encontrar a Rua Gerônimo Nogueira de Figueiredo; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Saltinho e seus afluentes, contornando a sua nascente até encontrar a Rua Antônio Vizitação Lopes Rúbio; Rua Izabel Romeiro Malfil; Rua Ida Postalli Victorelli; Rua Ananias Fonseca da Silva; Rua Manoel Lopes Martinez; Rua Joaquim Nogueira Azevedo; Rua Alvízio Jarreta; limite da faixa de preservação do fundo de vale do Córrego Água Clara; Rua Nicolau Barra Rosa; Rua Sílvio Lourenço Leite; Rua Geraldo Júlio; Avenida Chepli Tanus Daher; Rua Maria Vidal da Silva; Rua Maria da Glória Barroso Casarin, divisa de fundo da

quadra 1 do Jardim Del Rei; Avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra; Rua Carlos Clementino Moreira; Rua Antônio Theodoro de Almeida Camargo até encontrar a Rua João Guilherme. **Observação:** As quadras 1 e 2 do Conjunto Habitacional Cafezal 4, não fazem parte desta Zona.

**27.** Rua Chipre; Rua Bélgica; Avenida Dez de Dezembro; Rua Ulisses Rodrigues da Silva; Rua Serafim França; Rua Domingos Biasoni; Rua Ulisses Rodrigues da Silva; limite da faixa de 100 metros de largura paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego dos Tucanos até encontrar a Rua Chipre.

**28.** Estrada para Maravilha; divisa do lote 94 com o lote 131; divisa do lote 96 com os lotes 130 e 98; Córrego do Pipa; divisa do lote 93 com o lote 95, divisa do lote 91B com os lotes 95, 212 e 212A, todos da Gleba Três Bocas; divisa dos lotes 91A e 91B (Gleba Três Bocas) com o lote 19, 18, 17 e 16 (Gleba Cafezal); divisa do lote 16 com o lote 14-A (Gleba Cafezal) e seu prolongamento; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); divisa dos lotes 11 e 10 da Gleba Cafezal; Rua Ramiro Borges Santana; divisa dos lotes 10 e 09 (Gleba Cafezal); Rua Odocas Camilo; divisa dos lotes 10 e 11 até encontrar a Estrada para Maravilha (PR 218) fechando o perímetro.

**29. VETADO.**

---

*final do Quadro III*

## **QUADRO IV - ZONA RESIDENCIAL 4**

**São zoneados em ZR-4 todos os lotes contidos nos perímetros descrito a seguir:**

- 1.** Avenida Saul Elkind; Rua Odilon Braga; divisa Norte da praça e da área de serviço público local do Jardim Santa Cruz; prolongamento da Rua Benedito Rodrigues da Cunha; Rua Benedito Rodrigues da Cunha; Rua Remo Ferrarese até encontrar a Avenida Saul Elkind.
- 2.** Rua João Mazzeo; Rua André Luiz Nogari; Rua Mário José Romagnolli; Avenida Francisco Gabriel Arruda até encontrar a Rua João Mazzeo.
- 3.** Avenida Santo Magrini; Rua Benedito Sales e seu prolongamento; Rua Francisco de Melo Palheta; prolongamento da Rua Café Cereja até encontrar a divisa de fundo da quadra C do Jardim dos Pássaros; divisa de fundo dos lotes 9, 10, 11 e 12 da mesma quadra; divisa dos lotes 12 e 13 da quadra C, dos lotes 12 e 25 com os lotes 13 e 26 da quadra D (Jardim dos Pássaros); divisa de fundo dos lotes 26, 27 e 1 da quadra 22, os lotes 26 e 27 da quadra 15, os lotes 26, 27 e 1 da quadra 10 (Conjunto Habitacional Parigot de Souza 3); divisa dos lotes 1 e 2 da quadra 2; divisa dos lotes 14 e 13 da quadra 3 até encontrar a Avenida Santo Magrini.
- 4.** Jardim das Américas.
- 5.** Rua Anibal Domingos Pires; Rua Florindo Salvador; Rua Sidrack da Silva Filho; divisa de fundo das chácaras 7 a 12 até encontrar a Rua Anibal Domingos Pires.
- 6.** Os lotes de 1 a 10 da quadra 01 do Jardim Santiago 2A (lote 336).
- 7.** Os lotes de 17 a 32 da quadra 2 e os lotes 19 a 34 da quadra 01 do Jardim Santiago.
- 8.** Os lotes de 1 a 11 da quadra 01 do Jardim Santa Madalena; os lotes 1 a 5A da quadra 01 do Jardim San Martin; os lotes 1 a 15 da quadra 01 do Jardim Mônaco; os lotes 1 a 4 da quadra 02 do Jardim Santa Madalena.
- 9.** Os lotes de 10 a 18 da quadra 18 do Jardim Maria Lúcia; os lotes 15 a 27 da quadra 33 do Conjunto Residencial Santa Rita 6; os lotes 20 a 37 da quadra 34, os lotes 19 a 36 da quadra 35 do Conjunto Residencial Santa Rita 6; os lotes 17 a 32 da quadra 36 do Conjunto Residencial Santa Rita 7.



- 10.** Avenida Vicente Bocuti; divisa da quadra 16 do Jardim Maria Lúcia; divisa de fundos das quadras 32, 31 e 30 do Conjunto Residencial Santa Rita 4; divisa de fundos dos lotes da quadra 29 do Jardim Santa Rita 7; Rua Figueira; Rua Carlos Menolli; Rua Ernesto Gonçalves Mendes; Rua Oswaldo Nunes até encontrar a Avenida Vicente Bocuti.
- 11.** Rua Alvorada; Rua Ermelindo Leão; Avenida Duque de Caxias; Rua Belém, divisa de fundo dos lotes com testadas para a Rua Bahia das quadras 134, 140, 1, D, C, E, G, 148B, 140A; Rua Tietê; Rua São Vicente até encontrar a Rua Alvorada.
- 12.** Rua Tietê; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Rua Guaporé, até encontrar a divisa de fundo do lote 17 da quadra 140I da Vila Primavera; divisa de fundo dos lotes 17 a 20 da quadra 140I da Vila Primavera e 1 da quadra 8 da Vila Pietraróia; divisa de fundo dos lotes 01, C, B1 e B da quadra 9 da Vila Pietraróia e do lote 21A da Vila Nalin; divisa de fundo dos lotes 1B, 2B, 1C e 2C da quadra B e o lote 1D da quadra D da Vila Nalin; divisa de fundo do lote 8 da quadra C e os lotes 22 a 17 da quadra B do Jardim Paraíso; Rua Itajaí; Rua Mem de Sá; divisa do lote 74-1 e o lote 9 do Jardim Oguido; divisa de fundo dos lotes 9, 10, 4, 3, 2 da quadra 1 do Jardim Oguido; divisa de fundo dos lotes 6A e 6 da quadra 7 e seu prolongamento; divisa de fundo dos lotes da quadra 6 com testadas para Rua Araguaia; divisa de fundo dos lotes 4, 4A e 1 da quadra 1 da Vila Agari; divisa de fundo dos lotes 1, 1A, 1B e 2 da quadra 01 da Vila Monteiro; divisa de fundo dos lotes 1 a 7 da quadra 1 do Jardim Tabapuã e os lotes 1 e 2 da quadra 1 da Vila Nóbrega; Rua da Abolição até encontrar a Rua Tietê.
- 13.** Rua Chuí; divisa de fundo dos lotes A, 3B, 3C, 4C, 4B, 4A da quadra E e os lotes 1 a 5 e o lote lateral da quadra D da Vila Agari; divisa de fundo dos lotes 1 a 6 da subdivisão do lote 77/78; divisa de fundo dos lotes 1 a 11 da quadra 4 e divisa lateral Norte do lote 1 da quadra 1 da Parque São Cristóvão; divisa de fundo dos lotes 1 a 6 da quadra C da Vila Mendonça; Rua Itajaí; divisa de fundo dos lotes 1 a 5 da quadra 6, os lotes 14 a 19 e o lote 1 da quadra 4, os lotes 1 e 1A da quadra 2 da Vila Conceição; divisa de fundo dos lotes 02 e 03 e parte do lote 04 da quadra 02 da Vila Conceição; divisa dos lotes 13 e 12 da quadra 03 (Vila Aparecida); Rua Xingu; divisa do lote 11 com os lotes 13 e 12 da quadra 04 da Vila Aparecida; divisa do lote 03 com os lotes 01 e 02 e do lote 20A com o lote 20; divisa do lote 21 com os lotes 20A e 20B da quadra 01 da Vila Adolfo; divisa de fundo dos lotes 21 e 21A; divisa de fundo dos lotes 02 a 08 e 12 e 11 da quadra 1 da Vila Adolfo; divisa de fundo dos lotes 16 a 09 da quadra 2 da Vila Adolfo e divisa do lote 55 com os

lotes 52, 53 e 54A da quadra 140 (Centro); Rua Amapá; Rua Açungui; Rua Itapicuru; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Rio Pardo; prolongamento da divisa de fundo dos lotes 13 a 09 da quadra 03 do Parque São Cristóvão; divisa dos lotes 06 e 07 da mesma quadra; divisa de fundo dos lotes da quadra 07; divisa do lote 01 com o lote 14; Rua Joá; divisa dos lotes 14 e 13 da subdivisão dos lotes 77/78; Rua Xapecó; divisa dos lotes 4A e 3 com os lotes 12, 07, 06, 05 e 01 da quadra A da Vila Agari; divisa dos lotes 2B e 4C da quadra B e seu prolongamento até encontrar a Rua Chuí.

- 14.** Rua Natal; divisa do lote 24 com os lotes 23, 11 e 12 da quadra 06 da Vila Agari; divisa do lote 12 com o lote 13 da mesma quadra; Rua Fortaleza; divisa do lote 14 com o lote 15 da quadra 5 da Vila Agari, do lote 11 com os lotes 14, 13 e 09 com os lotes 10 e 11 da quadra B da Vila Shimabokuro; Rua Terezina; divisa do lote 11 com o lote 12 e seu prolongamento da quadra D da Vila Shimabokuro; Rua São Luiz; Travessa Goiânia; Rua Manaus; Rua Paraíba; Travessa Belo Horizonte; Rua Manaus; Rua Porto Alegre até encontrar a Rua Natal.
- 15.** Avenida Rio Branco; divisa de fundo dos lotes das quadras 01, 02, 03 e 04 do Jardim Shangri-lá A; Rua Gustavo Barroso; Avenida Pandiá Calógeras até encontrar a Avenida Rio Branco.
- 16.** Rua Luiz Delfino; Rua Castro Alves; Avenida José de Alencar; divisa de fundo dos lotes das quadras 17 a 22 do Jardim Shangri-lá A até encontrar a Rua Luiz Delfino.
- 17.** Rua Denis Papin; Rua Benjamin Franklin; divisa das chácaras 01 e 30 com as chácaras 02 e 29 da quadra 02 do Parque Jamaica; divisa das chácaras 01 e 22 com as chácaras 02 e 21 da quadra 03 do Parque Jamaica; Rua Waldomiro Fernandes até encontrar a Rua Denis Papin.
- 18.** Rua Bauru; Rua Uberaba; Rua Olímpia; faixa de 50 metros de largura paralela à Avenida Tiradentes; Rua João Sampaio; Rua Cristiano Machado; Avenida Maringá; Rua Foz do Iguaçu; divisa de fundo dos lotes da quadra 01; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Avenida Maringá das quadras 02 a 06 da Vila Judith; Rua Astorga; Avenida Voluntários da Pátria; Rua Foz do Iguaçu; Rua General Tasso Fragoso; Rua Deputado Nilson Ribas; Rua Deputado Fernando Ferrari até encontrar a Rua Bauru.
- 19.** Rua Cornélio Procópio; Rua Rebouças; Rua Tomazina; Rua Morretes; divisa de fundo dos lotes 05 a 01 da quadra 02 e os lotes 01 a 07 da quadra 01 da Vila Vitória; divisa de fundo dos lotes 01 a 10 da quadra 01 da Vila Jardim do Norte; Rua Érico Veríssimo; Rua Cândido Betoni;

Rua Itápolis; Rua Ponta Grossa; Rua Fernando de Noronha até encontrar a Rua Cornélio Procópio.

- 20.** Rua Taubaté; Rua Araçatuba; Rua Sorocaba; Rua Colina, até encontrar a Rua Taubaté.
- 21.** Rua Prof. João Cândido; Rua Goiás; Rua Mato Grosso; Avenida Celso Garcia Cid; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Avenida Duque de Caxias das quadras 30, 44, 51, 60, 60A, 60B e 142 do Centro e quadras 1, 2, 3, 4 e 5 da Vila Ipiranga e quadras A e B do Jardim Londrilar; Rua Moreira Cabral; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Rua Senador Souza Naves das quadras 19 e F do Jardim Londrilar e quadras 6, 7, 8, 9 e 10 da Vila Ipiranga e quadra 142 do Centro; Avenida Juscelino Kubitscheck, Rua Senador Souza Naves; divisa da quadra 142 com o lote 1 da quadra 11 da Vila Ipiranga; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Rua Senador Souza Naves das quadras 11, 12, 13, 14 e 15 da Vila Ipiranga e quadras 5, 4 e 7 do Jardim Londrilar; Rua Moreira Cabral; Rua Antônio Amado Noivo; Avenida Bandeirantes; Rua Gomes Carneiro; Rua da Lapa; Rua Dulcídio Pereira; divisa de fundo dos lotes com testadas para Avenida Higienópolis das quadras 2 e 3 do Parque Canaã, os lotes 1 a 11 da Vila Francisconi, quadras 6, 1, 7 e 11 do Parque Bela Vista; divisa do lote 06 da quadra 11 do Jardim Bela Vista com o lote do Colégio Vicente Rijo; Avenida Higienópolis; Avenida Juscelino Kubitscheck; Rua Pernambuco; Rua Alagoas até encontrar a Rua Professor João Cândido.
- 22.** Rua Canudos, Avenida Juscelino Kubitscheck; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Avenida Higienópolis, das quadras 01 e 06 da Vila Higienópolis, 15 e 16 do Jardim Higienópolis 1, quadra 16 e 16A da Vila Higienópolis 2, quadra 1 da Vila Ary de Assis; quadra 7 da Vila Pimenta; Avenida Aminthas de Barros; Rua Paranaguá; Avenida da Saudade até encontrar a Rua Canudos.
- 23.** Avenida Juscelino Kubitscheck; Avenida Dez de Dezembro; Rua Peru; Rua Panamá; Rua Colômbia; Rua Chile; Rua Bolívia; Rua Brasil; Rua Colômbia; divisa de fundo dos lotes com testadas para Avenida Duque de Caxias das quadras 01 e 02 da Vila Brasil, quadras 13, 07 e 01 do Parque América; Rua Jorge Velho; Rua Brasil; Rua Raposo Tavares; divisa de fundo dos lotes, com testadas para Avenida Duque de Caxias da quadra 141 da Vila Larsen e do Centro até encontrar a Avenida Juscelino Kubitscheck.

- 24.** Rua Carmela Dutra; divisa do Jardim Oriente e Jardim Alah; Rua Meimei; Rua Eleonor Roosevelt; Avenida Anália Franco; Rua Conceição Arenal; Avenida do Café; Avenida Paul Harris; Rua Rainha de Sabá; Rua Débora até encontrar a Rua Carmela Dutra.
- 25.** Estrada dos Pioneiros; Rua A; Rua C; Rua Doutor Arlindo Carmona; Rua Francis Bacon; Rua Fernão de Magalhães; divisa das quadras 9, 4 e 3 (Bairro Aeroporto) com o lote 35 B; divisa das quadras 3 e 2 do Bairro Aeroporto com o lote D (Subdivisão do lote 2-A); Rua Américo Vespúcio; Avenida São João; Rua H e H1 (Jardim Oriente) até encontrar a Estrada dos Pioneiros.
- 26.** Rua Almirante Tamandaré; Avenida Duque de Caxias; Rua Heródoto; Rua Presidente da Costa e Silva; Rua Clóvis Beviláqua até encontrar a Rua Almirante Tamandaré.
- 27.** Avenida das Américas; Rua Lázaro Zamenhof; Rua Maria Inácia de Almeida Campos; divisa do lote 4-C (remanescente) com a quadra 10 do Jardim San Fernando, divisa de fundo dos lotes 1 e 2 da quadra 09, área pública, quadras 11 e 12 do Jardim San Isidro; prolongamento da Avenida José Ventura Pinto até encontrar a Avenida das Américas.
- 28.** Rua Prefeito Faria Lima; Rua Martinho Lutero; limite da faixa de 50m paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Aniceto Espiga até encontrar a Rua Prefeito Faria Lima.
- 29.** Rua Bento Munhoz da Rocha Neto; divisa lateral dos lotes 64A2 e 64A1 com as quadras 11, 10, 8, 6, 4 e 01 do Jardim Arco-Íris; prolongamento da divisa de fundo dos lotes 7B, 7A, 6G, 6H, 6T, 6U e 6A8; até encontrar a Rua Bento Munhoz da Rocha Neto.
- 30.** Rua Bento Munhoz da Rocha Neto; lotes 6A5, 6X, 6Q, 6JK e 6D; limite da faixa de 50 metros paralela à Av. Madre Leônia Milito divisa dos lotes 6C, 6B, 6A, 83, 82.1, 82.2 e 81 ; limite da faixa de 50 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445); Rua Martinho Lutero; divisa do lote 101 com o Jardim Alto da Colina; divisa do Conjunto Residencial Água Verde e Jardim Alto da Colina 1 e 2; Rua Carmelino de Moraes até encontrar a Rua Bento Munhoz da Rocha Neto.
- 31.** Avenida Madre Leônia Milito; divisa do Asilo São Vicente de Paula com o Jardim Bela Suíça; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Capivara; Rua Bombaim; divisa do Jardim San Diego com as quadras 12, 09, 06, 04 e 02 do Jardim Cláudia até encontrar a Avenida Madre Leônia Milito.
- 32.** Avenida Madre Leônia Milito; divisa do lote Y da Gleba Palhano com as chácaras de 01 a 07 do lote 65-A; divisa dos lotes Y, Z e B com os

lotes 06 e 07; divisa dos lotes B e 6 da Gleba Palhano; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Capivara; limite da faixa de 50 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) até encontrar a Avenida Madre Leônia Milito.

- 33.** Avenida Waldemar Spranger; divisa das chácaras 14 e 15; Rua Fermino Barbosa; divisa das chácaras 36 e 37; divisa de fundo das chácaras 37 e 38; divisa das chácaras 59 e 58; Rua Manoel Alves dos Santos; divisa das chácaras 90 e 91; divisa de fundo das chácaras 91 a 96 até encontrar o prolongamento da Avenida José Grabiél de Oliveira até divisa de fundo da quadra 9 do Parque Residencial Alcântara, seguindo a sul até a Avenida Waldemar Spranger.
- 34.** Rua China; Avenida Inglaterra; Avenida Dez de Dezembro; Rua Bélgica até encontrar a Rua China.
- 35.** Rua Albânia; Avenida Inglaterra; Rua Dinamarca; divisa de fundo dos lotes com testadas para Avenida Inglaterra das quadras 01 do Jardim Oscavo Santos, quadra 04 do Conjunto Habitacional Jerumenha, quadra 04 do Jardim Vilas Boas, quadra 02 do Jardim São Vicente; Rua China; Rua Ucrânia; Avenida União Soviética; Rua Luxemburgo; Avenida Estados Unidos; Rua Irlanda; Rua Dinamarca; Rua Áustria; divisa entre as quadras 02 e 03 do Jardim Igapó; Rua Rússia até encontrar a Rua Albânia.
- 36.** Rua Alemanha; divisa de fundo dos lotes com testadas para Avenida Inglaterra, das quadras 07 e 06 do Jardim Igapó, quadra 01 do Jardim Adriana 1, quadra 05 do Conjunto Habitacional Jerumenha, quadra 1, 2 e 3 do Jardim Vilas Boas, quadra 01 e praça do Jardim São Vicente; Rua Escócia; Avenida União Soviética; Rua Egito; Rua Grã-Bretanha; Rua País de Gales; Rua Romênia até encontrar a Rua Alemanha.

---

*final do Quadro IV*

## **QUADRO V - ZONA RESIDENCIAL 5**

**São zoneados em ZR-5 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1.** Rua Mossoró; Rua Quintino Bocaiúva; Rua Belo Horizonte; Rua Alagoas; Av. Juscelino Kubitscheck.
- 2.** Rua Pernambuco; Avenida Juscelino Kubitscheck; Avenida Higienópolis; Rua Alagoas até encontrar a Rua Pernambuco.
- 3.** Av. Rio Branco; Rua Pandiá Calógeras; Rua Gustavo Barroso; Av. Tiradentes; Av. José de Alencar; Rua Eça de Queiroz; Rua Monteiro Lobato; (Av. Leste-Oeste) até encontrar a Av. Rio Branco.

---

*final do Quadro V*

## **QUADRO VII - ZONA COMERCIAL 1**

**São zoneados em ZC-1 todos os lotes contidos no perímetro descrito a seguir:**

- 1. Rua Belo Horizonte; Rua Quintino Bocaiúva; Rua Prefeito Hugo Cabral; Rua Fernando de Noronha; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Professor João Cândido; Rua Benjamin Constant; Rua Mato Grosso; Rua Goiás; Rua Professor João Cândido; Rua Alagoas até encontrar a Rua Belo Horizonte.**

---

***final do Quadro VIII***

## **QUADRO VIII - ZONA COMERCIAL 2**

**São zoneados em ZC-2 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1.** Avenida Dez de Dezembro; Avenida Santos Dumont; Avenida Jorge Casoni; Avenida Celso Garcia Cid; Rua Mato Grosso; Rua Benjamin Constant; Rua Professor João Cândido; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Pernambuco; Rua Belém; Rua Rio Grande do Sul; Avenida Jacob Bartolomeu Minati até encontrar a Avenida Dez de Dezembro.
- 2.** Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Fernando de Noronha; Rua Prefeito Hugo Cabral; Rua Quintino Bocaiúva; Rua Mossoró até encontrar a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes.
- 3.** Área B, com 131.831,87m<sup>2</sup>, contida no Lote nº 6, localizado na Avenida Madre Leônia Milito, da sede do Município.

---

*final do Quadro VIII*



### **QUADRO IX- ZONA COMERCIAL 3**

**São zoneados em ZC-3 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1.** Rua Noruega; Avenida Dez de Dezembro; Avenida Inglaterra; Rua China; divisa de fundo dos lotes, com testadas para Avenida Inglaterra, das quadras 02 do Jardim São Vicente, 04 do Jardim Vilas Boas, 04 do Conjunto Habitacional Jerumenha e 01 do Jardim Oscavo Santos; Rua Dinamarca; Avenida Inglaterra; Avenida Portugal; divisa das quadras 08 e 09 do Jardim Igapó; Rua Alemanha; divisa de fundo dos lotes com testadas para Avenida Inglaterra, das quadras 07 e 06 do Jardim Igapó, quadra 01 do Jardim Adriana 1, 05 do Conjunto Habitacional Jerumenha, quadras 01, 02 e 03 do Jardim Vilas Boas, quadra 01 e Praça Alípio Martins Estevão do Jardim São Vicente; Rua Escócia até encontrar a Rua Noruega.
- 2.** Rua Capitão Pedro Rufino; Avenida Duque de Caxias; Rua Almirante Tamandaré; Rua Ana Néri; Rua Henrique Dias; Rua Sagrado Coração; Rua Luiz Dias; Avenida Bandeirantes; Avenida Duque de Caxias; Rua Colômbia; Rua Brasil; Rua Bolívia; Rua Uruguai; Rua Humberto Piccinin; Rua Mar Del Plata; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Guarujá; Rua Maurício de Nassau; Rua Capitão Joaquim de Paiva; Rua Gonçalves Ledo até encontrar a Rua Capitão Pedro Rufino.
- 3.** Rua Moreira Cabral; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Avenida Duque de Caxias das quadras B e A do Jardim Londrilar, das quadras 5 a 1 do Parque Residencial Vila Ipiranga, das quadras 142, 60B, 60A, 60, 51, 44 e 30 do Centro; Avenida Celso Garcia Cid; Avenida Jorge Casoni; Rua Goiás; divisa de fundo dos lotes, com testadas para Avenida Duque de Caxias, das quadras 50, 61, 61A, 61B e 141 do Centro, quadra 141 da Vila Larsen; Rua Raposo Tavares; Rua Brasil; Rua Jorge Velho; divisa de fundo e seu prolongamento dos lotes, com testadas para Avenida Duque de Caxias, das quadras 1, 7 e 13 do Parque América; quadras 2 e 1 da Vila Brasil; Rua Colômbia; Avenida Duque de Caxias até encontrar a Rua Moreira Cabral.
- 4.** Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); divisa do lote 21 com o Parque Residencial Aurora; prolongamento da Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres); Rua Luiz Lerco; limite da faixa paralela de 200 metros de largura do prolongamento da Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres); Rodovia Mábio Gonçalves Palhano; divisa Sul dos

lotes 2A e 2B (Shopping Catuaí); Rua Luiz Lerco; Rua Francisco Salton até encontrar a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445).

5. Rodovia Mábio Gonçalves Palhano; Rua Martinho Lutero; Rua Shigueyasu Ymagawa; Rua João Knox; divisa das chácaras 153 e 156; divisa dos lotes 156 e 155; Rua Eunilson Bezerra da Silva; divisa de fundo dos lotes 157, 158, 169, 170, 191 e 192; divisa do lote 190 com a chacara 2 (Terras de Santana 2); divisa de fundo e lateral da chacara 2 (Terras de Santana 2); Rua Rubens Carlos de Jesus até encontrar a Rodovia Mábio Gonçalves Palhano.
6. Avenida Laranjeiras e seu prolongamento; Rua Carmela Dutra; Rua Débora; Rua Rainha de Sabá; Avenida Paul Harris; Rua São Mateus; Rua São Pedro; Rua Santa Cruz; Avenida Santos Dumont; Avenida Dez de Dezembro; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Rio Grande do Sul; Rua Othelo Zeloni; Avenida Duque de Caxias; Rua Moçambique; Rua Caetés; Rua Amapá; Rua Amazonas; divisa do lote 2 com os lotes 3, 5 e 6 do lote 38B; Rua Tupiniquins; Rua Tinguís; Rua Carajás; Rua Vereador Liminski; Rua Tapuias; Rua Poti; Avenida Simon Bolívar; Rua Mamburê; Rua Tremembés; Rua Itaperuna; Rua Louis Francescon; divisa do lote 10 com o lote 9 da quadra 3 do Jardim Castelo; Rua Ceará; Avenida Santa Mônica; Rua Nossa Senhora de Lourdes; Rua Santa Luzia; Rua Santa Cecília; Avenida Theodoro Victorelli até encontrar a Avenida Laranjeiras.
7. Os lotes 6F, 6E, 6I, 6K/J, 6R, 6S, 6V, 6W, 6A7, 6A6; e faixa de 50 metros de largura paralela à Avenida Madre Leônia Milito dos lotes 7B, 7A, 6G, 6D, 6C, 6B, 6A, 83, 82-1, 82-2 e 81; todos da Gleba Palhano.
8. Os lotes com testadas para a Avenida Higienópolis entre a Avenida Juscelino Kubitscheck e Avenida Aminthas de Barros.
9. Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Mossoró; Avenida Juscelino Kubitscheck; Rua Itápolis; Rua Cândido Betoni; Rua Érico Veríssimo; divisa de fundo dos lotes da quadra 1 do Jardim do Norte; divisa de fundos dos lotes 7 a 4 e 1 a 3 da quadra 1, os lotes 1 a 5 da quadra 2 da Vila Vitória; Rua Morretes; Rua Tomazina; Rua Rebouças; Rua Cornélio Procópio; Rua João XXIII; divisa lateral e fundo do lote 8 do lote 160E; Avenida Maringá; Rua Astorga; divisa fundo dos lotes; com testadas para a Avenida Maringá, das quadras 6 a 1 da Vila Judith; Rua Foz do Iguaçu; Avenida Maringá; Rua Cristiano Machado; divisa de fundo dos lotes 18 e 19 da quadra 6 do Jardim dos Bancários; divisa de fundo dos lotes da quadra 6 do Jardim dos Bancários; Rua Deputado Nilson Ribas; Rua Cristiano Machado; limite da faixa de 50 metros paralela à Avenida Tiradentes; Rua Olímpia; Rua Uberaba; Rua Bauru;

Avenida Poços de Caldas; Rua Araçatuba; Rua Taubaté; Rua Colina; Rua Sorocaba; Avenida Arthur Thomas; Avenida Tiradentes; os lotes do Jardim Shangri-lá A com testadas para a Avenida Universo e Avenida Tiradentes entre Rua Luiz Delfino e Avenida José de Alencar e entre a Rua Gustavo Barroso e Avenida Rio Branco; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Natal; Rua Porto Alegre; Rua Manaus; Travessa Belo Horizonte; Rua Paraíba até encontrar a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes.

10. Os lotes da Vila Agari, Vila Shimabokuro e Vila Pietraróia, com testadas para a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, entre a Rua Natal e Rua Manaus.
11. Rua Tietê; Rua Bahia; Rua Belém; Rua Guaporé até encontrar a Rua Tietê.
12. Os lotes com testadas para a face Leste da Rua Bahia, entre a Rua Tietê e Rua Belém.
13. Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Rua Amapá; divisa de fundo dos lotes 54A, 33 e 32 da quadra 140 do Centro; divisa de fundo dos lotes da quadra 2, dos lotes 11 e 12 e 9 a 2 da quadra 1 da Vila Adolfo; divisa do lote 1 com o lote 2 da quadra 1 da Vila Adolfo; Rua Guaporé; Rua Araguaia; divisa de fundo dos lotes, com testadas para face oeste da Rua Guaporé entre Rua Araguaia e Rua Tietê; Rua Tietê; Rua Guaporé até encontrar a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes.
14. Avenida Arthur Thomas; Rua Alfred B. Nobel; Rua Waldomiro Fernandes; divisa das chácaras 21 e 2 com as chácaras 22 e 1 da quadra 3, divisa das chácaras 29 e 2 com as chácaras 30 e 1 da quadra 2 do Parque Jamaica; Rua Benjamin Franklin até encontrar a Avenida Arthur Thomas.
15. Rua Chuí; divisa dos lotes 4C e 2B da quadra B (Vila Agari) e seu prolongamento; divisa dos lotes 01, 05, 06, 07 e 12 com os lotes 3 e 4A da Vila Agari; Rua Xapecó; divisa dos lotes 13 e 14 (subdivisões do lote 77/78); Rua Joá; divisa do lote 14 com o lote 01; divisa de fundo dos lotes da quadra 07; divisa dos lotes 06 e 07 da quadra 03 do Parque São Cistóvão; divisa de fundo dos lotes 09 e 13 e seu prolongamento da mesma quadra; Rua Rio Pardo; Rua Açungui; Rua Itapicuru; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes até encontrar a Rua Chuí.

---

*final do Quadro IX*

## **QUADRO X- ZONA COMERCIAL 4**

**São zoneados em ZC-4 todos os lotes contidos nos perímetros descrito a seguir:**

- 1.** Avenida Saul Elkind; Rua Firmínio Almeida Tavares; limite da faixa de 50 metros paralela à Avenida Saul Elkind; Rua Joubert de Carvalho; Avenida Saul Elkind; Rua Carlos Galhardo; limite da faixa de 50 metros paralela à Avenida Saul Elkind; Rua Sargento Daniel Vicente da Silva; limite com a faixa de 50 metros paralela a Avenida Saul Elkind; limite das chácaras 1 e 2 da subdivisão do lote 2 da Gleba Heimtal; Rua Constantino Paschoal; divisa das chácaras 16A1/16A2 com a chacara 15; Avenida Saul Elkind; Rua Irene Carrara Nunes; Rua Eugênio Gayon; Rua Olívio Pedro Benatto; Rua Gessi Eugênio da Silva; Rua Álvaro Ferreira Luz; Rua Carolina S. Garcia; Rua Vicente Fachinelli; Rua Jaime M. de Lima; Avenida Saul Elkind; Rua Francisco Garcia de Campos; Rua Lydia Monteiro; divisa do lote 30 com o lote 30A (Gleba Jacutinga); prolongamento da Rua Rodolfo Massaro; Rua Sebastião Carneiro Lobo; Avenida Saul Elkind; Rua Cegonha; Rua Odilon Braga; Avenida Saul Elkind; Rua Milton Campos; Rua Cordeiro de Farias; Rua Frederico Ozanan; Avenida Saul Elkind; Rua Laurentina Maria de Freitas; Rua Amélio Buranello; Rua Juracy Huga Cabral Messias; prolongamento da Rua Atílio Favoreto; divisa Leste e Sul do Cemitério da Saudade; Rua João de Freitas Rocha Filho; Rua Luiz Montanher; Rua Geraldo Simões; Rua Jesus Rojas; Rua João de Freitas Rocha Filho; Rua Waldomiro Batista de Araújo e seu prolongamento; Rua Henrique Victorelli; Rua Emaus; Rua João Mazzeo; Avenida Francisco G. Arruda; Rua Lázaro de Toledo; Avenida Santo Magrini; divisa de fundo dos lotes, com testadas para Rua Alexandre Santoro, das quadras 02 e 01 do Conjunto Habitacional Parigot de Souza 1, das quadras 1, 9, 14 e 21 do Conjunto Habitacional Parigot de Souza 3, das quadras B e A do Jardim dos Pássaros; prolongamento da Rua Café Cereja; divisa dos lotes 306-A e 307 da Gleba Jacutinga até encontrar a Avenida Saul Elkind.
- 2.** Os lotes com testadas para a face Sul da Avenida Jules Verne, entre:
  - Avenida Vicente Bocuti e Rua Figueira;
  - Rua Moacir Silveira Vallin e Rua Athos Anzola;
  - Rua Rezek Andery e Rua Adalcimar Regina Guandalini.
- 3.** Os lotes com testadas para a Face Norte da Avenida Jules Verner, entre:
  - Rua Estevan Mestre e divisa lateral do lote 01 da quadra 36 do Jardim Santa Rita 6;

– Rua Carlos Masso e Avenida José de Lima Castro.

4. Rua Quênia; Rua Argélia; Avenida Winston Churchill; Rua da Fraternidade; Rua da Irmandade; prolongamento da Avenida dos Amigos; Praça Padre Roberto Perez; Rua Tanzânia até encontrar a Rua Quênia.
5. Os lotes com testadas para a face Sul da Avenida Lucílio de Held entre a Rua Cyntia Kiyomi Takahashi e Rua Fulgêncio Ferreira Neves; quadras 3 e 15 do Jardim Coliseu.
6. Avenida do Sol; Rua Plutão; Rua Sagitário; Avenida do Sol; Avenida Brasília; Rua Mercúrio; Avenida Libra até encontrar a Avenida do Sol.
7. Rua Claudir Martinez Rossi; divisa de fundo dos lotes da quadra 2 do Jardim Santa Mônica; Rua do Pelicano; rua de divisa da quadra 2A com as quadras 2 e 3 do Jardim Paraíso; Rua da Ema; Rua da Águia Imperial; Rua Vicente Pereira de Miranda e seu prolongamento; Avenida Sylvio de Barros; divisa dos lotes 10 e 09 (Gleba Jacutinga); Rua Carolina Coletto Demattê; e seu prolongamento; Avenida Lucía Helena Gonçalves Vianna; divisa dos lotes 19, 20, 28 e 29 da quadra 4 do Jardim Itália; Rua Caetano Vicentini; Rua Doutor Aristeu dos Santos Ribas; Rua Bruno Próspero Parolari e seu prolongamento; Rua Umbelina Diz Mansano; prolongamento da Rua Edwiges Massagardi Baldan; Avenida Winston Churchill; Avenida Henrique Mansano até encontrar a Rua Claudir Martinez Rossi.
8. Rua Athos Anzola; Avenida José Garcia Villar; Rua Ruy Virmond Carnascialli; Rua Caviúna; Rua Amendoinzeiro; Rua José Montier até encontrar a Rua Athos Anzola.
9. Rua Tietê; Rua da Abolição; divisa de fundo dos lotes com testadas para a face Norte da Rua Araguaia, entre a Rua da Abolição e Rua Capiberibe; divisa do lote 1 com o lote 2 da quadra 8 da Vila Pietraróia; divisa de fundo do lote 2 da mesma quadra; divisa de fundo dos lotes 20 a 17 da quadra 140I da Vila Primavera; divisa dos lotes 13 a 16 com o lote 17 desta mesma quadra; Rua Araguaia; Rua Guaporé divisa de fundo dos lotes com testadas para a face Sul da Rua Araguaia entre a Rua Guaporé e Rua Chuí; Rua Chuí; Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes; Avenida Rio Branco até encontrar a Rua Tietê.
10. Rua Quartzos e seu prolongamento; divisa do lote 20 com o lote 21C da Gleba Lindóia; limite da faixa de preservação de fundo de vale da Água das Pedras; divisa do Jardim Itaipu e o lote 20; Rua Tremembés; Rua Grafita até encontrar a Rua Quartzos.

- 11.** Avenida Juscelino Kubitscheck; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Avenida Duque de Caxias entre a Avenida Juscelino Kubitscheck e Rua Goiás; Rua Goiás; Avenida Santos Dumont; Avenida Dez de Dezembro até encontrar a Avenida Juscelino Kubitscheck.
- 12.** Avenida Laranjeiras; Avenida Theodoro Victorelli; Rua Pitangueiras; Rua Mangaba; divisa dos lotes 2 e 1 do Conjunto Residencial Laranjeiras; Rua do Araticum; Rua do Morango; prolongamento da Rua do Cuité; Variante Ferroviária até encontrar a Avenida Laranjeiras.
- 13.** Avenida Robert Koch; divisa dos lotes 29 (Hospital Universitário) e 27 da Gleba Simon Frazer; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão do Limoeiro; Rua Sidrack Silva; Avenida Alziro Zarur até encontrar a Avenida Robert Koch.
- 14.** Avenida Juscelino Kubitscheck; divisa de fundo dos lotes com testadas para a Rua Senador Souza Naves entre a Avenida Juscelino Kubitscheck e Rua Moreira Cabral; Rua Moreira Cabral; Avenida Duque de Caxias; Avenida Bandeirantes; Rua Luiz Dias; Rua Fernando Camacho; Rua Senador Souza Naves; Avenida Bandeirantes; divisa das quadras 11 e 22 do Jardim Londrilar; Rua Engenheiro Omar Rupp; Rua Antônio Amado Noivo; Rua Moreira Cabral; divisa de fundo dos lotes com testadas para a face Oeste da Rua Senador Souza Naves, entre a Rua Moreira Cabral e Rua Raposo Tavares; divisa de fundo dos lotes 2 e 1 da quadra 11 da Vila Ipiranga; divisa do lote 1 desta mesma quadra com a quadra 142 do Centro; Rua Senador Souza Naves até encontrar a Avenida Juscelino Kubitscheck.
- 15.** Divisa dos lotes 38A e 38B da Gleba Simon Frazer; limite da faixa paralela de 50 metros de largura da face Norte da Avenida São João; Rua Álvaro Loureiro; limite da faixa paralela de 50 metros de largura da face Sul da Avenida São João; Rua Alice Sumiko Okajima; Avenida São João até encontrar a divisa dos lotes 38A e 38B da Gleba Simon Frazer.
- 16.** Rua Coimbra; Rua Roma; limite da faixa de 50 metros paralela ao prolongamento da Avenida Europa; Rua Adolfo Lopes de Oliveira; Rua Lindaura Vasquez de Souza; Rua Luiz Carvalho de Araújo; prolongamento da Avenida Alice Abib Sahão; divisa dos lotes 75-A e 75 da Gleba Cambé; limite da faixa paralela de 50 metros de largura do prolongamento da Rua Milão; Rua Edmundo Gonçalves; Rua Milão; Rua Lisboa; Avenida Europa até encontrar a Rua Coimbra.

17. Rua Carmo Antônio Sallum; Avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra; Avenida Presidente Abraham Lincoln; Rua Nelson Morghetti até encontrar a Rua Carmo Antônio Sallum.

## QUADRO XI - ZONA COMERCIAL 5

**São zoneados em ZC-5 todos os lotes contidos nos perímetros descrito a seguir:**

1. Limite da faixa, da face norte, paralela à BR-369 de 200 metros até encontrar a divisa do Município de Londrina com Ibiporã; BR-369; divisa Oeste do lote 25 do lote 57 da Gleba Lindóia; rua de divisa das chácaras 12 a 05 e 2/3 com as chácaras 25 e 13 a 18 (subdivisão do lote 57); Rua Ébio Ferraz de Carvalho; rua que limita as chácaras 1 a 18 com as chácaras 29 a 37 e 19; divisa de fundo dos lotes 8 e 9.
2. Limite da faixa da face sul, paralela à BR-369; limite da faixa de preservação de fundo de vale do córrego Palmital divisa do Lote 59 Gleba Lindóia, estrada Água das Pedras; divisa do Lote 54 com 42 da Gleba Lindóia, limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Água das Pedras até limite da faixa face sul paralela à BR-369.
3. Rua das Maritacas; Rua Doutor Mário de Barros; limite das chácaras 29 e 30 subdivisão do lote 46 da Gleba Lindóia; Rua Dionísio Pereira de Castro; divisa do Jardim Alemanha com a chácara 01 do lote 48; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Água das Pedras; Córrego do Jaci; divisa do lote 20 com o lote 21C; prolongamento da Rua Quartzo; Rua Quartzo; Rua Grafita; Rua Brilhante; Rua Rutilo; Rua Urupês; Variante Ferroviária; BR-369; Rua Angelina Ricci Vezozzo até encontrar a Rua das Maritacas.
4. Variante Ferroviária; Rua Tapuias; Rua Goitacazes; Avenida Jorge Casoni; Rua que limita os lotes 8 e 7; prolongamento da Rua Brasília Machado; limite da faixa de preservação do Córrego Bom Retiro e Ribeirão Quati até encontrar a Variante Ferroviária.
5. Rua das Maritacas; divisa do lote 37/38 com o lote 39 da Gleba Lindóia; divisa lateral das chácaras 29, 19, 18 e 17; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati e Lindóia; Avenida Pedro Boratin até encontrar a Rua das Maritacas.
6. Variante Ferroviária; divisa Oeste do Conjunto Habitacional Novo Amparo; Rua Francisco José Ferreira; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati; Rua José Maurício da Silva e seu prolongamento; Avenida Sylvio Barros; Rodovia Carlos João Strass até encontrar a Variante Ferroviária.
7. Rua Coelho Neto; divisa do lote A com o lote C; subdivisão do lote 53/54; Córrego Bom Retiro; Rua Brasília Machado; Rua Ermelindo



Leão; Rua Alvorada; Rua São Vicente; Rua Tietê; Avenida Rio Branco; Avenida Brasília; Rua Dionísio Kloster Sampaio; divisa de fundo dos lotes das quadras 80 e 81 do Jardim Shangri-lá B e quadras 24, 26, 39 e 40 do Jardim do Sol; Rua Mercúrio; Avenida Brasília; Avenida do Sol; divisa de fundo dos lotes das quadras 51, 52 e 53 do Jardim do Sol; Rua Vênus; Avenida Universo; Avenida Tiradentes; Avenida Arthur Thomas; Rua Serra Pedra Selada; Avenida Serra da Esperança; divisa do lote 100A e o lote 11 da quadra 09 do Jardim Bandeirantes e seu prolongamento; limite de fundo dos lotes da quadra 01 do Jardim Bandeirantes; Avenida Eugênio Brugin; limite da chácara 11 com a chácara 09 do Jardim Jockey Club; Rua Serra de Roraima; divisa da chácara 08 com as chácara 5 e 4; divisa de fundo das chácara 8 e 10; limite da faixa paralela de 100 metros da Avenida Tiradentes; Avenida Jockey Club; Rua Francisco Alves; divisa do lote 103B com o lote 102/102A; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Cacique contornando sua nascente; limite de fundo dos lotes 3, 2 e 1 da quadra 1 do Cilo 2; Avenida Esperanto; Rua Oswaldo Aranha; Rua Estoril; Avenida Ouro; Rua Deputado Ardinal Ribas; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé; Avenida Tiradentes; PR 445; Variante Ferroviária; divisa do lote 108 com o lote 109 (Gleba Jacutinga); Avenida Tiradentes; Avenida Cruzeiro do Sul; Avenida Luigi Amorese; Avenida Brasília; Rua Nossa Senhora das Graças; prolongamento da Rua Geraldo José de Almeida; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati até encontrar a Rua Coelho Neto.

8. Estrada Água das Pedras; leito antigo ferroviário; Estrada dos Pioneiros; até Estrada Água das Pedras.
9. Quadras 3 e 11 do Parque Residencial Jardim Piza.
10. Chácara com testadas para a Avenida Dez de Dezembro das chácara Mussashino (lote 66A Gleba Cambé).
11. Quadra 1 do Parque Ouro Branco.
12. Avenida Guilherme de Almeida; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra; limite lateral do lote 01 e fundos dos lotes da quadra 01 do Jardim Del Rei; Rua Maria da Glória Barroso Casarim; Rua Maria Vidal da Silva; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Rua Serafim França; Rua Ulisses Rodrigues da Silva até encontrar a Avenida Guilherme de Almeida.
13. Quadras 17 e 23 do Parque Ouro Branco; quadra 02 do Parque das Indústrias; quadra 3 do Jardim Franciscato; quadra 01 e 02 do Jardim

Itapoã; faixa de 50 metros paralela à Avenida Guilherme de Almeida; quadra 01 e 02 do Jardim Santa Joana e quadra 01 e 02 do Jardim Cristal.

- 14.** Rua José da Silva; Rua Victorino Francioli; Avenida Guilherme de Almeida; divisa dos lotes 11 e 10 da Gleba Cafezal; Rua Odocas Camilo; limite dos lotes 9 e 10 (Gleba Cafezal); Rua Ramiro Borges Santana; divisa dos lotes 10 e 11 da Gleba Cafezal; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); divisa do lote 16 com o lote 14A; divisa Leste do Conjunto Habitacional Jamile Dequech; prolongamento da Rua Manoel Marinho; Rua Doutor Gilney Carneiro Leal; Rua Jerônimo Nogueira de Figueiredo; limite da faixa de 50 metros de largura paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); divisa de fundo das chácaras 28 a 25 (Ponte Seca); Rua Clóvis Júlio Mendes; divisa de fundo das chácaras 04 a 01 (Ponte Seca); Rua José Luiz de Andrade; Rua Adolfo Francioli; Rua Ivone Freitas Lopes; prolongamento da Rua Victória Zaggato; divisa Noroeste da faixa paralela de 242 metros da Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); limite da faixa de 106 metros paralela à Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); rua limítrofe entre as quadras 1A e 1 com a quadra 03; Rua João Guilherme até Rua Antônio Theodoro de Almeida Camargo até encontrar a Rua José da Silva.
- 15.** Faixa de 50 metros paralela à face Nordeste da Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) entre a Rua Ulisses Rodrigues da Silva e Avenida Harry Prochet.
- 16.** Rua Armando Balarotti; Rua Augusto Guerino; limite da faixa de 50 metros de largura, paralela à face Nordeste da Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); divisa das chácaras 91 e 90; Rua Manoel Alves dos Santos; divisa das chácaras 59 e 58; divisa de fundo das chácaras 38 e 37; divisa das chácaras 37 e 36; Rua Firmínio Barbosa; divisa das chácaras 14 e 15; divisa do Parque Residencial Aurora e Jardim Alcântara; divisa de fundo dos lotes da quadra 02 do Jardim Alcântara; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Rua Cândido Portinari; divisa das chácaras 21 e 22; prolongamento da Rua Firmínio Barbosa; divisa das chácaras 29 e 30; divisa de fundo das chácaras 68, 67 e 66; divisa das chácaras 66 e 65; prolongamento da Rua Manoel Alves dos Santos; divisa das chácaras 83 e 82; divisa de fundo das chácaras 83, 84 e 85; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Rua Francisco Salton; Rua Luiz Lerco; divisa Sul dos lotes 2A e 2B (Shopping Catuaí); Rodovia Mábio Gonçalves Palhano; Rua Martinho Lutero; limite da faixa de 50 metros paralela à face Sudoeste da Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Constantino Pialarissi; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); limite de fundo dos lotes 12 a 7 e lateral do lote 01 da quadra 02 do Jardim Versalhes 01; Rua

Marcos Tomazini; Rua Sidney Miller; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Juvenal Pietraróia; divisa de fundo das chácaras 16 a 01 do Jardim Sabará; Rua Paulo Novaes da Silveira; Rua Marechal Deodoro da Fonseca; Rua Lourenço da Veiga; Avenida Arthur Thomas; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) até encontrar Rua Armando Balarotti.

---

*final do Quadro XI*

## QUADRO XII - ZONA COMERCIAL 6

**São zoneados em ZC-6 todos os lotes com testada para as seguintes ruas e avenidas:**

- Avenida Saul Elkind - entre a Rua Odilon Braga e a Avenida Angelina Ricci Vezozzo;
- Rua Joaquina de Oliveira Perfeito;
- Rua Luiz Brugin;
- Rua Irene Carrara Nunes - entre a Rua Luiz Brugin e a Avenida Saul Elkind;
- Rua Gines Parra;
- Avenida Angelina Ricci Vezozzo;
- Avenida Francisco Gabriel Arruda - entre a Avenida Pedro Carrasco Alduan e a Rua Mário José Romagnolli;
- Avenida Pedro Carrasco Alduan;
- Avenida da Liberdade;
- Avenida Rafael Lamastra;
- Avenida Lúcia Helena Gonçalves Vianna (face Leste);
- Rua da Águia Imperial;
- Avenida Nova Londrina;
- Avenida das Maritacas - a partir da Avenida Nova Londrina, no sentido Leste;
- Avenida José Rodrigues Martins;
- Rua Figueira;
- Avenida Luigi Amorese - entre a Avenida Brasília e a Avenida Vicente Bocuti;
- Avenida Arthur Thomas;
- Avenida Serra da Esperança;
- Rua Serra dos Pirineus;
- Rua Serra da Graciosa;
- Rua Albert Einstein;
- Rua Marechal Hermes da Fonseca;
- Rua Quatá;
- Rua Sorocaba - entre a Rua Quatá e a Avenida Arthur Thomas;
- Rua Deputado Nilson Ribas - entre a Rua Quatá e a Rua General Tasso Fragoso;
- Rua Astorga;
- Avenida Maringá - entre a Rua Astorga e o Lago Igapó II;
- Rua Prefeito Faria Lima;

- Rua Luiz Alves de Lima e Silva;
- Avenida Santos Dumont;
- Avenida Comandante João Ribeiro de Barros;
- Rua Augusto Severo;
- Avenida Portugal;
- Rua Humaitá;
- Avenida Higienópolis;
- Avenida Madre Leônia Milito - a partir da Avenida Higienópolis, no sentido Oeste;
- Rua Arcindo Sardo;
- Rua Via-Láctea;
- Rua Waldomiro Ferreira da Silva;
- Rua Tremembés;
- Rua Jorge Casoni;
- Avenida São João;
- Avenida Robert Koch;
- Rua Bolívia;
- Avenida Paul Harris;
- Rua Montevideú;
- Avenida Harry Prochet;
- Avenida Bandeirantes;
- Rua Japão;
- Rua Tibet;
- Rua Manuel Antunes;
- Rua Vinícius de Moraes;
- Rua Attílio Niero e prolongamento;
- Rua Ceará;
- Rua Bélgica.

---

*final do Quadro XII*

### **QUADRO XIII - ZONA INDUSTRIAL 1**

**São zoneados em ZI-1 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1.** Rua Euclides Figueiredo; Rua Inhambuxororó; Rua Cardeal; Avenida Curitiba; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Lindóia; Rua Pedro Bertoluci até encontrar a Rua Euclides Figueiredo.
- 2.** Rua das Maritacas; Rua Cândido de Abreu; limite da chácara 18 com a chácara 17 (subdivisão do lote 37/38 da Gleba Lindóia); limite das chácaras 19 e 29 com o remanescente do lote 37/38; divisa do lote 37/38 com o lote 39 até encontrar a Rua das Maritacas.
- 3.** Rua das Maritacas; Rua Angelina Ricci Vezozzo; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Quati; Rua Nilton Saconatto; Rua Anis Maroun Lebbos; Avenida Nova Londrina até encontrar a Rua das Maritacas.
- 4.** Avenida Tiradentes (BR-369); divisa do lote 108 com o lote 109 (Gleba Jacutinga); em direção Oeste segue na Variante Ferroviária; divisa Oeste do lote 315-A; Rua Helena Aparecida Ridão; divisa do lote 314 com o lote 313; Rua Antônio de Carvalho Lage Filho; Avenida Luiz Pasteur; prolongamento da Rua Helena Aparecida Ridão; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Lindóia (Face Sul); Rua São Sebastião; Rua São Benedito; Avenida Graciliano Ramos; Rua Capitão Jacy da Silva Pinheiro; Avenida Antônio Capello; prolongamento da Rua Jules Verne; divisa do Parque Industrial Cacique e Conjunto Habitacional 01 e 02; Avenida Luigi Amorese; divisa de fundo dos lotes da quadra 01 do Jardim Leste-Oeste com o lote 102-A2; Avenida Cruzeiro do Sul até encontrar a Avenida Tiradentes.
- 5.** Rua Estoril; Rua Oswaldo Aranha; Rua Esperanto; limite de fundo dos lotes 4 a 7 da quadra 1 (Cilo 2); limite da faixa de preservação de fundo de vale do Córrego Cacique e Ribeirão Cambé; Rua Massaru Yasuda até encontrar com a Rua Estoril.
- 6.** Avenida Arthur Thomas; limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Cambé e Córrego da Mata; Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Rua Sidney Miller; Rua Soiti Taruma; Rua Juvenal Pietraróia até encontrar a Avenida Arthur Thomas.

7. Avenida Mahatma Gandhi; limite da faixa Aeroportuária; Rua Lázaro Zamenhof; Rua Eurípedes Barsanulfo até encontrar a Avenida Mahatma Gandhi.
8. Avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra; Rua José da Silva; Rua Antônio Theodoro de Almeida Camargo; Rua Carlos Clementino Moreira até encontrar com a Avenida Presidente Eurico Gaspar Dutra.

---

*final do Quadro XIII*

## **QUADRO XIV - ZONA INDUSTRIAL 2**

**São zoneados em ZI-2 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

1. Cidade Industrial - perímetro da Área Industrial I: Inicia-se na Av. Angelina Ricci Vezozzo com a estrada 3 Figueiras; desse ponto segue pela estrada 3 Figueiras no sentido leste até o encontro com o prolongamento da Av. das Maritacas; segue pelo prolongamento da Av. das Maritacas no sentido sul até a divisa do Lote 14-B com o Lote 14G-1 da Gleba Primavera; desse ponto segue no sentido sudoeste pela divisa dos Lotes 14-B e 14G-1 até o ribeirão Lindóia; segue por esse ribeirão a sua montante até divisa do Lote 74-A da Gleba Lindóia, segue por essa divisa no sentido sudeste até a divisa do Lote 72 da Gleba Lindóia; segue por essa divisa até o Lote 72-A da Gleba Lindóia; segue por essa divisa até o ribeirão Quati; segue por esse córrego a montante até a Av. Angelina Ricci Vezozzo; segue pela Av. Angelina Ricci Vezozzo no sentido norte até encontrar-se com a estrada 3 Figueiras, ponto inicial deste memorial.
2. Cidade Industrial - perímetro da Área Industrial II: Inicia-se na divisa do Lote 24 da Gleba Lindóia, com a Fazenda São Manoel e as estradas dos Pioneiros e Primavera; segue pela estrada Primavera no sentido norte até o leito antigo da Rede Ferroviária; segue pelo leito à sudoeste confrontando com os Lotes 42, 17 e 16, e suas subdivisões até a divisa do Lote 14-G; segue por essa divisa no sentido norte pelo Lote 14-G e 14 da Gleba Lindóia, até a divisa dos Lotes 15 e 16 da Gleba Lindóia; segue por essa divisa dos lotes 15 e 16 no sentido leste e no sentido norte até o córrego das Pedras, segue por esse córrego a jusante até a divisa do Lote 55 da Gleba Lindóia; segue pelas divisas dos Lotes 54 e 55 no sentido sudeste até a estrada Primavera; segue por essa estrada no sentido sul até a divisa do Lote 59 da Gleba Lindóia com a Fazenda São Manoel, segue por essa divisa no sentido nordeste, norte, nordeste e norte até o córrego Palmital; segue por esse córrego até sua foz com o ribeirão Ibiporã; segue por esse ribeirão a jusante até a divisa do município com Ibiporã; segue por essa divisa no sentido sul até a estrada dos Pioneiros; segue por essa estrada no sentido oeste até o marco inicial com a estrada Primavera.

---

*final do Quadro XIV*



## **QUADRO XV - ZONA ESPECIAL 1**

**São zoneados em ZE-1 os lotes contidos nos perímetros a seguir:**

1. Avenida Henrique Mansano; Avenida Winston Churchill; Variante Ferroviária; prolongamento da Rua Claudir Martinez Rossi até encontrar com a Avenida Henrique Mansano.
2. Avenida Marginal Norte da Ferrovia, divisa do lote 315-A-2, com o lote 315, da Gleba Jacutinga, seguindo a Norte até o Ribeirão Lindóia; segue pelo mesmo a jusante até a Av. Luiz Pasteur, desse ponto pela Av. no sentido Sul, até limite Norte do Pátio Ferroviário; seguindo por esta no sentido oeste até o lote 314; segue para Sul, até a Av. Marginal Norte da Ferrovia, até atingir o ponto inicial.
3. Rua Charles Lindemberg; divisa dos lotes 27 e 14 com os lotes 28 e 15; Praça João Negrão; Avenida Salgado Filho; divisa dos lotes 7 e 28 com os lotes 8 e 29; Rua Otávio Palhares; viela que limita o lote 10 da quadra 17 do Jardim Santos Dumont; divisa de fundo dos lotes 1e 2 da quadra 18; divisa do lote 8 com o lote 7 da mesma quadra; Rua Vasco Cinquini; Rua Newton Braga; divisa de fundo dos lotes das quadras XII, X e VIII do Jardim Santos Dumont; Avenida Santos Dumont; Travessa Santos Dumont; divisa da área Aeroportuária com a quadra III e I do Jardim Aeroporto; Rua São Sisto I; Rua Paulo VI; divisa das quadras V, III e I do Jardim Albatroz com o lote 06 (Gleba Cambé); limite da faixa de preservação de fundo de vale do Ribeirão Limoeiro; divisa do lote 18A com o lote 20 da Gleba Cambé; prolongamento da divisa das chácaras 1, 2 e 3 com a chacara 04 (subdivisão do lote 13 da Gleba Cambé); Rua Domênico Rotunno; divisa do lote 25 com o lote 26; divisa de fundo dos lotes 10, 09 e 08; divisa dos lotes 08 e 07 todas da quadra 03 do Jardim Vale Verde; Rua Augusto Canezin e seu prolongamento; divisa de fundo dos lotes da quadra 02 do Jardim OK e quadra 02 do Jardim Eldorado; Rua Allan Kardec; Rua Jayme Americano; viela que limita as quadras 03 e 04 do Jardim Califórnia; limite de fundo dos lotes da quadra 03 do mesmo Jardim; Rua Dolores Maria Bruno; Rua Jayme Americano; divisa dos lotes 14 e 13 da quadra 26; divisa de fundo dos lotes da quadra 26 e limite dos lotes 05 e 06 da mesma quadra do Jardim Santos Dumont; divisa dos lotes 09 e 25 com os lotes 08 e 24 da quadra 25 do Jardim Santos Dumont até encontrar a Rua Charles Lindemberg.
4. Rua Equador; divisa dos lotes 03 e 04 da quadra A da Vila Rodrigues; divisa de fundo dos lotes 03, 01A e 01 da mesma quadra; divisa lateral dos lotes 09 e 10 da quadra 20 da Vila Brasil; Rua Argentina; Rua

Bolívia; divisa do lote 19 com os lotes 20 e 20A da quadra 17 da Vila Brasil; divisa de fundo dos lotes 19 e 18; divisa de fundo do lote 21; divisa de fundo dos lotes 17, 16 e 15; divisa do lote 11 com o lote 10 todas da mesma quadra; Rua Argentina; divisa de fundo dos lotes 6, 7 e 8 e lateral do lote 08 com o lote 09 da quadra 19; Rua Bolívia; Rua Panamá; divisa dos lotes 11 e 17 com os lotes 12 e 16 da quadra 07 do Jardim Indianópolis; Rua Adriático; divisa Norte do lote 1E; Avenida Dez de Dezembro; divisa da Vila Rodrigues e Vila Guarujá; Rua Peru; divisa do lote 06 com o lote 07 e 7A da quadra E da Vila Rodrigues; Rua Peru até encontrar a Rua Equador.

5. Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Constantino Pialarissi; Avenida Deputado Arnaldo Busato; Rua 4; divisa do lote 83 com o lote 84/85; prolongamento da Avenida da Maratona; Estrada Armarinho Paulista; Avenida Vinícius de Moraes até encontrar a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445).
6. Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445); Avenida Chepli Tanus Daher; Rua Geraldo Júlio; prolongamento da Avenida dos Expedicionários até encontrar a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445).

---

*final do Quadro XV*

## **QUADRO XVI - ZONA ESPECIAL 2**

**São zoneados em ZE-2.1 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1. Rua Tupiniquins; divisa de fundo dos lotes 06 e 05 e lateral do lote 02 da quadra 38B do Jardim Filipim; Rua Amazonas; Rua Tremembés; Rua Madeira; Rua Tapuias; Rua Chavantes até encontrar a Rua Tupiniquins.**

---

*final do Quadro XVI*

### **QUADRO XVII - ZONA ESPECIAL 3**

**São zoneados em ZE-2.2 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

1. Rua Ludwig Dreeger; divisa Norte das quadras 37 e 38; Rua Gustavo Kruger; divisa de fundo da quadra 39; Rua Ângelo Mito; Rua Benjamin Siebeneich; Rua Alberto Janz; Rua Érico Brehmer até encontrar a Rua Ludwig Dreeger.

---

*final do Quadro XVII*

## **QUADRO XVIII - ZONA ESPECIAL 4**

**São zoneados em ZE-3 todos os lotes contidos nos perímetros descritos a seguir:**

- 1. Os perímetros das áreas de preservação de fundo de vales serão respeitados pelas marginais de ambas as faces.**

---

*final do Quadro XVIII*

*final do Anexo 2*

**ANEXO 3****EXIGÊNCIAS DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO POR ÁREA  
CONSTRUÍDA EXCLUSIVA**

<b>TIPO DE INSTALAÇÃO</b>	<b>VAGAS NECESSÁRIAS</b>
Centros Comerciais	1 vaga a cada 30m <sup>2</sup> de área construída.
Shopping Centers	1 vaga a cada 30m <sup>2</sup> de área construída.
Supermercados	1 vaga a cada 40m <sup>2</sup> de área construída.
Lojas de Departamentos	1 vaga a cada 60m <sup>2</sup> de área construída.
Entrepósitos e Depósitos Atacadistas	1 vaga a cada 35m <sup>2</sup> de área construída.
Edifícios de Escritórios	1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> de área construída.
Consultórios Médicos e Odontológicos	1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> de área construída.
Prontos-socorros, Clínicas e Laboratórios de Análise, Farmácias e Drogarias	1 vaga a cada 60m <sup>2</sup> de área construída.
Instituições de Ensino Pré- Escolar e de 1º Grau	1 vaga a cada 100m <sup>2</sup> de área construída
Instituições de Ensino de 2º e 3º Grau	1 vaga a cada 75m <sup>2</sup> de área construída.
Escolas Profissionalizantes, de Ginástica, Dança e Congêneres	1 vaga a cada 35m <sup>2</sup> de área construída.
Restaurantes, Casas Noturnas, Choperias e Congêneres	1 vaga a cada 30m <sup>2</sup> de área construída.
Agência Bancária, Casas de Câmbio e Congêneres	1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> de área construída.
Oficinas Mecânicas de Automóveis	1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> de área construída.
Hotéis	1 vaga por apartamento com mais de 50m <sup>2</sup> por apartamento 1 vaga a cada 2 apartamentos, se menores de 50m <sup>2</sup>

Hospitais, Sanatórios e Congêneres	1 vaga a cada 2 leitos, se menor de 50 leitos. 1 vaga a cada 1,5 leitos, se maior de 50 leitos e menor de 200. 1 vaga a cada 2 leitos, se maior de 200.
Locais de Culto Religioso	1 vaga a cada 40m <sup>2</sup> para até 100 lugares. Acima de 100 lugares mínimo de 10 vagas, considerando uma vaga a cada 40m <sup>2</sup> de área construída.
Uso Residencial (inclusive Apart-Hotel)	1 vaga a cada habitação até 70 m <sup>2</sup> 2 vagas a cada habitação com metragens de 71m <sup>2</sup> a 160m <sup>2</sup> e a cada acréscimo de 80m <sup>2</sup> de área construída, acresce-se mais uma vaga.
Áreas de Lazer e Parques	1 vaga a cada 200m <sup>2</sup> de terreno.
Centro de Eventos	1 vaga para cada 20 m <sup>2</sup> de área construída
Salas de espetáculos( teatro, cinema, quadra, etc...)	1 vaga para cada 25 m <sup>2</sup> de área construída

---

*final do Anexo 3*

## **ANEXO 4**

A listagem a seguir caracteriza os tipos de indústria, baseada em estudo da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) e do Centro Paulista de Municípios (CEPAM), do Estado de São Paulo.

### **CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS**

As indústrias ficam classificadas conforme segue:

#### **I - 5 INDÚSTRIAS DE GRANDE IMPACTO AMBIENTAL OU PERIGOSAS**

Compreendendo os estabelecimentos assim definidos que possuem um ou mais de um dos seguintes processos:

- a) álcool: fabricação de produtos, primários (destilação) e intermediários, derivados de álcool (inclusive produtos finais);
- b) carvão de pedra: fabricação de produtos derivados da destilação;
- c) cloro, cloroquímicos e derivados: fabricação;
- d) gás de nafta craqueada: fabricação;
- e) petróleo: fabricação de produtos de refino;
- f) petroquímicos: fabricação de produtos primários e intermediários (inclusive produtos finais);
- g) pólvora, explosivos e detonantes (inclusive munição para caça, esportes e artigos pirotécnicos): fabricação;
- h) soda cáustica e derivados: fabricação.

#### **I - 4 INDÚSTRIAS DE RISCO AMBIENTAL ALTO**

Compreendendo os estabelecimentos assim definidos não enquadrados na categoria I-5, e, notadamente, aqueles que tenham uma das seguintes características:

- a) alto potencial de poluição da atmosfera por queima de combustíveis ou odores;



- b) produção ou estocagem de grande quantidade de resíduos sólidos ou líquidos perigosos;
- c) risco de emissão acidental de poluentes capazes de provocar danos ambientais, ou de afetar a saúde;
- d) operação com um dos processos a seguir:
  - 1. asfalto: fabricação;
  - 2. cal virgem, cal hidratada ou extinta: fabricação;
  - 3. carne, sangue, ossos e assemelhados: fabricação de farinha de ossos;
  - 4. celulose: fabricação;
  - 5. cimento: fabricação;
  - 6. clínquer: fabricação - Ferro e aço e ferro-ligas - formas primárias e semi-acabados (lingotes, biletos, palanquilhas, tarugos, placas e formas semelhantes): produção;
  - 7. ferro esponja: produção;
  - 8. fertilizantes fosfatados (superfosfatados, granulados, monamônio e diamônio fosfatado e assemelhados): fabricação;
  - 9. fósforos de segurança: fabricação;
  - 10. gelo, usando amônia como refrigerante: fabricação;
  - 11. gusa: produção;
  - 12. lixo doméstico: compostagem ou incineração;
  - 13. metais não ferrosos, exceto metais preciosos (alumínio, chumbo, estanho, zinco, etc.): metalurgia em formas primárias;
  - 14. ligas de metais não ferrosos, exceto metais preciosos (latão, bronze, etc.): produção em formas primárias;
  - 15. minerais não metálicos (gesso, gipsita, mica, malacacheta, quartzo, cristal de rocha, talco, esteatita, agalmatolito, etc.): beneficiamento e preparação;
  - 16. peixe, farinha de: preparação.

### **I - 3 INDÚSTRIAS DE RISCO AMBIENTAL MODERADO**

Compreendendo os estabelecimentos assim definidos, não enquadrados nas categorias I-5 ou I-4, e aqueles que possuam uma das seguintes características:

- a) área construída superior a 2.500m<sup>2</sup>;
- b) potencial moderado de poluição atmosférica por queima de combustíveis ou odores;
- c) produção ou estocagem de resíduos sólidos ou líquidos;
- d) operação com um dos processos listados a seguir:
  - 1. açúcar natural: fabricação;
  - 2. adubos e corretivos do solo não fosfatados: fabricação;
  - 3. animais: abate;
  - 4. borracha natural: beneficiamento;
  - 5. carne, conservas e salsicharia: produção com emissão de efluentes;
  - 6. cimento-amianto: fabricação de peças e artefatos;
  - 7. couros e peles: curtimento, secagem e salga;
  - 8. leite e laticínios: preparação e fabricação com emissão de efluentes líquidos;
  - 9. óleos, essências vegetais e congêneres: produção;
  - 10. óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto: produção (exceto refinação de produtos alimentares);
  - 11. pedras: britamento;
  - 12. pescado: preparação e fabricação de conservas;
  - 13. rações balanceadas para animais (exceto farinhas de carne, sangue, ossos e peixe): fabricação;
  - 14. solventes: fabricação;
  - 15. tijolos, telhas e outros artefatos de barro cozido, exceto cerâmica: produção.

## **I - 2    INDÚSTRIAS DE RISCO AMBIENTAL LEVE**

Compreendendo os estabelecimentos assim definidos, não enquadrados nas categorias I-5, I-4 ou I-3, e aqueles possuam uma das seguintes características:

- a) baixo potencial de poluição atmosférica;

- b) efluentes líquidos industriais compatíveis com seu lançamento em rede pública coletora de esgoto, com ou sem tratamento prévio de acordo com a legislação vigente;
- c) produção de resíduos sólidos, em pequena quantidade, de acordo com a legislação vigente;
- d) operação com um dos processos listados a seguir:
  - 1.** aço: produção de laminados, relaminados, forjados, arames;
  - 2.** alimentares, produtos de origem vegetal: beneficiamento, moagem, torrefação, liofilização, preparação de conservas, condimentos e doces, exceto fabricação de óleos e confeitaria;
  - 3.** bebidas: fabricação de destilados, fermentados, sucos e refrigerantes;
  - 4.** borracha: fabricação de espuma, laminados e fios;
  - 5.** cerâmica: fabricação de peças e artefatos, exceto de barro cozido;
  - 6.** concentrados aromáticos, naturais e sintéticos: fabricação;
  - 7.** ferro e aço fundidos: fabricação;
  - 8.** fios e tecidos: beneficiamento, acabamento, fiação e tecelagem;
  - 9.** inseticidas e fungicidas: fabricação;
  - 10.** madeira: desdobramento;
  - 11.** metais não ferrosos e ligas: produção de peças fundidas, laminados, tubos e arames;
  - 12.** metalurgia do pó, inclusive peças moldadas;
  - 13.** óleos e gorduras para alimentação: refinação;
  - 14.** pasta mecânica: fabricação;
  - 15.** pedras: aparelhamento;
  - 16.** pneumáticos, câmaras de ar: fabricação;
  - 17.** resinas de fibras de fios artificiais: fabricação;
  - 18.** sabões, detergentes, germicidas, fungicidas: fabricação;
  - 19.** soldas anôdos: fabricação;
  - 20.** tabaco: preparação de fumo, cigarros e congêneres;
  - 21.** tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes e secantes: fabricação;
  - 22.** vidro e cristal: fabricação e elaboração de peças.

Compreendendo os estabelecimentos que apresentem ausência ou quantidade desprezível de poluentes do ar, da água e do solo, e não enquadrados nas categorias I-5, I-4, I-3 ou I-2.

---

*final do Anexo 4*

**LEI Nº 7.486, DE 20 DE JULHO DE 1998**

**SÚMULA:** Estabelece critérios para concepção do Sistema Viário do Distrito Sede do Município de Londrina.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE  
LONDRINA, ESTADO DO  
PARANÁ, APROVOU E EU,  
PREFEITO DO MUNICÍPIO,  
SANCIONO A SEGUINTE**

**L E I :**

**CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES  
PRELIMINARES**

**SEÇÃO I Da  
Finalidade**

**Art. 1º** Esta lei estabelece os critérios para a definição e hierarquização do sistema viário do distrito sede do Município.

**SEÇÃO II Das  
Definições**

**Art. 2º** Para efeito da presente lei, ficam definidos os seguintes termos:

**I – acesso:** interligação física, instalada para possibilitar o

trânsito de veículos ou de pedestres entre a via pública e o lote, ou entre equipamentos de travessia e circulação de pedestres, ou entre vias de circulação de veículos;

- II – alinhamento:** linha divisória entre o lote e a via pública;
- III – aproximação:** linha de chegada, no cruzamento ou na interseção;
- IV – bolsão de retorno:** via local sem saída, com praça de retorno na extremidade;
- V – canteiro:** dispositivo físico instalado entre duas vias paralelas ou convergentes;
- VI – ciclofaixa:** faixa de rolamento destinada ao uso exclusivo de ciclistas;
- VII – ciclovias:** via pública destinada ao uso exclusivo de ciclistas;
- VIII – corredores:** seqüência de vias que permite continuidade de tráfego;
- IX – eixo da via:** linha que divide em simetria a faixa de domínio;
- X – faixa de domínio:** área de terreno destinada, pelo Poder Público, a implantar e manter vias e equipamentos, definida entre alinhamentos prediais;
- XI – faixa de rolamento:** porção da pista destinada à circulação de uma corrente de tráfego de veículos, identificada através de pintura no pavimento, medindo entre 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo, a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de largura;
- XII – hierarquia funcional:** define a função predominante de diferentes vias, visando a tornar compatível o tipo de tráfego que as vias atendem, exclusiva ou prioritariamente, com os dispositivos de controle de trânsito, com as características físicas das vias (traçado, seção, pavimentação) e com os padrões de uso e ocupação do solo, em suas imediações;
- XIII – interseção:** encontro entre duas ou mais vias de circulação;
- XIV – interseções múltiplas ou complexas:** cruzamento de vias que apresentam mais de três aproximações e cujas funções e padrões físicos caracterizem, pelo menos, uma delas como principal;
- XV – miolo de quadra:** área localizada no centro de quadra e com potencial de ocupação;
- XVI – modo:** tecnologia de transportes;
- XVII – passarela:** via constituída por elemento construtivo aéreo ou subterrâneo, destinada ao deslocamento exclusivo de pedestres e ciclistas, no sentido transversal à via de circulação de veículos;

**XVIII – passeio:** porção da faixa de domínio destinada ao trânsito de pedestres, construída acima do nível do pavimento;

**XIX – pista:** superfície contínua da via destinada à circulação e ao estacionamento de veículos;

**XX – sentido de tráfego:** mão de direção na circulação de veículos;

**XXI – sistema estrutural viário:** conjunto de vias principais, bem como as interseções múltiplas ou complexas, resultantes do cruzamento de vias;

**XXII – tráfego:** movimentação, trânsito de veículos e pedestres;

**XXIII – vias locais:** via pública não estrutural destinada apenas ao acesso aos lotes lindeiros;

**XXIV – vias marginais:** via auxiliar de uma via principal, adjacente, geralmente paralela, que permite acesso aos lotes lindeiros e possibilita a limitação de acesso à via principal;

**XXV – vias principais:** vias que permitem o atendimento à atividade de deslocamento entre quaisquer pontos dentro da área urbana;

**XXVI – vielas:** espaço destinado à circulação de pedestres e ciclistas, interligando duas vias.

## **CAPÍTULO II**

### **DA COMPOSIÇÃO DA REDE VIÁRIA E SUAS FUNÇÕES**

**Art. 3º** As vias componentes do sistema viário são assim classificadas: contornos rodoviários, eixos estruturais, anel estrutural, vias arteriais, vias coletoras, vias locais, vias para pedestres ou passeio e ciclovias.

**§ 1º** Contorno rodoviário é o anel rodoviário próximo ao limite do perímetro de expansão urbana da cidade que tem como objetivo promover as ligações rodoviárias entre municípios vizinhos ou áreas contíguas e serve ao tráfego de passagem ou regional.

**§ 2º** Eixos estruturais são aquelas vias de maior capacidade de vazão que têm como objetivo promover a interligação viária entre diferentes quadrantes da cidade.



§ 3º Anel estrutural é a via interna que contorna a área central da cidade e tem como função estabelecer ligações perimetrais entre diferentes quadrantes da cidade.

§ 4º Via arterial é a via que promove a ligação entre diferentes bairros ou setores da cidade onde a velocidade de serviços é menor e permite maior intensidade de trânsito.

§ 5º Vias coletoras são as que ligam um ou mais bairros entre si e coletam ou distribuem o fluxo do trânsito a partir das vias arteriais e estruturais.

§ 6º Via local é aquela de distribuição do tráfego internamente ao bairro e se liga quase sempre a uma via coletora.

§ 7º Vias para pedestres são aquelas de passagem para transeuntes.

§ 8º Ciclovia é a via pública destinada ao uso exclusivo de ciclistas.

**Art. 4º** A estruturação viária depende das faixas carroçáveis, dos espaços de estacionamento e da sinalização existente dos obstáculos ao livre movimento de coisas ou pessoas, ou seja, é função da parte dinâmica e estática dos componentes da circulação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES DO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 5º** Os componentes do sistema viário tem as seguintes características:

**I** – contornos rodoviários: faixa de domínio de 60,00m (sessenta metros) a 100,00m (cem metros), sendo seu perfil formado por via marginal, canteiro, rodovias com faixas de rolamento e canteiro com ciclovia central em cada sentido de tráfego, com rampa de no máximo 6%;

**II** – eixos estruturais e anéis estruturais: faixa de domínio de 35,00m (trinta e cinco metros) a 50,00m (cinquenta metros), sendo seu

perfil formado por passeio, faixa de estacionamento, faixas de rolamento e ciclovia, em cada sentido de tráfego, com rampa máxima de 8%;

**III** – vias arteriais: faixa de domínio de 28,00m (vinte e oito metros) a 34,00m (trinta e quatro metros), sendo seu perfil formado por passeio, faixa de estacionamento, faixas de rolamento e canteiro central, em cada sentido de tráfego, com rampa máxima de 10%;

**IV** – vias coletoras: faixa de domínio de 18,00m (dezoito metros) a 25,00m (vinte e cinco metros), sendo seu perfil formado por passeio, faixa de estacionamento e faixas de rolamento, para cada sentido de tráfego, podendo ser dotadas de canteiro central com rampa de 10%;

**V** – vias locais: faixa de domínio de 14,00m (quatorze metros) a 17,00m (dezessete metros), sendo seu perfil formado por passeio, faixa de estacionamento, faixa de rolamento em cada sentido e passeio, com inclinação máxima de 10%;

**VI** – vias para pedestres: classificadas como passeios, com largura mínima de 3,00m (três metros); vielas, com largura mínima de 5,00m (cinco metros), e calçadas;

**VII** – ciclovias: faixas de rolamento com 1,40m (um metro e quarenta centímetros) por sentido de tráfego.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DIRETRIZES DO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 6º** As diretrizes do sistema viário estrutural, composto pelos contornos rodoviários, eixos estruturais, anel estrutural e vias arteriais, assim como pelas obras complementares necessárias à sua adequação, implementação, implantação e expansão futura, são apresentadas no mapa anexo.

**Art. 7º** Nas confluências de vias é obrigatória a execução de rampa para pessoas portadoras de deficiências, com largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros), a contar do ponto de concordância do desenvolvimento de curva.

**Art. 8º** Ficam as vias públicas abaixo nomeadas sujeitas às seguintes alterações nos traçados ou alinhamento para seu enquadramento dentro da hierarquização viária:

**I** – Rua Paraíba: via arterial com faixa total de 28,00m (vinte e oito metros), com mudança de alinhamento em 13,00m (treze metros) na face oeste, no trecho entre a Rua Sergipe e a Travessa Belo Horizonte;

**II** – Av. Duque de Caxias: via arterial com faixa total de 28,00m (vinte e oito metros), com mudança de alinhamento em 13,00m (treze metros) na face leste, entre a Av. J.K. e a BR-369;

**III** – Rua Montevideu: via arterial com faixa total de 31,00m (trinta e um metros), com mudança de alinhamento de 5,00m (cinco metros) em ambas faces, no trecho compreendido entre a divisa do Lote 63-E e o Lote 64-A2;

**IV** – Rua Santa Mônica: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento em 4,00m (quatro metros), na face norte, no trecho compreendido entre a Av. Dez de Dezembro e a faixa de alta tensão do Jardim Ideal;

**V** – Rua Humaitá: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento em 10,00m (dez metros), na face sul, no trecho compreendido entre a Av. Higienópolis e a Rua Monte Castelo, e mudança variável, tendendo a face norte até a Rua Maringá;

**VI** – Rua Aminthas de Barros: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento de 10,00m (dez metros) na face sul no trecho compreendido entre a Av. Higienópolis e a Rua Fidencio Xavier;

**VII** – Rua Gumercindo Saraiva: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), na face sul, no trecho compreendido entre a Av. Higienópolis e a Rua Sena Martins;

**VIII** – Rua Sena Martins: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento na face leste, no trecho compreendido entre a Rua Gumercindo Saraiva e a Rua Gomes Carneiro, até a rótula;

**IX** – Rua Manaus: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento de 10,00m (dez metros) na face sul, no trecho compreendido entre as ruas Quintino Bocaiuva e Belo Horizonte;

**X** – Travessa Belo Horizonte: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento em 10,00m (dez metros) na face norte, no trecho compreendido entre a Rua Belo Horizonte e a Av. Leste-Oeste;

**XI** – Rua Belém: via coletora, com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento em 10,00m (dez metros) na face norte, no trecho compreendido entre a Av. Leste-Oeste e a Rua Jorge Cazoni;

**XII** – Rua Caraíbas: via coletora, com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento de 13,00 (treze

metros) na face sul, no trecho compreendido entre a Rua Jorge Cazoni e a Av. Dez de Dezembro;

**XIII** – Rua Itajaí: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento na face oeste, no trecho compreendido entre a Av. Leste-Oeste e a Rua Tiete;

**XIV** – Rua São Pedro: via coletora com faixa de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento em 10,00m (dez metros) na face leste, no trecho compreendido entre a Av. Santos Dumont e a Av. Celso Garcia Cid;

**XV** – Rua Goiás: via coletora, com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento de 10,00m (dez metros), na face sul, no trecho compreendido entre a Rua Michigan e a Av. Santos Dumont;

**XVI** – Rua Bolívia: via arterial com faixa total de 28,00m (vinte e oito metros), com mudança de alinhamento em 13,00m (treze metros) na face sul, no trecho compreendido entre a Av. Duque de Caxias e a Rua Enzo Rufino e desta até a rótula da Av. Ribeiro de Barros.

**XVII** –Av. Faria Lima: via arterial, com faixa total de 31,00m (trinta e um metros), com mudança de alinhamento de 16,00m (dezesesseis metros) na face sul, no trecho compreendido entre a Av. Maringá e o Lote 174 da Gleba Palhano;

**XVIII** – Rua Eduardo Benjamin Hosken: via coletora com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros) com mudança de alinhamento de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros) e ambos os lados no trecho compreendido entre a Av. J.K. e a Rua Vitória e faixa variável incidindo na área do antigo Colégio Filadélfia, até a rua Quintino Bocaiúva;

**XIX** – Rua Jorge Cazoni: via coletora, com faixa total de 25,00m (vinte e cinco metros), com mudança de alinhamento de 10,00m (dez metros), na face leste, no trecho compreendido entre a Av. Santos Dumont e a Rua Caraíbas.

§ 1º Na Rua Jorge Cazoni, partindo da Rua Belém, o alargamento é variável até a Rua Tupinambás.

§ 2º A Rua Itajaí tem continuidade até a Av. Henrique Manzano.

**Art. 9º** As rotatórias e obras de arte deverão ser construídas com raio interno de no mínimo 30,00 metros em todos os cruzamentos de vias estruturais com arteriais, assim como nos cruzamentos de vias arteriais com arteriais.

§ 1º Na construção de que trata este artigo deverá ser reservada área suficiente para possibilitar a implantação de trevos, visando ao atendimento da demanda futura de tráfego.

§ 2º No caso de interseções entre rodovias e vias estruturais ou arteriais, deverão ser construídos trevos.

## **CAPÍTULO V**

### **DA CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIAS ESTRUTURAIS**

**Art. 10.** Fica assim determinado o traçado do sistema de vias estruturais:

**I – Anel de Integração (AI):** inicia-se na PR-445 com a Avenida Waldemar Spranger, segue no sentido sudoeste por esta avenida até a Rodovia Mábio Gonçalves Palhano, segue deste ponto no sentido noroeste e nordeste pela Avenida Ruy Ferraz de Carvalho e Avenida Juvenal Pietraroia até a PR-445, segue pelo seu prolongamento agora como Avenida Arthur Thomas até a Rua Júlio de Castilho, segue por esta e em linha reta até a Rua Serra Formosa no sentido noroeste, deste ponto segue margeando o Córrego Cambé no mesmo sentido até a Avenida Jockey Clube, segue no sentido nordeste até a Avenida Tiradentes (BR-369), segue no sentido norte pela Rua das Indústrias e pelas Avenidas Luigi Amorese e Francisco Xavier Toda até a Rua Capitão Jacy da Silva Pinheiro, segue pela Rua Capitão Jacy da Silva Pinheiro no sentido oeste até a Rua Primo Campana, no sentido norte transpondo a Ferrovia e pela divisa dos Lotes 315 e 315B da Gleba Jacutinga numa distância de aproximadamente 1.300 metros, segue deste ponto no sentido leste, passando pelo Lotes: 314-A, 314-C, 313-C, 313-B, 313-A, 313, 312-D, 312C, 312B, 312-A, 312-E, 312, 311, 310, 309, 308-A, 308, 307-A, 307 e 306-A, da Gleba Jacutinga até encontrar-se com a Avenida Pedro Carrasco Alduan, deste ponto segue por esta Avenida até a Avenida Francisco Gabriel Arruda, deste ponto segue pela Avenida das Nações e cruzando com o Lote 45 da Gleba Jacutinga, as chácaras 24 a 28 do Parque Presidente Vargas e os Lotes 44-A, 43 e 43-A, da Gleba Jacutinga até o antigo lixo do Contorno Norte, segue por este eixo até o encontro com a Rodovia Carlos João Strass, deste ponto, segue ligando com a Rua Raul Coutinho passando pelos conjuntos Semiramis, José Belinati e João Paz, deste ponto cruzando os Lotes 30-A e 30 da

Gleba Jacutinga até a Avenida Angelina Ricci Vezozzo, deste ponto segue no sentido sudeste até encontrar faixa da COPEL no Lote 75-A, da Gleba Primavera, deste ponto segue no mesmo sentido e pela faixa da COPEL até o Loteamento da COHAB J.G. Pessoa, segue deste ponto pela Avenida Nova Londrina até a BR-369 (Avenida Brasília), segue no sentido sudeste cruzando os Lotes 44, 45, 17 e 42 da Gleba Lindóia até a divisa da Fazenda São Manoel, segue no sentido sul transpondo a linha férrea nova até o leito antigo da ferrovia, segue no sentido sudoeste pelo leito antigo da ferrovia e cruzando os Lotes 4-C e 4-B da Gleba Lindóia até o encontro da Estrada dos Pioneiros com a Avenida Jamil Scaff, deste ponto segue no sentido sudeste pela Avenida Jamil Scaff até a divisa do Lote 44 da Gleba Simon Frazer e o Conjunto da COHAB denominado Giovani Lunardelli, segue por esta divisa no sentido sudoeste até o Córrego Barreiro, deste ponto passando pelo Lote 24-B até a Avenida Robert Koch, segue no sentido sudeste, passando pelo Lote 23-A da Gleba Simon Frazer até o Ribeirão Limoeiro, deste ponto segue no sentido sudeste até a área de proteção do aeroporto e contornando o mesmo pelo seu lado leste passando pelos Lotes 14, 16, 18, 19, 17, 15-A e 15 da Gleba Cambé até a Avenida José Ventura Pinto, segue por esta Avenida no sentido sudoeste até a Avenida das Américas, segue por esta Avenida até a Avenida Portugal, segue por esta Avenida até Avenida Inglaterra, deste ponto segue pela Rua Albânia e transpondo o Córrego Tucano até a Avenida Waldemar Spranger, segue por esta Avenida no sentido sudoeste até a PR-445, no ponto inicial.

**II – Estrutural I (EI):** inicia-se no Anel de Integração em ponto localizado na Fazenda Palhano (Avenida das Torres), seguindo ao norte até a Avenida Madre Leônia Milito até a Rua Professor Joaquim de Matos Barreto (numa largura de 40,00 metros), por esta segue no sentido oeste até a Avenida Faria Lima, cruzando-a em rótula, seguindo no sentido da Rua Vicente Carvalho até a Avenida Castelo Branco, cruzando em rótula, deste ponto segue pela Rua Foz do Iguaçu até a Rua Júlio Prestes até encontrar com a Rua Manoel Joaquim Gregório, prolongando-a até a Rua Deputado Nilson Ribas, por esta segue no sentido norte até a rótula da Avenida Tiradentes com a Avenida José de Alencar e Avenida do Sol, trecho este compreendido entre a Avenida Tiradentes e Avenida Brasília com largura de 40 metros; da Avenida Brasília, ligando com a Rua Sidrack Silva Filho, a Avenida José de Lima Castro até a linha da Rede Ferroviária e desta linha até o Contorno Norte (CNI) terá a largura de 40 metros.

**III – Estrutural II (EI):** inicia-se no novo aeroporto de Londrina previsto na Gleba Cafezal, entre os Lotes 440, 441 e 444, ponto

este de ligação com o Contorno Sul (CSI) seguindo a norte pela estrada vicinal até o Córrego Cafezal na largura de 40 metros. Deste ponto segue por estrada vicinal da Chácara São Miguel, até a Rua Geraldo Júlio do conjunto Oscavo Gomes dos Santos (Cafezal II), desse ponto segue pela Avenida Chepli Tanus Daher até a Rodovia PR-445, e pela Rua Ulisses Rodrigues da Silva até a Avenida 10 de Dezembro com a largura de 40 metros; da Avenida 10 de Dezembro até o cruzamento com a BR-369, terá faixa variável, o da Rodovia Carlos João Strass (prolongamento da Avenida 10 de Dezembro) até o cruzamento com a Avenida Curitiba e Rua Anuar Caran terá a largura de 40 metros seguindo pela Avenida Curitiba até o encontro com a Rua Joaquina de Oliveira Perfeito terá 40 metros, e até a Avenida Saul Elkind será variável; da Avenida Saul Elkind segue no sentido norte até a Estrada das Abóboras e esta cruzando com o Contorno Norte (CNI), até o seu final, terá 40 metros.

**IV – Estrutural III (EIII):** inicia-se na divisa com Ibiporã, na Fazenda São Manoel, estrada denominada dos Pioneiros, segue a oeste até a Avenida Heber Soares Vargas, com largura de 40 metros; transpondo desvio ferroviário, segue pela Avenida das Laranjeiras e Avenida Theodoro Victorelli até o cruzamento com a Avenida 10 de Dezembro, com largura de 40 metros; deste ponto segue pela Avenida Leste-Oeste até a Avenida Brasília e terá sua faixa variável; segue deste ponto no sentido sul pela Avenida Serra da Esperança, Avenida Serra do Flamengo até a Avenida Arthur Thomas e desta Avenida até a Rua Júlio de Castilho (Anel de Integração), onde terá a largura de 40 metros.

**V – Estrutural IV (EIV):** inicia-se na confluência da Estrada Mábio Gonçalves Palhano (estrada para São Luiz) com a Estrada da Cegonha, segue no sentido norte até a Estrada Caramuru (estrada Turini) com largura de 40 metros; da Estrada do Caramuru até a Rua Santa América terá largura de 50 metros; segue pela estrada até o Anel de Integração com largura de 40 metros; deste anel até o cruzamento com a Rodovia PR-445 terá largura de 40 metros.

**VI – Estrutural V (EV) - (Estrutural da Cidade Empresarial):** inicia-se no prolongamento da Avenida Saul Elkind (antiga estrada para Ibiporã) no Lote 9 da Gleba Primavera, segue no sentido sul em direção ao Córrego Lindóia, divisa dos Lotes 41-A e 41/47 da Gleba Lindóia, seguindo até a Avenida das Maritacas, segue em direção ao Córrego Água das Pedras na divisa do Lote 51 e Lotes 52 e 53 da Gleba Lindóia, segue pela divisa dos Lotes 57, 56, 55, 54 e 42 com os lotes 58/B,

59, (Fazenda São Manoel), até rótula prevista no Pátio Ferroviário, interseção com o Anel Estrutural.

**CAPÍTULO  
VI  
DAS DISPOSIÇÕES  
FINAIS**

**Art. 11.** São consideradas rodovias urbanas a BR-369, denominada Av. Brasília, e a Av. Tiradentes, no trecho compreendido entre a divisa de Ibiporã e a divisa com Cambé, e a PR-445, denominada Celso Garcia Cid, no trecho compreendido entre o Conjunto Habitacional Jamile Dequech e a divisa com Cambé.

**Art. 12.** O novo aeroporto de Londrina é margeado em toda a sua extensão pelo contorno sul, a ser implantado, que estabelecerá a conexão do tráfego dos municípios vizinhos e facilitará o acesso ao centro de convenções e eventos.

**Art. 13.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 20 de julho de 1998.

**Antonio Casemiro Belinati  
PREFEITO DO MUNICÍPIO  
GOVERNO**

**Gino Azzolini Neto  
SECRETÁRIO DE**

**Mário Cesar Stamm Júnior  
DIRETOR  
PRESIDENTE  
DO IPPUL**



Ref.:

Projeto de Lei nº

561/96. Autoria:

Executivo Municipal

Aprovado na forma do Substitutivo nº 3/98 da Comissão de Justiça, Legislação e  
Redação